



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – ICS
CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO SOBRE AS AMÉRICAS - CEPPAC

ELIANE SOARES

**O PROCESSO POLÍTICO DA REVOLUÇÃO NACIONAL-
DEMOCRÁTICA E O SOCIALISMO NA AMÉRICA LATINA:**

**Um estudo comparativo sobre os programas da
Revolução Cubana de 1959 e da Revolução Bolivariana da Venezuela**

BRASÍLIA, AGOSTO DE 2008

ELIANE SOARES

**O PROCESSO POLÍTICO DA REVOLUÇÃO NACIONAL-
DEMOCRÁTICA E O SOCIALISMO NA AMÉRICA LATINA:**

**Um estudo comparativo sobre os programas da
Revolução Cubana de 1959 e da Revolução Bolivariana da Venezuela**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas, do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas – CEPPAC da Universidade de Brasília – UnB, como requisito para obtenção do título de doutor em Ciências Sociais, com especialidade em Estudos Comparados sobre as Américas, orientado pelo professor Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro.

BRASÍLIA, AGOSTO DE 2008

À memória de minha irmã Rose, que sempre me apoiou
e deu um exemplo de coragem em sua luta pela vida.

As revoluções nacionais que se atrasaram são revoluções nacionais que não puderam desatar-se e completar-se dentro e através do capitalismo. Agora, têm de voltar-se contra ele. Isso define a relação recíproca da burguesia com o proletariado no plano mundial: a revolução nacional já não é instrumental para o desenvolvimento capitalista (...) e, por conseguinte, para que a revolução nacional ganhe viabilidade em muitos países periféricos, é preciso que as revoluções proletárias quebrem as amarras de seu estancamento ou paralisação.

Florestan Fernandes

INDICE

AGRADECIMENTOS	7
RESUMO	8
ABSTRACT	9
INTRODUÇÃO	
REVOLUÇÃO NACIONAL-DEMOCRÁTICA E SOCIALISMO NA AMÉRICA LATINA.....	20
1.1. Origem e significado da problemática.....	20
1.2. Um dilema latino-americano: revolução nacional-democrática ou socialismo?.....	26
1.3. Atualidade do debate	37
CAPÍTULO 2	
FUNDAMENTOS DA REVOLUÇÃO CUBANA.....	45
2.1. Elementos fundamentais da história de Cuba	45
2.2. Contexto nacional e internacional da Revolução Cubana	67
2.2.1. <i>Cenário mundial do período: anos 1940-60</i>	67
2.2.2. <i>Situação interna de Cuba às vésperas da Revolução de 1959</i>	72
2.3. Grupos políticos dirigentes do processo revolucionário cubano.....	79
2.3.1. <i>Grupos de oposição burguesa à ditadura de Fulgencio Batista</i>	79
2.3.2. <i>Primer Partido Comunista de Cuba (PCC) - Partido Socialista Popular (PSP).....</i>	85
2.3.3. <i>Directorio Revolucionario (DR) - Directorio Revolucionario 13 de Marzo (DR-13 marzo).....</i>	90
2.3.4 – <i>O Movimiento Revolucionario 26 de Julio (MR-26-7).....</i>	93
2.4. O programa da Revolução Cubana: significado e realizações	98
2.4.1. <i>O sentido fundamental do programa revolucionário de 1959</i>	98
2.4.2. <i>As realizações da Revolução Cubana e seus vínculos com o programa.....</i>	107
CAPÍTULO 3	
O SIGNIFICADO DA REVOLUÇÃO BOLIVARIANA DA VENEZUELA.....	116
3.1. Elementos fundamentais da história venezuelana.....	116
3.2. Contexto nacional e internacional da Revolução Bolivariana.....	131
3.2.1. <i>Internacional</i>	131
3.2.2. <i>Nacional</i>	139
3.3. Principais grupos políticos protagonistas do processo venezuelano	144
3.3.1. <i>O Partido Comunista de Venezuela (PCV)</i>	144
3.3.2. <i>O MAS, a Causa-R e o PRV-Ruptura.</i>	149
3.3.3. <i>O movimento político de Hugo Chávez Frías: do EBLPV ao PSUV.....</i>	151
3.4. O programa da Revolução Bolivariana e suas realizações	158
3.4.1. <i>O sentido fundamental do programa.....</i>	158
3.4.2. <i>As realizações da Revolução Bolivariana e seus vínculos com o programa.....</i>	170
CAPÍTULO 4	
COMPARANDO OS PROGRAMAS POLÍTICOS DA REVOLUÇÃO CUBANA E BOLIVARIANA.....	180

4.1. Revoluções nacional-democráticas ou socialistas?	180
4.2. Influência dos fatores históricos em ambas as experiências	192
4.3. Influência dos fatores conjunturais nos processos cubano e venezuelano	199
4.4. Diferentes vias para o mesmo objetivo? Limites e potencialidades das duas experiências	207
CONSIDERAÇÕES FINAIS	215
BIBLIOGRAFIA.....	225
FONTES SECUNDÁRIAS - Literatura geral e sobre os países	225
FONTES PRIMÁRIAS OU DOCUMENTAIS	235
ANEXOS.....	242
ANEXO 1 - Roteiro-guia das entrevistas	243
ANEXO 2 - Entrevista a Elvira Díaz Vallina	244
ANEXO 3 - Entrevista a Hiram Prats Labrada	257
ANEXO 4 - Entrevista a Julio García Oliveras	263
ANEXO 5 - Entrevista a Magalys Martínez Riera	278
ANEXO 6 - Entrevista a Alberto Castelar	283
ANEXO 7 - Entrevista a Alberto Muller Rojas	289
ANEXO 8 - Entrevista a Arévalo Gil	297
ANEXO 9 - Entrevista a Douglas Bravo	303
ANEXO 10 - Entrevista a Germán Ferrer	312
ANEXO 11 - Entrevista a Lídice Navas	317
ANEXO 12 - Entrevista a Perfecto Abreu Nieves	325
ANEXO 13 - Entrevista a Roland Dennis	336
ANEXO 14 - Entrevista a Wilfredo Vázquez	347
ANEXO 15 - Entrevista a William Izarra	354
ANEXO 16 - Entrevista a Yeneiza Delgado	360

AGRADECIMENTOS

Devo este trabalho ao apoio generoso e à colaboração de muitas pessoas e instituições, no Brasil e nos países estudados.

No Brasil, minha gratidão ao meu orientador, Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro, pelas inúmeras ajudas e pela compreensão e paciência que teve ao longo destes anos de doutorado; aos professores que participaram da banca de qualificação do projeto: Profa. Dra. Maria de Lourdes Rollemberg Mollo e Prof. Dr. Danilo Nolasco Marinho, que foram também meus professores no CEPPAC; aos membros da banca de avaliação desta tese: Profa. Dra. Sonia Ranicheski, Prof. Dr. Moisés Balestro, Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado e Prof. Dr. Gustavo Grohmann; à Universidade de Brasília e ao CEPPAC pelo apoio institucional; ao CNPq pela concessão de bolsa de doutorado; à CAPES pela concessão de bolsa nos anos iniciais do curso e de Bolsa-Sanduiche; à Profa. Dra. Maria Auxiliadora do Nescuba da UnB; aos professores, funcionários e colegas do CEPPAC, com quem convivi e aprendi; aos “irmãozinhos” Ana Rosa, Flávio e Mayra, e demais amigos que fiz no CEPPAC nestes anos; e, por fim, um agradecimento especial aos amigos de Brasília que tornaram a vida mais fácil: Natássia, Stela, seu Antonio e Bia, Graça e Maju, Antonio Carlos e Sergio Gazem, dentre outros.

Em Cuba, devo um agradecimento especial ao meu co-orientador cubano, Fernando Martínez Heredia, que em meio a muitíssimas tarefas aceitou trocar algumas idéias com uma aprendiz brasileira e aos amigos que ajudaram a convencê-lo, Carlos Chao do Instituto Cubano de Amistad con los Pueblos (ICAP) e Carlos Almaguer da Juventud Martiana de Cuba; ao Centro de Investigación y Desarrollo de la Cultura Cubana (CIDCC) que me acolheu para o Doutorado-Sanduiche, em especial ao seu Director Sr. Rolando González Patricio, às funcionárias Georgina e Ingrid e à Profa. Dra. Caridad Massón Sena; à Embaixada de Cuba no Brasil, em especial à Conselheira Política Maria Antonia Ramos; à direção e funcionários da Biblioteca Nacional José Martí, do Instituto de Historia de Cuba, situados em La Habana e do Museo de la Lucha Clandestina, Museo 26 de Julio (antigo Cuartel Moncada), Casa-Museo Abel Santamaría e Centro de Estudios Antonio Maceo situados em Santiago de Cuba, em especial às funcionárias Genoveva e Adela da Biblioteca Nacional, Bequis, Camero e Rita do Instituto de Historia e aos funcionários e historiadores de Santiago de Cuba Yuset Sánchez, Reinaldo Ruiz Cruz, Odalys Marqués, Leidy López e Marta Aparicio; aos entrevistados que me concederam valiosos depoimentos e, por fim, aos amigos que me ajudaram de muitas formas e tornaram a convivência e a pesquisa em Cuba mais agradável: Georgina, Lázaro, Mongui, Caridad Navarrete, a família Misael, Adelina e Maurício, os vizinhos da casa e do bairro de Habana Vieja onde morei e os meus familiares cubanos em La Habana e Santiago de Cuba: Hugo e Amélia e Jesús e Eva.

Na Venezuela, minha gratidão aos entrevistados, que foram muito generosos e solícitos em me receber; aos pesquisadores, funcionários e militantes que me ajudaram de forma desinteressada e entusiástica: César Augusto Barrantes, Gustavo Fernández, Keymer Ávila, Michel Lebowitz, Ramón Morales, Douglas Bravo, dentre outros. E, por fim, aos “carajitos” que me acolheram na “comuna” de San José: Julian, Mauro, Maria Virgínia, Gustavo e Bolívar.

Minha gratidão também aos amigos que conheci nos caminhos da vida e que colaboraram de alguma forma com este trabalho: Rosário, Adriana, Néia, Alexandre, Sílvio, Elke, etc. Também à minha família que, em meio à tempestade que atravessamos juntos nestes últimos 2 anos, me deu força para prosseguir. E, do mesmo modo, à minha nova família de Minas Gerais, que me acolheu e ajudou em um momento de fragilidade e muito trabalho.

Por fim, um agradecimento especial ao que foi mais do que um companheiro, de ideais e amor, nestes últimos anos: Wilson Santos Jr.

E, como não poderia deixar de mencionar, ao povo generoso e entusiasta de Cuba e da Venezuela, sem o qual nada disso faria sentido.

RESUMO

Esta tese analisou comparativamente os programas políticos da Revolução Cubana de 1959 e da Revolução Bolivariana atualmente em curso na Venezuela, indagando sobre a existência de uma possível similaridade de sentido nacional-democrático no conteúdo dos dois processos, bem como sobre o vínculo deste conteúdo com a revolução socialista. Os procedimentos de pesquisa envolveram revisão de literatura sobre o sentido da revolução nacional-democrática, seus vínculos com o socialismo na América Latina e a atualidade da temática e seleção e análise de fontes documentais nos países estudados: legislação, discursos, entrevistas, relatos, análises, declarações, folhetos e outros materiais de propaganda, dos grupos protagonistas e das principais lideranças dos processos políticos estudados. O resultado da investigação foi que de fato existiu determinada afinidade de sentido nacional-democrático nos programas políticos dos dois processos, porém apenas se considerados antes da chegada ao poder e/ou governo. Depois, a Revolução Cubana conduziu-se pelo caminho da revolução socialista *contra a ordem* e a Revolução Bolivariana permaneceu como uma revolução nacional-democrática *dentro da ordem*. Assim, a experiência cubana negou a teoria das duas etapas da revolução socialista na América Latina: uma nacional-democrática e outra socialista, evidenciando a *simultaneidade* dos dois processos, ou seja, a revolução socialista como condição da revolução de libertação nacional e aprofundamento democrático. Já a Revolução Bolivariana permanece no caminho das duas etapas, almejando chegar ao socialismo gradualmente, através da revolução nacional-democrática.

Palavras-chave: Revolução Cubana, Revolução Bolivariana, programas políticos, revolução nacional-democrática, socialismo, América Latina

ABSTRACT

This thesis comparatively analyses the political programs of the Cuban Revolution of 1959 and the current Bolivarian Revolution in process in Venezuela, investigating about the existence of a possible similarity of national-democratic sense within the contents of both processes, as well as its ties to the contents of Socialist Revolution. The researched procedure involved a revision of national-democratic revolution literature, its links with socialism in Latin America and its present time importance, and selection and analysis of document in the studied countries: legislation, discourses, interviews, accounts, analysis, speeches, pamphlets, and other types of propaganda material from the protagonist groups and main leaderships of the studied processes. The result of this investigation was that, in fact, existed a relation of national-democratic sense between the political programs of both processes, but only if considered before power taking and/or government ascension. Afterwards, the Cuban Revolution went through the socialist revolution *against the order* and the Bolivarian Revolution maintained as a national-democratic revolution *within the order*. Therefore, the Cuban revolutionary experience refused the theory of two stages of socialist revolution in Latin America: first national-democratic then socialist, proving the simultaneity of both stages, that is, a socialist revolution as a condition for national liberation and the deepening of democracy. Contradicting these contents, the Bolivarian Revolution remains in the course of the two stages, willing to reach socialism gradually, through national-democratic revolution.

Key words: Cuban Revolution, Bolivarian Revolution, political programs, national-democratic revolution, socialism, Latin America

INTRODUÇÃO

As origens do debate sobre a revolução nacional-democrática remontam à formação da sociedade capitalista moderna e de seus requisitos estruturais e funcionais. Tanto os clássicos fundadores das ciências sociais – Marx, Weber e Durkheim (Giddens, 1976) – como outros clássicos dessa disciplina, entre os quais Marshall (1967) e Tocqueville (1957), apresentaram a sociedade capitalista moderna como uma sociedade marcada por um conflito interno bipolar entre seus efeitos igualitários e desigualmente, ou seja, entre uma crescente desigualdade econômica e uma progressiva afirmação de direitos sociais e políticos de sentido igualitário e universal. Nesse sentido, especialmente nos países capitalistas da Europa e nos Estados Unidos, a revolução econômica da sociedade industrial moderna teria sido acompanhada de medidas efetivas de democratização social e política, simultaneamente à consolidação do Estado-nação como centro político da sociedade.

Entre estas medidas características da revolução nacional-democrática que teriam acompanhado o desenvolvimento capitalista nos países mencionados poderiam ser citadas: um sistema social mais equilibrado (ou seja, uma distribuição mais equitativa da renda, incluindo a distribuição da terra), um maior nível de participação popular nas decisões políticas fundamentais e a não conformação de um sistema de dependência externa em relação a outros países, ou seja, a constituição de um Estado nacional efetivamente soberano. Estas características, por sua vez, estariam relacionadas umas às outras formando, em conjunto, uma comunidade nacional democrática e equilibrada.

Já no caso latino-americano, o dilema teria sido justamente a ausência ou limitação dessa revolução, apesar do desenvolvimento capitalista. Não apenas a independência política das antigas metrópoles européias teria sido insuficiente para cortar os tentáculos da dominação externa e garantir um padrão democrático de desenvolvimento, como o próprio processo de industrialização – inclusive em seu estágio mais avançado da segunda metade do século XX – teria sido incapaz de superar o caráter incompleto da democratização e do processo de formação nacional do subcontinente.

O debate teórico a respeito do tema na América Latina da segunda metade do século XX reconhecia de forma praticamente unânime esse impasse, mudando apenas a interpretação sobre suas causas e as soluções apontadas para superá-lo. Nesse período, a hegemonia teórica era exercida pelo pensamento da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina (CEPAL) que apontava a insuficiência de poupança interna como principal causa do atraso latino-americano e apostava na constituição de uma indústria de bens de capital para gerar essa

poupança e garantir a internalização do progresso técnico, levando a um crescimento econômico estável e auto-sustentado. Essas teses da CEPAL ficaram conhecidas como desenvolvimentistas e acompanharam, de certa forma, o otimismo existente na região, especialmente nos países mais industrializados, com o processo de substituição de importações do pós-guerra. (PREBISCH, 1968, 1987).

Entretanto, a crise econômica que veio à tona nos anos 60 abalou esse otimismo e deu origem a novas perspectivas teóricas. Autores como Furtado (1974) e Tavares (2000), oriundos da própria CEPAL, passaram a questionar a perspectiva do desenvolvimento cepalino e a enfatizar a importância da reforma das estruturas sociais da América Latina para superar o atraso econômico, político, social e cultural da região. Esta foi uma crítica profunda na medida em que questionou a noção de desenvolvimento meramente como crescimento econômico e a idéia de que a América Latina deveria seguir o mesmo padrão de desenvolvimento dos países capitalistas centrais. Celso Furtado chegou a afirmar que a mudança fundamental a ser promovida na América Latina não era econômica, mas a mudança de mentalidade, a mudança cultural.

Mas, o ponto de vista cepalino também seria criticado por outra perspectiva ainda mais radical que questionava a própria viabilidade da constituição de uma espécie de capitalismo autônomo e democrático na América Latina. Essa crítica agrupava tanto autores como Cardoso & Faletto (1970, 1985), que ficaram conhecidos como os teóricos da chamada teoria da dependência, como alguns intelectuais que defendiam a existência de uma espécie de capitalismo *sui generis* ou dependente na América Latina, entre os quais André Gúnder Frank (1978), Ruy Mauro Marini (2000) e Florestan Fernandes (1981, 1981a, 1987). Estes autores concordavam que a revolução nacional e democrática havia ficado incompleta na América Latina, mas já não a vinculavam ao desenvolvimento capitalista e sim ao projeto socialista. Nesse sentido, Florestan Fernandes (1979) considerou a Revolução Cubana o único caso de revolução nacional-democrática vitoriosa na América Latina, associando este fato à sua passagem ao socialismo.

Esta problemática é que inspirou o tema e os objetivos desta tese. A partir da análise comparativa dos programas políticos da Revolução Cubana e da chamada Revolução Bolivariana em curso na Venezuela, buscou-se averiguar se seus princípios político-ideológicos fundamentais respondiam aos requisitos próprios de revoluções de caráter nacional-democrático e qual a relação desta revolução com a revolução socialista nas experiências estudadas.

A hipótese que orientou a pesquisa foi de que ambos os processos inicialmente se caracterizaram pela busca de respostas ao problema nacional-democrático, guiando a ação política no sentido de responder a esse dilema tipicamente latino-americano. Entretanto, enquanto a

Revolução Cubana resolveu o dilema através da revolução socialista, a Venezuela atual ainda se debate com incertezas e obstáculos no que se refere à realização do projeto da Revolução Bolivariana.

Desta forma, a seleção dos países estudados foi uma exigência da própria problemática da pesquisa, uma vez que Cuba foi e segue sendo a única experiência de revolução socialista vitoriosa nas Américas e, ao mesmo tempo, um país que viveu o problema nacional e democrático de forma particularmente aguda e a Venezuela o país latino-americano que tem apresentado, da forma mais explícita, o objetivo de realizar uma revolução nacional-democrática e de também vinculá-la a um projeto socialista no atual contexto mundial.

Assim, tanto a temática da investigação como a sua abordagem e os casos empíricos selecionados indicavam a existência de condições capazes de gerar um estudo original. Apesar dos países em questão, Cuba e Venezuela, também por razões políticas evidentes, serem alvo freqüente da curiosidade dos analistas das ciências humanas e sociais, não se soube da existência de nenhum estudo que comparasse ambos os casos na perspectiva proposta por este trabalho.

No caso específico da Revolução Cubana, existem diversas e profundas análises, tanto de autores nacionais como estrangeiros, dado o caráter já histórico do processo iniciado em 1959. No entanto, os estudos comparativos com a experiência recente da Venezuela praticamente inexistem e os que existem constituem mais relatos de experiências ou comparam os países em uma perspectiva mais histórica, como o recente livro de Germán Sánchez, *Cuba y Venezuela: reflexiones y debates*.

Já no caso da experiência venezuelana considerada em si mesma, o interesse pelo tema e as tentativas de interpretação têm aumentado. No entanto, como é normal em casos de situações ainda em desenvolvimento, essas análises geralmente apresentam um caráter ainda provisório ou também aparecem mais na formas de descrições e relatos jornalísticos.

Do ponto de vista teórico-metodológico, a pesquisa adotou uma perspectiva estrutural e funcional mas, ao mesmo tempo, histórica e dinâmica, de acordo com a compreensão de que a teoria só tem sentido quando situada concretamente na história. Deste modo, o esforço para definir o conceito de revolução nacional-democrática foi acompanhado da tentativa de situá-lo no tempo e no espaço específicos definidos pelo objetivo da pesquisa. O tempo foi a segunda metade do século XX, mais precisamente o período do pós-guerra (1945) até o final da década de 60, como contexto histórico da Revolução Cubana, e o contexto atual desde a crise de 1975 até os dias de hoje, como cenário da chamada Revolução Bolivariana. O espaço, a América Latina e, em particular, os países selecionados, com suas especificidades históricas nesse período.

A pesquisa contou também com um enfoque interdisciplinar e comparativo. Quanto ao seu caráter interdisciplinar combinou-se especialmente conhecimentos oriundos da sociologia, da história, da economia e da ciência política. A comparação, por sua vez, fez uso do esquema proposto por Przeworski & Teune (1970), de método que maximiza as diferenças (*most different systems*) versus método que maximiza as semelhanças (*most similar systems*).

A pesquisa também se inseriu numa perspectiva comparativa transistêmica e diacrônica, uma vez que foi abordado um fenômeno presente em dois sistemas, em períodos históricos diferentes. (THRUPP, 1970; MORLINO, 1994). Morlino (1994) e Schneider & Schmitt (1998) justificam a possibilidade de uso de poucos casos na pesquisa comparativa. No entanto, alertam que essa escolha implica realizar um estudo de maior profundidade, menos suscetível à generalização e com maior dificuldade de controle das hipóteses.

Quanto aos procedimentos e técnicas de investigação propriamente ditos, a pesquisa abrangeu várias etapas e procedimentos. Dentre os fundamentais, o primeiro foi a delimitação dos conceitos centrais da tese a partir de revisão da literatura sobre a temática e a delimitação das dimensões de análise relevantes com base nesta definição. O segundo, a busca, seleção e consulta das fontes primárias e secundárias de pesquisa no Brasil e nos países estudados. O terceiro, a elaboração dos roteiros e realização das entrevistas com dirigentes e participantes dos processos em Cuba e na Venezuela. O quarto e último, a análise das fontes primárias de pesquisa com base nas dimensões de análise selecionadas.

Para fins analíticos procedeu-se a uma separação entre fontes primárias ou documentais de pesquisa e fontes secundárias, conforme aparece na bibliografia final. As *fontes primárias ou documentais*, para evitar confusões, não se referiram apenas a documentos dos grupos políticos e das lideranças investigadas, mas a todas as fontes consideradas objeto da investigação: a legislação do período e notícias publicadas na grande imprensa; documentos, textos de análise e materiais de propaganda de grupos políticos analisados; e, textos de análise, memórias publicadas, discursos e entrevistas - incluindo as concedidas à autora - das principais lideranças.

Já como *fontes secundárias* foram consideradas toda a literatura geral sobre a temática da tese – conforme também aparece dividido na bibliografia final – e sobre os países e processos políticos investigados, desde que não fossem passíveis de serem considerados fontes primárias. Por exemplo, um texto do historiador cubano e também membro do primeiro *Partido Comunista de Cuba (PCC)*, Carlos Rafael Rodríguez, poderia ser considerado fonte secundária, desde que não estivesse expressando um ponto de vista de sua organização política suscetível de análise como fonte documental. Já outro texto de análise do mesmo autor claramente situado no debate

ideológico interno entre as forças políticas cubanas poderia ser classificado como fonte primária e assim foi feito. Este critério serviu para todos os demais casos passíveis de dúvida.

Os períodos definidos para a seleção e análise das fontes documentais primárias da pesquisa referentes aos países obedeceram aos seguintes critérios:

No caso de Cuba, o período de 1953-1976, que compreendeu, respectivamente, a data do assalto ao *Cuartel Moncada* de Santiago de Cuba, considerado o marco de início da Revolução Cubana, e a data de 1976, tendo como referência a promulgação da primeira Constituição de caráter socialista.

Assim, a análise da Revolução Cubana restringiu-se a seu período inicial, fundamentalmente a década de 60, quando se definiu e implementou a orientação socialista. Além deste período, algumas fontes anteriores e posteriores mostraram-se relevantes e foram incorporadas, como a Constituição de 1940, reivindicada pelos revolucionários cubanos dos anos 50, e alguns discursos de Fidel Castro e de outros dirigentes da Revolução Cubana anteriores ao *Moncada* e posteriores a 1976.

No caso da Venezuela, foi selecionado o período de 1982-2008, abrangendo respectivamente a data de início da crise econômica e política que deu início a uma nova fase da vida política venezuelana e à fundação do *Movimiento Bolivariano Revolucionario 200 (MBR-200)* de Hugo Chávez, como principal grupo dirigente da chamada Revolução Bolivariana, e o ano atual de reconsideração das táticas de atuação política por parte do governo de Hugo Chávez após a derrota no plebiscito popular sobre a Reforma Constitucional de 2 de dezembro de 2007.

Também com vistas à seleção e análise das fontes primárias, o sentido do termo *programa político* foi considerado para além de seus enunciados discursivos, incluindo também as relações entre tais enunciados e as medidas práticas efetivamente implementadas. Assim, a palavra *programa* recebeu a conotação de *praxis* social segundo a compreensão de que "uma teoria é prática na medida em que materializa, através de uma série de mediações, o que antes só existia idealmente como conhecimento da realidade ou antecipação ideal de sua transformação". (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 1968, p. 207). Ou seja, para fins analíticos foi considerada a relação existente entre os princípios teórico-ideológicos dos programas políticos conforme expressos em forma discursiva e a ação efetiva que buscou converter tais princípios em realidade.

Desta forma, a análise do conteúdo programático dos processos foi dividida em duas partes, uma primeira abordando o programa defendido antes da chegada ao poder e/ou governo e uma segunda abordando o programa efetivamente implementado enquanto poder e/ou governo. Porém,

também nesse aspecto as coisas se mostraram mais complexas, dado que tanto os programas políticos prévios como os implementados não foram apenas expressão da vontade do grupo político hegemônico, mas uma espécie de amálgama ideológico-programático dos pontos de vista de distintos grupos políticos que participaram ativamente dos acontecimentos e que, por sua vez, possuíam uma história pregressa mais ou menos densa.

Assim, considerou-se importante complexificar a análise, incorporando a visão programática de outros grupos que tiveram um papel importante nos processos políticos em análise, embora também o *programa* das respectivas revoluções tampouco pudesse ser considerado uma simples somatória de programas de grupos ou organizações políticas.

No caso venezuelano, inclusive, é comum atribuir como fator importante da mesma a crescente descrença popular em organizações políticas, assumindo nesse caso um papel central as Forças Armadas e o povo espontaneamente mobilizado.

Desta forma, não seria um contra-senso incluir um item sobre organizações políticas no caso venezuelano? Da mesma forma, na Revolução Cubana de 1959, o MR-26-7 de Fidel Castro e o *Ejército Rebelde* não teriam conquistado o apoio popular e vencido a ditadura de Fulgencio Batista contra tudo e contra todos?

Embora esse seja o ponto de vista mais conhecido e divulgado sobre os processos políticos em questão, durante a pesquisa em Cuba e na Venezuela, pôde-se averiguar que as coisas foram um pouco mais complexas, incluindo uma longa história de lutas e esforços organizativos. Assim como nada surge do nada, a Revolução Cubana e a Bolivariana, bem como os movimentos políticos liderados por Fidel Castro e Hugo Chávez, também não poderiam ter surgido do nada.

Por essa razão, pretendeu-se justamente evidenciar este fato ao analisar a história e o ponto de vista de outras organizações políticas que influenciaram e participaram dos processos, fugindo da visão de que uma revolução poderia ser obra de apenas um grupo ou, pior ainda, de um único homem.

Mas, por outro lado, também não se pretendeu cair na armadilha de desconsiderar o papel da vontade e da ideologia de grupos e indivíduos ou, ao contrário, de superestimá-los. Nesse sentido, fez-se questão de frisar a importância dos *projetos* dos grupos considerados - especialmente do grupo hegemônico que, como não poderia deixar-se de reconhecer tiveram, em ambos os processos, um papel crucial para forjar a unidade e converter os desejos em realidade -, bem como os limites da sua participação e influência.

Também nesse aspecto - como ficará visível na leitura dos itens 2.3. e 3.3. - apareceu uma diferença relevante entre Cuba e a Venezuela: o fato da chamada Revolução Bolivariana não ter contado entre seus apoiadores e/ou partícipes com nenhum grupo considerado burguês ou defensor dos interesses da burguesia, enquanto na Revolução Cubana houve claramente um grupo de oposição à ditadura de Batista que defendia os interesses de setores do grande capital privado e, por essa razão, foram considerados de “oposição burguesa” à ditadura.

Entretanto, esta ausência no caso venezuelano não deve levar a acreditar em uma maior radicalidade neste país da luta para derrubar o velho. Na realidade, embora todos os partidos e grupos apoiadores da Revolução Bolivariana se intitulem de esquerda, nem todos possuem uma posição radical de negação do capital privado, incluindo o grupo hegemônico de Hugo Chávez.

Enfim, espera-se que todas essas questões fiquem melhor esclarecidas com a leitura do texto.

A mencionada participação de distintos grupos políticos nos processos investigados foi o critério utilizado para a seleção dos entrevistados. Assim, em Cuba procurou-se por pessoas que haviam sido membros do *Movimiento Revolucionario 26 de Julio (MR-26-7)*, do *Partido del Pueblo Cubano – Ortodoxo (PPC-O)* e/ou de sua organização juvenil, a *Juventud Ortodoxa*, do comunista *Partido Socialista Popular (PSP)* e do *Directorio Revolucionario (DR)* posteriormente chamado *Directorio Revolucionario 13 de Marzo (DR-13 marzo)*, e na Venezuela, por integrantes do *Partido Comunista de Venezuela (PCV)*, do *Partido de la Revolución Venezolana (PRV)*, do *Movimiento al Socialismo (MAS)*, dos partidos *Patria para Todos (PPT)* e *Podemos*, e de representantes do *movimiento bolivariano* de Hugo Chávez (funcionários, deputados, militares, dirigentes do *Partido Unido de la Revolución Socialista/PSUV*, etc.).

O objetivo das entrevistas, conforme roteiros apresentados no Anexo 1, foi conhecer de forma mais pormenorizada o grupo a que pertenceu o entrevistado, a participação de tal grupo no processo político analisado, o seu ponto de vista ideológico e a respeito do processo político em questão.

Em Cuba, devido à abundância de materiais publicados - incluindo memórias, análises, discursos e entrevistas dos principais protagonistas da Revolução de 1959 -, bem como dificuldades de agenda e problemas de saúde ou dificuldades físicas, uma vez que os protagonistas ainda vivos da Revolução de 1959 já estão todos em idade avançada, a concessão de entrevistas se tornou algo mais difícil.

Entretanto, embora a quantidade tenha sido pequena, foram depoimentos bastante valiosos, com personagens que participaram diretamente e tiveram um papel de destaque nos acontecimentos de 1959, representando os principais grupos protagonistas da época: o comunista PSP, o *Partido/Juventud Ortodoxa*, o *Directorio Revolucionario* e o MR-26-7. Por outro lado, estes depoimentos puderam também ser cotejados e completados com os materiais já publicados em forma de memórias, entrevistas, discursos, etc., destes e/ou sobre estes e outros importantes personagens que não foi possível entrevistar.

Na Venezuela, foram conseguidos importantíssimos depoimentos de lideranças militares e políticas participantes do governo Hugo Chávez e também de militantes históricos, como o emblemático guerrilheiro dos anos 60 Douglas Bravo, revelando-se um vínculo antes desconhecido entre o movimento de Hugo Chávez e as guerrilhas dos anos 60/70.

Entretanto, pelo curto período de estadia nesse país, não foi possível agendar entrevistas com representantes dos partidos MAS e Causa-R e também dos partidos *Podemos* e *Patria para Todos*. Assim, optou-se por incluir na lista de entrevistados algumas lideranças populares e comunitárias, para cotejar com as entrevistas oficiais e de representantes de organizações políticas.

Na organização do texto da tese optou-se por incluir as entrevistas em anexo, para tornar a consulta mais fácil ao leitor e para não sobrecarregar o texto dos capítulos com muitas citações.

Outro elemento que se revelou importante foi a análise do panorama histórico e conjuntural da Revolução Cubana e Bolivariana, uma vez que seria impossível conhecer esses processos políticos e as concepções e práticas dos grupos analisados sem conhecer os eventos prévios da história desses países, assim como os fatores nacionais e internacionais que influenciaram ambas as experiências.

Por fim, além da dimensão objetiva da investigação, incorporada na definição dos conceitos centrais da tese e na seleção e análise das fontes de pesquisa, a vivência nos países investigados propiciou uma experiência subjetiva de difícil mensuração. Neste âmbito poderiam ser incluídas atividades como visita a museus e lugares históricos, participação em encontros, reuniões e manifestações políticas, conversas informais com populares, amigos, intelectuais e entrevistados, acompanhamento cotidiano das notícias veiculadas na imprensa (televisão, rádio, periódicos e revistas) e da forma de veiculá-las, dentre outras atividades.

Enfim, os aspectos relativos à vivência pessoal e imersão no cotidiano da cidade e do país, um conjunto de experiências que permitiram elaborar subjetivamente, mesmo que de forma

aproximada, uma visão sobre a *cultura* do país, ou seja, sobre aquilo que ele tem de próprio e que só pode ser compreendido em seus próprios termos de referência, ajudando também a tornar inteligível aquilo que, sob a ótica de nossa própria cultura, poderia ser considerado estranho ou incompreensível.

Por último, a exposição do texto obedeceu à seguinte estrutura interna:

No CAPÍTULO 1, abordou-se o debate sobre a problemática e os conceitos centrais da tese de uma perspectiva teórica e histórica. Nesse sentido, considerou-se importante dimensionar a origem e desenvolvimento da concepção geral de revolução nacional-democrática para, em seguida, situá-la no contexto específico latino-americano, o que evidenciou os seus vínculos, nesse cenário, com a revolução socialista. Por último, discutiu-se a atualidade do tema na América Latina, uma vez que um dos períodos abordados na tese se referiu às três últimas décadas.

No CAPÍTULO 2, o objetivo fundamental foi definir o sentido e o caráter fundamental do programa da Revolução Cubana de 1959. Para tanto, considerou-se insuficiente analisar o chamado programa do Moncada, considerado oficialmente o programa da Revolução, e sua aplicação após a tomada do poder. Para uma melhor compreensão deste programa e das condições de sua realização, avaliou-se necessário contextualizar a Revolução Cubana tanto no cenário nacional e internacional do período, como na história do país. O objetivo básico deste item foi evidenciar os elementos que influenciaram significativamente o desenvolvimento da Revolução.

Já a segunda parte do capítulo foi dedicada à análise do programa revolucionário propriamente dito e ao seu significado. Nesse sentido, além da análise do programa do *Movimiento Revolucionario 26 de Julio* - principal grupo dirigente do processo e que foi fundado por sua principal liderança, Fidel Castro Ruz – considerou-se importante complexificar a análise, incorporando a visão programática de outros grupos que tiveram um papel importante no processo como o *Directorio Revolucionario* e o *Partido Socialista Popular*, além do setor considerado de “oposição burguesa” à ditadura de Fulgencio Batista.

Do mesmo modo, a compreensão do programa desses grupos às vésperas da Revolução exigiu também uma melhor compreensão da sua história, dos seus objetivos políticos, dos seus métodos de luta e da sua interpretação sobre o processo histórico e o presente de Cuba. Por fim, nos últimos itens do Capítulo (o 4.1. e o 4.2.), buscou-se sintetizar esse complexo de questões para apresentar o essencial do programa da Revolução de 1959, compreendendo por este o seu conteúdo teórico-ideológico e as suas realizações.

No CAPÍTULO 3, o objetivo foi basicamente o mesmo do Capítulo 2, com as particularidades metodológicas exigidas ao tratamento de um processo atual, ainda em desenvolvimento¹ e também, evidentemente, às demais particularidades do processo venezuelano.

No CAPÍTULO 4, o objetivo central foi proceder à análise comparativa sintética e *de conjunto* das Revoluções Cubana e Bolivariana no que se referem ao tema estudado apresentando, neste aspecto, os resultados principais da investigação.

Nas Considerações Finais buscou-se retomar a perspectiva geral da tese, bem como seus principais limites e resultados.

Por fim, espera-se que esta tese contribua para uma melhor compreensão das experiências próprias dos dois países e da realidade latino-americana em seu conjunto, para a reflexão sobre a fecundidade deste tipo de procedimento comparativo, para o possível desenvolvimento da perspectiva teórica aqui utilizada e ainda que enseje novos estudos capazes de superar as lacunas aqui deixadas.

¹ Embora a Revolução Cubana também ainda esteja *em processo*, uma vez que na história não existe nada acabado, para os fins desta investigação, como anteriormente esclarecido, se considerou apenas o momento inicial da Revolução Cubana, quando o processo político liderado pelo *Ejército Rebelde* e por Fidel Castro assumiu o poder e assentou as bases da revolução socialista em Cuba. Assim, considerando-se apenas aquele momento inicial é que se refere ao caráter *já histórico* da Revolução Cubana.

CAPÍTULO 1

REVOLUÇÃO NACIONAL-DEMOCRÁTICA E SOCIALISMO NA AMÉRICA LATINA: UM DILEMA NÃO RESOLVIDO

1.1. Origem e significado da problemática

A revolução nacional-democrática, conforme abordada neste trabalho, remete ao contexto de formação e desenvolvimento da sociedade capitalista moderna e de seus requisitos estruturais e funcionais. Conforme abordaram os clássicos fundadores das ciências sociais – Marx, Weber e Durkheim - o desenvolvimento em sentido econômico da indústria e do moderno mercado capitalista foi acompanhado de mudanças sociais, políticas e culturais significativas. Dentre estas mudanças, esteve a formação do Estado nacional moderno e a emergência de novas concepções políticas (GIDDENS, 1976).

Desde então palavras como nação, povo, soberania, democracia, liberdade, igualdade, justiça, passaram a fazer parte não apenas das discussões filosóficas mais elevadas, mas também do vocabulário comum dos “homens do povo”.

E vós, legisladores, lembrai-vos de que não sois os representantes de uma casta privilegiada, mas do *povo* francês; não esqueçais que a fonte de ordem é a *justiça*; que a mais segura garantia da tranqüilidade *pública* é a felicidade dos *cidadãos*, e que as longas convulsões que dilaceram os Estados não são mais que o combate dos preconceitos contra os princípios, do egoísmo contra o *interesse geral*; do orgulho e das paixões dos homens poderosos contra os *direitos* e contra as necessidades dos fracos. (ROBESPIERRE, 1999, p. 53-4)².

Este discurso de Robespierre, principal líder da Revolução Francesa, simbolizava o novo vocabulário político da época que se iniciava. Tratava-se, conforme expressaram em suas obras os principais filósofos políticos modernos - Maquiavel, Locke, Montesquieu, Rousseau – da abolição dos privilégios do chamado Antigo Regime e da instituição de uma sociedade baseada na igualdade de direitos dos cidadãos ou de “todo o povo”. Toda soberania do Estado deveria emanar dessa vontade coletiva dos cidadãos, daí o caráter democrático da revolução. A autoridade divina deveria ser substituída pela autoridade legal, cuja legitimidade deveria advir da vontade popular soberana. Do mesmo modo, os mesmos princípios igualitários deveriam presidir as relações dos

² Quando os grifos são da autora não serão mencionados, apenas quando são do próprio autor/autora da passagem citada.

Estados nacionais entre si, sendo todo Estado considerado soberano, livre e com direitos iguais a todos os demais. (QUIRINO & SOUSA, 1980).

Como disse Leopold Von Ranke:

Era una revolución más profunda que ninguna de las que hasta entonces había presenciado el mundo, una inversión total del principio que había venido rigiendo. Antes, todo el Estado giraba en torno al rey, ungido por la gracia de Dios; ahora, imperaba la idea de que el poder venía de abajo, del pueblo.³

Em termos bastante gerais, essas concepções foram a base constitutiva da revolução política da modernidade. As convulsões políticas que agitaram os séculos XVIII e XIX, não apenas na Europa e nos Estados Unidos da América, onde se tornaram mais emblemáticas, mas em todo o mundo, se nutriram de uma forma ou de outra, desses ideais.

Entretanto, a afirmação teórica e ideológica destes princípios igualitários não foi em si suficiente para a constituição de uma sociedade efetivamente igualitária. Da mesma forma, o caráter e o ritmo das mudanças engendradas pela sociedade capitalista moderna não foram iguais em todos os lugares, assumindo diferentes características dependendo do país e da região. Contudo, apesar dessa dissonância entre ideais igualitários e a existência de desigualdades sociais efetivas, houve mudanças durante o processo de desenvolvimento da sociedade capitalista – e isto é o que se quer ressaltar aqui - que justificavam falar que este foi também um processo de afirmação da democracia e da nação.

Como afirmou Phillip Schmitter⁴, todos os sociólogos da tradição da sociologia histórica e comparativa - Tocqueville, Marx, Engels, Pareto, Michels, Weber e Marshall - concordavam, apesar de suas diferentes interpretações sobre o resultado dessa tensão, em que havia um conflito inerente à sociedade industrial moderna entre os seus efeitos igualitários e desigualitários. Para todos estes autores, havia uma tensão interna bipolar na sociedade capitalista entre a crescente desigualdade no controle e distribuição dos recursos e a progressiva igualdade em termos de direitos sociais e políticos.

Marshall, por exemplo, interpretou o significado desse conflito nos seguintes termos. Para Marshall, o desenvolvimento da sociedade capitalista coincidiu com o reconhecimento progressivo dos direitos formais de cidadania – civis no século XVIII, políticos no XIX e sociais

³ A referida passagem foi citada por Enrique González Pedrero em sua *Introdução* ao livro de Alexis de TOCQUEVILLE. **La democracia en América**. México: Fondo de Cultura Económica, 1957, p. 16.

⁴ *Introdução* ao livro de Thomas Humphrey MARSHALL. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

no XX – cuja origem seria a crescente consciência de que um sistema de desigualdades sociais poderia até ser tolerado, desde que tais desigualdades não fossem excessivas. Por essa razão, Marshall afirmou que “a cidadania em si mesma se tem tornado, sob certos aspectos, no arcabouço da *desigualdade social legitimizada*” (p. 62).

Assim, para Marshall, a materialização da noção de igualdade humana básica através dos direitos formais de cidadania, especialmente com o *status* de cidadania atribuído aos direitos sociais no século XX, teve o significado de uma mudança na própria concepção de igualdade reconhecida como legítima pela sociedade capitalista. A noção inicial de direitos naturais iguais teria dado lugar à concepção de igual valor social, ou seja, ao crescente reconhecimento de que “a cidadania exige um elo de natureza diferente, um sentimento direto de participação numa comunidade baseado numa lealdade a uma civilização que é um patrimônio comum” (p. 84).

Desta forma, o reconhecimento dos direitos de cidadania, segundo Marshall, implicou a consciência crescente de que uma sociedade para se manter como um conjunto estável e equilibrado precisava reconhecer a todos os seus membros o direito de pertencerem a ela integralmente e de desfrutarem os mesmos direitos de todos os demais, sem hierarquias oriundas de privilégios hereditários. Nesse sentido, as desigualdades sociais inerentes ao sistema de classes capitalista poderiam até ser consideradas legítimas, desde que não fossem muito profundas e nem gerassem sentimentos de frustração nos indivíduos quanto às suas oportunidades e expectativas legítimas.

Dito de outro modo, Marshall considerava que mesmo sem eliminar completamente a desigualdade de classes, a sociedade capitalista moderna, especialmente no século XX, conseguiu criar um sistema de igualdade substantiva capaz de equilibrar, de certa forma, aquelas desigualdades. Nisso estaria o caráter democrático ou universal dos direitos de cidadania, uma vez que a igualdade de direitos rompia o nível estritamente local para assumir uma dimensão nacional. Dessa forma, junto com o “sentimento de participação na comunidade e herança comum”, a sociedade capitalista teria dado origem também à consciência nacional moderna.

A partir do reconhecimento dos direitos políticos⁵ e, especialmente, com o uso efetivo destes direitos pela classe operária, a própria estrutura de classes da sociedade capitalista teria sido modificada em favor de um maior equilíbrio. No lugar de um sistema de classes estanque teria surgido uma civilização nacional, onde o bem-estar econômico poderia ser medido de acordo

⁵ “Por elemento político se deve entender o direito de participar no exercício do poder político, como membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo. As instituições correspondentes são o parlamento e conselhos do Governo local”. Thomas Humphrey MARSHALL. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967, p. 63.

com um padrão de vida comum. E com o desenvolvimento do mercado interno capitalista, a partir da produção industrial orientada ao consumo de massas, os “componentes materiais de uma vida civilizada e culta” teriam deixado de ser o monopólio de poucos para se tornarem acessíveis a muitos. O objetivo, afirma Marshall, não seria tanto eliminar as desigualdades de renda e classe, atingindo uma igualdade absoluta, mas torná-las toleráveis e legítimas de acordo com as exigências de uma *sociedade nacional democrática e equilibrada*. Em suas próprias palavras:

O que interessa é que haja um enriquecimento geral da substância concreta da vida civilizada, uma redução geral do risco e insegurança, uma igualação entre os mais e menos favorecidos em todos os níveis. (...) A igualação não se refere tanto a classes quanto a indivíduos componentes de uma população que é considerada, para esta finalidade, como se fosse uma classe. A igualdade de *status* é mais importante do que a igualdade de renda. (1967, p. 94-5)

Em síntese, para Marshall, a sociedade capitalista moderna, apesar de suas divisões de classe, teve êxito em criar uma comunidade nacional unificada por sentimentos de lealdade e pertencimento fundados no reconhecimento da igualdade de direitos.

Mas Marshall não seria o único a interpretar desse modo o significado da igualdade inerente à sociedade capitalista moderna. Castel (1998), por exemplo, argumentou que as mudanças experimentadas pela sociedade capitalista, especialmente no século XX, tiveram um profundo significado social e político. Com a passagem da dimensão individual do contrato mercantil para a dimensão coletiva do direito, a própria concepção da questão social, como questão fundamental de uma sociedade, teria sofrido uma alteração substantiva. Se antes, afirma Castel, as situações de vulnerabilidade decorrentes da ausência de trabalho eram consideradas de responsabilidade dos indivíduos por elas afetados, agora passavam a ser encaradas como questões da coletividade, que exigiam o repensar da sociedade sobre si própria, sobre seu potencial de integração, sobre a possibilidade de se viver em conjunto.

Assim, para Castel, o século XX assistiu à montagem do que ele chamou de *Estado social*, cuja condição principal foi a redefinição completa da condição salarial que passou a ser inscrita numa ordem de direito que reconhecia o trabalhador como membro de um coletivo dotado de *status* social para além da dimensão individual do contrato de trabalho. Isso em decorrência de terem sido incorporadas ao salário uma série de garantias que o convertiam em fonte de reconhecimento, *status* e pertencimento social. Deste modo, também para Castel, a novidade promovida pela sociedade capitalista no século XX foi ter conseguido um nível mais elevado de equilíbrio, integração e solidariedade social e, portanto, um grau maior de democratização das relações sociais.

Até mesmo Karl Marx que, como se sabe, não foi o teórico do consenso e da coesão social, mas do conflito e da contradição, não deixou de reconhecer as conquistas propiciadas pela sociedade capitalista moderna em termos de suas potencialidades democráticas e igualitárias. Se um dos traços mais característicos da sua obra foi mostrar que a igualdade formal burguesa dissimulava a desigualdade real de uma sociedade dividida em antagonismos de classe, por outro lado, ele não via palavras como povo, democracia, justiça, soberania, liberdade, como meros devaneios de filósofos desocupados, como muitas vezes foi interpretado. (MARX, 1968, [s.d.]; MARX & ENGELS, 2002)

Para Marx, tais termos, apesar dos limites da nova ordem social burguesa, apresentavam um conteúdo real de grande importância prática, sendo a expressão teórica e ideológica de necessidades reais bastante prementes, como a necessidade da liberdade de comércio e indústria, do direito inalienável à propriedade privada, da liberdade do trabalho (livre das obrigações da servidão feudal), do fim dos privilégios ligados à posse da terra com vistas ao seu uso mercantil e mais racional, entre outras medidas. Em suma, medidas que permitiam um desenvolvimento mais livre da indústria capitalista e a livravam dos entraves do regime anterior e cujas bandeiras de liberdade, igualdade e fraternidade da Revolução Francesa seriam apenas expressão.

Do ponto de vista de Marx, o fato do ideário universalista e igualitário da revolução burguesa representar, na prática, os interesses de uma classe específica da sociedade - no caso da emergente burguesia - não significava a inexistência de qualquer conteúdo efetivamente democrático e universal nesta revolução. A sua análise sobre a divisão da sociedade em classes e o fato de não considerar o povo como um conjunto homogêneo não implicava que, para ele, o povo simplesmente não existia. Do mesmo modo, a sua argumentação sobre a impossibilidade da igualdade real, da liberdade substantiva e da democracia plena sob o capitalismo não significava a negação de qualquer efetividade a estes princípios no período de domínio da burguesia.

Pelo contrário, para Marx, ao trazer à cena política todas as classes da sociedade, a revolução burguesa converteu-se *também* em uma revolução de caráter nacional e democrático, abrindo espaço para o desenvolvimento mais pleno das potencialidades humanas. Especialmente o desenvolvimento político da principal classe subalterna da sociedade, o proletariado, teria ampliado e aprofundado o conteúdo democrático da revolução burguesa. Nesse aspecto, há uma convergência entre a sua análise e a de Marshall, ou seja, o desenvolvimento do proletariado como classe e a utilização de seus direitos políticos para conquistar direitos econômicos teria forçado uma maior democratização da sociedade capitalista.

Enfim, Marx considerava que o maior ou menor alcance da revolução burguesa, o seu conteúdo mais ou menos democrático, dependia da participação da massa do povo⁶ - fundamentalmente dos camponeses e do emergente proletariado – no processo revolucionário.

Por essa razão, para Marx, o processo da revolução burguesa não teria se desenvolvido de forma igual e linear em todos os lugares, mas segundo as particularidades concretas de cada nação. Assim, o embate entre as classes antagônicas da sociedade é que definiria o ritmo e o conteúdo das transformações burguesas que poderiam ocorrer tanto através de revoluções genuínas, como de arranjos políticos que as conduzissem por uma via lenta e moderada. Nesse último caso, porém, as transformações seriam tolhidas, bloqueadas, amortecidas em seu potencial efetivamente inovador, obrigando o novo a conviver com o velho e adiando a resolução efetiva dos problemas oriundos da estruturação antagônica da sociedade. Por isso, Marx orientava o nascente movimento socialista a não menosprezar a revolução burguesa, a participar dela com todo o empenho.

Com base nestas idéias é que Lênin defendeu, em um livro que se tornou clássico do marxismo sobre a questão democrática, *Dois táticas da social-democracia na revolução democrática*, a importância de o proletariado russo não apenas participar, mas buscar dirigir a revolução burguesa que se desenvolvia na Rússia em 1905. Referendando-se amplamente em Marx, Lênin afirma neste livro que o único ponto de partida possível para a futura revolução socialista seria o desenvolvimento mais pleno do capitalismo, que quanto mais amplas fossem as conquistas da revolução burguesa mais rapidamente o proletariado poderia avançar na conquista da sua emancipação. Daí a sua afirmação, que pode soar um pouco estranha para o ponto de vista dominante sobre o pensamento de Lênin: “quem quiser chegar ao socialismo por outro caminho que não seja o da democracia política, chegará inevitavelmente a conclusões absurdas e reacionárias, tanto no sentido econômico como político.” (1986, p. 391).

Mas a Revolução Russa poderia ser considerada um caso não clássico, segundo os critérios de Marx, de revolução burguesa, devido às suas particularidades históricas e ao fato de ter se desenvolvido quando o capitalismo já havia atingido sua fase madura na Europa e nos Estados

⁶ Entretanto é importante esclarecer que na concepção de Marx e do pensamento marxista posterior, a questão democrática não se resume à mera formalidade da participação das massas populares, ou seja, da maioria da população, nos processos políticos. A questão também se refere ao conteúdo dessa participação. Isto é, para ser democrático não bastaria que um processo político contasse com o apoio e a participação massiva (através de várias formas), mas também ao objetivo e finalidade dessa participação. Assim, uma revolução genuína, além de mobilizar as massas teria que ter um conteúdo democrático. Isto é importante para não confundir-se a mobilização das massas em uma revolução democrática com a sua mobilização em processos políticos autoritários.

Unidos. Para Marx, as revoluções burguesas “clássicas” haviam sido a Francesa, a Inglesa e a dos Estados Unidos.

Como se sabe, Marx considerou a Inglaterra o exemplo clássico de *revolução econômica* engendrada pelo modo de produção capitalista e a França o caso exemplar da *revolução política* moderna. Na França, a revolução política burguesa teria ido às últimas conseqüências, justamente porque nesse país a grande massa do povo, nesse período os camponeses, teriam participado dela e lhe imposto um ritmo mais acelerado e um conteúdo mais radical. Ao trazer à cena política o conjunto do povo, a Revolução Francesa teria praticamente ultrapassado os limites impostos pela nova ordem burguesa em termos de sua radicalidade democrática. (MARX, 1968, 2002, [s.d.]).

Já a chamada Revolução Americana, o processo de luta pela independência dos Estados Unidos, teria sido um exemplo pioneiro, anterior mesmo à Revolução Francesa, de revolução democrática radical. Tocqueville, na sua obra clássica *Democracia na América* considera que os Estados Unidos realizaram de maneira espontânea e em condições que não poderiam ser melhores - uma vez que a força da tradição não teria sido tão marcante nesse país como na Europa - o ideal igualitário e democrático da modernidade. (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Declaração de Independência 1776).

Porém, de todo modo, mesmo não sendo uma revolução burguesa clássica, o fato da Rússia ter sido o primeiro país do mundo a realizar a revolução socialista em 1917, aumentou extraordinariamente o interesse sobre o processo da revolução burguesa, ocorrido em 1905 e em fevereiro de 1917, nesse país. Assim, diferentemente do século XIX e da Revolução Mexicana de 1910, no século XX a experiência russa assumiria um lugar central na avaliação do movimento socialista latino-americano, especialmente a partir da criação dos partidos comunistas vinculados à Internacional Comunista (IC) em praticamente todos os países da região nos anos 20 e 30. A partir deste período, o processo da revolução nacional-democrática no subcontinente já passava a ser influenciado pelas análises e movimentos socialistas e, portanto, passava a ser visto como uma “etapa” e não mais como o objetivo final da revolução latino-americana.

1.2. Um dilema latino-americano: revolução nacional-democrática ou socialismo?

Na América Latina, o debate sobre a revolução nacional e democrática envolveu as questões abordadas no item anterior, mas pelo seu lado inverso, ou seja, pelo reconhecimento de que os países da região caracterizaram-se historicamente pela dificuldade em se afirmarem como Estados nacionais autônomos e democráticos. Não apenas a independência política das antigas metrópoles

européias teria sido insuficiente para cortar os tentáculos da dominação externa e garantir um padrão democrático de desenvolvimento, mas o próprio processo de industrialização – inclusive em seu estágio mais avançado da segunda metade do século XX – teria sido incapaz de superar o caráter incompleto da democratização e do processo de formação nacional do subcontinente.

Para os autores que se dedicaram a estudar o assunto, o eixo da discussão se situou em torno do problema de como a América Latina ingressou na modernidade, ou seja, de como as características próprias do mundo moderno se fizeram sentir também nessa parte do mundo. Durante muito tempo acreditou-se que com a independência política, a consolidação da formação dos Estados nacionais, o fim da escravidão e o avanço da industrialização, os países latino-americanos ingressariam na modernidade e trilhariam os mesmos caminhos de desenvolvimento dos países de desenvolvimento capitalista pioneiro. Por isso, a comparação com aqueles países tornou-se inevitável fosse, num primeiro momento, para sugerir a possibilidade de reprodução do mesmo padrão de desenvolvimento ou para, mais tarde, negar essa possibilidade, a partir de uma análise comparativa que priorizava o contraste entre uma realidade e outra.

A questão chave era como viabilizar no subcontinente um padrão de desenvolvimento compatível com uma sociedade equilibrada e integrada, onde as divisões de classe não produzissem abismos sociais e onde o conjunto da população contasse com oportunidades reais de inserção positiva na ordem social. O principal desafio era como criar as condições necessárias para subordinar o processo de acumulação de capital ao controle da sociedade nacional, de modo a aumentar simultaneamente a eficiência econômica e o bem-estar do conjunto da população. O esforço de reflexão se voltava então a pensar os caminhos que deveriam ser percorridos para canalizar os investimentos econômicos de modo a fortalecer o mercado interno, internalizar os centros decisórios e garantir uma distribuição mais equitativa da renda. (SAMPAIO Jr., 1999).

Compreendia-se que este havia sido o curso normal, por assim dizer, do desenvolvimento capitalista nas sociedades centrais e que era preciso, portanto, encontrar os nexos causais capazes de explicar as dificuldades encontradas pelas sociedades periféricas para seguirem este curso. Em outros termos, era preciso distinguir o que separava o desenvolvimento do subdesenvolvimento e encontrar os meios adequados para a superação do último nas condições específicas das sociedades latino-americanas.

Embora essa discussão, de como forjar Estados nacionais modernos e autônomos, já estivesse presente desde as lutas pela emancipação política, passando pelas lutas abolicionistas e pela constituição dos antigos Estados oligárquicos ainda nos séculos XVIII e XIX, ela viria a ganhar maior centralidade no século XX, com a entrada em cena no subcontinente do capitalismo

industrial ou moderno propriamente dito. (DONGHI, 1985; CARMAGNANI, 1984; DEL POZO, 2002).

Durante o período de domínio do projeto oligárquico até a sua crise e a passagem para o moderno projeto industrial capitalista⁷, o pensamento positivista e liberal predominante se centrava nas idéias de progresso e modernização da região. A crença era de que a modernização - muitas vezes entendida como o mero processo de crescimento econômico e de imitação acrítica dos padrões de consumo das sociedades capitalistas centrais - traria consigo o progresso social e político das sociedades latino-americanas. Essa era uma época de grande otimismo e esperança em relação ao futuro da região. Acreditava-se que o avanço do processo de modernização econômica traria consigo as características sócio-políticas próprias das sociedades modernas, levando paulatina e inevitavelmente à superação dos tradicionalismos herdados da sociedade colonial. (PÉREZ-WICHT, [s.d.]; SEVCENKO, 1998)⁸.

Entretanto, essa crença num certo automatismo entre desenvolvimento econômico e sócio-político, predominante nas primeiras décadas do século XX, passaria a ser questionada com a crise de 1929 e a eclosão da Segunda Guerra Mundial. O impacto da crise sobre o antigo sistema agrário-exportador levaria ao questionamento da possibilidade da América Latina seguir um curso espontâneo de desenvolvimento capitalista.

Nessa época, não apenas na América Latina, mas em todo o mundo, os princípios do liberalismo econômico clássico passavam a ser questionados, e novas teorias surgiam defendendo a necessidade de um maior nível de intervenção do Estado nos rumos econômicos da sociedade. No final da guerra, praticamente um mundo novo surgia, tanto em termos de idéias, como de prática política. A crença na auto-regulação do mercado da teoria econômica ortodoxa era substituída pela crença no dirigismo econômico representado, de um lado, pelo pensamento

⁷ Os historiadores nem sempre concordam acerca do período exato em que se esgota o projeto oligárquico e começa o domínio da burguesia industrial na América Latina. Carmagnani, por exemplo, considera o ano de 1914, data da Primeira Guerra Mundial, como o marco de início da crise do projeto oligárquico e 1930 como o ano da virada para o novo projeto burguês industrial. Del Pozo, por sua vez, estende o auge do projeto oligárquico até 1929, quando considera que este realmente entra em crise. De qualquer forma, evidencia-se pelo trabalho dos dois autores - e de praticamente toda a literatura que aborda o período - que a crise de 1929 foi realmente decisiva, embora o projeto oligárquico já viesse sofrendo abalos anteriormente, pelo menos desde a Primeira Guerra Mundial. Marcelo CARMAGNANI. **Estado y sociedad en América Latina: 1850-1930**. Barcelona: Editorial Crítica, 1984. José DEL POZO. **História de América Latina y del Caribe - 1825-2001**. Santiago: LOM Ediciones, 2002.

⁸ Embora escrita um pouco mais tarde, em 1936, essa esperança é um dos elementos marcantes da obra clássica de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*. Nesse livro, o autor defendeu que, apesar de se processar lentamente, a emergência do que chamou de “nossa revolução” seria uma questão de tempo. Tal revolução significava para ele a democratização plena da sociedade brasileira, não apenas em termos econômicos, mas também políticos e sócio-culturais. Sérgio Buarque de Holanda acreditava que, por mais que o velho insistisse em permanecer, mais cedo ou mais tarde, o avanço do processo de industrialização faria aparecer condições sociais e políticas semelhantes àquelas surgidas na Europa e Estados Unidos. Sérgio Buarque de HOLANDA. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

marxista e, de outro, pela teoria keynesiana. Em termos concretos essas idéias buscavam se efetivar através do sistema socialista e do que ficou conhecido como Estado de bem-estar social dos países capitalistas centrais. (HUNT, 1986; BASLÉ, et al, 1988; DAVIDSON & LIMA, 1999).

Nesse cenário, as teses conhecidas como desenvolvimentistas da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), criada no contexto do pós-guerra pelas Nações Unidas, em 1948, passaram a hegemonizar o debate sobre as perspectivas do desenvolvimento latino-americano. Raúl Prebisch (1968, 1987), à frente da instituição nos anos 50, passou a defender, apesar da sua anterior formação neoclássica, que as especificidades históricas e estruturais da América Latina exigiam pensar caminhos próprios para seu desenvolvimento.

Prebisch estabeleceu a distinção centro/periferia e inaugurou a perspectiva estruturalista da CEPAL, argumentando que nos países periféricos havia sérios entraves ao desenvolvimento decorrentes da sua grande dependência do mercado de exportações, impedindo o processo econômico de assumir uma dinâmica auto-sustentada e dificultando a constituição desses países como Estados nacionais efetivamente autônomos. O subdesenvolvimento latino-americano, para Prebisch, era produto da insuficiência de poupança interna em decorrência do baixo dinamismo tecnológico, daí a necessidade de uma ação estratégica orientada a aumentar essa poupança. O fundamental, então, seria estabelecer um esforço coordenado e persistente para viabilizar recursos que deveriam ser investidos na constituição de uma indústria de bens de capital capaz de garantir a internalização do progresso técnico e de gerar um crescimento econômico estável e auto-sustentado.

Mesmo que o objetivo continuasse a ser atingir um padrão de desenvolvimento semelhante ao das sociedades capitalistas centrais, o caminho a ser percorrido, para Prebisch, deveria ser outro, uma vez que no contexto latino-americano o esforço de poupança não poderia brotar do movimento espontâneo das forças do mercado, mas teria de ser induzido de algum modo pelo Estado. Ao resumir, nos anos 80, o enfoque estruturalista da CEPAL, Prebisch afirmou que aquele consistira em mostrar que a promoção da industrialização nacional das sociedades periféricas não resultara de uma tendência espontânea do desenvolvimento capitalista, mas do esforço próprio daquelas sociedades que, no contexto da crise capitalista internacional, se viram obrigadas a mobilizar a força do Estado⁹.

⁹ Conforme Plínio de Arruda SAMPAIO JR. **Entre a nação e a barbárie**: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado. Petrópolis: Vozes, 1999.

Assim, a CEPAL do pós-guerra foi caudatária da idéia de que o desenvolvimento auto-determinado da América Latina era um fim desejável e que dependia do avanço da industrialização nacional amparada no Estado. Esse otimismo cepalino acompanhava, de certa forma, o que vinha ocorrendo nos países mais industrializados da região, como Brasil, México, Argentina e Chile que, nesse período, já haviam avançado consideravelmente em seus processos de industrialização pela via da substituição de importações e tratavam de aprofundá-los e diversificá-los.

No entanto, esse otimismo seria abalado pela crise econômica dos anos 60 e a conseqüente dificuldade enfrentada pelos países da região para darem continuidade ao processo de substituição de importações, dificuldade de certa forma já considerada e esperada por alguns estudiosos da própria CEPAL como Maria da Conceição Tavares (2000). Desde então, surgiria tanto no interior da instituição, como fora dela, um esforço explicativo da crise que questionaria os pressupostos das teorias cepalinas.

Esta crítica teve um significado bastante profundo na medida em que questionou os princípios fundamentais das teses desenvolvimentistas: a idéia de que era possível aos países latino-americanos alcançar um padrão de desenvolvimento semelhante aos dos países centrais do capitalismo e de que desenvolvimento significava avanço da industrialização. A constatação era de que mesmo os países mais industrializados e com os mais elevados índices de crescimento econômico da região não haviam conseguido superar a dependência externa, um sistema de desigualdades sociais profundas, a permanência do autoritarismo político e o atraso cultural. Em suma, as características principais do subdesenvolvimento.

Com essa crítica, o próprio conceito de desenvolvimento passava a ser questionado, defendendo-se a idéia de que este não deveria ser pensado apenas em termos econômicos, mas também políticos e sócio-culturais. Celso Furtado foi um dos mais importantes defensores dessa idéia. Para Furtado (1974), o erro básico das teorias desenvolvimentistas da CEPAL estava na crença em certo “mito do desenvolvimento econômico”. Durante muito tempo, se teria alimentado a crença de que os estilos de vida e consumo das sociedades capitalistas centrais poderiam ser generalizados para as grandes massas dos países periféricos; crença que deveria ser superada como pré-requisito para a superação do subdesenvolvimento. Assim, para Furtado, o desafio maior a ser enfrentado nas sociedades periféricas era a mudança de mentalidade, a mudança cultural, e não tanto o de saber qual o melhor plano de desenvolvimento econômico a ser seguido.

Por conseguinte, Furtado passou a defender, junto com outros autores, que mais do que perseguir, na maioria das vezes de forma irrealista e cega, determinadas metas de crescimento

econômico, era preciso tocar na América Latina no delicado tema da reforma das estruturas sociais. Para tanto, seria necessário estabelecer as prioridades nacionais e a partir delas definir a estratégia de desenvolvimento mais adequada. Dentre essas prioridades deveriam estar a superação da miséria e a inserção do conjunto da população no mercado de trabalho e na vida política nacional.

Para atingir este objetivo, reformas sociais deveriam ser implementadas no sentido de democratizar a estrutura fundiária e o acesso à terra, incentivar a ampliação do mercado de trabalho, promover a participação política das classes subalternas e garantir o acesso da população a serviços públicos de qualidade. Uma vez estabelecidas essas prioridades é que deveriam ser definidos o tipo de inserção no sistema capitalista internacional e o nível de participação do capital estrangeiro na economia nacional.

De certa forma, embora Furtado não defendesse um projeto anticapitalista, mas o fortalecimento da base empresarial e do espaço econômico nacional, essa sua perspectiva se assemelhava às teses defendidas, a partir do final dos anos 20, pelos partidos comunistas latino-americanos guiados pelo documento de 1928 da III Internacional Comunista denominado *Teses sobre a situação dos países coloniais e semicoloniais*. A partir das idéias desenvolvidas nesse documento, a maioria dos partidos comunistas passou a defender a constituição de uma aliança nacional capaz de levar a efeito uma revolução de caráter agrário e antiimperialista. O pressuposto desta visão era de que a revolução socialista passava, em seu estágio inicial, pelo desenvolvimento de uma espécie de capitalismo autônomo e democrático na periferia. (PRESTES, 1980).

O historiador brasileiro Caio Prado Jr. (1966) foi um dos intelectuais que sustentou teoricamente essa tese. Prado Jr. acreditava que a dependência em relação aos países imperialistas e a manutenção de estruturas sociais atrasadas no campo, com o predomínio do latifúndio, eram os principais fatores que impediam o capitalismo de assumir uma dinâmica auto-sustentada e civilizatória na periferia. Em sua visão, a liberação das energias sociais e econômicas bloqueadas pela permanência do passado colonial dependia da ação de um poderoso movimento democrático de massas capaz de consumir a construção nacional e impedir a reversão neocolonial.

Em uma passagem em que desenvolve um raciocínio muito semelhante ao apresentado por Lênin em *Duas táticas da social-democracia na revolução democrática*, Prado Jr. (1966) escreve sobre a realidade brasileira:

É preciso não esquecer que a situação da economia brasileira, a pobreza e os baixos padrões da população trabalhadora derivam menos, frequentemente, da exploração do

trabalhador pela iniciativa privada, que da falta dessa iniciativa com que se restringem as oportunidades de trabalho e ocupação (p. 266).¹⁰.

Mas essa perspectiva interpretativa, apesar de muito influente no pensamento da esquerda latino-americana, também seria contestada por outra perspectiva teórica desenvolvida principalmente nos anos 60 e 70 do século XX. Essa perspectiva ficou conhecida como dependentista e agrupou, de um lado, os autores da chamada teoria da dependência e, de outro, as teses sobre as peculiaridades do capitalismo dependente e/ou neocolonial.

O ponto em comum dessas teorias era a crítica às teses que, apesar de heterogêneas, acreditavam na viabilidade de um capitalismo autônomo e democrático na periferia. Mais do que questionar a noção de desenvolvimento como mero processo de crescimento econômico, os teóricos da dependência lançavam uma pergunta crucial a respeito da própria viabilidade de reformar o capitalismo periférico a ponto de torná-lo mais equilibrado socialmente, politicamente democrático e economicamente independente.

Com base em uma abordagem que denominaram histórico-estrutural, Cardoso & Faletto (1970) ressaltaram em *Dependência e desenvolvimento na América Latina* – a obra que os tornou conhecidos como criadores da chamada teoria da dependência - a natureza social e política do processo de desenvolvimento latino-americano. Para os autores, isso implicava recusar a tese segundo a qual o desenvolvimento da base material ou do sistema produtivo provocaria a transformação automática do sistema de poder e a democratização das estruturas sociais, ilusão de que teriam padecido as teses desenvolvimentistas da CEPAL.

De acordo com esta obra, as distintas relações entre o sistema econômico e o sistema de poder no período de implementação dos Estados nacionais latino-americanos promoveram distintas possibilidades de desenvolvimento e autonomia, segundo as peculiaridades de cada país. Assim, o êxito do processo de formação nacional teria variado de acordo com as distintas heranças do período colonial e com a capacidade de alguns setores das classes dominantes locais articularem um sistema político de domínio.

¹⁰ Compare-se essa citação, com a seguinte passagem da obra citada de Lênin: “Em países como a Rússia, a classe operária sofre não tanto do capitalismo como da insuficiência do desenvolvimento do capitalismo. Por isso a classe operária *está absolutamente interessada* no mais amplo, mais livre e mais rápido desenvolvimento do capitalismo. É absolutamente *vantajosa* para a classe operária a eliminação de todas as reminiscências do passado que entorpecem o desenvolvimento amplo, livre e rápido do capitalismo.” Vladimir Ilich LÊNIN. Duas táticas da social-democracia na revolução democrática. In: **Obras Escolhidas**. Volume I. 3. ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1986, p. 406, grifos do autor.

Porém, a tese contida em *Dependência e desenvolvimento na América Latina* provocaria diversas controvérsias e seria interpretada de distintas maneiras. A razão disto parece ter sido o fato da obra questionar, de um lado, a idéia de que o problema da América Latina era a insuficiência de desenvolvimento capitalista e, de outro, parecer defender que, dependendo da conformação do sistema de poder político seria possível alcançar uma maior democratização do capitalismo periférico.

Os próprios autores contribuiriam para reforçar essa polêmica. Enquanto em artigo publicado em 1985, no qual se propunham repensar *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, escreviam:

Não é realista imaginar que o desenvolvimento capitalista resolverá problemas básicos para a maioria da população. Ao fim, o que deve ser discutido como alternativa não é a consolidação do Estado e a realização plena do “capitalismo autônomo”, mas sim a sua superação. A questão relevante, então, é como construir caminhos para o socialismo (CARDOSO & FALETTO, 1985, p. 30).

Em 1995, Fernando Henrique Cardoso, agora na condição de presidente da República do Brasil, afirmava:

[...] em oposição às visões dos deterministas que uniam a teoria do imperialismo à impossibilidade do desenvolvimento capitalista nos países periféricos, descrevíamos as *novas* relações de dependências que permitiam a industrialização das economias subdesenvolvidas [...]. Em vez de repetir que haviam barreiras, impasses e impossibilidades de desenvolvimento, dizíamos que havia – dependendo das opções políticas e de surgirem atores sociais novos – oportunidades de desenvolvimento econômico, apesar da relação geral de dependência. (CARDOSO, 1995, p. 148-9)

Essas citações evidenciam que a divergência talvez não estivesse no tipo de análise contido na obra, mas na opção política entre a crítica ao capitalismo dependente e a resignação a ele. Porém, essa discussão extrapola os objetivos deste trabalho. O que importa frisar aqui é que a análise contida na obra de Cardoso & Faletto contribuiu para desenvolver uma crítica radical - levada adiante por outros autores - ao tipo de desenvolvimento capitalista possível nas condições periféricas. Ela contribuiu para pensar que o desenvolvimento capitalista possível na América Latina era o desenvolvimento do subdesenvolvimento, como definiu André Gúnder Frank (1978).

Esta tese constituiu o eixo central das teorias que defenderam a existência de um tipo de capitalismo específico, *sui generis*, dependente, na América Latina. Para esta perspectiva interpretativa, o atraso não era um mero resíduo do passado colonial, mas tinha sua funcionalidade no processo de acumulação de capital na periferia. Por essa razão, acreditava-se

que o subdesenvolvimento não poderia ser superado pela simples intensificação da acumulação capitalista.

Ruy Mauro Marini (2000) foi um dos principais defensores dessa tese. Em seu livro, *Dialética da dependência*, buscou estabelecer, a partir de um esforço para adaptar as categorias analíticas da obra *O capital* de Karl Marx ao contexto latino-americano, os traços essenciais do tipo de capitalismo existente na região. Para Marini, a característica essencial do capitalismo dependente era a superexploração da força de trabalho, responsável pela agudização da contradição entre a esfera da produção e da circulação e pela não-absorção de grandes contingentes populacionais no mercado de trabalho. Em outros termos, Marini considerava - e neste ponto concordava com as perspectivas interpretativas anteriormente mencionadas - que o capitalismo latino-americano apresentava dificuldades para assumir uma dinâmica auto-sustentada e equilibrada, justamente por não conseguir incorporar o conjunto da população à sua dinâmica e ampliar o círculo de consumidores locais.

Entretanto, o que distinguia sua análise das demais era a explicação para a existência desse problema. Para Marini, a dificuldade não estava na insuficiência de desenvolvimento capitalista, mas na própria dinâmica de desenvolvimento do capitalismo latino-americano. A posição da América Latina na divisão internacional do trabalho - inicialmente como fornecedora de produtos primários e, após a industrialização, de produtos manufaturados de menor conteúdo tecnológico - teria levado a região a constantes perdas no mercado mundial, em virtude da baixa produtividade do trabalho e da troca desigual, oriunda fundamentalmente de situações de monopólio.

Nessas condições, as burguesias latino-americanas teriam se visto diante de duas alternativas: aumentar a produtividade do trabalho através da intensificação da inovação tecnológica ou aumentar o grau de exploração sobre a força de trabalho local. Para Marini, acabaram optando pela segunda alternativa como “linha de menor resistência”. A primeira alternativa teria sido abandonada em virtude de seus riscos políticos, ou seja, a necessidade de confrontar o sistema imperialista e de envolver as classes subalternas nessa luta.

Esta análise de Marini foi criticada por parecer contraditória com os esforços industrializantes e modernizantes da burguesia latino-americana, especialmente a partir da segunda metade do século XX. Contudo, ele respondeu a este questionamento buscando explicar justamente por que o avanço da industrialização substitutiva de importações não teria conseguido superar justamente as características fundamentais do subdesenvolvimento.

Polemizando com as teses desenvolvimentistas da CEPAL, Marini defendeu que a adoção de novas técnicas de produção não conseguiu dinamizar o mercado interno de consumo de massas

na América Latina justamente porque incidiu sobre uma estrutura produtiva baseada num alto grau de exploração sobre a força de trabalho. Assim, o capitalista teria mantido a tendência a ampliar a mais-valia absoluta dos baixíssimos salários e da extensão da jornada de trabalho, ao mesmo tempo em que utilizava o progresso técnico para intensificar o ritmo do trabalho. Nessas circunstâncias, o aumento da produtividade do trabalho não teria tido os mesmos efeitos sociais progressivos ocorridos nos países centrais de desenvolvimento capitalista clássico, uma vez que a inovação técnica teria se dado fundamentalmente nos ramos industriais cujos tipos de consumo não poderiam converter-se em consumo popular na América Latina.

Em síntese, para Marini a industrialização latino-americana não foi capaz de superar o caráter ultra-explorador e ultra-concentrador da economia dependente porque a produção industrial priorizou os ramos de bens de luxo destinados à esfera alta da circulação interna e, quando esta se tornou estreita demais, novamente a exportação, enquanto um vasto contingente populacional permanecia inútil do ponto de vista das necessidades de expansão da demanda.

Florestan Fernandes (1981, 1981a, 1987), também foi outro importante intelectual brasileiro que defendeu, embora por outros caminhos analíticos, uma tese semelhante. Nestes trabalhos mencionados, Fernandes enfatizou as relações entre as especificidades do desenvolvimento histórico do capitalismo latino-americano e a conformação da sua estrutura de classes. Para o autor, o erro estava justamente em pensar a existência de um único padrão de desenvolvimento capitalista e que as revoluções burguesas clássicas poderiam se reproduzir em períodos e circunstâncias históricas distintas. Por isso afirmou:

Há burguesias e burguesias. O preconceito está em pretender-se que uma mesma explicação vale para as diversas situações criadas pela “expansão do capitalismo no mundo moderno”. Certas burguesias não podem ser instrumentais, ao mesmo tempo, para a “transformação capitalista” e a “revolução nacional e democrática”. O que quer dizer que a Revolução Burguesa pode transcender à transformação capitalista ou circunscrever-se a ela, tudo dependendo das outras condições que cerquem a domesticação do capitalismo pelos homens (1987, p. 214).

Nas condições particulares da América Latina, Fernandes considerou que a revolução burguesa não conseguiu impulsionar aquele potencial de autonomização nacional e avanço democrático típico das revoluções burguesas clássicas européias e dos Estados Unidos. Concordando com Marx, Fernandes avaliou que aquelas revoluções se realizaram simultaneamente como revoluções capitalistas e revoluções nacional-democráticas devido à participação ativa das massas populares em seu processo político, levando à derrota completa do “Antigo Regime” e a um capitalismo com propriedades construtivas.

Já no caso latino-americano, o caráter atrasado da revolução burguesa teria levado à dissociação entre o desenvolvimento capitalista e a revolução nacional-democrática, gerando uma estrutura social que combinou permanentemente o novo e o velho, o tradicional e o moderno¹¹. A razão fundamental estaria no fato da direção política da revolução burguesa na América Latina ter ficado nas mãos de uma burguesia conservadora e dependente, que preferira a associação estratégica ao imperialismo a abrir o espaço político à participação das massas populares. Contraditoriamente, porém, essa opção a teria colocado em uma posição subordinada e impotente perante o imperialismo, ao perpetuar a estrutura da dependência externa e do subdesenvolvimento. Nas palavras do autor:

Ao condenar ao ostracismo e à participação segmentária ou marginal suas classes “baixas”, as sociedades nacionais da América Latina não só destroem as identificações larvárias dessas classes com a ordem social competitiva e dissipam suas “compulsões burguesas”. Elas também se condenam à eternização da dependência e do subdesenvolvimento, mediante a institucionalização do capitalismo selvagem. O campo de forças socialmente ativas só fica aberto aos “campeões do desenvolvimento”, todos adeptos dos “milagres econômicos” proporcionados pela industrialização da dependência, do subdesenvolvimento e da exploração implacável do povo (FERNANDES, 1981a, p. 84).

Mesmo quando o ritmo da modernização foi intenso, Fernandes considerou que muitas estruturas fundamentais da sociedade colonial não desapareceram. Ao contrário, o avanço da industrialização na América Latina da segunda metade do século XX teria coincidido com o recrudescimento do sistema imperialista e a agudização das características autocráticas do conjunto do sistema capitalista, aumentando o temor burguês para com a participação política dos “de baixo” no contexto da polarização com o bloco socialista. Assim, os golpes militares de extrema direita, ocorridos em quase toda a região latino-americana entre os anos 60 e 80, para Fernandes, seriam um exemplo desta realidade, ao desempenharem o papel de “contra-revoluções preventivas”, ou seja, cujo intuito não seria derrotar, mas antecipar-se e impedir a eclosão de revoluções genuínas “contra” ou “dentro da ordem”.

Dadas essas condições, Florestan Fernandes também levantou a pergunta sobre a viabilidade da revolução nacional-democrática por dentro da ordem capitalista na América Latina, uma vez que lhe parecia faltarem as forças sociais interessadas nessa revolução. Se, por um lado, as massas

¹¹ Além das “revoluções burguesas clássicas” e das “revoluções burguesas atrasadas” próprias dos países da periferia, Florestan Fernandes considera em sua tipologia as “revoluções burguesas atípicas” do século XIX, cujo exemplo mais característico seria a chamada via prussiana. Nesse caso, o temor burguês em relação ao radicalismo popular teria minado o potencial de avanço democrático. Porém, em compensação, a forte centralização do poder pelo Estado teria propiciado a realização plena da revolução nacional, impedindo a conformação de um sistema de dependência externa.

populares poderiam ter interesse em realizarem essa revolução, mesmo não sendo a *sua* revolução, por outro lado, ela dificilmente poderia estacionar em um patamar democrático-burguês, tendo que ligar-se desde o início à revolução socialista, como teria demonstrado o exemplo histórico da Revolução Cubana (FERNANDES, 1979, 1981a).

Os demais exemplos concretos de tentativa de realização dessa revolução por “dentro da ordem” no contexto latino-americano teriam fracassado, evidenciando que as conquistas nacionais e democráticas que nos países centrais haviam sido parte do próprio desenvolvimento capitalista, nos países periféricos teriam que ser realizadas *contra* esse desenvolvimento, unindo-se desde o início à revolução socialista.

1.3. Atualidade do debate

Considerando que os termos centrais da problemática até aqui abordada vêm sendo questionados por uma perspectiva interpretativa que tem logrado cada vez mais adeptos nas ciências humanas e sociais contemporâneas, é necessário ao menos apresentar os termos fundamentais desse debate para poder seguir adiante.

Segundo esta perspectiva, já não faz sentido falar da questão nacional e democrática no sentido aqui abordado porque, na atualidade, sequer faria sentido falar de “nação” e “sociedade” no sentido atribuído a estes termos pelo “projeto da modernidade”, uma vez que a própria modernidade estaria em crise. Desta maneira, os conceitos centrais que marcaram toda uma época como sociedade, soberania, Estado-nação, classes sociais, esquerda/direita, capitalismo/socialismo, centro/periferia, dentre outros, estariam sendo deslocados, descentrados e re-significados. E, nesse cenário, o próprio paradigma racionalista da ciência moderna teria de ser repensado.

Assim, de acordo com este ponto de vista, estaríamos diante de uma crise de amplas dimensões e profundo significado, uma vez que ela atingiria não apenas a estruturação do mundo, mas a nossa própria forma de senti-lo e pensá-lo, abarcando desde o nível mais amplo da sociedade global até as nossas sensações mais íntimas e, portanto, nosso próprio senso de identidade.

Os autores que, de um modo ou de outro, compartilham desse ponto de vista freqüentemente argumentam que, embora ainda não existam muitas certezas quanto à configuração do novo, não há dúvida quanto à crise do velho. Ou seja, viveríamos uma época de transição entre aquilo que

constituiu a modernidade e aquilo que a substituiria. Assim justificam o caráter impreciso dos termos utilizados para definir o novo. A expressão mais comumente utilizada para definir essas mudanças, e ainda assim considerada bastante imprecisa, tem sido a de “pós-modernidade”. Entretanto, alguns autores, apesar de concordarem com a crise da modernidade, são mais reticentes em utilizá-la preferindo, como Giddens (1991), só para citar um exemplo, falar ainda em intensificação das conseqüências da modernidade.

A crise da modernidade teria vindo à tona nas últimas décadas do século XX, mais precisamente a partir de meados dos anos 70, mas seria fruto de um longo processo, oriundo da intensificação das próprias características da modernidade. Com a modernidade, o passado tradicional teria sido substituído por uma sociedade aberta à mudança contínua e o homem teria passado a ser considerado o centro do universo podendo a partir da sua capacidade de inquirir e averiguar, enaltecida pelo pensamento iluminista, modificar o próprio destino. Essa característica de mudança contínua e permanente associada à diminuição das distâncias, decorrente do progresso dos meios de transporte e comunicação, seria a principal responsável pelas mudanças definidas como pós-modernas. Nas palavras de David Harvey:

À medida que o espaço se encolhe para se tornar uma aldeia “global” de telecomunicações e uma “espaçonave planetária” de interdependências econômicas e ecológicas – para usar apenas duas imagens familiares e cotidianas – e à medida em que os horizontes temporais se encurtam até ao ponto em que o presente é tudo que existe, temos que aprender a lidar com um sentimento avassalador de compressão de nossos mundos espaciais e temporais¹².

E como as diferentes formas de relacionar espaço-tempo seriam as coordenadas básicas dos sistemas de representação característicos de cada época, a destruição do espaço através do tempo, como definiu Harvey, estaria levando à fragmentação do sujeito moderno e também à re-significação das lealdades anteriores, entre as quais as da cultura e da sociedade nacional.

Assim, a nação, como uma entidade unificada e articuladora das diferenças regionais e étnicas a partir da criação de instituições culturais próprias, de uma língua unificada e de um padrão de ensino universal, estaria sendo redefinida a partir das novas relações entre o local e o global. (HALL, 2002).

Em conseqüência, todo o discurso articulado em torno da nação e do Estado nacional moderno não teria mais razão de ser. Justamente aquelas características consideradas nos itens anteriores como fundamentais para definir a questão democrática e nacional não teriam mais

¹² Citado por Stuart HALL. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 70.

sentido, porque fariam parte do discurso de uma época em que o Estado-nação ainda era considerado o centro político da sociedade.

Com o processo de globalização - termo freqüentemente utilizado para definir as características sociais, econômicas, políticas e culturais das mudanças em curso - o Estado-nação estaria perdendo sua centralidade e, junto com ele, a própria noção de sociedade. Nos termos de Stuart Hall:

[...] a globalização implica um movimento de distanciamento da idéia sociológica clássica da "sociedade" como um sistema bem delimitado e sua substituição por uma perspectiva que se concentra na forma como a vida social está ordenada ao longo do tempo e do espaço (p. 67-8).

Embora alguns autores identificados com essa perspectiva considerem que a cultura e a identidade nacional não necessariamente deixam de existir no cenário atual argumentam, no entanto, que perderam o lugar central que ocuparam no passado, sendo reconfiguradas a partir do surgimento de novas identificações locais e globais. Assim, ao lado da tendência à homogeneização cultural produzida pelo mercado global estaria atuando a tendência à hibridização e pluralização cultural com o estabelecimento de novas relações entre o centro e a periferia.

Embora não se desconheça a existência desse debate, a perspectiva aqui adotada não concorda com seus pressupostos. Não há dúvida de que o final do século XX foi marcado por uma crise de dimensões bastante amplas e profundas e que perdura até hoje. No entanto, essa crise não teve a ver com uma “crise da modernidade”, mas com mais uma crise característica do sistema capitalista que, devido às características do mundo atual, assume um caráter mais alarmante e inquietante.

Como argumentam autores como Mandel (1982), Chesnais (1998), Mészáros (2002), Wallerstein (2002), a crise atual apresenta as características de uma *crise estrutural* do sistema capitalista e de uma crise cíclica ou “normal” como as do passado. Assim, no lugar de uma “aldeia global” de paz e prosperidade o mundo atual é, cada vez mais, profundamente contraditório e desigual.

Apesar dos intercâmbios globais estarem, de fato, cada vez mais rápidos e simultâneos, não há no horizonte qualquer vestígio de “deslocamento” ou “descentração” dos centros de poder e domínio mundiais. Pelo contrário, a característica essencial do mundo atual é de aumento da concentração e centralização do poder, seja na forma das empresas transnacionais ou dos Estados dominantes ou, principalmente, da articulação entre ambos.

Citando os dados divulgados em suplemento do *Financial Times* de 10 de maio de 2002, Petras (2002) mostrou como as 500 maiores empresas do mundo pertenciam aos países centrais do sistema capitalista: 48% aos Estados Unidos, 30% aos países da União Européia e 10% ao Japão. Ou seja, quase 90% das maiores corporações mundiais da indústria, das finanças e do comércio pertenciam a apenas três unidades geográficas. Dentre elas, os Estados Unidos permaneciam dominantes, controlando os setores mais importantes das novas tecnologias, as finanças e o comércio. Das dez principais companhias do mundo, 90% eram dos Estados Unidos; das principais vinte e cinco, 72%; das principais cinquenta, 70% e das principais cem, 57%. Embora esses dados sejam de 2002, não há razão para acreditar que nos últimos 6 anos tenha havido uma alteração substantiva desta situação.

Para Petras, a atuação dos organismos multilaterais e mesmo a conformação de blocos econômicos regionais não alterou substancialmente esta realidade, uma vez que por detrás destas estruturas permaneceria o poder econômico, político e militar dos Estados nacionais dominantes.

Aunque es cierto que las IFIs [*Instituciones Financieras Internacionales*] toman importantes decisiones en gran número de puntos geográficos afectando de forma importante distintos sectores económicos y sociales, estas decisiones y quienes las toman están íntimamente relacionados con los estados imperialistas y las EMNs [*Empresas Multinacionales*] que los influncian. Los altos cargos de las IFIs han sido nombrados por sus gobiernos nacional/imperialistas. Todas las políticas que dictan las condiciones para la concesión de créditos son establecidas por los ministros del tesoro, finanzas y economía de los estados imperialistas. La inmensa mayoría de la financiación de las IFIs proviene de los estados imperialistas. La representación en el consejo ejecutivo de las IFIs es proporcional a la financiación otorgada por los distintos estados imperialistas. El FMI y el BM han sido siempre dirigidos desde USA o la Unión Europea.¹³

Mészáros (2002) concorda com esta perspectiva afirmando, em tom irônico, que atualmente o “Estado mundial do capital” segue sendo apenas uma “idéia reguladora kantiana”, enquanto na realidade continuam existindo os Estados nacionais representativos de capitais e burguesias nacionais dominantes, com exceção dos Estados nacionais dos países do “Terceiro Mundo” ou dos países “pós-capitalistas”.

Os países capitalistas dominantes sempre defenderam (e continuam a defender) seus interesses econômicos vitais como combativas entidades nacionais, apesar de toda a retórica e mistificação em contrário. Suas companhias mais poderosas estabeleceram-se e continuam a funcionar pelo mundo afora; são “multinacionais” apenas no nome. Na verdade, são corporações *transnacionais* que não se sustentariam por si mesmas. Harry

¹³ James PETRAS. Centralidad del Estado en el mundo actual. **Rebellion:** online. 2001. Disponível em: <www.rebellion.org/petras/petrascentralidad.htm>. Acesso em: 21 abril 2003.

Magdoff convincentemente enfatizou: “É importante ter em mente que praticamente todas as multinacionais são de fato organizações nacionais que funcionam em escala global. Não estamos negando que o capitalismo seja, e sempre foi, desde o seu início, um sistema mundial, nem que tal sistema tenha se tornado mais integrado por ação das multinacionais. Contudo, assim como é essencial compreender e analisar o capitalismo como sistema mundial, é igualmente necessário admitir que cada empresa capitalista se relaciona ao sistema mundial por intermédio do Estado-nação e, em última análise, dele depende”. (p. 229, grifos do autor).

Isto não significa a negação de mudanças ocorridas na forma de funcionamento do capitalismo e do Estado. Pelo contrário, Mészáros reconhece que mudanças importantes ocorreram nas últimas décadas do século XX em relação ao Estado. Entretanto, tais mudanças estariam relacionadas à crise do “sistema do capital em seu conjunto” e não às “fantasias neoliberais relativas ao ‘reco das fronteiras do Estado’”. (2003, p. 29). Assim, as mudanças ocorridas caminhariam na direção contrária ao ponto de vista “neoliberal” predominante, ou seja, a intervenção do Estado, não apenas na economia, mas em todas as esferas do “metabolismo social”, estaria sendo mais solicitada do que nunca e tenderia a se intensificar cada vez mais. O problema é que, diferentemente do período do pós-guerra, a ajuda externa do Estado estaria funcionando ao mesmo tempo como um “ajuste adequado e um total desajuste” diante da “ativação dos limites absolutos do capital”.¹⁴

A questão remete ao reaparecimento maciço no século XX daquilo que Marx denominou de “ajuda externa”, [...], desde as “políticas agrícolas comuns” e garantias de exportação até os imensos fundos de pesquisa financiados pelo Estado e o apetite insaciável do complexo industrial-militar. [...] O capital, na fase atual de desenvolvimento histórico, tornou-se completamente dependente da oferta sempre crescente de “ajuda externa”. Contudo, também sob esse aspecto, estamos nos aproximando de um limite sistêmico, pois somos obrigados a enfrentar a *insuficiência crônica de ajuda externa* referente àquilo que o Estado tem condições de oferecer. Na verdade, a crise estrutural do capital é inseparável da insuficiência crônica dessa ajuda externa, sob condições em que os

¹⁴ Para Mészáros, o sistema do capital possui seus próprios limites absolutos ou intrínsecos para além dos quais não pode avançar sem pôr em risco suas próprias “bases reprodutivas materiais”. Os limites absolutos do capital seriam ativados quando as contradições inerentes à sua própria natureza dual - decorrente da contradição entre produção e controle - tornassem inviável a continuidade do processo de acumulação e expansão do sistema em seu conjunto. Assim, as barreiras para a auto-expansão do capital seriam erguidas por ele próprio e não por qualquer circunstância exógena a seu modo de funcionamento. Na atualidade, segundo Mészáros, o sistema do capital estaria manipulando a ativação dos seus limites absolutos através da “disjunção radical” entre a satisfação das necessidades humanas e os seus imperativos de auto-reprodução. Para continuar se reproduzindo o capital estaria tratando “o *relativo* historicamente produzido e limitado (ou seja, a ordem estrutural do capital) como *absoluto intrascendível*, e as condições absolutas da reprodução sociometabólica e a sobrevivência do ser humano como *relativo prontamente manipulável*” (p. 179). Nessas condições, a tendência seria a substituição das grandes tempestades características das crises cíclicas anteriores por um *continuum* depressivo, por uma “crise endêmica, permanente e crônica” convertida na normalidade do sistema, no seu procedimento corrente. István MÉSZÁROS. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, Editora da UNICAMP, 2002.

defeitos e as falhas desse sistema antagonístico de reprodução social exigem uma oferta ilimitada dela. (MÉSZÁROS, 2002, p. 29-31, grifos do autor).

Deste modo, a crise estrutural do capital se expressaria também como uma crise do Estado, mas não no sentido a ela atribuído pelas chamadas teorias neoliberais ou pós-modernas. Tal crise estaria relacionada à dificuldade do Estado ser funcional à superação da crise, mesmo aumentando o seu grau de intervenção e revertendo aquelas conquistas democráticas e igualitárias abordadas em 1.1. Em outras palavras, o sistema do capital na atualidade estaria caminhando exatamente no sentido contrário àquele exposto em 1.1. Somente nesse sentido, se poderia falar de uma crise da sociedade enquanto tal, uma vez que aquelas condições da coesão social possível numa sociedade de classes estariam sendo desfeitas em escala mundial.

Autores como Antunes (1995), Chesnais (1996), Gonçalves (2002), assim como os já citados Castel (1998), Mézáros (2002) e Wallerstein (2002), mostram que problemas como o desemprego, a precariedade do trabalho, a retirada de direitos sociais e trabalhistas atingem hoje inclusive os países capitalistas mais desenvolvidos, fazendo do surgimento de uma nova “vulnerabilidade de massa”, para usar os termos de Castel, um fenômeno mundial. Nessas circunstâncias, o rompimento do chamado pacto keynesiano tem o significado de um retrocesso antidemocrático. Nas palavras de Mézáros:

Diante do fato de que a mais problemática das contradições gerais do sistema do capital é a existente entre a impossibilidade de impor restrições internas a seus constituintes econômicos e a necessidade atualmente inevitável de introduzir grandes restrições, qualquer esperança de encontrar uma saída desse círculo vicioso, nas circunstâncias marcadas pela ativação dos limites absolutos do capital, deve ser investida na *dimensão política* do sistema. Com as recentes medidas legislativas que já apontam nessa direção, não pode haver dúvida de que *o pleno poder do Estado será ativado* para atender à meta de encerrar esse círculo vicioso do capital, ainda que isto signifique sujeitar quaisquer dissensões potenciais a restrições autoritárias extremas. (MÉSZÁROS, 2002, p. 220).

Se esta é a situação em termos globais, nos países periféricos o cenário apresenta-se ainda pior, como o retrocesso do movimento já atrofiado de construção nacional e democrática. Diversos autores - tais como Fiori (1995), Chomsky & Steffan (1995), Saes (1999), Batista (1999), Sampaio Jr. (1999), González Casanova (2000), Petras (2002a) - têm chamado a atenção para este problema afirmando, de forma unânime, que o cenário atual na América Latina se caracteriza pelo rompimento com aquele "compromisso mínimo com um projeto de desenvolvimento capitalista", como disse Saes, mesmo que dependente, que existiu na região no período do pós-guerra. Naquele cenário, apesar da manutenção das características próprias do

subdesenvolvimento, o crescimento econômico propiciado pelo movimento ascendente da industrialização substitutiva de importações teria permitido certa amenização da heterogeneidade estrutural¹⁵ e determinada expectativa positiva em relação às possibilidades de ascensão social nos diferentes estratos da população.

Atualmente, porém, a interrupção daquele já contraditório processo de crescimento econômico estaria fazendo reaparecerem novas formas levando à agudização das desigualdades sociais, da dependência econômica e cultural e fazendo reaparecerem novas formas de autoritarismo político. Alguns, dentre os autores mencionados, como González Casanova, James Petras e Sampaio Jr., vão mais longe e chegam a falar em um processo de reversão neocolonial do subcontinente, dado que “o desenvolvimento nacional fica excluído do horizonte de possibilidades dos países periféricos” (SAMPAIO Jr., 1999).

Ou seja, no cenário atual, tais países deveriam conformar-se eternamente com sua condição subordinada. Entretanto, esta perspectiva não parece realista em uma situação de crescentes contradições sociais. Cervantes Martínez, et al (1998) consideram a possibilidade de agudização das contradições não apenas entre as classes antagônicas da sociedade mas, inclusive, no interior das classes dominantes internas e externas na América Latina atual. Porém, embora esta seja uma das tendências do atual cenário, a tendência mais forte e predominante continua sendo a união fundamental entre as classes dominantes internas e externas com base na “linha de menor resistência” mencionada por Ruy Mauro Marini e Florestan Fernandes.

Assim, permanece atual a seguinte passagem escrita por Florestan Fernandes nos anos 70 do século XX.

[...] uma interferência drástica na continuidade do crescimento econômico, que ameaçasse ainda mais os limites dentro dos quais a classe baixa urbana participa das vantagens do crescimento econômico sob o seu padrão atual, é suscetível de projetar o elemento de tensão existente em contextos histórico-sociais nos quais ele poderá tornar-se explosivo. Nesse caso, a propensão a fazer a “revolução dentro da ordem” pelo

¹⁵ O conceito de heterogeneidade estrutural foi desenvolvido por autores da CEPAL. Com o termo, pretendeu-se evidenciar a existência na América Latina de distintos pólos de desenvolvimento, em contraste com a homogeneidade das economias capitalistas centrais. Nas palavras de Aníbal Pinto: “A partir das transformações decorrentes da industrialização pode-se decompor a estrutura produtiva da América Latina em três grandes estratos, para certos fins analíticos (...). Por um lado, o chamado ‘primitivo’, cujos níveis de produtividade e renda por habitante são provavelmente semelhantes (e, às vezes, inferiores) aos que prevaleciam na economia colonial e, em certos casos, na pré-colombiana. No outro extremo, existe um ‘pólo moderno’, composto pelas atividades de exportação, industriais e de serviços que funcionam a níveis de produtividade semelhantes aos níveis médios das economias desenvolvidas e, finalmente, o ‘intermediário’ que se encontra, de certa forma, mais próximo da produtividade média do sistema nacional”. (p. 46). Aníbal PINTO. Heterogeneidade estrutural e modelo de desenvolvimento recente. In: SERRA, José (Coord.) **América Latina: ensaios de interpretação econômica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 46.

desenvolvimento, seria facilmente substituída por outros tipos de comportamento inconformista e por soluções verdadeiramente revolucionárias. Deste ângulo, fica bem claro, em termos estruturais, que o desenvolvimento econômico, como “revolução social”, constitui uma fórmula conservadora e que, se ela falhar, não existirá alternativa para o capitalismo. (1981, p. 174).

Em suma, no atual cenário latino-americano, as condições engendradas pela crise estrutural do sistema do capital fazem retroceder os direitos democráticos e o grau de independência econômica dos países da região. No entanto, ao mesmo tempo, potencializam a tendência contrária de busca de soluções contrárias à ordem capitalista e neocolonial.

CAPÍTULO 2

FUNDAMENTOS DA REVOLUÇÃO CUBANA

2.1. Elementos fundamentais da história de Cuba

A Revolução Cubana de 1959 foi o desenlace de um conjunto de contradições bastante agudas que marcaram a história desta ilha singular desde o seu período de colônia espanhola. Vista de forma panorâmica, a história de Cuba nos informa sobre um país de condições materiais e econômicas adversas, com uma posição geográfica estratégica que o tornou desde a conquista espanhola fonte de cobiça das grandes potências internacionais, cuja vigência prolongada da escravidão plantou o racismo na alma do cubano e desfavoreceu sua auto-estima e cujos governos corrompidos e ingerências dos Estados Unidos lhe inculcaram um sentido muito negativo das possibilidades da república e da nação.

Contudo, esta mesma história nos informa também sobre um povo rebelde e generoso, que soube manifestar-se massivamente e organizadamente em momentos decisivos de sua história, com uma forte cultura política, ao mesmo tempo patriótica e internacionalista, com uma moral muito elevada, que uniu à idéia de república um sentido muito profundo da democracia e da justiça social, que gerou lideranças e um pensamento político radical muito superior às suas próprias condições de existência e, inclusive, em certos aspectos, mais avançado do que o pensamento gerado nos grandes centros mundiais no mesmo período.¹⁶

Assim observada, a Revolução de 1959 poderia ser interpretada como o desenlace desse paradoxo cubano, ou seja, a vitória do pólo positivo sobre o negativo, com a conseqüente harmonização das condições materiais e ideais de existência. Entretanto, a história de Cuba, observada mais profundamente, evidencia que esse paradoxo foi mais aparente do que real e que em toda a história do país as condições subjetivas estiveram um passo à frente das objetivas sem, por isso, deixarem de ter como fundamento as últimas. Desta forma, a história de Cuba se

¹⁶ Martínez Heredia, e Fernández Retamar, contestam a idéia de uma derivação automática do pensamento latino-americano das idéias geradas na Europa e nos Estados Unidos. O primeiro mostra como a Revolução Haitiana impactou mais a Cuba do que a Revolução Francesa e a dos Estados Unidos e, o segundo atribui a genialidade e originalidade de José Martí justamente ao fato daquele ter buscado compreender a “sua” realidade latino-americana. Fernando MARTÍNEZ HEREDIA. Influencias de la Revolución haitiana en Cuba. In: **En el horno de los noventa**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2005b, p. 209-218. Roberto FERNÁNDEZ RETAMAR. Martí en su (tercer) mundo. In: **Introducción a José Martí**. La Habana: Editorial Letras Cubanas, 2001a, p. 13-79.

confunde com a própria história da revolução, ou seja, a história de Cuba parece ser a própria história da revolução em processo e de suas condições de realização.

Cuba fundou-se simultaneamente como país, nação e república através de uma revolução. O cubano como cubano passou a existir como fruto das revoluções de independência.

El cubano, como construcción ideológica de sentimientos de pertenencia, es fruto de esas dos revoluciones [a de 1868 e a de 1895], aunque la especificidad cubana, y lo cubano, sean producto de acumulaciones sociales de larga duración y de gran diversidad. De origen multiétnico, hijo de combinaciones raciales reiteradas, sin criollos dominantes con vocación de clase nacional que elaborasen un nacionalismo para una independencia en su provecho, el cubano surge del desarrollo de una conciencia política popular, y de su puesta en práctica. La idea de patria, y el mito de una patria a conseguir, son la materia de la que se construye la novedad del cubano. Que esta específica nación surja no solo como plasmación de realidades preexistentes, sino *sobre todo como un proyecto*, tendrá consecuencias muy trascendentes, hasta el día de hoy. (MARTÍNEZ HEREDIA, 2005c, p. 188-189, grifos do autor)

A República cubana surgida em 1902 foi o resultado de trinta anos de lutas pela independência, lutas que foram se radicalizando cada vez mais em sua forma e conteúdo, que contaram com uma massiva participação popular, especialmente em sua etapa final, e que foram ao mesmo tempo orientadas por e geradoras de grandes líderes e projetos revolucionários. As duas grandes guerras de independência, a primeira desencadeada em 1868 e a segunda em 1895, foram também duas grandes revoluções sociais, políticas e culturais, as duas primeiras revoluções cubanas. Ambas contaram com a participação de setores populares, compostos no período por negros escravos, ex-escravos e trabalhadores livres - embora na segunda esse fator tenha sido preponderante -, formaram o *Ejército Libertador* ou *Ejército Mambí*¹⁷, constituíram governos revolucionários em armas, as chamadas *Repúblicas en Armas*, e elaboraram constituições próprias: a de Guáimaro, Baraguá, Jimaguayú e La Yaya.

A primeira revolução cubana pela independência, conhecida também como *Guerra de los Diez Años*, por ter transcorrido entre 1868 e 1878, teve início no engenho *La Demajagua* por iniciativa de seu proprietário Carlos Manuel de Céspedes, que libertou seus escravos e partiu com eles para a guerra. A ação ficou conhecida como *Grito de La Demajagua* e seu autor como “padre de la Patria”. Além de Céspedes, se destacaram no comando desta guerra, o general dominicano

¹⁷ Originariamente o termo *mambí* foi usado para denominar os soldados dominicanos que lutaram contra a restauração espanhola em seu país. Em razão disso, as autoridades espanholas deram um sentido pejorativo ao termo, atribuindo-lhe o significado de foragido ou criminoso. Em Cuba, a imprensa espanhola também usava o termo em sentido pejorativo, até que a imprensa rebelde ligada ao *Ejército Libertador* da primeira guerra de independência resolveu resgatar seu sentido original e convertê-lo em símbolo de orgulho patriótico. Desde então *mambises* foram chamados, com orgulho, todos os combatentes pela libertação de Cuba. ¿DESDE cuándo nos llamamos mambises? **Unión de Periodistas de Cuba:** online. Disponível em: <www.upec.cu/baul_de_recuernos/texto2.htm>. Acesso em: 18 agosto 2006.

Máximo Gómez e o líder popular mulato Antonio Maceo y Grajales, que se converteu em lugar-tenente general no decorrer dos combates e em um dos principais líderes e ideólogos da independência de Cuba.

Quanto à composição social, esta guerra de independência foi heterogênea contando com a participação desde grandes e remediados proprietários, insatisfeitos com as condições impostas pela Espanha, até escravos e ex-escravos. Embora tenha sido dirigida pelos representantes mais radicais dos *terratenientes* e proprietários cubanos, contou com a mobilização das massas de escravos e com a adesão de outros setores populares, como camponeses e artesãos, geralmente negros e mulatos livres. Assim, o processo foi se democratizando e radicalizando cada vez mais, incluindo em seus objetivos demandas sociais, para além dos objetivos políticos de independência da Espanha.

Esta guerra teve fim com a derrota dos patriotas e a assinatura do *Pacto de Zanjón*, mas forjou a consciência nacional cubana, convertendo o patriotismo em denominador comum das próximas etapas da luta libertadora, contribuiu para desenvolver uma forte cultura política entre os cubanos e, através da incorporação ativa das massas negras no movimento revolucionário, fez da abolição definitiva da escravidão em 1886, a principal conquista da guerra.

Mas, apesar de todo este vigor, a *Guerra de los Diez Años* seria apenas uma escola de preparação para uma ainda mais vigorosa e radical guerra de independência, que pôs fim ao colonialismo espanhol em Cuba: a guerra de 1895, considerada a segunda revolução cubana¹⁸.

Esta guerra, apesar de ter durado apenas três anos, de 1895 a 1898, por seu conteúdo radical, composição social, participação massiva do povo e visão transcendente de suas principais lideranças, em especial de José Martí Pérez, superou todos os movimentos de libertação do domínio europeu anteriores não apenas em Cuba, mas na América Latina.

La Revolución del noventa y cinco, convocada para la liberación total del país y la formación de una república democrática, organizada y dirigida en su inicio por José Martí, practicó el radicalismo político cubano y lo legitimó. La formidable heterogeneidad de la población de Cuba fue borrada momentáneamente. El pueblo se fue a la guerra, hizo en ella todos los sacrificios frente al enérgico y cruel esfuerzo de guerra colonialista (murió el 20% de la población del país) y se plasmó como pueblo específico respecto a todos los demás del mundo. Para la gran burguesía de Cuba esta guerra fue un serio peligro y un evento desgraciado. Para las demás clases fue una prueba suprema, y la

¹⁸ Embora tenha sido a terceira guerra de independência, uma vez que uma parte dos *mambises* insatisfeitos com o *Pacto de Zanjón* empreendeu a chamada *Guerra Chiquita* de agosto de 1879 a dezembro de 1880. Ver a respeito Oscar PINO-SANTOS. Aspectos fundamentales de la historia de Cuba. In: **Cuba - Historia y economía**. La Habana. Editorial de Ciencias Sociales, 1983, p. 27-315.

vía idónea para tener un país propio, una patria. La existencia de la república fue así inevitable. (MARTINEZ HEREDIA, 2005c, p.188)

Numa visão mais ampla, pode-se considerar que esta guerra não teve início apenas em 1895, mas já no final da primeira guerra de independência em 1878, quando um dos seus principais chefes, o lugar-tenente general Antonio Maceo, popularmente conhecido como *Titán de Bronce*, se recusou a aceitar o *Pacto de Zanjón* que pôs fim à guerra e lançou o chamado *Protesto de Baraguá*, anunciando a sua intenção de continuar a luta, no que foi seguido pelo general dominicano Máximo Gómez. Com esta atitude deixou uma profunda marca na consciência social e política dos cubanos e garantiu a continuidade do esforço emancipador. (PINO-SANTOS, 1983; RODRÍGUEZ, 1987, 1987d).

Entretanto, para garantir o êxito da próxima batalha a preparação da guerra teria que ser meticulosa e evitar os erros anteriores. E, nesse esforço prévio à guerra, Maceo e Gómez viriam a contar com a valiosíssima ajuda daquele que ficou conhecido como o *Apóstol de la Independencia*: José Martí.

É praticamente impossível conhecer não apenas a história da independência de Cuba, mas inclusive a história das revoluções cubanas do século XX e a cultura nacional cubana até os dias de hoje sem conhecer a vida e a obra de José Martí. Não foi mera casualidade o fato de Fidel Castro ter afirmado em sua histórica auto-defesa *La historia me absolverá* pronunciada no julgamento após o assalto ao *Cuartel Moncada*, que “Martí era el autor intelectual del 26 de Julio” e que “parecía que el Apóstol iba a morir en el año de su centenario” (CASTRO RUZ, 2007d, p. 12 e 69).

José Martí foi um gênio precoce, conjunção de homem de letras, mestre, patriota e revolucionário radical, que ligou desde muito cedo sua vida e obra ao objetivo de libertar Cuba da Espanha, tendo saudado ainda menino, com 15 anos de idade, no soneto “*10 de octubre*” o início da guerra de independência de 1868 e morrido em combate também precocemente, aos 42 anos, apenas catorze dias depois de desembarcar em Cuba e ter sido aclamado pelos *mambises* presidente da *República en Armas* de 1895.

Durante sua curta vida, José Martí foi simultaneamente poeta, escritor, crítico de arte, pedagogo, jornalista, advogado e, sobretudo, organizador e político revolucionário. Antes de completar 18 anos de idade, já havia ficado um ano na prisão em Cuba por sua participação na que ficou conhecida em Cuba como *Revolución del 68* e, em seguida, deportado para a Espanha, onde escreveu sua extraordinária defesa e denúncia *El presidio político en Cuba* e o folheto de análise *La república española ante la revolución cubana*.

Da Espanha viajou para a América Latina, vivendo no México, Guatemala e Venezuela, com um novo período na Espanha e duas breves passagens por Cuba, se fixando posteriormente nos Estados Unidos até sua volta definitiva a Ilha. Durante todas essas vivências no exterior, fez amizades, refletiu sobre as realidades do subcontinente, exerceu as atividades de articulista e correspondente de importantes jornais como *La Opinión Nacional* de Caracas, *La Nación* de Buenos Aires, *El Economista Americano* de New York, *El Partido Liberal* do México e *La Opinión Pública* de Montevideú; editou revistas como *La Revista Venezolana*, publicou suas crônicas *Escenas Americanas* em forma de cartas, seus livros de poemas *Ismaelillo*, *Versos Sencillos* e *Versos Libres*, além de romances e obras de teatro; exerceu atividades diplomáticas como Cônsul do Uruguai em New York e representante dos Estados Unidos e do Canadá na *Asociación de la Prensa de Buenos Aires*; e, ainda, como parte de sua obra pedagógica, foi professor na Guatemala e publicou *La Edad de Oro*, considerada uma das melhores obras da literatura infantil de língua espanhola.

Nas duas vezes em que conseguiu regressar a Cuba exerceu as funções de advogado e conspirador político, sendo novamente deportado à Espanha. Nos últimos anos de sua vida regressou aos Estados Unidos, país estrangeiro onde viveu mais tempo, dando continuidade à suas intensas atividades no campo cultural e jornalístico, mas, principalmente, dedicando-se à preparação do regresso à Cuba e da guerra de independência de sua pátria. (FERNÁNDEZ RETAMAR, 2001)

Apesar, ou melhor, através de sua genialidade e da intensidade e diversidade das atividades que exerceu, especialmente sua original contribuição ao mundo das artes, da educação e do jornalismo, José Martí foi acima de tudo um revolucionário latino-americano. Todas as atividades que exerceu, toda a sua vida e obra foram coerentemente articuladas e orientadas à consecução de um único objetivo e projeto:

[O] de impedir a tiempo con la independencia de Cuba que se extiendan por las Antillas los Estados Unidos y caigan, con esa fuerza más, sobre nuestras tierras de América. *Cuanto hice hasta hoy, y haré, es para eso*. En silencio ha tenido que ser y como indirectamente, porque hay cosas que para lograrlas han de andar ocultas, y de proclamarse en lo que son, levantarían dificultades demasiado recias para alcanzar sobre ellas el fin. (MARTÍ, 2001, p. 167-168, grifos do autor)

Desta forma, o projeto ao qual Martí dedicou sua vida foi um projeto político, social e cultural transcendente, que serviu ao mesmo tempo para orientar e organizar as lutas concretas e imediatas pela libertação de Cuba da Espanha, mas que também deixou um profundo legado que

serviu de combustível para as futuras lutas de Cuba e da América Latina. Por essa razão, mais uma vez é impossível compreender Cuba sem compreender José Martí.

Depois de ter vivido na Europa, Estados Unidos e América Latina, José Martí estabeleceu o que considerou diferenças “de estructura y espíritu” entre a América do Norte que chamou “europea” e a América Latina que denominou “nuestra América”. Apesar de elogiar as virtudes dos Estados Unidos no início de sua formação como nação, percebeu e criticou os vícios nos quais estava mergulhando aquele país - que lhe lembravam os vícios do antigo continente europeu - com o avanço de seu desenvolvimento capitalista. Entre estes vícios estavam as desigualdades sociais, o racismo, a especulação, a corrupção, a violência, o expansionismo e o colonialismo.

Já a América Latina, por suas raízes culturais e étnicas, e sua posição subalterna no mundo, teria todo o potencial para desenvolver-se como uma união de repúblicas livres e iguais, democráticas e justas, educando seus cidadãos no espírito da justiça social e da solidariedade e respeito a outros povos, dando assim um exemplo ao mundo¹⁹. (FERNÁNDEZ RETAMAR, 2001; RODRIGUEZ, 1987c; MELLA et al, 2005)

Deste modo, José Martí desenvolveu uma concepção de pátria e patriotismo mais rica do que era comum em seu tempo, uma vez que concebia a independência de Cuba e também de Porto Rico como parte de um projeto mais amplo de impedir o avanço do imperialismo dos Estados Unidos sobre a América Latina e garantir, com isso, o “equilíbrio do mundo”. Seu patriotismo era, deste modo, simultaneamente internacionalismo, daí o sentido da sua expressão “patria es humanidad”.

En el fiel de América están las Antillas, que serían, si esclavas, mero pontón de la guerra de una república imperial contra el mundo celoso y superior que se prepara ya a negarle el poder, - mero fortín de la Roma americana; - y si libres - y dignas de serlo por el orden de la libertad equitativa y trabajadora - serían en el continente la garantía del equilibrio, la de la independencia para la América española aún amenazada y la del honor para la gran república del Norte, que en el desarrollo de su territorio - por desdicha, feudal ya, y repartido en secciones hostiles - hallará más segura su grandeza que en la innoble conquista de sus vecinos menores, y en la pelea inhumana que con la posesión de ellas abriría contra las potencias del orbe por el predominio del mundo [...] Es un mundo lo que estamos equilibrando: no son sólo dos islas las que vamos a libertar. (MARTÍ, 2001c, p. 142)

¹⁹ Essa concepção da especificidade da América Latina e ao mesmo tempo das características comuns entre seus povos apresentava similaridade com o pensamento de Simón Bolívar, o venezuelano líder da independência dos países andinos na primeira metade do século XIX e um dos latino-americanos mais admirados por José Martí. Ver J. L. SALCEDO-BASTARDO - Org. **Simón Bolívar**: siete documentos esenciales. Caracas: Edición de la Presidencia de la República, 1973.

José Martí também não foi apenas uma variante terceiro-mundista do iluminismo e liberalismo europeus inspiradores da Revolução francesa, mas um intelectual e revolucionário original que soube se nutrir de sua própria realidade cubana, latino-americana e terceiro-mundista para projetar um futuro diferente para sua terra e o mundo. Talvez essa *sua* realidade, como disse Fernández Retamar (2001), é que tenha sido decisiva para ampliar o horizonte de seu pensamento e levá-lo além dos limites do liberalismo que efetivamente o havia influenciado inicialmente.

Assim, José Martí também conceberia a guerra de libertação de Cuba não apenas como um projeto de independência política, mas como uma revolução social que deveria, uma vez cumpridos os objetivos primordiais de libertação da Espanha, avançar até a “segunda y definitiva independencia” que implicava impedir a expansão imperial dos Estados Unidos e construir uma república “con todos y para el bien de todos”.

Essa expressão martiana tampouco possuía um conteúdo limitado, superficial, ou meramente figurativo, mas era a condensação, no melhor estilo martiano, de um projeto muito radical de uma república eqüitativa de trabalhadores que, posteriormente, Fidel Castro chamaria de um projeto “de los humildes, con los humildes y para los humildes”, e os revolucionários dos anos 30 sintetizariam nas exigências de “independencia económica, libertad política y justicia social”. Nas palavras de Martí:

En esta tierra [a América Latina] se han de decidir, aunque parezca prematura profecía, las leyes nuevas que han de gobernar al hombre que hace la labor y al que con ella mercadea. En este colosal teatro llegará a su fin el colosal problema. Aquí, donde los trabajadores son fuertes, lucharán y vencerán los trabajadores. [...] Debemos vivir en nuestros tiempos, batallar en ellos, decir lo cierto bravamente, desamar el bienestar impuro, y vivir virilmente, para gozar con fruición y reposo el beneficio de la muerte. En otras tierras libran peleas de raza y batallas políticas. Y en ésta se librá la batalla social tremenda. (MARTÍ, 2001b, p. 277-278)

Assim, como se pode notar, o projeto martiano também contemplava uma concepção profundamente humanista, de inspiração cristã, dado que o objetivo crucial de toda a luta seria elevar o ser humano ao melhor de suas virtudes morais através dos valores da solidariedade, do amor, do espírito de sacrifício, do desprendimento e do sentimento de justiça (HART DÁVALOS, 2006a, 2007; RODRÍGUEZ, 1987b).

Por todas essas idéias, José Martí foi considerado um revolucionário antiimperialista e democrata-radical que esteve a um passo do socialismo e que somente não foi um socialista, no sentido marxista da palavra, porque não via o projeto de Karl Marx eficaz para o objetivo

imediate de libertar Cuba da Espanha, embora houvesse nutrido um grande respeito pelo líder internacional dos trabalhadores.

Karl Marx ha muerto. Como se puso del lado de los débiles, merece honor. [...] La Internacional fue su obra: vienen a honrarlo hombres de todas las naciones. [...] Aquí están buenos amigos de Kart Marx, que no fue sólo movedor titánico de las cóleras de los trabajadores europeos, sino veedor profundo en la razón de las miserias humanas, y en los destinos de los hombres, y hombre comido del ansia de hacer bien. Él veía en todo lo que en sí propio llevaba: rebeldía, camino a lo alto, lucha. (MARTÍ, 2001a, p. 388)

Outro fator que aproximaria José Martí do socialismo, e que fez com que muitos revolucionários cubanos das gerações seguintes reivindicassem a continuidade e a ligação orgânica entre o seu projeto e o projeto socialista foi o papel protagônico que José Martí atribuiu aos trabalhadores na guerra de independência e no seu projeto de república, desconfiando desde cedo do patriotismo da burguesia cubana. Já durante a preparação da guerra, no seu exílio nos Estados Unidos, José Martí fundou o *Partido Revolucionario Cubano (PRC)*, sendo seus núcleos iniciais formados por trabalhadores cubanos que viviam nos Estados Unidos. (MELLA et al, 2005; CANTÓN NAVARRO, 2006; MARTINEZ HEREDIA, 2001b).

Assim, através do *Partido Revolucionario Cubano*, concebido de forma bastante moderna, José Martí pretendia evitar a divisão do *Ejército Libertador* durante a guerra de independência e impedir o surgimento de uma república oligárquica após a vitória sobre a Espanha, como havia acontecido em outros países latino-americanos. Por todas essas razões, José Martí contribuiria de forma decisiva para a conversão da chamada *Guerra del 95* em uma revolução social muito radical e profunda.

Martí fue un demócrata revolucionario que vivió en el límite extremo de las posibilidades de su circunstancia, y previó incluso no pocas de aquellas tareas que, según comprendió con claridad, no le correspondía realizar *en ese momento*. Precisamente a Baliño, para entonces ya declaradamente socialista, Martí dirá: “¿La Revolución? La Revolución no es la que vamos a iniciar en las maniguas, sino la que vamos a desarrollar en la República.” Martí fue, pues, el aguerrido y militante ideólogo de las clases populares (a pesar de que el proletariado cubano todavía era sólo una fuerza incipiente), mientras la burguesía criolla se veía representada por los autonomistas. [...] De la burguesía cubana [...] Martí no recibió sino ataques e injurias. (FERNÁNDEZ RETAMAR, 2001, p. 61, grifos do autor)

Entretanto, toda essa energia das condições subjetivas das lutas independentistas cubanas não foi suficiente para a vitória integral do projeto emancipador, menos ainda nos termos pensados por José Martí, uma vez que o enorme esforço organizativo e a riqueza ideológica dos trinta anos de lutas pela independência não transcorreram num terreno vazio, mas esbarraram na

realidade de uma Ilha como Cuba. Os patriotas mambises tiveram que enfrentar as condições adversas que fizeram com que Cuba, junto com Porto Rico, fosse a última colônia a se libertar do domínio espanhol nas Américas, já quase no século XX, em 1898.

Entre os principais fatores que contribuíram para essa independência tardia estiveram a posição geográfica estratégica ocupada pela Ilha que a tornou fonte de cobiça no jogo político das grandes potências mundiais da época, o seu desenvolvimento sócio-econômico que fazia os setores dominantes não verem a independência política como crucial para seus interesses e a influência contraditória da Revolução Haitiana que deu origem ao primeiro Estado independente da América hoje chamada latina, através da proclamação da República do Haiti em 1804. (GUERRA VILABOY, 2006).

O caráter contraditório da influência da Revolução Haitiana em Cuba esteve no fato de, por um lado, ter influenciado positivamente algumas revoltas escravistas e a consciência anti-escravista de determinados setores sociais mas, por outro, ter favorecido o crescimento do mercado do açúcar cubano, a modernização da produção açucareira e o conseqüente enriquecimento da oligarquia local, que não apenas se desinteressou pela independência e pela abolição da escravidão, mas passou a ver na Espanha uma garantia de proteção e no negócio escravo uma necessidade.

A Revolução Haitiana foi também o acontecimento antecipatório e premonitório que levou os setores dominantes cubanos a uma atitude preventiva contra qualquer tentativa de radicalização de um projeto emancipador. A própria metrópole espanhola percebeu a necessidade de mudar sua política colonial após os acontecimentos na colônia negra vizinha, para impedir que a oligarquia local fosse à guerra reclamando a separação. Assim, reformas liberais que em outros países foram implementadas somente meio século após a independência, em Cuba foram implementadas antes da independência.

Tais reformas visavam, principalmente, facilitar e dar maior abertura às possibilidades de negócio dos proprietários locais que passaram a ver a independência como inadequada e a defender hegemonicamente a política do “*autonomismo*”, ou seja, a defesa de maior autonomia para buscar novos mercados e decidir assuntos internos relevantes e, ao mesmo tempo, a manutenção do vínculo colonial com a Espanha para contar com a proteção de um Estado forte sem ter que arcar com os custos de uma guerra e de construção e manutenção de um Estado nacional próprio. Sendo assim, como disse Martínez Heredia (2005a, 2007), a burguesia cubana assumiu uma atitude antinacional desde o seu nascimento.

E, para completar a resistência dos fatores opostos à independência, se somava o interesse da República do Norte, que integrava Cuba em seus planos expansionistas e à disputa entre o norte desenvolvido e o sul escravista. Quanto mais acelerava seu desenvolvimento e expandia sua economia para outros países, mais os Estados Unidos da América consideravam Cuba como naturalmente destinada a reforçar seus interesses estratégicos. Com vistas a esse fim, prevendo a decadência do antigo império espanhol, os representantes do nascente imperialismo dos Estados Unidos optaram por não apoiar a independência de Cuba da Espanha, para evitar que Cuba caísse sob a esfera de domínio da Inglaterra e, assim, no momento oportuno, caísse sob a sua própria esfera de domínio.

E foi o que aconteceu quando a tenaz luta dos mambises tornou a independência um fato. Quando, em 1898, faltava ao *Ejército Libertador* apenas colher os frutos de sua vitória, os Estados Unidos intervêm na guerra contra a Espanha e impedem os mambises de entrar em Santiago de Cuba. O resultado foi a dissolução do *Ejército Mambí*, com a capitulação de alguns de seus dirigentes, a imposição de alguns *gobernadores* estadunidenses até a normalização da situação e, finalmente, a aprovação da Constituição de 1901 e da República, denominada posteriormente pelos cubanos de “*seudorepública*”, com o primeiro presidente da República cubano eleito em 1902. (PINO-SANTOS, 1983; LE RIVEREND, 1971; FERNANDEZ RETAMAR, 2001a).

Para los independentistas combatientes y sus simpatizantes --la mayoría de la población cubana-- el final forzado de la Revolución del 95 por la intervención y la ocupación militar norteamericana fue un gran paso atrás que le dio el golpe de muerte a los proyectos radicales martiano y maceico --que ya habían sido recortados dentro del propio campo independentista -- y les quitó a todos los cubanos la decisión sobre el futuro de Cuba. La imposición de la Enmienda Platt le dio a la independencia visos de protectorado, y la Segunda Intervención estadounidense (1906-09) hizo palpables sus prerrogativas sobre la república cubana. (MARTÍNEZ HEREDIA, 1998a, p. 4).

Desta forma, para a maioria dos cubanos, a República surgida em 1902 por intermédio da intervenção dos Estados Unidos foi uma frustração e uma violação do ideal de república pelo qual haviam lutado durante trinta anos. Após a independência política formal da Espanha, o sentimento geral era de que Cuba apenas tinha mudado de amo, dados os fortes vínculos de dependência entre a pequena Ilha e os Estados Unidos, tornados mais ostensivos e ultrajantes aos olhos do povo com a aprovação da *Enmienda Platt*, a assinatura do *Tratado Permanente de Reciprocidad* e a presença freqüente de tropas militares estrangeiras.

A *Enmienda Platt* reconhecia o direito de intervenção dos Estados Unidos nos assuntos internos de Cuba, o que incluía a concessão de territórios para a instalação de bases militares e

portos, sendo aprovada em 2 de março de 1901 pelo Senado dos Estados Unidos e convertida em apêndice da Constituição cubana de julho do mesmo ano. O *Tratado Permanente de Reciprocidad*, assinado em 22 de maio de 1903 pelos governos de Cuba e Estados Unidos, estabelecia uma relação privilegiada no comércio entre os dois países, o que acabou por vincular totalmente o comércio de importação e exportação da Ilha, principalmente do açúcar, aos Estados Unidos. A presença das tropas militares depois de eleito o primeiro presidente cubano em 1902, passou a ser um expediente comum nas primeiras décadas do século XX, sendo solicitada pelos próprios governantes cubanos, liberais ou conservadores, sempre que os conflitos entre ambos não encontravam uma solução doméstica e ameaçavam a manutenção da ordem. (SADER, 1985; PINO-SANTOS, 1983; LE RIVEREND, 1971).

Esta atitude dos governos cubanos evidenciou o quanto as classes dominantes internas saudaram a intervenção dos Estados Unidos no final da guerra de independência e apoiaram a aprovação da *Enmienda Platt*, vendo na instalação de uma república subordinada aos Estados Unidos a solução para a outra alternativa de uma república popular e democrática, conforme havia defendido o *Ejército Libertador* de Martí e Maceo. Assim se evitava que a descolonização fosse levada até o fim e destruídas as condições de superexploração da força de trabalho, garantia fundamental do sucesso do seu negócio açucareiro. Do mesmo modo, viam na aliança com os Estados Unidos a garantia de um mercado seguro para suas vendas. Por essas razões, Florestan Fernandes (1979) afirmou que a “americanização de Cuba” foi liderada pelos estratos dominantes locais.

Já do ponto de vista dos Estados Unidos essa também se apresentou como a melhor alternativa frente à outra possibilidade de uma anexação direta da Ilha. Não apenas a resistência interna em Cuba e dentro do próprio Estados Unidos impediu a opção pela anexação, mas o fato dos cálculos estratégicos da emergente potência do Norte levarem em conta os custos econômicos e políticos de um empreendimento como este nas novas condições da correlação de forças mundiais.

Por essa razão, com a intervenção dos Estados Unidos na guerra de independência cubana inaugurou-se um novo modo de dominação colonial, o neocolonialismo, ou a dominação indireta como forma preferencial do imperialismo moderno em substituição ao velho colonialismo dos antigos impérios europeus. Assim, como disse Fernandez Retamar (2001a), os Estados Unidos “ensaiaram” em Cuba uma nova forma de dominação colonial.

Assim, Florestan Fernandes (1979) considerou que a situação de Cuba pós-independência seria melhor definida como uma “situação neocolonial prolongada” do que como um protetorado,

uma pseudo-república ou uma “*república intervenida*”, como chamou Le Riverend (1971). Martínez Heredia (1998a) concorda com a primeira posição, ao se referir a uma “República burguesa neocolonial” que em alguns momentos teria assumido a aparência de protetorado, mas que não o seria em seus fundamentos.

Em termos gerais, o neocolonialismo em Cuba na primeira metade do século XX se caracterizou pela extrema dependência econômica, caracterizada pela monocultura do açúcar, destinada a um único mercado, o dos Estados Unidos; pelo quadro de miséria social, composto pelo desemprego, analfabetismo, precárias e insalubres condições de trabalho, precariedade dos serviços públicos, prostituição, corrupção, proliferação de casas de jogos de azar, etc., e pelo domínio da opressão política, social e cultural: racismo, guerras e intervenções militares, repressão social e política e imposição dos valores culturais do país dominante. (LE RIVEREND, 1971, 1974; LOPEZ SEGRERA, 1972)

No entanto, para Martínez Heredia (2007), apesar deste quadro geral bastante opressivo, seria incorreto caracterizar a República cubana nascida em 1902 como um completo fracasso. Dadas as elevadas expectativas projetadas e o esforço que a massa do povo cubano dedicou à conquista da república, teria prevalecido o sentimento de frustração, embora tivessem ocorrido avanços reais comparando-se à situação anterior e, inclusive, à realidade de muitos países da América Latina há muito independentes.

[...] de tal manera que, para los cubanos, la República, sin embargo, es una frustración. Se dice de todas las maneras, la gente culta hasta la gente más humilde, todos dicen que es una frustración. Y la república es un proyecto [...] La que se establece en 1902. Que para mi fue un enorme adelanto para Cuba. Y para la gente, sin embargo, es una gran frustración. (MARTÍNEZ HEREDIA, 2007, p. 6)

Entre esses avanços, Martínez Heredia cita o voto universal para homens, a instituição de uma legalidade democrática, mesmo que limitada, com a correspondente competição e alternância entre partidos no governo e a constituição de uma cultura cívica relevante, além do desenvolvimento da consciência nacional dos cubanos. Todos estes elementos teriam sido o resultado da que foi chamada pelos cubanos de *Revolución del 95* que, apesar de toda a ofensiva contra-revolucionária, não teria deixado de ser uma revolução e, portanto, de gerar seus frutos pós-revolucionários.

O fundamental, segundo Martínez Heredia, para compreender o sentimento generalizado de frustração para com a República de 1902, foi o fato da maioria dos cubanos compararem o que foi instituído nas primeiras décadas do século XX com o projeto da *Revolución del 95* e não com a

realidade colonial anterior. Nesses termos, seria compreensível a continuidade da luta revolucionária em Cuba durante todo o século XX, uma vez que os cubanos teriam sentido a necessidade de prosseguir a luta como um dever frente ao que viam como o aborto de 1902.

Essa herança foi tão forte que já a partir da segunda década de existência da República neocolonial, no contexto da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa de outubro de 1917, os movimentos populares de massa e suas correspondentes organizações políticas começaram a movimentar-se de forma tão intensa e atrativa que o resultado foi a eclosão de uma nova revolução social e política na Cuba dos anos 30.

Apesar de ser a menos falada, conhecida e estudada revolução cubana, a chamada *Revolución del 30*, que em Cuba também ficou conhecida como *Revolución del 33* ou *Revolución de los Sargentos*, deixou uma profunda marca na consciência social do país e no ideário das gerações seguintes. Deste modo, também seria impossível compreender a Revolução Cubana de 1959 sem compreender os motivos, as aspirações, os personagens e o desenlace desta que foi considerada a terceira revolução cubana.

Para Martínez Heredia (1998a), o significado desta Revolução em Cuba foi tão importante que a partir dela seria preciso falar não apenas de uma nova fase da República burguesa neocolonial, mas do surgimento de uma nova República, a “segunda República burguesa neocolonial”, que manteria traços de continuidade, daí o termo “burguesa neocolonial”, mas também traços de ruptura em relação à República anterior.

O fator desencadeador fundamental da revolução cubana dos anos 30 foi a *Prórroga de Poderes* do presidente Gerardo Machado Morales em 1927, que com este ato rompia a legalidade e institucionalidade vigentes e instituía oficialmente a primeira ditadura cubana, uma vez que os governos não eleitos da primeira República haviam sido todos *gobernadores* estadunidenses considerados provisórios em períodos de guerra até a normalização das condições institucionais e a realização de novas eleições²⁰. Todos os demais presidentes até 1927 haviam sido eleitos segundo a legalidade da Constituição de 1901 e, em sua maioria, haviam sido generais do *Ejército Mambí*, inclusive o próprio Gerardo Machado. Mas, após um governo de crescente autoritarismo

²⁰ Este foi o caso dos primeiros *gobernadores* John Rutter Brooke e do General Leonard Wood, após a intervenção dos Estados Unidos na guerra de independência de Cuba e a assinatura do Tratado de Paris de 10 de dezembro de 1898 com a Espanha – considerado o primeiro tratado imperialista moderno –, e dos *gobernadores* William Howard Taft e Charles Edward Magoon que governaram de 1906 a 1909, após a intervenção dos Estados Unidos na chamada *guerrita* de 1906. Em 1917, houve outra *guerrita* de raiz liberal, mas, desta vez, não foi necessária a intervenção de um governo dos Estados Unidos, apenas o apoio do mesmo à reeleição do presidente da República Menocal. Conforme Julio LE RIVEREND. **La República: dependencia y revolución**. 3 ed. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1971.

e perseguição à esquerda, em especial ao *Partido Comunista de Cuba*, Gerardo Machado resolveu se auto-prorrogar no poder.

Dos años previos de duro autoritarismo y de cooperación entre el partido Conservador de oposición y el gobiernista Liberal lograron que se llegara a ese monstruoso resultado, pero los voraces políticos no advirtieron una consecuencia que les fue funesta: deslegitimaron a los poderes constituidos y pusieron en crisis las costumbres y las representaciones políticas de la mayor parte de la ciudadanía. (MARTÍNEZ HEREDIA, 1998a, p. 4)

A este fator desencadeante fundamental, se somariam os acúmulos históricos precedentes: a indignação popular em relação a todos os males da primeira República, em especial contra a dependência econômica, os abusos e as humilhações que significavam a presença dos Estados Unidos na Ilha; o desenvolvimento e fortalecimento da consciência nacional cubana em diferentes setores sociais; o florescimento da arte, da cultura e de uma intelectualidade fortemente patriótica e crítica e o crescimento do movimento operário e da consciência socialista nacional presente em setores de vanguarda do movimento estudantil e no primeiro *Partido Comunista de Cuba* fundado em 1925, como seção cubana da Internacional Comunista (IC).

Também jogariam um papel favorável na onda de rebeldia, fatores externos como o fim da Primeira Guerra Mundial, a vitória da Revolução Outubro na Rússia, o avanço das idéias e das perspectivas socialistas revolucionárias na Europa, o surgimento de vários movimentos patrióticos e revolucionários e governos de perfil nacionalista, mais ou menos populares, na América Latina, em especial o movimento de Augusto Sandino na Nicarágua, a Coluna Prestes no Brasil e a Revolução Mexicana de 1910-1917. (GUERRA VILABOY, 2006a).

Assim, os efervescentes anos 20, nos quais tiveram lugar a chamada *Protesta de los 13* de 1923, encabeçada pelo poeta e depois membro do *Partido Comunista* Rubén Martínez Villena e por outros intelectuais e importantes personalidades nacionais; a fundação da *Federación de Estudiantes Universitarios* e dos dois primeiros *Directorios Estudiantiles (DEU's)*²¹, da

²¹ A criação dos chamados *Directorios Estudiantiles Universitarios* foi uma tradição do movimento estudantil cubano. O primeiro, vigente entre 1922 e 1923, foi fundado por Julio Antonio Mella, como organismo colaborador da FEU, e seu órgão de propaganda chamou-se *Alma Mater*. O segundo foi o *Directorio* de 1927-1928, concebido para lutar contra a ditadura de Machado e inspirado por Mella que, nesse momento, estava no exílio. Este DEU foi integrado por importantes revolucionários e personalidades cubanas como Gabriel Barceló, José Chelala Aguilera, Aureliano Sánchez Arango, Antonio Guiteras Holmes e Eduardo Chibás. Depois, no período de 1929-1930, formou-se um novo *Directorio* anti-machadista integrado, dentre outros, por Rafael Trejo, Raúl Roa, Carlos Prío Socarrás e Virgilio Ferrer, tendo contado com a colaboração de Aureliano Sánchez Arango e Juan Ramón Breá, do DEU de 1927. Rafael Trejo foi o principal representante, tendo sido assassinado pela ditadura, e Raúl Roa o principal cronista. O DEU de 1930, por sua vez, deu origem à *Ala Izquierda Estudiantil (AIE)*, uma organização estudantil antiimperialista, que agrupou a maioria dos estudantes anti-machadistas, marxistas e de outras tendências e teve como primeiro líder Gabriel Barceló, funcionando de 1931 a 1937. No mesmo ano de 1931 se formaria outro DEU, a partir de uma cisão da AIE, tendo contado com a participação de Rafael García Bárcena e Justo Carrillo. Por fim, surgiram ainda grupos de ação armada do DEU que atuaram autonomamente e em comandos unitários com a

Confederación Nacional de Obreros de Cuba (CNOOC) e do *Partido Comunista de Cuba*; a perseguição aos comunistas, com a prisão e greve de fome do líder estudantil e fundador da *Federación de Estudiantes* e do *Partido Comunista* Julio Antonio Mella; a ascensão do nazifascismo na Europa; o assassinato de Julio Antonio Mella no México em 1929, a mando de Machado, o qual Mella havia chamado de “Mussolini tropical” e a explosão da crise econômica mundial no mesmo ano de 1929, formaram o caldo de rebeldia necessário para desencadear o protesto popular massivo que levou à queda da ditadura machadista em 1933.

O episódio de massas que levou a esse desfecho foi a greve geral de agosto de 1933. Antes disso, porém, em 1931, um setor dominante anti-machadista, com algumas aspirações reformistas e nacionalistas, havia tentado derrubar Machado a partir de uma conspiração com setores militares, mas não lograra êxito. Machado somente renunciaria depois da greve de agosto de 1933, designando como presidente o general do Exército Alberto Herrera Franchi.

Após esta renúncia e do governo de exatamente um dia, 12 de agosto de 1933, do general Herrera Franchi, os Estados Unidos intervieram nos rumos dos acontecimentos, negociando através da sua embaixada em La Habana, a chamada *mediación* de Carlos Manuel de Céspedes, filho do herói da independência e “*padre de la Patria*” Carlos Manuel de Céspedes, com cujo prestígio pretendiam contar para apaziguar os ânimos populares.

Mas, apesar da “*mediación*” de Céspedes ter atraído os setores tradicionais de oposição a Machado, com suas correspondentes organizações e lideranças políticas, a força do protesto popular não pode ser contida e, menos de um mês após a sua designação, em setembro de 1933, o governo de Céspedes foi derrubado pela revolução social que deu origem ao que ficou conhecido como *Gobierno de los 100 Días*.

Este governo pôs na presidência Ramón Grau San Martín e adotou uma postura ideológica que mesclava certo matiz antiimperialista, nacionalista, reformista, revolucionário, popular e até socialista, dadas as contradições internas dos setores que o formavam.

Grau San Martín e os setores com ele identificados se caracterizavam por um perfil nacionalista de tipo reformista e moderado. Por essa razão, tentavam assumir um papel mediador entre as outras duas importantes forças políticas presentes no governo: a ala radical de Antonio Guiterras e a ala com propensões pró-imperialistas dirigida pelo coronel Fulgencio Batista y Zaldívar.

organização ABC no período de 1931-1933. Depois da *Revolución del 30*, os *Directorios Estudiantiles* voltariam à cena apenas no contexto da Revolução de 1959, história que será abordada em 2.3.3. Ana CAIRO – Org. Organizaciones políticas y sociales. In: Raúl ROA. **Bufa Subversiva**. Ed. anotada. La Habana: Ediciones La Memoria, 2006, p. 495-501. Anexos.

Antonio Guiteras foi um dos principais personagens da *Revolución del 30*, do *Gobierno de los 100 100 Días* e da história de Cuba. Havia pertencido ao *Directorio Estudiantil* de 1927, formado e dirigido a organização *Unión Revolucionaria (UR)* de caráter armado e insurrecional na região oriental do país e, na condição de ministro de *Gobierno, Guerra y Marina* de Grau San Martí aprovou uma série de leis revolucionárias e populares, visando conduzir Cuba ao socialismo. Sua ala política no *Gobierno de los 100 Días* tinha um perfil radical, revolucionário, antiimperialista e de projeção socialista. (MARTÍNEZ HEREDIA, 2001).

Por outro lado, Fulgencio Batista y Zaldívar havia se destacado após a queda de Machado como dirigente da insurreição dos sargentos, que começou defendendo os interesses materiais dos sub-oficiais e, posteriormente, culminou no levante armado que ajudou a pôr fim à “*mediación*” de Céspedes em setembro de 1933. Por essa razão, a *Revolución del 30* em Cuba também ficou conhecida como *Revolución de los Sargentos* ou *Revolución del 33*. Devido à sua participação nos acontecimentos, Grau San Martín designou Fulgencio Batista como Chefe do Estado-Maior do Exército de seu governo.

Essa composição do *Gobierno de los 100 Días* foi fruto da diversidade dos setores sociais e dos agrupamentos e dirigentes políticos da *Revolución del 30*, que iam desde comunistas revolucionários até políticos moderados e militares nacionalistas descontentes com a ditadura de Machado pelos mais diversos motivos. No entanto, como disse Martínez Heredia (1998a), o influxo da revolução foi separando os setores reformistas dos revolucionários e conduzindo os últimos à direção do processo, até que a contra-revolução conseguiu se impor, reprimindo violentamente os grupos e chefes revolucionários e abafando a onda de desobediência popular.

Nesse processo, os políticos tradicionais, liberais e conservadores opositores de Machado, perderam a direção do processo após o fracasso da insurreição que encabeçaram em 1931 e de colaborar na “*mediación*” de Céspedes. O *ABC*²², também segundo Martínez Heredia (1998a),

²² A organização ABC, foi em sua origem, 1931-1933, uma organização clandestina de luta contra Machado que se definia como de direita e desenvolveu ações armadas contra a ditadura em comandos conjuntos com os grupos armados dos *Directorios Estudiantiles*. Depois da queda de Machado, em 1933, se transformou em partido político e participou do governo mediacionista de Céspedes. Suas principais lideranças ideológicas no período foram Jorge Mañach e Francisco Martínez Sáez. Os integrantes que discordaram desta nova orientação formaram o *ABC Radical* encabeçado por Oscar de la Torre. Alguns autores, como Massón Sena, atribuíram um caráter, ou ao menos uma influência ideológica fascista à organização ABC. Ana CAIRO (org.). Organizaciones políticas y sociales. In: Raúl ROA. **Bufa Subversiva**. Ed. anotada. La Habana: Ediciones La Memoria, 2006, p. 495-501. Anexos. Caridad MASSÓN SENA. **Metamorfosis de una política**: estrategia y táctica del Partido Comunista de Cuba entre 1935 y 1940. La Habana: Centro de Investigación y Desarrollo de la Cultura Cubana Juan Marinello - CIDCC, 2007. (no prelo). Defendido como Tese de Doutorado em 2004. Original fornecido pela autora.

devido à mesma atitude colaboracionista perdeu a oportunidade de se tornar o primeiro partido político burguês novo surgido da revolução.

Deste modo, durante a crise revolucionária propriamente dita, que durou de agosto de 1933 a janeiro de 1934, teriam passado à direção da revolução as forças mais radicais representadas pela *Ala Izquierda Estudiantil*²³, pelo *Partido Comunista* e pela *Unión Revolucionaria* de Antonio Guiterras, convertida na organização *Joven Cuba* depois de 1934, a qual viriam a se integrar jovens do *Directorio Estudiantil* de 1930.

O movimento estudantil cubano, formado por estudantes rebeldes, em geral independentes de partidos, alcançou o ápice do seu prestígio durante todo o período revolucionário, que em sentido lato durou do final de 1932 a março de 1935. As organizações estudantis desse período, inspiradas principalmente pelo legado de Julio Antonio Mella, encabeçaram o movimento popular de massas e suas principais lideranças foram, nos anos seguintes, importantes personalidades públicas de Cuba. Raúl Roa García e Pablo de la Torriente Brau, por exemplo, foram dois importantes militantes estudantis e revolucionários do período, que animaram, com seu estilo polêmico e irreverente, a *Ala Izquierda Estudiantil*. O ânimo do movimento estudantil também foi o combustível do último ato de massas da revolução: a greve de março de 1935.

Do mesmo modo, o primeiro *Partido Comunista de Cuba* - que havia contado com Julio Antonio Mella entre seus fundadores – desempenhou um importante papel nesta Revolução. Durante a crise revolucionária, defendeu a “*revolución agraria y antiimperialista*”, que deveria ser realizada através da insurreição popular e o movimento operário que dirigiu se destacou por sua abnegação e capacidade de resistência durante todo o período revolucionário.

Entretanto, a análise da realidade cubana a partir das orientações da Internacional Comunista, levou o partido a adotar uma tática sectária que o impediu de conduzir o processo revolucionário e o afastou dos demais grupos políticos. Inclusive, se opôs ao *Gobierno de los 100 Días* por, na ocasião, considerá-lo demasiado moderado e reformista. (ELVIRA DÍAZ, entrevista Anexo 2).

Depois, quando se propôs a mudar sua orientação política em 1935 já era tarde: o *Gobierno de los 100 Días* havia sido derrotado e o entusiasmo popular se esgotado.

Entre seus quadros dirigentes, o primeiro *Partido Comunista de Cuba* também contou com figuras proeminentes que ficariam para a história do país ou se tornariam personalidades importantes nos períodos seguintes, como o próprio Julio Antonio Mella, o jovem e destacado

²³ Ver nota 21

poeta Rubén Martínez Villena que morreu enfermo ainda antes dos últimos enfrentamentos de 1935, o prestigioso intelectual e educador Juan Marinello, os dirigentes operários Lázaro Peña e Jesús Menéndez, o último assassinado nos anos 40, o também importante intelectual e historiador Carlos Rafael Rodríguez e aquele que seria seu presidente e condutor por um longo período, Blas Roca.

Já a organização *Unión Revolucionaria* de Antonio Guiteras tinha idéias radicais de esquerda e métodos de luta armada, tendo combatido Machado e a “*mediación*” de Céspedes. Depois, Antonio Guiteras se tornou o líder de esquerda dentro do *Gobierno de los 100 Días*, usando o seu poder como ministro para legislar a favor dos trabalhadores, atacar o imperialismo e a contra-revolução e tentar formar um bloco revolucionário de esquerda dentro do governo. Mas a derrota do governo para a contra-revolução em janeiro de 1934 o obrigou a passar à clandestinidade, de onde fundou e dirigiu a organização *Joven Cuba*, até a sua morte em 1935. (MARTÍNEZ HEREDIA, 1998a).

Deste modo, a oposição à ditadura de Machado e à quebra por este da legalidade do sistema de partidos anterior, foi se convertendo em um projeto revolucionário, a partir das forças políticas que participaram da *Revolución del 30* e do impulso do movimento popular de massas que viu a oportunidade de cobrar toda a frustração acumulada desde as guerras de independência. Quanto ao seu conteúdo, esta Revolução retomou e foi além das bandeiras da *Revolución del 95*.

O sentimento generalizado nos anos 30, tanto entre os intelectuais de vanguarda como entre o povo mais simples, era a necessidade da libertação nacional plena e do progresso econômico e social de Cuba, daí uma das reivindicações centrais daquela revolução ter sido a abolição da *Enmienda Platt*. Esses anseios foram sintetizados, como já dito, na bandeira de “independencia económica, libertad política y justicia social”. Como expressou Jorge Mañach, importante intelectual cubano e ideólogo da organização ABC, “la convulsión del año 30 al 40 quiso ser una crisis. Su consigna más íntima... fue el nacionalismo; la conquista de la nación que nos falta”. E Raúl Roa, líder radical e marxista do movimento estudantil, assim se expressou ao tentar defini-la: “se reanudaba... en circunstancias diversas, la epopeya trunca de 1895 (...) su aspiración suprema fuera, y seguía siendo... transformar las relaciones internas de la economía, del poder político y de la cultura en beneficio de las masas populares y sustituir las tradicionales relaciones de subordinación a los Estados Unidos”²⁴.

²⁴ Citados por Fernando MARTÍNEZ HEREDIA. **Nacionalizando la nación:** reformulación de la hegemonía en la segunda república cubana. La Habana, 1998a, p. 1. Original fornecido pelo autor.

Mas, além desse sentido fundamental, a *Revolución del 30*, teve outro significado transcendente na história de Cuba: o de vincular o sentido da libertação nacional ao projeto socialista e de difundir massivamente as idéias socialistas. Ou, em outras palavras, de unir o projeto e ideário martiano às idéias marxistas do século XX. Não foi por acaso que os três principais líderes desta revolução - Julio Antonio Mella, Rubén Martínez Villena e Antonio Guiteras - foram todos convictos revolucionários antiimperialistas e socialistas, os dois primeiros inclusive integrantes do *Partido Comunista de Cuba*. (MARTINEZ HEREDIA, 2001, 2001a, 2001d; JULIO GARCÍA, entrevista Anexo 4).

Mas além das lideranças e grupos revolucionários, as massas populares também demonstraram interesse em superar o horizonte anti-ditatorial e, inclusive, o horizonte nacionalista, através da desobediência massiva à ordem estabelecida - na forma de greves, resistência cívica e ações violentas durante todo o período revolucionário, inclusive após a derrota do *Gobierno de los 100 Días* - e das manifestações entusiásticas de apoio àquele governo, em especial à sua ala radical, encabeçada por Antonio Guiteras.

Porém, os fatores desfavoráveis - como o grande poder dos Estados Unidos, a covardia da burguesia interna, a vacilação dos políticos moderados e a falta de unidade e nível organizativo dos grupos revolucionários - mais uma vez prevaleceram e inclinaram a correlação de forças em favor da contra-revolução. Geralmente são mencionados como fatores principais da derrota do *Gobierno de los 100 Días*, a vacilação do governo Grau San Martín e seu excesso de confiança em Fulgencio Batista e a divisão do campo revolucionário, especialmente entre a ala radical governista de Antonio Guiteras e o *Partido Comunista*, que se manteve na oposição.

Assim, em 15 de janeiro de 1934 terminava o governo revolucionário que havia se iniciado em 10 de setembro de 1933 e começava o domínio de Fulgencio Batista - que havia conspirado e articulado um golpe de Estado com o apoio da embaixada dos Estados Unidos e permaneceria no poder, direta ou indiretamente, por 11 anos - sobre a vida política cubana.

Após o golpe de Fulgencio Batista de janeiro de 1934, o que se seguiu foi um período de muita instabilidade e repressão política, com todos os grupos revolucionários obrigados a entrar na clandestinidade. Agora perseguidos do mesmo modo, o *Partido Comunista* e a *Joven Cuba* de Antonio Guiteras se uniam na clandestinidade para tentar manter a organização popular e enfrentar a contra-revolução no poder. Muitos dirigentes foram assassinados ou tiveram que partir para o exílio - alguns como Pablo de la Torriente Brau iriam lutar e morrer combatendo na guerra civil espanhola - e o próprio Antonio Guiteras morreria assassinado pela ditadura de Fulgencio Batista em 8 de maio de 1935. (JULIO GARCÍA, entrevista Anexo 4).

Fulgencio Batista não assumiu diretamente a presidência, tendo nomeado em seu lugar uma série de governantes como Carlos Hevia y de los Reyes, Carlos Manuel Márquez Sterling, Carlos Mendieta y Montefur, José A. Barnet y Vinajeras, Miguel Mariano Gómez e Federico Laredo Brú, todos claramente subordinados aos círculos militaristas, à Washington e às oligarquias locais articulados por Batista que permanecia como *Jefe del Ejército* e, no período, se tornou um dos homens mais ricos de Cuba.

Os dois primeiros governantes renunciariam após algumas poucas horas no poder, exatamente quatro dias, pela incapacidade em conter a continuidade dos protestos populares. O terceiro, Carlos Mendieta, prometeu chamar uma Assembléia Constituinte e aboliu a *Enmienda Platt*, mas mesmo assim não conseguiu a desejada estabilidade e teve que renunciar. O quarto, José Barnet, que havia sido Secretário de Estado de Mendieta, foi empossado com o compromisso de convocar eleições gerais, para a presidência da República e o Congresso Nacional já no ano seguinte, em 1936.

Estas eleições ocorreram, apesar de ainda sob um clima de pouca liberdade e muita repressão, e foi eleito Miguel Mariano Gómez que, entretanto, foi destituído pela Câmara e o Senado no final do mesmo ano por haver vetado o projeto de *Escuelas Cívico-Rurales* de Fulgencio Batista. Em seu lugar assumiu o vice-presidente Laredo Brú, que foi forçado pelas circunstâncias a conceder anistia aos exilados e presos políticos e pactar com todas as forças políticas a convocação de eleições para uma Assembléia Nacional Constituinte.

Deste modo, apesar da forte repressão que se seguiu, a contra-revolução teve dificuldades para governar e para conseguir a estabilidade almejada, obrigando-se a negociar com o campo opositor derrotado e aceitar reformas do antigo sistema neocolonial. Por essa razão, Martínez Heredia (1998a), caracterizou o período que se seguiu à *Revolución del 30* como um período pós-revolucionário. Para o autor, além da repressão e da dominação sobre a massa do povo e as forças revolucionárias, houve também negociação, pactos e a construção de uma nova hegemonia.

Os fatores que justificavam falar da permanência da República burguesa neocolonial eram por demais evidentes. Os Estados Unidos tiveram que aceitar a abolição da *Enmienda Platt* em 1934, mas mantiveram a base militar de *Guantánamo* e acordaram um novo *Tratado de Reciprocidad Comercial*, cujos termos garantiam todas as suas posições econômicas e privilégios. Assim, o capital daquele país continuou dominando os ramos decisivos da economia (açúcar, energia, minérios, serviços públicos, etc.) e as suas companhias seguiram proprietárias de 1/5 das terras cubanas com o controle praticamente completo do comércio exterior. Também teve continuidade a dependência do monocultivo da cana-de-açúcar, que ocupava metade das terras

agrícolas de toda a Ilha e representava 30% das rendas nacionais e 80% das exportações. Por outro lado, Cuba seguiu importando dos Estados Unidos quase toda a maquinaria e instrumentos industriais, meios de transporte, combustível, metais e, inclusive, grande parte dos produtos alimentícios. Em consequência, a situação social do país permaneceu crítica, com o predomínio do desemprego, do trabalho informal, precário e sazonal, dos baixos salários e da superexploração da força de trabalho. (JUVENTUD ORTODOXA, 1948; LE RIVEREND, 1971; PINO-SANTOS, 1983; DARUSHÉNKOV, 1978).

Mas, dada a correlação de forças internas e a nova situação mundial – marcada pelo *New Deal* de Roosevelt nos Estados Unidos, pela crescente contradição entre os Estados Unidos e a Alemanha de Hitler, pelo crescimento da corrente antifascista mundial e pela política de frentes populares incentivadas pela União Soviética – Fulgencio Batista manobrou astutamente e também deu início a um “novo curso” em sua política a partir de 1937.

A chamada virada de Batista implicou a adoção de algumas reformas sociais, como medidas de proteção aos pequenos camponeses, a redução da jornada de trabalho de 48 para 44 horas semanais, a reforma universitária e do ensino médio, a implementação de alguns seguros sociais; a aproximação tática da esquerda a partir da concessão da anistia a presos políticos e sociais e maior liberdade sindical e, no plano político, resolveu demonstrar boa vontade para com a esquerda, concedendo anistia aos presos políticos, melhorando as relações com a União Soviética e com os governos latino-americanos mais progressistas como o de Lázaro Cárdenas no México e, por fim, aceitando formas constitucionais de governo e a democracia representativa, convocando eleições para a Assembléia Constituinte em 1939 e para a presidência da República e o Parlamento em 1940.

Nas eleições para a Assembléia Constituinte, a oposição a Fulgencio Batista encabeçada pelo *Partido Revolucionario Cubano - Auténtico (PRC-A)* surgido da corrente moderada e reformista do *Gobierno de los 100 Días*, liderada pelo presidente Grau San Martín, venceu por pequena margem, mas negociou com o bloco do governo as condições para uma aprovação tranqüila da nova Constituição.

O resultado foi uma Constituinte que Raúl Roa qualificou como uma “luta de impotência”, dado que nenhum dos lados logrou se impor. O texto constitucional de 1940 foi mais ou menos avançado, proscrevendo inclusive o latifúndio em seu artigo 90, mas deixou margem para emendas constitucionais posteriores.

Assim, os artigos mais avançados da Constituição foram tema dos embates político-ideológicos das décadas seguintes, mas não chegaram a ser implementados na prática. As restrições estruturais da

economia e da sociedade cubana fizeram com que a década de 40 em Cuba se caracterizasse por uma grande distância entre os discursos ideológicos e a prática política efetiva. Todos os governos eleitos após a Constituição de 1940 se caracterizaram pelas grandes promessas e poucos cumprimentos, pela corrupção político-administrativa e carência de princípios morais e pela continuidade da subordinação ao Estados Unidos. (CUBA, Constitución 1940; JULIO GARCÍA, entrevista Anexo 4).

Porém, para Martínez Heredia (1998a), os avanços jurídicos, políticos e ideológicos surgidos da *Revolución del 30* tiveram uma grande importância, uma vez que a incongruência entre estes princípios e a realidade davam margem a uma situação propícia à contestação.

La cuestión central es que los avances de la cultura política crearon una segunda república incongruente con el sistema económico de dominación vigente. Ella estaba destinada entonces, en las percepciones de unos, a sostener ese sistema, y según otros, a modificarlo en beneficio de más amplios sectores, o del pueblo en general. Ese es el drama que recorre la época, que está detrás de tantas actuaciones y de muchas ausencias, de los entusiasmos y de las desilusiones. En esta república resultaba esperable un papel primordial del Estado respecto a la economía. La política de intervención económica estatal [...] era un mecanismo central y un gran reto. (MARTÍNEZ HEREDIA, 1998a, p. 12).

O primeiro governante eleito com base na Constituição de 1940, praticamente junto com a aprovação da nova Constituição, foi o próprio Fulgencio Batista que garantiu essa vitória com sua mencionada “virada” e aproximação da esquerda (MASSÓN SENA, 2007).

Já após este mandato constitucional de Fulgencio Batista, o *Partido Auténtico* de Grau San Martín, como principal partido opositor, venceu as duas eleições seguintes de 1944 e 1948. A primeira, na qual era candidato o próprio Grau San Martín, foi saudada com grande entusiasmo pelo povo cubano, que acreditava que esta vitória era a volta da *Revolución del 30* e do *Gobierno de los 100 Días*.

Entretanto, o governo de Grau San Martín decepcionou, se constituindo num dos governos mais corruptos da história de Cuba. Frente a esse cenário, Eduardo Chibás, antigo revolucionário dos anos 30, resolveu romper com o *Partido Auténtico* e fundar um novo partido em 1947: o *Partido del Pueblo Cubano – Ortodoxo (PPC-O)*, afirmando sua intenção de “recolher as bandeiras abandonadas pelo *autenticismo*”.

Desta forma, Chibás e seu partido levantaram novamente as bandeiras da “*independencia económica, libertad política y justicia social*”, que haviam permanecido vivas na memória dos cubanos desde a *Revolución del 30*, e faziam uso de um forte apelo moral e ético, que Eduardo Chibás buscava exemplificar com sua própria conduta. Com esta atitude, o líder ortodoxo conseguiu comover a nação cubana e conquistar um forte apoio popular. Em sua primeira candidatura à

presidência, em 1948, lançou a campanha “*vergüenza contra dinero*” que foi recebida grande simpatia pelo povo cubano. Entretanto, nessas eleições ainda foi derrotado pelo candidato governista do *Partido Auténtico*, Carlos Prío Socarrás, que usou toda a máquina estatal em sua campanha.

O governo de Prío Socarrás foi ainda mais corrupto do que o de Grau San Martín, o que contribuiu para o fortalecimento ainda maior do *Partido Ortodoxo* e da liderança de Eduardo Chibás. Em pouco tempo, o *Partido Ortodoxo* de Chibás adquiriu um grande enraizamento entre as massas, com uma estrutura nacional e núcleos em todas as províncias. A *Juventud Ortodoxa*, vinculada a este partido, também atraiu um setor significativo da juventude cubana e apresentou idéias mais radicais que as do próprio partido. (JUVENTUD ORTODOXA, 1948).

Assim, Eduardo Chibás e o *Partido Ortodoxo* já eram considerados os grandes vitoriosos das eleições de 1952. Porém, dois acontecimentos prévios impediram a história cubana de seguir esse curso. O primeiro foi o denominado *Aldabonazo* de Eduardo Chibás e o segundo o novo golpe militar de Fulgencio Batista em 10 de março de 1952, três meses antes das eleições.

Em 1951, após um discurso radial em que conclamava o povo cubano a levantar-se, o líder do *Partido Ortodoxo* se imolava com um tiro na cabeça. Com esta ação, que ficou conhecida em Cuba como *Aldabonazo*²⁵, Eduardo Chibás pretendia comprovar sua retidão moral - uma vez que havia acusado um membro do governo de Prío Socarrás por atos de corrupção sem conseguir comprovar - e sacudir o povo cubano. Seu cortejo fúnebre foi um dos atos de massa mais concorridos e comoventes da história do país. (HART DÁVALOS, 2006).

Contudo, mesmo sem seu principal líder, o *Partido Ortodoxo* continuava como o grande favorito das eleições de 1952. Mas, o novo golpe de Fulgencio Batista, que aproveitou-se do vazio político deixado pela morte de Chibás, impediu essa possibilidade, interrompendo mais uma vez a institucionalidade, os sentidos comuns e as expectativas do povo cubano.

2.2. Contexto nacional e internacional da Revolução Cubana

2.2.1. Cenário mundial do período: anos 1940-60

Em termos gerais, a Revolução Cubana ocorreu no contexto internacional da retomada do otimismo, após o fim da Segunda Guerra Mundial, da derrota do nazi-fascismo, da recuperação

²⁵ A palavra *aldabonazo* vem do termo *aldaba*, que em espanhol é o nome dado aos pêndulos de ferro existentes nas portas de casas antigas e que eram batidos com força para chamar os moradores.

econômica da Europa, do prestígio do socialismo e da União Soviética e do reformismo social e político nos países capitalistas, incluindo os da América Latina.

Após o holocausto e a grande tragédia que foi a Segunda Guerra, os termos na arena internacional passaram a ser reconstrução, reforma, diálogo, negociação, pacto, consenso. Para os direitistas de sempre esse era um mal necessário diante da força do principal inimigo, o socialismo soviético; para os reformistas, era o auge de suas crenças, a prova da possibilidade de derrota dos extremismos, de democratização do socialismo e de humanização do capitalismo; e, para os socialistas revolucionários, era a vitória momentânea da conciliação de classes e das idéias reformistas no interior do movimento proletário.

Evidentemente que o mundo não poderia permanecer o mesmo depois da guerra e, como é comum nesses casos, o mapa geoeconômico e geopolítico foi redesenhado em favor dos vitoriosos. O grande problema - que contribuiria para diminuir o otimismo em relação a uma paz sustentável e duradoura - foi que os dois grandes vencedores, os Estados Unidos (EUA) e a União Soviética (URSS), eram duas grandes potências com projetos político-ideológicos radicalmente distintos. Assim teria início a chamada Guerra Fria que dominou o cenário do pós-guerra até o final da década de 1980. (HOBSBAWM, 1997).

A URSS atingiu o ápice de seu prestígio após a guerra, a ponto da tendência mais esperada ser a vitória internacional do socialismo, aumentando o receio da principal potência capitalista da época, os Estados Unidos, de que isso ocorrera. Mas as coisas não se passaram desta maneira e alguns estudiosos - entre os quais Martínez Heredia (2001c, 2005a) e Vito Letizia [s.d.] - consideraram que um dos grandes motivos foi o fato da URSS, por razões estratégicas de Estado, ter cedido demasiado numa questão central para os socialistas: a necessidade da internacionalização da revolução. Desta forma, acabaria sendo a grande derrotada da Guerra Fria.

De fato, no contexto do pós-guerra, embora sem eliminar as disputas e conflitos, prevaleceu o pacto entre as duas grandes potências. A Guerra Fria foi fria justamente porque se assentou no consenso maior de ambos os lados de que não era conveniente romper o equilíbrio obtido, ainda que fosse precário. Outra questão polêmica para os socialistas foi a forma como foram estabelecidas as chamadas zonas de influência pelos países vitoriosos e a participação da URSS nessa espécie de nova partilha do mundo. Com esta orientação política, a URSS teria não apenas legitimado o sistema imperialista, mas se convertido ela mesma em uma potência imperialista. Ao mesmo tempo, nas condições desse pacto, os países capitalistas ocidentais, liderados pelos Estados Unidos, teriam encontrado as brechas para refazer seus sistemas de domínio e avançar contra os projetos de ruptura da ordem em várias partes do mundo.

Porém, conforme analisou Mészáros (2002), não foi apenas a vontade política, mas também as novas condições estruturais da economia capitalista que favoreceram esse rumo. Para o autor, a crise econômica mundial dos anos 30 foi superada graças ao desenvolvimento sem precedentes do complexo militar-industrial – ou seja, a indústria armamentista propriamente dita e os ramos a ela interligados –, amplamente apoiado pelo Estado capitalista. Este desenvolvimento teria sido, simultaneamente, uma condição e um resultado da guerra e, em conjunto com a destruição provocada pelo conflito e a necessidade da “reconstrução”, teria criado as bases para a retomada do crescimento econômico.

Desta forma, como afirmou Mészáros (2002), o intervencionismo estatal sem precedentes do pós-guerra não apenas na economia, mas em todas as esferas da vida social, foi uma condição *sine qua non* do crescimento econômico impulsionado pelo complexo militar-industrial e não o resultado da aplicação da teoria keynesiana ou a fórmula científica finalmente encontrada, para acabar com as crises capitalistas periódicas de superprodução.

Não que as idéias de John Maynard Keynes não tivessem desempenhado nenhum papel. No entanto, seria falso atribuir àquelas idéias um sentido a-histórico e universal, pretensão descartada pelo próprio Keynes. Assim, ao invés de causa da retomada do crescimento econômico, a teoria de Keynes foi uma sustentação teórica das possibilidades econômicas do capitalismo em um contexto determinado. Em outras circunstâncias históricas certamente seu êxito não teria sido o mesmo.

A economia dos Estados Unidos, fortemente impulsionada pelo complexo militar-industrial e pouco atingida pela guerra, foi o principal motor da nova expansão do pós-guerra e outros países europeus também menos atingidos pelos estragos do conflito, como a França e a Inglaterra, funcionaram como forças auxiliares na reconstrução da Europa e do Japão. O resultado foi a elevação do índice de crescimento econômico desses países.

Por outro lado, a situação econômica da URSS e demais países do Leste Europeu, que haviam se tornado socialistas no contexto da guerra, apesar dos grandes custos que haviam pago, também era favorável à continuidade e aprofundamento da industrialização.

Desta forma, as duas potências em luta passaram a compartilhar os valores do industrialismo, do cientificismo, da modernização e do progresso, que se tornariam paradigmáticos da ideologia do período e a disputa política entre Leste e Oeste, entre socialismo e capitalismo, assumiu os contornos de uma acirrada competição econômica e tecnológica, cujo resultado mais visível e preocupante foi a corrida armamentista e espacial. (HOBSBAWM, 1997).

Já do ponto de vista social e político, essa base econômica favoreceu certa melhoria das condições de vida e trabalho da classe trabalhadora, tanto nos países de capitalismo central como nos países periféricos, dando origem à formulação de novos pactos sociais. Houve a reformulação da hegemonia capitalista no sentido da aceitação do uso do conflito pela classe trabalhadora como forma legítima de conquista de direitos e de melhoria de suas condições de vida. Entretanto, tal aceitação não teve a ver com a bondade ou com os atributos inerentes a um “novo tipo” de Estado, o chamado Estado de Bem-Estar Social, mas com a nova capacidade de pressão e negociação da classe trabalhadora mundial.

La necesidad de contrarrestar la influencia en expansión de las ideas socialistas constituye el fundamento real de la célebre construcción ideológica - cuyo resquebrajamiento tanto lamenta en nuestros días la izquierda política de orientación reformista - conocida desde la segunda postguerra mundial con el nombre melifluido de “Estado de Bienestar”, mediante la cual las conquistas sociales de la clase obrera y de los movimientos por los derechos civiles son presentadas como bondades y beneficios ofrecidos voluntariamente por el capital o como atributos de un “capitalismo con rostro humano”. (CERVANTES MARTÍNEZ, et. al, 1998, p. 16).

De todo modo, mesmo com a continuidade de grandes contradições e desigualdades entre os países capitalistas dos chamados Primeiro e Terceiro Mundo, foi uma realidade bastante geral a substituição da idéia do *contrato* pela idéia do *direito* e a perda de terreno da ideologia do mercado desregulado. Do ponto de vista cultural e da reformulação da hegemonia política esta mudança teve inegavelmente um significado importante, uma vez que a classe trabalhadora passou a se sentir mais valorizada em sua condição. (CASTEL, 1998; MARSHALL, 1967).

As novas condições mundiais também favoreceram a modificação da política interna latino-americana. O clima internacional de reformismo e pacto e o receio do socialismo trouxe às classes dominantes internas a necessidade de uma reciclagem e, por outro lado, fortaleceu as tendências reformistas, nacionalistas e socialistas locais.

O resultado foi, no campo econômico, o crescente papel atribuído ao Estado na regulação da economia e o esforço industrializante, visando superar o modelo agrário-exportador; no campo social, a regulamentação do mercado de trabalho e a concessão de determinados direitos sociais e trabalhistas; no campo político, o fortalecimento da ideologia da harmonia entre as classes sociais em nome do desenvolvimento nacional, a valorização do sindicalismo reformista e vinculado ao Estado e o crescimento de movimentos e partidos políticos de cunho nacionalista, reformista e também socialista; e, do ponto de vista cultural, a valorização do progresso, do desenvolvimento,

da modernização, do consumismo e a busca do consenso na resolução dos conflitos (ver item 1.2.).

Esse foi o movimento dominante e hegemônico do período, mas nunca é demais afirmar que isto não significa de modo algum que não tenha havido contradições, oposições e até mesmo rupturas.

No cenário internacional, a tendência contrária que mais abalou as idéias hegemônicas do período foi o fortalecimento do anticolonialismo e dos processos de descolonização e, conseqüentemente, o surgimento do Terceiro Mundo e do terceiro-mundismo como alternativa aos estabelecidos e hegemônicos Primeiro e Segundo Mundo.

Otro mundo se estaba configurando, frente a aquellos dos mundos. Desde el fin de la gran contienda, en todo el ámbito colonial se abrieron paso las exigencias de autodeterminación [...]. Setenta años después del Congreso de Berlín de 1885 – la apoteosis del colonialismo --, en la I Conferencia de Solidaridad Afroasiática celebrada en Bandung se reunió por primera vez otro tipo de estadistas y líderes, de veintinueve Estados y seis movimientos de liberación. Bandung fue el punto de partida de una política internacional que universalizó la ONU y legitimó la autodeterminación y la descolonización, por las vías que fueran necesarias. Había surgido el término “Tercer Mundo”, y el tercermundismo [...] (MARTÍNEZ HEREDIA, 2005, p. 4)

A esse movimento contra-hegemônico no campo político se somaram iniciativas contra-hegemônicas no terreno cultural, através dos movimentos artísticos da chamada contracultura que buscavam romper os bloqueios do consenso e da passividade e mostrar aquilo que poucos estavam dispostos a ver: os lados obscuros do progresso, do industrialismo, do consumismo e da cultura de massas. Deste modo, contra a cultura do consenso e a política da reforma se insurgiram os movimentos culturais críticos e os movimentos políticos revolucionários.

Houve também diferenças internas no período considerado dos anos 40 aos 60, com o fortalecimento das tendências contra-hegemônicas na última década, a dos emblemáticos anos 60. Os anos 40 haviam sido dedicados fundamentalmente à guerra, à política antifascista e à tentativa de juntar os escombros e dar um sentido ao mundo que ressurgia. Já a década de 50 viveu o auge da tendência hegemônica do período, quando estabilidade e progresso eram as palavras de ordem reiteradamente repetidas. Desta forma, nos anos 40 predominou a política, nos anos 50 a economia e, nos anos 60, adveio uma nova crise de ambas e a cultura, ou melhor, a contracultura, passou ao primeiro plano. (HOBSBAWN, 1997).

Na América Latina, em termos gerais não foi muito diferente, mas as especificidades desta região terceiro-mundista talvez a tenham colocado desde o fim da Segunda Guerra Mundial na

contramaré da tendência mundial, embora até os anos 60 tudo o que acontecia na região geralmente fosse atribuído aos interesses e necessidades das potências da Guerra Fria. Porém, em um mundo marcado pela ideologia do consenso, da cooperação, do desenvolvimento, do diálogo e da democracia, as intervenções e ditaduras militares na América Latina dos anos 50, como na Nicarágua, na República Dominicana e na Venezuela eram realidades dissonantes e incômodas.

Por essa razão, os movimentos antiditatoriais na América Latina dos anos 50 tinham inicialmente o propósito de devolver a normalidade democrática a seus países e colocá-los novamente, por assim dizer, no curso normal do mundo. No caso da ditadura de Fulgencio Batista implementada em 1952 em Cuba, e que duraria até praticamente o final da década de 50, não foi diferente, sendo mais um caso contraditório com a tendência mundial do período.

No entanto, o movimento desencadeado pela combater esta ditadura iria muito além de seus homólogos latino-americanos contribuindo, com a sua vitória em 1959 e com o advento da Revolução Cubana, para alterar a ideologia e as práticas de toda a época. Ou seja, a Revolução Cubana, sendo a primeira revolução socialista do Ocidente, foi mais um evento marcante da contestação terceiro-mundista dos inquietos e inquietantes anos 60.

2.2.2. Situação interna de Cuba às vésperas da Revolução de 1959

A Revolução Cubana de 1959 foi marcada, além dos fatores internacionais mencionados no item anterior, pelo cenário interno. Os anos 40 e 50 em Cuba, como já mencionado em 2.1., foram influenciados pela chamada *Revolución del 30*. A derrota popular nesta Revolução e o primeiro golpe de Fulgencio Batista que pôs fim ao *Gobierno de los 100 Días*, em 15 de janeiro de 1934, gerou mais uma vez um sentimento generalizado de frustração no povo cubano e, por esta razão, o período posterior foi considerado eminentemente contra-revolucionário.

Entretanto, Martínez Heredia (1998a), mostrou como esta foi apenas parte da verdade, uma vez que como toda revolução verdadeira, a *Revolución del 30* gerou também frutos pós-revolucionários. Assim, apesar de derrotado pela força, o movimento popular-revolucionário cubano dos anos 30 teria impulsionado mudanças há muito reclamadas pela sociedade e forçado o campo dominante a negociar e a modificar-se para conseguir permanecer no poder. Desta forma, a República surgida desta Revolução já não seria a mesma República burguesa neocolonial cubana anterior, apesar de continuar sendo uma República burguesa neocolonial.

Para Martínez Heredia, essa segunda República cubana surgida da *Revolución del 30* foi “mais cubana”, ou seja, “mais nacional”, ou seja, mais inclusiva do ponto de vista social, cultural e de classe.

Esta nación que exige realizar el proyecto cubano es potencialmente disruptiva, pero es más inclusiva: caben en ella los más disímiles ideales y diversas ideologías, siempre que "sirvan" a la nación y a su destino. En la práctica las ideologías y las representaciones sociales buscaron más coincidencias en el terreno nacional. Eso hicieron los legisladores y los mandatarios, los gobiernos municipales, la escuela, las izquierdas, los medios masivos de comunicación, las artes, parte del folclor. La intensificación de la historiografía nacional y la ciencia de la economía, en sus vertientes positivista, neoclásica, keynesiana o marxista, están marcadas por la impronta de lo nacional. (MARTÍNEZ HEREDIA, 1998a, p. 21)

Assim, se a consciência nacional do povo cubano foi despertada pela primeira revolução independentista de 1868, o projeto nacional cubano continuava tendo o sentido de irrealizado para a maioria da população cubana e para os revolucionários dos anos 30.

[...] la nación independiente inevitable de 1902 fue declarada absolutamente insuficiente, y replanteada mediante el reencuentro del proyecto nacional radical y mediante su superación ante nuevas perspectivas de la justicia social [M.IMP.]. La segunda república tenía que reelaborar lo nacional a la vez que servirle de continuidad y, si era posible, tornar a lo nacional capaz de absorber en su continente todas las potencialidades de la sociedad. El sentido de irrealizado --y por tanto la legitimidad de los proyectos-- fue una dimensión principal entonces para lo nacional. En la vida cotidiana y en la vida pública el sentido de irrealizado de lo nacional fue moneda corriente. (MARTÍNEZ HEREDIA, 1998a, p. 20)

Desta forma, apesar da vitória do golpe militar de 1934 de Fulgencio Batista, a imposição da derrota à população insubordinada não foi uma obra fácil para os setores dominantes representados pela contra-revolução no poder, o que foi evidenciado pela extrema instabilidade e pelo caráter repressivos dos governos posteriores ao golpe. A rebelião popular ativa durou até a greve de março de 1935 e mesmo após a sua derrota - fator decisivo para a contra-revolução -, muitas negociações com o setor derrotado e rearranjos tiveram que ser feitos e, ainda assim, as condições institucionais normais somente retornaram com a Constituição de 1940.

A *Enmienda Platt* foi abolida já em 1934, apesar de que novos mecanismos mais sutis e eficazes para manter a sujeição de Cuba aos Estados Unidos foram implementados. Por outro lado, a partir de 1937 teve lugar a chamada virada de Fulgencio Batista, quando este habilmente buscou atrair alguns setores da esquerda, como o *Partido Comunista de Cuba*.

Em um país neocolonial como Cuba, os fatores externos sempre tiveram um peso relevante e assim foi também em relação a essa “virada” de Fulgencio Batista. A crise econômica mundial que

eclodiu em 1929, o confronto político-ideológico do mundo capitalista com a União Soviética, o *New Deal* de Roosevelt, o avanço do nazi-fascismo na Europa e o fortalecimento da corrente antifascista mundial, foram fatores importantes que propiciaram essa manobra do governo cubano.

Outro fator relevante foi que, no final dos anos 30, a economia cubana já dava mostras de certa recuperação, depois da bancarrota dos anos 20.

[...] entre 1934 y 1940 se produjo una estabilización en la mayoría de las actividades económicas, consecuencia de la gradual rehabilitación posterior a la crisis de 1929 al 33, y por una marcada intervención del estado en dichos asuntos, a través de la legislación promulgada [...] (MASSÓN SENA, 2007, p. 15).

Essa recuperação, porém, foi bastante parcial e somente veio a se consolidar no contexto da Segunda Guerra Mundial e do pós-guerra. Assim, o cenário interno e externo permitiu às classes dominantes cubanas refazerem seu sistema de domínio, incorporando de algum modo as tensões e o descontentamento popular. Nesse processo, como disse Martínez Heredia (1998a), as idéias de *nação* e de *desenvolvimento nacional* cumpriram um papel catalisador e integrador fundamental, mistificando as contradições de classe.

Contudo, contraditoriamente, o antiimperialismo presente no nacionalismo cubano retrocedeu, uma vez que a reformulação da hegemonia das classes dominantes foi eficaz em apresentar a imagem de uma Cuba supostamente livre da ingerência estrangeira e somente ligada aos Estados Unidos por decisão própria, como melhor alternativa para seu desenvolvimento.

Em suma, o cenário cubano de entre-revoluções, isto é, entre 1933 e 1959, foi marcado pelo fim dos traços que faziam a República de Cuba parecer um protetorado.

Esto es, terminó el primitivismo en la relación neocolonial, los rasgos que hacían a la república parecer un protectorado. En su lugar apareció un Estado cubano con mucho más atributos de un Estado soberano. Un estado burgués mucho más representativo de los consensos de la población. La Asamblea Constituyente y la Constitución de 1940 le dieron una institucionalidad extraordinariamente más moderna que el ordenamiento de la primera república, inclusiva de numerosos avances sociales y políticos y capaz por su texto de dar marco legal a un proyecto de sociedad superior a la existente. (MARTÍNEZ HEREDIA, 1998a, p. 11).

A intervenção estatal na economia e na sociedade foi outra característica marcante dos anos 40 e 50 em Cuba, como em outros lugares, conforme abordado no item anterior. Entretanto, no caso cubano essa intervenção não chegou a conduzir a um processo de industrialização, de diversificação econômica e de substituição de importações significativo, como em outros países da América Latina.

Também não chegou a constituir-se um setor econômico estatal relevante. Mas o Estado foi um protagonista econômico central e um mediador do conflito entre as classes sociais.

Desta forma, a Constituição cubana de 1940 foi uma espécie de consenso possível em uma sociedade contraditória como a de Cuba, embora em seus termos jurídicos, políticos e ideológicos tenha sido bastante avançada, ao afirmar uma série de garantias sociais e políticas, proscrever o latifúndio em seu artigo 90, proibindo a expulsão dos agricultores de suas terras, reconhecer o direito de organização social e política e o princípio da democracia representativa, estipular mecanismos mais modernos para a administração pública e considerar o desenvolvimento econômico e a redistribuição da renda um dever do Estado. (CUBA, Constitución 1940).

No entanto, como já mencionado, estes foram apenas *ideais* e *princípios* da Constituição de 1940, porque as manobras para deixar para depois a regulamentação dos artigos constitucionais mais populares e a prática efetiva dos governos constitucionais acabaram por ignorar aqueles princípios. Mas, de todo modo, eles serviram de combustível para as contendas políticas das próximas décadas e legitimaram uma série de reivindicações populares.

O primeiro presidente a governar com base na Constituição de 1940 foi o próprio Fulgencio Batista, que venceu as eleições do mesmo ano através da *Coalición Socialista Democrática* integrada, além do partido de Batista e de outros partidos ideologicamente próximos, pelo *Partido Comunista de Cuba*, através da legenda *Unión Revolucionaria Comunista*. A plataforma eleitoral dessa coalizão foi sintetizada no seguinte slogan: "Democracia, Justiça Social e Defesa da Economia Nacional". Já os dois governos constitucionais seguintes, Ramón Grau San Martín e Carlos Prío Socarrás, eram oriundos da oposição a Batista e representavam o *Partido Auténtico*, que venceu as eleições de 1944 representando para o povo de Cuba uma esperança de ruptura com o domínio de Fulgencio Batista. (MASSÓN SENA, 2007).

Entretanto, nem o governo constitucional de Batista, nem os dois governos *auténticos* foram fiéis aos princípios constitucionais e aos anseios de mudança do povo cubano. Apesar de se beneficiarem da relativa melhora econômica do período, esses governos não resolveram - e nem poderiam, dados os interesses que representavam - o problema estrutural da economia cubana e a grave situação social da população. Pelo contrário, predominaram a demagogia, a corrupção, os métodos de cooptação do movimento sindical e o retorno de uma política repressiva do movimento popular e, especialmente, do Partido Comunista, agora no clima da Guerra Fria e do fim da trégua e da política de união nacional favorecida pelo cenário da Segunda Guerra.

Assim, ao entusiasmo com a vitória eleitoral de Grau San Martín em 1944 sobreveio para o povo cubano novamente a decepção e a sensação de traição dos ideais pelos quais havia lutado desde

a independência. Por essa razão, em 1947, um dos líderes do *Partido Auténtico*, ex-revolucionário dos anos 30, Eduardo Chibás, resolveu romper com o *autenticismo* e fundar um novo partido, que denominou *Partido del Pueblo Cubano - Ortodoxo*, a última palavra para frisar o objetivo de resgatar as bandeiras da *Revolución del 30*, uma vez que considerava que elas haviam sido abandonadas pelo *Partido Auténtico*.

Este novo partido caracterizou-se, desde a sua fundação, por um discurso reformista e nacionalista e também por um forte apelo moral, reforçado pela conduta ética intransigente e pelo carisma de seu principal líder, Eduardo Chibás. Dessa forma, apesar de ter sido derrotado nas eleições de 1948, devido à divisão da oposição e também pelo uso da máquina estatal pelo candidato oficial do *Partido Auténtico* - Carlos Prío Socarrás - em curto período o *Partido Ortodoxo* conseguiu um amplo apoio de massas e constituiu núcleos de base em praticamente todo o território nacional.

Tal enraizamento popular e apoio de massas do *Partido Ortodoxo* era expressão, por um lado, da insatisfação do povo cubano com a situação vigente em Cuba e com os governos *auténticos*, mas, ao mesmo tempo, indicavam também a confiança da população na institucionalidade vigente, ou seja, o povo cubano acreditava que era possível promover as mudanças almejadas com base na Constituição de 1940, respeitando as regras do jogo existentes, bastando para tanto um governo mais honesto e fiel aos interesses populares.

Este sentimento era a demonstração do quanto a hegemonia das classes dominantes, como disse Martínez Heredia (1998a), havia conquistado terreno na consciência popular. O povo cubano não estava satisfeito com os governantes, mas consentia que a institucionalidade vigente desde a Constituição de 1940 era a melhor forma para lutar pela ampliação de seus direitos, pela justiça social e pela independência econômica, reivindicações ainda consideradas irrealizadas.

Já em relação à outra grande bandeira das lutas do período republicano, a liberdade política, o sentimento era de que se havia dado passos significativos haviam sido dados na direção de seu reconhecimento e consolidação. O desfecho violento da *Revolución del 30* pela ditadura de Fulgencio Batista, tinha levado o povo cubano a exaltar o civilismo frente ao militarismo e, conseqüentemente, a reforçar a crença na democracia representativa.

Até o novo golpe de Fulgencio Batista em 1952, a democracia formal havia funcionado com a existência dos três poderes do Estado, partidos que disputavam eleições periodicamente, significativa liberdade de imprensa e acentuação da tendência histórica de organização da sociedade civil cubana, incluindo o fortalecimento do movimento sindical classista a partir da criação da *Confederación de Trabajadores de Cuba (CTC)* em 1939.

Os avanços do mundo cívico-político, no entanto, esbarravam em uma realidade sócio-econômica extremamente adversa. E embora nem as classes dominantes e os políticos que ocupavam o poder conseguissem negar a legitimidade de demandas como a industrialização e diversificação econômica para aumentar o grau de ocupação dos trabalhadores, a reforma agrária para resolver o problema do latifúndio e da miséria rural, uma reforma educacional capaz de acabar com o analfabetismo e ampliar o desenvolvimento cultural do povo e a ampliação dos seguros sociais para proteger a infância, a incapacidade para o trabalho e a velhice, nenhum destes problemas teve uma solução efetiva nesta segunda República cubana e continuaram sendo a base das grandes insatisfações e dos confrontos ideológicos.

Apesar da abolição da *Enmienda Platt* em 1934, nas vésperas da Revolução de 1959, conforme o *Folleto* de 1948 da *Juventud Ortodoxa*, a economia cubana continuava com características “coloniales o factoriles”, dependendo quase exclusivamente da monocultura do açúcar e do mercado externo. Segundo a análise contida nesse *Folleto* em 1948, o açúcar representava de 75 a 80% das exportações, sendo que Cuba limitava-se às fases mais primárias da produção; 40 a 45% da produção nacional era enviada para fora do país e desta 80 a 90% dirigia-se a um único mercado, o dos Estados Unidos; as importações também dependiam quase exclusivamente do mercado dos Estados Unidos: 92% do arroz provinha daquele país; além disso grande porcentagem da renda nacional regressava aos Estados Unidos, na forma de juros pelo capital investido, lucros, frete e seguros e outros tipos de remessas unilaterais.

Essa situação da estrutura econômica não poderia prover, argumentam os jovens ortodoxos, uma vida digna para a maioria da população cubana. O Censo de 1943 apontava uma população de 500 mil desempregados, sendo que na época a população total de Cuba não passava de 6 milhões de pessoas, e se estava em uma conjuntura de crescimento econômico. A principal indústria, a açucareira, gerava emprego apenas durante uns 3 ou 4 meses por ano, fazendo com que a população trabalhadora padecesse, apesar da legislação social, de uma situação de “privações, instabilidade e angústias”. No campo, a situação era ainda mais opressiva, com a maioria dos *campesinos* assolados pela fome e as doenças. Apesar dos avanços legislativos em relação aos direitos da mulher e dos negros, a discriminação racial e de gênero também seguia sob diversas formas na prática. (JUVENTUD ORTODOXA, 1948).

Assim, cansado desta situação, dos discursos políticos incoseqüentes com a prática, da corrupção e da politicagem, o povo cubano depositava suas esperanças nas eleições de 1952 e no candidato do *Partido Ortodoxo*.

Entretanto, essa esperança foi novamente negada pela força com o novo golpe militar de Fulgencio Batista apenas três meses antes das eleições. Num primeiro momento a atitude da população e dos diversos grupos políticos, governistas ou opositores, foi de surpresa. Porém, as demonstrações de descontentamento não demoraram a chegar. Novamente o povo cubano era surpreendido pela quebra da institucionalidade e dos consensos existentes, como havia acontecido com a *Prórroga de Poderes* de Gerardo Machado em 1927 que levou à eclosão da *Revolucion del 30*. (ELVIRA DÍAZ, entrevista Anexo 2) .

Agora, além das iniquidades sociais, da subordinação econômica aos Estados Unidos e da corrupção administrativa, se somava novamente a falta de liberdade política e a forte repressão. Embora a repressão política não tivesse estado ausente dos oito anos de governo do *Partido Auténtico*, especialmente no último período de Prío Socarrás - quando foi assassinado o líder dos trabalhadores açucareiros e parlamentar, Jesús Menéndez, além de outros dirigentes sindicais e políticos – a ditadura de Fulgencio Batista converteu este componente em regra. (JULIO GARCIA, entrevista Anexo 4).

De acordo com Le Riverend (1971) e Pino-Santos (1983a), do ponto de vista econômico, apesar de ter continuado com a política econômica anterior de intervencionismo estatal, Batista não conseguia apresentar saída para o agravamento da crise estrutural da economia cubana. Pelo contrário, até 1955 seguiu fielmente as recomendações do *Plan Truslow* que implicava a retirada de direitos dos trabalhadores, medidas de incentivo à demissão, cooptação do movimento sindical e repressão contra aqueles que não se ajustavam.

Já após esse período, para dissimular a essência de sua política, lançou o chamado *Plan de Desarrollo Económico y Social* que implicava o aumento dos investimentos. Porém, o resultado foi apenas a construção de algumas obras públicas, acompanhadas de um arsenal de fraudes e dívidas. Para piorar, durante o seu governo proliferaram também em Cuba os aspectos negativos do turismo como a prostituição e as casas de jogos de azar.

Deste modo, a sua ditadura tornava-se cada vez mais insustentável aos olhos do povo e também diminuía sua base de manobra e apoio dentro do campo político tradicional. Em outras palavras, a ditadura de Fulgencio Batista não conseguiu se legitimar, fazendo com que a oposição crescesse e se fortalecesse cada vez mais até conseguir derrubá-la em janeiro de 1959.

2.3. Grupos políticos dirigentes do processo revolucionário cubano

2.3.1. Grupos de oposição burguesa à ditadura de Fulgencio Batista

Além da oposição política que de imediato condenou o golpe de 10 de março de 1952 de Fulgencio Batista, como foi o caso da *Federación de Estudiantes Universitarios*, do comunista *Partido Socialista Popular* e de um setor especialmente formado por jovens do *Partido Ortodoxo*, que mais tarde formaria o *Movimiento Revolucionario 26 de Julio* liderado por Fidel Castro, também existiram grupos mais moderados geralmente denominados pela literatura de grupos de oposição burguesa à ditadura de Batista.

Esses grupos não eram representados por uma agrupação monolítica ou por um único partido político, mas compartilhavam um determinado ponto de vista e adotavam uma postura semelhante frente à ditadura, postura esta conseqüente com os interesses de determinado setor social dominante que sentia seus interesses ameaçados ou simplesmente temia que os exageros repressivos do governo ditatorial pudessem levar a uma polarização e radicalização social perigosas.

Entre esses grupos políticos poderia ser mencionado especialmente o *Partido Auténtico* que havia sido desalojado do poder pelo golpe de Batista, um setor do *Partido Ortodoxo* que era o favorito para vencer as eleições presidenciais de 1952, a *Sociedad de Amigos de la República (SAR)*, um movimento cívico que tinha o objetivo de restaurar as condições da legalidade e constitucionalidade anteriores ao golpe, e a *Junta de Liberación Cubana*, resultado de um pacto assinado em 1957 em Miami, que visava sobrepor-se à hegemonia adquirida pelo MR-26-7 e pelo *Ejército Rebelde*.

Apesar de adotarem diferentes métodos de ação, os objetivos destes grupos eram basicamente os mesmos: forçar a ditadura a uma negociação que conduzisse à realização de novas eleições e à restauração da legalidade da Constituição de 1940. Não questionavam o caráter da estrutura sócio-econômica do país e os demais problemas da República e nem exigiam uma modificação desta situação. Em geral, esperavam apenas uma mudança de governo em que seus interesses pudessem estar mais seguros, num clima de maior harmonia e paz social. Em outras palavras, o objetivo maior era evitar uma revolução, e não contribuir para desencadeá-la.

Do ponto de vista dos métodos, tanto a *Junta de Liberación Cubana* como o *Partido Auténtico*, liderado pelo presidente deposto Carlos Prío Socarrás, adotaram métodos conspirativos

e de insurreição armada. Especialmente o último, depois de não haver resistido como governo ao golpe e nem entregado as armas exigidas pela FEU para a resistência popular, participou de várias tentativas de derrubar a ditadura por esta via.

Já o setor do *Partido Ortodoxo* que não se integrou às fileiras do movimento liderado por Fidel Castro e a *Sociedad de Amigos de la República* optaram por formas de resistência cívica e pela busca do diálogo e da mediação entre o governo de Fulgencio Batista e as várias forças oposicionistas em prol da convocação de eleições gerais e de uma solução pacífica ao conflito.

Se essa era a posição *política* geral destes grupos de oposição burguesa à ditadura de Fulgencio Batista, seus interesses sociais e econômicos eram mais difíceis de delimitar, uma vez que também nesse aspecto não parecia haver uma posição monolítica e unitária. Ou seja, do ponto de vista dos interesses materiais em jogo, seria difícil afirmar que determinado setor da burguesia cubana estava com o partido da ditadura e outro setor, com interesses distintos, com os grupos de oposição.

De fato, tanto apoiando Batista como na oposição, se encontravam desde grandes grupos burgueses ligados ao capital internacional, especialmente dos Estados Unidos, como setores mais vinculados ao mercado interno e, inclusive, setores da pequena e média burguesia. Um exemplo: uma das principais bases de apoio da ditadura foram os soldados do Exército, cuja maioria provinha de famílias camponesas. Por outro lado, inclusive no *Partido Ortodoxo*, maior partido oposicionista do período, havia grandes proprietários e *hacendados* (a grande burguesia açucareira cubana).

Do mesmo modo, do ponto de vista dos grandes interesses do capital dos Estados Unidos nem todos estavam convictamente ao lado de Fulgencio Batista. Houve, é certo, apoio militar de Washington à ditadura, especialmente no intuito de ajudar a derrotar o movimento popular em ascenso e a guerrilha da *Sierra Maestra*, mas também é certo que a embaixada em La Habana buscou se aproximar dos grupos oposicionistas e, inclusive, do MR-26-7 para tentar alguma forma de mediação e saber se seus interesses seriam mantidos num futuro governo pós-ditadura. (ALADRO CARDOSO, VALDÉS SÁNCHEZ, ROSADO EIRÓ, 2007).

Assim, as divergências entre o partido da ditadura e os grupos oposicionistas burgueses parecia estar mais na forma de condução do poder político e também nas disputas comuns entre distintos aspirantes a usarem o poder central em benefício próprio.

Tudo isto, porém, não deve levar à percepção de que não havia entre os grupos oposicionistas em questão nenhuma aspiração genuinamente renovadora e até mesmo revolucionária.

Havia evidentemente determinados entusiastas, em geral remanescentes da *Revolución del 30*, e personalidades do mundo artístico e político cubano, que emprestaram seu prestígio ao combate à ditadura e mantiveram sua fé numa solução pacífica e em uma “regeneração purificadora da nação”. Esse foi o caso, por exemplo, do *Movimiento Nacional Revolucionario (MNR)* fundado por García Bárcenas, que tinha uma posição radical contra a ditadura, mas em termos programáticos era nacional-reformista.

Esse grupo tentou tomar a principal fortaleza militar do país, Columbia, já no início da ditadura, mas não obteve sucesso. Também alguns de seus integrantes acabaram se incorporando a outras organizações, como Armando Hart, que foi o jovem advogado que defendeu García Bárcenas quando de sua prisão e depois se tornou um dos principais dirigentes nacionais do MR-26-7. (HART DÁVALOS, 2006b; MENCIA, 1986).

Carlos Rafael Rodríguez também considera em seu artigo “Las clases en la revolución cubana”, que existiam determinados grupos burgueses que do ponto de vista social teriam maior propensão a apoiarem uma revolução nacional, uma vez que estariam perdendo muito em seus negócios com a subordinação econômica de Cuba aos Estados Unidos. (RODRIGUEZ, 1983f).

Entretanto, esta leitura a respeito da composição de classes da sociedade cubana é um pouco controversa, uma vez que historicamente não chegou a se constituir nenhum grupo nacional-burguês com condições de assumir uma posição independente e de encabeçar uma revolução nacional, conforme argumentaram Florestan Fernandes (1979) e Martínez Heredia (2005a, 2007). Para Massón Sena (2007), em determinados momentos históricos, determinados setores das classes médias cubanas acabaram assumindo esse papel de defesa intransigente e radical de um projeto nacional suprimindo, de certa forma, a ausência desta burguesia nacional.

Assim, embora conforme argumentou Carlos Rafael Rodríguez no artigo citado, a burguesia cubana não fosse monolítica e possuísse interesses contraditórios, os setores burgueses nacionais acabaram também optando pela “linha de menor resistência” de não contrapor-se aos interesses dos grandes monopólios internos e do grande capital dos Estados Unidos. Deste modo, se inviabilizaram como uma alternativa reformista para Cuba, conforme argumentaram os autores anteriormente mencionados.

Como disse Martínez Heredia (2005a, 2005b, 2007), a burguesia cubana havia surgido historicamente como uma das burguesias mais modernas da América Latina, mas ao mesmo tempo não se constituiu como uma burguesia nacional autêntica. Já no início de sua formação havia optado pela negociação em prol de algumas reformas com a metrópole europeia em lugar da independência política. Depois, quando a independência se tornou um fato, com a radicalização da guerra e a incorporação dos setores populares, essa mesma burguesia saudou a intervenção dos Estados Unidos como uma salvação.

Do mesmo modo, durante todo o período da primeira República neocolonial, a postura da burguesia cubana foi de apoiar o domínio do capital dos Estados Unidos sobre a economia do país. Os conflitos entre liberais e conservadores não passaram de pequenas disputas pelo poder, não atingindo os níveis de radicalidade assumidos em alguns outros países latino-americanos, como o próprio caso da Venezuela. Quando de alguma desavença mais séria, ambos os lados, liberal ou conservador, buscavam respaldo no poder dos Estados Unidos para fortalecer sua posição e não se contrapunham à intervenção, inclusive armada, daquele país nos assuntos internos de Cuba, fazendo com que a República parecesse um protetorado.

Também no contexto da crise econômica e de uma nova explosão da rebeldia popular nos anos 20 e 30, apesar de que alguns políticos individualmente ficaram na oposição, os partidos liberal e conservador entraram em acordo e apoiaram a *Prórroga de Poderes* e a ditadura de Gerardo Machado.

Assim, embora surgissem no contexto da *Revolución del 30* novos grupos e partidos burgueses como o próprio *Partido Auténtico* de Grau San Martín, que havia presidido o chamado *Gobierno de los 100 Días*, e a organização armada ABC (ver nota 22, item 2.1.), não conseguiram apresentar-se como uma alternativa para Cuba e, inclusive, a organização armada ABC acabou conciliando com a “*mediación*” articulada pela embaixada dos Estados Unidos após a greve de agosto de 1933 que derrubou Machado. (MARTÍNEZ HEREDIA, 1998a).

Já o *Partido Auténtico*, passou junto com os demais grupos oposicionistas à clandestinidade após a derrota do *Gobierno de los 100 Días* pelo que seria o primeiro golpe de Fulgencio Batista em 1934 e conseguiu, após a ditadura de Fulgencio Batista e num contexto internacional mais favorável de unidade contra o nazi-fascismo e emergência de políticas burguesas de reforma, vencer as eleições de 1944.

Entretanto, ao contrário do que esperava a maioria da população, que identificou a vitória de Grau San Martín com a volta da *Revolución del 30*, os dois governos *auténticos* – uma vez que o partido foi reeleito em 1948 - se caracterizaram pelo continuísmo e a corrupção. (LE RIVEREND,

1971; MARTÍNEZ HEREDIA, 1998a; ELVIRA DÍAZ, entrevista Anexo 2; JULIO GARCÍA, entrevista Anexo 4).

Deste modo, não houve em Cuba nenhum grupo político representante dos interesses das classes dominantes burguesas que tivesse mantido um projeto coerente de mudança da ordem, numa perspectiva de reforma econômica e social que conduzisse à “liberdade política, independência econômica e justiça social”, amplamente exigidas pelo povo cubano. Essa era a promessa do *Partido Ortodoxo*, quando liderado por Eduardo Chibás, mas este foi impedido de chegar à presidência pelo novo golpe de Fulgencio Batista.

Isto não significa, porém, que não tenham havido modificações da política burguesa ao longo da história cubana e até mesmo tentativas de reforma e reformulações eficazes da hegemonia com a conquista de apoio de massas, como destaca Martínez Heredia (1998a)²⁶. Especialmente após a *Revolución del 30* e no cenário do pós-guerra, o reformismo foi a palavra de ordem da burguesia cubana. Entretanto, este reformismo não chegou a atingir as relações estruturais neocoloniais da economia e, portanto, naufragou como uma política de verdadeira reforma.

Já após o golpe de 1952 de Fulgencio Batista, a oposição burguesa também não conseguiu apresentar um programa que contemplasse os anseios populares e permaneceu insistindo apenas no retorno à legalidade, após ter mostrado através de seus governos constitucionais que não havia apresentado nenhuma solução concreta para os principais problemas de Cuba. O próprio golpe ocorreu num cenário de extremo desprestígio, eficazmente aproveitado por Fulgencio Batista, do governo *auténtico* de Prío Socarrás.

Por outro lado, o governo de Prío Socarrás não havia resistido ao golpe e, agora, suas tentativas de insurreição armada eram desacreditadas pelo povo. Já a oposição do *Partido Ortodoxo* e da *Sociedad de Amigos de la República* e do *Movimiento Nacional Revolucionario* de García Bárcenas, tiveram mais prestígio, mas também se mostraram impotentes perante uma ditadura que se negava a ceder. (ALADRO CARDOSO, VALDÉS SÁNCHEZ, ROSADO EIRÓ, 2007; LE RIVEREND, 1971).

²⁶ Basta lembrar que antes de 1959, os períodos de domínio burguês foram mais longos em Cuba do que os períodos revolucionários, apesar da forte tradição deixada pelos movimentos revolucionários, conforme mencionado no item 2.2.1.

Já em relação ao ascenso da liderança de Fidel Castro, do MR-26-7 e da guerrilha da *Sierra Maestra*, a postura dos grupos de oposição burguesa também não demonstrou coerência com uma posição efetivamente revolucionária.

De início, apesar de não ter havido por parte de Fidel Castro e do movimento que dirigia nenhum intuito de distinguir-se do resto da oposição e, inclusive, do *Partido Ortodoxo* ao qual pertencia, o assalto ao *Moncada* não foi recebido com simpatia pelos setores burgueses moderados. Porém, isso se deveu, naquele momento, mais ao fato de terem interpretado a ação do *Moncada* como um aventureirismo juvenil, com pouquíssimas chances de vitória, do que por razões ideológicas.

Mais tarde, quando o prestígio de Fidel Castro e do MR-26-7 se tornou evidente, entre o assalto ao *Moncada* e o desembarque do iate *Granma* estes setores moderados tentaram persuadi-lo a desistir do caminho que tinha escolhido e se integrar ao movimento oposicionista geral sob sua direção. (CASTRO RUZ, 2007, 2007b, 2007c; MR-26-7, 2007).

Por fim, quando o *Ejército Rebelde* e a guerrilha da *Sierra Maestra* se tornaram uma força incontestável e incontrastável, essa mesma oposição tentou se aproximar e negociar pactos que garantissem sua participação num futuro governo, preferencialmente sob sua hegemonia e que impedisse que os eventos após a queda de Batista assumissem um curso revolucionário. (ALADRO CARDOSO, VALDÉS SÁNCHEZ, ROSADO EIRÓ, 2007).

Assim, quando da vitória da Revolução Cubana em 1959, alguns grupos oposicionistas burgueses tentaram subtrair a vitória ao *Ejército Rebelde*, tentativa que foi derrotada pelo êxito da greve geral convocada por Fidel Castro. Outros setores burgueses exibiram cartazes de “Viva Fidel!”, mas esta atitude se manteve por pouquíssimo tempo. (MARTÍNEZ HEREDIA, 1998).

Por outro lado, o primeiro governo provisório surgido da Revolução foi presidido por Manuel Urrutia, um jurista moderado, e teve a participação de praticamente toda a oposição a Batista, sendo rapidamente reconhecido pelo governo dos Estados Unidos. Mas os conflitos não tardaram a aparecer com as primeiras leis revolucionárias e, menos de um semestre após o 1º de janeiro de 1959, o setor de Manuel Urrutia já estava derrotado pelo curso radical impresso pelo *Ejército Rebelde* respaldado pelo povo e retirava, junto com os Estados Unidos, seu apoio à Revolução. (BELL, LÓPES, CARAM, 2006)

A história que se seguiu é bastante conhecida, com o desencadeamento da contra-revolução interna apoiada pelos Estados Unidos e as saídas em massa dos setores burgueses e também de grande parte das classes médias de Cuba.

2.3.2. Primer Partido Comunista de Cuba (PCC) - Partido Socialista Popular (PSP)

Com forte presença na história do país, o primeiro *Partido Comunista de Cuba*, rebatizado em 1944 de *Partido Socialista Popular (PSP)*, foi um dos principais partidos de oposição à ditadura de Fulgencio Batista e também uma das principais forças políticas a participar posteriormente da condução da Revolução Cubana.

Nesse período, a história deste Partido também foi marcada por várias contradições e controvérsias, que até hoje são motivo de polêmica em Cuba e outros países. Talvez um dos maiores paradoxos seja o fato desse partido ser o representante mais autorizado do *comunismo* em Cuba à época da Revolução de 1959 e não ter sido o principal protagonista da revolução socialista nesse país, tendo esta ficado sob a direção principal de um grupo que inicialmente esse partido considerava “pequeno burguês”.

Fundado em 1925, no contexto da Revolução Russa e da crise econômica mundial, o primeiro *Partido Comunista de Cuba* nasceu, como em outros países da América Latina, a partir de uma transformação do sindicalismo de influência anarquista de origem européia, no caso cubano especialmente da Espanha. Mas além dessa origem, o *Partido Comunista* teve também influência do ideário patriótico e libertário das guerras de independência de Cuba e de seus próceres, especialmente de José Martí e Antonio Maceo. (MELLA, et al, 2005; ROJAS BLAQUIER, 2005).

Como dito em 2.1., o próprio ideário de José Martí se aproximava em muitos aspectos do socialismo e Carlos Baliño, membro do *Partido Revolucionario Cubano* fundado por José Martí, já à época da segunda guerra de independência, no final do século XIX, era um convicto defensor do socialismo e foi, junto com Julio Antonio Mella, um dos fundadores do Partido Comunista.

Assim, foi principalmente através de Baliño e Mella que houve um esforço no interior do primeiro *Partido Comunista de Cuba* de valorizar a tradição nacional, a partir da integração do ideário democrático e patriótico de José Martí com as idéias de Marx, Engels e Lênin. Porém, tal esforço não parecia unânime no interior do Partido, uma vez que, como a maioria dos partidos comunistas da América Latina, logo após sua fundação, o *Partido Comunista de Cuba* aderiu a III Internacional Comunista e a influência maior passou a ser do socialismo soviético.

Não obstante, sempre houve uma valorização explícita, mesmo que retórica (ou seja, sem ligação orgânica com as táticas imediatas adotadas), da gesta independentista e dos próceres nacionais por parte do partido e avaliou-se que uma de suas tarefas primordiais era continuar a

luta pela libertação nacional, como uma espécie de ante-sala do socialismo. (RODRIGUEZ, 1983j, 1983l, 1983m; ROCA, 1961).

Já após sua adesão à III Internacional, o *Partido Comunista* passou a defender, com base no documento da Internacional de 1928, denominado *Teses sobre os Países Coloniais e Semicoloniais*, uma “*revolución agraria y antifeudal*” em Cuba, o que significava unir todas as forças nacionais modernas contra o latifúndio e as forças sociais tradicionais - entre as quais se incluíam os setores espoliativos estrangeiros - promovendo uma revolução nacional democratizadora. Esta era a orientação estratégica do partido no contexto da *Revolución del 30* em Cuba.

Porém, paradoxalmente, as táticas então utilizadas não combinavam com a estratégia, uma vez que, com base na idéia de classe x classe, também de origem na Internacional, o partido não se uniu a setores oposicionistas patrióticos e até mesmo revolucionários com tendências socialistas, como a organização de Antonio Guiteras para combater a ditadura de Gerardo Machado.

Essa tática, adotada no período pela quase totalidade dos partidos comunistas do mundo, também era oriunda de uma interpretação mecanicista do debate feito na Internacional Comunista a respeito do necessário combate e independência dos partidos comunistas em relação às forças reformistas e social-democratas que disputavam a hegemonia do movimento proletário. Foi esta tática também que impediu a unidade da esquerda contra o nazi-fascismo na Europa.

Assim, o *Partido Comunista de Cuba*, conforme já mencionado, considerou o *Gobierno de los 100 Días* um governo reformista e, portanto, que não merecia apoio e depois teve que se unir na clandestinidade com a organização *Joven Cuba* de Antonio Guiteras – que, conforme abordado em 2.1. tinha tendências socialistas e compunha a ala radical daquele governo - para combater o golpe de 1934 de Fulgencio Batista. Ou seja, quando o partido resolveu mudar sua linha tática já era tarde.

Depois, quando a primeira ditadura de Fulgencio Batista logrou estabilizar-se e começou, em 1937, no contexto de um novo cenário mundial, a modificar sua política e sua tática, visando preparar as condições para sua legitimação através da convocação de eleições para uma Assembléia Constituinte em 1939, o *Partido Comunista* mudou radicalmente sua tática e resolveu compor uma aliança com Fulgencio Batista para as eleições de 1940, aliança que levou Batista à vitória. O argumento era que Batista havia dado passos significativos em prol da democratização política e dos interesses nacionais e que o contexto mundial exigia a *unidade nacional* com todos os que quisessem dar um passo contra o nazi-fascismo.

Embora o *Partido Comunista* não tenha sido o único a adotar uma postura conciliatória no período, uma vez que o próprio *Partido Auténtico* de Grau San Martín, principal partido oposicionista surgido da *Revolución del 30*, também havia pactado com Batista os termos da Constituição de 1940, essa atitude, junto com a contra-propaganda da Guerra Fria, fez com que caísse no descrédito popular e no isolamento durante os anos 40 em Cuba. (MASSÓN SENA, 2007; ELVIRA DÍAZ, entrevista Anexo 2; JULIO GARCÍA, entrevista Anexo 4; RODRIGUEZ, 1983i).

Já durante os governos *auténticos* de Grau San Martín e Carlos Prío Socarrás, de 1944 a 1952, manteve-se na oposição, denunciando os desmandos e a corrupção e continuando a defender o socialismo para Cuba, agora com o nome de *Partido Socialista Popular*.

Embora no período contasse com pequeno apoio de massas, se destacava por uma produção teórica relevante sobre a realidade de Cuba, conforme exemplificada pela obra de seu presidente Blas Roca *Los fundamentos del socialismo en Cuba*, de 1948, e pela vigorosa produção intelectual de Carlos Rafael Rodríguez organizada quase em sua totalidade na obra de 3 tomos intitulada *Letras con filo*.

O PSP também se destacou pela atuação na organização do movimento operário e sindical, travando um combate - que chegou a fazer suas vítimas, como o líder açucareiro Jesús Menéndez -, com o sindicalismo de Estado patrocinado pelo *auténticismo*. (INSTITUTO DE HISTORIA DEL MOVIMIENTO COMUNISTA Y DE LA REVOLUCIÓN SOCIALISTA DE CUBA, 1985).

Assim, às vésperas do golpe de Fulgencio Batista em 1952, o *Partido Socialista Popular* talvez fosse a única organização que tivesse um programa elaborado para Cuba, com uma estratégia e tática bem definidas. Denunciavam o atraso da estrutura sócio-econômica do país e defendiam a revolução socialista como solução para os problemas nacionais. Viam a classe operária como principal protagonista desta revolução e não pensavam que esta estava desvinculada da revolução nacional e democrática. Pelo contrário, consideravam os dois processos como encadeados.

Devido a esta análise, o *Partido Comunista* haviam priorizado sempre, desde o seu surgimento em Cuba, a organização do movimento operário e sindical. A idéia era constituir um movimento independente da classe trabalhadora para, em seguida, fazer alianças políticas que fossem capazes de abrir espaço para o socialismo. Ou seja, no final dos anos 40, o PSP imaginava a constituição de um amplo movimento de massas e popular que mobilizado e organizado fosse capaz de promover mudanças estruturais no país. (ROCA, 1961).

Porém, contraditoriamente, o PSP não tinha boas relações com o *Partido Ortodoxo* de Eduardo Chibás, que à época era o maior partido da oposição, possuía um forte enraizamento popular e apresentava um programa de reformas estruturais muito semelhantes às suas, além de ser o favorito para vencer as eleições de 1952.

A juventude deste partido, chamada *Juventud Ortodoxa*, a qual pertencia Fidel Castro e outros jovens que posteriormente comporiam o MR-26-7, inclusive se considerava marxista e propunha o socialismo como alternativa para Cuba, após uma espécie de etapa nacional-libertadora, numa posição muito semelhante à do PSP e da *Juventud Comunista* vinculada a este partido. (JUVENTUD ORTODOXA, 1948; RODRIGUEZ, 1983k).

À época, as juventudes partidárias pareciam ter mais vínculos ideológicos, e também pessoais entre si do que os partidos propriamente ditos. Raúl Castro, irmão de Fidel Castro, e que posteriormente seria um dos principais quadros do MR-26-7, do *Ejército Rebelde* e do governo revolucionário depois de 1959, chegou a se inscrever na *Juventud Comunista* vinculada ao PSP, tendo comparecido no Congresso de Praga da Federação Mundial das Juventudes Democráticas (FMJD) de 1948 representando esta organização juvenil.

Consta também que Alfredo Guevara, membro da *Juventud Comunista*, tenha se aproximado de Fidel Castro quando este ainda era militante estudantil e lhe fornecido literatura marxista. Mas Fidel Castro, quando resolveu incorporar-se a uma organização partidária optou pelo *Partido Ortodoxo*, e seria candidato a deputado por este partido se as eleições de 1952 tivessem ocorrido normalmente. (ELVIRA DÍAZ, entrevista Anexo 2).

Já quando do golpe de Fulgencio Batista, como já dito, o PSP foi uma das primeiras organizações a repudiar o fato. Entretanto, ao contrário de outras organizações não tomou nenhuma iniciativa de caráter armado para resistir ao golpe ou tentar derrotar a ditadura. Optou pela linha da resistência cívica, da convocação da unidade de todas as forças oposicionistas e da mobilização popular para buscar forçar o governo ditatorial a convocar eleições gerais. Nesta linha de ação, esteve mais próximo da *Sociedad de Amigos de la República* do que do MR-26-7 ou do *Directorio Revolucionario*. (JULIO GARCIA, entrevista Anexo 4).

Assim, embora o PSP tivesse se manifestado contrário à feroz repressão desencadeada pela ditadura após o assalto ao *Cuartel Moncada* e se solidarizado com a campanha pela anistia dos prisioneiros, não houve num primeiro momento nenhuma articulação de ação conjunta com o MR-26-7. Houve, pelo contrário, conflitos e contradições na organização do movimento operário no transcorrer da luta clandestina na cidade. (CASTRO RUZ, 1975; RODRIGUEZ, 1983q; HIRAM PRATS, entrevista Anexo 3).

Em suas declarações públicas, Fidel Castro questionava os grupos que propunham eleições gerais, entre os quais estava o PSP, perguntando se queriam eleições gerais com Batista ou sem Batista e, em caso de ser sem Batista, o que fariam concretamente se este não cedesse a seus apelos. (CASTRO RUZ, 2007, 2007b, 2007f).

Entretanto, o PSP não era propriamente contrário a toda luta armada contra a ditadura, mas não tomou nenhuma iniciativa para iniciá-la e esperava que esta luta fosse a conseqüência de uma grande insurreição popular contra Batista e pela volta da legalidade constitucional. (JULIO GARCÍA, entrevista Anexo 4).

Apenas com o avanço do MR-26-7 e da luta guerrilheira na *Sierra Maestra*, e a percepção de que o pequeno grupo armado de Fidel Castro havia se convertido numa força popular poderosíssima, o PSP, por volta de 1957, orientaria seus militantes da região oriental a ingressarem no *Ejército Rebelde* e também uniria forças na luta cívica e nas cidades para derrotar a ditadura de Batista. (HIRAM PRATS, entrevista Anexo 3).

Uma vez vitoriosa a Revolução de 1959, o PSP integraria o governo revolucionário, fazendo parte das *Organizaciones Revolucionarias Integradas (ORIT)* constituída no início da Revolução Cubana com o intuito de unificar a direção da Revolução e coordenar a resistência contra os inimigos internos e externos. Depois, também faria parte do *Partido Unido de la Revolución Socialista (PURS)* - uma organização já com um nível maior de unidade orgânica entre o MR-26-7, o PSP e o *Directorio Revolucionario* - e, em 1965, integraria os esforços pela construção do partido único da Revolução, o atual *Partido Comunista de Cuba (PCC)* cubano, considerado por Fidel Castro o *Segundo Partido Marxista-Leninista de Cuba*. (RODRIGUEZ, 1983b, 1983g; CASTRO RUZ, 1975).

2.3.3. *Directorio Revolucionario (DR) - Directorio Revolucionario 13 de Marzo (DR-13 marzo)*²⁷

O *Directorio Revolucionario*, rebatizado após 1957 de *Directorio Revolucionario 13 de marzo*, surgiu no interior do movimento estudantil cubano, tendo sido fundado pelo próprio presidente da *Federación de Estudiantes Universitarios*, José Antonio Echeverría.

Historicamente o movimento estudantil cubano se destacou nos momentos decisivos da história do país atuando, a maior parte do tempo, ao lado das forças da transformação social, especialmente a partir do século XX, embora ainda no século XIX, no contexto da luta independentista, tenha ocorrido o fuzilamento de alguns estudantes do curso de medicina, o que chocou o país e marcou a história do movimento estudantil cubano. (RODRÍGUEZ, 1987a).

Já nos anos de 1920, Julio Antonio Mella, também fundador do primeiro *Partido Comunista de Cuba*, animaria com seu exemplo a criação da organização nacional dos estudantes cubanos: a FEU. No contexto da luta pela autonomia universitária, Mella faria a sua histórica greve de fome, quando houve alguns desacordos com o *Partido Comunista* ao qual pertencia por ter decidido pela greve sem consultar as instâncias partidárias.

Perseguido pela ditadura de Machado, ao qual chamou de “Mussolini tropical” exilou-se no México, onde continuou seu trabalho de organização através da *Liga Antiimperialista* e pretendia voltar a Cuba numa expedição armada para derrotar a ditadura de Machado. Entretanto, não conseguiu realizar esse plano porque foi assassinado a mando de Machado em 1929 no México. (CAIRO, 2003).

Depois disso, o exemplo de Julio Antonio Mella permaneceria como um estandarte do movimento estudantil cubano. Foi ele o primeiro a criar um *Directorio Estudiantil Universitario (DEU)* em 1922, quando, sob a ditadura de Machado, a FEU foi colocada na clandestinidade. Também inspirou a criação do DEU de 1927 e do DEU de 1930. (ELVIRA DÍAZ, entrevista Anexo 2).

Como mencionado em 2.1., o movimento estudantil cubano foi uma das principais forças da *Revolución del 30*, agitando as bandeiras da luta pela transformação da universidade e do país através dos DEU's do período e da *Ala Izquierda Estudiantil*, que teve grande projeção e contou

²⁷ Este item terá como fontes principais de referência as entrevistas realizadas pela autora com Julio García Oliveras e Elvira Díaz Vallina. O primeiro foi dirigente do *Directorio Revolucionario* e um dos assaltantes sobreviventes do assalto ao Palácio Presidencial de 13 de março de 1957 e a segunda militante da *Juventud Ortodoxa*, dirigente da FEU em 1953 e presidente da FEU após o assassinato de José Antonio Echeverría em virtude do assalto ao Palácio Presidencial.

com a participação de importantes personalidades da história de Cuba como Raúl Roa e Pablo de la Torriente Brau.

No entanto, após a derrota do *Gobierno de los 100 Días* e a imposição da clandestinidade houve uma dispersão também dos grupos estudantis, sendo que alguns participantes foram para o exílio - Pablo de la Torriente Brau morreu lutando na guerra civil espanhola - e a maioria acabou se incorporando à organização *Joven Cuba* de Antonio Guiteras, até que esta também se desintegrou após o assassinato de seu líder em 1935. (GARCÍA OLIVERAS, 2007).

Já nos anos 40, o movimento estudantil cubano viveu o seu período menos glorioso, com o predomínio de mesquinhas lutas partidárias e do gangsterismo, apesar de que também se mantiveram algumas iniciativas louváveis a partir da atuação da *Juventud Ortodoxa* e da *Juventud Comunista*. Foi no final deste período também que Fidel Castro se incorporou ao movimento estudantil, representando os estudantes do curso de Direito. Em 1948, por ocasião de um Congresso Estudantil esteve na Colômbia e participou do episódio do *Bogotazo*. (ELVIRA DÍAZ, entrevista Anexo 2).

Já quando do golpe de Fulgencio Batista em 1952, a FEU se encontrava em um período de reorganização e retomada de seu prestígio e, por essa razão, conseguiu apresentar-se como uma alternativa ao povo para resistir ao golpe. Numa atitude que ficou na memória do povo cubano, a FEU manifestou-se resolutamente contra o golpe no próprio dia em que ocorreu e sua direção se dirigiu ao *Palacio Presidencial* para solicitar armas ao presidente deposto Carlos Prío Socarrás para organizar a resistência popular a partir da universidade. No entanto, Prío Socarrás não atendeu a solicitação e partiu para o exílio. (ELVIRA DÍAZ, entrevista Anexo 2; JULIO GARCÍA, entrevista Anexo 4).

Depois disso, a FEU organizou manifestações estudantis que também ficariam para a história, como o ato de enterro simbólico da Constituição de 1940, realizado no ano de 1952. Também realizou-se a famosa *Marcha de las Antorchas* no Centenário de nascimento de José Martí, 28 de janeiro de 1953, e outras manifestações como a manifestação de desacato ao ato de vandalismo contra o busto de Julio Antonio Mella e a passeata até a praça do *Capitolio* que acabou em um forte enfrentamento entre os manifestantes e a polícia de Fulgencio Batista, tendo resultado na morte do estudante Rubén Dario, considerado o primeiro mártir da luta contra a ditadura.

Estas manifestações também ficariam para a história em virtude de terem participado dela muitos dos jovens que depois estariam à frente do assalto ao *Cuartel Moncada* e ao *Palacio*

Presidencial, como Fidel Castro, Raúl Castro, Armando Hart, Faure Chomón, Julio García Oliveras, entre outros. (HART DÁVALOS, 2006b).

Nesse momento inicial da ditadura, os estudantes lutavam em geral pela volta da legalidade e da Constituição de 1940, embora segundo García Oliveras a consciência tenha evoluído paulatinamente, especialmente através do líder da FEU José Antonio Echeverría, para a defesa do conceito de “revolução cubana”, embora a maioria dos dirigentes estudantis não possuísse uma perspectiva e um projeto revolucionário maduro naquele momento.

Assim, ainda não era muito claro o que se entendia por revolução. Porém, também segundo García Oliveras, era cada vez mais clara, principalmente para os estudantes que se agrupavam em torno de José Antonio Echeverría, a necessidade da insurreição armada para derrotar a ditadura. José Antonio Echeverría disputou a direção da FEU, até que conseguiu tornar-se seu presidente e levar a linha insurrecional à direção do movimento estudantil cubano. (GARCIA OLIVERAS, 2006; JULIO GARCIA, entrevista Anexo 4)

García Oliveras afirma também que após o assalto ao *Cuartel Moncada* comandado por Fidel Castro em 26 de julho de 1953, duas idéias-chave se enraizaram nas lideranças estudantis: a idéia de que os jovens teriam um papel crucial na luta contra a ditadura e não poderiam esperar pelas gerações passadas e o caminho da insurreição armada.

Entretanto, nesse momento as lideranças estudantis ainda não haviam se desvinculado totalmente da oposição burguesa mencionada no item 2.3.1., uma vez que esta ainda parecia disposta a um enfrentamento direto à ditadura e possuía os recursos para fornecer as armas necessárias à insurreição. Assim alguns estudantes se ligaram à *Triple A*, uma organização de caráter conspirativo articulada pelo ex-presidente Prío Socarrás desde o exílio e o próprio José Antonio Echeverría aceitou organizar uma ação armada conjunta com pessoas vinculadas a Prío Socarrás em 1957: o famoso assalto ao *Palacio Presidencial*. (CHOMÓN, 1969; ZITO, 2001; ELVIRA DÍAZ, entrevista Anexo 2).

Antes desta ousada ação, porém, José Antonio Echeverría havia articulado em torno de si estudantes combativos e com consciência patriótica formando o *Directorio Revolucionario* justamente para se diferenciar dos políticos tradicionais que participariam da ação. O mesmo Echeverría também havia se encontrado no México com Fidel Castro, este último agora na condição de representante do *Movimiento Revolucionario 26 de Julio*, e pactado com este uma atuação conjunta contra a ditadura, na forma de uma espécie de divisão de tarefas: enquanto o MR-26-7 agisse nas montanhas da *Sierra Maestra*, o *Directorio Revolucionario* atuaria através de

protestos e ações de caráter armado na capital e outras províncias próximas. Esse pacto foi publicado na famosa “Carta de México”. (MR-26-7 & FEU, 2007).

Assim é que foi se gestando a idéia do assalto ao *Palacio Presidencial* que foi levado a efeito em 13 de março de 1957, no intuito de justicar o próprio ditador Fulgencio Batista. Porém, o plano falhou na forma como foi concebido e a maioria dos assaltantes foi assassinada. Alguns, como o próprio Echeverría, depois do assalto, em confronto com a polícia, e outros, surpreendidos pela polícia em uma casa na rua Humboldt dias depois, fazendo com que o episódio ficasse conhecido como o “crime de Humboldt”. (GARCÍA OLIVERAS, 2006; JULIO GARCIA, entrevista Anexo 4).

Talvez o único resultado positivo da ação tenha sido o forte impacto causado na população pela capacidade de heroísmo e entrega dos participantes, porque após o assalto o movimento estudantil cubano ficou praticamente órfão de lideranças e o *Directorio Revolucionario* praticamente desapareceu. Apenas aproximadamente um ano depois o *Directorio* foi se recompondo, passando a se chamar *Directorio Revolucionario 13 de marzo* em homenagem à data do assalto ao *Palacio Presidencial* e chegou a formar um grupo guerrilheiro na região do Escambray, tendo depois se unido à Coluna comandada por Ernesto Guevara, o Che, na região central do país. (HIRAM PRATS, entrevista Anexo 3).

Já depois da vitória do *Ejército Rebelde*, o DR-13 marzo foi chamado por Fidel Castro a compor o governo conformando assim, junto com o PSP e o MR-26-7, o comando da Revolução no poder, tendo integrado depois também o novo *Partido Comunista de Cuba*.

2.3.4 – O Movimiento Revolucionario 26 de Julio (MR-26-7)

A principal força política dirigente da Revolução Cubana de 1959, o *Movimiento Revolucionario 26 de Julio*, nasceu do assalto ao *Cuartel Moncada* em 1953. Entretanto, suas origens, em certo sentido, poderiam ser remetidas ao *Partido Ortodoxo* de Eduardo Chibás.

Como já dito, antes do golpe de Fulgencio Batista em 1952, Fidel Castro tinha a intenção de concorrer a uma cadeira no Parlamento por este partido ao qual pertencia. Também como já mencionado, este partido tinha uma composição heterogênea, mas sua grande força residia no apoio de massas e no carisma de Eduardo Chibás, que prometia uma mudança de sentido ético e patriótico para Cuba.

Por outro lado, como já mencionado, a juventude deste partido, a chamada *Juventud Ortodoxa*, possuía ideais muito mais radicais do que o próprio partido e chegava a pronunciar que a principal causa dos problemas de Cuba era o domínio do imperialismo estadunidense e que a solução destes problemas estava no socialismo.

Anos após a Revolução Cubana, Fidel Castro afirmaria que já desde essa época em que militava no *Partido Ortodoxo* conhecia o marxismo e defendia uma alternativa socialista para Cuba, tendo escolhido este partido por seus vínculos com o povo, uma vez que tinha em mente a constituição de um amplo movimento de massas como forma de chegar ao socialismo, após a realização de um programa de cunho nacional-democrático que acreditava realizável pelo partido de Chibás. (CASTRO RUZ, 1985).

Porém, o golpe de Batista mudou todos estes planos. Fidel Castro individualmente denunciou o golpe algumas poucas horas após a sua deflagração, através do artigo “Revolución no, zarpazo!” e entrando com uma ação, como jovem advogado, no Tribunal de Garantias Sociais e Constitucionais exigindo a condenação e prisão dos autores do golpe. (CASTRO RUZ, 2007h).

Também participou no primeiro ano do golpe de todas as manifestações pela volta à legalidade, especialmente da *Marcha de las Antorchas* promovida pelos estudantes da *Universidad de la Habana* no Centenário de José Martí. A juventude que encabeçou estas ações ficaria conhecida posteriormente como *Generación del Centenario* e dela participavam Fidel Castro, Raúl Castro e outros jovens que depois protagonizariam o assalto ao *Cuartel Moncada* em 26 de julho de 1953. (HART DÁVALOS, 2006b; ROJAS, 1965).

Esta ação, considerada o marco de início da Revolução Cubana, foi concebida em total segredo por Fidel Castro que, para tanto, recrutou e treinou militarmente principalmente jovens integrantes da *Juventud Ortodoxa* e alguns trabalhadores. A ousadia do assalto à que era a segunda fortaleza militar do país, situada em Santiago de Cuba, por aproximadamente uma centena de jovens sem recursos e experiência militar e a forte repressão que se seguiu comoveu o país e colocou Fidel Castro e os jovens *moncadistas* no centro da luta contra a ditadura.

Dois anos depois do assalto, em 1955, os poucos sobreviventes da ação que estavam presos foram libertados devido à forte campanha popular. Ainda na prisão, Fidel Castro havia sugerido fundar um movimento político revolucionário utilizando a data do assalto, 26 de julho, no nome para marcar o desejo de seguir a luta. Assim nascia o MR-26-7.

Em virtude da campanha de provocação e difamação aos *moncadistas* desatada pela ditadura, Fidel Castro alegou a impossibilidade de permanecer no país, uma vez que todos os

espaços haviam sido fechados para sua atuação política, e partiu em exílio voluntário para o México, prometendo regressar em 1956 para lutar pela liberdade de Cuba, ano em que afirmou que seriam “livres ou mártires”. (CASTRO RUZ, 2007a).

Uma vez no México, Fidel Castro reuniu e treinou os jovens *moncadistas* que já estavam exilados neste país e outros jovens como o argentino Ernesto Che Guevara que se juntaram ao grupo, no intuito de voltar a Cuba para dar início à guerra de guerrilhas. Além disso, Fidel Castro continuou a campanha de propaganda e organização do MR-26-7 tanto em Cuba, como no exílio mexicano e estadunidense.

Assim, o iate *Granma* partiu do México com destino a Cuba com 82 combatentes a bordo. Devido a uma série de contratemplos, a chegada não aconteceu na data prevista, que seria 30 de novembro, mas somente a 2 de dezembro de 1956 e a recepção, que incluía ações armadas para dispersar as forças repressivas, organizada pelo MR-26-7 que atuava na ilha não aconteceu de forma coordenada. (ÁLVAREZ MOLA & RAVELO LÓPES, 2007; ALMEIDA BOSQUE, 1987; MAGALYS MARTÍNEZ, entrevista Anexo 5).

O resultado foi que a entrada dos rebeldes em Cuba novamente fracassou, com a morte e dispersão dos combatentes pelas forças do Exército de Batista alguns dias após o desembarque. Dos 82 combatentes ficariam apenas 22 que resolveram, após conseguirem se reunir novamente e inspirados pela forte convicção de Fidel Castro, dar continuidade à luta na *Sierra Maestra*. (CASTRO RUZ, [200-]).

Por fim, a luta guerrilheira se desenvolveu de 1956 em diante e do pequeno núcleo inicial de combatentes foram formadas colunas guerrilheiras com um significativo poder de combate, principalmente a partir da incorporação de camponeses da região da *Sierra Maestra* e de militantes urbanos recrutados e enviados pelo MR-26-7. Assim foi forjado o *Ejército Rebelde* que o Exército oficial de Fulgencio Batista não conseguiu derrotar apesar da superioridade de armas e soldados, e que entrou vitorioso em Santiago de Cuba em 01 de janeiro de 1959. (PÉREZ RIVERO, 2006).

Mas como é comum pensar que a Revolução Cubana foi fruto apenas da ação de Fidel Castro e dos *barbudos* da montanha, é importante frisar que a ação do MR-26-7 cobriu todo o país, com grandes sacrifícios de combatentes urbanos, os chamados combatentes dos *llanos*. Especialmente na região oriental do país que foi o palco principal dos acontecimentos, o MR-26-7 teve um desenvolvimento vertiginoso atuando de forma clandestina e altamente disciplinada. A estrutura do movimento foi montada de forma a garantir o máximo de eficácia e amplitude e, ao mesmo tempo, o máximo de segurança e cumprimento das tarefas e dos princípios.

Nessa tarefa de organização, desempenhou um papel crucial um jovem de Santiago de Cuba chamado Frank País García que, com apenas 22 anos de idade tornou-se o Jefe Nacional de Acción do MR-26-7. Frank País que já fazia parte de uma organização chamada *Acción Revolucionaria Oriental*, que depois se chamaria *Acción Nacional Revolucionaria*, cuja concepção organizativa e fins eram praticamente os mesmos do movimento de Fidel Castro, resolveu dissolver sua organização e incorporá-la integralmente ao MR-26-7, após encontrar-se com Fidel Castro no México.

Com esta incorporação, o MR-26-7 ganharia um enorme impulso e Frank País logo se tornaria um dos líderes mais populares do movimento no Oriente do país. Seu assassinato em 30 de julho de 1957 gerou uma forte comoção popular e seu cortejo fúnebre transformou-se numa das maiores manifestações contra a ditadura. A partir do assassinato de Frank País evidenciou-se que a luta contra a ditadura já havia se convertido em uma luta de todo o povo, uma vez que praticamente toda Santiago de Cuba levantou-se²⁸. (GALVEZ RODRIGUEZ, 2006; POVEDA DÍAZ, 2003; MAGALYS MARTÍNEZ, entrevista Anexo 5; RUIZ CRUZ, BORGES BETANCOURT, 2006).

Outro aspecto da luta do MR-26-7 nos *llanos* foi a incorporação de amplos setores sociais. Desde a concepção inicial do movimento, Fidel Castro pensava aglutinar em torno dele o maior número de organizações, entidades cívicas e pessoas possíveis. Assim, além da luta na *Sierra*, o MR-26-7 conseguiu converter a associação *Frente Cívico de Mujeres Martianas* em seu braço feminino, formou o *Movimiento de Resistencia Cívica* com núcleos espalhados por todo o país e a participação de amplos setores, inclusive empresários, contrários à ditadura, estruturou células no interior das fábricas e ainda realizou um trabalho de infiltração nas Forças Armadas do regime. (FRÓMETA SUÁREZ, 2004; VÁZQUEZ, 1970; CASTRO RUIZ, 2007; POVEDA DÍAZ, 2003; TABARES, 1969; MAGALYS MARTÍNEZ RIERA, entrevista concedida à autora).

Desta forma, a concepção organizativa e a *forma de luta* inaugurada com o assalto ao *Cuartel Moncada* marcaram a diferença em relação às formas políticas tradicionais e foram o elemento de maior radicalidade da Revolução Cubana, inclusive em relação à concepção

²⁸ Pude sentir pessoalmente a importância de Frank País para a Revolução Cubana e para o povo de Santiago de Cuba, porque minha visita a esta cidade para a pesquisa de campo coincidiu com o aniversário anual do assalto ao *Cuartel Moncada* e com o Aniversário de 50 anos do assassinato de Frank País. Ainda hoje o povo de Santiago se comove ao falar de Frank País e do dia em que foi assassinado e realiza anualmente uma manifestação massiva que percorre o mesmo caminho percorrido pelo cortejo fúnebre de Frank País em 30 de julho de 1957. MUSEO DE LA LUCHA CLANDESTINA. **50 aniversario del asesinato de Frank País y Raúl Pujol**. Santiago de Cuba, 2007. Folleto; MAGALYS MARTÍNEZ, entrevista Anexo 5.

programática. O MR-26-7 não apresentou um *programa* no sentido tradicional para Cuba, inclusive outras forças políticas como o PSP tinham um programa mais acabado.

Porém, a radicalidade maior e que mais preocupava os setores dominantes estava nos procedimentos concebidos e implementados por Fidel Castro. E estes procedimentos não se referiam apenas à luta armada e à perspectiva insurrecional, uma vez que outros grupos, como dito em 2.3.1. e 2.3.3., também haviam tentado ações armadas contra a ditadura. A diferença principal estava no fato de Fidel Castro e o MR-26-7 terem concebido esta luta de forma a incluir as grandes massas oprimidas do país, no que seria uma “revolução para os humildes, com os humildes e *dos* humildes”. Ao contrário dos políticos tradicionais, não se estava fazendo promessas e concebendo um projeto a ser realizado sem a participação popular. Pelo contrário, conclamava-se o povo a lutar, contando apenas com suas próprias forças, se quisesse libertar-se e realizar o projeto de uma nova Cuba. (CASTRO RUZ, 2007d).

Com base nesta concepção, Fidel Castro desde o início dirigiu-se a todo o povo de Cuba, sem exclusivismos de grupo ou partidários. Ao definir o caráter do MR-26-7 fez questão de frisar que não se tratava de um grupo a mais, de um partido a mais, mas de um *movimento* que pretendia tornar-se de todo o povo. (MR-26-7, 2007).

Outro fator diferenciador foi a atitude mesma dos militantes do MR-26-7 que, desde o início, foram formados no espírito de uma ética revolucionária e patriótica a toda prova. Assim, a ousadia do assalto ao *Moncada* e a propaganda que se seguiu desenvolvida pelo MR-26-7 demonstrava ao povo de Cuba que aqueles jovens estavam dispostos a tudo, inclusive a entregar a própria vida pela pátria. Na base desta ética revolucionária estava o pensamento de José Martí que desde o início foi reivindicado por Fidel Castro como a principal fonte de inspiração da luta. Após a prova do *Moncada*, dizia Fidel Castro, os moncadistas tinham moral para falar de frente ao povo. (ÁLVAREZ MOLA & RAVELO LÓPEZ, 2007; MR-26-7, 2007).

Deste modo, para os demais grupos que lutavam contra a ditadura e para a grande maioria do povo cubano, era como se a ação do *Moncada* tivesse indicado de forma clara o caminho a seguir.

Mas no momento mesmo da ação e no período imediatamente posterior, isso não era assim tão claro. Como já mencionado, para os grupos que lutavam por uma saída política para a crise, inclusive para o comunista PSP, a ação do *Moncada* foi considerada de imediato um aventureirismo juvenil.

E, por outro lado, os políticos opositores tradicionais, a partir do crescimento da influência de Fidel Castro e do MR-26-7, passaram a tentar cooptar o movimento utilizando os mais diversos métodos, da persuasão à difamação e, novamente, no final da guerra, a tentativa de constituir um pacto onde o MR-26-7 ficasse em segundo plano. (ALADRO CARDOSO, VALDÉS SÁNCHEZ, ROSADO EIRÓ, 2007)

Já por parte do MR-26-7, a postura foi de tentar a unidade de ação com todos os grupos que lutavam contra a ditadura, tentando persuadi-los da importância de uma ação resoluto e sem titubeios. Porém, em nenhum momento, Fidel Castro deixou de expressar seu ponto de vista e os princípios do MR-26-7 diretamente ao povo e de denunciar as manobras conciliadoras com a ditadura de grupos supostamente contrários a Batista. (ÁLVAREZ MOLA & RAVELO LÓPEZ, 2007).

Porém, o MR-26-7 também não era um movimento homogêneo, e talvez não tivesse como sê-lo dado o intuito de aglutinar o mais amplamente possível. Assim, no decorrer da luta foram se apresentando também algumas diferenças de pontos de vista entre o MR-26-7 dos *llanos* e o da *Sierra*, agora convertido em *Ejército Rebelde*. (HIRAM PRATS, entrevista Anexo 3).

A diferença fundamental estava no fato do *Ejército Rebelde* ter assumido um caráter mais profundamente popular, ao incorporar os *campesinos* da região da *Sierra Maestra* e ir forjando, com essa incorporação, uma consciência mais revolucionária e aglutinadora, enquanto muitos militantes do MR-26-7 dos *llanos* ainda mantinham alguma influência das concepções *putchistas*, ou seja, de derrotar a ditadura apenas a partir da ação armada de pequenos grupos.

Especialmente na organização do movimento operário, ocorreram disputas, com caráter sectário de ambos os lados, entre o MR-26-7 e o PSP. E, depois da vitória da Revolução, estas diferenças permaneceram por algum tempo com alguns membros do MR-26-7 questionando o curso radical empreendido pelo *Ejército Rebelde* e a participação comunista no governo revolucionário. (RODRÍGUEZ, 1983q; CASTRO RUZ, 1975).

2.4. O programa da Revolução Cubana: significado e realizações

2.4.1. O sentido fundamental do programa revolucionário de 1959

Embora seja comum considerar que a Revolução Cubana de 1959 não teve um programa político no sentido estrito do termo, as medidas adotadas imediatamente após a tomada do poder

pelo *Ejército Rebelde* foram coerentes com as medidas difundidas por Fidel Castro e pelo MR-26-7 desde o assalto ao *Cuartel Moncada* em julho de 1953. Inclusive, o chamado *programa do Moncada* foi considerado oficialmente o programa da Revolução após a vitória do 1º de janeiro de 1959.

Assim, como principal grupo protagonista do processo, as idéias do MR-26-7 - testadas, aprofundadas e dilapidadas pela ação da luta clandestina urbana e, especialmente, pela ação da guerrilha do *Ejército Rebelde* nas montanhas -, foram as idéias que prevaleceram.

Essas idéias, defendidas sobretudo por Fidel Castro, inspiravam-se fundamentalmente no ideário de José Martí e das lutas pela independência do *Ejército Libertador*. Os princípios fundamentais referiam-se, portanto, à necessidade de conquistar uma pátria justa e democrática “*con todos y para el bien de todos*”, conforme a expressão de José Martí.

Em sua histórica autodefesa após o assalto ao *Cuartel Moncada* de Santiago de Cuba, amplamente difundida com o título *La historia me absolverá*, explicava que a intenção era, uma vez vitoriosa a ação do assalto, difundir para o povo de Cuba as leis revolucionárias que seriam levadas a efeito.

Entre estas leis estavam, em primeiro lugar, a restituição da Constituição de 1940 e, em seguida, a realização da reforma agrária, a industrialização do país, a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, a nacionalização dos serviços essenciais de eletricidade, gás e telefonia e a valorização da saúde e educação; todas consideradas medidas conseqüentes com a legalidade constitucional.

Contudo, a ação do *Moncada* foi derrotada e Fidel Castro aproveitou o discurso de autodefesa para explicar amplamente seus propósitos políticos e divulgar o que considerava medidas essenciais para tirar Cuba da situação neocolonial em que se encontrava. Em linhas gerais, essas medidas eram uma reafirmação daquelas que seriam proclamadas caso o assalto houvesse sido vitorioso.

Em 1955, dois anos depois do assalto ao *Moncada*, já livre da prisão onde havia proposto a criação do *Movimiento Revolucionario 26 de Julio* e exilado no México, onde preparava a expedição armada do iate *Granma* para regressar a Cuba, Fidel Castro assinava e lançava o *Manifiesto n. 1 del 26 de Julio al pueblo de Cuba*, onde novamente reafirmava as propostas do *Moncada*.

Entre estas propostas estavam a proscricção do latifúndio, com a distribuição da terra aos pequenos agricultores (arrendatários, colonos, parceiros e precaristas) e ajuda econômica do

Estado; a participação ampla do trabalhador nos lucros das empresas; a restituição das conquistas trabalhistas retiradas pela ditadura; um vasto plano de industrialização impulsionado pelo Estado; o rebaixamento vertical dos aluguéis e a construção pelo Estado de casas para os trabalhadores; a ampliação dos serviços de eletricidade à população rural e suburbana; uma política para converter cada inquilino em proprietário de sua casa ou apartamento; a nacionalização dos serviços públicos: telefonia, eletricidade e gás; a construção de creches e escolas infantis em tempo integral para os filhos dos trabalhadores mais pobres; a extensão da cultura, com a reforma dos métodos de ensino; a reforma geral do sistema fiscal com a implantação de métodos modernos e transparentes de arrecadação; a reorganização da administração pública e o estabelecimento da carreira administrativa; a implantação da carreira militar inviolável e a proibição da transferência dos membros das Forças Armadas sem motivo justificado; a supressão da pena de morte do Código Penal Militar por crimes cometidos em tempos de paz; a prestação de serviços sociais pelas Forças Armadas; a retribuição generosa e digna aos funcionários públicos: professores, empregados e membros das Forças Armadas, retirados civis e militares; a implantação de medidas adequadas através da educação e da legislação para evitar discriminações por razões de raça ou sexo; o Seguro Social e Estatal contra o desemprego; a reestruturação do Poder Judiciário e a abolição dos Tribunais de Urgência; e, por fim, a confiscação de todos os bens de todos os malversadores de todos os governos anteriores, sem exclusão de nenhum tipo. (MR-26-7, 2007).

Depois deste Manifesto, vieram o *Manifiesto n. 2 del 26 de Julio al pueblo de Cuba*, e diversas cartas e discursos onde Fidel Castro reafirmava, explicava ou buscava convencer aliados de suas idéias. (MR-26-7, 2007a; CASTRO RUZ, 2007, 2007b, 2007c, 2007f, 2007g)²⁹.

Embora os documentos acima citados tivessem sido emitidos até a expedição do iate *Granma* que chegou em Cuba em 2 de dezembro de 1956, no período posterior da *Sierra Maestra* e do *Ejército Rebelde*, as linhas essenciais das propostas defendidas desde o *Moncada* não foram modificadas. (CASTRO RUZ, 1975).

Assim, em nenhum momento o programa revolucionário defendido por Fidel Castro e divulgado para toda Cuba como programa a ser aplicado caso a luta revolucionária fosse vitoriosa poderia ser definido como um programa socialista ou até mesmo antiimperialista. Embora o objetivo de tirar Cuba da situação neocolonial fosse sempre mencionado, a palavra *imperialismo* não foi utilizada.

²⁹ Também assim analisaram uma série de pesquisas sobre esse período feitas em Cuba após a vitória da Revolução. (MENCIA, 1986; TABARES, 1969; ROJAS, 1965).

Em *La historia me absolverá*, embora Fidel Castro não poupasse nenhuma crítica às desigualdades sociais da sociedade cubana, em nenhum momento propunha a abolição da propriedade privada dos meios de produção ou a extinção da burguesia como classe social. A crítica era abertamente dirigida contra as desigualdades e privilégios *excessivos*, ou seja, se vinculava a idéia da justiça social à abolição das extremas desigualdades e, portanto, à construção de uma sociedade mais democrática e equilibrada. Inclusive se afirmava explicitamente que os bens e propriedades legitimamente adquiridos seriam respeitados. (CASTRO RUZ, 2007d).

Deste modo, o programa se definia abertamente, e assim indicavam também as medidas práticas propostas, como um programa democrático e de libertação nacional, ou seja, exatamente conforme as características de uma revolução nacional-democrática discutidas no Capítulo 1 desta tese.

Para evitar mal-entendidos, porém, é preciso esclarecer que em nada isso diminuía a radicalidade ou o caráter revolucionário das propostas do Moncada. Conforme discutido anteriormente no item 2.1., havia um acúmulo de idéias democrático-radicalis e patrióticas em Cuba que não eram uma mera imitação do liberalismo europeu e dos Estados Unidos e o próprio ideário de José Martí, também conforme já discutido, ia além das visões liberal-democráticas clássicas, mesmo daquelas mais radicais, como a dos jacobinos franceses. Assim, como disse Elvira Díaz Vallina o pensamento de José Martí poderia chegar até o socialismo e o comunismo. (ELVIRA DÍAZ, entrevista Anexo 2).

Ou seja, partindo de um outro lugar geográfico e de um outro tempo histórico, o democratismo intransigente e radical de José Martí aproximava suas idéias do socialismo. E isto não se expressava apenas no conteúdo, mas na forma de atuação dos moncadistas e dos revolucionários do MR-26-7 e do *Ejército Rebelde*. Como dito no item anterior, 2.3.4., o que fez diferença na atuação de Fidel Castro e do MR-26-7 em relação a outros grupos que tinham propostas semelhantes, e especialmente em relação aos políticos tradicionais cubanos, foi a *forma* de atuar: a prática como comprovação da veracidade dos propósitos e os vínculos estreitos e diretos com a maioria da população.

Era através da sua ação que os combatentes do *Moncada* e do MR-26-7 pretendiam comprovar sua sinceridade e sua moral, seu desinteresse pessoal e seu amor maior à pátria, seu caráter essencialmente revolucionário e não politiquês. Assim, como afirmava reiteradamente o próprio Fidel Castro nos documentos já mencionados, eles poderiam falar ao povo como quem ia de fato realizar as propostas defendidas.

Por sua vez, os vínculos diretos com o povo também eram uma preocupação constante de Fidel Castro e de seu movimento. Desde *La historia me absolverá* convocava-se à luta o “povo”, ou seja, os setores sociais tradicionalmente excluídos e oprimidos, sem cuja participação a revolução era considerada impossível ou impotente para cumprir seus objetivos. Porém, não se fazia promessas a esse povo, mas colocava-se a responsabilidade pela sua libertação em suas próprias mãos.

Neste aspecto se evidenciava mais nitidamente a crítica à divisão de classes e aos setores privilegiados e dominantes da sociedade cubana e defendia-se o projeto martiano de uma *república de trabalhadores* o mais igualitária e justa possível. O objetivo central era o de elevar ao poder este povo que sempre havia sido afastado dele, fazendo uma revolução “*con los humildes, para los humildes y [principalmente] de los humildes*”. (CASTRO RUZ, 2007d; MARTÍNEZ HEREDIA, 2007).

Outro aspecto que evidenciava o caráter eminentemente *revolucionário* do ponto de vista de Fidel Castro e dos moncadistas, e que foi incluído no discurso *La historia me absolverá*, foi a defesa de que a revolução poderia ser fonte de direito e legalidade. Com isto se quebrava qualquer possibilidade de serem acusados posteriormente de atuarem contra a legalidade. Embora a defesa fosse de que seria possível realizar o “programa do *Moncada*” dentro da legalidade da Constituição de 1940, se evitou colocar a legalidade acima da revolução.

Ou seja, um poder revolucionário apoiado na força popular poderia ter poderes constituintes para aprovar e executar leis revolucionárias, sem a necessária aprovação de uma nova Constituição. Essa seria justamente a condição de uma revolução, isto é, de um poder capaz de romper com a antiga ordem, uma vez que diante da vontade soberana do povo, expressa não apenas no voto, mas na defesa inclusive armada do processo revolucionário, não poderia haver qualquer hesitação. (CASTRO RUZ, 2007d).

Assim, o poder revolucionário teria como dever fundamental apenas o de executar a vontade popular, em um contexto em que o fator decisivo ainda seria a luta contra o velho regime e a inexistência de condições e instituições normais, uma vez que estas ainda estariam sendo criadas pela revolução. Portanto, amarrar a iniciativa revolucionária na legalidade prévia seria o mesmo que impedir a revolução ou imaginar a possibilidade de converter em ordinário um evento extraordinário.

Esta era uma visão completamente diferente da dos setores opositores tradicionais à ditadura de Fulgencio Batista e apresentada claramente por Fidel Castro desde o assalto ao *Moncada*. Não

se dizia abertamente que se pretendia ir além da Constituição de 40, mas se deixava em aberto essa possibilidade para ser definida a partir das próprias condições da luta.

Por concepções como esta, chegou-se a especular, e ainda hoje existe essa dúvida, sobre a possibilidade de Fidel Castro não ter falado abertamente em antiimperialismo e/ou em socialismo por razões de tática política, para conseguir uma unidade maior na luta contra Batista. Essa dúvida seria reforçada anos mais tarde pelo próprio Fidel Castro que afirmou em alguns discursos e entrevistas, como a entrevista concedida a Frei Betto denominada *Fidel e a religião*, que já tinha convicções socialistas e uma formação marxista desde que se formou na universidade, portanto antes do golpe de Batista e do *Moncada*. (CASTRO RUZ, 1985).

O fato é que as idéias socialistas não eram desconhecidas de Fidel Castro e da maioria dos jovens cubanos que lutaram pela Revolução de 1959. Como já é amplamente conhecido, os jovens da *Juventud Comunista* vinculada ao PSP se aproximaram e forneceram literatura socialista a Fidel Castro e Raúl Castro quando estes ainda eram militantes estudantis, sendo que o último chegou a participar de um Congresso Mundial da Juventude em Praga a convite da *Juventud Comunista* e se encontrava muito próximo desta organização juvenil.

Também no período da *Sierra Maestra*, Fidel Castro teria dito que se houvesse declarado que era comunista ou ingressado no Partido Comunista teria ficado sozinho, em virtude do preconceito que havia na sociedade cubana, por diversas razões, ao comunismo. Também outros jovens que participaram do assalto ao *Moncada*, como Abel Santamaría, teriam livros e se interessariam pela literatura marxista. (ELVIRA DÍAZ, entrevista Anexo 2).

Por outro lado, a própria *Juventud Ortodoxa* a que pertencia Fidel Castro havia declarado, em seu *Folleto* de 1948, sua adesão ao método marxista de análise da sociedade e defendido que a solução para Cuba era a revolução socialista.

Assim, não havia um desconhecimento do socialismo e do marxismo e havia um interesse grande pela leitura e estudo destas idéias. Entretanto, também não se poderia dizer que aqueles jovens eram marxistas ou comunistas e mesmo que o fossem, especialmente Fidel Castro – embora tal fato pudesse ter interesse para analisar o papel do indivíduo e do pensamento estratégico no desenvolvimento de determinados acontecimentos sociais -, não foram aquelas as idéias difundidas e pelas quais mobilizou-se a vontade popular. O guia maior daquela geração de jovens, trabalhadores ou estudantes que, de uma forma ou de outra, queriam uma transformação profunda do país, era o pensamento profundamente patriótico e democrático do “*Apostol*” José Martí.

Sendo assim, havia um espécie de consenso fundamental em torno de um projeto nacional-democrático para Cuba, que não era apenas do MR-26-7, mas também de outros grupos que participaram ativamente da Revolução Cubana como o PSP e o *Directorio Revolucionario*.

Devido à complexidade própria de um processo revolucionário, também na Revolução Cubana, apesar da hegemonia do pensamento de Fidel Castro e do MR-26-7 e do *Ejército Rebelde*, não houve uma homogeneidade de idéias e inúmeras foram as contradições e interesses que a força política hegemônica teve de levar em conta para converter suas propostas em realidade.

Assim, o programa político da Revolução efetivamente realizado acabou sendo uma espécie de amálgama entre os anseios populares e as idéias dos principais dirigentes do *Ejército Rebelde* e dos demais grupos que apoiaram e participaram ativamente do processo como o DR-13 marzo e o PSP.

Ou seja, em termos de ideais e aspirações apresentadas antes da chegada ao poder, houve uma espécie de consenso fundamental entre o povo e os três principais grupos revolucionários em torno da retomada das bandeiras da *Revolución del 95* e da *Revolución del 30* que haviam sido sintetizadas nas reivindicações da liberdade política, da independência econômica e da justiça social.

Especialmente as juventudes organizadas nos grupos mencionados, ou seja, a *Juventud Ortodoxa*, o *Directorio Revolucionario* que agrupava especialmente jovens estudantes e a *Juventud Comunista* vinculada ao PSP (primeiro Partido Comunista de Cuba), foram convergindo para a unidade em torno dessas idéias e da necessidade da insurreição armada para derrotar a ditadura, embora nesse último aspecto a iniciativa inegavelmente coube a Fidel Castro e aos jovens que o seguiram no assalto ao *Cuartel Moncada*.

Porém, ao mesmo tempo exatamente essas mesmas organizações juvenis acreditavam que o socialismo poderia ser a saída para os problemas de Cuba e também de que as historicamente almejadas liberdade política, independência econômica e justiça social deveriam ter algum vínculo com o projeto socialista.

Contudo, nem mesmo a juventude do PSP, que era a mais convicta defensora das idéias socialistas e comunistas pensava que a luta revolucionária poderia ser dirigida para a construção do socialismo no plano imediato. Antes de 1959, a idéia preponderante no PSP era de que a revolução cubana a ser realizada no plano imediato, após a queda de Fulgencio Batista, era uma revolução nacional-libertadora e democrática.

Conforme discutido em 2.3.2., este partido à época ainda seguia as teses da Internacional Comunista, apesar de que esta já havia sido desfeita em 1943 e pensava a revolução socialista em Cuba como uma etapa posterior à realização da revolução nacional-democrática. Às vésperas da Revolução de 1959 ainda era assim que o partido raciocinava, daí a participação e o apoio entusiástico ao MR-26-7 e ao *Ejército Rebelde* a partir de determinado momento da luta guerrilheira e a participação no governo da que chamou de *Revolución de Enero*, defendendo a necessidade da sua passagem ao socialismo.

Assim, o PSP não via como problemática num primeiro momento da Revolução a participação do que considerava um setor da burguesia nacional com interesses contrários ao imperialismo e, inclusive, considerava esta uma aliança importante.

Porém, ao mesmo tempo considerava que o *Ejército Rebelde* deveria impedir que estes setores burgueses assumissem um papel preponderante no governo revolucionário, devendo este ser assumido pelas forças mais radicais, única forma de conduzir a revolução ao socialismo, dado que a partir de determinado momento certamente os setores moderados se oporiam a essa orientação. (RODRIGUEZ, 1983b, 1983o).

Curiosamente, apesar das divergências com o PSP, a *Juventud Ortodoxa* do antigo partido de Eduardo Chibás, a qual pertencia Fidel Castro e a maioria dos combatentes do *Moncada* defendia uma posição muito semelhante em seu já mencionado *Folleto* de 1948. Nesse documento, os jovens ortodoxos argumentavam que embora o socialismo fosse a solução para os problemas de Cuba, a revolução a ser feita no plano imediato deveria ser uma revolução de libertação nacional que abrisse caminhos para o socialismo. (JUVENTUD ORTODOXA, 1948)

Carlos Rafael Rodríguez (1983k), um dos principais teóricos e dirigentes do PSP à época escreve um artigo sobre esse documento da *Juventud Ortodoxa* e elogia o que considera avanços de sua concepção política, embora continue avaliando “abstratas” e “subjetivistas” suas intenções socialistas.

Por sua vez, o *Directorio Revolucionario*, conforme dito em 2.3.3., a partir de outros caminhos e influências, também viria a defender um programa semelhante para Cuba. Segundo García Oliveras, num primeiro momento a reação do movimento estudantil cubano foi, como a da maioria do povo, a de se rebelar contra a ditadura e a favor da restauração da Constituição de 1940.

Porém, progressivamente os dirigentes estudantis da FEU, especialmente os que foram se agrupando em torno de José Antonio Echeverría e do *Directorio Revolucionario*, teriam passado a

uma perspectiva mais ampla e profunda que sintetizavam na expressão “revolução cubana”, que significava uma transformação profunda das estruturas econômicas e sociais de Cuba no sentido da “liberdade política, da independência econômica e da justiça social”.

Também de acordo com García Oliveras não era verdade que o *Directorio Revolucionario* tinha uma posição anticomunista, como alguns autores teriam analisado posteriormente. Pelo contrário, a perspectiva da *justiça social* defendida pelo programa de José Antonio Echeverría teria identificação com as idéias socialistas. Assim, o *Directorio Revolucionario* nutria uma simpatia pelas idéias socialistas, embora não se identificasse com o *Partido Comunista* e com a sua postura em relação à realidade cubana. (GARCÍA OLIVERAS, 2006; JULIO GARCÍA, entrevista Anexo 4; BERDAYES GARCÍA, 2006).

Fidel Castro também, na sua mais recente entrevista a Ignacio Ramonet intitulada *Cien horas com Fidel*, afirma que de fato embora tivesse convicções socialistas desde antes do Moncada não pensava em realizar o socialismo como propósito imediato da Revolução Cubana, mas em uma revolução que pudesse servir a esse propósito futuramente. (CASTRO RUZ, [200-]).

Assim, embora todos os principais grupos – MR-26-7, PSP e DR-13 de marzo - que dirigiram a Revolução Cubana, conhecessem, simpatizassem ou mesmo defendessem o socialismo para Cuba, durante o desenvolvimento da luta apresentaram um programa que consideravam viável naquele momento que, em linhas sintéticas, constituía um programa de cunho nacional-democrático.

Antes da Revolução, não era claro para nenhum grupo que, uma vez chegado ao poder, se passaria imediatamente à construção do socialismo. A idéia central era construir a república justa e igualitária concebida por José Martí, Antonio Maceo e outros líderes independentistas e relançada durante a *Revolución del 30* abrindo, assim, caminhos para o socialismo.

Nesta república não deveriam estar presentes as desigualdades excessivas, nem o racismo, nem a dependência externa, nem uma economia monoprodutora com todas as suas mazelas sociais. Pelo contrário, o objetivo maior deveria ser o equilíbrio e a justiça social e, para tanto, seriam necessárias a liberdade política e a independência econômica. Esta última seria alcançada especialmente através da industrialização do país e do fortalecimento do seu mercado interno, meta antiga e sempre adiada das revoluções cubanas anteriores.

Inclusive no período do desenvolvimento do *Ejército Rebelde* na *Sierra Maestra* essa concepção essencial não foi modificada, ao menos em sua apresentação ao povo de Cuba, embora inevitavelmente houvesse ocorrido uma modificação, conforme afirmou Che Guevara (2001,

2001a), da consciência social dos revolucionários a partir do seu contato com os camponeses da região da *Sierra Maestra*.

Também na *Sierra* se desenvolveram experiências de produção social organizadas pelos próprios trabalhadores, a partir da iniciativa de alguns comandantes do *Ejército Rebelde* como o próprio Che Guevara e Raúl Castro, que não dissimulavam suas convicções socialistas e defendiam esse caminho para Cuba, buscando influenciar os destinos da Revolução em curso. (CHE GUEVARA, 2001, 2001a, 2005; CHE GUEVARA & CASTRO RUZ, 2005; CASA DE LAS AMÉRICAS, 1969).

Entretanto, às vésperas da Revolução de 1959, e até mesmo depois, no período inicial da Revolução já vitoriosa, o conteúdo que iria prevalecer ainda era motivo de controvérsia e luta, sendo fundamental o ponto de vista do “*Comandante en Jefe*” do *Ejército Rebelde* Fidel Castro que, no entanto, ainda mantinha silêncio sobre a possibilidade de imprimir um curso socialista ao processo. A única certeza é que o chamado programa do *Moncada* seria realizado imediatamente. Porém, após a conquista da vitória e durante os embates para levar a efeito as medidas defendidas desde o *Moncada* as coisas tomaram um novo curso.

2.4.2. As realizações da Revolução Cubana e seus vínculos com o programa revolucionário

Como se sabe, a realização prática de uma revolução é sempre algo mais complicado do que a sua enunciação prévia em termos de ideais e princípios. E não poderia ser diferente no caso da Revolução Cubana. A vitória da guerrilha da *Sierra Maestra*, a fuga do ditador Fulgencio Batista e a forte moral alcançada pelo *Ejército Rebelde* entre a massa do povo cubano não significou a inexistência de contradições e mesmo a ausência de necessidade de negociações com outras forças e grupos políticos para forjar a unidade necessária para construir um programa positivo. Se esta unidade foi forjada na prática da luta contra a ditadura e com base em idéias gerais sobre o que deveria ser a “revolução cubana”, agora no poder os revolucionários necessitavam entender-se sobre o *até onde* deveria ir esta revolução e sobre o *como* conduzi-la.

Como disse Martínez Heredia em seu artigo “La fuerza del pueblo”, após a vitória do 1º de janeiro de 1959, tudo o que aconteceu em Cuba centrou-se na união da força do povo com o poder revolucionário estruturado no *Ejército Rebelde*, ao mesmo tempo em que o núcleo dirigente deste

Exército e, por conseguinte, da Revolução, foi extremamente habilidoso em atrair os setores revolucionários aliados e em evitar ter mais inimigos do que o necessário.

Assim, predominou a direção dos revolucionários da *Sierra*, mas através de um conjunto de mediações que tiveram de levar em conta os distintos interesses imediatos e de longo prazo dos setores sociais e organizações políticas que apoiavam e participavam da Revolução. (MARTÍNEZ HEREDIA, 1998).

O primeiro governo revolucionário foi composto incluindo a presença de representantes de setores moderados, mas que tinham tido uma postura ética no combate à ditadura, como o próprio Manuel Urrutia que foi designado presidente da República após o 1º de janeiro de 1959. Fidel Castro, por sua vez, permaneceu como Comandante em Chefe do *Ejército Rebelde*.

Embora o poder de fato estivesse nas mãos dos guerrilheiros, essa composição respondia à política considerada correta e necessária de mostrar disposição para a unidade com todos os setores que haviam participado da luta de alguma forma e que demonstravam interesse em modificar a situação do país.

Entretanto, algo que o núcleo dirigente da Revolução não abriu mão, e que já era uma concepção defendida por Fidel Castro desde o assalto ao *Moncada*, foi a instalação de um *governo revolucionário provisório* que deveria levar a efeito uma série de medidas práticas, sem as quais se considerava ilusória a volta à vigência da Constituição de 1940, primeira medida adotada pelo novo governo revolucionário.

Entre as medidas práticas incluíam-se aquelas que seriam promulgadas após o assalto ao *Moncada* (ver item anterior). Entretanto, em primeiro lugar, avaliava-se imprescindível promover uma espécie de reestruturação nas instituições-chave do Estado, especialmente no Poder Judiciário e nas Forças Armadas, substituindo aqueles indivíduos que haviam colaborado com a ditadura por novos quadros revolucionários, especialmente nos postos de mando.

As Forças Armadas oficiais, na realidade, já haviam sido desmanteladas no confronto com a guerrilha, fazendo com que do antigo Estado cubano não sobrasse quase nada. Neste aspecto é que esteve a principal força e radicalidade da Revolução Cubana, dado que o *Ejército Rebelde* conseguiu forjar-se como um poder paralelo que, uma vez vitorioso, constituiu um novo poder político, prescindindo do antigo Estado. (ALADRO CARDOSO, VALDÉS SÁNCHEZ, ROSADO EIRÓ, 2007; PÉREZ RIVERO, 2006).

Deste modo, apesar da Revolução em seu início assentar-se legalmente sobre a antiga Constituição, declarava-se abertamente o caráter provisório desta situação e a legitimidade do

governo provisório revolucionário para emitir leis, uma vez que se apoiava na soberania popular, ou seja, na vontade popular expressa não apenas na escolha dos dirigentes, mas no apoio e participação ativa nos acontecimentos, inclusive através da insurreição armada.

Com base neste ponto de vista, com o *Ejército Rebelde* aclamado pelo povo, constituiu-se o primeiro governo revolucionário provisório, restabeleceu-se a Constituição de 1940 e editaram-se as primeiras medidas revolucionárias. Como dito, em primeiro lugar estava a necessidade de reconstituição de um novo Estado ou de um poder com força e legitimidade para proceder à implementação das demais medidas de caráter econômico, social e cultural. (BELL, LÓPES, CARAM, 2006).

Como disse Martínez Heredia (2005), nesses anos iniciais tudo era provisório e o debate sobre para onde deveria ir a revolução era grande. Porém, isto não paralisou o governo revolucionário, que foi lançando as medidas defendidas desde o *Moncada* uma após a outra, contando com o crescimento do entusiasmo popular a cada nova medida lançada. Uma das primeiras medidas foi a decisão bastante radical de condenar à pena de morte todos aqueles que haviam cometido assassinatos ou participado de atos de tortura durante a ditadura nos famosos justicamentos do *paredón*.

Esta decisão estremeceu as classes dominantes do país e o governo dos Estados Unidos, que num primeiro momento haviam reconhecido o novo governo, e também alguns setores burgueses internos que até mesmo haviam saudado Fidel Castro em cartazes de apoio. Após o “*paredón*” evidenciou-se que o novo poder estava disposto a cumprir com sua palavra e ir às últimas conseqüências.

Após essas primeiras medidas de reestruturação do aparelho de Estado e de conversão do *Ejército Rebelde* no novo exército da nação, passou-se à realização das medidas de benefício popular e em primeiro lugar estava a reforma agrária, antiga e adiada reivindicação das lutas revolucionárias cubanas. A primeira *Ley de Reforma Agraria* lançada em maio de 1959 foi outra medida que inquietou os interesses dominantes em Cuba, especialmente o dos Estados Unidos. (VALDÉS, 2003; RODRIGUEZ, 1983a; BELL, LÓPES, CARAM, 2006).

Para levar a efeito a reforma agrária formou-se o Instituto Nacional de Reforma Agraria (INRA), dirigido diretamente pelo *Ejército Rebelde*. Como disse Martínez Heredia (1998), depois disso, o INRA passou a funcionar como o Poder Executivo de fato, uma vez que o plano de reforma agrária era bastante abrangente e incluía a reformulação de toda a estrutura sócio-econômica do país, incluindo o projeto de industrialização defendido desde o *Moncada*.

Especialmente através deste mecanismo, o núcleo dirigente do *Ejército Rebelde* impediu que os setores mais moderados que compunham o governo assumissem o comando da Revolução vitoriosa. Do mesmo modo foi formado outro órgão, um ministério específico para cuidar da recuperação dos chamados “*bienes malversados*”. Através deste ministério, denominado *Ministerio para la Recuperación de los Bienes Malversados*, pretendia-se recuperar todos os bens que haviam sido adquiridos por meio da prática da corrupção durante os governos anteriores.

O rebaixamento em 50% do preço dos aluguéis com vistas à sua eliminação e à conversão dos inquilinos em proprietários de suas casas ou apartamentos e uma ampla campanha de alfabetização popular, visando eliminar o analfabetismo da vida cubana, foram outras das primeiras e principais medidas adotadas pelo novo poder revolucionário e que visavam beneficiar diretamente a população.

Em seguida vieram as medidas de aprofundamento das reformas econômicas através da nacionalização das principais empresas de serviços públicos como a eletricidade, o gás e a telefonia, de acordo com o que também havia sido proposto desde o *Moncada*.

Além disso, medidas importantes foram adotadas no campo cultural, especialmente a partir da iniciativa de Ernesto Che Guevara, que insistia na importância de construir novos valores e uma nova ideologia. Assim, foi criado o *Instituto Cubano de Arte e Industria Cinematográfica* (ICAIC), que passou a incentivar a produção cultural de origem nacional e com novos conteúdos, além da popularização do acesso à literatura, ao cinema, teatro e outras formas de manifestação artística e cultural.

Porém, a implementação destas primeiras medidas também não seguiu uma linha reta ou isenta de contradições. Já desde fevereiro de 1959, Fidel Castro havia passado à condição de primeiro-ministro do governo revolucionário e, em julho deste mesmo ano, entrou em conflito com o presidente da República Manuel Urrutia que não pretendia levar tão longe as medidas revolucionárias. O desfecho desta crise foi o pedido de demissão de Fidel Castro que, sob exigência popular voltou à condição de primeiro-ministro e agora era o presidente Urrutia quem pedia demissão, sendo substituído pelo advogado Osvaldo Dorticós. (BELL, LÓPES, CARAM, 2006).

Após esta substituição, que incluiu também a de alguns ministros, a tendência mais radical e revolucionária assumiu formalmente a direção de um processo que já vinha dirigindo na prática. Também depois do “*paredón*” e da reforma agrária, os Estados Unidos retiraram seu reconhecimento ao governo cubano e passaram a fustigar a oposição interna para que desenvolvesse medidas de sabotagem e contra-revolução.

O resultado foi que o esforço teve de voltar-se à defesa da Revolução, através não apenas do reforço do *Ejército Rebelde*, mas da mobilização e preparação militar de todo o povo, por meio das recém criadas *Milicias Nacionales Revolucionarias (MNR's)*. Deste modo, a direção do processo foi extremamente habilidosa em aproveitar-se de cada nova medida de hostilidade do governo dos Estados Unidos e dos antigos setores dominantes internos, para aprofundar as medidas revolucionárias e o nível de preparação político-ideológico da população. (MARTINEZ HEREDIA, 1998; CASTRO RUZ, 1968, 1975; RODRIGUEZ, 1983n, 1983o, 1983r)

Assim, a ação do governo dos Estados Unidos teve resultados contrários ao que esperava. Ao invés de derrotar a Revolução Cubana, o que fez foi fortalecê-la, uma vez que a cada nova agressão crescia o apoio e o entusiasmo popular, que era aproveitado pelo poder revolucionário para aprofundar as medidas de transformação da economia e da sociedade.

Desta forma, quando a campanha de hostilidade dos Estados Unidos chegou a seu auge, com a invasão de *Playa Girón* em abril de 1961, antes do enfrentamento que resultou na derrota dos invasores, Fidel Castro pode declarar o caráter socialista da Revolução e, por essa razão, afirmou que os que lutaram e venceram os Estados Unidos nessa batalha já estavam lutando em defesa do socialismo. (MARTÍNEZ HEREDIA, 1998; ELVIRA DÍAZ, entrevista Anexo 2).

Assim, segundo o próprio Fidel Castro, no primeiro semestre de 1959 a revolução no poder já havia conseguido cumprir as medidas defendidas no “programa do Moncada” e um ano e meio depois, em abril de 1961, já se encontrava muito além deste programa, tendo nacionalizado e estatizado praticamente todas as riquezas minerais, terras, indústrias e serviços do país e reorganizado o sistema de produção de acordo com os princípios do socialismo. (CASTRO RUZ, 1975).

A partir de então, com a vitória de *Girón* e o conseqüente recuo da política agressiva dos Estados Unidos - embora essa política nunca tenha deixado de existir, apenas mudado de método - o poder revolucionário pode dedicar-se ao aprofundamento da revolução nos campos econômico, social e cultural e, inclusive, apoiar processos de luta independentistas ou antiditatoriais em outros países, especialmente do Terceiro Mundo. (CASTRO RUZ, 1975; PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 1978; MARTINEZ HEREDIA, 2005).

Assim, como afirmou Martínez Heredia (2005) por volta de 1966 vivia-se “o ápice da heresia cubana”, com um poder revolucionário independente que lançava uma medida após a outra e não titubeava diante de nenhuma ameaça. Inclusive em relação à União Soviética e aos demais países socialistas, Cuba nesse período exercia uma independência muito grande e acreditava enormemente em sua própria força. Nas palavras do autor:

Las acciones masivas organizadas, el ejercicio del poder, la concientización general, la gran autoconfianza y el orgullo de ser cubano revolucionario, las nuevas realidades superiores a los más ambiciosos programas previos, transformaron radicalmente a Cuba y a los participantes en su proceso. Es imposible exagerar la importancia del origen revolucionario de las relaciones, instituciones e representaciones que caracterizan al régimen cubano actual. A la sociedad resultante de tantas transformaciones, su decisión de mantenerse y de continuar su proceso de liberación total, se le ha llamado socialismo. Fue la primera revolución socialista autóctona producida en Occidente. (MARTÍNEZ HEREDIA, 2005, p. 11).

Ou seja, na década de 60 prevaleceu o caráter extraordinário comum a toda Revolução, tudo era provisório e improvisado, com as decisões iam sendo tomadas e cumpridas de acordo simplesmente com o entusiasmo popular e o apoio manifesto aos dirigentes revolucionários.

Porém, posteriormente a decisão de construir o socialismo exigiu um esforço de organização e institucionalização do processo. Deste modo, foram sendo construídas distintas organizações políticas e sociais desde a vitória de 1º de janeiro de 1959 até o primeiro Congresso do novo *Partido Comunista de Cuba*, que foi realizado apenas em 1975.

Do ponto de vista político, conforme já mencionado, as três principais organizações eram o MR-26-7, o DR-13 marzo e o PSP que articularam a sua unidade nos primeiros anos da revolução através das *Organizaciones Revolucionarias Integradas (ORIT)* e, depois, do *Partido Unido de la Revolución Socialista (PURS)*.

Já em 1965 essas organizações haviam resolvido fundir-se no *Partido Comunista de Cuba* através da designação de uma Comissão Política Nacional que teria a tarefa de trabalhar pela construção deste partido. O primeiro Congresso deste que foi e ainda hoje é considerado o *Segundo Partido Marxista-Leninista de Cuba* foi realizado em 1975, onde foram definidos os princípios e diretrizes que regeriam o partido e a sociedade cubana desde então. (CASTRO RUZ, 1975, 1975a, RODRIGUEZ, 1983c).

Quanto aos demais partidos e organizações políticas de origem burguesa ou que se opuseram à revolução, trabalhando contra a mesma, foram proibidos. Desta forma, desde sua fundação o novo *Partido Comunista de Cuba* converteu-se no único partido político do país. Já algumas organizações sociais dirigidas por aqueles grupos foram reconstruídas a partir da eleição de novas direções, como foi o caso da *Confederación de Trabajadores de Cuba*.

Neste processo de reorganização política da sociedade, como se pode imaginar, também muitos conflitos vieram à tona, uma vez que muitos interesses foram atingidos no processo de destituição de antigos partidos, sindicatos, meios de imprensa, etc. Em relação à polêmica liberdade de imprensa, a Revolução Cubana também defendeu, a exemplo da experiência da

Revolução Russa, que esta estava circunscrita à defesa da Revolução. (CASTRO RUZ, 1968, 1975; MARTINEZ HEREDIA, 1998).

Do ponto de vista das demais organizações sociais, houve a reconstrução em novas bases da *Confederación de Trabajadores de Cuba* e dos sindicatos a ela vinculados e também da *Federación de Estudiantes Universitarios* e demais entidades estudantis e a construção de novas organizações como a *Federación de Mujeres Cubanas (FMC)*, a *Organización de Pioneros José Martí (OPJM)*, a *Unión de Jóvenes Comunistas (UJC)* e os *Comités de Defensa de la Revolución (CDR's)*.

Com exceção da OPJM e da UJC, consideradas como organizações políticas de superação ideológica e organizativa de crianças, adolescentes e jovens, vinculadas ao Partido Comunista, as demais organizações teriam um caráter mais amplo, constituindo as chamadas “*organizaciones de masas*”, ou seja, dirigidas à participação e organização de todo o povo e não apenas de sua “*vanguardia*”.

A mais ampla e importante destas organizações foram os CDR's, uma vez que se formaram no intuito de garantir a participação de toda a população a partir de seus locais de moradia e teriam múltiplas funções, desde a defesa, inclusive armada, da Revolução, e a discussão de assuntos transcendentais para a vida do país, até a resolução dos problemas mais simples e imediatos da vida cotidiana e do bairro. Deste modo, a existência e pleno funcionamento dos CDR's foi considerada a garantia mais segura da democracia, exercida da forma mais direta possível, na experiência socialista cubana. (CASTRO RUZ, 1972, 1975, 1975b; RODRIGUEZ, 1983b).

Assim, a Revolução Cubana buscou levar a efeito uma nova forma de democracia, considerada uma democracia popular ou de massas. Ou seja, a substituição da democracia formal e representativa burguesa pela chamada democracia da maioria ou ditadura do proletariado, segundo os clássicos do marxismo.

O intuito desta forma de democracia seria garantir a participação da maioria popular nas decisões políticas fundamentais e, ao mesmo tempo, impedir a vitória da contra-revolução, daí o termo ditadura. Esta ditadura deveria ser exercida pela maioria sobre a minoria, porque segundo Lênin (1986, 1987), por exemplo, enquanto houvesse Estado haveria ditadura.

A garantia do êxito deste processo tão radical de transformações contínuas assentou-se fundamentalmente no apoio popular aos dirigentes e às novas instituições revolucionárias e também no fato da unidade e do consenso entre organizações e militantes revolucionários ter

prevalecido sobre o dissenso e o sectarismo, que também existiu, mas que, segundo Fidel Castro (1975), pode ser avaliado e superado em tempo.

Depois de vencida a fase inicial de defesa, organização de um novo poder político e implementação das medidas consideradas mais urgentes e necessárias, a Revolução Cubana pode contar nos anos 70 com um grau elevado de institucionalização e estabilização.

Do ponto de vista econômico e social Cuba avançou consideravelmente nos anos 70 e estreitaram-se ainda mais os vínculos com a União Soviética e com o bloco socialista.

Embora o período pós-anos 70 não seja objeto desta tese, é importante mencionar que a Revolução Cubana prosseguiu com suas contradições e também polêmicas internas nesse período, sendo o principal debate o relativo aos vínculos com a União Soviética e as conseqüências de tais vínculos.

Se por um lado os avanços econômicos e sociais eram inegáveis, se temia um grau elevado de dependência daquele país, como realmente depois ficou demonstrado a partir das enormes dificuldades enfrentadas por Cuba depois do fim da União Soviética e do socialismo europeu na década de 90. (MARTINEZ HEREDIA, 2001c, 2005a; RODRIGUEZ, 1983d, 1983e, 1983h, 1983p)

Outra discussão dizia respeito à questão ideológica, uma vez que sempre haviam existido contradições entre o chamado socialismo soviético e o cubano. Nos anos 60 esse debate era encabeçado sobretudo por Ernesto Che Guevara. A questão central dizia respeito à disputa entre uma ideologia formal e burocrática e uma ideologia de fato revolucionária e humanista. (HART DÁVALOS, 2002, 2006; RODRIGUEZ, 1987b).

Em 1986, antes mesmo do fim da União Soviética, Cuba deu início a um processo de autocrítica e de mudanças denominado *Proceso de Rectificación de errores y tendencias negativas*. Para Martínez Heredia (2001, 2005a), essa iniciativa representava um esforço positivo de recuperar o melhor da experiência revolucionária própria, superando o excesso de burocratismo e dogmatismo dos anos 70. Indicaria também a permanência da vitalidade revolucionária da Revolução Cubana, apesar das enormes contradições e imensos obstáculos que teve de atravessar.

Entretanto, a crise econômica advinda do fim da URSS e do bloco socialista nos anos 90, ao tornar premente a resolução dos problemas da sobrevivência, teria interrompido, embora não integralmente, aquele esforço. Agora os cubanos teriam que lidar, além da resolução de problemas

materiais os mais complexos, com os limites e contradições da formação ideológica anterior. (MARTINEZ HEREDIA, 2005a).

Mas, para os fins deste trabalho, o que importa frisar é que, uma vez no poder, a Revolução Cubana foi além de seu próprio conteúdo, realizando na prática o projeto socialista sem, no entanto, abrir mão das bandeiras de libertação nacional e aprofundamento da democracia defendidas durante toda a luta contra Batista. Na realidade, a revolução socialista e a nacional-democrática vieram como uma única e mesma revolução.

CAPÍTULO 3

O SIGNIFICADO DA REVOLUÇÃO BOLIVARIANA DA VENEZUELA

3.1. Elementos fundamentais da história venezuelana

Hugo Chávez Frías, atual presidente da Venezuela e líder da chamada Revolução Bolivariana desde o final dos anos 90 do século XX, sustentou ideologicamente o processo que dirige, especialmente em seu período inicial, na chamada “árvore das três raízes”, ou seja, no pensamento de Simón Bolívar, do mestre de Bolívar Simón Rodríguez (o Robinson) e de Ezequiel Zamora, principal líder da Guerra Federal.

A história da fundação da *pátria* é um daqueles temas que, para além dos acontecimentos reais, sempre suscitou como se sabe uma série de interpretações e reinterpretações, de usos políticos os mais variados e de criação de diversos mitos. No caso venezuelano, essa situação atingiu um grau paroxístico. Talvez a principal razão disso se deva ao fato de o principal líder do movimento independentista venezuelano, Simón Bolívar, ter sido também o principal personagem da independência de uma vasta região da América andina que posteriormente viria a formar outros cinco países: Colômbia, Equador, Bolívia, Peru e Panamá.

Assim, o “*Libertador*”, título concedido a Bolívar quando da libertação de Nova Granada (atual Colômbia e Panamá), ainda hoje é reivindicado e louvado por governos, correntes políticas e movimentos sociais dos mais diferentes matizes ideológicos não apenas na Venezuela, sua terra natal, mas em todos os países andinos e ainda mais além, em toda a região hoje conhecida como América Latina. Bolívar - o personagem - se tornou, assim, um dos maiores ícones dos anseios de libertação dessa América “*una y mestiza*” como ele mesmo definiu. (BELLOTTO & CORRÊA, 1983; LIÉVANO AGUIRRE, 2005; SALCEDO-BASTARDO, 1973).

Quando ocorre tal redimensionamento histórico e especialmente quando ele impregna as amplas massas, talvez seja mais relevante conhecer o personagem e as interpretações produzidas pelos movimentos políticos e sociais que fizeram uso dele do que propriamente o que *de fato* aconteceu e quem *de fato* era dito personagem.

Porém - à parte as discussões sobre a impossibilidade de uma história objetiva e sobre o caráter necessariamente interpretativo de qualquer análise histórica – convém lembrar também que nada provém do nada e que mesmo a mistificação mais absurda deve manter algum vínculo, mesmo que muito tênue, com a realidade, para ter alguma eficácia ideológica. Deste modo, é importante conhecer minimamente a história da independência e da formação da Venezuela e do

pensamento de suas principais lideranças, assim como de outros momentos relevantes da história do país, para compreender de onde a ideologia e a prática da Revolução Bolivariana tiram suas justificativas, propósitos e sua força real.

A Venezuela, junto com o México e a Argentina, foi pioneira do movimento independentista do que hoje se conhece por América Latina. Antes destes países só havia nas Américas os exemplos do Haiti, dos Estados Unidos e do Canadá. A independência teve início em 19 de abril de 1810 com a formação da *Junta de Caracas* e foi oficializada em 5 de julho de 1811. (BETHELL, [s.d.]

Esse desfecho foi fruto do acirramento das contradições entre a oligarquia *criolla* (mestiça) local e a metrópole espanhola, somado à crise política em que mergulhou a Espanha com a invasão dos exércitos de Napoleão Bonaparte. Quando era flagrante a bancarrota da monarquia espanhola, se temia as conseqüências do governo de uma *Junta de Cádiz* instável e radicalmente liberal e não se confiava suficientemente nos propósitos de Napoleão (embora ele estivesse cumprindo o papel de moderar o radicalismo dos primeiros tempos da Revolução Francesa), não restou outro caminho a esta oligarquia a não ser a independência. Em parte era como se a independência tivesse caído de madura em seus braços. Mas isto era só em parte, porque esta oligarquia teve que enfrentar muitas contradições e vencer muitos obstáculos para efetivar o novo regime, sendo que o principal obstáculo era ela própria.

Como é assaz comum no caso das oligarquias latino-americanas, também para a oligarquia venezuelana estavam em primeiro plano seus interesses econômicos e comerciais. Nesse aspecto, as contradições com a metrópole espanhola já existiam há algum tempo e vinham aumentando. As principais reivindicações eram abertura para o comércio com outros países, redução dos impostos e mais espaço político para os representantes da colônia. (SALCEDO-BASTARDO, 1973).

A movimentação em torno dessas reivindicações vinha crescendo na sociedade colonial e o cenário mundial era favorável, com a principal potência da época, a Inglaterra, interessada na liberalização comercial do “Novo Mundo” e com os exércitos de Napoleão avançando sobre as velhas monarquias européias. Assim, com a deterioração visível da metrópole e uma política muito insatisfatória da *Junta de Cádiz* em relação à colônia, a oligarquia *criolla* resolveu rebelar-se. Não ainda claramente pela independência e pela instalação de um regime liberal e igualitário como aqueles idealizados pelas revoluções européias e dos Estados Unidos mas, ao contrário, para antecipar-se e evitar justamente a implementação de regimes como aqueles, especialmente num assunto muito sensível a seus negócios: a abolição da escravidão.

O tema da escravidão foi o calcanhar de Aquiles da oligarquia crioula e a luta entre a massa

de escravos, ex-escravos e colonos pobres e os grandes proprietários locais, o maior empecilho para a unidade nacional contra os espanhóis e pela independência. Tanto os independentistas ou “patriotas” como os realistas (defensores do rei, não necessariamente espanhóis), se viram obrigados a considerar e jogaram com o problema da escravidão e da participação das grandes massas populares (para usar a linguagem de hoje) no processo, quando a guerra se tornou inevitável.

Na primeira etapa da guerra, desatada pelo Exército espanhol sob o comando da *Junta de Cádiz*, após a declaração de independência de julho de 1811, o Exército realista conseguiu atrair os setores populares e jogá-los contra o Exército independentista, visto como representante dos proprietários, com os quais aqueles setores não se sentiam nenhum pouco identificados. Assim, se produziu uma situação das mais contraditórias em que as classes dominantes defendiam a independência em nome do rei Fernando VII e o Exército realista defendia, ao menos aparentemente, os escravos e demais trabalhadores pobres em nome do liberalismo.

Assim a I República, posteriormente chamada por Simón Bolívar de *Patria Boba*, foi facilmente derrotada pelos espanhóis já no ano seguinte, em 1812, e a II República também não duraria mais de um ano, 1813, com a retomada da situação pelos espanhóis de 1814 a 1817. A questão social teve um peso decisivo nessas derrotas e também a retomada do poder pela monarquia na Espanha, fazendo com que os oligarcas crioulos perdessem grande parte de seu ímpeto emancipador. (IZARD, 1992).

Deste modo, frente a uma realidade rebelde a seus ideais liberais, Simón Bolívar obrigou-se a rever seu pensamento, ao menos em parte, e decretou a abolição da escravidão em 1816, incorporando os ex-escravos no Exército Libertador. Este fator foi fundamental para a vitória decisiva sobre os espanhóis em 1817 e para a fundação da III República que duraria, segundo os critérios próprios da chamada Revolução Bolivariana, por mais de um século – de 1817 a 1958 - ou seja, bem mais do que as duas primeiras. (BELLOTTO & CORRÊA, 1983; BETHELL [s.d.]; SALCEDO-BASTARDO, 1973; IZARD, 1992)

Mas até então, afinal, quem havia sido Simón Bolívar e qual seu papel no movimento independentista venezuelano?

Bolívar era ele próprio um membro da oligarquia crioula, sendo filho de uma das mais ricas famílias de Caracas, proprietária de várias fazendas de cacau, anil, algodão, cana de açúcar e café, e que mantinha vínculos diretos e pessoais com a corte de Madri. Além disso, o jovem Bolívar havia tido contato desde muito cedo com o pensamento liberal mais radical da Europa de seu tempo, através de viagens e relações pessoais estabelecidas com intelectuais e personalidades dos

principais centros europeus e, principalmente, através de seu preceptor Simón Rodríguez - auto-apelidado de Robinson - um adepto fervoroso das idéias educativas e políticas de Jean-Jacques Rousseau.

Órfão de pai e mãe desde os 9 anos de idade, Bolívar consideraria Robinson um amigo e espécie de orientador político e espiritual por toda a vida. Simón Rodríguez havia proposto, ainda no período colonial, um ousado projeto de reforma educacional de caráter naturalista e liberal e uma de suas idéias mais marcantes, e que certamente influenciou Bolívar, foi diferenciar a chamada América espanhola da Europa e da América do Norte, daí a sua famosa frase: “*o inventamos o erramos*”. (BELLOTTO & CORRÊA, 1983; LIÉVANO AGUIRRE, 2005).

Porém, se era Bolívar um liberal radical ou moderado continua sendo motivo de controvérsia, embora não pareça haver questionamentos sobre o seu liberalismo. Sem querer aprofundar e muito menos resolver a polêmica sobre o *verdadeiro* Bolívar, neste trabalho considera-se que Bolívar soube interpretar as exigências de sua época e adequá-las, embora com muitas contradições e ziguezagues, ao seu ideário de igualdade e liberdade em termos liberais. Por essa razão, por um lado parecia um moderado representante da oligarquia crioula e, por outro, um patriota radical e idealista incorrigível. A mesma realidade que o levava à moderação, o conduzia à radicalização. Ou seja, de um lado a posição social da oligarquia crioula, que não era, segundo o próprio Bolívar, “*ni europea ni americana*” e, portanto, não se identificava com a grande massa de índios e mestiços, impedia a radicalização da guerra de independência e a instituição, sem mediações, de uma república liberal e democrática de tipo moderno. E, de outro lado, a “*unidad de los americanos*” contra os espanhóis exigia atender alguns dos anseios das grandes massas e integrá-las de alguma forma no projeto nacional que pretendia construir.

Assim, Bolívar tentou, com ou sem razão e sucesso, adequar o projeto liberal-democrático à realidade em que se movia, sem abandonar o ideário de uma república de cidadãos livres e iguais. A sua idéia de ditadura centralizada era vista como um período transitório, até que as condições tornassem possível a devolução da soberania aos representantes do povo reunidos em assembléia, como fez diante do Congresso da Venezuela em 15 de fevereiro de 1819. (BELLOTTO & CORRÊA, 1983; SALCEDO-BASTARDO, 1973).

Essa era uma idéia semelhante àquela defendida por Robespierre (1999), quando disse que seria sintoma de torpeza lançar um navio ao mar em meio à tempestade, e outros tantos revolucionários de outros tempos. Mas, de todo modo, não se pretende com isso apresentar um Bolívar representante das classes e castas oprimidas da sociedade colonial. Isso seria um tanto exagerado. Mas as idéias de Bolívar, como a possibilidade de uma sociedade latino-americana

unida, soberana e justa, ou seja, mais equilibrada socialmente, de fato existiram e foram as que mais influenciaram o pensamento progressista e de esquerda posterior.

Já se os caminhos apontados por Simón Bolívar favoreceriam a conformação desta sociedade é difícil saber, uma vez que o que aconteceu depois de sua morte foi exatamente o que ele reprovava e temia. Assim, o chamado Libertador terminou sua vida desiludido e frustrado com a situação das Repúblicas que havia ajudado a criar (BELLOTTO & CORRÊA, 1983; SALCEDO-BASTARDO, 1973; GARCIA MARQUEZ, 2003).

Assim que o inimigo maior, a Espanha, havia sido derrotado, a oligarquia crioula não conseguiu manter-se coesa e os interesses particularistas dos diferentes setores oligárquicos sobrepuseram-se ao interesse nacional. Desta forma, ainda em vida, Bolívar viu esfumar-se seu projeto da *Gran Colombia* e mais ainda o de uma confederação de repúblicas sul-americanas - com exceção da América do Norte - irmãs. Em 1830, seu antigo companheiro de armas, José Antonio Páez, separou a Venezuela da *Gran Colombia*, sendo seguido mais tarde por Francisco de Paula Santander, também seu antigo e leal companheiro de armas, que separou a Colômbia da antiga união. (BELLOTTO & CORRÊA, 1983; IZARD, 1992).

Assim, se iniciou na Venezuela o período conhecido como da República oligárquica, em que o poder político se concentrou nas mãos de um número reduzido de indivíduos, geralmente unidos por laços familiares e que concentravam também o poder econômico, sendo grandes proprietários agrícolas ou pecuários ou grandes comerciantes. Por essa razão, era muito comum no período a repetição dos mesmos sobrenomes entre as altas autoridades políticas, militares e religiosas. Enquanto isso, as grandes massas populares eram afastadas do poder, através de um sistema eleitoral restrito, excludente e fraudulento como forma de perpetuação do poder oligárquico. (DEL POZO, 2002)

Em consequência desta base social de desunião e disputas inter-oligárquicas, a Venezuela pós-independência viveu um período de grande instabilidade política, de lutas internas entre setores que, apesar de não terem muitas diferenças ideológicas, pretendiam deter o poder do Estado exclusivamente a fim de fortalecer seus interesses. Era comum no período a irrupção de várias guerras civis e “revoluções”, facilitadas pelo surgimento do fenômeno do caudilhismo.

Del Pozo (2002), atribuiu ao caudilhismo as seguintes características: o uso sistemático e habitual da força e da violência para alcançar o poder ou se manter nele e o culto à personalidade do chefe, com a criação de grupos de apoio que mantinham laços de fidelidade pessoal para com o mesmo. Os chamados caudilhos eram geralmente chefes militares que se transformavam em chefes políticos, podendo ter origens sociais diversas e comumente assumiam o poder quando de

um vazio político provocado pela dificuldade de unidade da oligarquia e pelas desavenças entre liberais e conservadores.

Na Venezuela, devido ao surgimento de vários chefes militares nas guerras de independência, o caudilhismo foi um fenômeno marcante e sua influência na cultura política do país seria sentida por longos anos.

Entre as guerras do período oligárquico venezuelano, a mais significativa foi a chamada Guerra Federal que se desenvolveu de 1859 a 1863. Considerada uma guerra entre liberais e conservadores (também chamados *mantuanos*), e entre federalismo e centralismo, em realidade esta guerra ultrapassou tais termos políticos, trazendo à tona tensões sociais profundas entre os setores oligárquicos privilegiados e a grande massa de trabalhadores do campo.

O principal líder da guerra e que também se converteria em uma espécie de símbolo dos anseios de justiça e liberdade do povo venezuelano, Ezequiel Zamora, expressou bem essas contradições ao levantar a palavra de ordem de “Morte à oligarquia!” e mobilizar os setores camponeses a favor de uma república de fato liberal e democrática que havia sido frustrada desde o fim das guerras de independência. (FRANKEL, 1992).

Mas Zamora morreria ainda no início da guerra e com sua morte grande parte dos objetivos sociais e radicais da Guerra Federal foram abandonados, embora a guerra tenha continuado e terminado com a vitória dos liberais em 1863. Em 1864, foi promulgada uma nova Constituição que assegurava alguns dos direitos e garantias defendidos durante a guerra. Entretanto, embora bem mais moderado do que o projeto político defendido por Ezequiel Zamora, os liberais no poder não conseguiram manter a estabilidade política e consolidar seu projeto, sendo destituídos por uma rebelião dos chamados “azuis”, por não serem nem conservadores (vermelhos), nem liberais (amarelos).

Para Carmagnani (1984), esse tipo de governo era expressão de um equilíbrio de forças entre os diversos setores da oligarquia, que geralmente encontrava sua solução política no estabelecimento de governos ditatoriais com características tecnocráticas e militares, como era o caso dos governos dirigidos por caudilhos, que passavam a dominar a oligarquia como um todo.

Do mesmo modo, a disputa entre centralismo e federalismo seria expressão da maior ou menor unidade da oligarquia. No primeiro caso, um grupo oligárquico exerceria a hegemonia sobre os demais e, no segundo, haveria um maior equilíbrio inter-oligárquico, cujo desfecho seria o mencionado acima. Entretanto, quando os interesses oligárquicos se viam ameaçados em seu conjunto se formavam logo os chamados governos de coalizão entre liberais e conservadores, uma

vez que suas divergências não eram profundas, mas secundárias, em temas como a relação entre o Estado e a igreja e a centralização ou a federação.

Esta situação de oscilação entre governos liberais, conservadores e “azuis”, geralmente destituídos de forma violenta, perduraria na Venezuela até o século XX, quando teve início a chamada modernização do país, durante a ditadura mais longa de sua história: a de Juan Vicente Gómez, que durou de 1908 a 1935. Esta modernização teve a ver com a derrota dos caudilhos tradicionais e a unificação do país através da criação de um Exército nacional de tipo moderno e da construção de ferrovias, com a transformação da Venezuela de país agrícola em país petroleiro e com a passagem da hegemonia do capital inglês para o capital dos Estados Unidos. (CARMAGNANI, 1984; SULLIVAN, 1992; DEL POZO, 2002)

Os poços de petróleo foram descobertos e perfurados nos anos 20 e já nos anos 30 a Venezuela se tornava o segundo exportador mundial do produto. Desde então, o petróleo assumiria tamanha importância na vida venezuelana que alguns autores chegaram a caracterizá-la como um *Estado petrolífero*, com a formação de um complexo rentista entre o Estado, como principal agente, os proprietários de terras contendo petróleo e o capital estrangeiro, especialmente dos Estados Unidos. A vida política e os projetos de inserção social também passariam a ser determinados pela produção e exportação do petróleo e pelos altos e baixos de seus preços no mercado mundial.

Desta forma, a Venezuela do século XX constituiria uma realidade econômica peculiar na América Latina. Assim, por exemplo, o país não sofreu conseqüências tão drásticas quando da crise do sistema agro-exportador no final dos anos 20 e durante a Segunda Guerra Mundial, uma vez que se converteu no principal fornecedor de petróleo aos Estados Unidos durante a guerra. Outra particularidade importante diria respeito ao papel central do Estado no desenvolvimento econômico, com o setor privado assumindo um papel paralelo e subordinado. Entretanto, isto não significou a coibição do setor privado, mas, como já dito, a formação de um complexo rentista, com o apoio mais do que generoso do Estado aos setores privados, daí alguns autores, como Douglas Bravo, falarem no desenvolvimento de uma espécie de “burguesia paraestatal” na Venezuela. (BAUTISTA URBANEJA, 1995; SCHMIDT, 2004; DEL POZO, 2002; DOUGLAS BRAVO, entrevista Anexo 9).

Desta forma, as características rentistas da economia venezuelana e a extrema dependência do petróleo, impediram o país de diversificar sua produção industrial e avançar em sua capacidade de autonomização econômica. Por essa razão, a prosperidade econômica oriunda das rendas petroleiras não impediu ou não foi capaz por si só de superar a existência de fenômenos

corriqueiros na América Latina como a intervenção estrangeira, especialmente dos Estados Unidos, nos assuntos internos do país, a pobreza e a desigualdade social e o autoritarismo político. (MAZA ZAVALA, 1973; MALAVÉ MATA, 1975).

Talvez na Venezuela estes fenômenos tenham assumido um caráter ainda mais ostensivo, devido justamente à riqueza petrolífera. Assim, estas características se mesclaram para formar um todo dual que combinava ostentação, privilégio, corrupção e elitismo a altos níveis de miséria, caos social e violência política. (MARINGONI, 2004)

Deste modo, a modernização econômica ocorreu sob a ditadura mais longa da história do país e não foi acompanhada da modernização social e política correspondente. De acordo com Maza Zavala (1988), a ditadura de Juan Vicente Gómez, que somente acabaria com a morte do ditador em 1935, cumpriu o papel de impedir que as correntes de transformação do mundo contemporâneo se fizessem presentes na Venezuela da primeira metade do século XX, ao sufocar o desenvolvimento livre de estruturas políticas de tipo moderno como sindicatos e partidos classistas.

Entretanto, apesar da resistência das estruturas políticas tradicionais e do caráter tardio do surgimento de novas estruturas, estas também se desenvolveriam na Venezuela como conseqüência da maior diversificação das atividades produtivas e dos serviços e do aparecimento de novas classes sociais. Nas palavras de Maza Zavala:

[...] para além desse silêncio se gestava o desenvolvimento político e ideológico, o nascimento de partidos, de organizações sindicais e camponesas, o amadurecimento da consciência da necessidade de uma democracia efetiva, de uma mudança para colocar a Venezuela no século XX. (1988, p. 264-5)

Assim, como também aconteceu em outros países da América Latina no período, nos anos 20 a luta contra a ditadura de Juan Vicente Gómez se uniria ao esforço para criar na Venezuela estruturas políticas próprias dos novos ventos ideológicos que sopravam no mundo: de um lado, a social-democracia fortalecida na Europa e nos Estados Unidos e, de outro, o socialismo, extremamente prestigiado com a vitória da Revolução Russa em 1917.

Desta forma, os principais protestos contra a ditadura gomecista seriam dirigidos por organizações políticas recém-criadas como a organização política de Rómulo Betancourt que naquele momento tinha pretensões socialistas mais do que social-democratas. Já o movimento de massas que mais abalou a ditadura foi o movimento da chamada *generación del 28*. Nesse ano, um protesto estudantil iniciado na *Universidad Central de Venezuela* foi brutalmente reprimido – com cerca de 200 presos, inúmeros desterrados e a universidade fechada por 11 anos – e se

espalhou por todo o país desencadeando uma onda de protestos contra a ditadura de Gómez. (MAZA ZAVALA, 1988)

Apesar de não ter logrado o principal objetivo de derrubar Gómez, este movimento teria uma influência decisiva na vida política venezuelana, uma vez que dele sairiam os principais partidos e lideranças, como Jóvito Villalba, Rómulo Betancourt, Raúl Leoni e Rómulo Gallegos, que encabeçariam a política do país durante toda a segunda metade do século XX.

Após a morte de Gómez em 1935, as lutas políticas e sociais se concentraram no esforço para democratizar o país. Mas como se evidenciou nas décadas seguintes, esta não seria uma luta fácil, nem curta, além das disputas ideológicas sobre o significado que deveria ter tal *democracia*. As divergências se estabeleceram principalmente entre o pensamento social-democrata da *Acción Democrática* de Rómulo Betancourt e o pensamento socialista do *Partido Revolucionario Venezolano*, depois convertido no *Partido Comunista de Venezuela*, também integrado à Internacional Comunista. Estas divergências também marcariam a política venezuelana no cenário dos anos 50.

Nos dez anos seguintes à morte de Gómez, de 1935 a 1945, os governantes seguiram sendo escolhidos de forma indireta pelo Congresso entre os partidários de Gómez. Entretanto, o último governo, do general Isaías Medina Angarita (1941-45), deu alguns passos no sentido da democratização do país, prometendo eleições diretas, e editou algumas medidas de cunho mais nacionalista, como a chamada *Ley del Petróleo* de 1943, que estabelecia regras mais rígidas e um prazo definido para as concessões petrolíferas.

Talvez por essas características, foi atribuído um caráter ambíguo ao movimento que derrubou o governo Medina Angarita em 1945, sendo que alguns o consideraram um golpe de Estado e outros o batizaram de *Movimiento Revolucionário de 45*. Este movimento, dirigido pela AD em aliança com setores militares descontentes pôs fim ao domínio do gomecismo na Venezuela e instalou uma *Junta Revolucionaria de Gobierno*, presidida por Rómulo Betancourt e integrada pelo major Carlos Delgado Chalbaud e o capitão Mario Vargas.

Quanto às medidas adotadas, a *Junta* cumpriu com sua promessa e foram realizadas eleições diretas para um novo Congresso em 1946 e para presidente da República em 1947, sendo elaborada uma nova Constituição que estabelecia a democracia representativa.

Nestas eleições, a AD saiu amplamente vitoriosa com 80% dos votos nas eleições congressuais e com Rómulo Gallegos eleito presidente. Assim, do ponto de vista político o chamado *trienio adeco* foi considerado um avanço. No entanto, do ponto de vista sócio-

econômico, o chamado *Movimiento Revolucionario de 45* decepcionou, ao não implementar nenhuma mudança estrutural importante e ainda rever as medidas de limitação do poder das grandes corporações internacionais do petróleo adotadas pelo governo anterior de Medina Angarita.

Talvez prevendo esse desfecho, além de outros motivos, diante do que se alardeava como uma revolução democrática encabeçada pela AD em 1945, contraditoriamente o *Partido Comunista de Venezuela (PCV)* havia se mantido no apoio ao governo considerado autoritário de Medina Angarita e, nas eleições congressuais de 1946, havia participado com candidatos próprios, obtendo uma pequena margem de votos. Ou seja, cada vez mais as duas forças políticas principais que haviam lutado unidas contra o domínio do gomecismo na Venezuela se afastavam ideologicamente.

Porém, uma nova reviravolta política levaria a AD e o PCV a se unirem. Em 1948, menos de um ano após a posse do presidente eleito Rómulo Gallegos, um novo golpe militarista destituiria o governo da AD e daria início à segunda ditadura mais longa da história da Venezuela: a de Marcos Pérez Jiménez. O golpe foi produzido pelos próprios militares que haviam ajudado a depor o governo de Medina Angarita em 1945 e participavam do governo da AD, contando entre seus principais articuladores – além do próprio Pérez Jiménez - com o major Carlos Delgado Chalbaud.

A princípio foi instalada uma Junta Militar de Governo que prometeu eleições para 1952. Porém, em 1952, a eleição, que havia dado a vitória a Jóvito Villalba da URD em uma articulação de toda a oposição democrática, foi escandalosamente fraudada e estabeleceu-se a ditadura de Marcos Pérez Jiménez. A ditadura de Pérez Jiménez, que duraria até 1958, perseguiu todos os setores opositores do país – em especial os membros da AD, chamados *adecos*, e os comunistas do PCV – que se viram obrigados a passar à clandestinidade ou ao exílio.

Porém, do ponto de vista sócio-econômico, a ditadura de Pérez Jiménez pode ostentar os resultados de uma conjuntura econômica favorável nos anos 50. A conjuntura econômica favorável foi duradoura no caso venezuelano, atravessando os conturbados anos 60. Entretanto, apesar dessa prosperidade, a Venezuela também não passaria ilesa pelos agitados anos 60. A ausência de liberdade política parecia contrariar as tendências mundiais e o otimismo com o progresso material e, por essa razão, a insatisfação crescia conforme avançavam os anos 50. Assim, em 23 de janeiro de 1958 essa insatisfação culminou com a explosão de várias manifestações e protestos de massa e com uma greve geral que pôs fim à ditadura de Pérez Jiménez. (MAZA ZAVALA, 1988; MAYOBE, 1992; BAUTISTA URBANEJA, 1995).

A força deste movimento foi tamanha que alguns o consideraram o verdadeiro marco de encerramento da III República venezuelana e de inauguração da chamada IV República e outros lhe atribuíram o caráter de “quarta comoção social” venezuelana por sua capacidade de imprimir um novo curso à realidade do país. A primeira grande comoção teria ocorrido durante a conquista espanhola, a segunda com as guerras de independência e a terceira com a Guerra Federal. Em todos esses momentos, a história teria sofrido um forte impulso de mudança. (GARRIDO, 1999, RAMÍREZ, 1991).

Este movimento que derrotou Pérez Jiménez foi dirigido fundamentalmente pelo PCV e a AD, embora tenha contado com a colaboração de outras forças oposicionistas, como a URD e o COPEI. Entretanto, por várias razões que não cabe aprofundar aqui, nem todos os que haviam participado da luta seriam aceitos no novo pacto político esboçado para garantir a governabilidade da Venezuela nos anos seguintes, e o grande excluído foi o Partido Comunista.

Após regressarem do exílio a que haviam sido submetidas pela ditadura de Marcos Pérez Jiménez, as principais lideranças dos partidos AD, COPEI e URD, se reuniram em uma chácara de nome *Punto Fijo* e pactuaram um acordo no qual estabeleciam as regras que deveriam conduzir a vida política do país desde então. Esse acordo, conhecido como *Pacto de Punto Fijo*, tinha por principal objetivo estabelecer os limites de convivência e participação política dos partidos que o assinaram, dentro dos marcos do que seria um novo sistema político venezuelano – ou da IV República - caracterizado pelos seus proponentes como essencialmente democrático e moderno.

O *Pacto de Punto Fijo* teve um resultado tão eficaz que garantiu a alternância entre os partidos AD e COPEI, eleitos através de eleições diretas, na presidência da República da Venezuela até praticamente o final do século XX. Por essa razão e pelo fato do país não ter vivido a experiência de ditaduras militares como outros países da América Latina durante os anos 60 e 70, a Venezuela viria a ser considerada a democracia mais sólida e estável da América do Sul durante a segunda metade do século XX.

Entretanto, essa aparente estabilidade do sistema de fato bipartidário do chamado *puntofijismo* na Venezuela dissimulava uma situação de sucessivos desarranjos e crises institucionais, de isolamento dos partidos de esquerda - em especial do *Partido Comunista* que passaria toda a década de 60 na clandestinidade -, e de repressões violentas, como foi o caso dos massacres das guerrilhas dos anos 60 e 70.

Além do *Pacto de Punto Fijo*, o movimento político que derrotou a ditadura de Marcos Pérez Jiménez teve outro desdobramento: as guerrilhas dos anos 60 e 70, oriundas da radicalização das forças políticas - principalmente do *Partido Comunista* - que haviam sido

excluídas daquele pacto, por não concordarem com seus termos, e passaram à clandestinidade. Após a Revolução Cubana, a guerra de guerrilhas encontraria na Venezuela o seu primeiro cenário. (SCHMIDT, 2004)

O *Partido Comunista de Venezuela*, contrariando a tendência da maioria dos partidos comunistas da América Latina naquele período, considerava a alternativa da luta armada já em meados dos anos 50 e começou um trabalho de infiltração na *Fuerza Armada Nacional (FAN)* da Venezuela, através da formação de uma comissão militar do partido, com vistas a esse fim.

Apesar de até então o *Partido Comunista* também seguir estritamente as orientações da Internacional Comunista, a partir desse momento ocorreria um processo de reflexão nas fileiras do partido sobre as especificidades da revolução socialista na Venezuela e sobre o papel das Forças Armadas nessa revolução. Logo o partido descobriria a sensibilidade e potencialidade deste setor - devido à sua origem social e outros fatores - inclusive da sua alta oficialidade, para as questões sociais e, portanto, para a defesa da necessidade de uma transformação profunda do país. (GARRIDO, 1999; DOUGLAS BRAVO, entrevista Anexo 9; WILLIAM IZARRA, entrevista Anexo 15).

Assim, a guerrilha do PCV se desenvolveu na primeira metade dos anos 60 e foi seguida pela guerrilha do *Movimiento de la Izquierda Revolucionaria (MIR)*, uma tendência política formada a partir de uma cisão da AD, após a assinatura do *Pacto de Punto Fijo*.

Ambas as guerrilhas foram duramente reprimidas e a partir de meados dos anos 60, o PCV começou a rever sua política e decidiu pelo abandono da luta armada. Isto provocou uma divisão no partido, pois alguns militantes dirigidos por Douglas Bravo se recusaram a largar as armas e prosseguiram a luta guerrilheira até 1979, formando o *Partido de la Revolución Venezolana (PRV)* após serem expulsos do Partido Comunista, tendo largado as armas apenas em razão de um isolamento praticamente total. (HEYDRA, 1981; GARRIDO, 1999; DOUGLAS BRAVO, entrevista Anexo 9; PERFECTO ABREU, entrevista Anexo 12; LIDICE NAVAS, entrevista Anexo 11; WILLIAM IZARRA, entrevista Anexo 15).

Esse episódio marcaria o fim do movimento guerrilheiro na Venezuela que já havia sido quase completamente dizimado pelo chamado processo de “*pacificación*” ocorrido durante o governo de Rafael Caldera. Porém, as idéias de sublevação militar e de aliança entre o povo e os militares para viabilizar a “*revolución venezolana*” continuariam.

Além da forte repressão estatal, das divisões internas e outros fatores, certamente contribuiu para a derrota das guerrilhas na Venezuela a conjuntura de prosperidade econômica e social.

Como dito anteriormente, nos anos 60 a Venezuela não viveu o início da crise da política de substituição de importações que viveram outros países da América Latina, e os primeiros governos do *Pacto de Punto Fijo* puderam tirar proveito do clima de otimismo e esperança causado pelo *boom* das rendas petrolíferas. De 1929 a 1969, o país havia se convertido no maior exportador mundial de petróleo e tomou a iniciativa de propor a criação da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP), que foi criada no ano de 1960. (GALL, 2006; SCHMIDT, 2004).

Esse cenário econômico favorável teve continuidade durante toda a década de 70, quando ao invés de sofrer os impactos da crise mundial de meados dessa década, a Venezuela pode tirar proveito da crise, uma vez que a alta dos preços do petróleo a favoreciam. Durante o primeiro governo de Carlos Andrés Pérez (1974-1979), da AD, o grande dilema era o que fazer com tanto dinheiro. Iniciou-se assim um programa econômico arrojado, visando forjar o que Carlos Andrés Pérez chamou de *Gran Venezuela*.

Entre as medidas desse programa constavam a criação do *Fundo de Inversiones de Venezuela (FIV)*, a nacionalização da indústria de ferro, a promoção de uma política dirigida ao pleno emprego com a fixação pela primeira vez de um salário mínimo nacional e um programa de bolsas de estudo no exterior para estudantes venezuelanos.

Mas as medidas mais importantes diriam respeito à política petrolífera com a criação da *Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA)* em 1975 e a promulgação da lei orgânica que estatizava a produção do petróleo a partir de janeiro de 1976. Essa medida dava seqüência à política do governo anterior de Rafael Caldera (1969-1974), do COPEI, que havia estipulado que a partir de 1983 todas as concessões petrolíferas que haviam sido outorgadas a empresas estrangeiras deveriam ser revertidas.

Desta forma, em plena crise mundial do chamado modelo estatista do pós-guerra, a Venezuela vivia o auge deste modelo, com uma política de nacionalizações e estatizações e com o aprofundamento do esforço de substituição de importações que, embora tardio e incipiente em relação a outros países da região, também vinha sendo desenvolvido de acordo com as orientações da CEPAL pelos governos “*puntofijistas*” do período. (GIL YEPES, 1992; BAUTISTA URBANEJA, 1995; SCHMIDT, 2004).

Assim, a situação econômica e política, com a ocorrência de eleições periódicas, somada a uma conjuntura externa desfavorável pela emergência de ditaduras militares conservadoras em muitos países da América Latina e por um recuo também da União Soviética e do bloco socialista em relação ao apoio a uma política de radicalização revolucionária, parecia cada vez mais

inviabilizar o projeto guerrilheiro venezuelano nos anos 70, apesar dos esforços para continuá-lo.

Já em 1967 o *Partido Comunista* havia decidido largar o caminho das armas e voltar a uma vida legal. Mas a partir de então viria a passar por novas cisões decorrentes também das fissuras no interior do movimento socialista internacional. As divergências entre o socialismo soviético e chinês e também as contestações do socialismo europeu em relação a ambos, levariam ao surgimento de dois novos agrupamentos socialistas na Venezuela dos anos 70: o MAS inspirado nas idéias do socialismo europeu e a Causa-R de inspiração maoísta. (MARINGONI, 2004; HEYDRA, 1981)

Estes agrupamentos viriam a contribuir para a formação de movimentos sociais e políticos populares e também se constituíam em partidos políticos com vistas a disputar eleições a partir de meados dos anos 70.

Já o que restou do PCV se manteria como um pequeno partido com pouca influência no cenário nacional.

Por outro lado, o *Partido de la Revolución Venezolana* de Douglas Bravo e seu braço cívico-legal denominado *Movimiento Ruptura*, após ter abandonado a luta armada em 1979 também continuaria com um esforço de organização popular e de conspiração no interior das Forças Armadas até formar um novo movimento chamado *Tercer Camino*. (BRAVO, 1997; BRAVO & MELET [200?]; DOUGLAS BRAVO, entrevista Anexo 9; PERFECTO ABREU, entrevista Anexo 12).

No entanto, apesar de derrotadas, as guerrilhas venezuelanas deixaram uma herança cultural importante na sociedade venezuelana e serviram para expor as fissuras e o caráter restrito da democracia “*puntofijista*”, que nunca chegou a ser uma unanimidade como propagava o discurso oficial. Na realidade, apesar da prosperidade econômica e da estatização do petróleo, os partidos governantes, AD e COPEI, não haviam mudado a prática de favorecimento dos negócios privados e da corrupção que minavam as finanças e o prestígio do Estado venezuelano. Por exemplo, apesar do discurso ufanista de Carlos Andrés Pérez, o candidato opositor Luis Herrera Campins, do COPEI, venceu as eleições de 1979 perguntando: “¿dónde están los reales (dinero)?” e afirmando que havia recebido um país endividado. (GIL YEPES, 1992).

Também do ponto de vista social, os governos do *Pacto de Punto Fijo* não haviam conseguido superar a grande distância entre ricos e pobres na Venezuela e as tensões sociais e políticas daí decorrentes. E, se esta era a situação dos anos de prosperidade, as coisas se tornaram bem mais críticas quando a opulência venezuelana desabou no início da década de 80. Na

realidade, como disse Margarita López Maya, aquela prosperidade sempre havia se assentado em pés de barro, uma vez que o país se caracterizava como uma economia rentista, dependente de um único produto de exportação, e não havia desenvolvido as bases para uma industrialização nacional sólida. (MARINGONI, 2004).

Assim, quando os preços do petróleo despencaram no mercado mundial, o país viveu o que ficou conhecido como o *Viernes Negro*, uma sexta feira de 1983 em que foi instituído um controle de câmbio diferenciado, devido à desvalorização do bolívar frente ao dólar. Para os venezuelanos, esse dia significou o fim da bonança e de início de uma crise duradoura. Nesse ano, que coincidiu com o bicentenário de nascimento de Simón Bolívar, começou a ruir tudo em que os venezuelanos acreditavam até então, entrando em uma crise terminal todo o sistema político da chamada IV República e o *Pacto de Punto Fijo*.

Contraditoriamente mais uma vez, a Venezuela que havia atravessado a crise dos anos 70 valorizando como nunca a política de intervenção estatal na economia, começaria a implementar o chamado neoliberalismo muito antes de outros países da América Latina, tendo sido precedida apenas pelo Chile na região. (GIL YEPES, 1992).

Porém, o denominado neoliberalismo à venezuelana sofreu vários reveses, fazendo com que a política dos anos 80 e 90 fosse caracterizada pela oscilação entre medidas consideradas neoliberais e políticas protecionistas em meio a uma situação de crescente descrédito das instituições políticas tradicionais e dos governos da AD e COPEI, que se caracterizavam pela ineficiência e corrupção.

O período também se caracterizou pela piora dos indicadores sociais, aumento do desemprego e pela explosão do descontentamento popular através de manifestações de rua cada vez mais violentas e de dois levantes militares em 1992. Desta forma, o cenário era propício à emergência de uma nova proposta política.

3.2. Contexto nacional e internacional da Revolução Bolivariana

3.2.1. Internacional

O cenário mundial em que se desenvolve a chamada Revolução Bolivariana é marcado, fundamentalmente, pela crise iniciada em meados da década de 70 do século XX e que perdura até hoje. A diminuição dos altos índices de crescimento econômico do pós-guerra para um patamar médio de 2% nas principais economias do mundo nas décadas de 80 e 90, acompanhada do surgimento de um nível de desemprego inédito, inclusive nas economias centrais do sistema capitalista, evidenciou que os anos dourados do capitalismo haviam chegado ao fim. (GONÇALVES, 2002; CHESNAIS, 1998; MÉSZÁROS, 2002).

Num primeiro momento, ainda em meados da década de 70, a perda de dinamismo da economia mundial foi atribuída pelo pensamento hegemônico ao chamado choque internacional do petróleo. Entretanto, com o passar do tempo e percebendo-se a dificuldade de uma retomada do crescimento, começou-se a esboçar uma tentativa de explicação e solução mais convincente.

Esse esforço de interpretação conduziu o pensamento hegemônico a uma forte crítica - resgatada das teorias de alguns economistas neoclássicos - do chamado modelo econômico de tipo keynesiano que havia prevalecido no pós-guerra. Assim, o Estado e o chamado *estatismo* passaram a ser considerados os grandes culpados por todos os males, desde a inflação até o desemprego, e este pensamento foi rapidamente difundido por todo o mundo através da máquina de propaganda vinculada às grandes potências internacionais, especialmente os Estados Unidos e a Inglaterra. Segundo a nova panacéia, todos os modelos econômicos que haviam se estruturado a partir da idéia do Estado como agente central do desenvolvimento teriam falhado: o chamado Estado de Bem-Estar Social dos países capitalistas centrais, o denominado estatismo burocrático dos países socialistas e o intervencionismo estatal do modelo da substituição de importações dos países capitalistas do Terceiro Mundo.

Esta crítica, no entanto, admitia os êxitos das políticas implementadas com base nos pressupostos da teoria econômica keynesiana durante um longo período de tempo, pelo menos três décadas. Porém, após este período, se considerava que a intervenção estatal na economia de remédio teria se convertido em veneno, e de estímulo em entrave ao desenvolvimento econômico, ao aumentar as taxas de inflação e os gastos improdutivo, coibindo o investimento. Deste modo, ao contrário da crise dos anos 20 e 30, interpretada como uma *crise econômica*, a crise iniciada nos anos 70 seria uma *crise do Estado*, favorecida pelas mudanças econômicas e tecnológicas no

novo cenário de “globalização da economia”.

Com base nesta explicação, as soluções para resolver a crise foram consideradas evidentes: se trataria de reduzir o tamanho do Estado, o seu grau de intervencionismo e seus gastos excessivos, voltando a considerá-lo um mero ator coadjuvante das forças de mercado. A idéia-chave não seria acabar com o Estado, mas reestruturá-lo, de modo a torná-lo mais compatível com a nova realidade econômica mundial. Assim, era necessário também reduzir a considerada ineficiência econômica do Estado através da privatização de seus bens e serviços. Tudo isto com o objetivo de acabar com o desestímulo à concorrência causado pelos monopólios estatais, de impedir o desperdício de recursos e o estímulo à ineficiência no trabalho em virtude do excesso de direitos sociais e trabalhistas assegurados pelo Estado, de reduzir a máquina burocrática estatal e de estimular o capital privado através de medidas de caráter monetário e fiscal.

Assim, nascia o chamado neoliberalismo, com o retorno da exaltação do mercado como princípio econômico supostamente regulador e com tendência ao equilíbrio, dos valores da competitividade e da eficiência, do ponto de vista tecnocrático da suposta neutralidade da gestão estatal e da desideologização e despolarização do sistema econômico, considerado de validade universal.

Segundo Sánchez (1998), essa perspectiva se utilizou de alguns conceitos da economia política clássica, em especial de Adam Smith, e da escola neoclássica de finais do século XIX. Apesar de possuir diversas correntes, a escola neoclássica teria um fundamento comum de exaltação extrema do mercado e oposição, ainda que com diferentes gradações, ao papel regulador do Estado.

Entre os autores neoclássicos, o que mais se identificaria com o chamado neoliberalismo atual seria Walras, por sua tese sobre o equilíbrio geral, em um mercado de concorrência perfeita, sem qualquer tipo de intervenção. Já no período mais recente, o maior porta-voz das idéias chamadas neoliberais seria Milton Friedman, com sua apologia do mercado como núcleo da liberdade, tanto econômica como política. Para Friedman, Estado e mercado seriam incompatíveis.

El primero trae la coacción, el control y la inhibición económica; el segundo es la matriz de la libertad, el desarrollo, el consenso y la armonía. La lucha por esa libertad implica por ende, eliminar las funciones reguladoras del Estado y toda su fuerza económica. (Sánchez, 1998, p. 259)

Na realidade, Friedman e outros autores, como Ludwig Von Mises (1987), já advogavam a

favor dessas idéias e condenavam os “exageros paternalistas” do Estado no pós-guerra quando as idéias keynesianas ainda eram hegemônicas, porém somente seriam ouvidos a partir da crise dos anos 70.

Os primeiros governos a adotarem políticas denominadas neoliberais haviam sido a Inglaterra de Margareth Thatcher e o Chile da ditadura de Augusto Pinochet e, posteriormente, os Estados Unidos de Ronald Reagan. A partir de então, tais políticas se disseminariam pelo mundo e contariam com uma ampla aceitação oficial, especialmente nos países chamados subdesenvolvidos, entre os quais os da América Latina. (SÁNCHEZ, 1998).

Na década de 80 ainda houve muitos questionamentos, dúvidas e disputas ideológicas sobre que caminho adotar diante da crise, mas o fim da União Soviética em 1991 e do chamado socialismo real tornou o ponto de vista dos males do Estado e das maravilhas do mercado globalizado praticamente um consenso entre os governantes dos mais distintos matizes ideológicos na década de 90. Não apenas os partidos conservadores e liberais, mas inclusive os partidos social-democratas ou aqueles simpatizantes ou auto-identificados com o socialismo - os chamados “Partidos do Trabalho” - tanto no centro como na periferia do sistema capitalista, se converteram em praticantes do chamado neoliberalismo, mesmo quando haviam criticado aquelas idéias - no caso dos últimos - quando estavam na oposição. (MÉSZÁROS, 2002).

Mas, se analisadas as conseqüências da aplicação destas políticas, essa realidade se torna ainda mais misteriosa e, sobretudo, a insistência na continuidade da sua aplicação até os dias de hoje. Atualmente, já parece amplamente aceito, inclusive entre os maiores defensores do chamado neoliberalismo, que os resultados produzidos pela adoção destas políticas não foram os esperados.

Ou seja, a economia mundial não apenas não retomou o crescimento como continuou com tendência à recessão prolongada, o desemprego não apenas não diminuiu como aumentou, da mesma forma o endividamento estatal, as desigualdades sociais e entre países e regiões e, por fim, o desencadeamento de uma verdadeira onda de instabilidade política, com o aumento e potencialização dos conflitos sociais e das guerras civis e entre Estados nacionais. Assim, ao contrário do que se esperava, o fim do bloco socialista e da chamada Guerra Fria e o crescente poderio dos Estados Unidos não puseram fim aos conflitos armados entre países. (MÉSZÁROS, 2002, 2003).

Diante desta realidade só haviam duas hipóteses possíveis: ou a dose aplicada do remédio havia sido insuficiente e se precisava aumentá-la ou o remédio recomendado estava equivocado e agravava a doença ao invés de curá-la. Hegemonicamente prevaleceu a primeira hipótese.

Entretanto, o reconhecimento dos “efeitos sociais perversos” das medidas adotadas levou os seus próprios defensores a propor alguns ajustes que limitassem tais efeitos sendo, portanto, paliativos, até que o quadro geral melhorasse quando o remédio finalmente produzisse os resultados desejados.

Estas medidas foram chamadas de políticas compensatórias e passaram a ser implementadas cada vez com maior frequência, gerando uma situação paradoxal em que a solução apontada exigia o aumento da dose do mesmo remédio que, por sua vez, exigia o aumento das políticas compensatórias para diminuir seus efeitos indesejáveis.

Mas alguns críticos, como Castel (1998), Fiori (1995) e Tavares (2000), que acreditavam na segunda hipótese, ou seja, que o remédio recomendado estava errado, começaram a insistir num retorno às políticas anteriores de intervenção estatal na economia com sentido anticíclico e promoção de políticas sociais de sentido integral.

No entanto, geralmente tais críticos, apesar das várias nuances entre suas interpretações, admitiam que as mudanças no âmbito da economia mundial exigiam uma renovação daquelas políticas, de modo a torná-las mais exequíveis e eficazes para a retomada do crescimento e melhor distribuição da renda.

Assim, tais autores, considerados adeptos de uma perspectiva econômica heterodoxa, não consideravam viável o abandono dos pressupostos keynesianos e da idéia do desenvolvimento nacional, especialmente nos países periféricos que sofriam com a insuficiência daquele desenvolvimento, situação agravada pela chamada globalização econômica que teria aumentado a desigualdade entre países.

Porém, a crítica mais radical às políticas hegemônicas viria do pensamento socialista-marxista ou, mais precisamente, de determinada tendência deste pensamento.

Enquanto alguns autores como Ianni (1992) e Chesnais (1996) identificados com este ponto de vista admitiam a emergência do que seria um processo de globalização da economia ou de um “novo modelo de acumulação capitalista”, no qual o neoliberalismo cumpriria um papel de “superestrutura ideológica” ou de “racionalização teórica”, outros, mais ou menos identificados com o marxismo, foram ainda mais críticos, apontando os sintomas do que seria uma crise inédita e dificilmente superável do sistema capitalista internacional.

Nessa direção, Wallerstein (2002) se referiu ao surgimento de uma onda longa dos ciclos de depressão de Kondratieff, que evidenciaria uma crise de legitimidade e possível desmoronamento do “sistema histórico capitalista” e de criação de um novo; Kurz (1993) afirmou que, ao contrário

de evidenciar a vitória e superioridade do sistema capitalista, a queda do chamado socialismo real teria evidenciado o colapso da modernização e do “sistema produtor de mercadorias”; Mandel (1982), por sua vez, expôs o caráter intrinsecamente reacionário e agravante das crises do “capitalismo tardio” e Mészáros (2002, 2003) atribuiu à crise atual o caráter de uma “crise do sistema do capital em seu conjunto” e não apenas do capitalismo, dado o domínio da produção destrutiva sobre a produção genuína.

Assim estes, dentre outros autores, compartilhariam – apesar das diferenças marcantes entre suas análises e das conseqüências políticas distintas daí advindas - o ponto de vista de que a sociedade mundial atual estaria vivendo uma crise de gravidade inédita e de que tal crise seria inerente ao sistema social dominante. E, nessas circunstâncias, as medidas denominadas neoliberais não deixariam de ser uma *política*, ou seja, uma resposta política à crise e não uma operação técnica emanada da própria ordem da natureza. Esta percepção seria difundida justamente com o intuito ideologicamente interessado de tornar inquestionável em sua essência o que seria apenas uma possibilidade dentre outras.

No entanto, como disse Mészáros (2002, 2003), esse raciocínio expressa apenas parcialmente uma verdade. Por um lado, não há dúvida a respeito do caráter político-ideológico do chamado neoliberalismo, mas por outro lado, tal política também não é uma possibilidade entre um conjunto infinito de alternativas. Conforme Mészáros, as alternativas políticas diante da crise do capital estão cada vez mais limitadas, daí o estreitamento da margem de manobra do sistema para lidar com os conflitos advindos de suas próprias contradições. Se, no contexto do pós-guerra, o sistema capitalista teve êxito – mesmo diante de uma situação política desfavorável pela expansão do socialismo – em lidar com os conflitos internos a partir do aumento do investimento estatal na “esfera da reprodução social”, após a crise dos anos 70, esta possibilidade foi encerrada.

Segundo Mészáros, o denominado Estado de Bem-Estar Social teria sido viável no contexto do pós-guerra não apenas por uma vontade ou opção político-ideológica dos governantes, mas também pela expansão econômica gerada pela recuperação do pós-guerra. Porém, além do esgotamento intensivo e extensivo dessa expansão, a crise atual teria a ver também com o caráter extremamente problemático em que ela se fundamentou.

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, afirma Mészáros, o desenvolvimento capitalista se tornou dependente do complexo militar-industrial - não apenas a indústria armamentista propriamente dita, mas o desenvolvimento de ramos industriais inteiros: da óptica à eletrônica e da química à metalurgia -, e deu início a um processo em que a “produção destrutiva” se

converteu no motor do conjunto do sistema. Nesse processo, teria ocorrido uma *mudança qualitativa* em que o “relacionamento problemático” entre produção e consumo, inerente ao sistema capitalista desde o seu início, teria se convertido em “disjunção radical”.

Para explicar essa mudança, Mészáros recorreu ao conceito da “taxa de utilização decrescente das mercadorias”. Uma vez que para o capital o importante seria a venda das mercadorias e não o seu consumo, em tempos de domínio do complexo militar-industrial poderia contar com a enorme vantagem de se aproximar de uma taxa 0 de utilização das mercadorias. Até uma determinada fase do desenvolvimento capitalista, a tendência à redução da taxa de utilização das mercadorias teria cumprido um papel positivo ao estimular a constante inovação técnica e incrementar a produtividade do trabalho. Porém, atualmente, a mesma tendência desempenharia um papel cada vez mais negativo e destrutivo, ao desvincular radicalmente o valor de uso do valor de troca. Assim, em nome da “segurança da nação”, o complexo militar-industrial estaria sendo chamado a desenvolver-se indefinidamente.

Mas, mesmo com essa vantagem, esta tendência estaria longe de ser uma solução para a crise. Pelo contrário, ao invés de resolvê-la estaria convertendo as “grandes tempestades” características das crises cíclicas anteriores em uma crise crônica e endêmica. Assim, a tendência atual seria a de um “*continuum* depressivo”, no qual a busca de soluções atacando os sintomas como se fossem causas estaria colocando em risco a própria sobrevivência da humanidade. Diante das alternativas de admitir seu caráter historicamente esgotável e subverter as condições naturais de sobrevivência do planeta e da espécie, o sistema do capital estaria optando pela última alternativa.

É assim que as mais profundas determinações causais do capital confinam as ações viáveis de correção do sistema aos efeitos e conseqüências estruturalmente assimiláveis, segundo a natureza do capital como inalterável *causa sui*. Com isso, elas também projetam a sombra da total incontrollabilidade quando a perversa derrubada do relacionamento entre relativo e absoluto já não pode mais ser mantida – tratar o *relativo* historicamente produzido e limitado (ou seja, a ordem estrutural do capital) como *absoluto intranscendível*, e as condições absolutas da reprodução sociometabólica e a sobrevivência do ser humano como *relativo prontamente manipulável*. (MÉSZÁROS, 2002, p. 179, grifos do autor).

Deste modo, se tornaria mais compreensível a insistência na aplicação de políticas denominadas neoliberais. Para Mészáros (2002, 2003), estas políticas cumpririam o papel de medidas corretivas para buscar relançar a capacidade de acumulação e expansão do sistema, através fundamentalmente do corte de gastos do Estado na “esfera da reprodução social” e aumento dos mesmos gastos para “ajudar” o capital em crise e de uma maior taxa de exploração

sobre a força de trabalho mundial. Por essa razão, para Mézáros, tais políticas não tem nada a ver com o chamado neoliberalismo, sendo melhor caracterizadas como pseudoliberais, neoconservadoras e profascistas. Ou seja, a política dominante no mundo atual caminharia num sentido completamente contrário à chamada “redução das fronteiras do Estado”, uma vez que o Estado interviria como nunca não apenas na economia, mas “em todas as esferas do metabolismo social”. A única diferença seria a direção dessa intervenção, que diminuiria no campo da reprodução da força de trabalho, mas aumentaria para beneficiar as unidades do capital, especialmente as monopolistas.

Isto não seria uma novidade, uma vez que o Estado moderno sempre teria feito parte da materialidade do sistema do capital, estabelecendo com as suas estruturas reprodutivas básicas uma relação de reciprocidade dialética, ao tornar viável a transformação das unidades fragmentadas e concorrentes do capital em um *sistema orgânico*. Assim, a função do Estado seria a de retificar, dentro dos limites estabelecidos pelo próprio sistema, a falta de unidade decorrente da tríplice contradição entre produção e controle, produção e consumo e produção e circulação. Mas essa função corretiva do Estado historicamente também teria sido afetada por insolúveis contradições, representando, ao mesmo tempo, “um ajuste adequado e um total desajuste” em relação às estruturas sócio-econômicas básicas do capital.

No entanto, a particularidade da situação atual é que o acionamento da “dimensão política” do sistema, isto é, do Estado, estaria sobrepondo-se à sua dimensão econômica, muito ao contrário do apregoado pela “fantasia neoliberal” e, mesmo assim, as políticas da “direita radical” não estariam conseguindo a tão sonhada retomada do crescimento. Apesar da sua extensão, vale a pena citar a seguinte passagem de Mézáros:

Como tentativa de tomar o controle da incontabilidade do sistema, estamos sujeitos a uma tendência de determinações *crecientemente políticas* nos desenvolvimentos econômicos do século XX. Isso significa uma reversão do longo período de ascensão histórica do capital em que as determinações econômicas predominavam no processo de reprodução sociometabólica. As transformações pós-capitalistas do sistema do capital que conhecemos foram parte integrante desta reversão da tendência anterior. Mas não foram, de modo algum, as únicas formas de intervenção do Estado a mostrar pouco ou nenhum sucesso. O New Deal de Roosevelt esteve longe de resolver o problema do desemprego nos Estados Unidos (...) e as estratégias keynesianas de intervenção estatal em larga escala na economia durante o pós-guerra chegaram todas a um final melancólico. Além disso, *a tentativa contraditória da direita radical de “reduzir as fronteiras do Estado” por meio de aumento da atividade do Estado na regulação do desenvolvimento econômico* (mesmo não sendo de tipo keynesiano) – ainda elogiada em jornais econômicos – não produziram melhor resultado. Entretanto, mesmo se a perspectiva de sucesso for muito precária, com base em toda a evidência histórica, a tendência de interferência importante do Estado no controle de processos socioeconômicos provavelmente há de continuar, e até mesmo intensificar-se (...). De

fato, o que torna essa tendência de envolvimento político direto particularmente clara é o fato de que ela tem de ser mantida e ampliada apesar de seus resultados pouco tranquilizadores. (MÉSZÁROS, 2002, p. 344).

Assim, esta seria a real “crise do Estado”, como parte e não como causa principal da crise do sistema do capital em seu conjunto. E, por outro lado, as “medidas de racionalização” atualmente aplicadas pelo Estado e não por qualquer outro ente, se dariam num sentido de regressão dos direitos democráticos dos trabalhadores conquistados no pós-guerra e de acirramento do domínio de um Estado nacional sobre outro. Por essa razão, a denominação de neoconservadoras e protofascistas às atuais políticas eufemisticamente chamadas de neoliberais.

Essa análise de Mézáros também permite a crítica radical às chamadas teorias pós-modernas que pressupõem a crise de todas as instituições e valores da modernidade: desde o Estado-nação, passando pela política e organizações classistas, até o sentido da identidade individual. Para Mézáros, tais concepções, incluindo o ponto de vista idealizado da globalização – uma tendência que emanaria da própria natureza do capital desde o seu início, mas que jamais seria capaz de eliminar “a hierarquia de Estados nacionais” e um “sistema internacional de dominação e subordinação” – confundiria a crise da política, da sociedade, do Estado, enfim, de todo o sistema do capital, com a crise de toda política e sociedade possíveis. E, assim, fariam parte da mistificação que converteria o projeto da emancipação humana em irrealizável e a perpetuação eterna de um sistema destrutivo e historicamente constituído em uma necessidade da natureza.

Da mesma forma, a chamada crise da esquerda, do socialismo, dos partidos e organizações classistas, não estaria apenas relacionada ao fim do chamado socialismo real - que Mézáros prefere chamar de “sistema pós-capitalista do capital”, e que justamente por não terem conseguido superar o capital teriam retrocedido e entrado em crise – mas à própria crise do capital que diminuiria consideravelmente as margens para transformações “dentro da ordem” e, portanto, para a política reformista. Daí a conversão, observada como uma tendência geral, dos antigos “partidos do trabalho” ou social-democratas em partidos neoconservadores. Assim, o projeto socialista estaria diante do desafio de “ir além do capital” ou converter-se ele próprio em mais uma panacéia.

3.2.2. Nacional

Como mencionado em 3.1., na Venezuela das duas décadas imediatamente prévias, 1980 e 1990, ao surgimento da chamada Revolução Bolivariana, desapareceu a antiga fé na prosperidade venezuelana. Por essa razão, o período foi caracterizado como de crise da IV República e do sistema político do *Pacto de Punto Fijo*.

A década 80 foi a década da grande virada e da transição, entre a situação da alta prosperidade econômica e o intervencionismo estatal dos anos 70 e a entrada em cena, na década de 90, do chamado neoliberalismo à venezuelana. O ano de 1983, com sua “sexta-feira negra”, marcou simbolicamente o fim da bonança e do otimismo dos venezuelanos. Desde então, a política econômica começou a oscilar entre as medidas de “ajuste estrutural” acordadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o retorno a medidas protecionistas por curto período de tempo, em meio a um descrédito cada vez maior das instituições e dos chamados *gobiernos puntofijistas*.

Como dito anteriormente, Luis Herrera Campins, do COPEI, venceu as eleições de 1979 para um mandato até 1984, questionando o governo anterior de Carlos Andrés Pérez, da AD, sobre onde havia ido parar o dinheiro do período da grande bonança venezuelana. Mas ele próprio, quando presidente, não foi menos corrupto e mais eficiente, deixando a Venezuela com uma dívida ainda maior no final de seu mandato. O período de seu governo viveu a crise de 1983, com a desvalorização do bolívar e, por essa razão, aderiu a um acordo de “ajuste econômico” com o FMI, dando início na Venezuela à implementação das medidas neoconservadoras, chamadas neoliberais, de contenção de despesas públicas e privatização dos bens e serviços do Estado, controle de câmbio diferenciado, além de outras medidas de liberalização comercial e financeira.

Devido ao descontentamento popular, o candidato opositor da AD, Jaime Lusinchi, venceu as eleições seguintes prometendo a volta de medidas protecionistas. Mas, uma vez no mandato, também voltou a aderir ao receituário do FMI. Por essa razão, nas eleições de 1988, o ex-presidente Carlos Andrés Pérez voltou a vencer ao ser identificado pelo imaginário popular com o período da prosperidade econômica. Assim, acreditava-se que o seu retorno poderia trazer a “*Gran Venezuela*” de volta. Porém, o resultado mais uma vez foi a frustração popular, porque também tendo prometido o retorno de medidas protecionistas, aderiu à mesma política neoconservadora logo que assumiu o mandato em 1989, implementando um programa de contenção de despesas públicas e de aumento do preço das tarifas e serviços regulados pelo Estado, com o aumento do preço das passagens de ônibus em 30% e da gasolina em 10%. (GIL YEPES, 1992, MARINGONI, 2004).

A resposta popular desta vez foi contundente com a eclosão do chamado *Caracazo* ou *Sacudón*: um imenso levante popular espontâneo que durou de 27 de fevereiro a 4 de março de 1989 e se espalhou pelas principais cidades do país. Carlos Andrés Pérez resolveu suspender as garantias constitucionais e reprimiu violentamente a manifestação, deixando um saldo de milhares de feridos e um número de mortos que, apesar de controverso até hoje, ultrapassou a cifra dos mil. (MARINGONI, 2004; WILLIAM IZARRA, entrevista Anexo 15; YENEIZA DELGADO, entrevista Anexo 16; WILFREDO VÁSQUEZ, entrevista Anexo 14).

Depois do *Caracazo* a Venezuela não seria mais a mesma. Se do ponto de vista econômico e social, a crise tinha se iniciado em 1983, até o *Caracazo* o sistema político do “*puntofijismo*” apresentava sinais de crise, agonizava, mas ainda não havia desmoronado. A partir do *Caracazo*, porém, a política venezuelana sofreria uma transformação radical. A política tradicional, com seu sistema de instituições e partidos, passou a ser extremamente desvalorizada e a chamada *política callejera* – uma forma de mobilização popular caracterizada por protestos e manifestações de rua diretos e cada vez mais violentos - tomou seu lugar. De 1989 a 1999, a Venezuela viveu uma média de dois protestos desse tipo por dia, com o perfil das manifestações mudando das formas mais convencionais e pacíficas para as mais confrontacionais e violentas. (SCHMIDT, 2004). Por essa razão, se considera que o protesto do *Caracazo* foi, de fato, o marco principal da queda da IV República, ao inaugurar o fim da imagem da Venezuela como um país calmo, democrático e próspero.

Do ponto de vista social, a queda dos preços do petróleo e o fim da prosperidade expuseram não apenas os problemas estruturais que dificultavam o desenvolvimento auto-sustentado e harmônico da economia, mas também a enorme fratura da sociedade venezuelana. A partir da década de 80 e especialmente na década de 90, a Venezuela passou a apresentar um dos piores índices de desemprego, pobreza e desigualdade social da América Latina. (MAZA ZAVALA, 1973; MALAVÉ MATA, 1975; SCHMIDT, 2004; MARINGONI, 2004; GOTT, 2004).

Diante desta realidade, o governo de Carlos Andrés Pérez passaria por novas provas após o *Caracazo*. Em 1992, nos meses de fevereiro e novembro, seria confrontado por dois levantes militares. O primeiro foi encabeçado pelo tenente-coronel do Exército Hugo Chávez Frías que, uma vez derrotado, solicitou como condição para a rendição fazer um pronunciamento de menos de 2 minutos através da televisão ao povo da Venezuela. Uma vez aceita a condição, Hugo Chávez e a maioria dos participantes do levante foram presos e expulsos das fileiras das Forças Armadas. A segunda tentativa ocorreu em novembro e foi organizada por outros oficiais que haviam conseguido se manterem em liberdade, contando com maior participação dos setores

civis, embora mais uma vez tenha sido derrotada. (RAMÍREZ; 1998; MARINGONI, 2004; GARRIDO, 1999; WILLIAM IZARRA, entrevista Anexo 15; DOUGLAS BRAVO, entrevista Anexo 9).

Embora o governo de Carlos Andrés Pérez tenha sobrevivido a todas essas provas, acabou sendo destituído em 1993 sob a acusação de corrupção, por uma articulação política que o via perdendo cada vez mais apoio diante das inúmeras pressões e cada vez mais incapaz para contê-las. Neste contexto, assumiu a presidência, de forma interina, o historiador Ramón Velásquez, até a realização de novas eleições. Assim, a deposição de Carlos Andrés Pérez marcaria o fim definitivo do “*puntofijismo*” venezuelano, com o fim do revezamento entre os partidos AD e COPEI na presidência da República.

Desde a crise de início dos anos 80, como dito anteriormente, as instituições políticas tradicionais da Venezuela vinham perdendo prestígio, mas somente a partir de 1993, os partidos tradicionais saíram de cena para dar lugar a novos partidos, organizações e lideranças. A partir de então, partidos identificados com a esquerda como o MAS e a Causa-R passaram a ter mais espaço político, elegendo inclusive alguns governadores e prefeitos. Já nas eleições presidenciais de 1994, o ex-presidente Rafael Caldera, antigo fundador do COPEI, ainda se elegeu presidente da República, mas desta vez sob uma nova legenda, o partido *Convergencia* fundado por ele, um novo discurso e novas alianças com pequenos partidos de esquerda como o MAS e o PCV.

O novo discurso de Caldera prometia retomar as políticas estatistas e protecionistas e libertar os presos políticos dos levantes de 4 de fevereiro (4-F) e do 27 de novembro (27-N) de 1992, entre os quais Hugo Chávez. A ampliação de seu apoio na esquerda ocorreu em virtude de Caldera ter reconhecido os erros dos governos anteriores e indultado, por assim dizer, os protestos populares e os levantes militares. Assim, no início de seu mandato buscou alterar as medidas impopulares promovidas por Carlos Andrés Pérez e concedeu a prometida liberdade a todos os presos políticos. Porém, na metade de seu mandato mudou abruptamente de orientação e voltou ofensivamente à agenda do FMI, que denominou *Agenda Venezuela*, levando novamente seus eleitores à frustração.

Depois disso, o vazio político e a anti-política foram crescendo cada vez mais na sociedade venezuelana até chegar a um ponto em que, nas eleições de 1998, os três candidatos principais à presidência da República eram três rostos novos, representados também por partidos novos: Hugo Chávez Frías, Irene Sáez e Salas Römer.

Após sair da prisão, Hugo Chávez havia sido convencido, depois de um período de resistência, a participar na política institucional, se candidatado à presidência da República em

1998. Depois de derrotado na tentativa de tomar o poder pela via armada em 1992, Hugo Chávez havia mantido a perspectiva de que se necessitava de uma refundação da Venezuela através de uma nova Constituição. Tanto que o “*por ahora*” que havia pronunciado em seu discurso televisivo após a derrota do levante do 4-F ficaria popularmente conhecido e famoso na Venezuela. (GIL YEPES, 1992; MARINGONI, 2004; GOTT, 2004).

Do ponto de vista dos integrantes e simpatizantes do movimento encabeçado por Hugo Chávez, uma nova Constituição deveria acompanhar um processo revolucionário de transformação profunda da Venezuela, de modo a acabar com as consideradas chagas do chamado *puntofijismo*: a corrupção, o elitismo, a politicagem e o antipatriotismo. Por essa razão, Hugo Chávez não estava convencido após sair da prisão de que a participação no mesmo sistema político que criticava seria o melhor caminho para uma refundação da República nas dimensões imaginadas.

Mas, por fim, Hugo Chávez acabou aceitando a proposta de candidatura à presidência, formando-se uma coalizão chamada *Polo Patriótico* - integrada por pequenos partidos de esquerda como o MAS, o *Patria para Todos*, oriundo da Causa-R e recentemente criado, e o PCV – para apoiar sua candidatura. Porém, a força política mais expressiva do *Polo Patriótico* era o partido fundado por Hugo Chávez para disputar as eleições, chamado *Movimiento V República* (MVR). O nome ocorreu a Hugo Chávez por dois motivos: o primeiro para conservar a pronúncia da sigla MBR (*Movimiento Bolivariano Revolucionario*)³⁰ que havia criado no interior das Forças Armadas e que ficou popularmente conhecido depois do 4-F e de sua prisão e o segundo para difundir a idéia da Constituição e da necessidade de uma refundação da República, de modo a sepultar definitivamente a IV. (CHÁVEZ FRÍAS, 2007a; ELIZALDE & BÁEZ, 2004; WILLIAM IZARRA, entrevista Anexo 15).

Já a outra candidata, Irene Sáez, também um rosto novo, havia sido Miss-Universo e prefeita de Chacao. Sua candidatura representava uma espécie de espetaculização das eleições e era uma forma da política tradicional tentar renovar-se. Por último, o terceiro candidato Salas Römer, era considerado um reformador tecnocrata independente e havia se candidatado pelo chamado *Proyecto Venezuela*.

No início da campanha, os partidos tradicionais AD e COPEI haviam lançado candidatos próprios, mas diante do baixo percentual de aceitação retiraram suas candidaturas e passaram a apoiar Irene Sáez. Mas diante deste apoio, a ex-Miss Universo despencou na preferência dos eleitores e Salas Römer passou a ser o favorito para disputar com Hugo Chávez o primeiro lugar.

³⁰ Em espanhol, o V e o B se pronunciam praticamente da mesma forma.

Diante deste cenário e da crescente polarização nos comícios entre o candidato Hugo Chávez que prometia uma mudança radical apelando ao desejo popular de acabar com o passado e o discurso reformista dos outros candidatos, que era entendido como sinônimo de continuidade, os partidos tradicionais resolveram retirar o apoio a Irene Sáez e jogar todo o apoio em Salas Römer, que crescia na preferência dos eleitores. Como as suas candidaturas próprias não puderam ser retiradas oficialmente do processo, receberam juntas apenas 5% dos votos. Por fim, Hugo Chávez foi o grande vencedor com 56% dos votos e Salas Römer ficou em segundo lugar com 34%. (BAYO FORNIELES, 2003).

Deste modo, a eleição de 1998 representou o fim da política e dos partidos tradicionais na Venezuela³¹. Daí em diante, se trataria de esperar para compreender o significado da refundação da pátria prometida pelo candidato Hugo Chávez, embora nesse momento ainda não se tivesse dimensão das mudanças que pretendia implementar e nem que ficaria mais de uma década no governo. (YENEIZA DELGADO, entrevista Anexo 16).

Mas a questão central é que o sentimento generalizado era de que algo precisava ser mudado na Venezuela. Depois da “sexta-feira negra”, do *Caracazo*, dos levantes militares de 1992 e da cassação de Carlos Andrés Pérez, os próprios fatos da vida, por assim dizer, tornaram praticamente consensual na sociedade venezuelana a idéia de que algo realmente havia acabado e precisava ser reconstruído embora, logicamente, muito distintas continuaram a ser as opiniões sobre o conteúdo que deveria assumir essa reconstrução.

O desmoronamento do sistema “*puntofijista*” trazia à tona pelo menos duas questões importantes: a dificuldade de aceitação na Venezuela das políticas neoconservadoras do chamado ajuste estrutural recomendado pelo FMI e o descrédito das instituições políticas tradicionais, com seu modelo de democracia representativa restrita.

No primeiro caso, a tradição venezuelana de dependência da renda petroleira e de forte intervenção estatal na economia tornava difícil, por um lado, aos políticos tradicionais aceitarem a restrição do uso clientelista e populista destes recursos de poder e, por outro, a maioria da população também não estava disposta a aceitar a diminuição de seus direitos sociais, considerada uma enorme injustiça num país tão rico de recursos.

Já em relação à segunda questão, para a maioria da população venezuelana, o domínio do modelo democrático-representativo por quase meio século na Venezuela não teria servido para resolver os seus principais problemas, como o desemprego, as desigualdades sociais e a pobreza,

³¹ Embora não tenham desaparecido completamente e tenham lutado e continuem lutando para sobreviver, esses partidos cada vez mais são obrigados a se apresentarem com novos formatos e lideranças públicas.

apenas para enriquecer os já poderosos através da prática sistemática da corrupção. Deste modo, a população começou a identificar a democracia “*puntofijista*” com a demagogia e a falta de compromisso e eficiência dos governantes. E, nesse cenário de crescente descrédito, voltou à tona uma cultura política arraigada na sociedade venezuelana desde os tempos do antigo caudilhismo, caracterizada pelo personalismo, a improvisação e a desorganização. (MARINGONI, 2004; GOTT, 2004)

Porém, de todo modo, estas duas características, dentre outras importantes do cenário anterior a Hugo Chávez na Venezuela, foram formadas por elementos contraditórios não sendo, por isso, intrinsecamente positivas ou negativas. Assim, a chamada Revolução Bolivariana não poderia abstrair-se desse terreno prévio sendo, portanto, a um só tempo produto de suas contradições e produtora de um novo amálgama de suas características positivas e negativas.

3.3. Principais grupos políticos protagonistas do processo venezuelano

3.3.1. O Partido Comunista de Venezuela (PCV)

O *Partido Comunista de Venezuela* é a organização de esquerda atual mais antiga do país e teve um importante papel na sua história política. O PCV surgiu nos anos 20 e denominou-se originalmente *Partido Revolucionario Venezolano (PRV)* até denominar-se oficialmente PCV em 1931.

Tendo surgido no exílio, no contexto da ditadura de Juan Vicente Gómez, nos seus primeiros anos de existência, o então PRV tinha como principal objetivo derrubar a ditadura através de expedições armadas desde o exterior e/ou do vínculo com militares rebeldes sendo, portanto, também influenciado pela cultura política venezuelana anterior.

Nessa fase inicial, houve divergências entre o setor do líder histórico do partido Gustavo Machado, mais propenso a apoiar a orientação antiimperialista e latino-americanista do líder cubano Julio Antonio Mella, e o outro setor do partido com uma posição mais favorável às orientações da União Soviética. (HEYDRA, 1981).

Porém, nos anos 30, o PCV também aderiu a III Internacional Comunista e, nessa condição, passou a seguir suas orientações. Assim, as teses sobre a “*revolución agraria y antiimperialista*” como etapa prévia à revolução socialista venezuelana também seria sua principal bandeira durante as lutas contra a ditadura de Juan Vicente Gómez.

Como outros partidos comunistas da América Latina, no começo de sua formação o PCV apoiou-se numa tática sectária contraditória com sua estratégia geral de propor uma revolução antiimperialista e antifeudal, mas não anticapitalista, na qual ainda haveria espaço, portanto, para uma burguesia nacional interessada no desenvolvimento mais equilibrado da nação.

Este sectarismo, como anteriormente discutido, tinha como origem a orientação geral da Internacional Comunista preocupada em diferenciar-se da social-democracia e de outras perspectivas socialistas em voga na Europa. Daí a denominação *comunista*, para marcar essa diferença, a todos os partidos formados no período e integrantes desta Internacional.

Depois os esforços para corrigir esta tática, no cenário da Segunda Guerra Mundial, levaram a posição do PCV ao outro extremo. Ou seja, de uma política sectária que evitava a unidade inclusive com tendências ideológicas muito próximas passou-se a uma política reformista que defendia a unidade - que na prática significava a subordinação - com qualquer setor burguês mesmo que tivesse apenas momentaneamente e de forma muito específica alguma contradição com o nazi-fascismo. Nessa posição, mais uma vez, a tônica era dada pela política interna e externa da União Soviética.

Nas condições específicas da Venezuela, essas guinadas à esquerda e à direita implicaram para o PCV uma pequena influência e presença política nos anos 30 e 40, apesar da firmeza combativa e dos sacrifícios enfrentados por sua militância. Esta política, dentre outros fatores, contribuiu também para o fortalecimento da *Acción Democrática* como principal expressão dos anseios de mudança e renovação do povo venezuelano no período.

Deste modo, a AD foi a pedra no sapato, por assim dizer, do PCV do período e assim seria por um longo tempo. Enquanto a AD estava na oposição radical à ditadura gomecista, o PCV não confiava nela o suficiente - em virtude de suas influências social-democratas - para defender uma política de aliança estreita com a mesma, e quando a AD encabeçou o chamado golpe de 1945 junto com setores militares, talvez o PCV a tivesse considerado esquerdista demais para apoiá-la e permaneceu na defesa do governo deposto do general Medina Angarita, considerado pelo partido na época um aliado da luta antifascista e com propensões democráticas e antiimperialistas. (HEYDRA, 1981; MAZA ZAVALA, 1988).

Tendo vivido a maior parte do tempo na clandestinidade, o PCV também viveria o seu primeiro período de legalidade durante o governo de Medina Angarita, no clima da distensão internacional entre o socialismo soviético e o capitalismo dos Estados Unidos para lutar contra a Alemanha de Hitler. Esta condição permaneceria durante os três anos do governo *adeco* e seria novamente extinta com a ditadura de Marcos Pérez Jiménez no final da década de 40. Nos 10

anos da ditadura de Pérez Jiménez foi quando houve uma maior aproximação entre o PCV e a AD, uma vez que lutaram juntos na clandestinidade para derrotar a ditadura. (MAYOBE, 1992).

Porém, o objetivo comum imediato de derrotar Pérez Jiménez não implicou uma união de objetivos estratégicos com a AD em relação ao futuro da Venezuela. Pelo contrário, com o crescimento e fortalecimento do partido na década de 50 e quanto mais crescia o entusiasmo popular para mudar a situação do país, mais o PCV se afastava da AD em termos ideológicos.

Assim, quando a ditadura estava prestes a ser derrotada no final da década estava cada vez mais claro que a AD, e outros partidos como o COPEI e a URD, não compartilhavam o ponto de vista do PCV de uma transformação radical do país com o intuito de conduzi-lo ao socialismo. Por isso, quando da explosão da rebeldia popular que derrotou a ditadura em 23 de janeiro de 1958, ambas organizações apresentavam perspectivas radicalmente distintas sobre o que fazer. (HEYDRA, 1981; GARRIDO, 1999; DOUGLAS BRAVO, entrevista Anexo 9).

Sob a ditadura de Marcos Pérez Jiménez, foi quando o PCV conseguiu esboçar uma estratégia menos dependente das orientações da Internacional Comunista, orientada por uma leitura mais original da realidade venezuelana, talvez devido à influência da luta dirigida por Fidel Castro contra a ditadura de Fulgencio Batista em Cuba.

A partir desta leitura, o PCV passou a apostar numa estratégia orientada à insurreição popular, com base na unidade entre setores revolucionários da *Fuerza Armada Nacional (FAN)* da Venezuela e o povo. Segundo os formuladores políticos do PCV, as características particulares da FAN tornariam factível essa “*via venezolana*” da revolução socialista.

Por essa razão, o partido resolveu constituir em 1957 uma comissão militar com vistas a organizar um trabalho de infiltração e recrutamento nas Forças Armadas. Também se buscou uma leitura socialista de Simón Bolívar e uma valorização da cultura nacional de forma a tentar integrar os objetivos da libertação nacional e do socialismo.

O resultado desta reorientação foi a criação das *Fuerzas Armadas de Liberación Nacional (FALN)* e a entrada na luta guerrilheira, após o que se considerou a derrota do movimento popular revolucionário em 23 de janeiro de 1958 e a fraude do *Pacto de Punto Fijo*. Além de militantes do PCV, a FALN contaria com quadros recrutados entre a alta oficialidade da FAN e começaria suas operações em 1961, impulsionada também pela vitória da Revolução Cubana em 1959. Também permaneceram no interior das Forças Armadas oficiais grupos conspirativos de apoio. (WILLIAM IZARRA, entrevista Anexo 15; GARRIDO, 1999; DOUGLAS BRAVO, entrevista Anexo 9; PERFECTO ABREU, entrevista Anexo 12).

Mas a insatisfação e a frustração com o desfecho da chamada Revolução de janeiro de 1958 não atingiria apenas o PCV, mas as fileiras da própria AD. Após o *Pacto de Punto Fijo*, uma parte deste partido rompeu com a direção e formou o *Movimiento de la Izquierda Revolucionaria (MIR)*, ingressando também na luta guerrilheira.

Assim, as guerrilhas venezuelanas se desenvolveriam na primeira metade dos anos 60, sob o primeiro governo *puntofijista* de Rómulo Betancourt, sendo violentamente reprimidas e entrando em uma fase difícil na segunda metade da década, durante o governo de Rafael Caldera do COPEI, considerado o governo da “pacificação”.

Porém, o processo da chamada pacificação seria bastante complicado, uma vez que, diante das dificuldades da segunda metade da década de 60, o PCV decidiu mudar sua tática e abandonar a luta armada, sendo seguido nesta política pela guerrilha do MIR. Entretanto, Douglas Bravo e outros dirigentes das FALN se recusaram a seguir a nova orientação do partido e continuaram na guerrilha sendo expulsos, por essa razão, das filas do PCV.

Após esta ruptura, os que haviam permanecido na luta armada formaram um novo partido, o *Partido de la Revolución Venezolana (PRV)*, retomando o nome original do Partido Comunista. O braço armado deste partido continuou se chamando FALN e o braço cívico-legal *Movimiento Ruptura*. Assim, o movimento encabeçado por Douglas Bravo ficou conhecido como PRV-Ruptura. ((HEYDRA, 1981; MARINGONI, 1981; GARRIDO, 1999; DOUGLAS BRAVO, entrevista Anexo 9).

No caso dessas divisões do PCV, a política socialista internacional seria novamente um fator importante. Por um lado, a União Soviética (a III Internacional havia sido extinta em 1943) no período não incentivava as lutas guerrilheiras na América Latina e via nelas um possível complicador de sua orientação de convivência pacífica com os países capitalistas ocidentais em pleno auge da Guerra Fria.

E, por outro lado, Cuba vivia o auge de sua heresia, como disse Martínez Heredia (2005) e via na expansão da revolução latino-americana e no avanço dos processos de libertação nacional do Terceiro Mundo a possibilidade de sobrevivência e aprofundamento de sua própria revolução. Assim, grosso modo, o PCV ficou com a posição soviética e o PRV com a cubana.

Mas as cisões do PCV não terminariam aí. Depois de voltar à vida legal, na década de 70, dois novos partidos surgiram a partir de suas divisões: o MAS e a Causa-R, novamente também por influência de divergências no campo do socialismo internacional. Como após a luta armada o PCV havia permanecido no campo da União Soviética, a formação do MAS e da Causa-R era

também uma resposta à insatisfação causada por este alinhamento. Assim, o MAS se aproximaria das posições de organizações socialistas europeias que criticavam a política soviética e a Causa-R do socialismo chinês de orientação maoísta. (MARINGONI, 2004).

Desta forma, enquanto o PRV-Ruptura continuava na luta armada até o ano de 1979, as três organizações de esquerda – MAS, Causa-R e PCV – passaram a priorizar a luta legal baseada no fortalecimento do movimento popular e operário e na participação eleitoral. Nesta política, o MAS e Causa-R obtiveram maior sucesso, crescendo na década de 80 e principalmente após a crise do *puntofijismo*.

Já o PCV se tornou um partido pequeno e com pouca influência nacional, principalmente após o fim da União Soviética e do socialismo do Leste Europeu em 1989, mas continuou ativo politicamente, organizando o movimento popular, especialmente o sindical, e participando dos embates eleitorais, geralmente em coalizão com outros partidos. Desta forma, por exemplo, quando Rafael Caldera fundou o novo partido *Convergencia* para disputar as eleições de 1993 foi apoiado pelo PCV e também pelo MAS. (HEYDRA, 1981; MARINGONI, 2004).

Porém, o cenário mudaria com a adesão de Rafael Caldera ao chamado neoliberalismo e o PCV, assim como o MAS, passou a ver em Hugo Chávez uma possibilidade de renovação política, daí virem a integrar a coalizão *Polo Patriótico* que elegeria Hugo Chávez em 1998.

O discurso patriótico e “antineoliberal” de Hugo Chávez atraiu a simpatia do PCV, mas à época e mesmo durante a campanha eleitoral prevaleciam mais dúvidas do que certezas também entre os militantes do PCV sobre que rumo o futuro governo tomaria. De todo modo, após a vitória de Chávez, o PCV decidiu apoiar e integrar o governo, embora mantendo sua independência orgânica.

Do ponto de vista organizativo o partido foi bastante favorecido pela emergência do “fenômeno” Chávez, uma vez que o próprio presidente passou a valorizá-lo por sua trajetória histórica e pela capacidade intelectual e crítica de seus quadros, convidando-o a integrar o governo. Assim, o PCV aumentou seu número de deputados e assumiu o *Ministerio del Poder Popular para el Desarrollo Social y la Participación Popular*. (PERFECTO ABREU, entrevista Anexo 12).

No início do mandato de Hugo Chávez as perspectivas ideológicas pareciam mais distantes, mas conforme o governo radicalizava suas posições, o PCV se sentia mais identificado com a chamada Revolução Bolivariana e discutia se deveria ou não estabelecer um nível de relacionamento mais estreito com as organizações sociais e políticas do chamado *chavismo*.

Porém, quando Hugo Chávez começou a defender abertamente o socialismo em 2006 e propôs a fundação de um partido único da esquerda socialista, o *Partido Unido de la Revolución Socialista (PSUV)*, o PCV discordou da forma organizativa proposta e decidiu manter-se fora da nova estrutura, embora estabelecendo um vínculo fraterno e estreito com a mesma, de forma que muitos militantes, inclusive lideranças do PCV, se sentiram à vontade para ingressar no PSUV sem que esta decisão implicasse uma indisposição com a antiga legenda.

As principais críticas que impediram o PCV enquanto partido de unir-se organicamente ao PSUV proposto por Hugo Chávez referiram-se à forma organizativa - que impediria na visão do partido uma real discussão das divergências e acabaria por atropelar as organizações menores - e também ao caráter considerado vago e abstrato da proposta presidencial do chamado socialismo do século XXI.

Frente a este socialismo, considerado não realista, o PCV preferia manter a sua posição marxista ortodoxa e no lugar do PSUV havia proposto a criação de uma espécie de coordenação ou frente política entre as organizações apoiadoras e partícipes da chamada Revolução Bolivariana, de modo a estabelecer-se uma pauta política e um trabalho organizativo comum entre as massas. Esta pauta política e o trabalho organizativo, por sua vez, deveriam estar orientados a elevar o nível de consciência e a capacidade organizativa das massas, única forma de viabilizar o socialismo na Venezuela.

Outra crítica referia-se à considerada pouca importância atribuída pela tendência política hegemônica do processo e pelo próprio presidente Hugo Chávez à organização operária e à reestruturação de um sindicalismo de tipo classista e revolucionário. Neste âmbito, a força política de Hugo Chávez seria pequena e, para o PCV, sem a classe operária o socialismo continuaria sendo inviável. (CARRERA DAMAS, 2007).

3.3.2. O MAS, a Causa-R e o PRV-Ruptura.

Os três agrupamentos surgidos de cisões do PCV - o MAS, a Causa-R e o PRV-Ruptura - seguiriam caminhos distintos. O MAS, havia se destacado como um partido socialista e popular nos anos 70 por seu trabalho organizativo entre as massas e, no contexto da crise dos anos 80, havia obtido um melhor resultado eleitoral. Por sua vez, a Causa-R, assumiu posições mais radicais nos anos 70 e, nos anos 80, desenvolveu um importante trabalho organizativo entre trabalhadores industriais que a levou a vitórias eleitorais mais importantes inclusive do que as do MAS.

De todo modo, ambas as organizações, MAS e Causa-R, haviam aumentado seu restígio no contexto da crise do chamado *puntofijismo* e contavam com importantes lideranças e intelectuais entre seus quadros. Entretanto, novas cisões viriam a afetá-las no período e, desta vez, devido ao seu posicionamento cada vez mais à direita.

Nas eleições de 1998, o MAS ainda fez parte em seu todo da coalizão *Polo Patriótico* que apoiou Hugo Chávez, mas a Causa-R havia sofrido uma cisão que deu origem ao partido *Patria para Todos*, que também fez parte da coalizão, enquanto a outra parte da Causa-R resolveu apoiar as candidaturas do campo político tradicional.

Contudo, no decorrer do mandato de Hugo Chávez, a exemplo do que já havia acontecido com a Causa-R, o MAS também decidiu passar para o campo da oposição, e a parte que continuou apoiando o governo decidiu formar um novo partido chamado *Podemos*. (HEYDRA, 1981; MARINGONI, 2004).

Já o PRV-Ruptura de Douglas Bravo, depois de ter saído da luta armada em 1979, manteve uma estrutura organizativa de certa importância, devido ao prestígio de seu principal líder e aos contatos estabelecidos nas FAN durante a chamada etapa guerrilheira.

Assim, o PRV-Ruptura manteve também perfil conspirativo e sua visão da via revolucionária venezuelana. Dentro desta perspectiva, participou das conspirações do 4-F e do 27-N de 1992, embora com alguma divergência em relação a orientação dada por Hugo Chávez, especialmente no 4-F.

Já o 27-N ocorreu mais de acordo com a perspectiva de Douglas Bravo e do PRV, de maior vínculo com os setores civis e participação popular, a partir da conformação de uma espécie de coalizão antiimperialista que foi denominada *Frente Patriótica*.

Entretanto, após a decisão do movimento de Hugo Chávez de participar das eleições e de seu governo a partir de 1999, o PRV-Ruptura distanciou-se da antiga aliança, uma vez que continuou defendendo a não participação em processos institucionais e se opôs ao conteúdo e à forma do processo conduzido por Hugo Chávez.

Este ponto de vista era fruto de uma nova reflexão sobre a revolução venezuelana, latino-americana e até mundial. Através da formação do movimento chamado *Tercer Camino*, Douglas Bravo havia passado a defender, contando com a tradição de pensamento que vinha dos anos 50, uma mudança de paradigma das lutas revolucionárias do terceiro milênio. (RAMÍREZ, 1998; GARRIDO, 1999; BRAVO, 1997; BRAVO & MELET, [200?]; DOUGLAS BRAVO, entrevista Anexo 9; WILLIAM IZARRA, entrevista Anexo 15).

Assim, contraditoriamente, ainda que os atuais protagonistas da chamada Revolução Bolivariana reconheçam a influência de Douglas Bravo em sua formação ideológica e, conseqüentemente, na própria estruturação do processo, o próprio Douglas Bravo se mantém na oposição, dizendo que a Revolução Bolivariana desviou-se para a “captura” dos anseios revolucionários do povo venezuelano pelo setor dominante do processo, ou para o domínio do “*Proceso Constituido*” sobre o *Proceso Constituyente*”.

3.3.3. O movimento político de Hugo Chávez Frías: do EBLPV ao PSUV.

Embora seja comum atribuir o surgimento da organização política de Hugo Chávez Frías, o *Movimiento Bolivariano Revolucionario 200 (MBR-200)*, ao ano de 1982, no contexto do bicentenário de nascimento de Simón Bolívar, daí o complemento 200, os antecedentes desta organização são bem mais antigos.

Num sentido histórico mais amplo, a criação do MBR-200 esteve relacionada ao caráter e ao papel político particular desempenhado pelas Forças Armadas da Venezuela. Como afirmou Douglas Bravo, em entrevista a Alberto Garrido (1999), o Exército venezuelano passou por inúmeras transformações ao longo de sua história que o ajudaram a converter-se num dos exércitos de composição mais popular da América Latina.

Assim, configurou-se uma situação em que, mesmo no contexto da Guerra Fria e dos estreitos vínculos estabelecidos entre as Forças Armadas da América Latina e os Estados Unidos, o Exército venezuelano, inclusive sua alta oficialidade, ainda trazia inquietações sociais e políticas que o distinguiam da maioria de seus pares no subcontinente.

Por outro lado, já num sentido histórico mais recente, a organização política de Hugo Chávez vinculou-se aos esforços organizativos e conspirativos desenvolvidos no interior da *Fuerza Armada Nacional* pelos agrupamentos de esquerda, especialmente pelo Partido Comunista, conforme visto em 3.3.1., no contexto das tentativas de derrotar a política do *Pacto de Punto Fijo* através da insurreição popular armada nos anos 60 e 70.

Assim, além dos vínculos diretos estabelecidos entre as guerrilhas em seu período inicial e determinados grupos internos da FAN, a oficialidade mais jovem foi especialmente impactada pelo papel repressivo que o Exército foi chamado a desempenhar contra o movimento guerrilheiro.

Os oficiais mais jovens tinham uma mentalidade diferente das antigas gerações de oficiais

que haviam sido formados, como a maioria dos oficiais latino-americanos do período, na famosa Escola das Américas concebida pela Agência Central de Inteligência (CIA na sigla em inglês) dos Estados Unidos para enfrentar a insurgência de esquerda na América Latina, especialmente após a Revolução Cubana, treinando seus alunos em técnicas de contra-insurgência, que incluíam aulas de tortura.

Porém, os oficiais militares mais jovens, da geração de William Izarra e Hugo Chávez, embora tenham participado de alguns cursos na antiga concepção e do combate às guerrilhas na sua fase final, haviam sido formados principalmente noutra concepção, no interior do *Plan Andrés Bello*, que incluiu os estudos universitários na formação da oficialidade, permitindo que os jovens oficiais freqüentassem a universidade em nível de graduação e até de pós-graduação, propiciando à formação militar um caráter mais humanista e culturalmente aberto. (ELIZALDE & BÁEZ, 2004; WILLIAM IZARRA, entrevista Anexo 15).

Do mesmo modo, mesmo com o fim das guerrilhas, o vínculo entre os antigos guerrilheiros e os oficiais rebeldes da FAN não terminou. Ainda antes do fim do movimento guerrilheiro encabeçado por Douglas Bravo, no final da década de 70, grupos militares fortaleceram um trabalho conspirativo que deveria desembocar em uma insurreição armada para mudar a realidade venezuelana.

Por outro lado, os antigos guerrilheiros mantinham a concepção da necessidade da insurreição popular em aliança com os militares. A perspectiva era de que o movimento revolucionário venezuelano havia sido derrotado temporariamente, mas não definitivamente. Tratava-se, portanto, de preparar uma nova ofensiva.

Assim, no início da década de 80, buscou-se uma aproximação entre os grupos civis, como o PRV-Ruptura de Douglas Bravo, a Causa-R e outras lideranças do movimento popular, e os grupos que conspiravam no interior da FAN. Desta forma, o grupo de Douglas Bravo, que continuava ativo após o fim da guerrilha, embora tivesse modificado seu ponto de vista político-ideológico conforme o item 3.3.2., estabeleceu contato com o tenente-coronel Hugo Chávez Frías, através do seu irmão Adán Chávez que havia militado no PRV-Ruptura.

Ao mesmo tempo, mantinham-se relações com o grupo de William Izarra e com outros militares rebeldes. Estas conversas giraram em torno da necessidade de retomar a perspectiva insurrecional a partir do fortalecimento do movimento popular e da preparação de um número significativo de oficiais que, assim que tivessem poder de mando, desencadeariam a insubordinação militar e apoiariam de forma resoluta a insurreição popular.

A partir destas conversas, embora se tenha chegado a acordos gerais, não se obteve o nível de coesão e unidade de perspectivas almejado. Desta forma, na década de 80, de um lado os diferentes grupos conspirativos, tanto civis como militares, continuaram desenvolvendo-se de forma paralela e independente entre si e, de outro, o movimento popular e de massas também desenvolvia-se de forma espontânea e com pequena conexão com estes grupos. (WILLIAM IZARRA, entrevista Anexo 15; DOUGLAS BRAVO, entrevista Anexo 9; GARRIDO, 1999).

Hugo Chávez Frías, por sua parte, ao invés de vincular-se a outro grupo conspirativo já existente no interior da FAN ou a um dos grupos civis com os quais mantinha contato, preferiu constituir um novo grupo. Assim, contando com apenas mais três soldados, fundou em 1977 uma organização militar clandestina chamada *Ejército Bolivariano de Liberación del Pueblo de Venezuela (EBLPV)*, sobre a qual o próprio Hugo Chávez brincou anos mais tarde, já como presidente da Venezuela, dizendo que tinha mais siglas do que integrantes. A constituição desta organização teve um caráter bastante simbólico, na medida em que os seus integrantes fizeram sob a árvore *Samán del Güere* o mesmo juramento feito por Simón Bolívar quando de sua visita ao Monte Sacro em Roma. (MARINGONI, 2004; ELIZALDE & BÁEZ, 2004).

O ideário da nova organização buscava vincular os anseios de mudança dentro da FAN - como o combate à corrupção, o repúdio à ação militar na repressão às guerrilhas e ao movimento popular e as diferenças de formação entre as novas e as velhas gerações militares - com os anseios de transformação social e política do povo venezuelano. Deste modo, manifestava-se a oposição aos desarranjos da ordem política e às desigualdades sociais e a defesa da necessidade de buscar soluções próprias, que resgatassem o patriotismo e os ideais libertários e latino-americanistas, inspirados em Simón Bolívar, Ezequiel Zamora e Simón Rodríguez, a chamada “árvore das três raízes”. Ou seja, desde o início, os ideais de luta foram concebidos de forma a resgatar e inovar o ideário antioligárquico, patriótico e igualitarista das lutas independentistas e da Guerra Federal.

Em virtude da intensa atividade política de Hugo Chávez e outros fatores, como a própria crise econômica, a pequena organização cresceu rapidamente, incorporando outros oficiais do Exército e ampliando para outros setores da FAN, como a Força Aérea e a Marinha e, em 1982, mudou seu nome para *Ejército Bolivariano Revolucionario 200*, em homenagem ao bicentenário de Simón Bolívar e, logo em seguida, para *Movimiento Bolivariano Revolucionario 200*, no intuito de evidenciar seu interesse em vincular-se aos movimentos sociais e agrupamentos civis.

O levante popular do *Caracazo* em 1989, daria um novo impulso à organização, uma vez que cresceu a sensibilidade popular e no interior da FAN sobre o uso das mesmas para fins

repressivos e antipopulares. Ao mesmo tempo, a magnitude da revolta evidenciou que o contexto era favorável para um levante armado que tivesse por objetivo a destituição de Carlos Andrés Pérez. Assim, após o *Caracazo*, o MBR-200 decidiu transformar seus anseios em planos concretos para a tomada do poder.

Em 4 de fevereiro de 1992 ocorreu a primeira tentativa, que acabou sendo derrotada. As causas principais desta derrota foram atribuídas posteriormente a falhas de comunicação e excesso de medidas de segurança, o que teria como causa principal a insuficiência de confiança dos militares rebeldes nas forças civis. Por essa razão, nesta primeira tentativa, falhou a coordenação com os setores civis comprometidos e restou praticamente apenas o componente militar na execução do plano.

Contudo, a ousada ação serviu para projetar a liderança de Hugo Chávez Frías que até então era desconhecido dos venezuelanos. O seu pronunciamento de menos de 2 minutos na TV venezuelana como condição para a rendição, em que assumiu a responsabilidade e as conseqüências da ação e afirmou que “*por ahora*” haviam sido derrotados, foi sentido pelos venezuelanos como uma novidade num país em que ninguém assumia seus atos e como uma esperança de que a luta continuaria e havia encontrado uma liderança em quem se apoiar. Mais tarde, esse pronunciamento seria considerado o ato de largada da campanha de Hugo Chávez ao *Palacio Miraflores*. (ELIZALDE & BÁEZ, 2004; MARINGONI, 2004).

A derrota do 4-F levou Hugo Chávez e demais participantes à prisão. Entretanto, em 27 de novembro do mesmo ano, outros militares que haviam permanecido em liberdade, articulados na *Frente Patriótica*, fizeram uma nova tentativa de destituir Carlos Andrés Pérez. Apesar de que desta vez houve maior coordenação com os movimentos civis, novamente a tentativa foi derrotada e a maioria dos participantes presos. (DOUGLAS BRAVO, entrevista Anexo 9; ROLAND DENNIS, entrevista Anexo 13; WILLIAM IZARRA, entrevista Anexo 15)

Mas a derrota militar não significou a derrota moral dos rebeldes. Na prisão, Hugo Chávez despertou uma onda de simpatia popular, principalmente depois da destituição de Carlos Andrés Pérez por corrupção em 1993. Depois disso, cresceu o sentimento popular de que os levantes militares do ano anterior não haviam sido tentativas de golpes de Estado, mas um movimento democrático e legítimo pela reconstrução do país, o que fez crescer a lenda de Hugo Chávez. que, desde o período de prisão, já havia levantado a bandeira da Assembléia Constituinte e da necessidade de uma nova Constituição para refundar a República venezuelana.

Após sair da prisão, depois de um primeiro momento em que continuou descartando a possibilidade de participar de eleições ou de apoiar candidatos, Hugo Chávez aceitou candidatar-

se à presidência da República em 1998, passando a ver esta possibilidade como uma via possível para promover uma nova Constituição. Para tanto, teve que mudar o nome e também a forma organizativa do seu antigo *Movimiento Bolivariano Revolucionario 200*, transformando-o no partido institucional *Movimiento V República*, em virtude da proibição do uso do nome de algum personagem considerado patrimônio geral da nação em nomes de partidos políticos.

Do ponto de vista organizativo, o MVR ganhou em amplitude em relação ao anterior MBR, porém perdeu em definição e coesão ideológica. A fama de Hugo Chávez fez com que ingressassem no novo partido, não apenas a massa desorganizada ansiosa por mudanças, mas um número considerável de antigos militantes e líderes políticos em busca de espaço para suas carreiras. Assim, o MVR se tornou o maior partido da coalizão *Polo Patriótico* e também da Venezuela após a vitória eleitoral de 1998, num processo de crescimento vertiginoso, mas também um tanto quanto artificial.

O resultado foi que a força do novo governo não se apoiou no partido, nem na frente política eleitoral, mas na pessoa de Hugo Chávez, respaldado amplamente pelas massas populares desorganizadas e por um setor leal da FAN.

Na realidade, pela forma em que foi constituído, com o fim principal de disputar eleições, o MVR mostrou-se um instrumento inadequado para protagonizar as transformações profundas anunciadas pelo presidente da República, embora tenha servido como um instrumento institucional por determinado período. (PEREIRA-ALMAO, [s.d.]).

Assim, o partido MVR liderou a Assembléia Constituinte de 1999 e as mudanças institucionais deste ano, porém, na prática, a viabilidade destas mudanças dependiam do apoio e da confiança popular em Chávez e também do apoio da FAN a suas iniciativas. Talvez consciente disto, Hugo Chávez soube utilizar seu poder de persuasão para com seus pares militares e sua capacidade de comunicação com as massas, fazendo uso dos grandes meios de comunicação, especialmente da televisão. (AZNÁREZ, 2007).

Porém, de todo modo, mesmo com o MVR liderando praticamente todas as instituições políticas nacionais, regionais e locais, por ser o “partido de Chávez”, a ausência de um instrumento organizativo capaz de mediar a relação do presidente com o povo e a impossibilidade também das Forças Armadas cumprirem este papel de forma efetiva logo se fez sentir. A necessidade deste instrumento se tornava também mais evidente conforme crescia a oposição às medidas adotadas por Hugo Chávez e também a divisão no interior da FAN, inclusive com antigos aliados passando para o campo da oposição.

Diante desta situação, o governo começou a tentar várias formas de organização popular e política no intuito de superar o caráter e o formato do MVR. Num primeiro momento, tentou-se retomar o MBR-200, tentativa que falhou. Depois se apostou fortemente na constituição dos chamados *Círculos Bolivarianos*, cuja concepção era a de dar às massas populares uma organização com um papel simultaneamente organizativo, reivindicativo, fiscalizador e político-ideológico.

A própria nova Constituição aprovada em 1999 incentivava a busca de formas diretas de organização popular, uma vez que o conteúdo desta Constituição propunha a substituição da democracia representativa da IV República pela democracia “protagônica e participativa” da V República. Além da Venezuela, os *Círculos Bolivarianos* também poderiam ser constituídos em outros países, como entidades solidárias à Revolução Bolivariana e de difusão do ideário de integração latino-americana defendido pela mesma. (MARINGONI, 2004; GOTT, 2004; HARNECKER, 2005; CHÁVEZ FRÍAS, 2007a, 2007c).

Porém, apesar do grande alvoroço produzido em torno dos *Círculos Bolivarianos* - com a imprensa internacional afirmando que era uma tentativa do governo Chávez de imitar os *Comités de Defensa de la Revolución* cubanos e acusando Hugo Chávez de utilizá-los para armar a população – estes *Círculos* também não se desenvolveram como se esperava e não conseguiram cumprir as tarefas para as quais haviam sido concebidos.

Também dificultava o aspecto organizativo, o fato de Hugo Chávez ter tido que deixar as tarefas de solidificação da chamada Revolução Bolivariana para enfrentar as várias tentativas de desestabilização de seu governo. Deste modo, especialmente de 2002 a 2004, teve que navegar entre os incipientes esforços de construção organizativa e as tarefas mais prementes da defesa e resistência do processo. E, por outro lado, a própria forma escolhida para mudar a institucionalidade do país levou à realização de inúmeros processos eleitorais – somente nos dois primeiros anos de mandato foram oito eleições praticamente consecutivas – que acabaram direcionando os esforços e a atenção da população e do governo. (MARINGONI, 2004).

Já depois da vitória sobre o auge das tentativas de inviabilização promovidas pela oposição, que foi o golpe de 11 de abril de 2002, houve intentos de radicalização do processo e das formas organizativas do mesmo por parte de alguns de seus setores, inclusive com o objetivo de uma preparação militar mais ampla da população, porém esta perspectiva parece ter sido derrotada por iniciativa do próprio governo. (ROLAND DENNIS, entrevista Anexo 13; ALBERTO MÜLLER ROJAS, entrevista Anexo 7; WILFREDO VÁSQUEZ, entrevista Anexo 14).

Porém, depois disso, o governo e seus apoiadores ainda enfrentariam e venceriam mais duas tentativas de pôr fim ao seu mandato: o chamado “*paro petrolero*” de outubro de 2002, que durou nove semanas, e o “*referendo revocatorio*” de agosto de 2004³².

Apesar dos enormes prejuízos causados à economia venezuelana, o governo conseguiu sobreviver ao “*paro petrolero*” e também venceu, mais uma vez, o “*referendo revocatorio*”, realizado em agosto de 2004, com 58% dos votos. (EL REFERÉNDUM, 2004).

Desta forma, nos anos seguintes, depois destas novas demonstrações de confiança à Revolução Bolivariana e à sua principal liderança, o governo Chávez pode respirar um pouco mais tranquilo e voltar à ofensiva, pensando em novas formas para dar um salto qualitativo ao processo. Estas formas, em linhas gerais, deveriam resultar na maior unidade e coesão dos setores revolucionários, num nível mais alto de organização e consciência popular e em uma nova reforma da Constituição que permitisse afastar os obstáculos legais ainda existentes.

Assim, estas três idéias-chave: organização política única, explosão do poder popular e reforma constitucional, começaram a ser difundidas em 2005 e se fortaleceram com a reeleição de Hugo Chávez nas eleições de dezembro de 2006. Neste ano, Hugo Chávez propôs a criação de um partido único dos setores revolucionários e de esquerda que apoiavam o processo, o *Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV)* e começou a difundir a idéia da construção do chamado socialismo do século XXI. (VENEZUELA, Gobierno de la República Bolivariana de Venezuela, 2006)

Desde pelo menos o ano de 2005, Hugo Chávez vinha criticando abertamente o sistema capitalista e defendendo o socialismo como alternativa a este sistema. Porém, em 2006, a sua proposta de socialismo começou a assumir contornos mais nítidos na concepção do “socialismo do século XXI” e, após sua reeleição em 2006, num mandato que teve início em 2007 com previsão para terminar apenas em 2012, a idéia difundida foi a de que começava a segunda etapa da Revolução Bolivariana que deveria culminar com a construção plena da nova proposta de socialismo defendida.

Para tanto, o ano de 2007 seria dedicado à construção do novo partido PSUV, à Reforma Constitucional e à tentativa de elevar o nível de organização popular, com prioridade para os dois primeiros temas, uma vez que se compreendia que a chamada “explosão do poder comunal” -

³² Este último era uma prerrogativa estabelecida pela própria Constituição de 1999, que prevê a possibilidade de revogação de qualquer mandato através de plebiscito popular, depois de ter cumprido metade de seu período legal. (VENEZUELA, Constitución 1999).

como um dos objetivos fundamentais da nova etapa que se iniciava -, seria fruto da nova estruturação do poder prevista na Reforma Constitucional. (CHÁVEZ FRÍAS, 2004, 2007, 2007a; ULTIMAS NOTICIAS, 2007, 2007a).

No entanto, surpreendentemente, a chamada *fase de arranque del socialismo* não arrancou e a proposta de Reforma Constitucional do governo, que incluía a possibilidade de reeleição consecutiva para o mandato presidencial, foi derrotada no plebiscito popular destinado à sua aprovação. Foi a primeira vitória eleitoral da oposição depois de nove anos de governo Chávez. Por outro lado, a proposta de formação do PSUV também não encontrou a adesão e o consenso esperados entre as organizações apoiadoras do processo, embora o número de inscritos interessados em compor o novo partido tenha chegado à cifra de 5 milhões de pessoas.

As críticas principais ao PSUV, provenientes de setores da esquerda, referiram-se justamente à dificuldade de construção da democracia interna e da participação popular consciente em um partido que, apesar das afirmações em contrário, não estabeleceria mecanismos adequados para evitar o personalismo, o paternalismo e o burocratismo e não teria princípios político-ideológicos suficientemente firmes e consistentes. Por razões como esta, o *Partido Comunista de Venezuela*, como já dito, foi uma das organizações que, apesar da insistência do próprio presidente Chávez, decidiu manter-se fora do PSUV. (PARTIDO COMUNISTA DE VENEZUELA, 2007).

No entanto, os apoiadores do novo partido afirmavam justamente o contrário, ou seja, que o PSUV seria o partido mais democrático da história da Venezuela, uma vez que se formaria prevendo a eleição direta de todos os quadros dirigentes pelas massas populares. (WILLIAM IZARRA, entrevista Anexo 15; ALBERTO MÜLLER ROJAS, entrevista Anexo 7).

Porém, após a derrota da proposta presidencial de Reforma Constitucional no final de 2007, as dúvidas e inquietações sobre o PSUV e demais temas da chamada Revolução Bolivariana aumentaram, permanecendo o debate em aberto.

3.4. O programa da Revolução Bolivariana e suas realizações

3.4.1. O sentido fundamental do programa

Ainda de forma mais acentuada do que no caso de Cuba, buscar definir o sentido fundamental do programa da chamada Revolução Bolivariana atualmente em curso na Venezuela, é uma tarefa bastante difícil. Desde a vinda à luz do chamado *movimiento*

bolivariano de Hugo Chávez, quando da tentativa de deposição de Carlos Andrés Pérez em 4 de fevereiro de 1992, até a atualidade muitas são as opiniões e polêmicas sobre o caráter deste movimento. A coisa se complica ainda mais se se considera que o mesmo pode ter modificado seu caráter no decorrer de seu próprio processo de desenvolvimento.

Algo que parece consensual e que seria uma característica inerente ao movimento de Hugo Chávez desde o seu início, seria o seu caráter nacionalista, daí o uso do termo *bolivariano* para indicar a intenção de resgatar os valores patrióticos. Entretanto, a partir desta definição bastante genérica, várias definições foram atribuídas ao mesmo: a do nacionalismo populista e de tipo autoritário, a do nacionalismo de esquerda e democrático, a do socialismo de libertação nacional (marxista ou de outro tipo) até a do nacionalismo extremista de inspiração fascista.

A primeira definição tem sido a mais utilizada pelos meios de imprensa da direita mundial, pela academia e pela oposição política tradicional na Venezuela. Segundo esta perspectiva, Hugo Chávez seria uma espécie de reedição fora de época dos antigos governos nacionalistas e populistas da América Latina dos anos 50. Nesse caso sua política econômica e social, de aumento da intervenção e da propriedade estatal é considerada um desastre no atual cenário mundial. E, por outro lado, seu discurso populista e prática autoritária impediria o debate democrático e a possibilidade de êxito de outra proposta política. (ALBRECHT, 2003; GALL, 2006; RAMIREZ ROA, 2003).

Embora ainda existam os defensores deste ponto de vista a respeito do governo Chávez, a partir do momento em que o mesmo começou a demonstrar sua simpatia por Cuba e especialmente depois que anunciou no começo de 2005 sua adesão ao socialismo, cresceu a perspectiva – e o temor por parte dos setores dominantes na Venezuela -, de que tentaria implementar no país um socialismo de tipo marxista semelhante ao soviético e cubano. (GUERRA, 2007).

Por outro lado, também existiram algumas especulações a respeito da possibilidade de uma influência ideológica de inspiração fascista, desenvolvida a partir da informação de que Hugo Chávez teria recebido ao intelectual quando ainda estava na prisão depois do 4-F e ouvido com simpatia suas propostas nacionalistas radicais. Esta informação está contida no livro de Alberto Garrido *Guerrilla y conspiración militar en Venezuela* e também no livro *¿Que és el socialismo del siglo XXI?* de José Guerra, embora nem por isso haja uma conclusão nessas obras que Hugo Chávez seja fascista. Guerra (2007) se refere apenas a um certo “namoro” inicial com as idéias fascistas, que depois não teria tido continuidade.

Estas são as definições da ideologia do processo venezuelano atual comumente utilizadas

pela direita política. No entanto, o pensamento de esquerda, embora também nem sempre esteja de acordo entre si e não deixe de fazer críticas e apontar problemas ao processo encabeçado por Hugo Chávez, geralmente o vê com simpatia e o qualifica como um processo revolucionário e democrático original de libertação nacional e com perspectivas socialistas. Ou seja, exatamente como o próprio processo é definido por seus protagonistas. Nesse caso, as polêmicas maiores se referem às condições para a continuidade do processo e ao tipo de socialismo que se pretende construir na Venezuela. (MARINGONI, 2004; HARNECKER, 2005; LANDER, 2007).

Ironicamente, no entanto, entre os adeptos do socialismo (dentre os quais alguns dos autores mencionados acima), ao contrário do receio da direita venezuelana, não existe nenhuma afirmação, de que Hugo Chávez e seu movimento estariam tentando construir um socialismo de tipo marxista ortodoxo na Venezuela, independentemente de verem isso como um fator positivo ou negativo.

Por fim, existe ainda uma posição da esquerda radical de que Hugo Chávez não estaria conduzindo uma revolução, mas evitando-a, ao apaziguar com seu projeto e seu estilo, as contradições sociais existentes na sociedade venezuelana. Para este ponto de vista, o temor da direita radical de uma possível ruptura da ordem e construção de uma revolução anticapitalista poderia ser descartado, ao menos sem uma mudança de rumo significativa do processo atual. (DOUGLAS BRAVO, entrevista Anexo 9; ROLAND DENNIS, entrevista Anexo 13).

Considerando estas diferentes tentativas de definições, aqui consideradas de forma muito sintética, e portanto também esquemática, para os fins deste trabalho avalia-se que - embora tenham ocorrido algumas modificações no decorrer do processo iniciado com a fundação do MBR-200 de Hugo Chávez até o período atual, o que inerente a todo processo político -, seu conteúdo político-ideológico fundamental foi mantido, sendo o mesmo o conteúdo de uma revolução nacional-democrática.

Divergências internas foram comuns desde a criação do MBR-200, bem como no período do MVR quando Hugo Chávez assume o governo e também atualmente no PSUV. Entretanto, o que aqui interessa analisar é o conteúdo assinado e difundido por estas organizações ao povo da Venezuela, e a coerência entre esse discurso programático e as medidas concretas implementadas pelo governo Chávez, que serão objeto do próximo item.

Embora o conteúdo ideológico anteriormente defendido e a atual proposta do “socialismo do século XXI” não tenham sido objeto de um grande aprofundamento teórico por parte dos protagonistas da chamada Revolução Bolivariana, os documentos emitidos e os discursos de Hugo Chávez guardaram sempre uma coerência interna em seus pressupostos ideológicos

essenciais.

Conforme mencionado nos itens anteriores, os movimentos clandestinos internos às Forças Armadas da Venezuela tiveram vínculos e foram influenciados ideologicamente pelos movimentos guerrilheiros das décadas de 60 e 70 no país. Assim, de acordo com William Izarra, em seu período inicial o seu grupo chamado ARMA tinha uma orientação marxista, embora mantivesse uma estrutura organizativa independente. (WILLIAM IZARRA, entrevista Anexo 15).

Já o movimento de Hugo Chávez, embora também tivesse sido influenciado pelo movimento e lideranças guerrilheiras, deu ênfase desde o início ao chamado *bolivarianismo*, buscando vincular o pensamento de Simón Bolívar e o resgate de momentos importantes da história venezuelana, como a Guerra Federal liderada por Ezequiel Zamora, a propostas de mudanças internas nas Forças Armadas e no sistema político venezuelano.

As críticas principais eram dirigidas contra o sistema político do *Pacto de Punto Fijo*, considerado um modelo oligárquico e elitista de democracia. Também desde o início o movimento bolivariano de Hugo Chávez condenava o uso das Forças Armadas para fins repressivos contra o movimento popular, como no caso da forte repressão desencadeada pelo Estado venezuelano contra as guerrilhas dos anos 60 e 70 e o povo que as apoiava.

Assim, no contexto da crise econômica dos anos 80 e especialmente após o *Caracazo*, o movimento de Hugo Chávez cresceu no interior das Forças Armadas, ao condenar a política econômica seguida pelos governos do período e, mais uma vez, o uso da instituição militar para reprimir violentamente o descontentamento popular espontâneo, deixando um saldo de milhares de mortos.

Neste momento inicial, embora nem todos os que se aproximavam do movimento de Hugo Chávez compartilhassem uma perspectiva de transformação radical da Venezuela³³, o espírito de rebeldia e o patriotismo inspirado nos grandes heróis e episódios da história nacional sempre foi incentivado pelos dirigentes do movimento e, em especial, pelo próprio Chávez.

Evidentemente que o discurso bolivariano era fator de atração em uma instituição como as Forças Armadas e não era a primeira vez que era utilizado, bem como a proposta de participação desta instituição nos rumos políticos da sociedade venezuelana, algo também

³³ Basta mencionar o fato, narrado pelo próprio Hugo Chávez no livro de entrevistas *Chávez Nuestro*, que no momento de rebatizar o movimento em 1982, e à sua sugestão do nome MBR-200, alguns se opuseram ao uso da palavra *revolucionario*. (ELIZALDE & BÁEZ, 2004)

recorrente na história do país, conforme o item 3.1. Entretanto, a ênfase era diferente do bolivarianismo de direita, por assim dizer, ao frisar-se o conteúdo social e não apenas patriótico da proposta de Bolívar.

Por outro lado, é preciso não esquecer que, embora o motivo principal dos militares que se juntaram ao MBR-200 pudesse ser a insatisfação com a situação presente da FAN e do país e também pudessem ter diferentes pontos de vista ideológicos, por ser militares mais jovens possuíam uma formação diferente, mais rebelde e patriótica e, por seus vínculos sociais de origem, uma sensibilidade social mais aguçada, conforme também já mencionado.

Assim, havia o rechaço à política *puntofijista* que era caracterizada como corrupta e oligárquica, uma espécie de democracia de fachada. Também a política econômica era considerada ineficiente e antinacional, ao aderir ao chamado neoliberalismo subordinado ao Consenso de Washington. Então dois elementos essenciais sobressaíam como propostas desde esse início: a retomada da soberania nacional através do resgate da história e dos valores culturais nacionais, incluindo a proposta de inspiração bolivariana de unidade latino-americana, e a defesa de uma nova forma e de um novo conteúdo de democracia para a Venezuela, que fosse além da formalidade da democracia representativa e aprofundasse a participação popular e o bem-estar do povo. (CHÁVES FRÍAS, 2007a, 2007c; ELIZALDE & BAEZ, 2004).

Este ponto de vista também já era uma herança histórica, porque como dito anteriormente o movimento de Hugo Chávez não caiu do céu, e nem teve início apenas nos anos 80. É importante lembrar que o movimento guerrilheiro venezuelano teve início justamente quando da assinatura do *Pacto de Punto Fijo*, a partir da consideração de que a democracia popular havia sido derrotada pela democracia oligárquica que, embora realizasse eleições periódicas, era extremamente repressiva e excludente.

Assim, difundiu-se a descrença na democracia representativa e a idéia de que apenas uma insurreição popular armada poderia mudar a situação; idéia que na década de 80, já terminado o movimento guerrilheiro, manteve-se como uma espécie de consenso entre os militares rebeldes da FAN, os antigos guerrilheiros que continuavam organizados de alguma forma e o movimento popular.

A outra questão sensível que mobilizava os militares, a questão nacional e o papel do Estado na economia, também possuía uma tradição histórica, uma vez que, como dito em 3.2.2., o neoliberalismo não pegou na Venezuela, em virtude das características econômicas do país e do papel central que sempre havia desempenhado o Estado.

Assim, embora o patriotismo bolivariano defendido pelo movimento de Hugo Chávez inicialmente não fizesse um discurso tão ostensivamente antiimperialista, como acabou assumindo no decorrer de seu processo de desenvolvimento, se definia claramente como “antineoliberal”, na idéia de resgatar o poder do Estado e da nação.

Essas duas idéias-chave, democracia de massas ou popular e patriotismo, por sua vez, eram justificadas em nome do bem-estar do povo ou da maioria da população. Ou seja, o sistema oligárquico do *puntofijismo* se caracterizaria fundamentalmente pela exclusão das massas populares do processo político e econômico, através da concentração do poder e da riqueza nos setores privilegiados da sociedade. Por essa razão, se considerava que o grande desafio era justamente incluir a maioria da população nas decisões políticas fundamentais e utilizar a riqueza da nação para melhorar o nível de vida dessa maioria. Assim a idéia da *justiça social* se unia às duas anteriores, conformando em conjunto as propostas para uma revolução nacional-democrática. (CHÁVEZ FRÍAS, 2007a, 2007c, ELIZALDE & BAEZ, 2004).

Em síntese, o *movimiento bolivariano* encabeçado por Hugo Chávez defendeu desde o início as idéias-chave da democracia participativa, do patriotismo e da justiça social. Se de início tais idéias não eram apresentadas com tamanha nitidez e nem se falava abertamente em antiimperialismo, é certo que elas já existiam como eixo da ação revolucionária que se pretendia desencadear. Também o fato de não terem sido escritos programas políticos no sentido mais estrito do termo ou uma apresentação pública de profundidade teórica a respeito destas orientações, não significa que não havia um horizonte a seguir.

Esse horizonte existia e pretendia ser viabilizado na prática através de uma insurreição dos setores militares comprometidos, combinada com a atuação de movimentos populares. Uma vez vitoriosa a insurreição, o objetivo seria imediatamente aprovar uma nova Constituição para a Venezuela. Esta também era uma idéia que existia desde o início do movimento.

Já no final da década de 80 e principalmente após o *Caracazo* as idéias gerais começaram a ser transformadas em planos concretos para a tomada do poder, e os grupos militares - não apenas o de Hugo Chávez, mas também outros militares articulados na *Frente Patriótica* proposta por Douglas Bravo -, e políticos começaram a articular-se em torno deste objetivo.

Assim, com alguma coordenação, embora posteriormente tenha se mostrado pequena e insuficiente, entre grupos militares e civis, foi estabelecido o ano de 1992 como o ano em que seria executada a ação militar contra Carlos Andrés Pérez. A ação foi planejada com riqueza de detalhes, até mesmo pela formação militar e guerrilheira de seus principais artífices, inclusive com a redação anterior de leis e decretos que seriam emitidos caso os rebeldes fossem

vitoriosos. Esses documentos foram escritos por Kleber Ramírez, ex guerrilheiro das FALN e antigo companheiro de Douglas Bravo, e constam do livro *Historia documental del 4 de febrero* do mesmo autor.

Enfim, a ação foi levada a cabo em 4 de fevereiro de 1992 e, como se sabe, foi derrotada por Carlos Andrés Pérez, sendo a maioria dos participantes presos. Em 27 de novembro do mesmo ano, enquanto Hugo Chávez e outros participantes da ação de fevereiro permaneciam presos, foi feita uma nova tentativa de depor Carlos Andrés Pérez através de uma insurreição militar, desta vez dirigida fundamentalmente por militares articulados na *Frente Patriótica* e com maior vínculo com os setores populares. Porém, mais uma vez a ação foi derrotada. (DOUGLAS BRAVO, entrevista Anexo 9; WILLIAM IZARRA, entrevista Anexo 15).

O que se passou depois é bastante conhecido. Durante o período de prisão cresceu a popularidade de Hugo Chávez e de movimento MBR-200. Nesse período, não havia sido modificada a idéia fundamental da Constituinte e deixava-se claro que não se havia desistido da luta para modificar a situação da Venezuela, conforme havia simbolizado o “*por ahora fomos derrotados*” do discurso televisivo de Hugo Chávez após a derrota do 4-F.

Assim, depois da ação do 4-F a figura de Hugo Chávez se tornaria maior que o próprio movimento, fazendo com que o MBR-200 deixasse de ser clandestino e crescesse de forma desordenada, formando-se uma corrente de apoio popular e de organizações de esquerda em torno da liderança de Hugo Chávez. Após sair da prisão em 1994, Hugo Chávez havia percorrido o país com o objetivo de fortalecer o MBR-200 e propagandear a idéia da necessidade de uma Assembléia Constituinte para refundar a Venezuela.

Nesse período, Hugo Chávez era contrário a participar de processos eleitorais, uma vez que a crítica maior era dirigida contra a democracia *puntofijista*. Tanto que quando organizações políticas de esquerda tentaram convencê-lo a candidatar-se nas eleições estaduais e municipais anteriores às eleições presidenciais, a sua resposta foi: “Não, nós [o MBR-200] queremos o poder para mudar o país. Nós vamos à Constituinte!”. (CHÁVEZ FRÍAS, 2007a).

Porém, para as eleições presidenciais de 1998, foi convencido de que a Constituição poderia ser obtida se fosse presidente da República. Para tanto, como dito em 3.3.3., o MBR-200 foi transformado no partido MVR e conformou-se o *Polo Patriótico* que agrupou outros grupos de esquerda para eleger Chávez presidente.

A campanha eleitoral centrou-se na denúncia da situação venezuelana e na proposta praticamente exclusiva da Constituição. Na realidade, buscou-se converter a candidatura de

Chávez em um movimento mais amplo e profundo pela transformação da Venezuela e essa perspectiva era sintetizada na proposta da Constituição. Como a intenção era promover uma transformação estrutural da Venezuela se considerava mais apropriado difundir amplamente essa idéia do que formular programas de tipo eleitoral com todas as propostas detalhadas. Como disse um líder popular participante destes acontecimentos, o importante era que Hugo Chávez propagandeasse a Constituição e vencesse as eleições. Esse era o único objetivo. (ROLAND DENNIS, entrevista Anexo 13; WILFREDO VASQUEZ, entrevista Anexo 14).

Dada a crise terminal do sistema político do *Pacto de Punto Fijo*, o vazio das outras candidaturas e o consenso cada vez maior de que a Venezuela precisava mudar, Hugo Chávez saiu eleito e coerentemente já em sua posse em janeiro de 1999 jurou sobre a “moribunda” Constituição.

O primeiro ano do mandato foi dedicado à aprovação da nova Constituição, que foi denominada *bolivariana*, e definiu que a nova denominação do país passaria a ser *República Bolivariana de Venezuela*. Não era uma mera questão de palavras, uma vez que o conteúdo constitucional era coerente com as propostas do *movimiento bolivariano* de Chávez desde o seu início. As idéias-chave da Constituição foram a “*democracia participativa o protagónica*”, o controle do Estado, embora não exclusivamente, sobre os recursos naturais e econômicos da nação, a valorização da cultura nacional, a ampliação dos direitos sociais e trabalhistas e a integração latino-americana. (VENEZUELA, Constitución 1999).

Antes mesmo da aprovação da nova Constituição já se havia começado a implementar na prática o princípio da chamada democracia protagônica, estabelecendo-se a consulta popular para aprovar ou não a convocação da Constituinte, para eleger os deputados constituintes e para aprovar ou não o novo texto constitucional. Esse princípio permaneceria e seria ainda mais amplamente utilizado após a promulgação da Constituição, que foi aprovada com 70% dos votos no plebiscito popular. (MARINGONI, 2004).

Entretanto, do ponto de vista da política-econômica, contraditoriamente, nos dois primeiros anos de governo Hugo Chávez não modificou a política econômica anterior, que pressupunha o respeito aos acordos internacionais, inclusive com o FMI, e a independência do Banco Central. (MARINGONI, 2004; GUERRA, 2007).

Desta forma, nos dois primeiros anos de mandato a oposição se manteve mais tranqüila, apenas observando os rumos do governo. E isto apesar de que nas eleições gerais do ano 2000, que reelegeu todos os mandatos públicos, inclusive o do presidente da República, visando adequá-los à nova Constituição, o mapa político da Venezuela houvesse sido amplamente modificado a

favor da força política de Hugo Chávez. E também houvessem sido promovidas mudanças no Poder Judiciário e Eleitoral ainda durante o processo Constituinte. Porém, após 2001, quando Hugo Chávez resolve começar a por em prática sua nova política econômica, tocando em assuntos essenciais como a orientação da produção petroleira e a reforma agrária, a oposição começa a se alarmar cada vez mais.

O resultado é o acirramento do confronto até o frustrado golpe de Estado de abril de 2002, o chamado *paro petrolero* do final do mesmo ano e o "*referendo revocatorio*" do presidente da República de agosto de 2004.

Até este período, a orientação ideológica não havia sido modificada e buscava-se pôr em prática os princípios constitucionais, apesar das dificuldades oriundas do conflito permanente entre o governo e seus apoiadores e a oposição de direita apoiada pelos Estados Unidos.

Entretanto, depois de vencidas essas batalhas, Hugo Chávez anunciou em novembro de 2004 o que seria o "*Gran Salto Adelante*" do período seguinte, ou seja, conforme anunciou em seu discurso no encerramento do Fórum Social Mundial de Porto Alegre em fevereiro de 2005³⁴, o início da passagem da *Revolución Bolivariana* ao socialismo.

Oficialmente então, a partir desse período e, principalmente depois da reeleição de 2006, que aprovou um mandato de mais 6 anos, ou seja até 2012, para Hugo Chávez, passou-se a divulgar a idéia de que a chamada Revolução Bolivariana entrava em sua "*segunda etapa*", uma vez que havia sido vencido o período considerado de *transição* entre a IV e a V República.

Entretanto, ao mesmo tempo, buscou-se diferenciar a proposta socialista em questão do chamado socialismo real do século XX, daí a denominação atribuída ao mesmo de *socialismo do século XXI*.

Mas, afinal, que projeto socialista seria esse? Desde que Hugo Chávez começou a falar em socialismo como alternativa para a Venezuela, as especulações a respeito foram crescendo. Em um extremo, como já dito, os que acreditavam que tentaria imitar o socialismo marxista cubano e, em outro, os que consideravam que seu socialismo não passava da continuidade do capitalismo neoliberal com retórica socialista. Contribuíu ainda mais para a polêmica, o fato de o governo demorar a expor publicamente e de forma mais consistente a sua visão do socialismo e a estratégia que pretendia adotar para efetivá-lo.

Porém, após a reeleição de 2006, os materiais oficiais sobre o "socialismo do século XXI" começaram a aparecer. Em linhas gerais, o conteúdo destes materiais argumentava que este

³⁴ Eu mesma estive presente neste Fórum e pude ouvir seu discurso.

socialismo seria “*um invento*” venezuelano e que, portanto, não se pretendia imitar nenhum outro socialismo do passado. A “*via venezolana*” para a construção do socialismo seria justamente mesclar o ideário patriótico de Simón Bolívar e outros personagens nacionais, com o humanismo de inspiração cristã e o marxismo. (CHÁVEZ FRÍAS, 2007a; DIETERICH, 2007).

Ao mesmo tempo, se acreditava necessário superar os considerados desvios do socialismo do século XX, o que incluiria uma renovação teórica do projeto do *Manifesto Comunista* buscando adequá-la à nova realidade histórica do século XXI.

Assim, o novo socialismo deveria buscar superar justamente os principais problemas e defeitos das experiências socialistas do século XX e entre esses problemas dois eram destacados: a limitação da democracia e a ineficiência econômica. A crescente burocratização seria a principal causa destes dois problemas. Buscando atingir esses dois alvos, portanto, o “socialismo do século XXI” deveria apostar em uma nova forma de democracia, a democracia direta ou de massas, e na estruturação de uma economia mista, com predomínio da produção solidária e estatal, mas sem eliminar completamente a economia monetário-mercantil e a propriedade privada. (IZARRA, 2007; WILLIAM IZARRA, entrevista Anexo 15; CHÁVEZ FRÍAS, 2007).

Do ponto de vista da fundamentação teórica, essa proposta tinha como guia principal os estudos e proposições de Heinz Dieterich e Arno Peters publicadas originalmente no livro *Fin del capitalismo global: el nuevo proyecto histórico* e, mais recentemente, no livro *El socialismo del siglo XXI*. A idéia-chave destas obras é a necessidade de reconstrução do socialismo como alternativa histórica ao capitalismo a partir do aprofundamento dos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade da Revolução Francesa. Esta forma superior de organização da sociedade seria possível através da implementação de um sistema político de democracia direta e de um sistema econômico de troca de equivalentes, no lugar da antiga economia mercantil. (DIETERICH, FRANCO, PETERS, 1998; DIETERICH, 2002).

Na experiência da Revolução Bolivariana, essa tese encontraria aplicação prática na forma da democracia direta através de plebiscitos, assembléias e conselhos populares e da economia não mercantil, por meio de cooperativas, empresas de produção social, núcleos de desenvolvimento endógeno e comunas. A estratégia desenhada teria como fim último atingir um sistema social movido por outra lógica: a da solidariedade e da participação direta das amplas massas. (DIETERICH, 2007; WILLIAM IZARRA, entrevista Anexo 15; IZARRA, 2007; VENEZUELA, Asamblea Nacional, 2006; GERMAN FERRER, entrevista Anexo 10).

No entanto, segundo William Izarra (2007) esta alteração substantiva estaria apenas sendo iniciada na Venezuela a partir de 2007, uma vez que sua consumação definitiva dependeria de um

largo e árduo caminho conformado por etapas, fases, momentos e conjunturas específicas de avanços e reveses³⁵.

Com este entendimento, foram estabelecidos os chamados “*cinco motores da fase de arranque del socialismo*”, dentro do que seria a segunda etapa da Revolução Bolivariana. Os cinco motores eram: as *Leyes Habilitantes* ou “la ley madre de la revolución para obtener poderes especiales y así crear las leyes que cambien la estructura reformista del Estado Nacional actual”, a Reforma Constitucional para dar à Constituição de 1999 um conteúdo socialista, a Educação Socialista Popular através de “un programa permanente destinado a generar los nuevos valores, principios y preceptos que den la base de sustento a la cultura que exige el socialismo”, o Reajuste Territorial ou “la nueva geometría del poder nacional en sus tres dimensiones: distancia, volumen y extensión para la aplicación simétrica del poder (división político-territorial) e o Estado Social Comunal ou “la explosión revolucionaria del poder comunal para convertir el Estado Burocrático en el Estado Social-Comunal”. (IZARRA, 2007, p. 11).

Para o êxito desta fase foram considerados instrumentos fundamentais a formação e consolidação de um partido único da esquerda e dos apoiadores do processo, que seria denominado *Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV)* e a Reforma da Constituição de 1999, no intuito de adequar o sistema político-jurídico venezuelano à nova etapa socialista da Revolução Bolivariana, removendo os obstáculos jurídicos a esse fim.

Essa etapa foi caracterizada também como uma etapa de transferência do poder ao povo, ou seja, o poder governamental concentrado no Executivo, Legislativo e Judiciário deveria ser paulatinamente transferido à maioria da população organizada nos conselhos populares, nas comunas e nas unidades de produção socialistas. Por essa razão, o chamado quinto motor da fase de arranque do socialismo seria a “explosão do poder comunal”. (IZARRA, 2007; GERMÁN FERRER, entrevista Anexo 10).

Com base nesta perspectiva, em 2007 se fez uma grande campanha pela Reforma Constitucional, que estabeleceria de uma só vez todos os princípios mencionados acima e também a possibilidade de reeleição consecutiva do presidente da República, considerando-se a permanência de Hugo Chávez à frente do Executivo fundamental para a consolidação do

³⁵ Desde quando os grupos de militares rebeldes começaram a se organizar no interior da FAN pensavam estrategicamente na perspectiva da tomada do poder e, por essa razão, a ideologia e os princípios políticos fundamentais eram convertidos em planos concretos com prazos para serem executados. Entretanto, também se sabia que a execução de tais planos dependia de inúmeros fatores alheios à vontade de seus protagonistas e, por isso, tinham de ser pensados de forma apenas aproximada à realidade, aproveitando-se os momentos favoráveis para avançar e não desanimando com as derrotas e reveses. (WILLIAM IZARRA, entrevista Anexo 15).

projeto. (CHÁVEZ FRÍAS, 2007; VENEZUELA, Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2007).

Porém, surpreendentemente, ao contrário do que era esperado, inclusive pelos opositores do processo encabeçado por Hugo Chávez, a proposta de Reforma Constitucional foi derrotada no plebiscito popular de 2 de dezembro de 2007. Era a primeira vez que Hugo Chávez perdia uma eleição em nove anos de governo.

As causas da derrota foram avaliadas posteriormente, principalmente pelos setores apoiadores do processo. Num primeiro momento prevaleceu a visão no governo de que havia sido apenas uma derrota tática, oriunda de pequenos erros na condução prática do processo e, por essa razão, o rumo fundamental não seria modificado, apenas mudado um pouco o seu ritmo, no intuito de dar mais tempo para a conscientização popular. Também se deveria dar seqüência ao desenvolvimento daqueles “motores” que não entrassem em choque com o conteúdo da Constituição de 1999, até a possibilidade de aprovar a reforma. (CHÁVEZ FRÍAS, 2007b, 2008)

Entretanto, intelectuais e militantes apoiadores do processo, especialmente da Venezuela, mas também de outros países, buscaram avaliar mais profundamente as razões da derrota, indicando contradições e problemas tanto no conteúdo da proposta de reforma constitucional como nos procedimentos utilizados para sua aprovação. (LANDER, 2007).

Em relação à posição do governo, passado o momento inicial, houve um ensaio de autocrítica e de avaliação mais profunda das causas da derrota, porém o horizonte ideológico e o projeto do chamado socialismo do século XXI não foram alterados.

Atualmente, Hugo Chávez busca conduzir seu mandato de acordo com a Constituição de 1999 e continuar fortalecendo sua posição política, sendo que as eleições regionais do final deste ano serão importantes neste aspecto, indicando até que ponto a não aprovação da reforma constitucional significou um desencanto com Chávez e seu partido.

Esta não parece ser a realidade, como bem indicou Edgardo Lander (2007), uma vez que não houve um aumento dos votos da oposição no plebiscito da reforma. O mais provável é que o povo venezuelano gostaria de algumas mudanças na direção do processo e um maior esclarecimento e participação na elaboração de novas mudanças constitucionais, mas não uma mudança dos próprios dirigentes, principalmente de Hugo Chávez.

Assim, muitas são as perguntas sobre o futuro da Revolução Bolivariana no momento atual e as principais se referem à possibilidade ou não de Hugo Chávez mudar a lei constitucional da

reeleição até o final do seu mandato em 2012, sobre se haverá ou não uma mudança na correlação de forças a favor da oposição, especialmente após as eleições regionais deste ano, ou se o governo encontrará formas de fazer avançar seu projeto socialista. Entretanto, para os fins deste trabalho, importa o projeto defendido e implementado até o momento.

3.4.2. As realizações da Revolução Bolivariana e seus vínculos com o programa

Para uma melhor compreensão das medidas efetivamente implementadas pela chamada Revolução Bolivariana, pode-se dividir o período de governo de Hugo Chávez em três momentos, de acordo com a dinâmica dos acontecimentos e as prioridades de cada período.

Assim, o primeiro período, de 1999 a 2001, caracterizou-se pelo esforço em mudar o sistema político venezuelano e a correlação de forças em favor da Revolução Bolivariana. O segundo período, de 2002 a 2004, pelos esforços para vencer a resistência e a oposição à continuidade do projeto e o terceiro, de meados de 2004 até hoje, pelas tentativas de fazer o projeto avançar na prática, consolidar-se e dar um salto superior.

Nos dois primeiros anos de mandato, o governo Hugo Chávez empenhou-se em aprovar uma nova Constituição e reestruturar o poder político da Venezuela de acordo com esta Constituição. Conforme já mencionado, a Constituição foi aprovada com sucesso em plebiscito popular e nas eleições gerais de 2000 o partido de Hugo Chávez, MVR, saiu amplamente vitorioso nas eleições que visavam adequar todos os mandatos públicos à nova Carta Magna. (VENEZUELA, Constitución 1999).

Porém, apesar do conteúdo inovador da nova Constituição e da ousadia política na forma de conduzir o processo de sua elaboração e aprovação, apelando diretamente ao veredicto popular, nesses dois primeiros anos de mandato a política econômica continuou a mesma do governo anterior.

O governo prometeu o cumprimento dos compromissos internacionais, empenhou-se em manter a inflação e os gastos estatais sob controle, garantiu que não ia rever nenhum processo de privatização e assegurou a autonomia do Banco Central, entre outras medidas próprias de qualquer governo considerado neoliberal. (GUERRA, 2007; MARINGONI, 2004)

Além disso, o governo de Hugo Chávez empreendeu uma ofensiva para recuperar os preços do petróleo, através de um novo esforço de união entre os países produtores, o que era uma necessidade vital para tirar a Venezuela da crise. O esforço foi bem sucedido e o Estado

venezuelano pode beneficiar-se do aumento dos preços do produto.

Porém, apesar da ortodoxia no campo econômico, o discurso de Hugo Chávez no período já era orientado à defesa de uma mudança da sociedade venezuelana onde os excluídos de sempre - a grande maioria da população -, deveriam ter vez e voz. Por essa razão, a chamada “*democracia participativa y protagónica*” constituiu o núcleo da chamada Constituição Bolivariana de 1999. (GUERRA, 2007; MARINGONI, 2004).

Com base nesta concepção, o povo venezuelano foi chamado mais uma vez a deliberar, depois de três eleições consecutivas - para aprovar ou não a convocação da Assembléia Constituinte, para eleger os deputados constituintes e para aprovar ou não a nova Constituição – sobre a adequação de todos os poderes do Estado à nova Constituição, escolhendo novamente todos os governadores, prefeitos, deputados e o próprio presidente da República.

Estas eleições deram a Hugo Chávez e ao processo por ele dirigido um respaldo quase total. Assim, a chamada Revolução Bolivariana ou V República começava a se tornar algo mais concreto, uma vez que o poder Executivo, incluindo as Forças Armadas, o Legislativo e o Judiciário passavam a trabalhar em uníssono, ou pelo menos a maioria de seus componentes, pela efetivação do projeto bolivariano.

Além destes poderes, a Constituição havia criado dois novos: o *Poder Electoral*, composto para desempenhar o antigo papel da Justiça Eleitoral, e o *Poder Ciudadano*, para tratar de assuntos relativos aos interesses mais diretos da população, ambos também majoritariamente favoráveis ao processo encabeçado por Hugo Chávez (MARINGONI, 2004; HARNECKER, 2005).

No entanto, ao mesmo tempo em que procedia a estas mudanças jurídico-políticas, Hugo Chávez não se descuidava da atenção a sua principal base de apoio: as Forças Armadas e o povo mais pobre. Desta forma, deu início a um programa destinado à implementação de medidas emergenciais de benefício popular, as chamadas *Misiones*, que deveriam contar com a participação direta das Forças Armadas. Uma das primeiras dessas missões foi concebida no interior do projeto denominado *Plan Bolívar 2000*, e pressupunha justamente o envolvimento das Forças Armadas na realização de uma série de projetos, especialmente na área de saúde e infra-estrutura.

As demais missões envolveram projetos na área de educação desde o nível básico até o superior – *Misión Robinson* de alfabetização, *Misión Ribas* de ensino fundamental e médio e *Misión Sucre* de ensino superior – na área de saúde, *Misión Barrio Adentro* que contou com a

ajuda de Cuba, e na área produtiva, através de projetos de cooperativas, através da *Misión Vuelvan Caras*. (ALBERTO CASTELAR, entrevista Anexo 6).

Em novembro de 2001, Hugo Chávez resolveu aprofundar as medidas da Revolução Bolivariana, anunciando em cadeia de rádio e televisão um programa de 42 leis – as chamadas *Leyes Habilitantes* - entre as quais as *Leyes de la Tierra, de la Pesca y de los Hidrocarburos*.

Através desse conjunto de leis o governo interveio em pontos centrais da economia venezuelana, no intuito expresso de eliminar o regime latifundiário através da expropriação das terras ociosas, de aumentar a faixa marítima de 3 para 6 mil, de modo a beneficiar os pescadores artesanais e o ecossistema, gerar empregos e restringir a ação predatória das grandes corporações empresariais e, por último, de concentrar a atividade petroleira no Estado, utilizando os recursos do petróleo para financiar programas sociais públicos e gerar um fundo de estabilização macroeconômica e investimento produtivo com prioridade para a economia nacional e o bem-estar do povo. (MARINGONI, 2004; BORGES, 2004; GOTT, 2004; HARNECKER, 2005).

Além destas medidas internas, Hugo Chávez também deu início a uma nova política externa para a Venezuela na tentativa de liderar um processo de integração latino-americana conforme idealizada por Simón Bolívar e inscrita na Constituição de 1999. Com esse intuito aproximou-se de Cuba, propôs a criação da *Alternativa Bolivariana para las Américas (ALBA)* em contraposição à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), lançada pelos Estados Unidos, e buscou uma aproximação comercial com os países da Ásia e da África, além da América Latina, propondo uma ofensiva “*desde el Sur*” contra o hegemonismo do Norte, especialmente dos Estados Unidos. (CUBA E VENEZUELA, 2004).

Depois destas iniciativas, a oposição não deu mais trégua ao governo de Hugo Chávez e os esforços do mesmo tiveram que voltar-se para a resistência às várias tentativas de inviabilização de seu mandato. Três temas indignaram sobremaneira a elite política e econômica tradicional: a nova política para o petróleo - que reduzia a autonomia da poderosa PDVSA que sempre fora uma espécie de Estado dentro do Estado - o discurso provocativo e radical de Hugo Chávez e a aproximação com Cuba. Estes temas foram suficientes para a acusação de que Hugo Chávez pretendia trazer o “comunismo de Castro” para a Venezuela.

As tentativas de inviabilização do mandato de Hugo Chávez, embora continuem, até hoje, ocorreram principalmente no período 2002-2004 e incluíram desde plebiscitos legais, passando por sabotagens econômicas até um golpe de Estado militar respaldado pelos Estados Unidos. Após o anúncio das anteriormente mencionadas *Leyes Habilitantes* em novembro de 2001, a oposição tentou uma paralisação nacional no final do mesmo ano, mas sem muito sucesso.

Contudo, essa tentativa de paralisação e as manifestações de rua cada vez mais violentas contra o governo serviram para preparar o terreno para o golpe de Estado de abril de 2002. Fracassado também o golpe, o esforço dirigiu-se para a sabotagem econômica, através de uma paralisação do setor petrolífero que durou nove semanas no final de 2002.

Derrotada mais esta iniciativa - apesar dos enormes prejuízos econômicos e do desgaste provocados -, a oposição passou a priorizar as iniciativas civis e eleitorais através da *Coordinadora Democrática de Venezuela (CD)*, uma coligação de partidos e ONG's contrárias ao governo. A tentativa foi antecipar o “referendo revocatorio” do presidente da República já para o primeiro semestre de 2003.

Entretanto, depois de inúmeras batalhas no Conselho Nacional Eleitoral (CNE) e acusações de ilegalidade de ambas as partes, o plebiscito foi realizado em seu prazo constitucional em agosto de 2004 e Hugo Chávez saiu vitorioso novamente com 58% dos votos. (EL REFERÉNDUM, 2004).

Em seu livro, *El Código Chávez*, Eva Golinger busca “decifrar” a participação dos Estados Unidos no golpe de Estado de abril de 2002 e nas demais iniciativas para tentar depor o presidente da Venezuela Hugo Chávez Frías. Golinger evidencia como os procedimentos utilizados foram uma combinação de métodos já testados pela Central de Inteligência dos Estados Unidos em outros países da América Latina, como nos golpes de Estado ocorridos nos anos 60 e 70 na América do Sul e na intervenção na Revolução Sandinista da Nicarágua nos anos 80. Assim, nenhuma via seria recusada pela oposição venezuelana para tentar depor Chávez, das mais pacíficas e com verniz democrático às mais violentas e ilegais.

Para vencer todas essas batalhas, o governo Chávez contou com três fatores fundamentais: o apoio popular, a defesa de seu governo assumida pelas Forças Armadas e a cada vez maior unidade das forças políticas que o apoiavam em torno da defesa da Revolução Bolivariana. Deste modo, desde a batalha desencadeada pelos setores fiéis do Exército a seu governo em unidade com o povo mobilizado para derrotar o golpe de abril de 2002 até as diversas batalhas políticas e eleitorais, Hugo Chávez foi forjando um campo de apoio mais sólido.

Outro campo onde o governo teve de atuar foi o dos meios de comunicação de massa, uma vez que o uso destes meios, em especial da televisão, pela oposição foi e ainda é tão grande que o golpe de Estado de 2002 chegou a ser caracterizado como um “golpe mediático”.

Assim, a luta política através da grande mídia é outro atributo característico da chamada Revolução Bolivariana. Este fator tem sido amplamente mencionado nos estudos sobre o processo

venezuelano atual. Ambos os lados da contenda, governo e oposição, tem feito um uso inédito, ostensivo e até abusivo da mídia na defesa de seus fins políticos.

Hugo Chávez, apesar do menor espaço que ainda dispõe nos canais de televisão em relação a seus principais opositores, possui as qualidades de um grande comunicador de massas, o que ajuda a compensar essa desvantagem. Já a oposição - detentora dos canais de televisão de maior audiência e tradição -, aproveita essa vantagem para, de forma desmesurada e abusiva, fazer sua campanha contra o governo.

Assim, ao assistir-se à TV na Venezuela, tem-se a impressão de estar entrando em um mundo completamente diferente do mundo real, onde a Revolução Bolivariana, seus principais eventos e protagonistas, apresentam outra faceta, distinta daquela que de fato apresentam fora das telas. Às vezes parece que se está assistindo a uma revolução virtual³⁶.

Entretanto, a batalha televisiva faz parte da batalha ideológica e como tal, apesar de fundamental nas condições do século XXI, é parte do processo e não o seu todo, embora seu peso relativo mereça ser melhor analisado e dimensionado. Porém, o fato é que, embora com menor espaço televisivo e sem o apoio internacional e nacional dos grandes negócios com que contou a oposição, o governo Chávez conseguiu vencer as principais tentativas de derrubá-lo. E isto fundamentalmente devido ao apoio popular e de setores das Forças Armadas. (HARNECKER, 2005; MARINGONI, 2004).

Após todas essas vitórias, sendo a última a do “*referendo revocatorio*” de agosto de 2004, o governo Chávez pode respirar um pouco mais tranquilo e dar início a uma nova tentativa de ofensiva no plano político. Não tendo optado pelo acirramento da luta contra a oposição que organizou o golpe em 2002, Hugo Chávez buscou retomar sua agenda a partir do referendo de 2004. Para tanto, anunciou em novembro deste mesmo ano, os chamados “*10 objetivos estratégicos para el Gran Salto Adelante*”. (CHÁVEZ FRÍAS, 2004).

A partir de então, de 2005 até o presente, na chamada segunda etapa da Revolução Bolivariana ou *fase de arranque del socialismo* deveria se iniciar um processo de reestruturação completa da sociedade venezuelana, desde sua perspectiva político-ideológica até suas características sócio-econômicas.

Do ponto de vista sócio-econômico, o intuito seria prioritariamente expandir a produção petroleira e avançar no processo de industrialização nacional, com prioridade para as empresas estatais e as unidades de produção não mercantis. No que se refere à ampliação do papel do

³⁶ Essa impressão eu mesma tive durante o mês que passei na Venezuela para a pesquisa de campo.

Estado na economia, a PDVSA passou a financiar diretamente projetos de desenvolvimento econômico e políticas sociais e também ampliou sua presença internacional através da criação da Petroamérica e da Petrocaribe. (CHÁVEZ FRÍAS, 2007).

No setor industrial, foi potencializada a *Corporación Venezolana de Guayana (CVG)* e suas empresas filiais que entraram no mercado de telecomunicações; criado um setor de empresas públicas, algumas com participação do capital estrangeiro, como uma fábrica de tratores e outra de cimento com capital do Irã; além da instalação de indústrias estatais de produção militar, celulose, têxteis, alimentos e dos planos para a construção de uma companhia siderúrgica estatal.

Para atuar no setor agroindustrial, o Estado criou a *Corporación Venezolana Agraria (CVA)* em março de 2005, adjunta ao *Ministerio del Poder Popular para la Alimentación* e composta pela *CVA Azucar*, *CVA Cereales y Oleaginosas*, *CVA Lacteos* e pela *CVA Empresa Comercializadora de Insumos y Servicios Agrícolas*. Quanto à comercialização de alimentos, o Estado já havia criado a rede *Mercal*, que se tornou a maior vendedora de alimentos do país, e a *Corporación de Alimentos e Servicios Agrícolas (CASA)*.

Ainda no ramo dos serviços, o Estado criou uma linha aérea, a *Conviasa*, e demonstrou interesse em comprar outra para atuar na América e Europa, e adquiriu hotéis e complexos recreativos. Além disso, visando respaldar seus novos programas, o Estado investiu fortemente no setor financeiro, através da criação dos bancos: *del Tesoro*, *de la Vivienda*, *de la Fuerza Armada Nacional*, *Agrícola*, *de la Mujer*, *del Pueblo* e do fortalecimento do *Banco de Desarrollo Económico y Social de Venezuela (BANDES)* e do *Banco Industrial de Venezuela (BIV)*.

No que se refere ao desenvolvimento de um setor econômico não mercantil e não capitalista, este assumiu a forma das cooperativas, das *Empresas de Producción Social (EPS)* e dos *Núcleos de Desarrollo Endógeno (NDE)*.

Em linhas gerais, todas essas iniciativas, apoiadas financeiramente e através da compra de seus produtos pelo Estado, por meio do *Ministerio de la Economía Popular*, ao qual foram incorporados o *Banco de la Mujer*, o *Banco del Pueblo* e uma série de fundos e instituições financeiras, teriam o intuito de produzir prioritariamente para a satisfação das necessidades da população local e não para o mercado e de trocar diretamente os excedentes sem o uso do dinheiro.

As *Empresas de Producción Social* seriam dirigidas diretamente pelos trabalhadores e os *Núcleos de Desarrollo Endógeno* seriam conformados a partir da união de diversas cooperativas

que produziriam de acordo com as necessidades de consumo e as potencialidades de determinada unidade territorial, constituindo o embrião das futuras comunas. (GUERRA, 2007).

Desta forma, os novos experimentos econômicos iriam abrindo terreno no interior do antigo sistema social capitalista para, paulatinamente, sobrepor-se àquele sistema. Como mencionado no item anterior, o ideal a ser alcançado seria um modelo econômico misto, com o predomínio da denominada *economía social-comunal* característica do “socialismo do século XXI”, mas sem eliminar de todo a economia estatal e privada.

Considera-se também que a transição para este novo sistema sócio-econômico não encontraria muitas dificuldades na Venezuela, dada a importância histórica da participação do Estado na economia. Deste modo, o poder econômico do Estado poderia ser amplamente utilizado na fase de transição, tanto para criar diretamente a base produtiva necessária ao novo modelo econômico, como para incentivar o desenvolvimento da economia de novo tipo. Inclusive o Estado poderia, muito criteriosamente e de acordo com necessidades econômicas e tecnológicas estratégicas, estabelecer associações com o grande capital privado internacional, o que já vem sendo implementado na Venezuela através das empresas mistas. (CHÁVEZ FRÍAS, 2007c; WILLIAM IZARRA, entrevista Anexo 15).

Desta forma, as relações de trabalho e propriedade também poderiam ser distintas, embora amplamente reguladas pelo Estado, de acordo com as diferentes formas de funcionamento das unidades de produção, incluindo o assalariamento em forma capitalista nas empresas que permaneceriam privadas, a co-gestão entre trabalhadores e Estado nas empresas estatais e mistas, e a gestão completa dos trabalhadores nas unidades de produção comunais e também em algumas empresas de propriedade do Estado.

Concomitantemente a estas alterações sócio-econômicas, e até mesmo como uma condição para a implementação das mesmas, também se passou a defender uma ainda mais radical mudança na estruturação político-jurídica da sociedade.

O intuito seria transformar a democracia direta em mecanismo fundamental da tomada de decisões políticas, avançando na organização comunitária através de conselhos comunais, da formação de comunas, da organização de assembléias populares, etc.

Para tanto, as funções do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário deveriam ser modificadas, para que representassem cada vez mais diretamente a vontade popular. Todas essas funções deveriam ser transferidas paulatinamente ao povo, que deliberaria diretamente sobre os

principais assuntos de seu interesse nestas três esferas. (CHÁVEZ FRÍAS, 2004, 2007, 2007a, 2007b; IZARRA, 2007; WILLIAM IZARRA, entrevista Anexo 15).

Porém, a implementação prática deste ideário esbarrou nos obstáculos interpostos pela antiga estrutura burocrática do Estado venezuelano, que passou a desviar e corromper as experiências e iniciativas comunitárias e a própria “*legislación bolivariana*”.

Por outro lado, a própria cultura popular criada por anos de vigência da prática do clientelismo e do personalismo e pelas próprias características do governo de Hugo Chávez que até então não contava com estruturas organizativas intermediárias na sua relação com o povo, dificultavam o avanço para um processo democrático mais profundo. Desta forma, o debate fundamental entre os apoiadores do processo passou a ser como superar estes obstáculos, através de quais instrumentos.

Este debate conduziu a três propostas-chave: a reestruturação da FAN, a formação de um partido único da esquerda materializado no PSUV e a proposta de Reforma da Constituição de 1999. No primeiro caso, o debate foi grande a respeito do papel que deveriam desempenhar as novas *Fuerzas Armadas Bolivarianas* na sociedade. Surgiram propostas desde acabar completamente com a profissionalização e, portanto, com o caráter separado da sociedade das Forças Armadas, transferindo diretamente ao povo também as funções de defesa até mantê-las, reforçá-las e atribuir-lhes um papel especial na condução da sociedade. (MÜLLER ROJAS, 2007; ALBERTO MÜLLER ROJAS, entrevista Anexo 7).

Por fim, acabou prevalecendo a proposta de Hugo Chávez de mantê-las e garantir-lhes melhores condições de funcionamento, porém criando, ao mesmo tempo, uma força de reserva popular e não profissionalizada.

Quanto à formação de um partido único da esquerda, o debate também foi grande e não encontrou consenso. As dúvidas principais dos grupos de esquerda eram sobre a formação de uma frente política ou de um partido único e novamente venceu a proposta presidencial de formação do partido PSUV, mas dando o tempo necessário para que as organizações de esquerda pudessem refletir sobre seu ingresso ou não, mantendo-se o direito das mesmas de permanecer de fora.

O esforço foi para conformar o novo partido a partir de uma ampla base popular e, para tanto, a *Comisión Organizadora Nacional* do PSUV foi orientada a fazer uso das listas das *Unidades de Batalla Electoral (UBEs)* que haviam sido estruturadas com sucesso no contexto das eleições e plebiscitos em que estava em risco a continuidade do processo. (ÚLTIMAS NOTICIAS, 2007).

E, por último, a Reforma Constitucional, que foi à votação em plebiscito popular no final de 2007, deveria de uma só vez remover todos os empecilhos jurídicos ao avanço do processo, tornando ilegal tudo o que fosse contrário à Revolução Bolivariana e legal tudo o que fosse a favor. Também incluía a possibilidade de reeleição consecutiva do presidente da República para vários mandatos. (CHÁVEZ FRÍAS, 2007).

No entanto, desta vez as coisas não se passaram conforme o esperado, e o governo perdeu a votação da proposta de Reforma Constitucional no plebiscito popular. Apesar deste revés, porém, Hugo Chávez declarou a sua determinação em dar seqüência ao projeto geral do “socialismo do século XXI”, buscando melhores formas de explicação e convencimento popular. (CHÁVEZ FRÍAS, 2007b; 2008)

Nesse sentido, inclusive o processo contaria com um outro elemento fundamental, estrategicamente pensado como um dos cinco motores da chamada fase de arranque do socialismo: a batalha educacional e ideológica.

Desde quando eleito em 1998, o próprio estilo de Hugo Chávez indicava que estava disposto a uma campanha forte em favor de uma mudança de mentalidade dos venezuelanos. O discurso patriótico, ousado e rebelde, e a própria forma de vestir-se e comportar-se possuíam um sentido simbólico marcante.

Há quem diga que este discurso e imagem ostensivos não se coadunavam ou coadunam com sua prática reformista e moderada, porém o fato é que nos documentos programáticos e nas tentativas de mudança prática sempre se evidenciou uma preocupação com a mudança de valores dos venezuelanos. No lugar do individualismo, do consumismo e da desvalorização da cultura própria, deveria brotar uma cultura de solidariedade, reciprocidade, de economia de recursos, respeito à natureza e de orgulho patriótico.

Além da simbologia e do próprio papel desempenhado por Hugo Chávez neste aspecto, outras medidas práticas foram adotadas como a criação de novas escolas, universidades e programas educativos com a valorização da história e da cultura nacional; o incentivo à produção e edição de livros e outros materiais bibliográficos de conteúdo formativo e a preços acessíveis ao povo; a criação e fortalecimento do Canal estatal 8 e de outros canais comunitários de TV favoráveis ao processo; o aumento do número de jornais e rádios comunitárias com conteúdo de esquerda, além de outras medidas de incentivo à produção artística e cultural nacional. (WILLIAM IZARRA, entrevista Anexo 15; WILFREDO VASQUEZ, entrevista Anexo 14).

Por fim, o governo de Hugo Chávez nesta chamada segunda etapa do processo também deu seqüência a prioridade da sua política externa: a criação da unidade latino-americana e caribenha e a aliança estratégica com países não alinhados aos Estados Unidos, especialmente da Ásia.

No que se refere ao primeiro objetivo, embora o seu ambicioso projeto de criação da *Alternativa Bolivariana para las Américas (ALBA)* não tenha avançado tanto quanto o desejado, novos países ingressaram na mesma como a Nicarágua, o Equador, a Bolívia, o Suriname e a Guiana.

Em relação aos países sul-americanos que resistiram à proposta, o governo Chávez buscou acordos bilaterais para a consecução de objetivos comuns no terreno econômico, cultural e político-militar e a inserção da Venezuela no Mercosul. Do mesmo modo, não abandonou os antigos órgãos de união dos países andinos e caribenhos. (CHÁVEZ FRÍAS, 2004, 2007b)

Desta forma, todas as iniciativas, em todos os âmbitos, não foram pensadas de forma isolada e fragmentada, mas de modo a gerar uma dinâmica positiva em prol de um novo projeto para a Venezuela, a América Latina e o mundo: o socialismo do século XXI.

CAPÍTULO 4

COMPARANDO OS PROGRAMAS POLÍTICOS DA REVOLUÇÃO CUBANA E BOLIVARIANA

4.1. Revoluções nacional-democráticas ou socialistas?

Ao buscar-se analisar o conteúdo programático fundamental da Revolução Cubana de 1959 e da chamada Revolução Bolivariana atualmente em curso na Venezuela, uma primeira pergunta que surge é: por que *revoluções*?

Ou seja, a primeira dúvida se refere a se tais experiências poderiam de fato ser consideradas revoluções e qual o sentido da palavra revolução utilizado para se referir às mesmas. Se, por um lado, em relação a Cuba não parecem existir dúvidas, tanto que nos capítulos anteriores jamais se usou o termo a “chamada” Revolução Cubana, no caso da Venezuela os questionamentos e dúvidas sobre o caráter revolucionário ou não do processo dirigido por Hugo Chávez Frías são muitos, o que também foi evidenciado neste trabalho ao utilizar-se com muita frequência a expressão a “chamada” Revolução Bolivariana.

Assim, a tentativa de responder a esta pergunta parece fundamental e preliminar ao esforço para responder a pergunta central desta tese a respeito do sentido fundamental dos programas políticos - entendidos na relação entre teoria e prática, ideologia e ação – das duas experiências.

Mas afinal o que é *revolução*? Em geral se atribui ao termo o sentido de uma mudança radical, de qualidade, da estrutura de determinado sistema social, na maioria das vezes produzida de forma violenta. Este também é o sentido mais comumente utilizado pela literatura das ciências humanas e sociais. Especialmente Karl Marx, considerado o teórico por excelência da revolução, conforme o item 1.1., assim a caracterizou. Porém, é preciso não esquecer que antes de Marx, o fenômeno da revolução já era assunto tratado por muitos pensadores.

Porém, em todas as épocas históricas houve também aqueles que questionaram o caráter efetivamente inovador das mudanças drásticas e violentas e enfatizaram o sentido mais profundo e realmente revolucionário das mudanças lentas e graduais.

Assim, inclusive o pensamento marxista buscou aprofundar o sentido do termo *revolução* e de suas diferentes formas de expressão. A partir deste esforço chegou-se a uma diferenciação entre as revoluções “dentro da ordem” e “contra a ordem”.

Com estes termos, passava-se a reconhecer como também potencialmente revolucionárias as mudanças graduais e as mudanças drásticas que, no entanto, não levavam a modificações substantivas de estrutura. Isto em razão de que passou-se a considerar que uma revolução profunda poderia ser fruto de um longo processo e, portanto, de um conjunto de revoluções menos profundas. (FERNANDES, 2000).

Porém, o pensamento marxista hegemônico durante o século XX, denominado marxista-leninista após a morte de Vladimir Ilich Lênin, jamais abriu mão da idéia de que a revolução mundial do século XX era a revolução *comunista*. Assim, os demais experimentos de mudanças drásticas e graduais, para terem um conteúdo efetivamente progressista e revolucionário deveriam convergir para a consecução deste objetivo, ou seja, para o desencadeamento da revolução socialista como um período transitório ou fase inferior do comunismo.

A idéia desenvolvida por este pensamento, a partir dos escritos e análises de Karl Marx, inclusive, situavam a revolução socialista como a última revolução social violenta, uma vez que a passagem para a fase superior ou para o comunismo propriamente dito se daria de forma gradual, sem a necessidade do uso da violência revolucionária inerente à luta de classes. (MARX & ENGELS, 2002; LENIN, 1987).

Considerando este debate, se torna mais fácil definir o caráter revolucionário ou não das experiências em análise nesta tese. Torna-se evidente o caráter socialista revolucionário da Revolução Cubana e, no caso da Revolução Bolivariana, adquire sentido a seguinte reflexão de Marta Harnecker (2005):

Si la revolución es entendida como el asalto al poder, la destrucción del Estado, y la adopción de medidas económicas drásticas que expropien a los antiguos dueños de los medios de producción, sin duda lo que ocurre en Venezuela no puede ser catalogado de revolución social. [...] Pero si entendemos la revolución como un proceso que lleva adelante un proyecto que se propone en primera instancia pasar el poder político de un bloque social a otro [...], entonces sí podemos hablar de que el proceso bolivariano es un proceso revolucionario. (p. 70-71)

Também a partir da reflexão de Florestan Fernandes (2000), é possível argumentar que, se ainda não se pode definir a Revolução Bolivariana como uma revolução socialista, se pode defini-la como uma revolução “dentro da ordem”, ou seja, como um experimento de novo método (pacífico, porém armado, como definiu o próprio Hugo Chávez) e novo conteúdo (o denominado socialismo do século XXI) para tentar provocar uma mudança da estrutura social venezuelana que, de fato, ainda não ocorreu. (CHÁVEZ FRÍAS 2007a, 2007c).

No entanto, se o conceito de revolução adquire a partir desta perspectiva legitimidade para ser usado no caso da experiência venezuelana, os questionamentos se mantêm a respeito do qualificativo “*bolivariana*”. Esses questionamentos vão desde a acusação - geralmente feita pelo pensamento conservador do país e do exterior - de que Hugo Chávez se utilizaria de forma ilegítima, para fins meramente propagandísticos, de um personagem histórico que seria patrimônio de todos os venezuelanos e, além do mais, cujo pensamento não teria nenhuma relação com o projeto socialista que pretende implementar, como argumenta José Guerra (2007), até a interrogação de socialistas e marxistas sobre as possibilidades de se avançar no declarado objetivo socialista da revolução venezuelana a partir da orientação fundamental de um pensamento como o de Simón Bolívar.

Entretanto, no caso venezuelano - e também de outros países andinos - o uso político de Simón Bolívar não é novo e, como se sabe, a mitologização deste personagem histórico também não começou com Hugo Chávez. Assim, talvez o questionamento maior se refira ao uso do próprio nome de Bolívar, embora isso também já tivesse ocorrido na história venezuelana, para batizar movimentos e processos políticos atuais. De todo modo, o que importa mais para os fins deste estudo é conhecer os vínculos efetivos entre o pensamento do líder da independência dos países andinos e o processo dirigido por Hugo Chávez.

Conforme evidenciado em 3.1., estes vínculos existem e podem ser legitimamente reivindicados, uma vez que o *projeto* de Bolívar foi maior que o próprio Bolívar e do que o resultado imediato alcançado pela sua luta, sendo um projeto para além de seu próprio tempo.

Porém, qual era esse *projeto bolivariano*? Certamente não era a idéia de uma revolução socialista e marxista mundial (num contexto histórico em que Marx não havia ainda atingido a adolescência) para os países hoje conhecidos como latino-americanos - que Bolívar preferia chamar de sul-americanos para contrapô-los à América do Norte - mas tampouco era a idéia de um domínio indefinido de determinados grupos oligárquicos, mais interessados em seu próprio interesse do que na proclamada “felicidade geral da nação”. E a este respeito, Bolívar deixou escritos inapeláveis. (SALCEDO-BASTARDO, 1973).

Sendo assim, a luta contra a oligarquia e pela consolidação de uma república, ou melhor, de uma união de repúblicas sul-americanas, efetivamente soberanas, economicamente prósperas, socialmente mais igualitárias e politicamente democráticas (mesmo no sentido liberal da igualdade e da democracia) foi, sem dúvida, o projeto pelo qual Bolívar dedicou sua vida.

Desta forma, fazia sentido aos liberais da Guerra Federal, especialmente aos adeptos de Ezequiel Zamora, reivindicar a continuidade da luta de Bolívar contra a oligarquia venezuelana,

do mesmo modo que, já no século XX, fazia sentido aos lutadores antiditatoriais e antiimperialistas venezuelanos defender essa continuidade histórica.

Já os vínculos do projeto de Bolívar com o socialismo marxista é algo mais complicado e controverso, mas também muito anterior a Hugo Chávez, tendo iniciado no contexto de um esforço do pensamento marxista latino-americano em inovar suas teses a partir de um conhecimento mais profundo da realidade latino-americana e de sua tradição cultural própria.

Especialmente após a Revolução de Outubro de 1917 na Rússia, e das teses inovadoras de seu principal líder, Lênin, a respeito da nova configuração do sistema imperialista internacional e das potencialidades dos “elos débeis da cadeia imperialista” para levarem adiante a revolução socialista, vinculando-as a processos de revolução democrática e de revoluções nacional-libertadoras nos países coloniais e semicoloniais, o pensamento e o movimento marxista terceiro-mundista pode avançar e incorporar o legado patriótico-democrático das lutas nacionais. (RODRIGUEZ, 1983).

Na Venezuela, conforme abordado em 3.3.1., esse esforço de vinculação entre o patriotismo e o socialismo ocorreu no início da formação do Partido Comunista, quando ainda se chamava PRV e depois, já em meados do século XX, de 1950 em diante, quando este partido resolveu assumir a tática da luta guerrilheira. Assim, tiveram início os vínculos do pensamento comunista com o patriotismo de determinados membros e setores da *Fuerza Armada Nacional (FAN)*.

Porém, a experiência histórica venezuelana posterior mostrou que esta tentativa de integração levaria a distintos caminhos interpretativos e ao surgimento de diferentes organizações políticas, através das quais os horizontes iniciais foram se mesclando e remodelando até assumirem diferentes configurações. Assim, o Partido Comunista, após abandonar a luta armada voltaria a sua anterior posição marxista de influência soviética e suas cisões levariam a novos agrupamentos também marxistas, mas de influência européia e chinesa, como o MAS e a Causa-R.

Já Douglas Bravo e os que permaneceram com ele em sua organização chamada PRV-Ruptura, mantiveram a luta armada até o final da década de 1970 e buscaram também manter e aprofundar uma posição marxista mais originalmente venezuelana, através do vínculo entre o marxismo e as tradições culturais nacionais.

No entanto, após o fim da luta armada em 1979, Douglas Bravo e outros militantes do PRV foram assumindo uma postura cada vez mais crítica em relação ao marxismo, até chegar a sua

negação na atualidade e à tentativa de esboçar o que consideram uma nova perspectiva teórica e prática para uma “*nueva civilización*”. Nesta nova civilização, deveriam estar ausentes os valores da modernidade, considerados compartilhados pelo marxismo – como o industrialismo, o consumismo, o desrespeito à natureza e as relações hierárquicas – sendo substituídos pela igualdade, solidariedade entre as pessoas e povos e pela convivência harmoniosa com a natureza, conforme a filosofia política dos povos originários da América. (BRAVO, 1997; BRAVO & MELET, [200?]; DOUGLAS BRAVO, entrevista Anexo 9).

No interior da FAN, por sua vez, surgiram novos grupos conspirativos que preferiram construir-se autonomamente a ingressarem em outra organização política já existente, como o grupo *Acción Revolucionaria Armada* (ARMA) de William Izarra e, posteriormente, o MBR-200 de Hugo Chávez. (WILLIAM IZARRA, entrevista Anexo 15).

Conforme analisado em 3.4.1, o movimento de Hugo Chávez passaria a assumir o protagonismo na conjuntura de vazio político deixado pela queda da política do *Pacto de Punto Fijo* na Venezuela dos anos 90. Ideologicamente esse movimento, intitulado bolivariano, buscou efetivar um programa de revolução nacional-democrática na Venezuela do século XXI.

Desde o seu início o movimento encabeçado por Hugo Chávez se orientava por determinadas diretrizes que mantiveram coerência ao longo do tempo e com as medidas adotadas nessa quase uma década de governo. Tais linhas poderiam ser sintetizadas no patriotismo, na democracia participativa e protagônica e na idéia da justiça social.

Desta forma, independentemente dos limites e contradições, que de fato existem e são muitas, do processo político atualmente em curso na Venezuela, a experiência é um esforço para promover no país aquelas mudanças discutidas no Capítulo 1 desta tese que tiveram lugar nos países mais desenvolvidos do sistema capitalista ainda na sua fase inicial de desenvolvimento e tais idéias possuem um vínculo praticamente direto com o pensamento de Simón Bolívar.

Ou seja, o inconformismo e a ação política da Revolução Bolivariana se dirigem fundamentalmente contra a posição subalterna da Venezuela no sistema político internacional e as extremas desigualdades sociais e políticas do país, que fazem da grande maioria de sua população cidadãos de segunda classe. As formas, teorias e ideologias utilizadas podem ser controversas e questionáveis, mas isto não altera o objetivo central do processo.

Na realidade, as racionalizações teóricas da experiência ainda estão em processo de formulação, daí a impressão de indefinição ideológica, além das que já seriam normais, por assim dizer, do processo de confronto entre a teoria e a complexidade da realidade. Também resta a

dúvida sobre o fato da maior explicitação dos objetivos da Revolução Bolivariana no decorrer de seu desenvolvimento ter tido como origem insuficiências ideológicas ou razões de ordem política.

O fato é que as inquietações antiimperialistas e patrióticas expressas por Hugo Chávez e seu movimento desde o momento de sua formação inicial foram se transformando em medidas práticas e assumindo contornos teórico-ideológicos cada vez mais nítidos conforme avançava o processo.

De um patriotismo e “antineoliberalismo” inicial, o projeto passou a assumir cada vez mais nitidamente a perspectiva democrático-radical, antiimperialista e socialista. Do ponto de vista prático, por sua vez, desde o momento em que Hugo Chávez tomou posse em 1999, demonstrou um claro interesse em envolver os setores populares, especialmente os mais pobres, nas decisões políticas fundamentais.

Este procedimento implicava uma postura completamente distinta daquela adotada historicamente pela burguesia venezuelana e latino-americana que, conforme abordado em 1.2., sempre buscou manter o povo afastado das decisões políticas substantivas.

Assim, o avanço da libertação nacional na Venezuela passava pela revolução nacional e democrática e dependia, portanto, do apoio cada vez mais efetivo dos setores populares, o que o governo Chávez buscou fazer. Em nenhum momento foi abandonada a idéia de construir uma Venezuela mais democrática, socialmente equilibrada e dona de seu próprio destino. (CHÁVEZ FRÍAS, 2007c).

Já no caso da Revolução Cubana de 1959, este mesmo objetivo foi expresso através da retomada das bandeiras da *Revolución del 30*: liberdade política, independência econômica e justiça social. Desta forma, ambos os processos revolucionários se caracterizaram em suas definições político-ideológicas prévias como revoluções nacional-democráticas.

Projetos como o de avanço e aprofundamento da industrialização nacional com vistas a abastecer em primeiro lugar o mercado interno; de maior participação das massas populares nos processos políticos e, portanto, de negação de governos ditatoriais ou da democracia representativa tradicional, considerada um engodo; de igualdade substantiva no lugar da igualdade formal, e mesmo assim limitada, anteriormente existente; de resgate dos valores culturais e identitários próprios no lugar da negação destes valores pela cultura dominante de origem externa; deram a tônica dos dois processos políticos em seu sentido programático fundamental – de superação do neocolonialismo - e foi através deles que as massas populares

foram mobilizadas e atraídas para a revolução. (CASTRO RUZ, 2007d; CHÁVEZ FRÍAS, 2007c).

Entretanto, o sentido desta afirmação não deve ser exagerado. Ou seja, foi assim que os principais líderes e grupos protagonistas dos processos cubano e venezuelano se expressaram e anunciaram suas intenções antes da chegada ao poder. Porém, no processo da própria luta outras variáveis tiveram peso no apoio e engajamento das massas populares como, em especial, a avaliação extremamente negativa da situação anterior e a prática exemplar dos proponentes daquelas idéias que se converteram em líderes populares incontestáveis. (JULIO GARCÍA, entrevista Anexo 4).

Mas, enfim, embora os projetos políticos cubano e venezuelano tivessem como fim a implementação de medidas fundamentais semelhantes, em outros aspectos, como se sabe, principalmente na forma de luta adotada e no que aconteceu depois da chegada ao poder, apresentaram enormes diferenças.

Praticamente o mesmo conteúdo programático fundamental foi denominado pelos revolucionários cubanos que lutavam contra a ditadura de Fulgencio Batista simplesmente de “revolução cubana”, embora não escondessem a inspiração no pensamento do principal prócer da independência: José Martí. Já os lutadores venezuelanos preferiram batizar a sua revolução de “bolivariana”, explicitando no próprio nome a inspiração no pensamento do também independentista Simón Bolívar.

Porém, contraditoriamente, uma revolução mais explícita em termos de conteúdo discursivo como a venezuelana, assumiu formas práticas mais moderadas do que a cubana. Era como se os cubanos seguissem fielmente o lema de José Martí “la mejor manera de decir es hacer” e preferissem manter a discrição em termos de seus ideais, especialmente Fidel Castro que parece ter seguido a mesma orientação de José Martí quando da guerra de independência, de que “hay cosas que para lograrse han de permanecer ocultas”. (ELVIRA DÍAZ, entrevista Anexo 2).

Por outro lado, o projeto dos cubanos contava com maior acúmulo histórico, profundidade teórica e unidade entre os indivíduos e grupos que lutavam contra Batista do que o projeto dos venezuelanos (ver itens 2.3., 2.4., 3.3. e 3.4.).

Outra diferença é que, apesar da menor explicitação do caráter do projeto revolucionário, Fidel Castro e o *Movimiento Revolucionario 26 de Julio (MR-26-7)*, conseguiram apresentar ao povo de Cuba, em maior nível de detalhe as medidas que seriam implementadas se lograssem atingir o poder, enquanto Hugo Chávez e seu *Movimiento Bolivariano Revolucionario 200 e*,

inclusive a coalizão *Polo Patriótico* que o elegeu presidente da República em 1998, expressaram em termos mais genéricos as medidas concretas que seriam adotadas.

Do mesmo modo, no que se refere à forma de luta adotada, os cubanos foram mais radicais nas características populares do movimento revolucionário do que os venezuelanos que, num primeiro momento, quando da tentativa de tomada do poder de forma armada no 4-F de 1992, se sustentaram praticamente na força militar dos grupos conspirativos da *Fuerza Armada Nacional*.

No caso de Cuba, a luta armada contra a ditadura de Fulgencio Batista foi integralmente formada por civis, levando à formação posterior do *Ejército Rebelde* integrado fundamentalmente por indivíduos dos setores populares, especialmente camponeses, mas também operários, estudantes e profissionais, embora também tenha havido iniciativas por parte do MR-26-7 de infiltração e recrutamento de membros das Forças Armadas oficiais. Entretanto, no caso cubano, os indivíduos e grupos internos às Forças Armadas oficiais foram integrados e/ou dirigidos pelo comando central do *Ejército Rebelde*.

Outra diferença fundamental é que no caso cubano o processo de luta do lado revolucionário passou das formas mais pacíficas e políticas para as mais violentas e revolucionárias, enquanto na Venezuela o caminho foi inverso, ou seja, de duas tentativas de tomada do poder de forma armada em 1992, passou-se às formas legais através da participação em eleições e plebiscitos e da promulgação de uma nova Constituição.

Também do ponto de vista do conteúdo após a chegada ao poder, os cubanos seguiram por um caminho de crescente radicalização e aprofundamento da Revolução, enquanto os venezuelanos não conseguiram destruir o poder anterior de um só golpe e entraram num processo de ziguezagues, em que o confronto com o antigo poder ora fazia e ainda faz avançar a Revolução e ora a faz retroceder. Assim, de momentos de grandes polarizações e graus elevados de radicalização, passava-se a períodos de maior tranquilidade e moderação, processo que continua até hoje e que provoca inquietações entre apoiadores e opositores do processo.

Por outro lado, embora o sentido programático da Revolução Cubana seja considerado em geral mais fácil de definir e delimitar, inclusive devido ao seu caráter já histórico, o fato é que o conteúdo programático desta revolução imediatamente após a tomada do poder pelo *Ejército Rebelde* em 1959, continua sendo motivo de controvérsia até hoje.

Não parecem existir dúvidas sobre o caráter socialista da Revolução Cubana a partir da vitória sobre a invasão de *Playa Girón* pelos Estados Unidos em 1961. Mas o problema maior se refere justamente aos dois anos iniciais do processo, quando o caráter socialista da Revolução

ainda não havia sido oficialmente declarado e a tônica ainda era o cumprimento do “programa do Moncada”. A polêmica se refere justamente à caracterização do que existiu *entre* a derrota do sistema capitalista neocolonial cubano e o sistema socialista implementado naquele país, ou seja, se houve um período transitório com um conteúdo distinto àquele dos dois sistemas.

Esta discussão foi mantida entre cubanos, latino-americanos e pensadores de outros países, especialmente da União Soviética, ou seja, sobre a existência ou não de duas etapas na Revolução Cubana: uma nacional-libertadora e outra socialista, com a passagem direta de uma a outra.

Os argumentos mais fortes utilizados pelos defensores da primeira posição se referiram ao fato de o programa revolucionário apresentado por Fidel Castro e sua organização política desde o início da luta e nos dois primeiros anos de governo não terem mencionado o objetivo socialista, mas sim um projeto de libertação nacional e de superação do neocolonialismo - considerado o principal problema de Cuba e sem cuja superação seria impossível o desenvolvimento do país.

Por outro lado, os revolucionários uma vez no poder não teriam hostilizado nenhum grupo ou pessoa representante de setores burgueses que tivesse demonstrado uma postura ética na luta contra a ditadura de Fulgencio Batista e algum interesse em combater o neocolonialismo e mudar a situação de Cuba, mas, inclusive, terem chamado setores moderados a compor o primeiro governo revolucionário.

Também as primeiras medidas revolucionárias como a reforma agrária, as nacionalizações e outras medidas de benefício popular, teriam se baseado no restabelecimento da Constituição de 1940 sem ferir sua legalidade, somente ultrapassando esses limites quando a hostilidade dos Estados Unidos e da grande burguesia interna não teria deixado alternativa, a não ser recorrer ao apoio da União Soviética e do bloco socialista.

Por outro lado, os defensores da segunda posição sobre o caráter socialista da Revolução Cubana desde o seu início, também possuem argumentos convincentes baseados em fatos históricos reais, como o fato do restabelecimento da Constituição de 1940 e a composição do primeiro governo revolucionário terem tido um caráter apenas formal diante da força de destruição do antigo Estado cubano pelo *Ejército Rebelde* em união com o povo mobilizado.

Como disse Martínez Heredia (1998), ninguém em Cuba depois de 1959 estava seriamente interessado nas opiniões do presidente Manuel Urrutia e de outros integrantes moderados do governo, mas apenas no que diziam e faziam os líderes do *Ejército Rebelde* e da Revolução. Assim, a hostilidade dos Estados Unidos e da burguesia interna, mesmo daqueles setores que

tinham expressado opiniões reformistas anteriormente, teria se baseado nesta prática objetiva e não nas formalidades declaradas.

Da mesma forma, a realização resoluta do “programa do Moncada” e o aprofundamento igualmente resoluto da revolução socialista, não teria sido apenas consequência da hostilidade externa e dos setores dominantes internos - considerada consequência e não causa das ações revolucionárias - mas da convicção em um projeto “*de los humildes, con los humildes y para los humildes*” e que, portanto, não poderia ter outro conteúdo que não fosse o socialismo.

Sendo assim, a Revolução Cubana teria sido desde o início uma revolução socialista original, mas também uma revolução de libertação nacional, dadas as características neocoloniais de Cuba. Por essa razão, Martínez Heredia a definiu como uma “*revolución socialista de liberación nacional*”. Durante o próprio processo revolucionário, as massas populares teriam se educado de acordo com novos princípios e praticamente ninguém estaria interessado em retornar à realidade anterior ao golpe de Fulgencio Batista.

Principalmente após a vitória da guerrilha da *Sierra Maestra* sobre a ditadura e suas forças militares, o novo poder revolucionário teria conseguido rapidamente estruturar-se em novas bases e implementar as propostas defendidas desde o assalto ao *Moncada* e em pouquíssimo tempo, menos de um ano, transformar toda a estrutura sócio-econômica do país, de modo a eliminar completamente a propriedade e as relações sociais de tipo capitalista.

Assim, conforme indicam estes argumentos e os fatos reais da Revolução Cubana, uma vez no poder ela foi muito além do conteúdo programático difundido antes da vitória do 1º de janeiro de 1959. Tudo o que aconteceu desde a tomada do poder em 1959 e, especialmente, após o segundo semestre deste mesmo ano, já tinha um caráter socialista, de acordo com as linhas essenciais do *Manifesto do Partido Comunista*. Ou seja, as antigas Forças Armadas haviam sido substituídas pelo “povo em armas” e o Estado havia concentrado em suas mãos os meios de produção fundamentais do país como terras e fábricas e as riquezas minerais básicas e serviços essenciais e organizado as relações de trabalho de forma distinta, de modo a tentar eliminar ao máximo as hierarquias e desigualdades sociais.

Por outro lado, o sistema político havia sido modificado, de forma a permitir o estabelecimento da chamada ditadura do proletariado, ou seja, de um sistema político que viabilizasse a repressão a qualquer tentativa de contra-revolução, com a proibição de partidos, imprensa, etc. que manifestasse o intuito de trabalhar contra o processo.

Ao mesmo tempo, forjou-se a mais estreita união dos setores apoiadores do processo através da democracia das maiorias ou de massas, concretizada nas *Milicias Nacionales Revolucionarias*, nos *Comités de Defensa de la Revolución*, nas organizações sindicais e estudantis de novo tipo, na reorganização do sistema eleitoral segundo os novos princípios da democracia substantiva e, por fim, na cada vez maior união das organizações políticas dirigentes do processo até converterem-se em um único partido, o atual *Partido Comunista de Cuba*.

É importante também mencionar que tudo isto foi realizado sem nenhuma alteração do texto constitucional de 1940, apoiando-se apenas na legalidade e legitimidade consideradas inerentes a um processo efetivamente *revolucionário*, ou seja, apoiado na manifestação massiva e ativa do povo, que sempre era consultado como uma condição *sine qua non* do êxito de cada nova medida implementada.

Desta forma, o êxito da Revolução Cubana se deveu a um conjunto de fatores que incluíram certamente as intenções de seus protagonistas, mesmo que estas não fossem convictamente socialistas para o seu principal líder, embora o próprio Fidel Castro tenha afirmado o contrário anos depois. (CASTRO RUZ, 1985).

Desta forma, houve consciência socialista no processo revolucionário cubano, seja no interior do MR-26-7 e do *Ejército Rebelde* ou dos demais grupos partícipes, sem a qual também não teria sido possível a sua condução ao socialismo, e mais ainda a consciência das medidas que necessariamente deveriam ser implementadas caso se quisesse construir um regime de justiça social em Cuba “*con todos y para el bien de todos*”, segundo a máxima martiana. Isto não significa, porém, que havia um conhecimento teórico profundo do marxismo, como explicou Ernesto Che Guevara (2001, 2001a).

Por outro lado, também é verdade que objetivamente os revolucionários cubanos não tinham muita alternativa, caso não quisessem decepcionar as fortes expectativas populares de mudanças profundas, uma vez que os Estados Unidos e os setores burgueses internos demonstraram seu desinteresse em apoiar qualquer tentativa de superação do neocolonialismo em Cuba, mesmo que dentro da ordem. Deste modo, como os revolucionários não estavam dispostos a recuar da determinação de cumprir com sua palavra para com o povo, a única alternativa foi avançar para o socialismo.

Assim, contribuíram para este desenlace, a consciência socialista revolucionária anteriormente existente e também presente na condução da luta revolucionária, o enorme prestígio dos principais dirigentes do *Ejército Rebelde*, a enorme capacidade e argúcia da direção revolucionária para conduzir o processo na direção dos seus objetivos, a participação ativa e

consciente das massas populares e também a atitude incoerente dos setores opositores e moderados internos somados à intervenção desastrosa do governo dos Estados Unidos.

Deste modo, a revolução socialista e a revolução nacional-democrática se transformaram em uma só em Cuba, ocorrendo simultaneamente. Para levar a libertação nacional e o aprofundamento da democracia e da justiça social até o fundo e até o fim, o socialismo se converteu na única alternativa, ao mesmo tempo em que as classes sociais principais que conduziram o processo tinham interesse no socialismo e não em estacionar a revolução em uma “etapa” ainda burguesa, quando a própria burguesia não demonstrava interesse em nenhuma revolução.

Assim, ao contrário do que havia acontecido nos países europeus e nos Estados Unidos no início de seu desenvolvimento capitalista, em Cuba a revolução nacional e democrática foi fruto da revolução socialista e não uma etapa prévia à mesma. É claro que nas condições de um país neocolonial que ainda tinha medidas de cunho nacional-democrático a implementar, a revolução socialista assumiria características inerentes a esta situação e teria que lidar com várias insuficiências e dificuldades.

Mas não foi uma “etapa” nacional-democrática propriamente dita a dos anos iniciais da Revolução Cubana e sim a realização contínua e simultânea de medidas de conteúdo nacional-democrático por uma revolução socialista autêntica que nas condições de Cuba tinha de ser também uma revolução de libertação nacional e ampliação da democracia ou, nas palavras dos próprios cubanos, de “*libertad política e independencia económica*”.

Já no caso da Revolução Bolivariana da Venezuela, o caminho está sendo o inverso, ou seja, tentar avançar para o socialismo *através* da revolução nacional-democrática. É mais um esforço, pelo menos até o momento, de construção pacífica do socialismo, e de um socialismo de novo tipo, depois da experiência do governo chileno de Salvador Allende. Porém, os métodos utilizados são bastante distintos e originais também em relação àquela experiência.

Através da mudança da correlação de forças políticas, do caráter das Forças Armadas, da promulgação de uma nova Constituição, da organização das massas populares e da implementação de medidas efetivas de caráter nacional-democrático – como a reforma agrária, a reforma da atividade petrolífera, da indústria e de determinados serviços essenciais no sentido de uma maior estatização e nacionalização, a implementação de cooperativas e formas alternativas de produção, a ampliação dos direitos sociais e trabalhistas, o incentivo a formas mais diretas de participação política, etc. - Hugo Chávez pretende conduzir paulatinamente a Venezuela ao chamado socialismo do século XXI.

A consumação plena deste socialismo, por sua vez, conforme abordado em 3.4., somente ocorreria com a consolidação de um *Estado-Social Comunal* na Venezuela, onde os interesses particularistas de lucro e a produção de mercadorias ficassem subordinados ao interesse geral da nação e da sociedade em produzir para satisfazer suas necessidades humanas, e onde o Estado burocrático e afastado do povo se convertesse em um novo tipo de Estado onde fosse apenas um instrumento da “voz *deliberativa*” do povo.

Portanto, a experiência da Revolução Bolivariana até o momento tem se caracterizado como uma revolução de caráter nacional-democrático que está tentando efetivar-se e avançar para o socialismo por um caminho inédito e, neste processo, tem se enfrentado com a hostilidade dos setores dominantes internos e externos e com vários outros obstáculos inerentes à sua própria natureza.

4.2. Influência dos fatores históricos em ambas as experiências

Tendo em vista a análise feita no item anterior a respeito do caráter político-programático das experiências revolucionárias de Cuba em meados do século XX e da Venezuela atual, é importante considerar a influência dos fatores históricos abordados nos itens 2.1. e 3.1. no desencadeamento e configuração dessas experiências.

Em primeiro lugar, salta à vista que ambos os processos se utilizaram e utilizam da herança político-ideológica dos movimentos independentistas dos dois países. Assim, as experiências políticas do século XIX acabam tendo mais destaque do que aquelas do século XX. Isto seria um paradoxo? Por que revoluções ocorridas em meados do século XX e início do século XXI e que declararam, mais cedo ou mais tarde, suas intenções socialistas, fariam um uso maior do pensamento político de raiz liberal do século XIX do que do marxismo ou ainda do chamado marxismo-leninismo do século XX?

A resposta a esta pergunta talvez tenha que ser buscada no lugar geográfico onde se desenvolveram e se desenvolvem essas experiências, ou seja, em países da América Latina onde a libertação nacional plena ainda não havia se realizado. Assim, o pensamento dos próceres independentistas parecia responder melhor aos anseios por soberania nacional efetiva do que o pensamento marxista.

Entretanto, ao mesmo tempo, o uso do pensamento dos independentistas tal qual havia se expressado na época das lutas por emancipação política se mostrou insuficiente em ambos os

casos para seguir adiante com os processos revolucionários, uma vez que o avanço do desenvolvimento capitalista nestes países exigia maior consideração ao problema da desigualdade de classes e da justiça social. A idéia de uma união nacional de todas as classes se mostrava ilusória para buscar solucionar a maioria dos problemas daqueles países.

No entanto, de acordo com o item 2.1., no caso cubano houve um facilitador na aproximação, realizada pelos movimentos políticos do século XX, em especial da *Revolución del 30*, entre o socialismo marxista e o pensamento de José Martí, uma vez que a última e decisiva guerra de independência havia ocorrido de forma tardia em Cuba, já quase na entrada do século XX, e o pensamento e prática de José Martí havia ido muito mais fundo na análise dos problemas sociais cubanos e latino-americanos e na proposta de sua solução do que o pensamento de Simón Bolívar.

Assim, conforme 2.1., embora não houvesse sido um socialista defensor da luta de classes, José Martí elaborou a proposta democrático-radical de uma república de trabalhadores, “*con todos y para el bien de todos*”, idéia que na interpretação dos marxistas cubanos do século XX estava a um passo do socialismo. E, por outro lado, os principais revolucionários marxistas cubanos do século XX como Julio Antonio Mella e Rubén Martínez Villena, acreditavam que era necessário integrar o pensamento de Marx, Engels e Lênin ao dos próceres independentistas, em especial de José Martí, dado o objetivo inescusável da libertação nacional no processo da luta pela revolução socialista em Cuba.

Desta forma, muito antes da Revolução Cubana de 1959, já havia um esforço teórico de união entre o pensamento socialista e o martiano e essa tradição foi recuperada por Fidel Castro e os rebeldes da *Sierra Maestra*, embora o tenham feito de forma mais explícita depois da tomada do poder. E, da mesma forma, apesar de que José Martí fosse mencionado e considerado com maior destaque pelo MR-26-7, este movimento, composto também por integrantes do movimento estudantil cubano, sempre teve uma grande consideração pelo pensamento e prática dos comunistas revolucionários do século XX, em especial Julio Antonio Mella e Rubén Martínez Villena, além de outros personagens da *Revolución del 30* como o também socialista Antonio Guiteras.

No caso da Venezuela, de acordo com o abordado em 3.1., a guerra de independência foi pioneira na América espanhola, tendo sido declarada a independência do país já em 1811 e, portanto, não havia como Simón Bolívar ter sequer conhecido as teses socialistas de Marx e Engels, ao contrário de José Martí que as conheceu e, inclusive, contou com um marxista entre os

fundadores de seu partido independentista, Carlos Baliño, que depois também ajudou Julio Antonio Mella a fundar o primeiro *Partido Comunista de Cuba*.

Desta forma, as preocupações de Simón Bolívar estavam distantes das preocupações que inquietavam os socialistas europeus de meados do século XIX e latino-americanos do século XX. Entretanto, os marxistas venezuelanos do século XX, embora de forma mais tardia do que em Cuba, também buscaram recuperar e aproximar o pensamento de Bolívar do marxismo (ver itens 3.3.1. e 3.3.3.). Neste processo, houve a influência da própria Revolução Cubana e de seus principais líderes, Fidel Castro e Ernesto Che Guevara, que incentivaram a luta guerrilheira no país andino nos anos 60.

No entanto, essa recuperação, dadas as diferenças históricas e culturais entre os países, não tinha como produzir os mesmos resultados. Enquanto em Cuba os fatores extralegais das guerras de independência - como a constituição de um governo e de uma *República en Armas* paralela à República oficial - deixaram mais marcas na cultura política do país, na Venezuela o fator legal e constitucional teve mais peso, dado que as Repúblicas fundadas por Simón Bolívar se assentavam na promulgação de constituições em primeiro lugar.

Não que o fator constitucional não estivesse presente nas guerras de independência cubanas – o que, aliás, fez parte do espírito de todas as lutas por emancipação política do século XIX – mas é como se os cubanos vissem a promulgação de uma Constituição como o coroamento de uma árdua luta e de uma vitória merecida e os venezuelanos como mais um instrumento no processo de luta e na busca desta vitória.

Por outro lado, o movimento socialista venezuelano anterior a 1950 não teve tanto vigor como em Cuba, aonde chegou a conduzir uma revolução vitoriosa nos anos 30, governando por três meses e deixando uma forte tradição no contexto pós-revolucionário da segunda metade do século XX (ver 2.2.2).

Já na Venezuela, o espaço político deste período foi disputado entre os comunistas e os democratas da AD, com a vitória ideológica e prática dos últimos. Assim, o socialismo venezuelano foi isolado na segunda metade do século XX, no contexto da democracia *puntofijista*.

Porém, é preciso relativizar um pouco esta análise, uma vez que em Cuba ocorreu o mesmo com o *Partido Comunista* integrante da III Internacional, mas o movimento e a cultura socialista iam muito além deste partido, algo que não aconteceu de forma tão marcante na Venezuela, que

passou por um processo mais forte de diversificação do socialismo apenas a partir dos anos 60, com as rupturas provocadas pela assinatura do *Pacto de Punto Fijo* de 1958.

Dito de outra forma, enquanto Cuba, nos anos 30, já estava tentando tornar vitoriosa uma revolução de tendência socialista, a Venezuela ainda vivia a ditadura de Juan Vicente Gómez e quando Cuba vivia a democracia da Constituição de 1940 e o crescimento massivo do *Partido del Pueblo Cubano* ou *Partido Ortodoxo* com grande possibilidade de vitória eleitoral para a presidência da República em 1952, a Venezuela entrava no período de mais uma ditadura, a de Marcos Pérez Jiménez e quando a Revolução de 1959 finalmente venceu a ditadura de Fulgencio Batista, a Venezuela começou o período da chamada *democracia puntofijista*, que excluiu a esquerda mais radical e o *Partido Comunista* e, por isso, entre outros motivos, foi chamada de “democracia oligárquica”.

Assim, torna-se evidente também que Cuba desenvolveu historicamente uma cultura política mais democrática do que a Venezuela. Isto pode parecer contraditório para uma visão bastante superficial da história cubana que destaca apenas o forte domínio estrangeiro e as intervenções diretas dos Estados Unidos, a condição econômica praticamente colonial e os governos ditatoriais.

Porém, com exceção da estrutura sócio-econômica extremamente subdesenvolvida e completamente dominada pelo capital estrangeiro dos Estados Unidos, os demais fatores foram menos significativos e importantes em Cuba do que geralmente se considera. Cuba foi governada a maior parte do tempo, depois da independência política, por governos eleitos e constitucionais (ver 2.1.).

Conforme evidenciou o item 2.1., o “mistério de Cuba” foi justamente ter desenvolvido uma cultura política profundamente moderna, patriótica e democrática num contexto econômico e social de extrema penúria. Nesse sentido, como dito no item mencionado, a história cubana foi, em seu conjunto, um exemplo da força da subjetividade e da vontade contra as condições materiais de existência.

Já no caso venezuelano, o paradoxo se deu justamente em sentido contrário, ou seja, um país rico materialmente e precursor da independência latino-americana teve dificuldades de superar, no século XX, o particularismo de uma cultura política oligárquica herdada do século XIX. Depois da conquista da independência, a realidade política do país contou com disputas e guerras inter-oligárquicas, governos caudilhos e instáveis, golpes de Estado militares, longas ditaduras e a democracia restrita do *puntofijismo*.

Evidentemente que, contraditoriamente, o país também apresentou uma cultura rebelde e patriótica. Enquanto predominava o caudilhismo e o elitismo oligárquico, crescia subterraneamente o pensamento e a prática rebelde, subversiva e patriótica. Como exemplos desta cultura podem ser mencionados a Guerra Federal, o movimento da “Geração de 28” contra a ditadura gomecista, as lutas do *Partido Comunista*, a constituição da *Acción Democrática* que também desempenhou por determinado tempo um papel contestatório, a insurreição do 23 de janeiro de 1958 contra a ditadura de Pérez Jiménez e as guerrilhas dos anos 60.

Com exceção dos liberais da Guerra Federal – embora também quando chegaram ao poder já estivessem muito mais moderados do que o movimento inicial de Ezequiel Zamorra - todos os demais movimentos foram derrotados, mas deixaram um legado cultural importante para a posterior história venezuelana.

Talvez o legado mais importante tenha sido uma maior abertura na composição e na ideologia da *Fuerza Armada Nacional*. Porém, nem sempre o papel desempenhado pela FAN foi positivo, como quando do apoio às ditaduras de Juan Vicente Gómez e Marcos Pérez Jiménez - além do controvertido significado do “movimento de 45” – e na cobertura da “*democracia puntofijista*” com a forte repressão desencadeada contra as guerrilhas e o movimento popular dos anos 60 e 70, no espírito da Guerra Fria e da subordinação à estratégia político-militar dos Estados Unidos.

No entanto, mesmo nos momentos mais críticos de sua história, a instituição militar venezuelana manteve sementes de rebeldia e contestação. Estas sementes, que também se manifestariam nos movimentos contestatórios civis, acabou fazendo parte também de uma espécie de espírito venezuelano: o espírito contestatório e inventivo, exemplificado no livro emblemático de Rafael Elinó Martínez, *Aquí todo mundo está alzado*³⁷.

Ainda hoje, ao circular pela Venezuela da Revolução Bolivariana, essa impressão é muito marcante, pois todos estão contestando algo e inquietos em apresentar alguma inovação no espírito do “*o inventamos o erramos*” do mestre de Bolívar, Simón Rodríguez.

Deste modo, a informalidade e o espírito de invenção são o outro lado da herança legalista e oligárquica. Ou uma tentativa de quebrá-la? Ao se expressaram, seja falando ou escrevendo ou ainda na sua postura, os venezuelanos, ou ao menos os venezuelanos mais rebeldes, tentam quebrar toda formalidade e não tem travas na língua, como se diz, demonstrando uma

³⁷ Este obra foi mencionada na Introdução do livro de Pastor HEYDRA. **La izquierda, una autocrítica perpétua: 50 años de encuentros y desencuentros del marxismo en Venezuela.** Caracas: Ediciones de la Facultad de Humanidades y Educación de la U.C.V., Papeles Universitarios, 1981. Mas não pude localizá-la no período em que fiquei na Venezuela.

preocupação não apenas com a inovação do conteúdo, mas também da forma. Assim, o país se converte em uma espécie de misto entre a formalidade legalista, o elitismo e o personalismo, e a informalidade rebelde.

E talvez a Revolução Bolivariana esteja justamente se esforçando para encontrar o amálgama de tudo isso numa síntese inovadora onde os pólos positivos predominem sobre os negativos. Porém, seu próprio processo de desenvolvimento é afetado, como não poderia deixar de ser, por estas distintas tradições, sendo ainda cedo para afirmar se ela será mais criatura ou mais criadora.

Portanto, outro elemento comum entre Cuba e a Venezuela, é o espírito rebelde, despojado e patriótico. Ou seja, ambos os países mantiveram fortes suas tradições culturais próprias e seu espírito patriótico e inconformista, apesar do domínio e da influência cultural estrangeira, especialmente dos Estados Unidos.

No caso cubano, o orgulho nacional foi forjado pela sua ostensiva negação, desde a tardia independência frente à Espanha até o “direito natural” sobre Cuba declarado pelos Estados Unidos e praticado por suas intervenções militares diretas e, depois, por intervenções políticas indiretas, mas não menos ofensivas.

Ao mesmo tempo, as guerras de independência e o pensamento de José Martí haviam deixado um forte legado patriótico, no qual os cubanos podiam se apoiar com segurança para verem a intervenção estrangeira e a idéia do seu não direito a uma nação própria como odiosa e inaceitável.

Assim, o espírito antiimperialista pode florescer desde cedo e unir-se ao espírito internacionalista também cultivado pela tradição revolucionária do país. Como visto em 2.1., para os cubanos o patriotismo não se desvinculava do internacionalismo e do universalismo, desde a raiz mesma do pensamento martiano. Por isso, para os cubanos, pátria foi e continua a ser sinônimo de humanidade.

Já na experiência venezuelana, ao contrário de Cuba, o orgulho nacional foi forjado mais pela sua afirmação, desde o papel desempenhado na independência dos países latino-americanos até as descobertas da riqueza petrolífera considerada sinônimo de grandeza nacional.

Desta forma, a intervenção estrangeira indireta através da presença do capital estrangeiro, especialmente dos Estados Unidos, na economia venezuelana, foi pensada pelas classes proprietárias do país, que nunca perderam suas pretensões de grandeza, como não lesiva mas benéfica à soberania do país. Como um país dependente das rendas do petróleo, a Venezuela

aprendeu a conviver com esta realidade como se seu destino fosse o de viver em abundância sem produzir riquezas.

No entanto, para as classes populares que observavam à distância a opulência dos ricos, ficava a dúvida sobre como um país tão rico e orgulhosamente apresentado como tal pelas elites econômicas e políticas não permitia a melhoria de suas condições de vida. Esta foi a base de sustentação do pensamento antiimperialista venezuelano, que passou a condenar a economia rentista e a subordinação aos interesses dos Estados Unidos, como principal causa da falta de desenvolvimento industrial e de igualdade e justiça social no país. Para tanto, também foi resgatada a tradição cultural própria que seria negada por uma elite arrogante, autoritária, pseudomodernizadora e antinacional.

Por fim, como um outro elemento importante de comparação, Cuba desenvolveu uma tradição político-organizativa, seja na forma de partidos políticos ou de organizações sociais, mais forte do que a Venezuela. Assim, embora o MR-26-7, de forma semelhante ao MBR-200, também tenha se constituído como um movimento político novo pode contar com a estruturação orgânica pré-existente especialmente do *Partido Ortodoxo*, mas também do *Partido Comunista* - com sua tradicional presença no movimento sindical - e do movimento estudantil cubano que também contava com uma forte tradição organizativa, desde a fundação da FEU por Julio Antonio Mella até o *Directorio Revolucionario* de José Antonio Echeverría.

Já no caso venezuelano do MBR-200, o vazio político que tentou preencher era não apenas dos partidos de direita tradicionais, mas também da esquerda venezuelana - cuja história parecia formada mais por desencontros do que por encontros, conforme narrou Pastor Heydra em seu livro *La izquierda: una autocrítica perpétua - 50 años de encuentros y desencuentros del marxismo en Venezuela* - e das organizações sindicais e estudantis a ela vinculadas. Tanto que a Revolução Bolivariana padeceu e padece de estruturas organizativas intermediárias, tendo que recriá-las ou reinventá-las.

O desmoronamento da IV República ou da “*democracia puntofijista*” incluiu o prestígio não apenas do sistema eleitoral, das instituições e dos partidos da direita tradicional, mas também de qualquer forma organizativa apresentando, portanto, aspectos positivos e negativos.

Os negativos fazem com que hoje os venezuelanos praticamente não ouçam as propostas de partidos, sejam eles quais forem, e não priorizem participar de organizações de caráter sindical ou reivindicativo, descreditando nas saídas coletivas organizadas e depositando sua esperança quase que exclusivamente na liderança de Hugo Chávez. Mudar essa situação é um dos objetivos

considerados centrais da Revolução Bolivariana, uma vez que ao povo caberia ser o protagonista de sua própria história.

4.3. Influência dos fatores conjunturais nos processos cubano e venezuelano

Assim como os distintos fatores históricos influenciaram características distintas das Revoluções Cubana e Bolivariana, os fatores conjunturais também teriam e tem o seu peso.

Como se viu nos itens 2.2. e 3.2., diferenças significativas no plano internacional e também interno marcaram ambas as experiências. A Revolução Cubana beneficiou-se de um contexto internacional predominantemente favorável, o que serviu como um fator compensador de suas debilidades internas. Nos anos de 1950, o socialismo internacional de hegemonia soviética estava no auge de seu prestígio, após o fim da Segunda Guerra Mundial. Assim, uma revolução socialista nas Américas poderia contar com o respaldo tanto político quanto material de uma ampla região do globo.

Porém, esse prestígio do socialismo internacional também apresentava contradições, como uma política mais preventiva e repressiva por parte dos governos capitalistas, apoiados pela principal potência capitalista do pós-guerra, os Estados Unidos, no contexto da Guerra Fria. E, no caso cubano, esse fator foi muito importante, uma vez que a própria potência da América do Norte tinha interesses diretos na manutenção do regime social vigente em Cuba.

Por outro lado, a potência hegemônica do chamado Segundo Mundo, a União Soviética, também tinha seus interesses estratégicos e buscava influenciar ao máximo ou mesmo intervir nas experiências de luta ou de governos socialistas de outros países, deixando pouco espaço para soluções nacionais. Assim, era um fator vantajoso, mas com problemas.

Esta política internacional soviética, em um contexto em que a III Internacional Comunista já havia sido desfeita, determinou uma política moderada do comunista *Partido Socialista Popular* em relação à ditadura de Batista, fazendo com que o movimento encabeçado por Fidel Castro praticamente tivesse que arrastar esse partido para o enfrentamento mais direto e a luta armada contra a ditadura. Priorizando a política da “convivência pacífica” entre o capitalismo e o socialismo e, portanto, com os Estados Unidos, a União Soviética do período não incentivava lutas revolucionárias radicais no Terceiro Mundo. Mas, como abordado em 2.2.1., este foi um fator importante do próprio surgimento do terceiro-mundismo, especialmente após a Revolução Chinesa.

Assim, os revolucionários do *Movimiento Revolucionario 26 de Julio* tiveram que conquistar seu lugar ao sol, por assim dizer, mostrando com a própria prática a possibilidade de derrotar a ditadura pela via armada da guerra de guerrilhas e de construir o socialismo num país como Cuba.

A luta contra a ditadura de Batista em si contava com uma ampla simpatia dentro e fora de Cuba, inclusive dentro dos Estados Unidos, mas os métodos radicais do MR-26-7 e seus objetivos antineocoloniais mais profundos despertavam a dúvida entre grande parte dos apoiadores.

Nesse sentido, teve peso importante a liderança e a convicção de Fidel Castro e dos moncadistas, que contra tudo e contra todos defenderam e puseram em prática o seu ponto de vista, até fazê-lo hegemônico dentro de Cuba.

Depois de vitorioso o *Ejército Rebelde*, o apoio da esquerda mundial e do campo socialista tornou-se enorme, porém simultaneamente também aumentaram os inimigos do campo capitalista e se intensificou o grau de hostilidade, especialmente dos Estados Unidos.

Assim, outra prova de perspicácia dos revolucionários do MR-26-7 e, posteriormente, da guerrilha da *Sierra Maestra*, foi terem conseguido locomover-se em meio a estes obstáculos, superando-os e tornando possível sua vitória. Isto se deveu à capacidade de combinar o chamado à unidade de todos os anti-batistianos, incluindo a paciência e generosidade para com os mesmos, e o forte enraizamento popular que incluía a necessidade de dizer a verdade com todas as letras e não poupar críticas e palavras duras aos adversários quando se julgava necessário.

Também em relação aos Estados Unidos, não houve inicialmente uma postura de rechaço, ou mesmo um discurso diretamente antiimperialista, embora se criticasse o intervencionismo estrangeiro nos assuntos internos de Cuba e se buscasse respaldo no pensamento patriótico de José Martí e de outros antiimperialistas declarados como Julio Antonio Mella. Porém, nesse assunto houve mais discrição e parcimônia do que alarde, também a exemplo do que havia sido a postura de José Martí.

Assim, do mesmo modo, não havia porque e para que entrar em uma disputa ideológica com a União Soviética. Ao contrário, a conduta também foi de silêncio em relação à política soviética, ao conflito chinso-soviético e à orientação dos partidos comunistas da América Latina, incluindo o próprio PSP cubano, mantendo-se uma relação fundamentalmente de respeito e cooperação, apesar dos conflitos que existiram entre o MR-26-7 dos *llanos* e a guerrilha da *Sierra* na condução do movimento operário antiditatorial.

No entanto, como já mencionado, depois da vitória do *Ejército Rebelde* e das primeiras medidas revolucionárias, as relações com os Estados Unidos mudaram radicalmente, tornando-se cada vez mais ostensivas e polarizadas. Uma das missões consideradas mais importantes da Revolução Cubana desde então passou a ser a atitude militante e de denúncia constante da política dos Estados Unidos, atitude que Fidel Castro brincou dizendo que era uma espécie de quixotismo dos cubanos imaginar que uma ilha tão pequena como Cuba poderia enfrentar de peito aberto a maior potência mundial de todos os tempos.

Já as relações com a União Soviética se tornaram cada vez mais estreitas depois da vitória do 1º de janeiro de 1959, embora especialmente na primeira década revolucionária tenham existido alguns conflitos em relação à política internacional de ambos os países, à política interna de Cuba e às relações mútuas. Nesse período Cuba tentou ao máximo construir sua própria visão do socialismo e sua própria política internacional, o que nem sempre se coadunava com os interesses estratégicos soviéticos.

Desde antes da vitória, ainda no período da luta contra Batista, os revolucionários cubanos consideravam que o cenário latino-americano era fundamental para a estruturação do novo poder em Cuba. Embora em parte esse cenário fosse negativo, em virtude da existência de vários governos ditatoriais pró-Estados Unidos, como Pérez Jiménez na Venezuela e Leónidas Trujillo na República Dominicana, também era considerado auspicioso em virtude da existência de governos progressistas e/ou de perfil nacionalista em países importantes da região como o México, o Brasil, a Argentina, etc.

Assim, Fidel Castro imaginava um cenário de derrota das ditaduras, a consolidação dos governos progressistas e o surgimento de novos na América Latina. Isto tornaria mais viável a Revolução Cubana, do ponto de vista de sua construção positiva e considerando a grande probabilidade de confronto com os Estados Unidos. Se a América Latina caminhasse para um maior nível de autonomia frente às potências mundiais e de união interna, o campo socialista asiático e europeu poderia ser considerado apenas mais um ponto de apoio e não o principal.

Entretanto, um pouco semelhante ao que aconteceu com a Revolução Russa que esperava por uma vitória da revolução socialista na Europa para poder se consolidar e enfrentar as agressões das potências capitalistas, vitória que no fim das contas não ocorreu, as coisas não se passaram como o imaginado e o cenário mais favorável para a Revolução Cubana não se configurou na América Latina.

Algumas ditaduras dos anos 50 foram derrotadas, mas outras foram implementadas em praticamente toda a América do Sul e o movimento revolucionário patriótico e/ou socialista

retrocedeu. A própria existência da Revolução Cubana influenciou esse cenário, ao promover uma atitude preventiva extremamente autoritária por parte das classes dominantes internas, e também por parte dos Estados Unidos, que passaram a querer evitar a qualquer custo serem novamente surpreendidos por revoluções contrárias a seus interesses.

Entretanto, numa atitude ousada e coerente, o poder revolucionário cubano buscou incentivar e apoiar a revolução latino-americana, atitude que seria marcada pelo exemplo emblemático de Ernesto Che Guevara, que levou à prática, apesar de sua derrota, a idéia de criar “um, dois, três Vietnams” na América Latina. Mas antes da experiência de Che Guevara na Bolívia, a Revolução Cubana já havia incentivado e apoiado a guerra de guerrilhas em outros países, como na própria Venezuela, e em todos os países que viviam sob ditaduras.

Esta foi a realidade dos famosos anos 60 em Cuba e que levou a esquerda mundial a um debate que perdura até hoje sobre as especificidades do socialismo cubano, em especial sobre o seu conteúdo humanista e internacionalista, presentes principalmente no pensamento de Che Guevara. Também pelo fato de Cuba ter sido o primeiro país socialista do Ocidente (ver itens 2.1., 2.3.2. e 2.4.1.).

Já a Revolução Bolivariana atualmente em curso se desenvolve em meio a um cenário internacional extremamente desfavorável. Como abordado em 3.2.1., o fim do socialismo soviético e do Leste Europeu e o conseqüente hegemonismo unilateral dos Estados Unidos coincidiu com uma crise de gravidade inédita do sistema capitalista internacional. Assim, se a Revolução Bolivariana, como outras experiências atuais, germinou no ambiente da crise e como uma tentativa de responder à mesma, por outro lado, teve e tem de enfrentar e tentar superar um cenário político internacional muito desfavorável a seus propósitos.

Quando Hugo Chávez começou a aparecer para o mundo, seu discurso surpreendia e parecia fora de lugar, dada a reivindicação do pensamento de Simón Bolívar e o uso de termos políticos que pareciam relegados ao passado, como soberania nacional, integração latino-americana, justiça social, direitos dos povos, etc.

Em um cenário em que se procurava desfazer o valor dessas idéias e em que predominava o discurso político da antipolítica, Hugo Chávez pretendia resgatar o valor da política, entendida como política revolucionária. No início de seu mandato não despertou tanta atenção, primeiro porque seguiu a política econômica anteriormente vigente na Venezuela e, depois, porque se pensava que seu governo e discurso nacionalista seriam uma experiência passageira.

Porém, quando ficou claro que de fato pretendia mudar o rumo da Venezuela e que poderia permanecer muito tempo no poder, começou a chamar a atenção da esquerda mundial e a despertar a indignação dos setores opositores internos e da direita mundial, especialmente dos Estados Unidos.

Assim, uma das perguntas cruciais sobre a Revolução Bolivariana se referiu a sua viabilidade e capacidade de resistência no atual cenário mundial. A seu favor, porém, o governo Chávez convocou o principal elemento de força da Venezuela: o petróleo. Apoiado neste poderoso recurso e na força particular do Estado venezuelano oriunda do mesmo, e ainda no apoio das Forças Armadas a seu governo, Hugo Chávez pode navegar até o momento em meio à tempestade.

Também contando com os recursos que lhe conferem uma posição estratégica na América Latina, a Venezuela da Revolução Bolivariana tentou furar o bloqueio estadunidense na sua relação com outros países, inclusive com os nada gratos aos Estados Unidos, Irã e Iraque.

Condenando abertamente a política internacional supostamente “antiterrorista” da Casa Branca, Hugo Chávez aproximou-se dos países também produtores de petróleo do Oriente Médio, da Rússia e da China e de todos os demais países orientais que tivessem alguma contradição com os Estados Unidos e, principalmente, buscou fortalecer uma unidade latino-americana e caribenha inédita.

Assim, a Revolução Bolivariana perseguia seu objetivo declarado de um mundo multipolar, no qual a América do Sul (no sentido bolivariano de oposição à América do Norte) desempenharia um papel estratégico para manter o equilíbrio do mundo. E, nesse aspecto, os fundamentos ideológicos se aproximavam mais do bolivarianismo liberal e patriótico do que do socialismo marxista. (CHÁVEZ FRÍAS, 2007).

Contudo, esta postura no campo internacional não tem sido fácil, uma vez que o avanço econômico da China e da União Européia e a manutenção do poder militar da Rússia ainda não tem sido suficientes para contrapor o poder dos Estados Unidos ou evitam um choque frontal com o mesmo, o que poderia ter conseqüências fatais para a humanidade, conforme a análise de Mészáros (2002).

Ao mesmo tempo, na América Latina a situação não tem sido muito favorável. Depois de um período de muito otimismo, devido à vitória eleitoral de vários governos considerados de esquerda no Brasil, no Uruguai, na Argentina, na Nicarágua, na Bolívia e no Equador, além da manutenção do governo socialista de Cuba, a situação atual é instável e incerta, uma vez que

permanece a ofensiva dos Estados Unidos em países importantes como a Colômbia, o México e o Peru, que muitos dos governos mencionados não avançaram em um projeto de esquerda e mantiveram a política dos governos anteriores, considerada neoliberal, e outros se vêem às voltas com conflitos internos complicados como é o caso da Bolívia.

Do mesmo modo, está longe de haver uma unidade ideológica entre esses governos sobre o projeto que a América Latina deve seguir. Assim, há pelo menos três pólos que tentam hegemonizar, cada qual com sua ideologia, o rumo político do subcontinente: a Colômbia, a Venezuela e o Brasil, sendo que o embate continua com a Venezuela como mais uma peça, embora importante, deste tabuleiro.

A tendência mais natural, salvo alguma mudança de rumo importante, parece ser o acirramento do conflito e da polarização entre a Colômbia e a Venezuela, dado que esse conflito significa no fundo um conflito entre a permanência ou a ruptura do domínio dos Estados Unidos na América Latina.

Já o Brasil, devido a sua importância estratégica e peso na região, têm buscado se apresentar como o líder de uma terceira alternativa, mas não tem convencido nesse aspecto, apesar de que deverá assumir um papel importante na contenda e talvez seja instado a ir além de sua atual posição mediadora, se posicionando por um dos lados, caso o conflito venha a se acirrar.

Entretanto, Hugo Chávez tem se mostrado cada vez mais interessado em evitar o acirramento deste conflito, conforme suas últimas declarações sobre a guerrilha das *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia - Ejército del Pueblo (FARC-EP)*.

Já do ponto de vista dos fatores conjunturais internos, a Revolução Cubana ocorreu em um necessário bastante diferente do venezuelano. Em primeiro lugar, a existência de uma ditadura extremamente repressiva e totalmente ilegítima, que foi cada vez mais despertando a oposição de vários setores e o ódio popular, até que se forjou uma ampla unidade nacional em prol da sua derrubada.

Evidentemente que esta unidade não foi automática nem fácil, em virtude das distintas formas concebidas para enfrentar a ditadura entre os diferentes partidos e grupos e as diferentes orientações político-ideológicas e programáticas. Assim, não se pode diminuir o papel de Fidel Castro, do MR-26-7 e do *Ejército Rebelde da Sierra* que conseguiram forjar a unidade contra Batista e tornar secundárias as divergências. Mas isto se deveu menos às negociações e acordos

do que ao forte apoio que conseguiram despertar e aos fortes vínculos que conseguiram estabelecer entre o povo.

Desde o assalto ao *Cuartel Moncada*, esta havia sido a tática fundamental de Fidel Castro: falar diretamente ao povo, sem intermediários, difundindo, desta forma, o mais amplamente possível as suas idéias e do movimento que encabeçava. Por essa razão, em determinado momento, os demais agrupamentos de esquerda e, inclusive alguns da oposição tradicional, tiveram que ceder ao prestígio incontestável de Fidel Castro e do *Ejército Rebelde*.

Por outro lado, a situação econômica de Cuba não ia bem, mas este não chegava a ser o fator decisivo, uma vez que a situação sócio-econômica da ilha sempre havia sido precária e raras vezes apresentava melhoras relativas para a grande maioria da população.

Assim, parece que os fatores políticos - especialmente a indignação popular com a quebra da legalidade constitucional pelo coronel Fulgencio Batista – tiveram um peso maior no desencadeamento da Revolução Cubana. O amplo e profundo ódio contra Batista se somou ao sentimento de frustração para com as soluções do passado e permitiu a abertura para soluções radicais na forma e no conteúdo.

Já no caso venezuelano, o fator “crise econômica” foi decisivo para elevar ao ápice a frustração popular para com os governos eleitos do chamado *puntofijismo*. Se em tempos de prosperidade, as desigualdades sociais e a pobreza já eram grandes, no momento em que a riqueza assentada no petróleo desmoronou, as expectativas de obter melhoras por parte da maioria da população chegaram a um patamar praticamente zero.

Embora fosse maior nos setores populares, a frustração também se fez sentir na classe média que, acostumada com a bonança, temia a queda de seus padrões primeiro-mundistas de consumo e, inclusive nas classes proprietárias, que temiam a queda dos seus lucros ou até mesmo a falência.

Deste modo, a desilusão foi geral na Venezuela dos anos 80 e tornou praticamente unânime o desejo de mudanças. Por essa razão, num primeiro momento, o espírito rebelde e a promessa de mudanças de Hugo Chávez foram vistos com simpatia e, ainda hoje, nem mesmo a oposição mais ostensiva ao governo Chávez deixa de reconhecer algumas aspectos positivos de seu governo, negando veementemente o passado. Ou seja, ninguém na Venezuela, contra ou a favor de Chávez, ousa afirmar que gostaria simplesmente de um retorno à Venezuela anterior a Chávez³⁸.

³⁸ Ao menos esta foi a impressão que tive ao caminhar e conversar com populares nas ruas de Caracas e ao falar com pesquisadores, profissionais, militantes e entrevistados.

Assim, a oposição tradicional venezuelana admite que um dos principais erros do golpe de abril de 2002 foi o fato de o presidente empossado Pedro Carmona ter abolido de um só golpe a Constituição Bolivariana de 1999 e todas as medidas implementadas por Hugo Chávez. Por essa razão, atualmente esta mesma oposição tenta se apresentar com uma roupagem nova, mudando os nomes, as principais figuras públicas e o discurso de seus partidos e organizações, admitindo, ao menos retoricamente, alguns avanços para a Venezuela do governo Chávez, tanto que a orientação estratégica dos últimos anos desta oposição passou a ser a bandeira do “*chavismo sin Chávez*”. (GOLINGER, 2005)

Deste modo, a crise econômica converteu-se em crise política na Venezuela, na medida em que o povo interpretou que os governos eram os culpados pela crise e pela sua situação de penúria.

Porém, a esquerda organizada e tradicional - como o PCV, o MAS e a Causa-R - também não estava preparada para assumir o comando da situação e se converter em uma saída para a Venezuela. Do ponto de vista eleitoral, essa esquerda havia tido um peso quase inexpressivo na década de 70 e, apesar de alguma melhora nos anos 80, especialmente do MAS e da Causa-R, não chegava a apresentar chances de vitória nacionalmente (HEYDRA, 1981).

Assim, o vázio político geral e as manifestações populares espontâneas, em especial a rebelião do *Caracazo*, que demonstravam também a descrença do povo nos partidos e movimentos organizados, abriu o espaço para saídas políticas não tradicionais.

Por essa razão, as duas tentativas de tomada do poder pelo grupo militar de Hugo Chávez em 1992 foram vistas com simpatia e não como golpes de Estado. Depois, quando Hugo Chávez saiu da prisão e o MBR-200 apresentou-se nas eleições presidenciais de 1998, através do Partido MVR e do *Polo Patriótico*, o próprio estilo do candidato Chávez fazia o povo da Venezuela acreditar que essa campanha eleitoral e um possível governo Chávez não teria já nada a ver com a democracia *puntofijista*.

Desta forma, enquanto os cubanos se indignavam com a quebra da institucionalidade por Fulgencio Batista e foram à luta armada para defender a institucionalidade prévia, os venezuelanos, contraditoriamente, rogavam pela quebra da institucionalidade anterior e foram à luta institucional para quebrar a institucionalidade.

Nesta batalha, a unidade nacional dos venezuelanos, ao menos declarada, se referiu à crítica ao modelo político anterior, mas quanto ao apoio à Revolução Bolivariana esta unidade ficou

apenas entre os grupos e partidos de esquerda, e mesmo assim não incluiu a todos os agrupamentos e nem à totalidade de seus integrantes, que passaram por novos processos de cisão relacionados ao anti-chavismo ou ao pró-chavismo.

Porém, de todo modo, a unidade fundamental mesmo se deu entre Chávez e os setores das Forças Armadas que o apoiavam e o povo. Neste aspecto, guardou semelhanças com a Revolução Cubana, embora por ainda não dispor de um Exército Popular, mas do apoio de parte do Exército oficial, não esteja tendo o mesmo êxito em estruturar um poder popular efetivo que torne viável a transição socialista. O partido PSUV e demais instituições criadas pela Revolução Bolivariana até o momento, incluindo a reestruturação das Forças Armadas, tem se mostrado insuficientes para a construção de um novo sistema sócio-econômico no país.

4.4. Diferentes vias para o mesmo objetivo? Limites e potencialidades das duas experiências

De acordo com o anteriormente exposto, é momento de se proceder a uma síntese e tentar extrair uma resposta à pergunta central desta tese: que sentido fundamental apresentam os programas políticos da Revolução Cubana e Bolivariana?

Conforme analisado, antes da tomada do poder pelo *Ejército Rebelde* e também antes da vitória eleitoral de Hugo Chávez para a presidência da República em 1998, a perspectiva político-programática de ambos os processos era o que caracterizamos como revolução nacional-democrática, ou seja, a preocupação central era acabar com as características neocoloniais ou de dependência em relação a uma potência estrangeira - em ambos casos os Estados Unidos - afirmando os valores nacionais e o direito à autodeterminação em todos os assuntos, inclusive os econômicos.

Isto implicava construir um projeto de desenvolvimento nacional com perspectivas de elevar o nível de vida da população, de modo a diminuir consideravelmente as desigualdades sociais e favorecer a participação mais consciente do povo nas decisões políticas. Os cubanos traduziram muito bem o significado desta revolução profunda para a realidade latino-americana nas palavras de ordem: “independência econômica, liberdade política e justiça social”.

Esta característica semelhante fundamental de ambos os processos, no entanto, não altera o fato de apresentarem diferenças marcantes em inúmeros outros aspectos igualmente importantes.

O principal destes aspectos se refere ao fato de, uma vez no poder, o *Ejército Rebelde* de Cuba ter conduzido uma revolução socialista de libertação nacional em um espaço muito curto de tempo de tempo, enquanto os venezuelanos se debatem ainda hoje, depois de praticamente 10 anos (que se completarão no final deste ano) de governo Chávez, com sua revolução nacional-democrática, sem ter ainda conseguido fazê-la transitar ao socialismo, apesar das declarações oficiais de que este é o objetivo principal do processo.

Neste caso, a pergunta que salta à vista é: por que os cubanos conseguiram avançar tão rápido ao socialismo e os venezuelanos não? Alguns fatores foram mencionados nos itens anteriores como, por exemplo, o cenário internacional e alguns fatores conjunturais internos mais favoráveis no caso de Cuba. No entanto, a dificuldade engendrada pelo atual cenário mundial seria o fator decisivo e condicionante do ritmo mais gradual do processo venezuelano ou outros fatores poderiam ser elencados? A questão político-ideológica, poderia ser um fator, por exemplo?

Conforme também evidenciou-se anteriormente, neste aspecto também houve diferenças importantes entre a Cuba dos anos 50 e a Venezuela atual.

Cuba contava com um acúmulo histórico de experiências políticas radicais e de perfil socialista maior que a Venezuela, bem como com organizações e lideranças políticas com maior solidez teórica e prática nesse sentido.

Entretanto, a Venezuela, evidentemente que por outros caminhos, também não deixou de ter a sua experiência histórica patriótico-radical e socialista. Tanto que o *Partido Comunista* deste país adotou a via da luta armada nos anos 50, algo estranho aos principais partidos comunistas da América Latina no período, com exceção daqueles países onde haviam ditaduras militares abertas.

Por outro lado, o movimento socialista/comunista venezuelano conseguiu elaborar uma visão original sobre a “*via venezolana*” de construção do socialismo, através da união de setores rebeldes das Forças Armadas com o povo, o que demonstrava seu vigor criativo, apesar de sua pequena expressão numérica e eleitoral. Sem essa contribuição, o *movimiento bolivariano* e a Revolução Bolivariana de Hugo Chávez certamente não existiriam.

Assim, apesar da aparência de ter surgido do nada e de ser uma novidade completa, o movimento dirigente da Revolução Bolivariana teve vínculos diretos, não apenas através das idéias, mas inclusive orgânicos, com essa herança guerrilheira anterior, especialmente através das guerrilhas dos anos 60, e se alimenta ainda hoje perceptivelmente dessa matriz ideológica.

Entretanto, houve inegavelmente uma resignificação dessa herança pelos próprios participantes diretos das guerrilhas e também pelo movimento de Hugo Chávez.

Nos anos 60, o movimento guerrilheiro venezuelano era essencialmente um movimento socialista-marxista que propunha uma transformação radical do Estado e da sociedade venezuelana. Ou seja, a idéia era a destruição do Estado da democracia oligárquica venezuelana e a construção de um outro, apoiado fundamentalmente na força popular. Dentro deste projeto, a tarefa das setores progressistas e revolucionários das Forças Armadas seria servir ao movimento popular e ajudar a criar, com sua experiência militar, um novo exército de tipo popular.

Esta visão inspirava-se no projeto de socialismo do *Manifesto Comunista* e também na experiência do *Ejército Rebelde* da Revolução Cubana, que no período era uma grande referência para as guerrilhas venezuelanas. Também era uma referência forte o pensamento de Che Guevara e a idéia de uma nacionalização e latino-americanização do socialismo.

Porém, o fim da luta guerrilheira e a participação institucional levaram a uma releitura da perspectiva anterior, por parte da maioria dos partidos e movimentos civis e grupos organizados e conspirativos das Forças Armadas.

O único agrupamento que manteve sua posição marxista original foi o atual PCV, enquanto alguns dos demais agrupamentos, incluindo o de Hugo Chávez, mantiveram a idéia da “*via venezolana*” para a tomada do poder, mas alteraram o seu conteúdo.

Em outras palavras, permanecia a tática de unir o povo às Forças Armadas, mas era modificado o conteúdo do projeto socialista, que passava a assumir a forma de mudanças graduais com o concomitante uso dos recursos e instituições do Estado anterior e a permanência de determinados setores do capital e de determinadas formas de propriedade privada dos meios de produção.

Desta forma, surgiram muitas dúvidas e críticas, mesmo entre os adeptos do socialismo e defensores da sua viabilidade no século XXI, a respeito do chamado *socialismo bolivariano*. A questão central se referia à antiga e polêmica discussão da esquerda entre a reforma e a revolução, expressa por Rosa Luxemburgo na sua obra clássica *Reforma ou Revolução?* Para muitos, tanto o projeto do “socialismo do século XXI” quanto a forma de construí-lo teriam por base uma concepção política reformista e não revolucionária.

Entre a própria esquerda venezuelana apoiadora do processo ou, pelo menos que o foi em determinado momento, as divergências tem se mostrado grandes e o debate acirrado. A cientista política Margarita López Maya (2007), por exemplo, destaca e elogia o que considerou uma

mudança de conduta de Hugo Chávez na sua campanha de reeleição de 2006: um discurso menos polarizador e agressivo e um esforço para mostrar à classe média venezuelana a sustentabilidade e importância de seu projeto político para ampliar a democracia e os direitos dos setores populares tradicionalmente excluídos da sociedade venezuelana.

Porém, desde outra perspectiva interpretativa e político-ideológica, essas mesmas características foram consideradas um retrocesso de conseqüências políticas negativas irreversíveis. É assim que raciocina o militante Roland Dennis, ex-vice-ministro de *Planificación* de Hugo Chávez. Para ele, ainda não existiu uma revolução na Venezuela e a condução política de Hugo Chávez perdeu a grande oportunidade propiciada pelo golpe direitista de abril de 2002 de converter o processo em curso até aquele momento em uma genuína revolução socialista. (ROLAND DENNIS, entrevista Anexo 13).

Na visão de Roland Dennis, o grande erro de Chávez foi ter desarmado o povo e conciliado com os golpistas que, devido ao ambiente de impunidade, se sentiram à vontade para voltar à ofensiva. Assim, Chávez teria perdido uma oportunidade histórica para quebrar definitivamente o poder do antigo Estado e da grande burguesia venezuelana, através do armamento do povo com armas e uma nova ideologia.

Depois de passada essa oportunidade, as potencialidades efetivamente revolucionárias do processo teriam estacionado até retrocederem paulatinamente, conduzindo a uma situação em que a única herança da Revolução Bolivariana seria a aprendizagem das massas populares através da sua experiência de participação em um espaço político mais aberto e da avaliação de seus acertos e principalmente de seus erros.

Douglas Bravo é outro esquerdista histórico venezuelano – embora atualmente há quem considere que passou para o outro lado, em virtude de suas ácidas críticas a Hugo Chávez – que não usa meias tintas para avaliar a Revolução Bolivariana. Suas principais críticas são a de que Hugo Chávez não está fazendo mais do que reforçar o capitalismo de Estado venezuelano e criar uma nova burguesia paraestatal no lugar da antiga e forjar uma pseudo-participação popular onde a adesão e o aplauso predominam sobre o senso crítico e a participação efetivamente consciente e protagonista.

Para o legendário líder guerrilheiro dos anos 60, o que chama de Poder Constituído não foi derrubado na Venezuela de Hugo Chávez, assim como também não o foi após a queda de Pérez Jiménez em 1958, embora o Poder Constituinte, do qual fariam parte 80% dos integrantes do governo Chávez, teria avançado, especialmente depois da comoção do *Caracazo* em 1989. (DOUGLAS BRAVO, entrevista Anexo 9).

Embora o movimento de Douglas Bravo seja pequeno e suas posições bastante minoritárias na Venezuela atual, ainda conserva prestígio entre militantes políticos, especialmente entre os mais antigos, que inclusive compõem o governo Chávez, e suas críticas tem servido para manter alerta a consciência destes militantes a respeito dos limites e deficiências do processo atual, especialmente em relação às características ainda bastante burocráticas do Estado venezuelano.

Outra força política crítica, embora apoiadora e participante do processo e do próprio governo Chávez, é constituída pelo PCV. Para este partido, que busca manter de pé as bandeiras do socialismo-marxista na Venezuela, os principais problemas da Revolução Bolivariana são a dificuldade de criação de uma direção política coletiva capaz de substituir os limites de um modelo de direção centralizada e o conteúdo considerado vago, abstrato e utópico do chamado socialismo do século XXI defendido por Hugo Chávez. (CARRERA DAMAS, 2007; PERFECTO ABREU, entrevista Anexo 12).

Esta posição geral do PCV o levou a decisão de ficar fora do PSUV, mantendo sua independência orgânica, depois de haver proposto a criação de uma frente política, com uma direção colegiada, na qual estivessem presentes as distintas organizações políticas apoiadoras do processo com suas distintas posições. (PARTIDO COMUNISTA DE VENEZUELA, 2007).

Já um outro setor da esquerda apoiadora do processo e também identificada com o socialismo é mais otimista em relação às potencialidades do mesmo. Para Marta Harnecker (2005), por exemplo, conforme já mencionado anteriormente, o fato da Revolução Bolivariana se constituir como um *processo* e não como um assalto violento e radical ao poder não lhe extrai seu conteúdo revolucionário.

Para a autora, esta seria uma revolução *sui generis* em vários aspectos e teria a vantagem de estar conseguindo construir um caminho pacífico para o socialismo em pleno século XXI, e ainda mostrando a possibilidade de uma recriação coletiva do socialismo, no intuito de evitar os erros do socialismo real do século XX.

Outro intelectual bastante otimista -apesar de atualmente, depois do plebiscito da Reforma Constitucional, apontar algumas críticas -, com o processo da Revolução Bolivariana é Heinz Dieterich Steffan, sendo também um dos principais defensores teóricos da idéia do “socialismo do século XXI”.

Para Dieterich Steffan (2002), a Venezuela constitui uma grande esperança para a humanidade no cenário atual de crise capitalista mundial, em que está na ordem do dia a necessidade de construção de um novo projeto histórico.

Com extrema habilidade, Hugo Chávez estaria conseguindo levar à prática esse projeto e ainda de um modo pacífico, evidenciando a possibilidade de uma mudança política global e indicando o caminho para construí-la: passando o poder de decisão diretamente ao povo em todos os assuntos de seu interesse e incentivando a criação de unidades produtivas não mercantis e não capitalistas.

Com este resumo de algumas diferentes interpretações a respeito da Revolução Bolivariana, não se pretende contemplar de um modo exaustivo todas as diferentes opiniões internas e externas à Venezuela, o que ademais estaria além dos limites deste trabalho, mas apenas apresentar uma espécie de estado da arte do debate, cujas linhas centrais expressam essas opiniões.

Também não significa que os personagens e organizações mencionados sejam decisivos para o rumo que seguirá a Venezuela no próximo período, mas de todo modo suas opiniões são uma espécie de eixo das opiniões possíveis, por assim dizer, sobre a Revolução Bolivariana. Com algumas pequenas mudanças, as demais opiniões tendem mais ou menos a aproximarem-se de uma das apresentadas.

Em linhas gerais, se percebe uma opinião reformista favorável, embora com diferentes matizes e com propostas de correção de alguns aspectos do processo, que poderia ser exemplificada pelas análises de Margarita López Maya, Marta Harnecker e Heinz Dieterich Steffan.

Uma segunda opinião é exemplificada por uma postura crítica radical que reivindica-se revolucionária, expressa tanto por marxistas de influência trotskysta quanto por um movimento como o de Douglas Bravo, que reivindica a superação revolucionária do marxismo e a manutenção das características patrióticas e insurgentes da revolução venezuelana.

E, por último, dentre as opiniões possíveis no interior da esquerda, uma opinião que pretende ser radical e favorável ao processo mesmo tempo, apresentando críticas no intuito de tentar ajudar o processo a caminhar para um socialismo de tipo revolucionário, como a defendida pelo PCV e por outros militantes do movimento de massas influenciados pelo marxismo, mas que pretendem aproveitar a oportunidade aberta por Hugo Chávez para fazer a revolução avançar por

iniciativa das próprias massas populares. (WILFREDO VÁSQUEZ, entrevista Anexo 14; ARÉVALO GIL, entrevista Anexo 8; PERFECTO ABREU, entrevista Anexo 12).

É claro também que estas posições não são puras, mas mesclam-se e debatem-se no confronto com a realidade contraditória. Por outro lado, para além das posições de analistas e sujeitos políticos organizados, existe a posição, talvez muito mais decisiva, do próprio Hugo Chávez e também dos chamados diferentes setores do *chavismo*, o que inclui políticos, militares e burocratas do alto escalão das instituições do Estado.

Estas posições são importantes, na medida em que dispõe de recursos, oriundos da presença em setores-chave do poder do Estado, para convencer e mobilizar as massas desorganizadas, além de serem decisivos para a manutenção ou não da unidade em torno de Hugo Chávez e de seu projeto. Assim, a ruptura de um indivíduo ou de um setor interno do chamado *movimiento bolivariano* de Chávez, pode significar um reforçamento da oposição. Evidentemente, porém, isto depende de inúmeros outros fatores.

De todo modo, é importante mencionar que atualmente cada vez mais analistas e militantes tem abordado e admitido o crescimento e fortalecimento do que chamam de “direita chavista” ou “bolivariana”. Devido à dificuldade de a Revolução Bolivariana superar a estrutura burocrática do antigo Estado, esta teria primeiramente assumido o papel de uma força de inércia para o avanço do processo revolucionário e, posteriormente, se convertido num mecanismo de contraposição ao mesmo, até tornar-se atualmente uma força com maior poder e, portanto, com algum potencial de ameaça à continuidade do processo. (ROLAND DENNIS, entrevista Anexo 13).

Desde o início, o confronto central da Revolução Bolivariana teria sido entre as forças da inovação que pretendiam uma revolução “*desde abajo*” das estruturas políticas e econômicas nacionais e as forças defensoras da manutenção da antiga estrutura burocrática do Estado. Hugo Chávez e seu movimento bolivariano, especialmente formado por militares, teriam optado por determinado caminho no intuito declarado de transferir paulatinamente o poder ao povo e desfazer-se da antiga estrutura estatal concentradora do poder e dos privilégios.

Desta forma, a tática escolhida teria sido a revolução “*desde arriba*”, através do esforço para unir todos os setores do bolivarianismo e para convencer os mais moderados a avançarem, simultaneamente ao avanço gradual da organização e elevação do nível de consciência do povo. Assim, pensava-se aproveitar o domínio sobre posições-chave do Estado, especialmente das Forças Armadas, para transferir o poder ao povo num processo revolucionário distinto a todos os anteriormente existentes.

O problema é que o contrário estaria acontecendo, com o fortalecimento paulatino do setor moderado e o uso pelo mesmo de suas posições no Estado para enfraquecer o setor revolucionário e seu prestígio popular.

Desta forma, a Revolução Bolivariana estaria sendo debilitada a partir de dentro, desde a estrutura burocrática do Estado até as instituições políticas e militares e o próprio partido dirigente PSUV. Ao invés da pretendida democratização da direção política através da massificação do PSUV, as direções estariam corrompendo as bases populares através do uso da máquina política de que dispõem.

Talvez ainda seja muito cedo para uma conclusão a esse respeito, mas o fato é que alguns sintomas de cansaço têm se manifestado entre o povo e os setores subalternos das Forças Armadas, antes mais entusiasmados com o processo dirigido por Hugo Chávez, conforme demonstrado na derrota do governo no plebiscito de 2 de dezembro. Este fator, na realidade, é o mais decisivo, uma vez que com isso Hugo Chávez poderia perder sua principal base de apoio, ficando refém das forças moderadas e da possível contra-ofensiva da direita tradicional venezuelana.

Mas não cabe aos objetivos deste trabalho, uma especulação a esse respeito. O que importa mencionar são os limites e dificuldades para conduzir um processo revolucionário com objetivos socialistas declarados através da revolução nacional-democrática e sem a quebra das estruturas e instituições anteriores, conforme defendido pelo projeto socialista marxista e implementado pela Revolução Cubana. Se a revolução socialista for vitoriosa na Venezuela através deste caminho seria o primeiro caso, não apenas na América Latina, mas no mundo.

Também cabe a reflexão de István Mészáros em sua obra *Para além do capital*: se o principal problema da humanidade hoje é exatamente a continuidade da reprodução do sistema do capital, contra as obviedades de seu caráter cada vez mais destrutivo do ser humano e da natureza, como imaginar uma renovação do socialismo, extraindo-lhe a idéia central de uma superação completa do sistema do capital e de suas unidades reprodutivas básicas, como propõe o projeto do socialismo do século XXI?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme mencionado na *Introdução*, a interrogação inicial que guiou a pesquisa e a elaboração desta tese foi se poderia ser atribuído um caráter semelhante - definido como nacional-democrático nos termos apresentados no Capítulo 1 - ao conteúdo político-programático da Revolução Cubana de 1959 e da Revolução Bolivariana atualmente em curso na Venezuela. Em caso afirmativo, este fato evidenciaria a atualidade de uma temática supostamente relegada ao passado, segundo o atual pensamento hegemônico nas ciências sociais.

Uma segunda pergunta dizia respeito ao vínculo existente entre esse conteúdo nacional-democrático e a revolução socialista nas experiências estudadas, uma vez que segundo a abordagem apresentada em 1.2. as revoluções nacional-democráticas na América Latina teriam dificuldade de se viabilizarem por dentro da ordem capitalista. Assim, restaria a alternativa socialista como única capaz de viabilizar um maior nível de independência econômica, participação política e igualdade social.

Esta parecia uma problemática interessante e que necessitava de estudos empíricos, especialmente após o ressurgimento na América Latina de final do século XX de governos auto-denominados “antineoliberais” e que pretendiam resgatar projetos de emancipação nacional e de justiça social. A esse respeito, o exemplo da Venezuela do governo de Hugo Chávez Frías tornou-se emblemático, dado seu caráter pioneiro no atual contexto latino-americano, considerado após a crise dos anos 70, e a importância do país na região.

Também o governo de Hugo Chávez era o que mais abertamente apresentava o objetivo de uma revolução nacional-democrática e de perspectiva socialista, dentre os demais governos latino-americanos considerados de esquerda posteriormente eleitos. Por essa razão, a opção por comparar o processo político atualmente vivido por este país com o processo da Revolução Cubana de 1959.

A presença de Cuba no estudo se justificava por ter sido este o único país a realizar uma revolução socialista nas Américas, vinculando-a estreitamente aos anseios de libertação nacional do povo cubano.

A pesquisa conduziu à conclusão que, de fato, houve determinada afinidade político-programática antes da chegada ao poder e/ou governo entre os processos políticos da Revolução Cubana de 1959 e da atual Revolução Bolivariana. Em ambos os casos existiram um conjunto de preocupações que, em linhas sintéticas, significavam a preocupação com reformas capazes de

tornar esses países mais independentes economicamente, mais democráticos do ponto de vista político e mais justos do ponto de vista social, como brilhantemente foi sintetizado no próprio fervor da luta do processo cubano na palavra de ordem: “pela liberdade política, independência econômica e justiça social”.

Entretanto, como evidencia o quadro comparativo abaixo *as similaridades do conteúdo político-programático dos processos terminavam aí, ou seja, no projeto geral apresentado pelo grupo hegemônico antes da chegada ao poder e/ou governo*. O quadro evidencia também que os aspectos relativos à forma de luta adotada e ao conteúdo efetivamente implementado após a chegada ao poder e/ou governo eram mais diferentes que iguais. Quanto aos demais aspectos considerados, como a história dos países e a conjuntura nacional e internacional anterior às revoluções - com exceção de três elementos importantes como o resgate da herança das lutas e do pensamento independentista dos próceres José Martí e Simón Bolívar, a estrutura social desigual e a valorização da cultura nacional – os demais também eram mais distintos que semelhantes.

**QUADRO COMPARATIVO:
Principais semelhanças e diferenças entre os processos políticos
da Revolução Cubana e Bolivariana**

	CUBA	VENEZUELA	+ IGUAS OU + DIFERENTES?
Influência dos fatores históricos			
Valorização da história da independência	Forte. Resgate de José Martí	Forte. Resgate de Simón Bolívar	+ iguais
Caráter do movimento independentista	Conteúdo + radical. Final Século XIX. Conhecimento das idéias socialistas.	Conteúdo + liberal. Início século XIX. Desconhecimento do socialismo.	+ diferentes
República pós-independência	+ democrática	+ oligárquica	+ diferentes
Períodos de governos eleitos até meados do século XX	+ longos: 1902-1906; 1909-1927; 1940-1952.	+ curtos: 1946-1948.	+ diferentes
Intervenção estrangeira	+ direta	+ indireta	+ diferentes
Recursos econômicos e naturais	escassos	abundantes	+ diferentes
Estrutura social	desigual	desigual	+ iguais
Tradição político-organizativa	+ forte	+ fraca	+ diferentes

Valorização cultura nacional	forte	forte	+ iguais
Origem sentimento nacional antiimperialista	Negação: intervenções estrangeiras e pretensões anexionistas	Afirmação: riqueza petrolífera e grandeza nacional	+ diferentes
Vínculos entre o pensamento nacional-democrático e o marxismo	Forte e desde as origens da nação	+ fraco e tardio	+ diferentes
Influência dos fatores conjunturais externos e internos			
Economia mundial	Recuperação e otimismo do pós-guerra	Crise iniciada em meados da década de 70	+ diferentes
Cenário político internacional	Prestígio do socialismo e Guerra Fria	Fim do socialismo na URSS e no Leste Europeu e unilateralismo dos Estados Unidos	+ diferentes
Fatores culturais e ideológicos	Crença no progresso e no desenvolvimento; cultura do consumismo e da rebeldia.	Ideologia do fim das ideologias e dos grandes projetos históricos; cultura da competitividade e do individualismo.	+ diferentes
América Latina	Otimismo desenvolvimentista; nacionalismo e projetos contra-hegemônicos no espírito do “terceiro-mundismo”; ditaduras militares.	Crise do desenvolvimentismo; volta das eleições e da legalidade institucional; avanço do chamado neoliberalismo; recuo dos projetos contra-hegemônicos e da esquerda.	+ diferentes
Economia interna	Continuidade da crise estrutural do sistema da monocultura do açúcar com pequena melhoria do crescimento econômico e da diversificação da produção	Fim da bonança econômica assentada nas rendas petrolíferas; “neoliberalismo à venezuelana”.	+ diferentes
Sociedade e cultura	Estatismo; nacionalismo com recuo do antiimperialismo; crença na institucionalidade.	Crise do intervencionismo estatal; dificuldade de aceitação do “neoliberalismo”; descrença na institucionalidade.	+ diferentes
Política	Sociedade civil forte: partidos e sindicatos, participação e disputas ideológicas.	Sociedade civil fraca: fim do <i>Pacto de Punto Fijo</i> , descrença em organizações e instituições, manifestações populares espontâneas e violentas, recuo dos projetos ideológicos.	+ diferentes
Características dos processos políticos			
Conteúdo político-programático			
Evento desencadeador fundamental do	Quebra da institucionalidade pela ditadura de Fulgencio Batista	Crise econômica, social e política iniciada em 1982.	+ diferentes

processo revolucionário			
Aspiração inicial da luta	Retomada da institucionalidade/legalidade	Quebra da institucionalidade/legalidade <i>puntofijista</i>	+ diferentes
Projeto geral apresentado pelo grupo hegemônico antes da chegada ao poder e/ou governo	Uma sociedade economicamente independente (industrialização), com liberdade política (democracia e respeito às instituições) e justiça social (valorização da classe trabalhadora através de direitos sociais e trabalhistas e democratização da propriedade).	Superação da economia rentista do petróleo através da industrialização e diversificação da produção, fortalecimento do Estado nacional e de seu papel na condução da economia, eliminação das desigualdades sociais extremas, substituição da democracia restrita do <i>puntofijismo</i> pela democracia popular e participativa.	+ iguais
Projeto implementado após a chegada ao poder	Socialismo marxista e libertação nacional: eliminação da grande propriedade privada e das relações sociais de tipo capitalista, valorização da economia e da cultura nacional.	Revolução nacional-democrática e “socialismo do século XXI”: democracia “participativa e protagônica”; ampliação dos direitos sociais e da economia estatal e comunitária; valorização da cultura nacional; conservação da grande propriedade privada e incentivo à sua parceria com o Estado (empresas mistas).	+ diferentes
Horizonte ideológico	Construir uma sociedade sem classes e propriedade privada dos meios de produção e contribuir para a vitória da revolução socialista latino-americana e mundial	Provar a viabilidade de uma nova forma de socialismo, que não elimine completamente a propriedade privada dos meios de produção, promover a integração latino-americana e garantir um mundo multipolar e mais equilibrado.	+ diferentes
Forma dos processos			
Formas iniciais de luta	Mescla de formas políticas e pacíficas com ações armadas	Manifestações populares espontâneas e violentas e levantes militares armados	+ diferentes
Forma de chegada ao poder e/ou governo	Luta armada, Ejército Popular e desmonte do antigo aparelho de Estado.	Eleições presidenciais	+ diferentes
Forma de mudança e manutenção do poder	Fortalecimento do <i>Ejército Rebelde</i> e das Milícias Populares armadas, construção de um novo aparelho de Estado.	Nova Constituição, plebiscitos populares e reestruturação das Forças Armadas, com vistas à <i>reforma</i> do antigo aparelho de Estado.	+ diferentes

Embora a apresentação de um quadro comparativo como este de realidades bastante complexas e singulares possa conduzir a simplificações e conclusões apressadas, é importante esclarecer que o objetivo da tese não foi construir uma hipótese teórica e tentar comprová-la de um modo muito esquemático, o que faria perder toda a riqueza dos processos em análise. Procurou-se apenas - e esta também é a intenção ao apresentar este quadro - encontrar determinada orientação programático-ideológica comum e atribuir-lhe certo sentido.

Esse sentido era e continua sendo o das revoluções nacional-democráticas inacabadas na América Latina. Esse foi o drama em que esteve mergulhada a Revolução Cubana e cuja resolução foi encontrada no projeto socialista e o drama que continua inquietando os venezuelanos.

Durante o processo de luta contra a ditadura de Fulgencio Batista nos anos 50 em Cuba foram resgatadas, especialmente pelo MR-26-7 comandado por Fidel Castro, as bandeiras da “independência econômica, liberdade política e justiça social” da *Revolución del 30*. Nesse momento, o conteúdo socialista e até mesmo antiimperialista da revolução que se pretendia realizar não era declarado por este grupo. No entanto, a prática e os fatos foram mais fortes em Cuba e, uma vez no poder, a Revolução foi além do conteúdo anteriormente expresso, implementando-se rápida e resolutamente o “programa do Moncada” e direcionando-se também muito rapidamente o processo para o socialismo.

Para tanto, os revolucionários cubanos contaram com o apoio entusiástico da maioria da população e com o poder do *Ejército Rebelde* que havia derrotado as antigas Forças Armadas de Cuba no decorrer da luta e, com esta ação, destruído o antigo Estado cubano que não pode ser usado para opor nenhuma resistência à Revolução no poder. A tentativa de derrota da Revolução foi desencadeada desde fora, com o apoio dado pelos Estados Unidos a grupos contra-revolucionários internos.

Já no caso da Venezuela de Hugo Chávez, através de um processo institucional de chegada ao governo, buscou-se e busca-se realizar uma revolução nacional-democrática na perspectiva de também conduzi-la ao socialismo, porém a outro tipo de socialismo que não o marxista, o chamado socialismo do século XXI. Daí a caracterização do processo venezuelano como de uma revolução *dentro da ordem* capitalista.

Ou seja, diferentemente de Cuba, não houve na Venezuela até o momento um processo de destruição do antigo aparelho de Estado, um requisito básico da revolução socialista segundo os clássicos do marxismo, mas a tentativa de transformar o atual Estado para que sirva de instrumento à construção do que chamam oficialmente de Estado Social-Comunal, ou seja, um

Estado que priorizaria uma nova forma econômica e social, com o predomínio de formas de produção não-mercantis e não-capitalistas e a propriedade estatal, mas sem eliminar completamente as formas privadas e capitalistas de propriedade, inclusive as grandes propriedades e a presença do capital estrangeiro na economia. Assim, nesse aspecto, a diferença com a Revolução Cubana não poderia ser maior.

Assim, a Venezuela atual ainda se embate com o problema nacional e democrático, cuja resolução não parece fácil nem muito próxima. Especialmente após a derrota do governo de Hugo Chávez no plebiscito de 2 de dezembro de 2007 e da declaração oficial de que se teria de desacelerar o processo no intuito de alcançar um maior nível de consciência e preparação das massas populares, aumentaram as incertezas sobre o futuro da Revolução Bolivariana.

Desta forma, saber se o processo avançará até o socialismo conforme o projeto governamental ou se a atual oposição neoconservadora conseguirá retornar ao governo é algo que somente o tempo e o próprio desenvolvimento da luta poderão dizer.

O fato é que, no patamar em que está, parece impossível a Revolução Bolivariana permanecer, uma vez que não existe ainda a consolidação de um projeto alternativo positivo. Também são muitas as dúvidas dentro e fora da Venezuela a respeito da viabilidade do “socialismo do século XXI”, uma vez que uma economia mista entre capitalismo e socialismo continuaria a ser um projeto utópico.

Nesse sentido, *a experiência da Revolução Cubana de 1959 demonstrou que, ao contrário da teoria das duas etapas da revolução socialista latino-americana, uma nacional-democrática e outra socialista, a libertação nacional teria de ocorrer durante e não antes da revolução socialista. Ou seja, os termos da discussão foram invertidos e o nacional ao invés de aparecer antes, apareceu junto com a revolução socialista.*

Já no caso da Revolução Bolivariana a chamada via de construção do socialismo tem seguido o caminho tradicional das duas etapas, ou seja, tentar chegar ao socialismo através da revolução nacional-democrática.

Porém, de todo modo, a Revolução Bolivariana da Venezuela está comprovando a atualidade dos anseios de libertação nacional na América Latina e os vínculos, também atuais, de tais anseios com a revolução socialista.

Neste aspecto, ganha atualidade também a junção do pensamento nacional-democrático dos próceres da independência com o pensamento socialista, bem como a valorização, ou revalorização, das culturas nacionais próprias. Estas características comuns entre a Revolução

Cubana de 1959 e a Revolução Bolivariana evidenciam o potencial criativo e criador desta junção e valorização.

Do mesmo modo, outro elemento comum das realidades estudadas, a desigualdade das estruturas sociais de Cuba e da Venezuela, sugere que processos revolucionários autênticos devem ter base em alguma motivação mais profunda do conjunto, ou pelo menos da maioria, dos integrantes da sociedade. Ou seja, sem a existência do sentimento popular de que mudanças profundas deveriam ser realizadas, dificilmente ocorreria um processo revolucionário.

Embora esta seja mais uma reflexão do que uma conclusão desta tese, ao considerar - conforme o quadro comparativo apresentado anteriormente - que praticamente todas as demais características de Cuba e da Venezuela anteriores aos processos revolucionários estudados eram mais diferentes do que semelhantes, pode-se facilmente inferir que o elemento *desigualdade social* constitui um fator bastante relevante para a formulação de programas políticos e o desencadeamento de revoluções sociais de caráter nacional-democrático. Porém, para não extrapolar os limites deste trabalho, deixa-se aqui esta reflexão como possível ponto de partida de novos estudos sobre as experiências em questão.

Para além de outras características distintas relativas às histórias dos países e às conjunturas nacionais e internacionais do período, mencionadas no Capítulo 4 e sintetizadas no quadro comparativo apresentado, vale a pena lembrar aqui um elemento instigante extraído da análise comparativa dos processos cubano e venezuelano, mencionado em 4.3.: *o fato dos cubanos terem ido à luta armada para defender a institucionalidade prévia quebrada por Fulgencio Batista e os venezuelanos terem ido à luta institucional para quebrar a institucionalidade prévia do “puntofijismo”, considerada insustentável. Isto demonstra o quanto os processos revolucionários reais são contraditórios e complexos, podendo partir de distintas motivações e assumir as mais variadas formas.*

Assim, em alguns aspectos a tese acabou seguindo por um caminho diferente daquele inicialmente traçado. Do ponto de vista do conteúdo, a presença em Cuba e na Venezuela para pesquisa de campo, trouxe novidades a respeito das experiências destes países que não haviam sido consideradas anteriormente e também fez repensar, de algum modo, a perspectiva teórica adotada.

Inicialmente julgava-se ter existido um período nacional-democrático na experiência da Revolução Cubana de 1959, concepção que foi descartada no decorrer da investigação, ao evidenciar-se que Cuba realizou uma revolução socialista e, como parte desta, tarefas de libertação nacional e aprofundamento democrático.

No caso da Venezuela, também se imaginava uma realidade um pouco distinta, com características de revolução *contra a ordem*, ou seja, que a presença no governo e o uso dos processos institucionais eram apenas um meio, e não o principal, para desencadear um processo de insubordinação militar e popular capaz de conduzir a Venezuela a uma revolução socialista radical.

Entretanto, a pesquisa realizada nesse país esclareceu que, de fato, se trata de uma revolução, mas de uma revolução *dentro da ordem* que pretende ser conduzida gradualmente ao socialismo e a um socialismo de novo tipo, onde seria admitida a presença da propriedade privada dos meios de produção.

Considerando estes elementos, ao final da investigação estava mais clara a distinção entre a revolução nacional-democrática e a socialista na América Latina e os vínculos entre ambas.

Outro elemento não pensado anteriormente e que acabou assumindo uma grande importância na tese foram os *processos políticos* revolucionários propriamente ditos, ou seja, a complexidade de experiências vividas como *processos* e não como eventos extraordinários surgidos do nada. Aí entraram a história, análises políticas e programas de grupos - para além dos hegemônicos - que ajudaram a construir a revolução e as heranças políticas do passado próximo ou distante. Em relação ao primeiro aspecto, saltou à vista a importância da *subjetividade*, dos *projetos ideológicos*, da *ação política* como expressão da vontade consciente como um argumento forte da tese.

Para chegar a esses resultados, porém, foram encontradas algumas dificuldades durante o processo de pesquisa que merecem ser mencionadas, sendo que algumas puderam ser superadas e outras não, contribuindo para a existência de limites e lacunas no trabalho.

Uma primeira dificuldade se referiu à preocupação dos entrevistados e de outras pessoas, envolvidas direta ou indiretamente com a investigação, a respeito das conseqüências políticas de uma comparação sobre os processos políticos cubano e venezuelano, ou seja, a preocupação de que desta tentativa de comparação pudesse sair uma análise muito simplista ou ainda que fosse utilizada pelos opositores de ambas as experiências, em um contexto em que elas ainda estão na ordem do dia e provocam as maiores polêmicas e as disputas mais acirradas. Esta dificuldade foi em parte superada através do esclarecimento dos objetivos reais da tese e de minha própria posição política para as pessoas mencionadas.

Quanto à pesquisa de campo nos países estudados, outros aspectos dificultaram o trabalho.

Em Cuba, a pesquisa foi realizada durante quatro meses e, portanto, houve mais tempo para conhecer e refletir sobre a história do país e o processo da Revolução de 1959. A dificuldade maior, no entanto, foi manusear e analisar a abundância de materiais, informações e análises distintas e conflitantes.

Além disso, o fato dos catálogos bibliográficos das bibliotecas e institutos históricos não estarem digitalizados, tendo que ser consultados no antigo sistema de fichários e pesquisados diretamente no local, sem um sistema de fotocópias funcional, tornou o trabalho mais lento. E também, devido aos motivos já mencionados na *Introdução*, a concessão de entrevistas foi algo mais difícil.

De todo modo, é importante mencionar que as dificuldades materiais e técnicas existentes em Cuba têm também suas razões políticas e que as dificuldades mencionadas puderam ser minimizadas de outras formas. Por exemplo, quanto às fontes documentais, atualmente estão sendo reeditados a preços extremamente acessíveis – e que para brasileiros e outros estrangeiros se tornam praticamente simbólicos devido à diferença de moeda – as principais fontes documentais da Revolução de 1959 e outros materiais de importância histórica.

Já no caso das entrevistas, embora em pouca quantidade, foram depoimentos muito valiosos e suficientemente representativos dos grupos que interessava abordar.

Na Venezuela, as dificuldades foram inversas, ou seja, pouco tempo para a pesquisa de campo - apenas um mês para conhecer a história do país e o processo político em curso - e poucos materiais de análise sobre a Revolução Bolivariana. Entretanto, estas dificuldades foram em parte compensadas pela enorme disposição dos venezuelanos partícipes do processo em conceder entrevistas, fazendo com que em pouco tempo fossem conseguidos importantes depoimentos.

Mas, por outro lado, a prioridade dada à realização das entrevistas impediu uma análise mais apurada da bibliografia disponível no país, o que foi também em parte compensado pela compra de alguns livros e cópia de alguns artigos e pela quantidade de informações e materiais disponíveis na internet.

Enfim, as dificuldades encontradas puderam ser superadas, compensadas ou ao menos minimizadas pelos aspectos positivos da experiência investigativa, como a fácil adaptação às culturas locais e ao idioma, o conhecimento prévio de alguns aspectos da realidade destes países e o contato prévio com alguns estudiosos e militantes e, sobretudo, a grande generosidade e

disposição dos partícipes dos processos, e de outros amigos e profissionais, para ajudar e colaborar.

Por fim, considerando os limites mencionados, espera-se que a pesquisa e a análise contida nesta tese contribuam para o aprofundamento do conhecimento sobre os países estudados e sobre a realidade latino-americana em seu conjunto e que também incentivem a realização de outros estudos que aprofundem o ponto de vista investigativo aqui adotado ou desenvolvam outros.

BIBLIOGRAFIA

FONTES SECUNDÁRIAS

Literatura geral e sobre os países

GERAL

ANTUNES, Ricardo (1995). **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 3. ed. São Paulo: Cortez.

BASLÉ, M.; et al. (1988). **Histoire des pensées économiques.** Paris: Sisley.

BATISTA, Paulo Nogueira (1999). **O consenso de Washington:** a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. São Paulo: [s.n.]. Cartilha n. 7 do Movimento Consulta Popular.

BETHELL, Leslie [s.d.]. As origens da independência da América espanhola. In: **História da América Latina:** da independência a 1870. Tomo III. São Paulo: Editora da USP, p. 22-72.

CARDOSO, Fernando Henrique (1995). Desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos. **Revista de Economia Política**, São Paulo, vol. 15, n. 4 (60), p. 148-155, out. dez. Disponível em: <www.rep.org.br/pesquisar3.asp?id=836>. Acesso em: 14 novembro 2005.

-----; FALETTO, Enzo (1970). **Dependência e desenvolvimento na América Latina.** 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.

----- (1985). Repensando dependência e desenvolvimento na América Latina. In: CARDOSO, Fernando Henrique; SORJ, Bernardo; FONT, Maurício. **Economia e movimentos sociais na América Latina.** São Paulo: Brasiliense.

CARMAGNANI, Marcelo (1984). **Estado y sociedad en América Latina: 1850-1930.** Barcelona: Editorial Crítica.

CASTEL, Robert (1998). **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes.

CERVANTES MARTÍNEZ, et al (1998). **Transnacionalización y desnacionalización:** la metamorfosis del capitalismo monopolista de Estado. La Habana: [s.n.]. Mimeografado.

CHESNAIS, François (1996). **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã.

----- (1998). Rumo a uma mudança total dos parâmetros econômicos dos enfrentamentos políticos e sociais. **Revista Outubro.** Disponível em: <www.revistaoutubro.com.br/edicoes/01/out01_01.pdf>. Acesso em: 13 julho 2006.

CHOMSKY, Noam; DIETERICH STEFFAN, Heinz (1995). **La sociedad global.** México: Grupo Editorial Planeta.

DAVIDSON, Paul; LIMA, Gilberto Tadeu (1999). **Macroeconomia moderna:** Keynes e a economia contemporânea. Rio de Janeiro: Campus.

DEL POZO, José (2002). **História de América Latina y del Caribe - 1825-2001**. Santiago: LOM Ediciones.

DIETERICH, Heinz; FRANCO, Raimundo; PETERS, Arno (1998). **Fin del capitalismo global - el nuevo proyecto histórico**. México: Editorial Nuestro Tiempo.

DIETERICH, Heinz (2002). **El socialismo del siglo XXI**. Ciudad de México: Ediciones de Paradigmas y Utopías.

DONGHI, Tulio Haperin (1985). **Reforma y disolución de los imperios ibéricos - 1750-1850**. Madrid: Alianza.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Declaração de Independência (1776). **Embaixada dos Estados Unidos no Brasil**: online. Disponível em: <www.embaixada-americana.org.br>. Acesso em: 3 junho 2006.

FERNANDES, Florestan (1981). **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

FERNANDES, Florestan (1981a). **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

----- (1987). **A Revolução burguesa no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.

----- (2000). **O que é Revolução?** São Paulo: Expressão Popular, p. 55-148. Clássicos sobre a Revolução Brasileira.

FIORI, José Luís (1995). **Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado**. Rio de Janeiro: Insight.

FRANK, André Günder (1978). **Capitalismo y subdesarrollo en América Latina**. 5. ed. México: Siglo Veintiuno.

FURTADO, Celso (1974). **O mito do desenvolvimento econômico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GIDDENS, Anthony (1976). **Capitalismo e moderna teoria social: uma análise das obras de Marx, Durkheim e Max Weber**. 2. ed. Lisboa: Presença.

----- (1991). **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora da UNESP.

GONÇALVES, Reinaldo (2002). **Vagão descarrilhado: o Brasil e o futuro da economia global**. Rio de Janeiro: Record.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo (2000). Globalidade, neoliberalismo e democracia. In: GENTILI, Pablo (Org.). **Globalização excludente**. Petrópolis: Vozes.

GUERRA VILABOY, Sergio (2006). La Revolución haitiana (1790-1804). In: **Breve historia de América Latina**. La Habana, Editorial de Ciencias Sociales, p. 85-91.

----- (2006a). La recolonización imperialista y el despertar de los movimientos sociales y nacionalistas. In: **Breve historia de América Latina**. La Habana, Editorial de Ciencias Sociales, p. 176-212.

- HALL, Stuart (2002). **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A.
- HOBSBAWM, Eric (1997). **A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (1995). **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- HUNT, E. K. (1986). **História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus.
- IANNI, Octávio (1992). **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- KURZ, Robert (1993). **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. São Paulo: Paz e Terra.
- LÊNIN, Vladimir Ilich (1986). Duas táticas da social-democracia na revolução democrática. In: **Obras Escolhidas**. Volume I. 3. ed. São Paulo: Alfa Ômega.
- LÊNIN, Vladimir Ilich (1987). **O Estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução**. São Paulo: Hucitec.
- LETÍZIA, Vito [s.d.]. **A era dos extremos: o breve século XX**. Disponível em: <www2.ufba.br/~revistao/o2vitor.html> Acesso em: 4 março 2008. Resenha.
- LUXEMBURGO, Rosa (2001). **Reforma ou revolução?** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular.
- MANDEL, Ernest (1982). **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural.
- MARINI, Ruy Mauro (2000). Dialética da dependência. In: SADER, Emir (Org.). **Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO.
- MARSHALL, Thomas Humphrey (1967). **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar.
- MARX, Karl (1968). **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. 2. ed. São Paulo: [s.n.]. Mimeografado.
- (2002). **O capital: crítica da economia política**. Livro I, Volume I. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- [s.d.]. As lutas de classes na França de 1848 a 1850. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. Volume I. São Paulo: Alfa-Ômega.
- ; ENGELS, Friedrich (2002). **Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: L&PM.
- MÉSZÁROS, István (2002). **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, Editora da UNICAMP.
- (2003). **O século XXI: socialismo ou barbárie?** São Paulo: Boitempo.

MISES, Ludwig von (1987). Terceira lição: o intervencionismo. In: **Seis lições**. Rio de Janeiro: José Olympio. Mimeografado.

MORLINO, Leonardo (1994). Problemas y opciones en la comparación. In: MORLINO, Leonardo; SARTORI, Giovanni. **La comparación en las Ciencias Sociales**. Madri: Alianza Editorial.

PÉREZ-WICHT, Pablo Quintanilla [s.d.]. **La recepción del positivismo en Latinoamérica**. Disponível em: <www.pucp.edu.pe/ira/filosofia-peru/pdf/arti_filo_peru/pquinta_positivismo.pdf>. Acesso em: 8 setembro 2005.

PETRAS, James (2001). Centralidad del Estado en el mundo actual. **Rebellion**: online. Disponível em: <www.rebellion.org/petras/petrascentralidad.htm>. Acesso em: 21 abril 2003.

----- (2002). ¿Quién gobierna el mundo? **Rebellion**: online. Disponível em: <www.rebellion.org/petras/petras200502.htm>. Acesso em: 5 novembro 2002.

----- (2002a). La recolonización y la “necesidad de un nuevo imperialismo”. **Rebellion**: online. Disponível em: <www.rebellion.org/petras/090102.htm>. Acesso em: 5 novembro 2002.

PINTO, Aníbal (1979). Heterogeneidade estrutural e modelo de desenvolvimento recente. In: SERRA, José (Coord.) **América Latina: ensaios de interpretação econômica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

PRADO JR., Caio (1966). **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense.

PREBISCH, Raúl (1968). **Dinâmica do desenvolvimento latino-americano**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.

----- (1987). Cinco etapas de mi pensamiento sobre el desarrollo. In: SECRETARIA GENERAL DE CEPAL. **Raúl Prebisch: un aporte al estudio de su pensamiento**. Santiago de Chile.

PRESTES, Anita Leocádia (1980). A que herança os comunistas devem renunciar? **Revista Oitenta**, Porto Alegre, n. 4.

PRZEWORSKI, A.; TEUNE, H. (1970). **The logic of comparative social inquiry**. New York: John Wiley & Sons.

QUIRINO, Célia Galvão; SOUSA, Maria Teresa Sadek R. de (1980). **O pensamento político clássico: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau**. São Paulo: T. A. Queiroz.

ROBESPIERRE, Maximilien de (1999). **Discursos e relatórios na Convenção**. Rio de Janeiro: Contraponto, EDUERJ.

RODRIGUEZ, Carlos Rafael (1983). Lenin y la cuestión nacional. In: **Letra con filo**. Tomo I. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, p. 305-360.

SAES, Décio (1999). Uma interpretação marxista da evolução do Estado no Brasil. In: COSTA, Sílvio (Org.). **Concepções e formação do Estado Brasileiro**. São Paulo: Anita Garibaldi, p. 104-120.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda (1999). **Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado**. Petrópolis: Vozes.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo (1968). **Filosofia da praxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SÁNCHEZ, Germán (1998). El asalto neoliberal. In: LOPEZ SEGRERA, Francisco (ed.). **Los retos de la globalización**. Tomo I. Caracas: Unidad de Artes Gráficas e Impresión UNESCO/CRESALC, 1998, p. 255-287.

SCHNEIDER, Sérgio; SCHIMITT, Cláudia Job (1998). O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87.

SEVCENKO, N. (1998). A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do rio. In: **História da vida privada no Brasil**. Volume 3. São Paulo: Companhia das Letras, p. 513-619.

TAVARES, Maria da Conceição (2000). Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record.

THRUPP, Sylvia L. (1970). Diachronic methods in comparative politics. In: HOLT, Robert T., TURNER, John E. (Ed.). **The methodology of comparative research**. New York: The Free Press.

TOCQUEVILLE, Alexis de (1957). **La democracia en América**. México: Fondo de Cultura Económica.

WALLERSTEIN, Immanuel (2002). **Após o liberalismo**. Petrópolis: Vozes.

CUBA

ALADRO CARDOSO, Mayra; VALDÉS SÁNCHEZ, Servando; ROSADO EIRÓ, Luis (2007). **La guerra de liberación nacional en Cuba - 1956-1959**. La Habana: Casa Editora Abril.

CAIRO, Ana – Org. (2006). Organizaciones políticas y sociales. In: ROA, Raúl. **Bufa Subversiva**. Ed. anotada. La Habana: Ediciones La Memoria, p. 495-501. Anexos.

CANTÓN NAVARRO, José (2006). **José Martí y los trabajadores**. Caracas: Fondo Intergubernamental para la Descentralización – FIDES.

DARUSHÉNKOV, O. (1978). **Cuba - el camino de la Revolución**. Moscú: Editorial Progreso.

¿DESDE cuándo nos llamamos mambises? (2006). **Unión de Periodistas de Cuba**: online. Disponível em: <www.upec.cu/baul_de_recuernos/texto2.htm>. Acesso em: 18 agosto 2006.

FERNANDES, Florestan (1979). **Da guerrilha ao socialismo - a revolução cubana**. São Paulo: T. A. Queiroz.

FERNÁNDEZ RETAMAR, Roberto (2001). Martí en su (tercer) mundo. In: **Introducción a José Martí**. La Habana: Editorial Letras Cubanas, p. 13-79.

FRÓMETA SUÁREZ, Sergio (2004). **La lucha clandestina del Movimiento 26 de Julio en Jiguaní**. Bayamo: Ediciones Bayamo.

GALVEZ RODRIGUEZ, William (2006). **Frank**: entre el sol y la montaña. Santiago de Cuba: Editorial Oriente.

GARCÍA OLIVERAS, Julio (2007). Nuestra Generación y la Guerra Civil Española: 1936-1939. **Revista Bimestre Cubana**. La Habana. N. 26, Época III, p. 145-164.

HART DÁVALOS, Armando (2006). **Marx y Engels**: ideas para el socialismo del siglo XXI, una visión desde Cuba. La Habana: Editorial Pueblo y Educación.

----- (2006a). El legado filosófico de José Martí. **Bohemia**, año 98, n. 25, 8.XII, p. 23.

----- (2007). El misterio de Martí y de Cuba. **Bohemia**, año 99, n.2, 19.I. p. 20-21.

INSTITUTO DE HISTORIA DEL MOVIMIENTO COMUNISTA Y DE LA REVOLUCIÓN SOCIALISTA DE CUBA (1985). Adjunto ao Comité Central del Partido Comunista de Cuba. **Historia del Movimiento Obrero Cubano - 1935-1958**. Tomo II. La Habana: Editora Política.

LE RIVEREND, Julio (1971). **La República**: dependencia y revolución. 3 ed. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales.

----- (1974). Historia económica de Cuba: 1902-1951. In: **Historia económica de Cuba**. 4 ed. La Habana: Edición Revolucionaria, p.551-659.

LOPEZ SEGRERA, Francisco (1972). La crisis del subdesarrollo capitalista dependiente: 1934-1959. In: **Cuba, capitalismo dependiente y subdesarrollo - 1510-1959**. La Habana: editorial CASA, p. 249-388.

MARTÍ, José (2001). Carta a Manuel Mercado [1895]. In: **Obras completas**. Volumen 4. La Habana: Centro de Estudios Martianos y Karisma Digital, CD-ROM, p. 167-170.

----- (2001a). Carta de Martí [1883]. In: **Obras completas**. Volumen 9. La Habana: Centro de Estudios Martianos y Karisma Digital, CD-ROM, p. 387-397.

----- (2001b). Carta de Nueva York [1882]. In: **Obras completas**. Volumen 9. La Habana: Centro de Estudios Martianos y Karisma Digital, CD-ROM, p. 277-283.

----- (2001c). El tercer año del Partido Revolucionario Cubano. El alma de la revolución y el deber de Cuba en América [1894]. In: **Obras completas**. Volumen 3. La Habana: Centro de Estudios Martianos y Karisma Digital, CD-ROM, p. 138-143.

MELLA, Julio Antonio, et al (2005). **Siete enfoques marxistas sobre José Martí**. La Habana: Editora Política.

MARTÍNEZ HEREDIA, Fernando (1998). La fuerza del pueblo. Original fornecido pelo autor. Publicado in **Temas**, La Habana, n. 16-17, p. 82-93, oct./jun. Mimeografiado.

----- (1998a). Nacionalizando la nación: reformulación de la hegemonía en la segunda república cubana. La Habana. Original fornecido pelo autor. Publicado in: CENTRO DE INVESTIGACIÓN Y DESARROLLO DE LA CULTURA CUBANA JUAN MARINELLO - CIDCC. **Pensamiento y tradiciones populares**: estudios de identidad cultural cubana y latinoamericana. La Habana, 2000, p. 29-50.

----- (2001). Guiteras y la revolución. In: **El corrimiento hacia el rojo**. La Habana: Editorial Letras Cubanas, p. 198-226.

----- (2001a). El poeta y la revolución. In: **El corrimiento hacia el rojo**. La Habana: Editorial Letras Cubanas, p. 163-179.

----- (2001b). Izquierda y marxismo en Cuba. In: **El corrimiento hacia el rojo**. La Habana: Editorial Letras Cubanas, p. 82-114.

----- (2001c). La alternativa cubana. In: **El corrimiento hacia el rojo**. La Habana: Editorial Letras Cubanas, p. 9-44.

----- (2001d). ¿Por qué Julio Antonio? In: **El corrimiento hacia el rojo**. La Habana: Editorial Letras Cubanas, p. 158-162.

----- (2005). **El mundo ideológico cubano de 1959-marzo 1960**. La Habana. Original fornecido pelo autor.

----- (2005a). Cuba: problemas de la liberación, el socialismo, la democracia. In: **En el horno de los noventa**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, p. 107-136.

----- (2005b). Influencias de la Revolución haitiana en Cuba. In: **En el horno de los noventa**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, p. 209-218.

----- (2005c). Nación y sociedad en Cuba. In: **En el horno de los noventa**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, p. 185-197.

----- (2007). Sobre el socialismo. **Cubavisión**, La Habana. Entrevista concedida ao Programa televisivo *Contratiempo*. Reapresentação. 1 arquivo de áudio MP3 (41 min.).

MASSÓN SENA, Caridad (2007). **Metamorfosis de una política**: estrategia y táctica del Partido Comunista de Cuba entre 1935 y 1940. La Habana: Centro de Investigación y Desarrollo de la Cultura Cubana Juan Marinello - CIDCC (no prelo). Defendido como Tese de Doutorado em 2004. Original fornecido pela autora.

MENCIA, Mario (1986). **El grito del Moncada**. La Habana: Editora Política.

PÉREZ RIVERO, Roberto (2006). **La guerra de liberación nacional**: formación y desarrollo del Ejército Rebelde. Santiago de Cuba: Editorial Oriente.

PINO-SANTOS, Oscar (1983). Aspectos fundamentales de la historia de Cuba. In: **Cuba - Historia y economía**. La Habana. Editorial de Ciencias Sociales, p. 27-315.

----- (1983a). De Magoon a Batista. In: **Cuba - Historia y economía**. La Habana. Editorial de Ciencias Sociales, p. 528-562.

ROA, Raúl (2006). **Bufa subversiva**. La Habana: Ediciones La Memoria.

RODRIGUEZ, Carlos Rafael (1983a). Cuatro años de reforma agraria. In: **Letra con filo**. Tomo II. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, p. 209-238.

----- (1983b). Cuba en el tránsito al socialismo. In: **Letra con filo**. Tomo II. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, p. 293-389.

----- (1983c). El cincuenta y cinco aniversario del primer Partido Comunista de Cuba. In: **Letra con filo**. Tomo I. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, p. 361-372.

----- (1983d). La revolución cubana en su aspecto económico. In: **Letra con filo**. Tomo II. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, p. 133-154.

----- (1983e). La Unión Soviética y la victoria de la revolución cubana. In: **Letra con filo**. Tomo II. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, p. 501-505.

----- (1983f). Las clases en la revolución cubana. In: **Letra con filo**. Tomo I. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, p. 15-29.

----- (1983g). Un año de revolución. In: **Letra con filo**. Tomo I. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, p. 255-298.

----- (1983h). Veinte años de Cuba revolucionaria; treinta años del CAME. In: **Letra con filo**. Tomo II. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, p. 409-418.

----- (1987). Antonio Maceo. In: **Letra con filo**. Tomo III. La Habana: Ediciones UNION, p. 151-164.

----- (1987a). El fusilamiento de los estudiantes de medicina en 1871. In: **Letra con filo**. Tomo III. La Habana: Ediciones UNION, p. 165-176.

----- (1987b). El tesoro de nuestras tradiciones ideológicas. In: **Letra con filo**. Tomo III. La Habana: Ediciones UNION, p. 463-468.

----- (1987c). José Martí, guía y compañero. In: **Letra con filo**. Tomo III. La Habana: Ediciones UNION, p. 199-260.

----- (1987d). Máximo Gómez y la revolución nacional. In: **Letra con filo**. Tomo III. La Habana: Ediciones UNION, p. 109-120.

ROJAS BLAQUIER, Angelina (2005). **Primer Partido Comunista de Cuba**. Tomo I. Santiago de Cuba: Editorial Oriente.

RUIZ CRUZ, Reynaldo; BORGES BETANCOURT, Rafael – comp. (2006). **Santiago Insurreccional – 1953-1956**. Santiago de Cuba: Ediciones Santiago.

SADER, Emir (1985). **A Revolução cubana**. 2. ed. São Paulo: Editora Moderna.

SÁNCHEZ, Germán (2006). **Cuba y Venezuela – reflexiones y debates**. La Habana: Editorial José Martí.

SECCIÓN DE HISTORIA DE LA DIRECCIÓN POLÍTICA DE LAS FAR (1970). **Moncada - 26 de Julio**. La Habana: Ediciones Yara.

TABARES, José A. (1969). Apuntes para la historia del Movimiento Revolucionario 26 de Julio. **Verde Olivo**, La Habana, n. 31, ago., p. 132-144.

VALDÉS, Orlando (2003). **Historia de la reforma agraria en Cuba**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales.

VÁZQUEZ, Adelina, et al (1970). **Apuntes de la prensa clandestina y guerrillera del periodo 1952-1958**. La Habana: Instituto Cubano del Libro.

VENEZUELA

ALBRECHT, Sonja (2003). ¿Opción socialista o trampa populista?: los pueblos latinoamericanos en el laboratorio de una alternativa política. **Instituto Internacional de Gobernabilidad - IIG:** online. Disponible em: <http://www.iigov.org/dhial/?p=47_01>. Acesso em: 18 agosto 2006.

BAUTISTA URBANEJA, Diego (1995). **Pueblo y petróleo en la política venezolana del siglo XX.** Caracas: Monte Ávila Editores Latinoamericana.

BAYO FORNIELES, Francisc (2003). Venezuela: Chávez en su laberinto. **Instituto Internacional de Gobernabilidad - IIG:** online. Disponible em: <www.iigov.org/dhial/?p=37_01>. Acesso em: 7 agosto 2006.

BELLOTTO, Manoel Lelo; CORRÊA, Anna Maria M. - Orgs. (1983). **Simón Bolívar:** política. São Paulo: Ática.

BORGES, Altamiro (2004). Venezuela: originalidade e ousadia (I). **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST:** online. Disponible em: <www.mst.org.br/biblioteca/textos/internacional/venezuela1.htm>. Acesso em: 15 abril 2006.

DIETERICH, Heinz (2007). Venezuela 2007: el paso al socialismo económico y la introducción del modo de producción socialista en la economía mundial. **Rebellion:** online. Disponible em: <www.rebellion.org/noticia.php?id=48807>. Acesso em: 27 junio 2007.

FRANKEL, Benjamín A. (1992). La Guerra Federal y sus secuelas: 1859-1869. In: IZARD, Miguel, et al. **Política y economía en Venezuela - 1810-1991.** 2 ed. Caracas: Fundación John Boulton.

GALL, Norman (2006). Desordem venezuelana afeta petróleo. **O Estado de São Paulo,** São Paulo, 5 fev. Disponible em: <www.braudel.org.br/novo/noticias/midia/pdf/ngall_estado_0502.pdf>. Acesso em: 8 agosto 2006.

GIL YEPES, José Antonio (1992). De 1976 hasta nuestros días. In: IZARD, Miguel, et al. **Política y economía en Venezuela - 1810-1991.** 2 ed. Caracas: Fundación John Boulton.

GOLINGER, Eva (2005). **El código Chávez:** descifrando la intervención de los EE.UU. en la Venezuela. Caracas: Fondo Editorial Question.

GOTT, Richard (2004). **À sombra do Libertador:** Hugo Chávez Frías e a transformação da Venezuela. São Paulo: Editora Expressão Popular.

GÁRCIA MÁRQUEZ, Gabriel (2003). **O general em seu labirinto.** 7. ed. Rio de Janeiro: Record.

GUERRA, José (2007) . **¿Que és el socialismo del siglo XXI?**. 3. ed. ampl. Caracas: Librorúm Editores.

HARNECKER, Marta (2005). **Venezuela - una revolución sui generis.** Ciudad de México: Plaza y Valdés Editores.

HEYDRA, Pastor (1981). **La izquierda, una autocrítica perpétua**: 50 años de encuentros y desencuentros del marxismo en Venezuela. Caracas: Ediciones de la Facultad de Humanidades y Educación de la U.C.V., Papeles Universitarios.

HUMAN RIGHTS WATCH - HRW (2004). **Informe**: manipulando el Estado de Derecho, independencia del Poder Judicial amenazada en Venezuela. 17 de Junio. Disponível em: <www.hrw.org/spanish/informes/2004/venezuela0604>. Acesso em: 16 agosto 2006.

IZARD, Miguel (1992). Período de la independencia y la Gran Colombia: 1810-1830. In: IZARD, Miguel, et al. **Política y economía en Venezuela - 1810-1991**. 2 ed. Caracas: Fundación John Boulton.

LANDER, Edgardo (2007). El referéndum sobre la reforma constitucional: el proceso político en Venezuela entra en una encrucijada crítica. **Rebellion**: online. Disponível em: <www.rebellion.org/noticia.php?id=60884&titular=el-proceso-pol%EDtico-en-venezuela-entra-en-una-encrucijada-cr%EDtica->. Acesso em: 13 janeiro 2008.

LIÉVANO AGUIRRE, Indalecio (2005). **Bolívar**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales.

LÓPEZ MAYA, Margarita (2004). Sin oposición, el gobierno puede ir hacia el autoritarismo. **VoltaireNet.org**: online. Caracas, 12 nov. Entrevista concedida a Cláudia Jardim. Disponível em: <www.voltairenet.org/article122768.html>. Acesso em: 9 agosto 2006.

----- (2007). Capas medias y revolución. **Últimas Noticias**, Caracas, 24 jun., p. 66.

MALAVÉ MATA, Héctor (1975). **Formación histórica del antidesarrollo de Venezuela**. Caracas: Ediciones Rocinante.

MARINGONI, Gilberto (2004). **A Venezuela que se inventa**: poder, petróleo e intriga nos tempos de Chávez. São Paulo: Editora Perseu Abramo.

MAYOBE, José Antonio (1992). Desde 1936 hasta el año 1976. In: IZARD, Miguel, et al. **Política y economía en Venezuela - 1810-1991**. 2 ed. Caracas: Fundación John Boulton.

MAZA ZAVALA, D.F. (1973). **Los mecanismos de la dependencia**. Caracas: Ediciones Rocinante.

----- (1988). História de meio século na Venezuela: 1926-1975. In GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo (Org.). **América Latina**: história de meio século. Volume 2. Brasília: Editora da UnB.

PEREIRA ALMAO, Valia [s.d.]. **El Movimiento V República en Venezuela**: fuerzas y debilidades. Disponível em: <www-personal.umich.edu/~mmarteen/svs/jornadas/Pereira.pdf>. Acesso em: 12 março 2006.

RAMÍREZ ROA, Rosaly (2003). La política extraviada en la Venezuela de los años 90: entre rigidez institucional y neo-populismo. **Revista de Ciencia Política**, Volumen XXIII, n. 1, p. 137-157. Disponible em: <www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-090X2003000100009&script=sci_arttext>. Acesso em: 9 agosto 2006.

SCHMIDT, Benício Viero (2004). A sociedade venezuelana em movimento. In ARAÚJO, Heloísa Vilhena de. **Os países da Comunidade Andina**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, p. 123-148.

SULLIVAN, William M. (1992). Situación económica y política durante el periodo de Juan Vicente Gómez: 1908-1935. In: IZARD, Miguel, et al. **Política y economía en Venezuela - 1810-1991**. 2 ed. Caracas: Fundación John Boulton.

FONTES PRIMÁRIAS OU DOCUMENTAIS

Legislação, notícias, textos de análise, folhetos, declarações, discursos, memórias e entrevistas.

CUBA

ALMEIDA BOSQUE, Juan (1987). **Exilio**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales.

ÁLVAREZ MOLA, Martha Verónica; RAVELO LÓPES, Sergio – comp. (2007). **La expedición del Granma - selección de documentos**. La Habana: Editora Política.

BELL, José; LÓPES, Delia Luisa; CARAM, Tania (2006). **Documentos de la Revolución Cubana**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales.

BERDAYES GARCÍA, Hilda Natalia – comp. (2006). **Papeles del presidente: documentos y discursos de José Antonio Echeverría Bianchi**. La Habana: Casa Editora Abril.

CAIRO, Ana - Org. (2003). **Mella 100 años**. Volumen 1 y 2. La Habana: Ediciones La Memoria; Santiago de Cuba: Editorial Oriente.

CASA DE LAS AMÉRICAS (1969). **La Sierra y el llano: selección de relatos, cartas y documentos históricos**. La Habana.

CASTRO RUZ, Fidel (1968). **Discursos pronunciados en distintos actos celebrados desde 1965 a 1968**. La Habana: Versiones taquigráficas del Gobierno Revolucionario.

----- (1972). **Discursos en los aniversarios de los CDR/1968-1972**. La Habana: Comité Central del Partido Comunista de Cuba.

----- (1975). **La unión nos dio la victoria: Informe del Comité Central del Partido Comunista de Cuba al Primer Congreso**. La Habana: Departamento de Orientación Revolucionaria. del Comité Central del Partido Comunista de Cuba.

----- (1975a). Discurso pronunciado en la velada solemne por el 50 aniversario de la fundación del Primer Partido Marxista-Leninista de nuestro país. **Ediciones OR**, La Habana, n. 13, 22 ago., p. 7-14. Fotografado Instituto de Historia de Cuba.

----- (1975b). Discurso pronunciado en el acto conmemorativo del XV Aniversario de los Comités de Defensa de la Revolución. **Ediciones OR**, La Habana, n. 17, 28 sept., p. 5-14. Fotografado Instituto de Historia de Cuba.

----- (1985). **Fidel e a religião: conversas com Frei Betto**. São Paulo: Brasiliense.

----- (2007). Carta a Carmen Castro [1955]. In ÁLVAREZ MOLA, Martha Verónica; RAVELO LÓPEZ, Sérgio (comp.). **Fidel Castro - selección de documentos, entrevistas y artículos (1952-1956)**. La Habana: Editora Política, p. 103-108.

----- (2007a). Declaraciones de Fidel Castro antes de partir hacia México [1955]. In ÁLVAREZ MOLA, Martha Verónica; RAVELO LÓPEZ, Sérgio (comp.). **Fidel Castro - selección de documentos, entrevistas y artículos (1952-1956)**. La Habana: Editora Política, p. 79-81.

----- (2007b). El Movimiento 26 de Julio [1955]. In ÁLVAREZ MOLA, Martha Verónica; RAVELO LÓPEZ, Sérgio (comp.). **Fidel Castro - selección de documentos, entrevistas y artículos (1952-1956)**. La Habana: Editora Política, p. 140-149.

----- (2007c). ¡Frente a todos! (respuesta al artículo “Cuba no es de Fidel”) [1955]. In ÁLVAREZ MOLA, Martha Verónica; RAVELO LÓPEZ, Sérgio (comp.). **Fidel Castro - selección de documentos, entrevistas y artículos (1952-1956)**. La Habana: Editora Política, p. 120-130.

----- (2007d). La historia me absolverá [1953]. In ÁLVAREZ MOLA, Martha Verónica; RAVELO LÓPEZ, Sérgio (comp.). **Fidel Castro - selección de documentos, entrevistas y artículos (1952-1956)**. La Habana: Editora Política, p. 4-70.

----- (2007f). Mensaje al Congreso de Militantes Ortodoxos (fragmentos) [1955]. In ÁLVAREZ MOLA, Martha Verónica; RAVELO LÓPEZ, Sérgio (comp.). **Fidel Castro - selección de documentos, entrevistas y artículos (1952-1956)**. La Habana: Editora Política, p. 96-102.

----- (2007g). Mitin opositorista en Nueva York (fragmentos) [1955]. In ÁLVAREZ MOLA, Martha Verónica; RAVELO LÓPEZ, Sérgio (comp.). **Fidel Castro - selección de documentos, entrevistas y artículos (1952-1956)**. La Habana: Editora Política, p. 109-112.

----- (2007h). ¡Revolución no, zarpazo! [1952]. In ÁLVAREZ MOLA, Martha Verónica; RAVELO LÓPEZ, Sérgio (comp.). **Fidel Castro - selección de documentos, entrevistas y artículos (1952-1956)**. La Habana: Editora Política, p. 1-3.

----- [200-]. **Cien Horas con Fidel**: entrevista concedida a Ignacio Ramonet. Capítulos 6 a 16. La Habana: Ediciones Juventud Rebelde. 4 Folletos.

CHE GUEVARA, Ernesto (2001). Proyecciones sociales del Ejército Rebelde. **Obras escogidas – 1957-1967**. Tomo II. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, p. 11-22.

----- (2001a). Notas para el estudio de la ideología de la Revolución Cubana. **Obras escogidas – 1957-1967**. Tomo II. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, p. 92-101.

----- (2005). **Otra vez**. La Habana: Casa Editora Abril.

-----; CASTRO RUZ, Raúl (2005). **La conquista de la esperanza**: diarios de campaña de Ernesto Che Guevara y Raúl Castro Ruz (2 de diciembre de 1956 – 19 de febrero de 1957). 3 ed. La Habana: Ediciones Verde Olivo.

CHOMÓN, Faure (1969). **El asalto al palacio presidencial**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales.

CUBA E VENEZUELA (2004). Presidência da República. **Declaração Conjunta ALBA**. Disponível em: <www.cuba.cu/gobierno/discursos/2004/por/d141204p.html>. Acesso em: 4

outubro 2005.

CUBA. Constitución (1940). **Constitución de la República de Cuba**: promulgada el 1 de julio de 1940. Disponible en: <http://www.cubanet.org/ref/dis/40_1.htm > Acceso em: agosto 2006.

----- . Constitución (1976). **Constitución de la República de Cuba**: promulgada en 24 de febrero de 1976. La Habana: Editora Política. Folleto.

GARCÍA OLIVERAS, Julio (2006). **Contra Batista**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales.

HART DÁVALOS, Armando (2002). **Como llegamos a las ideas socialistas**: en la década del 50 muchos de los jóvenes del Movimiento 26 de Julio. Santiago de Cuba: Sociedad Cultural José Martí.

----- (2006b). **Aldabonazo**: en la clandestinidad revolucionaria cubana 1952-1958. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales.

JUVENTUD ORTODOXA (1948). Comisión Nacional Organizadora de la Sección Juvenil del Partido del Pueblo Cubano – Ortodoxos. **El pensamiento ideológico y político de la juventud cubana**: folleto de educación política (fragmentos). La Habana: Secretaría de Propaganda, p. 138-144. Tesis. Mimeografiado.

MR-26-7 (2007). Manifiesto n. 1 del 26 de Julio al pueblo de Cuba [1955]. In ÁLVAREZ MOLA, Martha Verónica; RAVELO LÓPEZ, Sérgio (comp.). **Fidel Castro - selección de documentos, entrevistas y artículos (1952-1956)**. La Habana, Editora Política, p. 82-95.

----- (2007a). Manifiesto n. 2 del 26 de Julio al pueblo de Cuba [1955]. In ÁLVAREZ MOLA, Martha Verónica; RAVELO LÓPEZ, Sérgio (comp.). **Fidel Castro - selección de documentos, entrevistas y artículos (1952-1956)**. La Habana: Editora Política, p. 113-119.

-----; FEU (2007). Carta de México [1956]. In ÁLVAREZ MOLA, Martha Verónica; RAVELO LÓPEZ, Sérgio (comp.). **Fidel Castro - selección de documentos, entrevistas y artículos (1952-1956)**. La Habana: Editora Política, p. 159-161.

MUSEO DE LA LUCHA CLANDESTINA (2007). **50 aniversario del asesinato de Frank País y Raúl Pujol**. Santiago de Cuba. Folleto.

PARTIDO COMUNISTA DE CUBA (1978). **Plataforma programática - tesis y resolución**. 2. ed. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales.

POVEDA DÍAZ, Alcibíades (2003). **Propaganda y revolución en Santiago de Cuba - 1952-1958**. Santiago de Cuba: Oficina del Conservador de la Ciudad.

ROCA, Blas (1961). **Los fundamentos del socialismo en Cuba** [1943]. ed. corregida. La Habana: Ediciones Populares.

RODRIGUEZ, Carlos Rafael (1983i). ¿Por qué “Ministro de Batista”? In: **Letra con filo**. Tomo II. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, p. 483-484.

----- (1983j). ¿Por qué vías llegar al desarrollo? In: **Letra con filo**. Tomo II. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, p.492-494.

----- (1983k). El pensamiento de la Juventud Ortodoxa. In: **Letra con filo**. Tomo I. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, p. 61-76.

----- (1983l). Independencia nacional o sumisión al imperialismo. In: **Letra con filo**. Tomo I. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, p. 133-176.

----- (1983m). La defensa de la economía nacional. In: **Letra con filo**. Tomo II. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, p. 155-188.

----- (1983n). La participación popular en la dirección de la sociedad. In: **Letra con filo**. Tomo II. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, p. 487-492.

----- (1983o). Las fases de la revolución cubana. In: **Letra con filo**. Tomo II. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, p. 506-509.

----- (1983p). Relación con el CAME y con la Unión Soviética. In: **Letra con filo**. Tomo II. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, p. 550-554.

----- (1983q). Sobre el nuevo Comité Central y el “Fraccionalismo”. In: **Letra con filo**. Tomo II. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, p. 438-441.

----- (1983r). Socialismo y democratización. In: **Letra con filo**. Tomo II. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, p. 463-466.

ROJAS, Marta (1965). **La Generación del Centenario en el Moncada**. 2 ed. La Habana: Ediciones R.

ZITO, Míriam (2001). **Asalto**. La Habana. Casa Editora Abril.

VENEZUELA

AZNÁREZ, Carlos (2007). La Revolución rompe el latifundio mediático. **Últimas Noticias**, Caracas, 26 jun., p. 20. Entrevista concedida a Vanesa Ortiz.

BRAVO, Douglas (1997). **Utopía del Tercer Milenio**: recolonización, resistencia y nueva civilización. 20. ed. Caracas: El Centauro Ediciones. Mimeografiado.

-----; MELET, Argelia [200?]. **La otra crisis**: otra historia, otro camino. Caracas: [s.n.]. Mimeografiado.

CARRERA DAMAS, Jerónimo (2007). El mayor peligro que tiene el país es el jalamecatismo. **El Universal**, Caracas, 6 feb., [s.p.]. Entrevista concedida a Sara Carolina Díaz.

CHÁVEZ FRÍAS, Hugo (2004). **Los 10 objetivos estratégicos para el Gran Salto Adelante - 2005-2006**. Intervenciones del Presidente en el Teatro de la Academia Militar, 12 de noviembre. Caracas: Corpocentro. Libreto.

----- (2007). **Anteproyecto de Reforma Constitucional**. Caracas, Venezuela. Mimeografiado.

----- (2007a). **El discurso de la unidad**. Caracas: Ediciones "Socialismo del Siglo XXI", n. 1, enero. Discurso pronunciado en el Complejo Cultural Teresa Carreño, Caracas, en 15 de diciembre de 2006. Libreto.

----- (2007b). Intervención del presidente de Venezuela en la noche electoral del referéndum: "Para mí, esto es no es ninguna derrota, para mí este es otro por ahora". **Rebellion:** online. Disponible em: <www.rebellion.org/noticia.php?id=60032&titular=%3Ci%3E%22para-m%ED-esto-es-no-es-ninguna-derrota-para-m%ED-este-es-otro-por-ahora%22%3C/i%3E->. Acceso em: 6 dezembro 2007.

----- (2007c). **Proyecto de Declaración Programático MBR-200**. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación e Información. Libreto.

----- (2008). Chávez afirma que se reducirá la velocidad de marcha del proceso para incrementar la conciencia popular. **Rebellion:** online. Disponible em: <<http://www.rebellion.org/noticia.php?id=61488&titular=ch%El%vez-afirma-que-se-reducir%El-la-velocidad-de-marcha-del-proceso-para-incrementar-la-conciencia->>. Acceso em: 13 janeiro 2008.

EL REFERÉNDUM presidencial (2004). In **Wikipedia - enciclopédia livre:** online. Disponible em: <es.wikipedia.org/wiki/Hugo_Ch%C3%A1vez#El_refer.C3.A9ndum_presidencial>. Acceso em: 7 agosto 2006.

ELIZALDE, Miriam Rosa; BÁEZ, Luis (2004). **Chávez nuestro:** testimonios inéditos. La Habana: Casa Editora Abril.

GARRIDO, Alberto (1999). **Guerrilla y conspiración militar en Venezuela:** testimonios de Douglas Bravo, William Izarra y Francisco Prada. Mérida: Editorial Venezolana.

IZARRA, William E. (2007). **La traslación revolucionaria**. Caracas: Centro de Formación Ideológica - CFI. Folleto.

MÜLLER ROJAS, Alberto (2007). La Fuerza Armada está politizada y partidizada. **Últimas Noticias**, Caracas, 30 jun., p. 22-23. Entrevista concedida a Paula Ramón.

PARTIDO COMUNISTA DE VENEZUELA (2007). **El socialismo sigue siendo la esperanza de los pueblos:** resolución política aprobada en el XIII Congreso Nacional Extraordinario. Barlovento, 3 y 4 de marzo de 2007.

RAMIREZ, Kleber (1991). **Venezuela - la IV República:** o la total transformación del Estado. Caracas: Cromotip.

----- (1998). **Historia documental del 4 de febrero**. Caracas: U.C.V.

SALCEDO-BASTARDO, J. L. - Org. (1973). **Simón Bolívar - siete documentos esenciales**. Caracas: Edición de la Presidencia de la República.

ÚLTIMAS NOTICIAS (2007). **El PSUV es un instrumento para la revolución - Chávez**. Caracas, 24 jun., p. 21.

----- (2007a). **Estado creará modelo de economía socialista**. Caracas, 23 jun., p. 17.

VENEZUELA. Constitución (1999). **Constitución de la República Bolivariana de Venezuela:** promulgada el 30 de diciembre de 1999. Caracas, Gaceta Oficial, n. 5.453, 24 de marzo de 2000. Libreto.

----- .Gobierno de la República Bolivariana de Venezuela (2006). **Gobierno en línea - página oficial.** Disponível em: <www.venezuela.gov.ve/>. Acesso em: 10 agosto 2006.

----- Asamblea Nacional (2006). **Ley de los Consejos Comunales.** Libreto.

----- .Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información (2007). **Avances y beneficios de la Reforma Constitucional:** hacia la profundización de la Constitución de la República Bolivariana de Venezuela. Folleto.

Entrevistas concedidas à autora

CUBA

ELVIRA DÍAZ VALLINA. Militante *Juventud Ortodoxa* e presidente da FEU após o assassinato de José Antonio Echeverría em 1957. La Habana, Cuba, Julio de 2007. 1 arquivo de áudio (2h7min.)

HIRAM PRATS LABRADA. Militante do Partido Socialista Popular (primeiro Partido Comunista). La Habana, Cuba, Julio de 2007. 1 arquivo de áudio (1h39min.)

JULIO GARCÍA OLIVERAS. Militante do *Directorio Revolucionario* e participante do assalto ao Palacio Presidencial em 13 de marzo de 1957. La Habana, Cuba, Julio de 2007. 1 arquivo de áudio (1h56min.)

MAGALYS MARTÍNEZ RIERA. Militante do MR-26-7 nos anos 50, esposa de Arturo Duque Riera (da Direção do MR-26-7 em Santiago de Cuba), atual Presidente *Museo de la Lucha Clandestina* de Santiago de Cuba. Santiago de Cuba, Cuba, 25 de julio de 2007. 1 arquivo de áudio (1h23min.)

VENEZUELA

ALBERTO CASTELAR. Deputado Asamblea Nacional de Venezuela, Partido MVR. Caracas, Venezuela, Julio de 2007. 3 arquivos de áudio (48min.)

ALBERTO MULLER ROJAS. General das FAN e atual Vice-Presidente do PSUV. Caracas, Venezuela, Julio de 2007. 4 arquivos de áudio (2h)

ARÉVALO GIL. Líder popular *Barrio Manicomio* de Caracas. Caracas, Venezuela, Junio de 2007. 1 arquivo de áudio (33min.)

DOUGLAS BRAVO. Legendário chefe guerrilheiro das FALN nos anos 60-70, fundador do PRV-Ruptura, atual líder do Movimento Tercer Camino. Caracas, Venezuela, Julio de 2007. 1 arquivo de áudio (1h40min.)

GERMÁN FERRER. Deputado Asamblea Nacional de Venezuela, Partido MVR. Caracas, Venezuela, Julio de 2007. 1 arquivo de áudio (35min.)

LÍDICE NAVAS. Ex-guerrilheira do MIR venezuelano, Fundadora do *Comité Venezolano de Solidaridad con El Salvador*, atual Diretora do *Banco de la Mujer*. Caracas, Venezuela, Junio de 2007. 1 arquivo de áudio (1h14min.)

PERFECTO ABREU NIEVES. Membro do *Buró Político del Comité Central* do Partido Comunista de Venezuela. Caracas, Venezuela, Julio de 2007. 1 arquivo de áudio (1h47min.)

ROLAND DENNIS. Ex vice-ministro de Planificação do governo Chávez. Caracas, Venezuela, Junio de 2007. 1 arquivo de áudio (1h21min.).

WILFREDO VÁSQUEZ. Líder Popular *Barrio Catia* de Caracas e Fundador do canal comunitário *Catia TV*. Caracas, Venezuela, Junio de 2007. Entrevista concedida a autora. 5 arquivos de áudio (1h12min.)

WILLIAM IZARRA. Tenente-Coronel das FAN (retirado), ex vice-ministro de Relações Exteriores, atualmente responsável pelo Centro de Formação Ideológica - CFI do governo Chávez. Caracas, Venezuela, Julio de 2007. 1 arquivo de áudio (44min.)

YENEIZA DELGADO. Jornalista que cobriu a campanha presidencial de Hugo Chávez em 1998, atualmente trabalha no setor de comunicação do governo Chávez. Caracas, Venezuela, Julio de 2007. 1 arquivo de áudio (31min.)

ANEXOS

ANEXO 1

Roteiro-guia das entrevistas

1. Começar por breve resgate da trajetória pessoal e política do entrevistado.
2. Razões para ingressar no movimento político e acontecimentos que contribuíram para a sua formação político-ideológica.
3. Análise da história, ideologia, programa e prática do movimento político a que pertenceu e/ou pertence.
4. Relação de seu grupo ou organização com outros movimentos políticos e lideranças, se houve tentativas de construir um programa comum.
5. Análise da situação do país anterior aos processos revolucionários, quais fatores teriam influenciado mais decisivamente os acontecimentos na opinião do entrevistado.
6. Avaliação sobre se sua organização ou movimento político respondia adequadamente ou não aos anseios populares de mudança.
7. Mesma avaliação em relação ao grupo hegemônico dos processos políticos.
8. Avaliação das revoluções após a chegada no poder e/ou governo: principais erros e acertos.

ANEXO 2

Entrevista a Elvira Díaz Vallina

Transcrição: Kelem Ghellere Rosso

Eliane: Bueno, creo que podríamos empezar hablando un poco de su trayectoria política, como empieza su militancia...

ED: ¿Hoy es día 8, no? 8 de agosto de 2007. Me llamo Elvira Díaz Vallina. Yo te voy a entregar a ti una copia de mi presentación como Profesora Emérita de la Universidad de la Habana. ¿Ya tenías ese documento?

Eliane: No, no.

ED: Yo te voy a dar ese documento porque ahí, aún que no se hace una historia, sí hay pinceladas, muchas pinceladas, de la historia y si tienes un disquete yo te puedo pasar al disquete ese discurso.

Eliane: Está bien, sería muy bueno.

ED: ... para que lo pusieras como referencia también de algunas cosas que se dicen ahí. Pero bueno, yo comienzo mi actividad política dentro del Partido Ortodoxo, cuando estudiaba magisterio, estudiaba para maestro dentro de la Escuela Normal de Maestros de la Habana entre 1948 y 1952. Terminé ese año de 52 con la categoría de Alumna Eminente y pasé inmediatamente a la Universidad de la Habana a estudiar pedagogía. En esos años de estudiante de magisterio yo participaba, me integré a la Juventud Ortodoxa en la ciudad en la que yo vivía, que era la ciudad de Marianao, que forma parte de lo que es la gran ciudad de La Habana, y junto con mi madre que era militante de ese Partido Ortodoxo. A ese Partido Ortodoxo pertenecía Fidel Castro Ruz, que posteriormente se convirtió en el líder del proceso insurreccional que dirigió la lucha contra la dictadura de Fulgencio Batista. Por lo tanto, con ese partido, con esa figura, y con las figuras que pertenecieron al 26 de Julio... Vienen desde antes del 10 de marzo, desde antes de la dictadura de Batista. Y más, el Movimiento 26 de Julio está integrado muy abundantemente en todo el país por jóvenes provenientes del Partido Ortodoxo de todo el país. El Partido Ortodoxo estaba estructurado a nivel nacional, tenía secciones en todo el país, en todas las provincias, en todos los municipios, y la juventud de ese partido, a nivel nacional, se va a integrar después a las células de acción del Movimiento 26 de Julio que siguen, van a seguir, a Fidel Castro. Por lo tanto yo entro en la Universidad, todavía no ha surgido el 26 de Julio, y sí se ha producido el golpe de Estado. Cuando yo entro en la Universidad el golpe de Estado se había producido en el 10 de marzo. Yo entro en la Universidad en septiembre y desde marzo ya está en golpe de Estado, dado contra las instituciones constitucionales de la República. Era un golpe de Estado militar, el asalto militar a la fortaleza más importante del país: Columbia.

Eliane: ¿Y cuando del golpe el pueblo no estaba esperando de modo alguno que algo del tipo ocurriera? ¿Y ustedes, como militantes de un partido político, también no esperaban por el golpe?

ED: No, el golpe no se esperaba, por lo menos a nivel de los partidos no se esperaba evidentemente y fue una sorpresa. Sin embargo, después hemos sabido que el presidente de la República en aquel momento, Carlos Prío Socarrás, que pertenecía al Partido llamado Revolucionario Cubano (Auténtico) sí había sido informado por el Servicio Secreto, el Servicio Secreto del presidente, de que Batista estaba conspirando. Por eso sabía el presidente. Pero el presidente no le dio a aquellos oídos, no tomó medidas, y él mismo se sorprendió porque nunca le ocurrió que Batista fuera dar un golpe de Estado, que era un hombre odiado, un hombre sanguinario...

Eliane: ¿Entonces la sociedad fue sorprendida?

ED: Fue sorprendida, fue sorprendida: los partidos no reaccionaron, los partidos no reaccionaron en aquel momento, ni el Partido Ortodoxo, ni el Partido del presidente reaccionó, ni otros partidos más pequeños, el Partido Comunista, nadie reaccionó. Los únicos que reaccionaron de inmediato en el mismo día, el mismo día 10 de marzo, en horas del amanecer, casi de madrugada todavía, fueron los dirigentes estudiantiles de la Universidad de la Habana, que se trasladan al Palacio Presidencial, le piden armas al presidente para hacer en la Universidad... Enfrentar el gobierno, hacer un frente de batalla allí en la Universidad, porque además el pueblo - interesante eso -,

el pueblo vio la Universidad como su frente de batalla y después fueron se acumulando en la Universidad, se llenó, se llenó de pueblo y todo el mundo esperando armas.

Eliane: ¿Verdad? Porque una cosa que se habla es de los vínculos del movimiento estudiantil cubano, desde antes del golpe ya, con el movimiento obrero. ¿Cómo usted percibe eso, tuvo alguna influencia?

ED: No. No en ese momento. En ese momento... Bueno, siempre que los obreros tenían alguna huelga, alguna protesta, los estudiantes apoyaban, siempre hubo un vínculo natural, normal, natural. La universidad se había convertido un poco durante la República, principalmente en el segundo cuarto de aquel siglo, después de la Revolución del 33, entre 33 y 52, la universidad se había convertido un poco en consciencia de la sociedad. Hubo etapas sucias ahí, etapas feas, como fue la época del gangsterismo, justamente durante los gobiernos de Grau y de Prío, la universidad sufrió, sufrió la penetración de elementos que trataron de corromper al movimiento estudiantil. Ya cuando Batista da el golpe de Estado, ya en la última etapa de Carlos Prío, ya en los años 50, el movimiento estudiantil logró limpiarse de toda una serie de problemas que había confrontado, el gangsterismo, de elementos de baja catadura moral, ya había se limpiado de esa etapa. Hubo una etapa fea de la universidad, sobretodo en el gobierno de Prío y del anterior de Grau San Martín. Ah, de toda manera, déjame decirte algo sobre eso que te decía. El movimiento estudiantil cubano tenía una huella que nunca olvidó, que fue la lucha de Julio Antonio Mella, que fue quien fundó la FEU, la Federación de Estudiantes Universitarios, eso le dejó una impronta a la universidad, un enfrentamiento a los malos gobiernos, le dejó una huella, le dejó un recuerdo, un recuerdo que vino a ser como la raíz del pensamiento del movimiento estudiantil. Esa raíz del pensamiento estudiantil se florece, florece en la lucha contra Machado en los años 30. En los años 30 en Cuba hubo otra dictadura y el movimiento estudiantil jugó un papel fundamental, no exclusivo, pero fue el que puso...

Eliane: ¿Y Mella al mismo tiempo también tenía un trabajo más partidario y también con los trabajadores, no?

ED: Sí, ya fuera de la Universidad, ya fuera de la Universidad. después que él sale de la Universidad su idea va evolucionando. Él era un hombre martiano. Martí es la raíz. Es el hombre que va uniendo a lo mejor del pensamiento cubano a lo largo de todas las épocas. Y el pensamiento de Martí se enseñaba en la escuela pública del país, en la escuela en general. En el magisterio cubano, sus programas de enseñanza, llevaban el pensamiento de Martí como un tema, y la obra de Martí, como un tema que los niños salían de la escuela con esa enseñanza.

Eliane: Eso es interesante porque yo he hecho esa pregunta para otras personas y algunos me hablaron que sí, que las escuelas difundían el pensamiento de Martí, pero no el Martí revolucionario, o sea, que el Martí como un organizador revolucionario no era tan difundido.

ED: Como un independentista. No se divulgaban las ideas antimperialistas de Martí. Las ideas antimperialistas de Martí no se divulgaron nunca. Esa es una carta inconclusa que él hace a Manuel Mercado. Esa carta nunca se publicó, y no se conocía esa carta. La conocían los estudiosos, ya a un nivel de altos estudios, por eso esa carta no está divulgada en ningún texto, ni se conocía, ni se hablaba de esa carta, que además era una carta inconclusa, una carta inconclusa, no había terminado esa carta: "que todo lo que he hecho hasta hoy ha sido en silencio para luchar contra el imperialismo". Esa carta no la terminó, era inconclusa y no se conocía. Pero sí se conocían las ideas de hacer una revolución anticolonialista, democrática, "con todos y para el bien de todos". Había toda una serie de pensamientos de Martí que sí se repetían, que sí se divulgaban, y además todos los años en el día de nacimiento de José Martí se hacían paradas escolares, paradas escolares con grandes tambores, y bandas musicales con los niños, los niños desfilando, haciendo piruetas, llevando flores a Martí. "Yo quiero cuando me muera sin Patria, pero sin amo". Había frases formidables de Martí. [...] Todo eso era conocido. Eso es la raíz más profunda que va uniendo lo mejor del pensamiento cubano. Incluso cuando a Fidel Castro le preguntan, quién es el autor, quién es el responsable, él dice: "José Martí". (risos)

Eliane: ¿Entonces Mella empezó martiano antes de ser marxista?

ED: Fue martiano, después se fue ligando a otros, a un amigo de Martí que fue Baliño y bueno entendió aquellas ideas y se hizo comunista. Pero, después también tuvo problemas con el Partido [Comunista]. El fundó el Partido de 1925, junto con Baliño y con otros camaradas, aquí en La Habana.

Eliane: ¿Mella era un poco, a ejemplo de Mariátegui, una especie de hereje del marxismo en América Latina, no?

ED: Sí, sí. Eran unos partidos muy cerrados, eran unos partidos muy extremistas, muy extremistas.

Eliane: ¿En esa época, en los años 20-30, el Partido Comunista de Cuba estaba con una línea bien sectaria, no?

ED: Muy sectaria, muy sectaria, muy extremista. Y habían cosas que realmente se chocaban con la...

Eliane: Que iban en contra de la situación nacional.

ED: Exacto, y además en contra de luchas democráticas que hacían los pueblos, no las apoyaban porque eran democráticas. (risos). Eran ideas de Stalin, desde la Tercera Internacional, de clase x clase, clase x clase. Entonces los socialdemócratas alemanes eran peores que los fascistas alemanes. Era una idea realmente estúpida. Era una barbarie aquello, una barbarie aquella idea de clase x clase. Bueno, también los socialdemócratas los rechazaban por completo, pero bueno con aquellas ideas... Si tú somas los votos, la votación que sacó la socialdemocracia con la votación que sacaron los comunistas en Alemania, y se les suma, si esas dos votaciones se unen en un solo frente, en un solo frente contra el nacional socialismo, se le unen los pequeños partidos y derrotan a Hitler, lo derrotan. Entonces esa división entre ellos...

Eliane: ¿Pero parece que después fueron al otro extremo, no?

ED: No, después fueron juntitos a los campos de concentración, se unieron después en los campos de concentración (risos). A Hitler se le daba lo mismo si eran comunistas o socialdemócratas, para Hitler eran enemigos iguales.

Eliane: ¿Pero esa línea aún predominaba en el Partido en la Revolución del 33?

ED: Totalmente, en el Gobierno de los 100 Días, un gobierno que va ...

Eliane: ¿Estaban en contra del Gobierno de los 100 Días?

ED: En contra del Gobierno de los 100 Días. Y le quedó un problema al Gobierno de los 100 Días: trajeron los restos de Mella. ¡Si Batista que estaba allá culminado con la embajada norteamericana, ya estaba ahí en la conspiración con los americanos! Al traer... ¡Aprovecharon la manifestación famosa de los restos de Mella! ¡Un momento de una crisis tan grande, que se acaba de caer un dictador, en que los gobiernos son inestables, en que hay una inestabilidad tremenda, ocurrírseles traer los restos de Mella para hacer una gran manifestación!? Una manifestación en contra del Gobierno de los 100 Días. De hecho, Batista corrió y subió en la manifestación.

Eliane: ¿Usted sabe más de esas polémicas de Mella en el interior del Partido? ¿Eso no fue suficiente para que saliera del Partido, verdad?

ED: No, después él se incorpora y crea organizaciones marxistas en México, o sea, él retoma el marxismo en México y crea varias organizaciones marxistas allá en México, organizaciones comunistas con exiliados en México. Creó una que ahora no me acuerdo exactamente cual fue.

Eliane: ¿Y Mella tenía un plan también de volver a Cuba en una expedición, no? ¿Para liberar a Cuba?

ED: Él tenía un plan también, de volver a Cuba, pero bueno Machado lo manda matar.

Eliane: ¿Pero, la rebeldía de Mella, de las ideas de Mella, usted piensa que tenían raíz en el pensamiento de Martí, que no dejaba que él fuera tan cerrado, por decir así, en las ideas marxistas?

ED: Mira, te voy a decir una cosa, a Mella... En primer lugar déjame decirte: el pueblo de Cuba tenía, el pueblo de Cuba era un pueblo que ideológicamente estaba penetrado de ideas, de prejuicio contra el comunismo, penetrado totalmente. El Partido Comunista era un partido pequeño y el pueblo de Cuba era anticomunista por prejuicio.

Eliane: ¿Pero, el propio Partido reforzaba ese prejuicio, no?

ED: Exactamente, la política del propio partido. Por ejemplo, cuando se produce la manifestación, la gran huelga general que derroca a Machado, de inicio el Partido no la apoya, porque era una huelga... Sin duda un error de uno de los grandes líderes del Partido Comunista, un hombre de mucho talento, no me acuerdo el nombre...

Eliane: ¿Villena [Rubén Martínez Villena]?

ED: No. No era Rubén. Era ese que era dirigente de los obreros. Bueno, el Partido no apoya inicialmente la huelga porque era una huelga por demandas económicas, no era una huelga política, por el socialismo, etc. ¿Qué ocurre? La huelga se va por encima de los partidos, la huelga no oyó al Partido, eso de que no la iban apoyar no le interesó,

al pueblo no le interesó, al gobierno no le interesó que el Partido no apoyara a la huelga. La huelga se fue por encima y derrocó a Machado, derrocó a Machado. Una huelga que tenía sido precedida de acciones tremendas, de terrorismo, de atentados, en la cual los estudiantes pusieron muertos, un baño de sangre aquello con los estudiantes. Después apoyaron a la huelga, pero ya era tarde, ya era tarde. Más tarde el Gobierno de los 100 Días... No apoyan al Gobierno de los 100 Días. ¡Un gobierno que no estaba reconocido por Estados Unidos, mírate, un gobierno que lo tenían situado 29, al largo de la isla, por el norte de toda la isla, 29 buques de guerra apuntando contra Cuba!

Eliane: ¿Y que tenía tendencias antimperialistas, no?

ED: Claro que sí. El hombre: Guiteras. Guiteras era antimperialista, pero no era comunista propiamente, aunque después hizo buenas relaciones con los comunistas o los comunistas hicieron buenas relaciones con él porque se dieron cuenta que se equivocaran.

Eliane: ¿Cuándo eso?

ED: Cuando fue expulsado del gobierno. Después se unieron en la clandestinidad [o Partido Comunista e a organização de Guiteras]. Entonces estaba el Partido Comunista, de la izquierda, en contra del Gobierno de los 100 Días. Que en definitivo el Gobierno de los 100 Días, lo maravilloso que tuvo fue lo que hizo Guiteras. La cantidad de leyes que hizo Guiteras fue extraordinaria, la igualdad de voto a las mujeres, etc. Fue un gobierno revolucionario realmente. Que ahí había algunos elementos que integraban ese gobierno que no eran revolucionarios, que eran latifundistas, que eran burgueses... Pero, ahí estaba el hombre que era el ministro de Gobernación, Guerra y Marina, Antonio Guiteras Holmes. Luego lo mataron, Batista lo mató, junto con un venezolano, José Antonio Apunte.

Eliane: ¿Y cómo ese gobierno de los 100 Días] confió en Batista para ser el Jefe del Ejército?

ED: Eso fue una ingenuidad, una ingenuidad de Grau San Martín. Batista dio un golpe de Estado en los cuarteles, dentro de los cuarteles, contra los jefes militares, a favor de las clases y soldados.

Eliane: ¿Eso fue antes, en la llamada Revolución de los Sargentos, no?

ED: Sí, en la Revolución de los Sargentos de 1933. Batista fue el líder de aquella Revolución y apoyó al DEU, inicialmente él apoyó al DEU. O sea, el DEU, el Directorio Estudiantil, era una organización estudiantil poderosa, poderosa.

Eliane: ¿El DEU fue fundado por Mella también, no?

ED: El Directorio Estudiantil Universitario era la continuación de la FEU en condiciones de clandestinidad, porque la FEU la disuelve Machado.

Eliane: La FEU había sido creada por Mella.

ED: Sí, la FEU fue creada por Mella y el DEU tiene su origen en la FEU de Mella, sólo que en clandestinidad, en condiciones de clandestinidad. ¿Por qué? Porque la FEU es disuelta por Machado. No es lo mismo del Directorio que se crea ahora en los '50. Eso es otra cosa. Es otra cosa ya, no es lo mismo.

Eliane: ¿Pero llegó a llamarse también Directorio Revolucionario, no?

ED: Sí, llegó a llamarse Directorio Revolucionario 13 de marzo. En los '30 era DEU, Directorio Estudiantil Universitario.

Eliane: Pero en la cuestión aún de la política del Partido Comunista. Justamente porque usted fue militante de los Ortodoxos y porque parece que hubo muchas divergencias entre el Partido [Ortodoxo] de Chibás [Eduardo] y el Partido Comunista. ¿En una época, por ejemplo, en 1940, los comunistas prefirieron apoyar a Batista en las elecciones do que apoyar a los auténticos [ao Partido Auténtico] que venían con Grau [San Martín], no?

ED: Sí. Apoyaron a Batista y Carlos Rafael Rodríguez fue ministro sin cartera de Batista. Apoyaron a Batista en las elecciones en que Batista salió presidente en la primera vez en el año 40, lo apoyaron. Todas esas cosas fueron dañando el prestigio político y popular del Partido. Llegaron a odiarlos, no por su ideología ni nada, sino por la política tan esquemática que llevaban en ese momento, y además oportunista, se volvió oportunista la política

Eliane: ¿Y la ideología del Partido Ortodoxo? Porque parece que tenía desde sectores de la gran burguesía hasta jóvenes bastante radicales como Fidel.

ED: Sí, déjame decirte: en realidad el Partido [Ortodoxo] se formó en el año 48 más o menos, se desprendió del Partido Auténtico, se desprendió enfrentando la política malversadora y corrupta de Grau San Martín, se enfrentó y se separó. Todos los gobiernos de la República desde 1902, todos, desde el 1902 hasta el año 59, cuando triunfa la Revolución, todos los gobiernos tenían un común denominador: eran corruptos todos, todos fueron corruptos. Se hay alguna excepción, bueno que me perdone la excepción. ¡Todos fueron corruptos! El único que no fue corrupto fue Estrada Palma, pero cometió errores, dejó embargada la República, dejó el Partido Revolucionario Cubano, de los independentistas, a las expensas de la primera intervención norteamericana, y se plegó a los norteamericanos. Pero Tomás Estrada Palma, el primero presidente de la República de Cuba, no fue corrupto. De ahí para acá, todos fueron corruptos, todos.

Eliane: ¿Con excepción del Gobierno de los 100 Días, no?

ED: El Gobierno de los 100 Días ya era un gobierno de transición, lo fue un gobierno ya elegido, pero de transición. Y además no tuvieron tiempo de robar (risos). Entonces hubo ahí gobiernos de 24 horas, etc. ¡Pero los demás, todos fueron ladrones, todos corruptos! Así, lo que más sensibilizaba al pueblo de Cuba era justamente la corrupción, para el pueblo era lo que más se denunciaba constantemente. Los políticos de oposición de cada partido en el poder, denunciaban todos la corrupción que cometían esos partidos en el poder, después ellos iban al poder y hacían lo mismo. Y aquella corrupción era galopante. No hubo suciedad, no se conoció suciedad que no conociera aquella corrupción de aquel gobierno. Por lo tanto, la palabra *corrupción* era como parte de la conciencia del pueblo cubano de que había que acabar, y de que parte de sus males venían de esa corrupción. Esa conciencia se fue haciendo y fue focalizada por todos los políticos. La oposición de todos los partidos focalizaban a los que estaban en el poder y al pensamiento de los que estaban en el poder como una traición: “unos corruptos, traición en sus ideas y además en la práctica son unos corruptos”. Así, la corrupción se fue convirtiendo en un objetivo de lucha política de todo el pueblo de Cuba. El Partido Ortodoxo surge con una consigna que es “vergüenza contra dinero”. No es un Partido Comunista, no es comunista, es nacional reformista, aspira hacer reforma y aspira a desarrollar la nación haciendo reformas y acabando con la corrupción.

Eliane: ¿Y su líder, Eduardo Chibás, parece que era muy coherente en su práctica en relación a la ética, no?

ED: Sí. Era un hombre que venía de una familia rica y gastó todo su dinero... O sea, botó su herencia precisamente en actividad política. Era un hombre que no se lo conocía como un hombre éticamente censurable, por el contrario, se lo conocía como un hombre honrado. Y eso fue lo que atrajo el pueblo masivamente.

Eliane: ¿Incluso parece que lo que quedó conocido como su *Aldabonazo*, fue por una cuestión moral, que estaba se sintiendo mal por una acusación que hizo y no tuvo como probarla, no?

ED: No tuvo como probarla, exactamente. No tuvo como probarla. Fue una discusión que tuvo con un hombre que era ministro de Educación de Carlos Prío Socarrás, Aureliano Sánchez Arango. Un hombre que venía del Ala Izquierda Estudiantil, o sea, de las ideas comunistas, un ideólogo de la juventud de los años 30, que venía de las filas de la Juventud Comunista prácticamente porque era de la Ala Izquierda Estudiantil. Sin embargo, él llega al poder y dice que estaba sacando dinero del país para hacer, con otros revolucionarios de América Latina, una organización latinoamericana para luchar contra las dictaduras en América. Entonces, él va sacando dinero que no era de él y dice que era para eso, pero después nadie lo confirmó. ¡Pero además el dinero no era de él! ¡Pero además está como ministro de Educación de un gobierno que es el más corrupto que ha habido en la historia de Cuba! ¡El enriquecimiento más audaz con el dinero del pueblo! Y él está viendo aquello y está compartiendo aquello. Bueno, se supone entonces que se estaba sacando dinero para hacer una organización para luchar contra la dictadura, tenía que luchar contra la corrupción también. O sea, cosas que son de una contradicción: no lucha contra el imperialismo norteamericano, no lucha contra la corrupción y saca dinero para hacer una organización internacional contra las dictaduras de América (risos). Entonces Chibás [Eduardo] no logró demostrar, no pudo demostrar que había habido robo de los tesoros de la nación. No lo pudo demostrar, no tuvo las pruebas suficientes. Y la prensa se burló de él, la prensa que estaba en manos de la burguesía, de la gran burguesía, se burló de él. Dentro del Partido no hubo la coherencia que debió haber habido, el apoyo a él que debió haber habido. Y él se sintió mal por las críticas que recibió de su propio Partido, se sintió sin el respaldo de su Partido y, bueno, se dio el tiro.

Eliane: ¿Y fue una cosa que conmovió mucho al pueblo, no?

ED: ¡De las más grandes conmociones que ha habido en Cuba!

Eliane: ¿Por qué también quedó menos como una cuestión personal y más como un acto político, no?

ED: Un acto político, como un gesto político. ¡Y bueno era el hombre que iba a ser presidente de la República! Era un hombre limpio, un hombre que no tenía manchas en su vida. Fue una verdadera conmoción nacional la muerte de él. Se él hubiera estado vivo muchos analistas piensan y muchos políticos de aquella época piensan que Batista no hubiera dado el golpe de Estado, porque él hubiera denunciado públicamente y lo hubiera enfrentado también. Él sí podía, él sí tenía poder de convocatoria.

Eliane: ¿Pero habían contradicciones internas dentro del Partido Ortodoxo también, no?

ED: Sí. El Partido era un partido multclasista realmente. Era un partido de pueblo, pero también habían ahí hacendados, gente de las clases altas, en La Habana también, entraban ahí porque en realidad era el Partido que tenía las posibilidades.

Eliane: Sí, pero la historia de la Juventud Ortodoxa, de Fidel Castro mismo, porque Fidel ha dicho en algunas entrevistas que fue uniendo a la juventud y a las personas que tenían vínculos ideológicos más cercanos para conformar un polo que tuviera ideas más afines. ¿Usted sabe más detalles sobre eso? ¿Fidel y ese grupo que logró reunir en torno de sí, ya estudiaban algo de marxismo, las ideas socialistas, o eran apenas jóvenes martianos, que tenían ideas generales de justicia, etcétera?

ED: Sí. Fidel era un joven martiano. Déjame decirte: usted sabe que Fidel estudió en una iglesia, en una escuela religiosa, en una escuela religiosa jesuita? Ahí hizo todo el bachillerato [segunda enseñanza], él era religioso, tenía toda esa formación religiosa, tenía una formación religiosa. Pero, cuando llega a la universidad llega muy inquieto, con muchas inquietudes, a pesar de que no trae desde su segunda enseñanza una formación política. En las escuelas religiosas no había organización estudiantil. O sea, él no trae una experiencia de lucha política de la segunda enseñanza. Llega a la Universidad limpio de luchas políticas y empieza ahí. Lo que tiene son inquietudes políticas, a pesar de su origen terrateniente, de su origen religioso. Sin embargo, es un hombre que se separa de su propio origen, que se separa de sus propias creencias, de toda su formación como joven y se vincula a las actividades estudiantiles de la Universidad de la Habana. Creo que se vincula en el año 48. En eso se acercan a él personas, jóvenes, que sí tienen formación marxista, es el caso de Guevara [Alfredo, da Juventud Comunista] y de otros compañeros.

Eliane: ¿Y del propio Raúl [Castro], que llegó a ser de la Juventud Comunista, no?

ED: Raúl sí. Como era más joven llega después de él [de Fidel] y se vincula también a jóvenes socialistas. Ellos se vinculan, ellos aprenden, ellos reciben ideas socialistas en la Universidad, a partir de Alfredo Guevara y otros compañeros de la Juventud Comunista que estudiaron en la Universidad. Debo decirte que Fidel declara en su discurso al Primer Congreso, en ese Informe Central al Primer Congreso [do actual Partido Comunista de Cuba], en 1965, que si él estando en la *Sierra Maestra* en los años 57-58 declara que era comunista o era marxista tuviera quedado sólo. Pero que él tenía ya, que ya traía esa formación. Se dice que Abel [Santamaría] leía libros marxistas, *El Capital*, los leía. Pero ellos se van haciendo marxistas o van conociendo el marxismo, no que sean marxistas, conocen el marxismo en la Universidad de la Habana, por sus vínculos con jóvenes que pertenecían a la Juventud Comunista. Eso jóvenes se acercan a Fidel porque lo vieron como un joven con inquietudes políticas y que además no venía con experiencia política, ni con contactos de la segunda enseñanza. Generalmente cuando los jóvenes llegan a la Universidad ya vienen con contactos de las organizaciones políticas en los Centros Estudiantiles, ya se conocen.

Eliane: Sí. ¿Pero esas inquietudes de Fidel ya se manifestaban en participaciones, en discursos, en mítines estudiantiles?

ED: Sí. Ya empieza a manifestarse dentro del Partido Ortodoxo, combatiendo a Carlos Prío Socarrás, a la corrupción de Carlos Prío, las ideas ... Ahí en ningún momento él expresa ideas socialistas. Él sí condena las causas del subdesarrollo de esta sociedad, dentro del Partido Ortodoxo. Él condena las causas en su discurso, la necesidad de desarrollar el país, de desarrollar la explotación del país. Prácticamente no podría poner a hablar de antiperperialismo en su discurso político, había que tener cuidado con esas frases, porque te iban a buscar. Entonces, probablemente también el rechazo de la población: "Ah este es comunista". Ya lo iban a poner un cartelito de comunista, dado que era un pueblo dañado por el prejuicio anticomunista. Acuérdate que la cultura cubana estaba dominada por la cultura norteamericana, la cultura anglosajona. Entonces esto también fue parte de que hay que ser inteligente. Martí mismo lo decía: "todo lo que he hecho en silencio ha tenido que ser. Mi lucha contra el imperialismo norteamericano". En silencio, en silencio. Él no dijo nunca que estaba luchando contra España y contra los Estados Unidos. Él dijo que luchaba contra España. Esa lucha contra Estados Unidos había que ser en

silencio, él la llevaba en el corazón, en su vientre. Incluso en determinado momento Martí dijo: “prefiero la Cuba española antes que sajona, antes que norteamericana”.

Eliane: Me gustaría que usted hablara un poco más de ese periodo de transición de antes y después del Moncada, de los cambios que hubieran en la política, en los grupos políticos. O sea, porque me parece muy rico y muy interesante ese momento de transición, porque tenía el Partido Ortodoxo, el Partido Comunista (el PSP), tenía la Juventud del Partido Comunista que parece que empezó a cuestionar el posicionamiento del Partido frente al golpe de Batista, la actitud del Partido, tenía también la Juventud Ortodoxa que fue más radical también que el propio Partido, los jóvenes de la Universidad, de la FEU, y los moncadistas que fueran con Fidel. Me parece interesante ese periodo de transición porque fue un momento en que la iniciativa de Fidel hizo una gran diferencia en la rearticulación de fuerzas, o sea, hizo con que hubiera un antes y un después del Moncada.

ED: Mira, hubo una cierta unión sí de fuerzas juveniles, no de fuerzas partidistas, pero también más a nivel de debate y no de estructura organizativa. En realidad ese proceso fue un proceso fuerte. Entonces vamos hablar del Moncada. El Moncada fue un grupo de jóvenes que Fidel captó, jóvenes fundamentalmente ortodoxos, y otros jóvenes que sin ser ortodoxos eran conocidos de los ortodoxos. También no era tanta gente, eran 82 hombres. No recuerdo ahora, bueno alrededor de unos 100 jóvenes: ortodoxos y personas allegadas a ese grupo, de entera confianza. De la Universidad de la Habana no fue casi ninguno. Fue Pepito, Miret que estudiaba arquitectura, ingeniería... Estaba Raúl que era de una carrera anexa a la Universidad de la Habana. Nico López. Y también participaron algunos otros más en la preparación. Había vínculos entre ellos, no es que se reúnan jóvenes y acuerden, no hay acuerdo, hay aquella vinculación que se va produciendo espontáneamente y se van sumando espontáneamente y esas mismas personas van llamando a otros jóvenes a partir de la confianza que esos jóvenes ofrezcan. Por ejemplo, yo misma organicé una célula clandestina a partir de la gente universitaria que yo conocía y esas mismas, a su vez, captaban otras compañeras. Esa era la función: había que captar. Se iban haciendo captaciones. Fidel sí era de la Juventud Ortodoxa. La Juventud Ortodoxa tiene una organización a nivel nacional. Él tiene conflictos dentro de la Juventud Ortodoxa, aquí en La Habana, con la máxima dirección, con Magnes Li, que era el secretario general. Fidel tenía ideas más radicales y junto con Fidel se va un grupo grande de jóvenes.

Eliane: Me hablaron de un documento que la Juventud elaboró. No sé si lo conoce. ¿Algo como un programa para Cuba, no?

ED: Sí, hay un documento de la Juventud. Realmente no lo tengo aquí ahora, tendría que buscarlo para mostrar. Además sólo le pasé un vistazo, porque ya no me acuerdo bien de todo el contenido de aquel documento. Pero Fidel se separa de la estructura. Ya no va a obedecer, ya no va a obedecer a Magnes Li, para hablar en términos concretos.

Eliane: ¿Y en ese proceso de captación cual era la perspectiva ideológica que presentaban a los jóvenes?

ED: Había una cuestión n. 1: tumbar a Batista. Ese era el primer objetivo: tumbar a Batista y restablecer un régimen de justicia social, acabar con todos los males de la República anterior. No se pensaba en una República socialista. Había un programa, el programa del Moncada, que era muy avanzado, pero no hablaba de antimperialismo. No iban a socializar nada, no iban nacionalizar nada. Iban incluso aumentar los impuestos a los propietarios para poder desarrollar al país, para poder distribuir un poco más las riquezas y demás.

Eliane: Era un programa muy democrático, porque incluso tiene una idea esencial de que es el pueblo lo que tiene que conquistar sus derechos, o sea, Fidel llama el pueblo a asumir en sus manos la dirección de la revolución.

ED: Sí. Era muy democrático, muy democrático. De restituir la Constitución del 40... Era un pensamiento democrático radical, un pensamiento revolucionario, democrático radical, muy radical por los métodos que planteaba. Tenía un contenido revolucionario por los cambios que se planteaba. La primera idea revolucionaria era derrocar una dictadura y restablecer el orden democrático en el país.

Eliane: Sí. Justamente llama la atención ese radicalismo de los jóvenes cubanos de la época, radicalismo en la acción. Y ese profundo sentido moral de deber para con la patria. Eso es una cosa muy fuerte en la historia de la Revolución Cubana. ¿A que usted atribuiría eso?

ED: Bueno, a Cuba le costó mucho trabajo lograr su independencia. Y tuvieron grandes pensadores en ese país, grandes pensadores. Y el amor a la patria era algo que se manejaba constantemente en el pensamiento de nuestros fundadores, se llama “la fundación de la patria”, la fundación de nuestra identidad. Nosotros somos identificados como patriotas, gente que ama la patria, que quieren ser cubanos y no españoles ni norteamericanos. O sea, el patriotismo: se luchó contra el anexionismo en la guerra de la independencia, se luchó contra el reformismo en la

guerra de independencia, se luchó contra el autonomismo, o sea, se luchó contra la conversión de Cuba en una provincia de España, se luchó contra la anexión se convirtiéndose en un estado norteamericano, en una colonia más norteamericana, se luchó contra eso. Eran ideas patrióticas fundamentalmente. Un patriotismo acendrado, independentista. Ese que él, José Martí, lo desarrolla en todo su... Sobre todo en la preparación de la guerra necesaria. Ese patriotismo, ese amor a la patria de nuestro... Incluso nuestros poetas, ese amor a la patria, el amor que no es, el amor que como lo definía uno de nuestros grandes poetas: “no es el amor a la tierra en que naciste, es el odio a quien te la oprime”. Eso es patriotismo, no es el amor a la tierra en que naciste, sino el odio a quien te la oprime. Todo eso se va formando, se va formando... Costó mucho la liberación del país, costó mucho liberarlo, por ejemplo, de un dictador como Machado, costó un baño de sangre de la juventud, un baño de sangre de la juventud. O sea, esta juventud no entró en conversaciones mucho tiempo, ni entró en ningún tipo de complacencia, ni de espera. Estaban además... Había un disgusto profundo por la *Enmienda Platt* en la Constitución de la República que otorgó el derecho a Estados Unidos... Todo eso fue formando una idea patriótica muy fuerte, de lucha a quien te la oprime.

Eliane: Incluso también esa idea de que las palabras tienen que caminar con los actos, con la acción, que las palabras tienen que tener consecuencia con la acción, o sea, como decía Martí: “La mejor manera de decir es hacer”. ¿Eso es parte de una cultura de rebeldía, no?

ED: Sí, caminar con la acción. Es parte de una cultura de rebeldía y una cultura de patriotismo. Bueno, sintetizado en el término ese de rebeldía: rebeldía contra España, rebeldía contra los Estados Unidos, rebeldía contra los malos gobernantes, rebeldía no solamente contra los malos gobernantes, sino contra los dictadores que asesinan a nuestra juventud, rebeldía contra todo lo malhecho, contra los corruptos. Es la lucha de un pueblo por un mundo mejor. ¿Como se puede mejorar ese mundo? Que no haya corrupción en primer lugar, que no haya dependencia de otro país, que haya desarrollo interno, que se distribuya la riqueza, que no haya esa polarización de clases donde haya quienes tienen dinero para comprar. Como en la época de Batista: la esposa de Batista se compró un título de nobleza en España (risos), mientras había gente viviendo en los parques pidiendo comida y pidiendo limosna. La calle 17 estaba llena de palacios y se iba a Miramar estaba lleno de palacios, de palacetes. El mar estaba dividido en clubes aristocráticos, donde no se podía bañar, ni siquiera el rico, si tenía un negro rico tampoco se podía bañar, porque era una sociedad racista. Entonces tenía que ser una sociedad de rebeldía, porque no la han dejado vivir, tranquila y con justicia.

Eliane: O sea, ser rebelde es la única forma de sobrevivir.

ED: De sobrevivir y de avanzar, para ir limpiando, como decía Rubén Martínez Villena, la costa del coloniaje: “hace falta una carga para matar dragones, para quitar la costa del coloniaje, para hacer realidad el sueño de mármol de Martí”. Esa cultura de rebeldía, esa cultura de rechazo, de rechazo a todo lo que pueda significar éticamente, económicamente, una rémora para el desarrollo del país, para la libertad en el país, se va a encontrar con una juventud rebelde. Y ese es nuestro pueblo, es un pueblo rebelde, un pueblo rebelde. Y la dictadura de Batista de los años 30 había acabado prácticamente. ¿Cuántos años había pasado? Los '40, los '50, 20 años. ¿En 20 años habían transcurrido tres gobiernos y ya entra otra dictadura? Y la anterior había costado sangre inmensa derrocar. ¡Era inaceptable, era intolerable eso, era intolerable esa situación!

Eliane: ¿Pero en el transcurso de la guerra revolucionaria, parece que las ideas fueron evolucionando, no?

ED: Fue creada una unidad revolucionaria. El ejemplo de Fidel, evidentemente, el ejemplo de Fidel, la acción, que las ideas tienen que ir con la acción. Y a veces la acción va más allá de las ideas también. Y bueno: “esa es la gente que va resolver, que resuelven”.

Eliane: ¿O sea, antes se prometía, los gobiernos hacían promesas, ahora se está probando que se está haciendo, no?

ED: El ejemplo de Fidel fue tremendo. Era un pueblo ansioso de derrocar un régimen y Fidel estaba enseñando el camino. El Directorio intentó matar a Batista, fue un fracaso total, total el fracaso.

Eliane: ¿Y las ideas del Directorio, de Echeverría, eran semejantes a las de Fidel, no?

ED: En realidad no es así. Fíjate, el origen del Directorio, el Directorio tiene una historia, mas que el Directorio los jóvenes que lo integraron, comenzaron siendo militantes de la Triple A. La Triple A era una organización que creó justamente el hombre por el cual Chibás se da el tiro, Aureliano Sánchez Arango. Y quién financió esa organización clandestina es Carlos Prío Socarrás, el corrupto presidente de la República que se fue del país y no

defendió la República en el momento que le da el golpe de Estado. Y un multimillonario con el dinero robado del pueblo. O sea, es una estructura... ¿Qué pretende esa estructura? Bueno, recobrar el poder, es una organización que pretende recobrar el poder. A esa organización se suma un grupo de estudiantes. ¿Quién es el hombre que captura, que capta? El hombre que llega a la universidad, mandado por Aureliano Sánchez Arango, se llama Faure Chomón. Él no es estudiante universitario, no es estudiante universitario, pero a él lo designan para que vaya a la universidad y establezca relaciones con José Antonio [Echeverría], le ofrezca posibilidades de matar a Batista, de dirigir una revolución.

Eliane: ¿Pero, José Antonio antes era sólo un líder estudiantil, no tenía vínculos partidarios?

ED: No. No tenía vínculos partidarios, no los tenía.

Eliane: ¿Pero también tenía una inquietud radical?

ED: Por supuesto. José Antonio era un muchacho que era dirigente estudiantil, tenía inquietudes políticas. Y por supuesto él era contrario, enemigo, de una dictadura militar. Era un hombre que era un patriota. José Antonio era un patriota, un patriota rebelde. Bueno, un patriota que no es rebelde no es patriota (risos). Un patriota, amaba su patria y condenaba la dictadura y estaba dispuesto a luchar contra ella. Entonces, este hombre, Faure Chomón, que viene representando a la Triple A, conversa con él. Él era un joven que tenía compañeros que lo respaldaban porque fue presidente de la FEU. Por lo tanto, existían muchos compañeros que lo apoyaban y era una figura limpia, atractiva, era un muchacho carismático, era un tipo encantador, buen estudiante. Para la Triple A era una joya, era un diamante, un diamante pulido, un diamante. Entonces mandan a Chomón y Chomón capta a José Antonio y capta, por supuesto, a toda la gente que lo siguió apoyando. Hay un libro que se llama...

Eliane: ¿Pero Fidel y los militantes del 26 de Julio no sabían de la acción del Palacio Presidencial?

ED: No. Incluso Fidel allá en la Sierra dijo: “¿Cómo? Con esas armas y esos hombres, juntos aquí todos, ya hubiéramos tumbado la dictadura”.

Eliane: Desde que leo sobre la Revolución Cubana siempre me pregunto como los muchachos hicieron esa acción en separado, siendo que ya existía el Ejército Rebelde.

ED: Totalmente. El objetivo era tomar el poder. Tomar el poder: ese era el objetivo. Ellos se separan posteriormente del grupo de la Triple A. La Triple A tenía mucho dinero, compraba armas, traía armas y parece que hablaban, eran tan poco discretos y cuidadosos en el trabajo clandestino que le cogían siempre las armas y le cogían los hombres. Y pasaba el tiempo, los meses, los años, y no se lograba hacer una acción importante para derribar a Batista. O sea, deciden separarse, el mismo Carlos Prío Socarrás decide se separar de Aureliano. Prío está en Miami. Prío es el hombre que tiene 2 millones de pesos robados a Cuba. Prío incluso le da dinero a Fidel allá en Miami. Fidel cruza el río, se vuelve un indocumentado, atraviesa. Nadó hasta Estados Unidos para comprar el Granma y Prío le dio dinero para comprar el Granma.

ELIANE: Sí. ¿También porque Prío estaba contra Batista de algún modo, no?

ED: Por supuesto. Batista se lo tomó, le sacó del poder.

Eliane: ¿Después se arrependió del dinero para el Granma, no? (risos)

ED: Quedó como un cobarde, como un miserable. Bien, entonces Prío decide romper con Aureliano. Aureliano era un, como diríamos, un papagayo. Le cogían las armas, le cogían los hombres, les mataban a los hombres, y no hacía nada de concreto. Entonces Prío crea la que era la OA, Organización Auténtica. Esa Organización Auténtica iba haber un poco más. El cabeza fundamental aquí es Mora, Menelau Mora, que murió en el ataque al Palacio [Presidencial]. Participa del ataque y muere en el ataque. Él era dueño de una cooperativa de ómnibus en la época de Carlos Prío Socarrás, del gobierno de Carlos Prío Socarrás. Era dueño de ómnibus, él era un burgués, pero un burgués patriota, porque también lo había. No solamente las masas, él era patriota también, era un hombre rebelde también, estaba contra Batista. No era comunista, pero era un hombre que amaba la democracia burguesa. Entonces él, Menelau Mora Moraes, es el hombre que va a encabezar este grupo, el grupo de OA. Ahí se van a integrar también algunos jóvenes que participaron de la Guerra Civil Española y van a participar obreros, van a organizar un grupo importante y van a participar. Entonces, ahora también el Directorio. El Directorio que se va a integrar con obreros, con trabajadores, personas en fin que son opuestas a Batista, pero que no tienen nada que ver con la Universidad. La cabeza visible va a ser José Antonio [Echeverría], pero el hombre de los recursos y el hombre que

tiene el mayor número de personas preparadas para esa acción, sobretodo hombres de acción es Menelau Mora. Hay un segundo grupo que falló, un segundo grupo que falló y por eso... Bueno, realmente aquello fue una masacre. Este es el proceso por que pasa José Antonio Echeverría.

Eliane: Pero, aún estoy un poco confusa en eso de la relación del Directorio con la FEU. ¿Como fue ese proceso de formación del Directorio?

ED: Mira, el Directorio surge tratando de lograr, o sea, un grupo de jóvenes tratando de independizarse, de independizarse de la Triple A y de la OA. Y crean este Directorio que aparece en un 24 de enero de 1957. Era un grupo de jóvenes que van integrarse en una organización clandestina y la dan a conocer públicamente en la Universidad, en el Aula Magna, “hemos creado una organización para luchar contra Batista en carácter clandestino”. Esta organización... Yo era dirigente de la FEU, fue dirigente de la FEU en el año 53.

Eliane: ¿Pero la FEU tenía la hegemonía de algún grupo político en eso entonces?

ED: Mira, la universidad no está por encima de la sociedad, sino que la universidad es el reflejo de la sociedad y de sus clases sociales. En la universidad hay de todo, hay burgueses, hay proletarios, hay campesinos que tienen recursos para mandar sus hijos, hay pequeños burgueses, hay los intelectuales. O sea, socialmente hablando, es policromada la universidad. Algunos de esos varones se van a integrar después en el Movimiento 26 de Julio, como en mi origen, desde antes. Yo era Ortodoxa, lo que quería era un país... no tenía una ideología definida. Yo no era comunista, más bien tenía prejuicios anticomunistas, como el resto de mis compañeros. Pertenecía a un partido que lo que luchaba era contra la corrupción administrativa, pero además tenía sentimientos patrióticos arraigados, era martiana por excelencia. ¿Hasta donde puede llegar un pensamiento martiano y un sentimiento martiano patriótico? ¿Hasta donde puede llegar? Puede convertirse en comunista sencillamente, porque es un pensamiento que te abre las puertas al antimperialismo, te abre las puertas a la sociedad “con todos y para el bien de todos”. Es un pensamiento que te abre las puertas hacia un mundo mejor. Entonces es lo que, por ejemplo, me caracterizaba a mí personalmente. A mis compañeros también, eran jóvenes, eran jóvenes que aunque provenían de distintas esferas sociales, de distintas clases sociales, tenían sentimientos patrióticos. ¡Eso es típico de la juventud! Ahora, José Antonio [Echeverría] no provenía de la Juventud Ortodoxa, provenía de las capas medias de la sociedad y era un joven que quería derrocar la tiranía de Batista y lo que tenía eran ideas democráticas, democráticas reformistas, democráticas revolucionarias, pero no precisamente comunistas. Por el contrario, como yo él era anticomunista por prejuicio. Lo quieren pintar de socialista hoy, compañeros hoy quieren pintarlo socialista, pero eso no es cierto.

Eliane: O sea, después que Fidel dijo que era socialista, todos se convirtieron en socialistas (risos).

ED: Todos fueron socialistas desde que nacieron (risos). O sea, no es verdad. Éramos cristianos, religiosos, yo era religiosa, era cristiana.

Eliane: ¿Incluso en el testamento que escribió antes de partir a la acción del asalto al Palacio Presidencial José Antonio Echeverría pide a Dios que lo proteja, no?

ED: Sí, exactamente. Él era un hombre demócrata, martiano, que encuentra en este grupo de políticos la posibilidad de canalizar su rebeldía contra la dictadura y construir, llegar al poder, al gobierno, y no dudo yo también hacer una revolución ahí, aunque no creo que fuera una revolución socialista, ni nada. Él no tenía ninguna formación marxista, ni socialista. La gente más cercana era la gente de Prío y de Aureliano [Sánchez Arango] que no podían transmitir a él ideas socialistas. Pero no cabe duda, o sea, yo sí estoy convencida, de que era un joven martiano, era un joven demócrata y era un joven que tenía un sentimiento antibatistiano y que quería un mundo mejor para su país. Eso no me cabe la menor duda. ¿Pero de ahí que fuera un socialista o comunista? Su vínculo era con el viejo Partido Auténtico, el viejo partido gobernante. Incluso Menelau Mora proviene del viejo gobierno. Él firma una carta, la carta de México. ¿Por qué la carta de México? El Directorio, fíjate que no la firma el Directorio, la firma la FEU. Porque el Directorio no se sabía que cosa era, no era conocido. Fidel sí probablemente supiera quien estaba en eso. Yo no me dé cuenta hasta que no se produce el asalto. Ahí está Menelau, y este otro y este. Entonces son esos hombres. Él mismo Julio García Oliveras, en un primero libro que él hizo, declara que ellos eran miembros de la Triple A y que querían ser el ala izquierda de la Triple A.

Eliane: ¿Pero Fidel no quería vínculos con los auténticos?

ED: No. Por el contrario, combatía el *autenticismo* dentro del Partido Ortodoxo. Los cañones del Partido Ortodoxo eran contra el Partido Auténtico, contra Prío, contra toda esa camarilla. Todos los cañones, las baterías del Partido Ortodoxo, eran contra el Partido Auténtico y contra la corrupción en general.

Eliane: ¿Pero tuve algún momento en que la FEU estaba en contra de una línea insurreccional?

ED: No. Te lo voy a mostrar un documento. Aquí lo tengo. José Antonio [Echeverría] asume la FEU, la presidencia de la FEU después. Te voy a leer esa parte: “Sólo los estudiantes, encabezados por la Federación Estudiantil Universitaria de la Universidad de la Habana (donde no estaba José Antonio todavía como primera línea), pretendieron ellos dar una respuesta armada, inmediata y contundente al golpe de Estado, cuando sus dirigentes se dirigieron al Palacio, se entrevistaron con el presidente de la República, Carlos Prío Socarrás, y le pedieron armas para resistir desde la Universidad la asonada militar. Los jóvenes esperaron inútilmente las armas prometidas junto al pueblo que acudió a la Universidad. El presidente no cumplió su palabra y salió huyendo del país. Ante el fracaso de organizar una lucha armada, la Federación Estudiantil hizo pública su declaración de principios donde declaraba su posición revolucionaria radical ante la crisis política que se había creado. Algunos de sus párrafos confirman esa declaración de principios y dicen: ‘No nos pidan respeto a las leyes que las han conculcado, combatimos el golpe del 10 de marzo por haber derribado lo que constituye la esencia de la razón de ser de la República en esta etapa de su desarrollo. La estructura democrática establecida en la Constitución que el pueblo se diera en 1940 por propia determinación consagrada en las urnas, 20 años de sacrificio, desvelos y esfuerzos han sido cercenados de un sólo tacho. Exhortamos a todos los estudiantes, obreros, campesinos, intelectuales y profesionales a que hagan fundir su voz con la nuestra que es la voz del pueblo y por ello la voz de Dios. Convocamos a todos para discutir la situación y organizar un plan de lucha que conduzca al restablecimiento de la estructura democrática de la República y a la soberana vigencia de la Constitución de 1940. Es preferible morir de pie a vivir de rodillas’”. Bien.

Eliane: ¿Eso fue en 1952?

ED: En 1952, 10 de marzo de 1952, el mismo día del golpe. Otro documento llamado *llamamiento programa* de 1º de mayo de 1953 decía, oye eso que decía: “se proclamaba la unidad de acción en defensa de la justicia social y las libertades democráticas, se condenaban a los monopolios extranjeros, se reclamaba la liberación económica de Cuba, la nacionalización de las empresas y servicios públicos, la abolición del latifundio y la reforma agraria que entregara gratuitamente la tierra a los campesinos, el restablecimiento de la Constitución de 1940 y el respeto a los derechos de libre expresión, asociación, reunión y huelga y manifestación, la erradicación de las persecuciones y maltratos, el respeto a los derechos humanos, libertad de los injustamente detenidos y presos, y cese de la discriminación racial”. Eso dicen los estudiantes en 1953, cuando todavía José Antonio no era la cabeza dirigente. Ese compañero que pasó por ahí [se refiere a seu esposo] es de los que firma ese documento. Ese documento lo firma él. Él y otros compañeros que van al frente de la FEU. [Continúa lectura]: “La declaración de principios de la FEU, el artículo de lucha de Fidel Castro Ruz, titulado “¡Revolución no, zarpazo!””, el Manifiesto del Partido Comunista Popular, fueron los tres principales documentos donde se condenó al régimen, se denunció la verdadera causa del golpe de Estado, se hizo un llamado al pueblo para combatirlo y se desveló su esencia dictatorial, fascista y imperialista”. Entonces, bueno.

Eliane: ¿Pero desde ese momento, 1952, hasta el Asalto al Palacio Presidencial en 1957, la FEU entonces siguió coherente con esa línea?

ED: Sí, coherente porque inmediatamente... José Antonio entra en 54 en la FEU. como presidente. Hay una coherencia total, una coherencia total. Pero sí, hay un presidente de la FEU que cuando sale de la universidad, en el periodo ese de larga espera en que se crearan partidos en Cuba, se incorpora al partido de Pargo Yala que es un partido que después se disuelve y va para la Sierra Maestra. ¿Pero bueno de ahí, una línea electoral que asuma la FEU? No. Es José Antonio que está en la FEU en ese momento. Incluso ese joven, ese joven ingeniero, incluso hubo un momento en que dijo que, si hubiera garantía a Fidel cuando saliera de la cárcel, se podría llegar a alguna solución democrática, porque el Partido Socialista Popular siempre fue por la vía democrática y pacífica. Se suma ya cuando la guerra se estaba ya casi terminando. Entonces, bueno...

Eliane: ¿Y las personas del Directorio después fueron a la guerrilla en el Escambray, no?

ED: Sí. Ellos se fueron para Miami, y de Miami vinieron con un grupo y desembarcaron.

Pausa: [Elvira apresenta seu esposo, Yago, que foi da Direção da FEU no período e traz as fotos históricas dos acontecimentos narrados por Elvira (Direção da FEU pedindo armas ao presidente da República Prío Socarrás para combater a ditadura, manifestação de enterro simbólico da Constituição de 1940, etc.) em que estava ao lado de outros jovens como Raúl Castro, Fructuoso Rodríguez, etc. Elvira explica que está debilitado para falar porque sofreu um infarto cerebral.]

ED: Entonces José Antonio asciende a la presidencia de la FEU en un momento en que se gradúa un grupo de estudiantes dirigentes de la FEU. Pero realmente hay el pensamiento democrático y de restablecimiento de la Constitución. Ahí no hay ningún programa del Directorio que te puedas decir, bueno, es un programa. Se organiza para derrocar a Batista. Es una estructura clandestina cuyo objetivo es derrocar a Batista y restablecer el régimen democrático. Esa es la función fundamental.

Eliane: ¿Pero ustedes en aquella época no imaginaban que la cosa iba tan lejos, no? Que iban a una revolución tan profunda.

ED: Tan profunda no. Pero a mi me pareció que era lo que yo quería, después me pareció eso (risos). El pensamiento martiano, si estás imbuida de ese pensamiento, tu te das cuenta que todo eso era lo que Martí quería. Más una serie de anécdotas que se cuentan, históricamente se contaban, y se decía que Martí afirmaba que después, en la República, es que se haría la revolución. O sea, se había hecho la independencia, pero no la revolución. Todo eso que va nutriendo eso pensamiento.

Eliane: ¿Él hablaba de la segunda independencia también, no?

ED: Hablaba de la segunda independencia, que se haría la revolución que sería una segunda independencia. Y en ese sentido, yo imagino que igual que yo, José Antonio también tendría pensado junto con Fidel, porque en definitiva después del fracaso del Directorio en el Asalto al Palacio, todos los pensamientos antibatistianos van a confluir, van a confluir en un movimiento armado de la Sierra Maestra y finalmente en el comando de Fidel. Porque además el Directorio, con Faure a la cabeza, se une al Che en el Escambray. Cuando Che llega y incluso cuando, ahí el hecho histórico, de que Faure dice que ellos son responsables por el Escambray, por la lucha en el Escambray, y el Che dice que no, que todos ahí tienen que subordinarse a su comandancia. Entonces el Che exige esa subordinación y los lleva a combatir en Santa Clara. Pero ya cuando cae Batista, que se va Batista, que Batista huye, cuando llegan a la Universidad, cuando llegan a La Habana, entonces Faure ocupa la Universidad, ocupa el Capitolio y ocupa el Palacio Presidencial. Ya después bueno, salió de ahí, salió de la Universidad, sacaron a la gente del Palacio, sacaron a la gente del Capitolio y bueno, se empezaron a hacer conversaciones, o sea, hubo conversaciones donde Fidel incluso le dio cargos a él y le envió para la URSS. O sea, hubo luchas. El Movimiento Nacional Revolucionario [MNR] intentó tomar Columbia. Hubo distintos intentos revolucionarios, distintos pensamientos, el pensamiento del profesor García Bárcenas [do MNR] era un pensamiento nacional revolucionario. Era uno de los pensamientos de aquella época que fue clasificado por una compañera mía en el libro *El pensamiento cubano...*, que son esos pensamientos que específicamente caracterizaban la República o caracterizaran el periodo republicano, sobretodo después del año 33. Porque antes del 33 fueran dos partidos, dos partidos políticos que estaban postulados por la gran burguesía. Pero ya en esa época estaba el pensamiento burgués reaccionario; el pensamiento marxista-leninista que no era partidario de la lucha armada, pero que se vincula finalmente; el Partido Nacional Revolucionario, que es el partido del pensamiento de Rafael García Bárcenas; el pensamiento nacional reformista que era el Partido Ortodoxo y el radical revolucionario que era la juventud...

Eliane: Elvira, creo que una última pregunta. ¿Ya hablamos bastante, no? ¿A que usted atribuiría esa evolución del pensamiento de los revolucionarios cubanos hacia el socialismo? ¿Fue durante la guerra revolucionaria o después de la toma del poder?

ED: Después de la toma del poder, a partir de los hechos, o sea, de las medidas revolucionarias que se van aplicando. No estoy hablando de Fidel, estoy hablando del pueblo, del pensamiento del pueblo, abraza las ideas socialistas a partir de todas las leyes de beneficio popular que se dictan, incluso había un estribillo que decía: “Si Fidel es socialista, pónganme en esa lista” (risos). O sea te da la medida de como se evoluciona en un salto radical el pensamiento nacional, el pensamiento de todo el pueblo de Cuba. El pueblo va apoyando todas las ideas revolucionarias hasta el momento en que se produce el ataque de Playa Girón y Fidel dice: “Todo lo que hemos hecho, todo lo que hemos hecho es socialismo y vamos a morir defendiendo al socialismo”. Entonces levantan las armas todos, las Milicias Nacionales Revolucionarias levantan las armas.

Eliane: ¿Y después de eso empiezan las medidas de profundización, no?

ED: No. Ya en ese momento. Fíjate, ya en ese momento del ataque a Playa Girón ya se han nacionalizado las empresas extranjeras, ya se habían expropiado las empresas extranjeras todas, los centrales azucareros, las tierras, todas las tierras se las entregan a los campesinos, se nacionalizan, se expropian, no se nacionalizan, se expropian sin indemnización, se expropian la tierra, se la entrega a los campesinos. Los bancos, que todos eran extranjeros, y otras empresas, empresas de refinación de petróleo, teléfono, la electricidad, todo, todo lo que pertenecía a los Estados Unidos porque no había nada de Inglaterra, ni de Francia aquí, todo era de Estados Unidos. Las tiendas que eran de la señora Hilton, pertenecían a la señora Hilton, había una cadena de tiendas, también se expropian, y así

sucesivamente y ya después cuando comienza la burguesía nacional a tener reacción, entonces se expropia la burguesía nacional también. Así.

Eliane: ¿Pero en su opinión personal esto ya estaba en el pensamiento de los principales líderes de la Sierra: del Che, de Fidel?

ED: Sí. El Moncada, *La historia me absolverá*. ¿Tú tienes el libro no?

Eliane: Sí. ¿Pero, hasta ahí era solamente el llamado programa del Moncada, no?

ED: Sí. Hasta ahí fueron las medidas que se propuso en el Moncada. Pero bueno, el Che era comunista, ya se sabe que siempre fue de ideas comunistas, era un hombre marxista, él era un hombre de pensamiento marxista. Fidel fue un hombre que evolucionó tempranamente hacia la idea marxista, a partir de jóvenes, de los jóvenes como Alfredo Guevara, de la gente que había en la Universidad que eran del Partido Socialista Popular, que eran pequeños grupos. Le mostraron a Fidel, dieron libros a Fidel, conversaron con Fidel. Pero además, después, llegando el final del 58, llegó Carlos Rafael Rodríguez y ya completó la educación marxista. Y Raúl no omitía que tenía inquietudes políticas y eso. El Partido Comunista le dio la posibilidad de que fuera a Praga a una reunión internacional de estudiantes, de la UIE. Y bueno él conoció ahí las ideas socialistas, la práctica no, y vio como funcionaba y quedó muy impresionado con lo que vio en Praga.

Eliane: ¿También en la época el socialismo tenía un gran prestigio, no? Internacionalmente.

ED: Internacionalmente porque aquí en Cuba se chocaba totalmente con el prejuicio anticomunista, aquí se dio una barrera infranqueable.

Eliane: ¿Pero también había una tradición muy rica y muy profunda, no? Por lo menos en los intelectuales más avanzados.

ED: Sí. Es verdad, aunque había una intelectualidad fuerte que podemos ver representada por Jorge Manach, que no era marxista, más bien nacionalista. Pero también aquí en la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de la Habana, por ejemplo – y ese detalle que es más interesante - había profesores de ideas marxistas, aquí en esa facultad. Era una facultad de niñas ricas fundamentalmente, ahí estudiaban chicas de la burguesía. Sin embargo, los dirigentes estudiantiles de esa facultad eran marxistas. De ese grupo de estudiantes burgueses, podrían salir dirigentes marxistas, a partir de la clara influencia de los propios profesores. Así que había influencia.

Eliane: Yo creo que si no tienes algo más a acrecentar, creo que está bien, que podemos quedar por aquí.

ED: Con respeto a mí, puedo mandar la copia, no sé si puedo mandar por correo.

Eliane: Sí, puede ser. Entonces, muchas gracias.

ANEXO 3

Entrevista a Hiram Prats Labrada

Transcrição: Kelem Ghellere Rosso

Eliane: Me gustaría de conocer un poco más la historia y las ideas del Partido Socialista Popular (PSP) y también de otros movimientos como el Directorio Revolucionario y el MR-26-7, en el contexto de los años 50, de la Revolución Cubana...

HP: Tanto el Directorio Revolucionario como el 26 de Julio tuvieron mucha inspiración en la universidad, el partido (PSP) era mayor, más antiguo desde el año 1925, cuando lo fundó Mella y algunos otros comunistas, se organizó el Partido Comunista de Cuba que fue, aceptó las normas de la Tercera Internacional. Entonces bueno, había un partido marxista-leninista que estaba en condiciones de interferir en la política nacional. Después surgió el 26 de Julio, desde el inicio surge la figura de Fidel y él había se destacado en la universidad por su posición antimperialista, pero bueno no tenía partido ni nada, él organizó en secreto el 26 de Julio y dio el golpe en el Moncada...

Eliane: Sí, pero para volver un poco más atrás, para comprender un poco más la cuestión. ¿Usted fue de la generación que se formó en los años 50?

HP: Sí.

Eliane: ¿Su militancia más activa fue en los '50?

HP: Mira, yo soy de izquierda prácticamente desde que nací. En Cuba hay un problema, que usted no sé si ha planteado, que es el de las luchas contra España, por la revolución y la creación de la república de Cuba. Yo por ser de una familia, de una provincia llamada Camaguey, que fue una provincia que apoyó mucho la lucha revolucionaria, mis abuelos, sus hermanos, todos fueron mambises (mambí es la expresión del luchador en la guerra de independencia). Entonces hay un problema que marcó mucho, el vínculo ideológico en parte de la población cubana, que era el problema católico. Independientemente de crítica, no sé si usted es religiosa, pero bueno voy a plantear el problema. El clero católico en Cuba es todo, y generalmente se opuso por completo a la independencia de Cuba, apoyó a España. Eso creó una gran, una situación en la población cubana, de crítica no a las religiones, pero sí a su clero, comprende. Entonces, por ejemplo tuve algunos incidentes de ese tipo relacionado con la religión, o sea, eran católicos algunos de ellos, pero no creían nunca en el cura y siempre tenían una posición contraria hacia la iglesia. En ese ambiente me crié yo y ya cuando yo estaba en la segunda enseñanza yo participé en algunas actividades que desarrollaron los grupos de izquierda, estoy hablando de cuando yo tenía 14, 16 años, desde que fue mi inicio. Porque realmente en la Universidad, yo conocí a Fidel, antes de la revolución.

Eliane: ¿Antes del Moncada?

HP: Sí, antes del Moncada.

Eliane: ¿Él era dirigente estudiantil de su facultad, no?

HP: Sí, pero no coincidimos en la Universidad. Cuando él salió, yo entré. Hay 5 años de diferencia. Pero bueno, nos conocimos y las situaciones estudiantiles, manifestaciones que se hacían, actos, ellos y nosotros, yo participaba también en esas actividades.

Eliane: Fidel ya se destacaba como líder estudiantil?

HP: Sí, él ya se destacaba sobretodo porque en la universidad se desarrolla una, como en todas las universidades, una lucha de la juventud contra el gobierno de Prío Socarrás que era un gobierno que no tenía ningún criterio sobre la nación cubana, sino entreguista, hacía los negocios, dinero y la protección de Norteamérica. Y ahí ya tenía él la inclinación, aunque no se manifestaba como marxista.

Eliane: ¿Pero usted ingresó en el Partido Comunista en que año?

HP: Ingresé en la asociación juvenil del Partido Comunista en el año 53.

Eliane: ¿En el mismo año del Moncada?

HP: Perdón, 55 creo. Cuando dio el Moncada yo vivía en un barrio de la Habana, de ese municipio, vivía para allá. Entonces ahí se organizó, en ese tiempo yo era de izquierda pero no pertenecía a partido. Ahí se organizó una célula del 26 en la que yo participé. Esa célula que era muy grande, 30 a 40 personas, fueron 6 al Moncada y murieron 5. No se pudo ir más porque no había recurso, ni máquina y además era mucho, no había ni armas, entonces solamente fueron esos 6, murieron 5, quedo uno que después continuó... Y yo en la universidad después me relacioné más con los compañeros de la juventud, participaba de la lucha por Guatemala en aquel año, en el año 54, en distintas actividades y en el 55 formalmente fue miembro de la Juventud Comunista.

Eliane: ¿Pero en ese período tenía una polémica entre la política del 26 de Julio y de la Juventud Comunista, no?

HP: Sí.

Eliane: ¿Principalmente sobre como enfrentar la dictadura de Batista, no?

HP: Sí, sí. El partido tenía una concepción de lucha de masas, de lucha general del pueblo, más bien se veía la cosa de trabajadores, de sindicatos, de movimiento masivo, y el 26 de Julio siempre se organizó como una organización armada.

Eliane: ¿Desde el inicio Fidel pensaba así?

HP: Sí, desde el inicio ya lo tenía. En el Partido había dos posiciones: la tendencia de la Juventud llevó a la aproximación con el 26 y las acciones armadas y la tendencia del Partido generalmente, y la gente mayor, veía eso como una especie de cosa errónea, que no tenía porvenir. Entonces había discrepancia entre el Partido y la Juventud. Nosotros íbamos en la lucha armada, la Juventud.

Eliane: ¿Y cuando empezó esa polémica dentro del Partido? ¿Cuándo ya estaba en andamiento la dictadura o desde su inicio?

HP: No, no. El partido rechazó la dictadura desde el primero momento, pero veía el desarrollo de la revolución en un movimiento de masa que llegara a una lucha armada. Era una lucha, veía algo así como, digamos, fomentar la lucha del pueblo hasta llegar a una huelga general y entonces después ponerse una lucha armada, pero no la insurrección armada desde el inicio.

Eliane: ¿Y ese posicionamiento de la juventud del partido empezó cuando?

HP: Eso empezó realmente en los años 55, 54. Había ampliados criterios, el compañero que decía que las condiciones que habían eran de otro tipo. [...] Entonces había ese criterio. En agosto cuando empieza la lucha en la Sierra, el Partido da una instrucción hacia la insurrección. La dictadura lo sorprendió también, no sabía que se iba a hacer. Cuando se creó la guerrilla, el Partido da la instrucción de que los militantes comunistas que estuviesen en la zona de lucha que apoyaran, se incorporaran, a la guerrilla. Primero empezaron a ir compañeros del Partido, de la Juventud, que estaban con la línea de la lucha armada.

Eliane: ¿Y tuvieron algunos militantes del PSP que salieron el partido e ingresaron en el MR-26-7?

HP: Como no, empezando con los que vivían en la zona, todos que vivían en la zona tenían autorización para, siendo marxista, incorporarse a la lucha guerrillera. Y muchos compañeros de la Juventud de la Habana, fueron para allá y se incorporaron al Ejército Rebelde. Raúl Castro era incluso amigo de la Juventud Comunista antes del 26 de julio.

Eliane: ¡Ah sí!? No lo sabía.

HP: Incluso él tenía su carné de filiación.

Eliane: Yo no sabía. ¿Porque incluso una de las cuestiones que aparecen en esa historia de la conformación del Ejército Rebelde en la Sierra es que Raúl y el Che tenían una formación más marxista que Fidel, no?

HP: Tanto Raúl como el Che eran antimperialistas y marxistas. Raúl militó en la Juventud Socialista, el Che nunca militó en ningún partido, pero era un marxista convencido.

Eliane: ¿Pero entonces usted podría hablar un poco más de esa experiencia en los años 50? Porque una duda es justamente sobre la ideología que tenía Fidel antes de irse al Moncada y antes de la victoria de enero de 59. ¿Se habla que él no era del Partido Socialista Popular, pero parece que era de la Juventud Ortodoxa, no?

HP: Sí, de la Juventud Ortodoxa, él era un líder de la Juventud Ortodoxa.

Eliane: ¿Pero en esa época no se sabía nada de la proximidad de Fidel con las ideas marxistas, con las ideas socialistas? ¿Él se expresaba más en términos de las ideas de Martí, era martiano? ¿Cómo era eso?

HP: Él no era ajeno a las ideas antimperialistas y marxistas, incluso él venía a las librerías que tenía el Partido y discutía con los compañeros, incluso tenía libros marxistas y tenía amistad con muchos compañeros. Raúl, Raúl era nuestro compañero, miembro de la Juventud en la universidad, estábamos en el mismo, en la misma, en el grupo de marxistas de la universidad. Y Fidel era un líder político de la Ortodoxia, del Partido Ortodoxo. El Partido Ortodoxo iba del más reaccionario hasta la gente antimperialista, era lo que se llamaba la izquierda del Partido Ortodoxo. La cúpula [...] generalmente eran burgueses, burgueses honestos, pero de capital. Cuando de la revolución muchos se quedaron en contra... Pero Fidel siempre fue antimperialista, no marxista, él no manifestaba sus ideas marxistas, pero sí antimperialista. Lo que él pensaba [...]. Fidel pensó en una práctica y fue desarrollándose en la revolución.

Eliane: ¿Pero parece que el Partido Ortodoxo era muy popular, no?

HP: Sí.

Eliane: Fidel después dijo que estar en el Partido Ortodoxo era una forma de estar más cerca del pueblo, que se fuera al Partido Comunista iba a quedarse más distante, que le parece ese argumento?

HP: Mira, el Partido Ortodoxo iba a ganar las elecciones de 51, de eso no hay duda ninguna. El gobierno anterior había sido un gobierno ladrón y bandido, sin vergüenza... Entonces el, los Ortodoxos, iban a ganar las elecciones. El llevaba un programa nacionalista, no antimperialista. El programa del Partido, de la Juventud Ortodoxa era otra cosa. Y los norteamericanos y el imperialismo y el capitalismo cubano manobraron, se dio cuenta que ya había mucha gente tomando el poder, no iba a seguir el mismo régimen, la misma facilidad que tenían los politiqueros y el latrocinio, latrocinio mismo, ladrón. Y entonces se deflagró el golpe de Estado de Batista por los americanos en el año 52. Lucha contra la Unión Soviética, Guerra Fría, en todos los países de Latinoamérica, uno tras otro, se da un golpe de Estado: Perú, no me acuerdo bien... Entonces ahí no me acuerdo bien, creo que Uruguay también, en los años 50... Fue cuando Getúlio Vargas cayó en Brasil...

Eliane: Sí, en 1954. Fue una política dirigida a contener la ascensión de gobiernos nacionalistas, los llamados gobiernos populistas...

HP: Pero en Cuba no tuvo nada de nacionalistas. Ningún gobierno nacionalista en aquella época podía desarrollar su programa contra los criterios norteamericanos. Y un partido nacionalista puro iba a rechazar todas las exigencias norteamericanas, las inversiones... Y los norteamericanos, sencillamente ponían sus peones. No por causalidad hubo tantos golpes de Estado en la América.

Eliane: Sí, sí. Ahora otra cuestión: ¿Cómo el Partido Comunista cubano se portó no sólo frente al golpe de Batista, pero también en periodos anteriores? Porque por lo poco que leí sobre la historia del Partido, parece que apoyó también en 40 al propio Batista y una de las críticas que algunas personas hacen es que ese partido, tal vez con algunas excepciones dentro de sus cuadros, quedó muy dependiente de la línea de la Internacional o de la propia Unión Soviética.

HP: Dependiente por completo.

Eliane: ...Y con dificultad de tener una interpretación propia de la realidad nacional cubana y eso lo alejó el pueblo. ¿Qué piensa usted, que perteneció a las filas de la Juventud del Partido, de eso?

HP: Sí, eso es otra generación. La generación anterior a mía. Eso fue en el año 40. Mira eso del Frente Popular, de la posición de la Tercera Internacional del Frente Popular, es una posición que hoy en día quizás se pueda considerar errónea y creo yo personalmente que era errónea, pero fue una situación internacional que surgió [...] y dio esa situación. La Unión Soviética vio, por el problema de Austria, Checoslovaquia, Alemania, vio y era claro que era cierto que ya estaba fortaleciendo Alemania para destruir a Unión Soviética, una guerra entre los dos, y que tanto Francia, Inglaterra como Estados Unidos, más o menos, apoyaban a Alemania contra ellos. Ahí surgió la política del

Frente Popular y esa política salió en los años 38 o 37. En Cuba tuvo por efecto que el Partido apoyara el gobierno que existía en ese momento y tratase de ir cambiando su orientación, aunque uno no crea. En Cuba había partido marxista, pero también había partido fascista, legalmente se incluyó y unos meses después una ley lo sacó del ámbito político. El fascismo fue muy importante en Cuba por la emigración española [...] En Cuba casi todo era español. Después de la guerra de la independencia de Cuba, la emigración española siguió viniendo, llegando. Y a pesar de la guerra de independencia, todo el clero cubano mantenía sus vínculos españoles, y había un partido para ellos. Entonces la política esa que se aplicó en casi todos los lugares fue de hacer un frente antifascista general y en ese frente antifascista fue que el Partido apoyó a Batista.

Eliane: Sí, fue un poco lo que pasó en Brasil también con...

HP: Hoy en día considero que fue una gran estupidez dirigir los partidos comunistas desde otro país y que ellos van a dar las directrices... La revolución cada una tiene su particularidad, pero bueno, en aquella época, hay que ver también que en aquella época era sólo la Unión Soviética, tenía todo el mundo en contra, había la Tercera Internacional, que era definitiva, mantenía una línea proletaria y eso, bueno, se hizo así. Yo pienso que tiene errores hoy en día y tengo entendido que aquí también, si lo conozco. Pero tengo entendido que, por ejemplo, muchos movimientos en América Latina le han pedido criterios en Cuba, a Fidel y a la Revolución. Y cuando vino una discrepancia Fidel dice: son ustedes los que tienen que resolver, nosotros podemos dar consejos, pero no podemos...

Eliane: ... Dar la fórmula.

HP: Eso ha sido publicado, aunque estoy hablando. Ha sido publicado.

Eliane: Sí, yo sé que era de una generación anterior, pero como usted fue un joven de la Juventud Socialista gustaría de saber como llegó a ustedes, la nueva generación, esa historia anterior del Partido, si hubo una especie de autocrítica del Partido de su historia anterior, si en ese momento de los '50 la formación de ustedes fue hecha ya con una visión diferente y si fue rescatada la historia anterior.

HP: Dentro del partido no hubo críticas que yo conozca, nosotros siempre criticamos y teníamos otras ideas. En la Juventud, había grupos en la Juventud, que teníamos otras ideas. Pero no hubo una crítica así en absoluto a esa cuestión, yo no la conozco. En el Congreso del Partido anterior, no la llegaron a hacer...

Eliane: Porque, por ejemplo, una idea interesante dice respecto a la originalidad del pensamiento de la Revolución Cubana, de la unión del marxismo-leninismo, digamos así, con la historia y el pensamiento nacional, especialmente de José Martí, y que eso no tendría nacido con Fidel, pero ya con los primeros comunistas, Julio Antonio Mella, etc. ¿Entonces, como usted analiza la contribución o participación del Partido Comunista en esa conformación del pensamiento revolucionario cubano?

HP: Mira el problema tiene que ver también con la historia de Cuba. Cuba fue el último país a independizarse de España y entraron los norteamericanos. Eso creó, y estoy hablando ya del año 11, sin partido ni nada, creó criterios en los cubanos contrarios a los norteamericanos. En el pueblo, no en la gran burguesía. Esa se alineó a los norteamericanos para hacer inversiones, fue entreguista, sabe como es. Pero ya en la misma época hubo rechazo, que después se fue desarrollando... Después vino la Revolución de 33, que fue una revolución del pueblo cubano contra un régimen tiránico, y entonces los americanos se metieron, intervinieron... Entonces, el pueblo ganó una gran - estoy hablando en general, de la historia -, idiosincrasia, nació un sentimiento en algunos grupos de la población anti-norteamericano. Después la situación que existía: en la Habana todo era lujo, era un cabaret, pero en el campo era la miseria. Incluso se puede hablar de que la revolución de Fidel se fortaleció - en eso del asalto al Moncada y en la zona de la Sierra Maestra -, porque era la zona más pobre de Cuba y la más afectada en la economía, en el sector campesino. El campesinado había sido empujado de la Sierra y constituía una masa, no proletaria porque eran campesinos, pero un campesinado que prácticamente era un proletariado porque no tenía en que trabajar... Entonces todo eso criaba criterios, más o menos contra la ingerencia norteamericana en Cuba, eso existía. No era una cosa manifiesta, el Partido lo planteaba, pero otros grupos... La Juventud Ortodoxa también, pero no era una cosa pública. Pero sí existía eso. Y eso fue creando un ambiente de una república ... Hubo una revolución en 33 frustrada a través de la intervención norteamericana y con eso se creó un clima, sobretodo en las clases más pobres de la población, un clima anti-norteamericano. Fidel fue genial en eso aspecto de pensar la lucha guerrillera. Prácticamente la revolución en Cuba se desarrolló en el campo y triunfó en el campo. Dentro de la lucha además del 26 de Julio hubo otros grupos, no sé si los conoce, debe haber oído hablar de "La Sierra y el Llano". La Sierra era antimperialista y el llano aspiraba derribar a Batista con un golpe militar... O sea, tuvo contradicciones internas en el MR-26-7.

Eliane: Puede participar [referencia a Ana Garrigó, esposa de Hiram], es más una conversa, puede ...

HP: Ella [Ana Garrigó] tuvo más contacto con el Directorio que con el MR-26-7.

Eliane: Sí, Caridad Navarrete me habló.

HP: Entonces estábamos en la Universidad y en la Universidad estaba el Directorio que se formó de una pequeña burguesía universitaria, con los hijos de la pequeña burguesía que estudiaban en la universidad. Otros eran pobres, proletarios, porque ni todos que estaban en la universidad podían, tenían recursos. Había personas pobres que con el sacrificio de su familia, trabajaban y estudiaban. Ese ambiente se desarrolló en la universidad...

Eliane: ¿Pero la mayoría eran de clase media o no?

HP: Generalmente los pobres, trabajadores, eran pocos, porque sencillamente la universidad, aunque era barato su ingreso, había que sostenerse, que trabajar y estudiar...

AG: Tenía que pagar.

HP: Tenía que pagar, era poco, pero tenía que pagar. Entonces la clase obrera que sólo subsistía...

Eliane: ¿Y los estudiantes eran pocos en la época, proporcionalmente a la población, era una pequeña parcela que conseguía llegar a la universidad, no?

HPL: Yo fui estudiar en la universidad porque mi familia toda trabajaba y tenía mi padre, y así pudieron ayudar a sostenerme, porque si yo hubiera empezado a trabajar tempranamente... Bueno, pero también habían algunas ramas, como contadores públicos, economía, que estudiaban a los sábados y por la noche en la universidad. Entonces, esa era una posibilidad para los estudiantes de economía que era nocturno, o la pedagogía, que era los sábados. Pero carreras como medicina, ingeniería, era muy difícil que una persona pobre cursara.

AG: Pero en aquel entonces también se lo daban algunas matrículas gratis.

HP: Sí, es verdad.

Eliane: ¿La universidad era pública, pero se pagaba una mensualidad?

HP: Mensualidad no, se pagaba una matrícula por curso. Creo que eran dos al año, no se pagaba mucho.

Eliane: Pero lo caro era mantenerse, los libros...

AG: Sí, por ejemplo tenían compañeros que prestaban los libros, estudiaban en grupos, trataban de resolver esas cosas.

Eliane: ¿Y ustedes trabajaban también o sólo estudiaban?

AG: Yo trabajé después que me gradué.

Eliane: ¿Pero, cuando estaban en la Universidad se incorporaron al movimiento estudiantil, ese movimiento estudiantil que tenía antes? ¿Ustedes se incorporaron a la lucha después del golpe de Batista, o ya tenían una militancia estudiantil anterior?

HP: Yo fui, antes del Moncada, en una lucha contra el aumento de pasaje y algunas otras medidas, contra lo que se llamaba en Canal Cuba [os Estados Unidos pretendían dividir o territorio de Cuba para hacer un canal].

Eliane: Ah sí, participó de eso. ¿Y cómo eran los vínculos, si existían, entre el movimiento estudiantil y el movimiento de los trabajadores?

HP: Yo no tuve realmente con los obreros, porque bueno, yo estudiaba... O sea, había huelgas y luchas obreras y la clase obrera en Cuba estaba organizada ya había mucho por el Partido Comunista, siempre se dedicó a la lucha sindical, era la principal actividad del Partido Comunista, la lucha sindical. Hubo luchas por problemas de sueldo, de condiciones de trabajo, pero realmente yo fui ajeno a esas luchas.

AG: Pero los dirigentes estudiantiles participaban de la lucha obrera, daban declaraciones a la prensa...

HP: Sí, la universidad se incorporaba a las luchas, por ejemplo, de los azucareros.

Eliane: ¿Incluso tuve una huelga general de esos trabajadores, no?

HP: Sí, la huelga de 1955.

Eliane: ¿Parece que José Antonio [Echeverría, principal dirigente estudiantil do período] participó de ella, no?

HP: Sí, y el Partido también participó.

HP: Esa fue una huelga muy apoyada en Cuba realmente. Había el sueldo de los obreros azucareros que estaba relacionado al precio de lo azúcar, es decir, si el azúcar subiera de precio se lo daban el diferencial en el sueldo de los obreros.

Eliane: Ah sí, era el llamado diferencial azucarero.

HP: Lo que pasó es que los hacendados entonces no cumplieron esa norma y explotó una huelga general azucarera, muy grande y abarcó toda Cuba y tuvo apoyo por completo de la población, y de los estudiantes y de toda la universidad. Y después bueno, eso se ganó... Fueron esas luchas y hubo muchas más, del aumento del pasaje, varios problemas...

Eliane: ¿Pero esas luchas reivindicativas crecieron más después del golpe de Batista, no? O, por lo menos, se fueron uniendo y asumiendo un tono más político...

HP: Sí, después de 1952, contra Batista, que fue una figura odiada en Cuba, había traicionado la Revolución de 33. Además los militares gobernaban, los oficiales, y los soldados generalmente ni tenían donde vivir. Entonces era una dictadura, una etapa muy declarada, de oligarquía muy declarada. El Ejército en Cuba ha pasado por varios tipos: hubo el Ejército Mambí de 68, 1868, que eran hacendados y hombres políticos en general. En la guerra, en 1895, de la independencia, fueron extintos, esos ejércitos fueron extintos. Martí era prácticamente un intelectual, no era un hombre rico, era un hombre pobre. Después vino el ejército, ese del inicio de la República, que era un ejército de la alta burguesía [...] Cuando Batista llega, él era un sargento y asume ese ejército y crea otra institución. Entonces Batista le abre el camino a los sargentos, a los soldados. Entonces Batista lo que quería era un grupo, una clase distinta, pero luego se vende en definitiva a la alta burguesía. Y sí que la alta burguesía ya no mandaba en el Ejército directamente, no eran sus componentes los que estaban en el Ejército. En el Ejército asumen otros jefes, generales... Y eso se pareció al Ejército germánico. El Ejército germánico era de clase, sólo los nobles tenían lugar ahí y cuando Hitler toma el poder, en el 33, una de sus políticas es promover soldados y sargentos... Y eso es la sentencia de la... Su objetivo era acabar con la nobleza, que eran los oficiales. Era crear un ejército distinto. Y en Cuba eso tuvo otra expresión... Es que el Ejército en Cuba no fue un ejército de la clase... Pero bueno eso es marxismo, cada clase tiene su forma y forma su ejército... Eso no tiene nada que ver con lo que estamos hablando.

Eliane: No, tiene también. ¿Cuando usted estaba en la Juventud Socialista, habló que ya conocía Fidel, no? ¿Pero tenía vínculo con ese personal que formó el Directorio Revolucionario después?

HP: Yo conocía a todos.

Eliane: ¿Conocía? ¿Y en la cuestión de las ideas políticas se percibía diferencias entre ellos y las otras juventudes organizadas, como la juventud que fue al Moncada, que parte era de la Juventud Ortodoxa, y la Juventud Socialista? ¿Ustedes tenían discusión, debate de ideas?

HP: Sí, el Directorio tenía su programa también, en muchos puntos era antimperialista.

Eliane: ¿Eso era lo que los unía a todos?

HP: Sí, era lo que nos unía.

Eliane: Bueno creo que está bien, muchas gracias.

ANEXO 4

Entrevista a Julio García Oliveras

Transcrição: Eliane Soares

Eliane: ¿Podemos empezar entonces?

JG: Antes me gustaría leer una parte de un artículo mío, que puede esclarecer algunas cosas.

Eliane: Sí, claro, como no.

JG: [Começa a leitura do artigo] “En sus principios la lucha contra la dictadura estaba centrada en el surgimiento de un gobierno democrático, según el concepto de aquella época y que se sustentaba en la Constitución de 1940, objetivo que se consideraba el fundamento positivo de la República. Esa aspiración era especialmente importante después de los 11 años de dictadura directa o indirecta de Fulgencio Batista. El anhelo popular se concentraba en el mantenimiento del proceso político estable y en la instalación de un gobierno honrado que trabajara por el bien del pueblo. El Partido Socialista Popular, de los comunistas, apuntaba en su programa una revolución radical. En esta situación se produce el golpe de Estado, que inesperadamente echó abajo estas aspiraciones, la asonada militar rompió el proceso democrático y constitucional que, en cierta forma, se había recuperado después de 1944 cuando se ejerció el mandato de Grau y Prío (que eran dos presidentes), independientemente de sus deformaciones. Por otra parte, reinaba Batista con su carácter dictatorial y repugnada historia de crímenes anterior. La primera reacción política generalizada en el pueblo, en particular en el estudiantado, fue enfrentar el golpe, fue tratar de salvar el proceso democrático. Estaban muy presentes los vicios de los gobiernos auténticos, corrupción, politiquería y gangsterismo. Pero en esa primera etapa, el objetivo político subordinaba esos problemas a la recuperación del status constitucional. La declaración de la Federación de Estudiantes en 14 de marzo refleja ese objetivo, mientras que en el movimiento estudiantil en los meses que siguieron al 10 de marzo se podrían distinguir varias tendencias: Una, que Lénin calificaría de academicista, que se preocupaba solo en continuar sus estudios y graduarse. Dos: una parte que rechazaba la dictadura de Batista, pero que van apostar por una solución política, una posible concesión de Batista, o quizás una convocatoria de elecciones segundo sus promesas iniciales después del golpe. Esta tendencia aparece en algunas declaraciones de la Federación de Estudiantes de la época. Tres: un tercer grupo que se opone totalmente al cuartelazo y que desde el primer momento proclama la resistencia armada. Se pudiera decir que las dos primeras agrupaciones intentaran atenerse al marco de la democracia. José Antonio Echeverría va promover la resistencia armada. Dentro de esta línea no se definen en los primeros meses tendencias políticas que pudieran considerarse proyectos revolucionarios radicales. Lo diferente era la vía para alcanzar la derrota del golpe militar. Se pudiera decir que había tantas variantes como personas. En el plan político-ideológico la situación crítica se va extender por algunos meses, sin embargo, la acción del Moncada en 26 de julio de 1953 pudiera tomarse desde el punto de vista historiográfico como el punto de inflexión a partir del cual comenzaran a surgir y a hacerse fuertes las nuevas aspiraciones que con el tiempo constituirían la base del proyecto revolucionario cubano. El impacto del Moncada sacudió a todos, en especial a la juventud, en este caso la juventud estudiantil como todos aquellos que tenían sentimientos patrióticos y honrados. El hecho en sí y los crímenes que sucedieron hicieron desaparecer por completo cualquier ilusión con respecto a Batista y una posible solución aceptada por él. Batista planteaba que venía arreglar los problemas heredados del gobierno anterior con el golpe. Pero, se renovó violentamente su imagen criminal y represiva. Por otra parte, en los meses transcurridos no había surgido ninguna señal de cambio en la tradicional política gubernamental que lo situara en contraste con los gobiernos auténticos que lo antecedieron. Ya hemos señalado que algunos ciudadanos tuvieron esperanza de que el dictador militar pusiera fin a la situación de corrupción y desorden del gobierno anterior. Otra consecuencia directa del Moncada es que va poner de manifiesto que la juventud tendrá que tomar la iniciativa en el proceso político, que a partir de ese momento podríamos calificar de proceso revolucionario naciente. Esto va incidir de manera fundamental sobre el movimiento estudiantil. A partir del Moncada los sectores mas revolucionarios del estudiantado, en particular en la Universidad, entrarán en una toma de conciencia de que la problemática no se limita a la derrota del batistato, sino que el esfuerzo y el sacrificio que demanda debe alcanzar cambios mas profundos. Van hacerse presentes gradualmente los ideales de la generación del 30 (aquella que había luchado contra Machado), en la Universidad, que se unieran con las frustraciones de todo nuestro proceso republicano. Uno de los responsables de esa temprana toma de conciencia será Raúl Roa. El libro “Pluma en ristre” circuló tempranamente entre los estudiantes revolucionarios. En las condiciones subjetivas de aquel momento fue un catalizador que nos puso rápidamente en contacto con los años 30. A esa obra siguieron “Bufa subversiva”, “Escaramuza en la víspera” y otros trabajos que divulgaran la tradición estudiantil revolucionaria. La

presencia en la Colina de otros veteranos de la lucha contra Machado como García Barcenas y William Barriente influyó igualmente. Por la vía de Roa también llegaron los primeros acercamientos a las ideas de izquierda. Una etapa de intensa búsqueda de estudios de los trabajos de Mella y Rubén Martínez Villena fueron comunes entre los miembros del movimiento estudiantil y con ellos los primeros esclarecimientos hacia el pensamiento de izquierda. Eso no quiere decir que en el mundo universitario integrado por estudiantes, que como señalara Lénin son parte de la intelectualidad, otros compañeros no avanzaran en la formación de su conciencia política por las vías más formales y por el estudio de las obras más importantes del marxismo-leninismo. En cuanto al grupo que se va reunir en torno a Echeverría como punto de referencia se puede apreciar objetivamente el desarrollo gradual del pensamiento en el campo político-ideológico a través de las declaraciones y manifestaciones. Todo eso es perfectamente comprobable ya que la FEU y la Universidad, por razones históricas, siempre se mantuvieron en el punto focal de la prensa cubana. Y después del Moncada, en que Fidel y Raúl van a prisión, cuando Echeverría decide aspirar a la presidencia de la FEU y bajo esa bandera impulsar un gran movimiento estudiantil, hasta convertirlo en una poderosa arma de lucha política y de masas contra la dictadura. A partir de ese momento, comienza a aparecer en sus manifestaciones un concepto nuevo, “revolución cubana”, que gradualmente irá tomando forma y estructura hasta conformarse en un proyecto revolucionario con la creación del Directorio. En el aspecto que estamos tratando la posición política no será un camino fácil o rectilíneo, hay que evitar los giros literarios y tratar de ajustarse objetivamente a la verdad, con sus altos y sus bajos, con sus avances y retrocesos, no se puede olvidar que aun dentro del que podemos calificar de movimiento estudiantil revolucionario el pensamiento era heterogéneo. Sin embargo, una muestra del desarrollo de la filosofía política dentro del grupo que se reúne alrededor de Echeverría es en el mitin convocado por la Sociedad de Amigos de la República en que el presidente de la FEU dirá: “únicamente una transformación profunda de nuestra realidad política, económica y social puede ser la cura de los males de nuestra patria”. En esa dirección se expresara nuevamente el 24 de febrero de 1956 al proclamar la fundación del Directorio en el Aula Magna de la Universidad en que dirá: “¿que cubano no comprende la necesidad de juntarse en un pensamiento único efectivamente renovador del sistema político, económico, social y jurídico, para que la revolución iniciada por José Martí y nunca concluida hasta ahora sea un paso a la conquista de la libertad política, la independencia económica y la justicia social?”. Sobre estas premisas se van consolidando la orientación política e ideológica del movimiento estudiantil revolucionario. (Esto es un comentario que yo incluyo aquí sobre el Directorio). Es paradójico que cuando historiadores y escritores se refieren a esta etapa comúnmente invocan al movimiento estudiantil solo por sus características combativas y de lucha y no se refieren a sus rasgos político-ideológicos (los historiadores que escriben la historia), ya que lo ajustan a una línea recta y perfecta (tal como es usual allá en los manuales, en los manuales todo sale como en las películas!). Pero se va desplegando una historia ascendente y progresiva en un proceso dialéctico en que influyen factores internos y externos, pero que constituyen la firme base para un proyecto socialista y democrático que se va asentando paso a paso. No sería la vía intentada por el Partido Comunista cubano, el Partido Socialista Popular, pero tampoco el pensamiento del Directorio Revolucionario se podría calificar de anticomunista como hemos leído en algunos trabajos publicados no hace mucho. ¿De donde sale esa afirmación? ¿Qué documentos le dan la base? Esa declaración nos lleva a tratar de espejar el caso. El calificativo de comunista siempre fue utilizado por los sectores reaccionarios y los cuerpos represivos para calificar a sus enemigos de clase. El título de anticomunista por su parte fue comúnmente utilizado peyorativamente por los militantes comunistas para criticar, as veces con carácter sectario, a los que no militaban o colaboraban con ellos. Creemos oportuno tratar de aprovechar este trabajo para contribuir a aclarar históricamente estas opiniones. ¿A parte de los enemigos de clase, burgueses y otros sectores reaccionarios, eran los cubanos realmente anticomunistas? Esta opinión requeriría un análisis histórico cuidadoso. Para el utilizaré el término socialista como indicador general. Sin extendernos hasta el siglo XVIII y los acercamientos a los primeros ideales socialistas de Baliño y Vicente Tejeras no se puede discutir que las influencias en las ideas nuestras encontraran acogida en una forma u otra entre los trabajadores cubanos y ciertos sectores de la intelectualidad en finales del siglo XIX. Así lo afirma Blas Roca en su libro *Los fundamentos del socialismo en Cuba*. Dice: “Hasta la década de 80 del siglo pasado (o sea del siglo XIX) comienzan a extenderse y a penetrar en el movimiento obrero cubano la doctrina marxista (un poco como hablaba antes). Desde entonces y al compás del desarrollo del modo capitalista de producción el marxismo comenzó a ganar el predominio ideológico entre las masas laboriosas cubanas. El triunfo de la Revolución de Octubre en Rusia y el surgimiento de la URSS fue un hecho que tenía repercusión en toda parte del mundo. En 1925 nació el primer Partido Comunista de Cuba en cuya generación además de Baliño jugaría un papel fundamental el líder revolucionario Julio Antonio Mella”. (Es preciso tener en cuenta que Mella había surgido en las luchas revolucionarias desde las filas estudiantiles). Pero para analizar las consecuencias de este importante evento para Cuba debemos considerar igualmente las condiciones que se producían en el mundo en esos años. Había terminado la primera gran conflagración internacional, la Primera Guerra Mundial, con su escala de muertes y desastres sociales y económicos. Esa hecatombe traería sus secuelas. En el campo económico tras sucesivas convulsiones se originaría en los países capitalistas la gran crisis de 1929. Esa crisis no solo afectaría los países capitalistas, sino que se extendería al mundo colonial y semicolonial que objetivamente eran parte del mismo sistema. Una situación de hambre, desempleo y muerte afectaría prácticamente a todo el mundo. Frente a esa terrible realidad, para los hombres y mujeres del planeta aparecía una esperanza en la forma de un nuevo sistema político y social, el socialismo. La URSS, después de derrotadas las agresiones de las mayores potencias capitalistas, mostraba los primeros éxitos en el campo económico y social a diferencia de lo que ocurría en el resto del mundo. No se puede

disminuir la trascendencia de esos hechos que en todas partes atraería a millones de personas, incluso entre los pueblos de los países más desarrollados y el propio EUA. Bajo esa realidad crecieron y se fortalecieron las tendencias de la izquierda, en primer lugar entre los trabajadores, pero también entre otros sectores de la sociedad, la intelectualidad en particular. Así se puede constatar en una obra como la de Sassulsky *Literatura estadounidense en el siglo XX*, de 1966, o la del autor norte-americano Richard A [...] *Radical [...] in American Dreams*, de 1963, que destacan el fenómeno mencionado. Pero en la misma Cuba importantes personalidades a las que no se les puede achacar militancia comunista escribirían impresionantes descripciones sobre los avances del socialismo en la URSS como Sergio [...] en su libro *Mi viaje a la Rusia Roja*, de 1928, o Ramón Vasconcelos, *La URSS y el ensayo ruso*, de 1937, trabajos que reponen extraordinarios elogios a los logros de la Revolución Rusa. No por otras razones Pablo de la Torriente Brau va hacer un detallado análisis de la situación política en Cuba, en 1936 ya lo quieren afirmar que la revolución tiene proyección hacia el socialismo, “porque el pueblo va hacia el socialismo, o sea, va hacia donde debería ir”. Creo que es importante en ese análisis no olvidar la tesis de la Comisión Nacional Organizadora de la Sección Juvenil del Partido del Pueblo Cubano – Ortodoxo, de 1948. Este sector de donde saldrían los combatientes del Moncada se pronunciaba ahí claramente por el socialismo en relación al futuro de Cuba. Todo lo anterior constituyen premisas fundamentales al discutir las ideas corrientes en Cuba en cuanto al socialismo y al comunismo. Después, los errores de la política estalinista surtieron un efecto negativo en la opinión pública. El *Compendio de historia* del Partido Comunista de la URSS reconoce que Stalin cometió abuso de poder y se llevaron a cabo burdas infracciones de la legalidad socialista e infundadas represiones. Sumados a otros desaciertos difíciles de comprender, como el Pacto Germano-Soviético de 1939, firmado solo pocos meses después de la terminación de la guerra civil española, que fue catastrófico para los militantes del Partido Comunista de Alemania. (Yo fue embajador en Alemania, el Partido Comunista de Alemania era el segundo después del ruso. Y cuando Hitler tomó el poder en 33 se dividió en tres partes: unos se fueron al exilio, otros se quedaron en la clandestinidad y la mayor parte se pasaron a los nazis. De esos que pasaron a los nazis, una parte se metieron en la GESTAPO (risos). Por lo tanto, entre 1933 y 1945 a la clandestinidad del Partido le dieron cuatro golpes que por poco acaban con ellos. Los alemanes en la clandestinidad se enteraron del Pacto Germano-Soviético por el periódico de Hitler. Ellos no los avisaron, supieron por el periódico de Hitler. Pero por detrás de eso había la orientación de la Internacional de que tenían que apoyar la firma del Pacto. Para que se vea lo difícil que era ser comunista [risos]). Otro hecho muy difícil fue la guerra contra la pequeña Finlandia de 1939-40. (O sea, Finlandia tenía 5 millones de habitantes y en esa época la URSS tenía más de 80 millones. ¡Entonces la URSS decía que Finlandia la amenazaba!). Sucesos ampliamente explotados por la prensa capitalista y que representaban una serie de contratiempos para el Partido Comunista cubano. Su alianza con Batista de 1937, siguiendo disciplinadamente la política de la Internacional Comunista acabó por selar la suerte del Partido ante los ojos del pueblo cubano que repudiaba totalmente el dictador. La suma de esos hechos contribuyó a su aislamiento político. En eso tenemos que tener presente las palabras de Fidel en su discurso en el Aula Magna de 1999: “Gente con inclinación revolucionaria y gente de izquierda dejaron de mirar con simpatía al Partido Marxista-Leninista cubano (eso son palabras de Fidel, esa es la realidad histórica objetiva) en razón de que en Cuba le correspondió a un partido marxista-leninista estar aliado a un gobierno sangriento, represivo, corrupto, como el de Batista”. (Palabras de Fidel). Así, analizar lo calificativo de anticomunista es analizar también las consideraciones expresadas por Fidel en su análisis histórico de la Revolución en su Informe Central al Primer Congreso del Partido Comunista de Cuba, en 1975, al referirse al proceso de la lucha contra la dictadura. Fidel precisaba: “Esta fue y tuve que ser obra de nuevos comunistas, sencillamente porque no eran conocidos como tal, y no tuvieron que padecer en el seno de esta sociedad infectada de prejuicios y controles imperialistas el terrible aislamiento y la exclusión que padecieron los abnegados combatientes revolucionarios de nuestro primer Partido Comunista”. La estrategia acordada por el Partido en su oposición a Batista en el golpe del 10 de marzo, opuesta a la lucha armada, generó nuevos factores de rechazo. Así lo reconoce Blas Roca en la octava Asamblea del Partido de 1962: “Nosotros habíamos planteado justamente, con mucha anticipación, la perspectiva de que la lucha de masas en las condiciones creadas por la tiranía se desarrollaría hasta alcanzar el grado de lucha armada o de insurrección popular armada. Pero en ese largo tiempo no tomamos ninguna iniciativa práctica para promover esa perspectiva. La perspectiva de que tales luchas, incluso la huelga general prolongada desembocaran en la insurrección armada general era vista como algo capaz de producirse espontáneamente. No nos preparamos debidamente, no nos organizamos, ni instruimos, ni armamos cuadros con la antelación necesaria para preparar y desarrollar tal perspectiva. Eso fue una falla nuestra”. Con eso no se puede desconocer la abnegación, honestidad, consagración a la causa de los militantes del Partido Comunista. A partir de la Revolución Rusa de 1917, el comunismo representó el mas alto ideal para muchos jóvenes en el mundo que lucharan, se podría decir que fanáticamente por su causa. Cuando uno lee la biografía de Olga Benario, Ramón Mercader, Tina Modotti y hasta Jean Baultan, el famoso personaje de *La noche quedó atrás*, puede darse cuenta de las increíbles hazañas levadas a cabo por estos jóvenes. (La industrialización de la URSS fue la obra de los Konsomoles [Juventud] Comunistas! La obra fantástica de los Konsomoles Comunistas!). Considero importante esclarecer esa citación. Aunque existían actitudes anticomunistas entre los cubanos, determinadas sin lugar a dudas por intereses de clase de la burguesía y los sectores reaccionarios, la gran mayoría del pueblo no estaba prejuiciado ideológicamente contra el comunismo y el marxismo, sino fundamentalmente se mantenían reservas cuanto al partido de los comunistas, Partido Socialista Popular, que acumulaba sobre si los errores correspondientes a seguir disciplinadamente como miembros de la Internacional Comunista o como Sección de la Internacional. Solo

así se podrá entender el entusiasmo del pueblo cubano al proclamarse la Revolución Socialista de Cuba en abril de 1961, el sacrificio y la sangre de miles de cubanos dan testimonio de la fidelidad al socialismo de nuestro pueblo. El movimiento estudiantil revolucionario participó en la lucha contra la segunda dictadura de Batista y el Directorio Revolucionario fundado por José Antonio Echeverría en su proyecto político-ideológico fue consecuente con la idea revolucionaria más avanzada de la época. Así en su *Manifiesto al Pueblo* publicado en el periódico *Alma Mater* de abril de 1952 establecía entre sus objetivos la lucha por el socialismo. (Eso es lo quería leer de toda manera. Ya que venías tenías que oír [risos]). [termina lectura do artigo]

JG: Ese es el *Manifiesto del Directorio* que se publica en el periódico de los estudiantes en abril de 1961. Dice: “la revolución cubana va hacia la superación de la sociedad colonial y de los males de la independencia, hacia la liberación integral de la nación, libre de toda injerencia extranjera, así como de todas las perversiones domésticas, hacia el desarrollo integral de las potencias materiales y espirituales del país y hacia el cumplimiento de su destino histórico. La revolución es el cambio integral del sistema político, económico, social y jurídico del país y la aparición de una nueva actitud psicológica colectiva que consolide y estimule la obra revolucionaria. La revolución se asienta sobre el principio fundamental de libertad política/democracia, independencia económica/nacionalismo, justicia social/socialismo reconocida en el Manifiesto de Montecristo. La revolución cubana en lo económico va a la estructuración de un sistema que libere de la injerencia del capital imperialista extranjero y de la peligrosa concentración exportadora del capital doméstico, hacia el desarrollo integral de la economía nacional. Considerase necesario el Estado orientar y estimular su funcionamiento [...]. La revolución cubana, por destino histórico, ha de cooperar y estimular con todo que esté a su alcance, con los movimientos revolucionarios de Latinoamérica, que comparten los principios de la revolución americana, como obligación moral y histórica, como necesidad estratégica para salvaguardar la obra que en Cuba se realiza. La revolución se plantea el ideal de una integración económica y política como paso hacia la definitiva integración de América Latina”. No éramos tan malos! Oíste? No éramos tan malos! (risos) Esa era la parte inicial. Bueno ahora pregunte.

Eliane: Bueno, ya algunas dudas el propio texto me sanó. Pero gustaría de profundizar con usted algunas cuestiones. Una de las cuestiones que parece bastante sorprendente para quien lee y conoce un poco la historia de Cuba es justamente de tener sido el primer país socialista de las Américas después de una larga historia de colonialismo, de tener sido prácticamente el último país de América a romper con la esclavitud y liberarse de España, y además un país de muy pocos recursos económicos. ¿A que factores fundamentales usted atribuiría esa hazaña?

JG: Primero, con respecto a la revolución socialista yo diría que el factor clave es la situación mundial, la existencia del campo socialista. Porque si no hubiera existido el campo socialista aquí, aunque hubiéramos sido héroes de la televisión, no hubiéramos podido hacer una revolución socialista. O sea, la factibilidad de que pudiera producirse una revolución socialista aquí está determinada en gran medida porque existe una situación mundial, existe un campo socialista. Cuanto a las fuerzas que se acumulan, bueno con 400 años de explotación colonial, un pueblo que lucha 30 años por la liberación, es verdad que fuimos los últimos que nos liberamos, pero empezamos luchando en el 68, 30 años, por liberarnos. Y posiblemente las condiciones internacionales no permitían que nos acabáramos de liberarse. Además los EUA no querían que España soltara Cuba como colonia, pero nosotros estábamos luchando contra el colonialismo. Bueno, logramos deshacernos del colonialismo y nos cae arriba como un piano el imperialismo norteamericano. Ese sistema de explotación no se origina cuando de la intervención militar norteamericana. A fines del siglo XIX ya la economía empieza a pasar para EUA. El comercio exterior, la industria azucarera, empiezan a pasar a manos de los americanos. España les va traspasando la propiedad a los americanos, o sea, ahí es que se genera la intervención y, por supuesto, la calidad de la explotación norteamericana... Es increíble cuando tu lo lee, o sea, realmente el dominio no fue solo militar, sino porque se hicieron dueños de la sociedad, pero se hicieron dueños no solo en el orden económico, en el orden político y en el orden cultural también. O sea, hay un libro, no sé si Fernando [Martínez Heredia] se lo citó, de un cubano que vive en los EUA que se llama *¿Como invertir en Cuba?*. Ese libro es interesante porque narra, el tipo narra históricamente la influencia que tuvieron los EUA a partir de 1900, o sea, de 1898, en todos los órdenes, tenían la economía en las manos, gobernaban la política, y también en el orden cultural. Se ve que trabajaron mucho (risos). La música, la literatura, todo eso. Y eso quiere decir que para los cubanos patriotas, no vamos llamar revolucionarios, vamos llamar por otra categoría, los cubanos patriotas, salían de una opresión para entrar en otra opresión. Y ese proceso va tener un punto de cambio en 1923. O sea, allá para 1923, empieza una reacción, una reacción política con Martínez Villena, la Protesta de los 13. Es un punto que marca, donde ya las fuerzas políticas tradicionales, liberales y conservadores, ya van a perder, van empezar a perder importancia a los ojos del pueblo, todavía no pierden poder, pero ya el pueblo empieza a mirar como que no han resuelto nada, tu entiendes? A partir de 1923. Pero también en el orden cultural se va empezar una reacción, y ahí van a surgir por ejemplo los músicos como Catulda, van a surgir los pintores, Víctor Manuel, la primera oleada de pintores modernos cubanos, o sea, porque es un rechazo a la presión esa que está metiendo la cultura norte-americana. Por eso es tan importante, como yo decía, tener en cuenta la cultura. Nosotros, los “terroristas”, estamos vendo siempre las Fuerzas Armadas y eso, siempre estamos por la cosa armada, pero hay que ver el cuadro general. Entonces a partir de esa fecha se van empezar a desatar las nuevas fuerzas revolucionarias.

Estoy hablando del año de 1923. Vamos a mirar para el exterior: ya se produjo la revolución en la URSS que tiene influencia en los trabajadores, pero los trabajadores no saben bien que fue lo que pasó en la Unión Soviética. Pero están en tan malas condiciones que cualquier cosa les parece una alternativa mejor (risos). Pero la intelectualidad sí, Mella, Villena, todas esas figuras empiezan a hablar de socialismo, de comunismo y todo eso. En eso se llega a una etapa crítica que es la dictadura del General Machado, para definirla en rasgos generales, además del mismo juicio de corrupción, de explotación, de robo, de latrocinio, va hacerse fuerte la represión. O sea, los otros gobiernos de la República habían manejado los problemas económicos y eso, pero no habían utilizado la represión en escala violenta. Machado no, el régimen de Machado que dura de 1925 a 1933, se va caracterizar en la historia por el uso amplio de la represión contra todo el mundo, contra los trabajadores, los estudiantes... Y eso va profundizar la crisis y va generar un proceso de lucha, de oposición, yo diría que fundamentalmente los jóvenes (que los políticos tradicionales en la etapa contra Machado van hacer lo mismo que en la lucha contra Batista: quedan esperando que los americanos resuelvan el problema, por la famosa Enmienda Platt y demás). Entonces, la juventud que no tiene vínculos, no tiene sujeción, es la que va encabezar el movimiento revolucionario. Y entre esa juventud se van a desplegar las ideas de izquierda, las ideas radicales. Ya no se trata de cambiar a Machado, se trata de cambiar a Machado y empezar otra nueva política, que es lo que dice Pablo de la Torriente Brau. Dice: "el pueblo de Cuba va hacia el socialismo". Oíste? Ahí están incluidas las tensiones, están ya incluidas las tensiones internas que hay en el país. Pero bueno eso se va a congelar porque surge Batista en el año 1934, surge Batista con la nueva dictadura. Y ahí se va producir igual una confusión porque Batista que era un político muy hábil... Batista nosotros lo criticamos por criminal, asesino, todo eso, pero Batista era un tipo... Para estar 11 años dirigiendo un país, era un tipo hábil como político. Igual que Franco. A Franco en España todo mundo le puede criticar los crímenes, pero Franco fue más político que criminal. Él mantuvo en España una dictadura de años. ¿Entonces, Batista que va hacer para consolidarse en el poder? Se va abrir hacia la izquierda, y va pactar con el Partido Comunista en el año 37.

Eliane: ¿Para las elecciones de 1940 no?

JG: Para las elecciones de 40 y van a la Constitución de 40. La Constitución de 40 que se consideró como un instrumento avanzado socialmente, pero en realidad, Roa la califica como una "lucha de impotencia": ni la reacción puede imponer su foro, sus premisas, ni las fuerzas de izquierda pueden tampoco actuar decisivamente. De ahí va salir un plato, una cocina, mas o menos mejor, pero no es una cocina revolucionaria, tu entiendes?

Eliane: Sí, pero cuando ustedes defendían esa Constitución después del golpe de Batista, la consideraban...

JG: Fueron 11 años de Batista, después han venido dos gobiernos que fueran un desastre, pero que siguieron la Constitución, el gobierno de Ramón Grau San Martín y el gobierno de Carlos Prío Socarrás. Batista da el golpe militar y se vuelve a romper el ritmo constitucional. Entonces, la primera reacción es arrellanar el status constitucional.

Eliane: ¿Pero en ese momento ustedes ya veían límites en esa Constitución?

JG: Bueno, no por casualidad una de las manifestaciones de los estudiantes en abril de 1952, o sea, el golpe de Estado de Batista es en marzo de 1952 y en abril de 1952, nosotros hicimos una manifestación para enterrar la Constitución, entendiste? Una coincidencia. ¿Quiere decir que el movimiento estudiantil en su conjunto estaba por enterrar la Constitución? No. No porque realmente la Constitución simbólicamente representaba un paso positivo en la historia política. Por casualidad, porque después cuando Echeverría empieza a hablar de revolución cubana, ya las premisas de revolución cubana esa que se van definiendo no tienen nada que ver con la Constitución de 40. ¿Qué pasa? Eso se va anunciar por primera vez en el año de 54, "revolución cubana", y esa revolución cubana, como dije, se va definir como un cambio total del sistema político, social, económico, del país. Si está planteando ese cambio. Por otro lado, hay otras declaraciones que van paralelas del movimiento estudiantil revolucionario, con respecto al antimperialismo El Directorio se pronuncia consecuentemente contra el imperialismo. *La historia me absolverá* no menciona el imperialismo, pero nosotros sí, Echeverría en su discurso critica la política imperialista varias veces, plantea el papel del Estado en la dirección de la economía, que son premisas de la revolución socialista. Por otra parte no hablamos de partido único, ni hablamos tampoco de intervenir las propiedades, o sea, que se nos quedó corta la cosa, o sea, por eso yo digo que no se puede ser teórico ideal, nosotros no éramos Lenin, ni nada de eso (risos). Vamos poco a poco tomando conciencia de la cosa, tu entiendes? Nosotros jamás planteamos el partido único, jamás hablamos de eso, hablamos de partido de los revolucionarios, o sea, con la concepción de a partir de dentro de diferentes partidos pudiera haber un partido revolucionario, que jugara dentro de la política nacional, pero jamás llegamos a punto de partido único. El partido único que además es un esquema, por ejemplo, en Alemania Democrática no había partido único, el Partido Socialista quedaba con el poder, pero tenía el Partido Campesino, el Partido Nacional y los socialdemócratas. En el mundo son muchas las variantes. Ni hay un solo socialismo, ni un solo capitalismo.

Eliane: ¿Pero tenía algún partido de ideología burguesa en Alemania oriental?

JG: No. Tenían fuerzas que eran fuerzas tradicionales que tenían existido ahí y que no habían sido nazis, porque ahí el diablo eran los nazis. Entonces, los otros partidos habían sido víctimas o se habían opuesto a los nazis, entonces decidieron en la parte oriental de Alemania conservar esos partidos: el Partido Campesino, Socialdemócrata, el Partido Nacional. O sea, son distintos *approach* a forma del Estado socialista. Nosotros lo que hablamos fue de crear un partido revolucionario y eso está enunciado. Hasta 58 se enunció varias veces que nosotros estábamos por la creación de un partido revolucionario, pero no un partido único.

Eliane: ¿Entonces ustedes, o sea, su generación, se formaron políticamente más en la práctica, en los enfrentamientos directos que a través de la teoría revolucionaria?

JG: Mira, hubo un catalizador, un acelerador del proceso que fue el golpe de Estado militar, el golpe de Estado fue el 10 de marzo, el 9 de marzo, un día antes, nosotros pensábamos que lo que hacía falta era un gobierno honrado, que trabajara por el bien del pueblo sobre la base de la Constitución de 40. Todos, todos, estábamos... Bueno, yo no sé Fidel, porque lo que piensa Fidel nada más lo sabe que Fidel (risos).

Eliane: Hasta hoy.

JG: Sí (risos). Hay una chilena que se llama Marta Harnecker que escribió un libro que se llama creo *La estrategia política de Fidel*. Yo la decía: “Marta, no te arriesgue, la estrategia política de Fidel nada más que la sabe Fidel, no te lo pienses que tu te vas adivinarla”. Ni Raúl, para ponerle un punto (risos). Entonces, todo el mundo aquí antes del golpe militar pensaba que Chibás fuera presidente. Chibás fue un loco, pero dentro de las alternativas de aquel momento era lo menos malo (risos). Y todo el mundo aquí, el pueblo, si hubiera habido elecciones y Chibás hubiera estado vivo, Chibás salía presidente, porque la gente lo que estaba era dentro de la Constitución de 40, un gobierno que trabajara por el pueblo. Ahí vino el golpe militar y la primera reacción era recuperar el proceso constitucional. Pero eso duró meses. ¿Qué momento si puede coger y señalar donde empieza el cambio? ¿No porque eso esté determinado por matemática, sino que momento puedes poner para cuando tu haces la relación histórica, decir ahí se empezó a cambiar? El Moncada. Porque el Moncada en nosotros tuvo un impacto muy fuerte. Nosotros queríamos ver la etapa anterior, pero el Moncada nos sacude. Empezamos a pensar: eso no se sucede en una hora, entonces aquí la lucha va ser más fuerte, más profunda, más larga. Y empiezan a surgir, primero en una forma difusa, el término ese de revolución cubana. La revolución cubana no era la Constitución de 40, todavía no era nada. Era un cambio. Un poquito más adelante era un “cambio total del sistema político, social...” Pero, todavía no se define bien. O sea, *gradualmente*. A fines de 54 circula *La historia me absolverá*. Pero *La historia me absolverá* no es un proyecto socialista. Lo que está planteando *La historia me absolverá* era lo que quizás se hubiera perdido a Chibás: trabajo para la gente, contra el latifundio, rebajar los alquileres... Ahí no hay un proyecto, un programa marxista. A pesar de que los escritores lo ponen como si lo hubiera escrito Lénin (risos). Pero el programa que está proponiendo Fidel, que es un programa radical, pero un programa dentro del marco de la Constitución de 40.

Eliane: Pero, al mismo tiempo parece un intento de rescatar, a mí me parece por lo menos, las ideas de una república de hecho democrática y justa, que tenía sido una promesa de la gesta independentista, de la *República en Armas*, etc., que tenían sido truncadas, no sé si se habla así, por el periodo republicano.

JG: Claro. Pero no truncado, nunca cumplido. No es que fuera truncado, es que eso nunca se cumplió. A Martí hay que utilizarlo obligatoriamente como un punto de referencia. Los ideales de Martí, hay que utilizarlos como punto de referencia, o sea, su gran pensamiento, “para ser culto”, “para ser libres”, todas esas cosas. Obviamente forman parte de la filosofía de todos aquí. O sea, siempre vamos buscar a Martí, porque fue el pensador que sentó las bases ideológicas de lo que podría ser una revolución en Cuba. No habló de marxismo. As veces nos pegamos por el pelo y queremos que Martí hable de marxismo. No, no habló de marxismo, él habló de Carlos Marx, y habló bien de Carlos Marx, pero, por ejemplo, Martí no estaba por la lucha de clases.

Eliane: ¿Pero también ponía los trabajadores en el centro de su proyecto, no?

JG: Es que aquí algunos escritores comunistas le han criticado porque dicen que Martí no entendía la lucha de clases. Pero en la lucha contra España no se podría entrar en una lucha de clases contrarias, tenía que unir al pueblo cubano para luchar contra España. Esa era la base del pensamiento de Martí, pero además yo te digo a ti por experiencia propia, el problema de la unidad es un problema clave dentro de la revolución, la unidad. Ho Chi Minh luchó en Vietnam y decía: “hay que cuidar la unidad como la niña de los ojos”. Entonces, la unidad del pueblo es fundamental y yo creo que uno de los éxitos más importantes que tuvo el proceso de la Revolución Cubana del 59 principalmente fue que se unieron todos los cubanos. O sea, hubo una unidad de hecho de los cubanos.

Eliane: ¿Y lo que unió los cubanos fue la lucha contra Batista fundamentalmente?

JG: La lucha contra Batista y lo que representaba Batista y la posibilidad de un cambio. Date cuenta: tú termina de hacerse millonario, te pasa 30 años del siglo XIX tratando de ser millonario, y después te pasas 50 años más de República tratando de ser millonario. O sea, el pueblo de Cuba como entidad estaba ansioso de lograr un cambio. Y en Cuba donde tenemos 11 millones de ciudadanos, de los cuales 7 millones nacieron después de 59, o sea, que no tienen vínculos políticos, nada más que papá y mamá, con el pasado, la mentalidad del pueblo cubano es que todo mundo quiere protestar: “no hay eso, transporte, etc.”. Pero nadie quiere volver para tras. Son dos cosas distintas. Nadie te dice: “No, ojala volviéramos a los años 50”. No. Nadie te habla de eso. O sea, la gente se queja de los problemas, pero en general nadie está pensando en volver para lo que existía antes. Eso es a mi juicio una realidad. Y es una cosa que los americanos no entienden, o sea, el gobierno norteamericano no entiende. Otro día alguien decía: “ellos [os norteamericanos] no entienden nada de lo que está pasando aquí y nosotros tampoco” (risos). Nosotros tampoco lo entendemos muy bien (risos). Pero bueno quiero decir que hay cosas que son básicas, el pueblo piensa todavía que la revolución... Yo digo que la revolución es una fórmula matemática, o sea, tiene una columna negativa y una columna positiva y todavía lo positivo es mayor que lo negativo. Es una operación algebraica. O sea, después de la desaparición de la Unión Soviética los aspectos negativos crecieron, pero todavía son menores que los aspectos positivos. Yo voy a citar una cosa que para mi generación era muy importante: nosotros desaparecimos la prostitución, la desaparecimos, la eliminamos socialmente. Hubo muchas experiencias, por ejemplo, pusimos las prostitutas manejar taxis, entonces las prostitutas convirtieron los taxis en un prostíbulo y tuvimos que cambiarlas de trabajo (risos). Idealmente pensamos: le vamos a cambiar, le vamos a poner un trabajo para que manejen los taxis (risos). Se convirtió en un desastre. Esa fue de las muchas experiencias que pasamos nosotros (risos). Basados en las cosas ideales, de que por un ideal eso se va a resolver. No, hay que tener en cuenta las cosas. Entonces, yo creo que esa suma algebraica todavía es positiva en la sociedad cubana con respecto a las cosas negativas. En definitiva, cambiar al hombre, ese hombre nuevo que decía el Che, es un poco más complicado de lo que parece. ¿Porque tú dices - no ahora donde hay dificultades económicas, vamos suponer en los años 70, que teníamos una relación con la Unión Soviética y todo ese tipo de cosas -, tu dices porque hay ladrón? ¿Bueno, se supone que un atleta es el organismo más saludable y de todas maneras produce detritos no? (risos). O sea, el organismo la revolución por muy saludable que sea siempre va a producir algún detrito, tú entiendes? Eso son las cosas cuando me pongo a pensar en todo ese cuarto de filosofía, del cual a veces no quiero ni salir, porque ahora cuando tú ves las dificultades que hay. Pero bueno, ya físicamente no puedo hacer nada. Lo único que uno puede hacer es tratar de pasar la experiencia a las nuevas generaciones. Tratar de escribir de las experiencias. O lo toman o lo dejan. Pero bueno pregunte.

Eliane: Entonces, volviendo a ese periodo de los '30, Fernando [Martínez Heredia] plantea que a pesar del golpe de Batista en 1934, hubieran avances de sentido posrevolucionario y no solamente una contrarrevolución como es común interpretar. O sea, que la misma dictadura de Batista tuvo que negociar con el campo contrario de la insurrección y tuvo que ceder a muchas presiones. ¿Qué le parece esa interpretación?

JG: Si digo algo diferente de Fernando no se lo diga (risos). Claro, eso es la Constitución de 40. Pero Batista lo que aspiraba era al poder y enriquecerse. Batista no es Hitler, ni Mussolini, esos eran dictadores ideológicos, Batista es un sargento cubano y lo que está pensando, y utiliza toda su habilidad para eso, es llegar al poder. Dentro de eso es capaz de manobrar tanto que en primer lugar Batista se rodea de intelectuales, de intelectuales reconocidos, y va dejando los sargentos a un lado, formó un gobierno de intelectuales y demás. Y llega un momento donde se alía con los comunistas. O sea, porque él lo que está buscando es dar un paso posterior, a la presidencia de la República. Cuando Batista termina de presidente en 44 se estima que ya tenía más de 30 millones de dólares de capital. En el segundo gobierno antes de 59 se determinaba que él tenía propiedades por 300 millones de dólares. O sea, su programa político era enriquecerse (risos). Y si para enriquecerse tenía que hacer concesiones, él no tenía ningún complejo en hacer concesiones. Y sobretodo yo creo que hay una cosa muy importante: hay dos rasgos de Batista que no lo pueden absolver. Primero, su sumisión al imperialismo. Batista era un agente del imperialismo. Está claro, definido, indiscutible. Y, segundo, su carácter criminal, o sea, Batista emplea el crimen como un arma de gobierno. Ahí hay otro episodio de esta lucha de los años 30 que yo también he escrito, que se refiere a la guerra civil española, ahí es donde el Partido Comunista va a jugar un papel, o sea, después que Batista toma el poder, todavía en los sectores revolucionarios, están tratando de organizar la lucha armada contra Batista, hasta el año 35. En el año 35 se promueve la huelga del año 35, que es reprimida brutalmente. Las organizaciones revolucionarias se quedan, o la mayoría de la gente, los que no fueron muertos se van para el exilio. Entonces, empieza la guerra civil en España y una de las cosas que hace el Partido aquí es mandar la gente a pelear en España. De los que van a pelear en España, el 40% tiene algún vínculo con la Central de Trabajadores o con el Partido. 40%, pero el 60% son de Guiteras, guiteristas. El Partido Comunista los manda a España a luchar, el Partido Comunista los manda a España. Pero, a diferencia de los otros partidos comunistas, de Alemania por ejemplo, donde los dirigentes van a España a luchar, los dirigentes del Partido Comunista de Cuba ni locos van a luchar. Mandan al mundo, pero ellos se quedan aquí. Esa guerra civil tiene dos caras, como una moneda: una cara es el aspecto admirable e internacionalista, más de mil cubanos van a luchar en España de los cuales mueren en España alrededor de 400. Eso es admirable. O sea, el

contingente internacionalista cubano. Pero, por otro lado, lo que pasa es que los que estaban dispuestos a luchar con las armas contra Batista se van a España. Ahí van a sufrir un doble trauma, un primer trauma de la derrota, o sea, la República es derrotada, y esos guiteristas se habían hecho militantes del Partido Comunista Español, la gran parte de ellos. ¿Sin embargo, cuando regresan a Cuba que encuentran? El Partido ha pactado con Batista, o sea, con el demonio.

Eliane: ¿Pero Guiteras [Antonio] no era del Partido Comunista, no?

JG: No. Guiteras era nacional-revolucionario, o sea, con ideas de izquierda. O sea, ahí están sus documentos, esas ideas de izquierda, se despliegan en el movimiento revolucionario contra Machado, Lamentablemente había que abrir la historia del Partido Comunista contra Machado. Solamente voy a te dictar un hecho para que veas que la gente no lo podía seguir: cuando se da la última huelga contra Machado, en agosto de 33, en los últimos días de la huelga el Partido toma la decisión de reunirse, su dirección, con Machado. Entonces, Machado le acepta las demandas económicas y entonces la dirección del Partido manda parar la huelga. Eso es a 3 días de caerse Machado. La masa no acepta, la masa sigue en huelga, y tumban a Machado. Pero, eso es uno de los episodios que va formando la historia del Partido. Ese hecho se llama “el error de agosto” y del error de agosto los tratadistas comunistas han escrito páginas, miles de páginas, tratando de explicarlo: unos dicen que fue la Internacional, otros dicen que fue Villena [Rubén Martínez]. Ese error de agosto algunos le echan la culpa a él, otros le echan la culpa a la Internacional. Hoy precisamente yo estaba leyendo un libro muy importante de un comunista de los EUA, que se llama Roy, que estuvo muchos años como miembro Ejecutivo de la Internacional en China, y Roy estaba criticando el papel de la Internacional, porque el papel de la Internacional. Tiene un papel antes de Stálin, y otro papel después de Stálin. Antes de Stálin era un movimiento de solidaridad de los partidos comunistas para llevar adelante la revolución en sus respectivos países. Pero, después Stálin la transforma y la convierte en un instrumento de defensa de los intereses de la Unión Soviética.

Eliane: De los intereses del Estado, de la llamada razón de Estado.

JG: Sí, claro, de los intereses de la Unión Soviética. Y ahí los partidos comunistas se van a cometer errores. Porque esas alianzas con Batista si tu la ves del punto de vista de la Unión Soviética, les encuentra cierta explicación, pero desde el punto de vista de la situación nacional no tiene ninguna explicación. La Unión Soviética no tenía interés en América Latina. América Latina era espacio trasero de EUA y la URSS no quería provocar a los EUA en América Latina. Tu ves el caso de Bolivia con el Che. Y los comunistas, sobretodo Monje. ¿Cómo que tú te vas a meter con Monje si Monje es un empleado de los soviéticos? Ahí hay siempre entre nosotros dos actitudes: la actitud del Che que dice no, yo soy el Jefe, y la actitud de Fidel que tendría dicho: “no, tu eres el Jefe, tu eres el Mariscal, no hay problema, pero hago lo que yo quiera” Hubieran sido dos enfoques totalmente distintos. El del Che, por su carácter, de decir no aquí el Jefe de la revolución soy yo, y el de Fidel que hubiera dicho, no tú eres Jefe. Porque este hombre era un empleado de los soviéticos. Cuando yo fue para Vietnam tenía que hacer una natural escala en Moscú por la vía no, nada comunista, porque tenía que ir por Moscú. Entonces ahí en el verano, en el Hotel del Partido, estaban la mayoría de los dirigentes de los partidos comunistas de América Latina, con las mujeres, los hijos, y todo eso. Iban a hacer vacaciones a la URSS. Aquello podría parecer muy bueno, pero también yo decía: “eso está raro” (risos) ¿Esa gente viene pasar las vacaciones pagadas por los soviéticos? ¿Tú comprendes? Yo no estoy sacando ninguna conclusión, te digo que es un hecho que llamaba la atención. O sea, los chilenos, los bolivianos, los peruanos. Todo, todo. Yo lo que quiero explicarme es la historia de Prestes, porque Prestes lo mandan hacer una revolución en Brasil.

Eliane: Sí, en 1935. Fernando [Martínez Heredia] también estaba hablando de eso de que ya tenía cambiado la política de Moscú y se intentó una insurrección en Brasil con apoyo de los soviéticos.

JG: Obviamente había una estrategia diferente. Obviamente con Brasil había una estrategia diferente.

Eliane: Puede ser.

JG: Y ahora no hace mucho yo compré la biografía de Olga Benario, me la estaban vendiendo aquí. Me impresionó. Bueno, hicieron una película muy mala. Pero, a mi me sacudió, me sacudió la experiencia de Olga.

Eliane: ¿Usted ya debía conocerla de Alemania, no?

JG: No, qué te pasa, yo no soy tan viejo (risos).

Eliane: No, perdón. ¿Conocer la historia de ella?

JG: La mencionaban, pero la historia, no tanto. Entonces, ya te digo una cosa interesante de Prestes, de la historia. ¿Cual era el plan de los soviéticos? Porque además el resto de América Latina tenía una gran influencia de Alemania e Italia. Bolivia, Argentina, y todo eso, tenían una gran influencia de Alemania e Italia, pero Brasil es una revolución... Bueno la película lleva muy mal a Prestes. La película no es un homenaje para Prestes, bueno el libro es un homenaje a Olga, pero Prestes se queda muy malito ahí en la historia.

Eliane: Bueno, tanto el autor del libro como el director de la película dijeron que quisieron mostrar a un Prestes más sensible, más humano, porque hay un prejuicio en Brasil de que Prestes sería un militar muy duro.

JG: Muy duro fue ese presidente que entregó Olga Benario a los nazis. Con tendencia fascista. Bueno, esa es una historia complicada igual que la de Perón. Perón se enfrentó a los EUA, pero por otra parte era un dictador interno. Son complicadas. Yo tratando de entender a Cuba ya me complico (risos).

Eliane: Entonces, volviendo a Cuba. Me gustaría de preguntarle justamente sobre ese periodo que va de los '30 a los '50, que fue el periodo de formación de la juventud que derrotó Batista en 59. Porque una cosa que impresiona mucho es ese patriotismo de la juventud estudiantil, bueno de ustedes, que formaron después el Directorio y otros, a punto de disponerse a dar la vida por el bien de la patria. Eso es una cosa que es muy fuerte.

JG: Vamos por lo generacional, vamos a colocarlo generacionalmente, o sea, cuando hablo generación abarco la gente que nacieron, como Fidel en 1926, y yo nací en 1931. Bueno, en los años 30, quiere decir, 34, 35, 36, 37, nosotros teníamos 5, 6, 7 años, cuando eso...

Eliane: Sí, claro. ¿Pero hubo un ambiente pos-revolución del 30 no?

JG: Sí, es un ambiente de represión, porque Batista ha triunfado, aplastado el movimiento revolucionario, estableciendo una dictadura. A partir de 35 hay un descenso en el movimiento revolucionario, o sea, diríamos las semillas de las ideas estas de nosotros vamos a recuperar después, pero nosotros no somos actores de esa etapa, porque Fidel tenía ahí 10 años y yo tenía 5 años. O sea, las semillas de la revolución, esa tendencia que yo te digo que surge de la idea socialista que habla Pablo de la Torriente Brau está ahí y otras generaciones mayores, por ejemplo Roa [Raúl], es portador de esas ideas, y nos la van transmitir después. Pero nosotros somos niños y vamos desarrollarnos en un ambiente depresivo revolucionariamente, porque Batista ha aplastado la revolución. Luego hay un elemento social de confusión que es la alianza con el Partido Comunista. ¿Qué cosa es esa? El Partido Comunista está aliado con Batista. ¿Se puede imaginar la confusión que se crea en la sociedad con eso? Porque esa semilla está ahí. Incluso cuando vienen los gobiernos auténticos. O sea, Batista deja de ser presidente en el año 44 y triunfa Grau San Martín. Bueno, cuando triunfa Grau San Martín todo mundo piensa, ya yo tengo en el año 44 13 años. Yo pienso que va volver la Revolución del 30. Y en ese momento, aunque parezca una exageración, el pueblo de Cuba se lanza a la calle a celebrar, como sucedió en primero de enero de 1959. O sea, hay una gran movilización de pueblo que se lanza a la calle a celebrar porque el pueblo piensa que vuelve la Revolución del 30. Y yo vivo esa etapa. No me atrevo a ponerlo así. Yo no quiero competir con el primero de enero, tú entiendes? Pero fue así, la gente salió para la calle, todo mundo celebrando el triunfo de Grau. Pero inmediatamente van empezar las frustraciones, ni en el primer año tiene una política positiva. Empieza una corrupción, todo mundo se pone a robar. Inmediatamente empieza la lucha de gangsterismo. ¿No sé si has oído eso? Pero bueno, si no has oído, lo vas a leer aquí en el libro, [se refiere a seu livro *Contra Batista*], o sea, la gente que se decían revolucionarios, pero que se habían estado tranquilos con Batista, entonces van a empezar a fajarse a tiros por ocupar cargos de gobierno, por prebendas. Entonces va empezar una guerra de violencia, de muertos, increíble. Entonces todo ese periodo de Grau e Prío [Socarrás] va ser una etapa de frustración. Roa se va para el exilio, está en el extranjero después.

Eliane: ¿Pero cuando surge el Partido Ortodoxo de Chibás [Eduardo] eso cambia un poco no? Hay una esperanza de que va ser diferente.

JG: Sí. Es que empieza por lo más primitivo, empieza que va haber un gobierno honrado, porque Chibás era anticomunista. Ese era un problema: Chibás era anticomunista puro. Entonces por una parte tiene un aspecto positivo de que va ser un gobierno bueno, pero por otra parte es un anticomunista que no quiere ningún... Chibás forma un partido que es un desprendimiento del partido de Grau, de los Auténticos. Chibás ha sido colaborador de Grau y luego cuando empieza la corrupción de Grau, se separa de Grau. Pero bueno, pensaba lo mismo del Partido Auténtico. La gente había pensado que iba ser la Revolución del 30 y empieza la corrupción y por eso Chibás se separa. Entonces, para la gente ahora Chibás va ser lo que iba a ser Grau. Pero, el partido de Chibás es anticomunista.

Eliane: Pero dentro del Partido, del movimiento de Chibás, tenían también jóvenes marxistas, no?

JG: No. Marxistas no. Yo te cito ahí lo que leí: la juventud del partido de Chibás, de donde van a salir los moncadistas con Fidel, ellos tienen como que una reunión, donde hacen un manifiesto, donde hablan de socialismo para el futuro de Cuba.

Eliane: Ese manifiesto yo quería encontrar y no conseguí hasta ahora.

JG: Dile a Fernando [Martínez Heredia], yo no tengo el texto completo.

Eliane: Sí, es que él también no consiguió encontrar.

JG: Voy ver si te lo voy a conseguir, pero son fragmentos.

Eliane: Bueno, muchas gracias.

JG: Tiene un libro de una chibasista fanática. Si aquí hay chibasistas fanáticos (risos). Siguen pensando que Chibás era la salvación. Chibás lo que estaba era loco (risos). Era la alternativa menos mala, pero...

Eliane: Pero, ustedes que formaran el Directorio Revolucionario no tenían vínculos con el grupo de la Juventud Ortodoxa?

JG: No. Dentro del Directorio hubo algunos compañeros que eran de la Juventud Ortodoxa. Uno de los principales dirigentes del Directorio, Alípio, fue dirigente de la Juventud Ortodoxa. O sea, Echeverría no tenía militancia y el segundo, que era Fructuoso Rodríguez, tampoco tenía militancia. En general, por lo menos en el caso mío había un gran rechazo a los partidos políticos, a la política tradicional.

Eliane: ¿Tampoco tenían vínculos con la Juventud Comunista del PSP?

JG: No. Había un gran rechazo a la política tradicional. Algunos personalmente tenían vínculos con la Juventud Ortodoxa, a la Juventud, no al Partido. Por ejemplo, ese Alípio era uno de los tres dirigentes principales del Directorio, había sido estudiante de Derecho. Ese sí había sido dirigente de la Juventud Ortodoxa en la provincia Pinar del Río. Y había otro que se acercaba más o menos, lo que atendía las enseñanzas secundarias, o sea, los institutos preuniversitarios, aunque el era más joven. Pero, ahí del Partido Socialista no había ninguno, de los auténticos no había ninguno, todo mundo en general, la actitud en general era de rechazo a la política tradicional, a los partidos tradicionales, incluyendo los Ortodoxos, nadie lo quería. Vamos a decirlo de otra forma, nadie quería saber de la política de partidos, hubo ese rechazo. Como tú sabes la dirección de la Federación de Estudiantes al principio estaba formada por viejos dirigentes. Yo te digo que habían tres alternativas entre los estudiantes: los que no querían ningún problema, que querían que la universidad no se parara para terminar y eso; los que estaban por una solución política... Esa gente que estaba por una solución política, después nosotros los vamos a tener que enfrentar y sacar, echar a un lado. Esa gente estaba por reunirse con los partidos políticos, por lo de las elecciones.

Eliane: ¿Tenían la influencia del PSP?

JG: No eran los principales, eran politiqueros, tenían que ver con los auténticos de Carlos Prío [Socarrás], con los otros partidos, eran politiqueros. Entonces había un grupo también que estaba en eso, en la cosa de los partidos, vamos a reunirnos, vamos hablar de elecciones. Y, por fin, estaba el sector insurreccional que rechazaba el golpe de Estado. Eso lo encabezaba Echeverría. Esos eran mas o menos los tres sectores que se manifiestan en la universidad y nosotros vamos tener que enfrentar, nos vamos tener que enfrentar con los políticos, porque eso era el peligro mayor para la lucha insurreccional, Batista hiciera una apertura a las elecciones y les diera cargos de senadores, o de ministros, o de políticos, a los politiqueros tradicionales. Eso hubiera decompuesto, como lo había hecho cuando la primera vez en los años 30, que empezó a repartir cargos y eso y acabó de descomponer a la oposición. Y el peligro mayor que tuvo el que se llama sector insurreccional fue que Batista hiciera una apertura a los politiqueros y empezara a repartir cargos.

Eliane: ¿Pero, para ustedes cuando se puso esa cuestión de la insurrección armada, ya era una cosa madurada, o fue una decisión porque no había otra solución frente a la represión de Batista?

JG: El golpe militar empieza y nosotros estamos en la Universidad. Entonces el presidente Prío [Socarrás] dice que va mandar armas a la Universidad para resistir al golpe de Batista, y nosotros quedamos en la Universidad esperando las armas. Y hoy mismo me pregunto: ¿Cómo yo mismo que no era guapo, no era valiente, ni nada de eso, quedé en la Universidad esperando las armas? (risos). El problema de la concepción, yo hablaba de la tradición, subir la escalinata de la Universidad era una ceremonia, tu entiendes, porque la Universidad para nosotros representaba la

lucha revolucionaria antes de Batista. O sea, llegando ahí uno se sentía... ¡Vaya la presión de la historia esa de los estudiantes! Entonces hasta yo me quedé ahí. Ya desde ese momento todos nos ajustamos a la posición de la resistencia armada. Incluso yo he hecho incursiones con Echeverría. Porque estaba la FEU como institución, la dirección del movimiento estudiantil, la Federación de Estudiantes Universitarios. Pero los dirigentes de la FEU eran politiqueros que venían de antes, y esos es que estaban por la cosa política, en reunirse con los partidos, en llamar elecciones. Entonces había un grupo de ingenuos, jóvenes, que estaban por la lucha armada. En la tradición estudiantil, en la lucha contra Machado, ya habían llevado, bien antes de Fidel. En el Directorio Estudiantil de 1927 y del año '30, porque también la FEU de esa época se sometió a Machado. Entonces por eso surgió aquel Directorio. Entonces había un grupo, nosotros, que vamos a formar después el Directorio, que estábamos por formar el Directorio a partir del golpe de Batista. Pero Echeverría en aquel momento no acepta. Echeverría fija otra línea. Dijo: "vamos a rescatar a la FEU, vamos botar toda esa gente, vamos coger la FEU que es el organismo tradicional, que tiene tradición, para desplegar el movimiento estudiantil contra Batista". O sea, en el campo de la lucha de masas, política y de masas. Ese campo de la lucha política y de masas fue una situación muy difícil después para nosotros, para continuarla. ¿Por qué? Porque la lucha armada era el Ejército Rebelde con Fidel. Todo mundo, indiscutible, una realidad política. O sea, a cualquiera que estudie, que te hable de la lucha en Cuba, te dirá "ah el Ejército Rebelde, ah Fidel, ah la Sierra Maestra". ¿Los estudiantes, los estudiantes? "Ah si, el ataque al Palacio Presidencial". Eso es solo lo que se sabe de los estudiantes: el ataque al Palacio. Ahora, eso en el aspecto de la lucha armada. En el aspecto de la lucha ideológica, nosotros acogimos los comunistas después del 59. ¿Entonces quien va discutir la ideología con los comunistas? Nadie. La ideología de la revolución son los comunistas y la lucha armada es Fidel. ¿Y nosotros donde nos quedamos? ¿Donde paramos nuestro auto? ¿Donde parqueamos nuestro auto? No había parqueo. ¿Ahora cual es la realidad? Nadie puede discutir que quien inició la lucha armada fue Fidel con el Moncada. Pero después del Moncada Fidel y Raúl van para la prisión hasta 1955 y después de la prisión van para el exilio. Y esta etapa, entre el Moncada y el Granma, no que la va a llenar desde el punto de vista de la lucha es el movimiento estudiantil.

Eliane: Pero, por hablar en eso, habían diferencias de concepción política entre el Directorio y el MR-26-7?

JG: No. Basta revisar nuestra historia. Si revisarla no vas encontrar ninguna contradicción.

Eliane: ¿Pero se quedaron separados como estructura, mismo defendiendo la misma línea insurreccional, no?

JG: Sí. Pero Frank País tenía su organización también. Frank País tenía *Acción Revolucionaria Oriental* y después *Acción Nacional Revolucionaria*. O sea, los jóvenes formaban sus aparatos. Nosotros primero priorizamos, por orientación de Echeverría, el movimiento estudiantil, para lanzar la lucha política y de masas. Las protestas, las huelgas, las demostraciones en las calles, la lucha contra la policía. Ese proceso va durar del año 53 al año 56, a la llegada de Fidel. [se refiere a chegada da expedição do Granma]. Y su punto más alto, que nadie habla de eso, fue la huelga de fines del año 55, la llamada huelga azucarera, donde nosotros estudiantes nos unimos con los trabajadores azucareros para hacer un proceso de huelga que sacudió a Batista.

Eliane: ¿Eso de unirse a los obreros era una orientación desde el inicio de la participación de ustedes en el movimiento estudiantil?

JG: Sí. La universidad desde los tiempos de Machado había sido un vínculo con los obreros. Estaba la actividad cultural y estaba el apoyo a la huelga de los obreros: los obreros de la base de Guantánamo, los obreros de Juan Carlos, los tabaqueros. Todos esos iban a la Universidad buscar el apoyo de los estudiantes. Pero, el punto más alto del proceso de lucha política y de masas fue diciembre de 1955, ese fue el preámbulo de la lucha armada. O sea, cuando termina ese proceso, en diciembre del año 55, Fidel va decir "en el año 56 seremos libres o seremos mártires". Ni tenía el Granma todavía. ¿Pero quien aguanta Fidel? Todavía no tenía ni el bote para venir y ya estaba hablando "en el año 56 o seremos mártires o seremos libres", tu comprendes? Entonces ya lo que viene después de eso es la unidad del Directorio con Fidel en México, en lo que se llamó la "Carta de México" y ya empieza la etapa de lanzamiento de la lucha insurreccional. Pero, ahora déjame aclararte bien, te repito una vez mas, la historia la escriben los que ganan. Entonces el Directorio es el hijo pobre de esa historia. Ahora estamos mejor porque en el año 59 era: el Movimiento 26 de Julio, el Partido de los comunistas y el Directorio. Las tres fuerzas revolucionarias. Y ahora pasamos al segundo lugar (risos). Después de la caída de la URSS pasamos al segundo lugar, porque no se puede negar la historia del movimiento estudiantil. Pero realmente esa era la situación. Mira, el Directorio Revolucionario recibió los golpes más fuertes de la lucha contra Batista, se murieron los dos dirigentes principales, uno antes del ataque al Palacio y otro después, o sea, José Antonio Echeverría y Fructuoso Rodríguez. Eso fue fatal para nosotros, porque de los que quedamos... Quedamos tres y el único que era capaz de asumir la Secretaría General era Chomón [Faure]. Pero la mentalidad de Chomón era de lucha armada. Él era el Jefe de la Sección Armada del Directorio.

Eliane: ¿Él ayudó a dirigir la toma del Palacio también, no?

JG: No por el Palacio, pero su mentalidad política... Nosotros tenemos un debate permanente, porque Chomón dice que el Directorio era el brazo armado del movimiento estudiantil. En ningún documento se dice eso, de que éramos un brazo armado. Nosotros éramos una organización revolucionaria. Eso son dos cosas distintas. O sea, nosotros teníamos una sección armada, pero también teníamos una sección de propaganda, teníamos una sección de estudiantes, teníamos una sección de trabajadores. Pero Chomón, su mentalidad, es que el problema armado. ¿Entonces que va pasar? ¿Donde está la debilidad del Directorio? Bueno, la debilidad del Directorio llega hasta tal punto que perdemos el frente estudiantil porque nos concentramos en la guerrilla. “No, la guerrilla y las acciones armadas”. Entonces vamos perder la base política del Directorio que era el movimiento estudiantil. O sea, nosotros realmente vamos a nos hacer débiles en el movimiento estudiantil que era nuestra base.

Eliane: ¿Y ese llamado frente estudiantil era organizado en todo el país, en varias universidades, no?

JG: En la etapa de Echeverría nosotros encabezamos el movimiento estudiantil. Ahí estaban las universidades, ahí estaban los institutos preuniversitarios, ahí estaban las escuelas de comercio, las escuelas de artes y oficios, estaban las escuelas de maestros. O sea, haciendo un cálculo general, se podía contar con esas escuelas a nivel nacional, habían 50 mil alumnos. Y estaban los colegios privados que en Cuba eran muy importantes. Y llegó un momento en el año 55 que cuando nosotros decíamos huelga, todo mundo iba a la huelga. O sea, lanzábamos a la huelga a 40 o 50 mil muchachos. Entonces esa era la base fuerte nuestra.

Eliane: ¿Y tenían también un vínculo fuerte con los estudiantes del Oriente del país, especialmente de Santiago de Cuba, no?

JG: Claro. Está ahí en el libro [*Contra Batista*]. Cuando los estudiantes de Santiago producían una huelga, nosotros íbamos a la huelga en La Habana y cuando la huelga se producía aquí, los de Santiago iban a la huelga. O sea, nosotros fuimos capaces de movilizar una masa de estudiantes, que además no eran solo estudiantes, es que tenían influencia sobre su familia, porque lo que le dieron un golpe a un muchacho también protestaban, porque la policía cogía preso al muchacho y los padres protestaban. Entonces eso no se puede analizar con el criterio dogmático que la lucha de masas eran solo proletarios. No, lamentablemente los proletarios no jugaran un papel importante aquí en el proceso.

Eliane: ¿Pero después se incorporaron?

JG: No. Los incorporamos, les abrimos las puertas. Todo mundo, Fidel también. La política de sectarismo a partir del año 61... Porque nosotros los asumimos como una fuerza a más y empezaron a conspirar para ocupar los cargos [se refiere al Partido Comunista, que era a organização política mais forte entre os operários]. Lo que pasa es que Fidel ahí, en el discurso del año 90, dice unas cuantas cosas duras a los comunistas. Hay un discurso de Fidel, cuando se produce esa cosa de sectarismo, que no se publica, porque lo que dijo fue horrible. Fue otro de los errores del Partido Comunista. En marzo de 62, el discurso contra el sectarismo. Fue otro de los errores del Partido, errores políticos increíbles. Sí porque nosotros nunca hablamos de ciencia, que los comunistas se pasaban la vida hablando de una política científica: “no porque el análisis científico, no porque la ciencia es tal cosa”. Pero metieron la pata científicamente un montón de veces en la historia política de Cuba. Lamentablemente, además por ser subordinado de la URSS. Entonces para nosotros el gran problema fue que perdimos nuestra base política. Teníamos una guerrilla, teníamos gente armada, pero la base política... Y esa es la discrepancia que no voy ponerme de acuerdo nunca con Chomón. Fue subordinado de él muchos años, pero ya no lo acepto, porque fue un error estratégico-político concentrarse en las armas y olvidar la parte política. Mira, hay un libro que sugiero que lo compres que son los dos tomos que se llama *La palabra empeñada*. Ese es un relato de 2 tomos, pero abarca una etapa corta, que es la etapa desde que Fidel sale de la cárcel al Granma. O sea, un año y un poquito más, pero yo me quedo maravillado, porque es un recuento con datos, con fechas, todo eso, de la actividad política de Fidel. Y eso que estoy diciendo, o sea, Fidel preparaba la expedición del Granma, pero lo importante era la política, los escritos, los manifiestos, oír a la gente, hablarle, y eso era donde fallamos nosotros. Echeverría era una figura nacional, política.

Eliane: ¿Echeverría era bien conocido el pueblo?

JG: Como no. Fíjate, la universidad en los años de Machado siempre había sido la atención de la prensa, y Echeverría va a ser un dirigente estudiantil conocido nacionalmente como figura revolucionaria. La prensa lo está mencionando constantemente. Tiene otro libro que estaba pensando antes que llegaste, donde están todas las declaraciones, uno que salió que se llama *Los papeles del presidente*. Bueno es una síntesis, no están todos. No está por ejemplo el Manifiesto. Tiene también el primero libro mío, *La lucha estudiantil contra Batista*. Pero bueno lo que quería subrayar es que para nosotros fue un golpe terrible perder los dos dirigentes históricos más importantes de la organización. Sobrevivimos, o sea, sobrevivimos, pero no logramos... Chomón no era un dirigente estudiantil,

Chomón no era estudiante, nosotros no éramos dirigentes estudiantiles, yo no era tampoco, era estudiante de arquitectura.

Eliane: ¿Usted habló de la huelga de 55, pero tuvo otra huelga, cuando también fue asaltada la Armería [loja de armas] en La Habana Vieja no?

JG: Eso fue el 26 [MR-26-7]. Eso tienes que hablar con la gente del 26 (risos). Esa fue la huelga del 9 de abril.

Eliane: Está en la película *Clandestinos*.

JG: Sí. Es muy buena la película. As veces es un poco anecdótica, pero en general como película, como filme, si tú te das cuenta que no es histórico puramente, está buena. Pero yo era “terrorista”, tú entiendes, era “terrorista”, me metí en la lucha armada (risos).

Eliane: ¿Pero por hablar en eso, del grupo que participó del asalto al Palacio Presidencial tenían muchos con esa característica o eran mas políticos?

JG: Nosotros teníamos un grupo de gente increíble, yo estoy escribiendo un libro, una biografía de un miembro del Directorio que participó del ataque al Palacio y murió en la calle Humboldt. Era un tipo increíble. Bueno, el hijo mas chiquito mío yo le puse el nombre de él porque era un tipo que no... Yo he conocido gente valiente, pero este hombre no tenía miedo a nada.

Eliane: ¿Cómo era su nombre?

JG: Carbó, Juan Pedro Carbó. Y yo estoy escribiendo ahora la biografía de él.

Eliane: ¿Tenía otro llamado muy valiente llamado Machadito no?

JG: Sí. Era muy valiente. Esos son dos.

Eliane: ¿Murieron en el asalto?

JG: No. Los dos murieron juntos cuando la policía los sorprendió ahí en la calle Humboldt. Bueno, yo me safé, yo salí media hora antes de ahí.

Eliane: ¿De la casa de la calle Humboldt en lo que quedó conocido como el “crimen de Humboldt”?

JG: Sí. Yo salí media hora antes de ahí. O sea, yo soy un sobreviviente de Humboldt. Entonces... Pero ese hombre era un hombre con unas características tremendas. Ahora he descubierto una biografía, cosa que yo hablo con los compañeros y la gente no entiende, que cantaba en el coral de la Universidad. Un tipo que era un hombre de combate, y sin embargo cuando entró en la Universidad, se incorporó a la coral para cantar. Y todos nos sorprendemos que Carbó era cantante (risos).

Eliane: ¿Pero eso parece una característica de los militantes políticos de Cuba, el vínculo con el arte, no? No sé Fidel, Raúl, parece que no, no conozco por lo menos, pero...

JG: Fidel lee mucho, pero Fidel no tiene vocación artística, no ha dado señal en todos esos años.

Eliane: ¿Pero es muy bueno con las palabras, no?

JG: No, no. Es un maestro. Fidel es un genio, un genio sin exageración. Yo le digo ahora, en esto de escribir, que uno de los temas más interesantes de la vida de uno es estudiar a Fidel, porque esa historia de Fidel es cosa para aprender. Pero bueno yo te dejé inconcluso que hubo un renacimiento cultural a partir de los años 20, como reacciona a la influencia de la cultura norteamericana. Porque no la hemos erradicado, las películas que estamos viendo son películas americanas. Tú no conoces los episodios, pero aquí hubo una etapa de socialismo fuerte donde te decían que tú estabas en el diversionismo ideológico. ¿O sea, diversionismo ideológico? ¿Pero si aquí las películas son norteamericanas? ¿Cómo cabe aquí una acusación de diversionismo ideológico? Eso era un arma utilizado oportunísticamente para criticar alguien. Pero del punto de vista social aquí siempre ha tenido una influencia cultural norteamericana. Uno de los elementos que mas influenció la cultura cubana fue la producción cinematográfica norteamericana, que empezó desde principios del siglo XX. A partir de principios del siglo XX empezaron a poner

las películas norteamericanas aquí y todos nosotros, ahí tu lo vas a ver, las películas de la niñez y de la juventud, a lo mejor tú no conoces.

Eliane: No. ¿Pero me pareció que hoy, las músicas que oye la juventud, decayeron mucho no?

JG: Mortal, mortal. Ese problema de la juventud, de la formación cultural de la juventud. Yo nada más que quiero decir es que si la actividad cultural es competir con los países capitalistas, no lo entiendo. Porque los valores nuestros, se supone que los valores revolucionarios son distintos. ¿Si nos vamos poner a competir con la pornografía, el erotismo, las drogas, entonces donde está la cultura revolucionaria? No entiendo. Entonces eso es un fenómeno que he discutido varias veces en la unión de escritores. El problema de nosotros no es competir con los franceses. ¿Por qué si la sociedad francesa es igual a la nuestra, entonces donde está la revolución? No entiendo, pero lo que tenía que resolver lo resolví como “terrorista” (risos).

Eliane: Bueno, pero una otra pregunta. ¿Y a qué usted atribuye ese fervor revolucionario de la juventud cubana de su generación, la voluntad de hacer algo grande por su patria?

JG: El problema es que es una aspiración aplazada que no está en la persona, está en la sociedad. Una aspiración aplazada que viene desde las guerras por la independencia. Las guerras de independencia se frustran: un fracaso. Después viene la Revolución del 30: otro fracaso. Después viene la lucha contra Batista. Entonces hay una aspiración, una gran ansiedad, un hambre de hacer una revolución y mejorar la vida del pueblo, tu comprende? Entonces eso no está en la persona, está en la sociedad y uno recibe esa influencia. Yo ahí en el libro, tú te vas encontrar una frase que yo crítico el inicio de mi formación. Mi papá no era político, no pertenecía a ningún partido, la única enseñanza política de mi padre, desde que yo tengo uso de la razón, desde que era un niño, es que “eso no puede seguir así”. Entonces, cuando yo entré en la lucha, como corría peligro, por supuesto mi padre se preocupaba, y yo discutía con el, “tú no me decías que no podía seguir así? Entonces hay que cambiarlo!” Entonces eso sencillamente fue una aspiración de que hacían cientos de años que nosotros queríamos cambiar. Y eso se metió dentro de nosotros y cada uno reaccionó de acuerdo con su personalidad, de acuerdo con su subjetivo, pero es un proceso de la sociedad. La sociedad cubana estaba ansiosa porque hubiera un cambio y se pasó cien años esperando por ese cambio. Entonces bueno, nosotros como miembros de la sociedad jugamos un papel. Y lo que influyó subjetivamente en mí? Yo diría: la tradición del movimiento estudiantil. Yo era estudiante, estaba ubicado en determinado sector de la sociedad, y esa tradición influyó sobre mí y yo me consideré obligado a seguir esa tradición. Pasé muchos sustos...

Eliane: Emociones fuertes.

JG: Sí. Emociones fuertes (risos). Pasé emociones fuertes, pero se impuso eso de seguir la tradición.

Eliane: Bueno, creo que una última pregunta. ¿Sobre ese proceso entonces después del 59, cuando se pasó a una fase y formación más socialista y marxista. ¿Como fue para su generación, o para usted particularmente, ese proceso de cambios tan grandes?

JG: Yo creo que fue una gran dosis de idealismo en medio del entusiasmo de la lucha, de la historia. Estábamos dispuestos a seguir, tu entiendes, a seguir lo que iba desarrollando la revolución. En eso Fidel jugó un papel decisivo, o sea, todos aspirábamos a que íbamos realizar ya lo que había estado pendiente, y dentro de eso Fidel dijo socialismo y todo mundo nos hicimos socialistas. Yo te contaba la historia del Partido Comunista. En esa etapa del año 60, 61 yo miraba a los dirigentes del Partido Comunista y los admiraba, decía: “tremenda gente, tremenda gente revolucionaria!”. Me estaba engañando a mí mismo, porque comparada a la trayectoria de nosotros, del 26 [MR-26-7] y de nosotros [Directorio Revolucionario], no tenía comparación. En eso que te contaba era idealismo. Fue corto, pero durante ese corto tiempo, decíamos “tremendos revolucionarios, tremendos revolucionarios, son ejemplo a nosotros”, hasta que nos demos cuenta “no, no, los revolucionarios somos nosotros, que hicimos la revolución” (risos). Pero quiero decir que hubo un gran factor de ideal, se nos olvidamos una cosa importante dentro de la formación ideológica, importantísima, que algo que influyó a lo largo de la lucha contra Batista es que cuando maduraba tu consciencia política tu te dabas cuenta que los 50 años de República habían sido una catástrofe. O sea, no solo que el socialismo era una opción, sino que lo que habíamos tenido como economía de mercado y democracia representativa era una catástrofe. Si habían pasado 50 años y eso no había resuelto los problemas de Cuba. Entonces nosotros nos habíamos convencido que eso de democracia representativa y de economía de mercado era una catástrofe, no había resuelto el problema de Cuba. ¿Qué había en el mostrador de la tienda? En el mostrador de la tienda había una cosa que se llamaba socialismo como opción, como alternativa. Nosotros no escribimos que íbamos luchar por el socialismo, tu no has visto en ningún documento. Si en aquel momento escribimos eso, año 56, entonces ¿Qué socialismo es? ¿Es socialismo utópico? ¿Es socialismo científico? Nos suspenden, nos dan cero. Nosotros íbamos a comprar el socialismo, pero no sabíamos que cosa era el socialismo. No sé si me explico. O sea,

lo que teníamos sí estábamos convencidos que no servía y el socialismo era una alternativa. ¡Ah, entonces vamos a comprar el socialismo! Mira, todavía lo estamos reparando. Han pasado 47 años y todavía lo estamos reparando.

Eliane: ¿Pero no existirían como que dos socialismos o dos comunismos? ¿Un comunismo ese de los manuales de la URSS y un comunismo más auténtico cubano, de Mella [Julio Antonio], etc.?

JG: Bueno, la esencia del socialismo cubano es la idea de la justicia social, todo lo demás son aspectos dogmáticos, teorizantes. Mira, todo eso son revistas soviéticas [mostra as revistas], dicen que a los científicos soviéticos les pagaban por página, cualquier cosa que tu lea a los soviéticos, son páginas y páginas, al final te preguntan que es lo que quieren decir (risos). Porque les pagaban por páginas (risos). Entonces bueno, empiezan a escribir. Aquí uno de los autores de los manuales, no sé si ustedes en Brasil recibieron algunos manuales alguna vez (risos), pero uno de los autores de los manuales que nos golpeó, que más nos afectó, es un compañero de apellido Constantino. Constantino fue el autor de todos esos manuales: manuales de filosofía marxista, de socialismo, de todo eso. En los años 70 yo le dije una cosa a Constantino que estoy totalmente de acuerdo con ella. Dijo: “los filósofos y los naturalistas soviéticos, así como los científicos avanzados del mundo, recurren y recurrirán siempre a las obras de Marx, Engels y Lenin (por ejemplo, en Alemania, no mencionaban tanto a Lenin, los alemanes por alemanes mencionaban a Marx y a Engels y a Lenin lo mencionaban porque tenían que mencionar (risos), pero una cosa es recurrir a autoridades y otra cosa es esconderse detrás de ellas. La vida y la actual revolución científico-técnica han planteado problemas que no surgiran, ni podrían surgir ante los clásicos del marxismo-leninismo. Por eso, pensar que también se puede vivir a expensas de las conclusiones de los clásicos del marxismo-leninismo significa empujarse la autoridad de la filosofía marxista-leninista y de sus fundadores. Eso nos obliga a no limitarnos a su legado, a no vivir de la renta filosófica, si no desarrollar de modo creador la filosofía marxista-leninista y atenernos a su espíritu revolucionario”. Yo estoy totalmente de acuerdo con eso. Ese es mi testamento. Aquí hago mi testamento político también, de mi pensamiento. Pero le agrego un párrafo por si acaso: “Quizás algunos pensarán que eso era diversionismo ideológico. Sin embargo, yo solo escribí esas ideas cuando las conocí, aunque con la inquietud que fueron escritas en la etapa que se desarrollaba la reforma de la URSS y que Constantino tenía que vivir”. Porque ya no era la etapa en la que escribió los manuales, eran los años 70, cuando estaba la reforma de la URSS. Entonces el tipo tenía que modular el tiro, [...], de decir que sí, que hay que tener en cuenta la revolución científico-técnica porque el mundo está cambiando constantemente. Entonces Carlos Marx, es el primero que quiere comprar una cuchilla para que se ponga al día. O sea, su pensamiento es válido, [...], y tiene enseñanza que tú las va tener que analizar, pero como mucha gente que trata de coger a Carlos Marx para resolver los problemas de hoy. ¿Ese socialismo de Chávez, cual es?

Eliane: Bueno yo también estoy intentando descubrir. ¿Usted tiene alguna pista? (risos).

JG: No, no. Eso son cosas que hoy nosotros nos preguntamos, nosotros los “terroristas” quiero decir. ¿Socialismo del siglo XXI con la burguesía ahí haciendo fuego y un Ejército que no se sabe a donde va parar? ¡Por favor, ojala que los santos lo ayuden! (risos). Mejor dicho, ojala que los santos nos ayuden. A él y a nosotros, porque estamos unidos.

Eliane: Muchas gracias.

ANEXO 5

Entrevista a Magalys Martínez Riera

Transcrição: Kelem Guellere Rosso.

Eliane: Me gustaría saber un poco más de la historia, de la ideología, de cómo se fue estructurando, de cómo era la relación con el pueblo, del Movimiento Revolucionario 26 de Julio (MR-26-7). ¿Qué es lo que se proponían hacer en Cuba? ¿Contra que luchaban? ¿Cuál es su evaluación y cómo fue su participación en eso?

MM: El problema de Cuba es que el pueblo siempre estuvo luchando a partir de 1902 por la soberanía, la libertad, la independencia. Porque en la guerra de 1895 a 1898 vino una expedición americana que siempre estuvo ayudando entre comillas, mas lo que hicieron fue poner a un presidente que ellos proponían y que se vendió al imperialismo. Desde 1902 en adelante hubo muchas etapas históricas y desde entonces van a surgir nuevos jóvenes Mella, Guiteras y Villena. Hasta el año 25 va a haber todo eso, y en esa etapa hubo varios presidentes que fueron entreguistas, no hacían las cosas por el pueblo, sino por el propio bienestar y pro-imperialistas. En el año 1925 se destacan Mella, Guiteras y Villena, que son jóvenes de la universidad, son quienes están idealizando y que se unen a las ideas marxistas del partido socialista, del partido comunista, y crean un partido en 1925. O sea ya había una idea de socialismo, pero no era socialismo sino marxismo, que era la filosofía que se conocía a partir del momento de la formación del bloque socialista. Esas fueron las influencias con las cuales se creó aquí en Cuba el partido y con las que comienza la lucha contra los sucesivos presidentes. El primero de esos presidentes fue Gerardo Machado que mandó a matar precisamente a Julio Mella y a otros tantos comunistas más. Y el otro es Villena que es un poeta, un periodista que muere enfermo. Guiteras también es un revolucionario por el nacionalismo, por la libertad, por la independencia, por quitarse de arriba la bota imperialista. Y hay un gobierno llamado de los 100 días donde el va a ser ministro, donde va a ayudar a fundar leyes muy revolucionarias, nacionalizó algunas cosas en aquella etapa y bajó el precio de la luz eléctrica que estaba en manos extranjeras. ¿Te das cuenta como va surgiendo un movimiento? Tenemos esos momentos y van llegando los años 40. El problema de los gobiernos anteriores es que van a ceder al contubernio, están apoyados entre comillas por el imperialismo que lo tenemos muy cerca. Pero en el pueblo está germinado este germen que es revolucionario y que trata de alcanzar mediante sus partidos con miles que estos representan lo que siempre se ha tratado de generar: una patria independiente. Que el pueblo se gobierne por sí mismo bajo las ideas martianas, las ideas de Martí. Luchar por el pueblo y para el pueblo, no para uno, no para un grupo, esas son en sí las ideas martianas. Y a partir de los años 40, 42, 44 viene el gobierno de Grau San Martín y después el de Prío Socarrás que son sucedidos por Batista que no es un revolucionario. Que es un sargento con aspiraciones de quedarse en el poder, su objetivo no era alcanzar el objetivo que se buscaba de la independencia. En 1952 se da un golpe de Estado, que es la verdad una campanada que marca el comienzo de una nueva etapa histórica donde el pueblo va a luchar por alcanzar la verdadera independencia, la verdadera soberanía y dignidad del pueblo. Ahí durante ese gobierno va a haber toda clase de corrupción, cosas mal hechas, robos. El gobierno era para robar, el presupuesto servía para enriquecerlos a ellos, siempre hacían las cosas a medias. O sea, el pueblo no veía que buscaran conseguir o satisfacer sus intereses, que lucharan por ellos, sino que lo hacían por sí mismos. A partir de entonces, de 1952, la situación de corrupción, de robo, de juego, se agrava. La falta de educación se agudiza, hay falta de escuelas pues no les importaba que siguiera habiendo y aumentando el analfabetismo. También se desatiende el área de salud, había un hospital provincial y uno infantil en un centro como el de Habana, o sea que el campesinado no tenía nada. Yo en esa época era muy joven, estaba estudiando magisterio en la Normal. Y ahí había muchos jóvenes, entre ellos estaba Frank País. Estábamos en la escuela preparándonos para ser maestros juntos con él. Lo que pasa es que yo estaba más adelantada, porque el entró en el 49 y salió en el 53, que fue cuando en el 53 Fidel asalta el Moncada. Él ya es maestro, pero es un muchacho también santiagueño conocedor de la historia de Cuba, pero también la historia de otras partes del mundo, estudió los golpes de Estado de varios países. Y supo en aquella época de las luchas de Rusia contra el imperialismo, los hechos de la Segunda Guerra Mundial. Tenía muchos conocimientos sobre eso porque leía mucho, era muy inteligente a pesar de su corta edad. Y al igual que él muchos jóvenes que eran compañeros nuestros dentro de la escuela tenían inquietudes, tenían esas ideas. Al igual que estas otras Escuelas Politécnicas, el Instituto de Artes y Oficios, las que preparaban en economía, y otras escuelas que preparaban profesionales tenían como alumnos a jóvenes que estaban sintiendo y pensando lo mismo. Y estos jóvenes fueron conociéndose y agrupándose. Y esas ideas de avanzada que tenían eran martianas, de Martí, “ser cultos para ser libres”.

Eliane: ¿Estudiaban más el pensamiento de Martí?

MM: Sí.

Eliane: ¿Y usted se incorporó a la lucha estudiantil?

MM: En 1952 el golpe de Estado trajo aparejado el inicio de la lucha contra Batista que usurpó el poder, que borró la Carta Magna, la ley fundamental del Estado, no fue elegido por el pueblo. De ahí el pueblo lucha, se dan muchas manifestaciones, muchos desfiles, surgen partidos progresistas pero que no se atrevían a hacer lo que hizo Fidel.

Eliane: ¿Ustedes apoyaban el Partido de Eduardo Chibás (Ortodoxo) o el Partido Socialista Popular?

MM: Nosotros sí, igual que Fidel, era miembro del Partido Ortodoxo, que era el de Chibás, que era también un joven abogado que criticaba con rabia a Batista, decía que el robaba, que estaba haciendo las cosas mal, que el pueblo no estaba recibiendo lo que necesitaba. Y la corrupción, las cosas mal hechas, la falta de asistencia al campesinado, de asistencia médica, falta de maestros, las condiciones de vida del pueblo se iban desmejorando en general, en todos los sectores. Esta era la lucha del Partido Ortodoxo, además de denunciar las patrañas, el mal trabajo que hacía el gobierno cubano. De ahí surge Fidel, de la Juventud Ortodoxa. Pero Frank y otros muchachos que eran más jóvenes todavía fueron agrupándose y buscando alguien confiable, alguien que compartiera sus ideas. El más destacado se hizo líder, Frank, líder de un grupo, primero estudiantil. Y ya como estudiante hacía manifestaciones en las distintas fechas patrias denunciando al gobierno de Batista y por eso los va fichando la policía. Tenían bases en estaciones un poco alejadas, o en barrios o en otros distritos por ejemplo para coger armas, cambiar su dinero por armas. A veces en la base naval de Guantánamo los soldados americanos se las vendían. Trabajadores que habían huido de Cuba las cambiaban con ellos. Y de esta forma es que se fueron preparando. Pero como eran jóvenes altruistas se iban quedando atrás, y ahí vino Fidel. Que ya se había graduado de abogado y se había agrupado con otros. Además él también ya antes había denunciado como estudiante en la Habana todas las patrañas. Para el 53 que era el año del centenario del nacimiento de Martí, Fidel que era muy martiano y muy patriota, revolucionario, como otros compañeros obreros, campesinos, médicos. Hizo un grupo de jóvenes que eran de la Habana y los preparó para venir y asaltar el Moncada en el año 53.

Eliane: Supe que había otro grupo aquí en Santiago de Cuba que luchaba contra la dictadura de Batista anterior al MR-26-7...

MM: Era un partido donde la persona que los representaba era de avanzada también, pero que no llegó al paso que hizo Fidel de prepararse para la lucha armada.

Eliane: ¿Pero que era lo que defendían?

MM: Las mejoras, pero de una forma democrática, pero en una democracia teórica, porque no alcanzaban a obtenerlo, era pura charla y caían en lo que se llamaría politiquería. Decían "sí vamos a pelear" y el pueblo los seguía, pero caían en algo que no llegaba al pueblo.

Eliane: ¿Pero Frank País desde el inicio tenía unas ideas semejantes a los moncadistas, Fidel, querían enfrentar la dictadura con las armas, no?

MM: Sí, en Cuba había que luchar. Por eso se unió al partido Acción Libertadora, donde estaban representados profesores, abogados que eran de avanzada, progresistas, pero llegaban hasta un límite. Un límite que no era la lucha, pero prometían cosas. Como dijo Fidel "Son los mismos". Pero de esa gente sale gente muy buena, como Fidel, que es él que se da cuenta que el camino es la lucha y la organiza. Por eso toma la segunda fortaleza [segunda fortaleza militar de país: o Cuartel Moncada]. Fíjate que jóvenes como Frank, estudiantes, acabados de terminar como maestros, trabajando poco tiempo en un aula se unen a estos que tenían un partido como Acción Libertadora. Pero se dan cuenta que estos no hacen nada, mas los mejores de allí son captados para formar otro grupo que se llama Acción Revolucionaria Oriental (ARO). Y con él están un grupo de maestros y jóvenes de otras escuelas que piensan igual y se prepararan para luchar. Con el dinero que ganaban compraban armas para la lucha, porque no tenían intención de pelear solo con palabras. Y ellos tenían células de 7 u 8 jóvenes que no solamente se quedaron en Oriente, hay jóvenes como Pepito, Peña, que habían vivido en Camagüey, en las Villas, y ese iba y buscaba allí en Camagüey jóvenes que pensarán como ellos, en Las Villas. Y así esto se fue extendiendo a toda la isla y se formó el grupo Acción Nacional Revolucionaria (ANR), nacionalmente. Donde se escoge a Frank como el máximo responsable, con 22 años. Él va a ser el jefe de esto, Acción Nacional Revolucionaria, y la extiende en toda la isla, en las provincias, organiza células igual que en Oriente. Pero aquí era más fácil por las tierras y porque él estaba aquí en Santiago. Más tarde se comunica con Fidel que estaba preso porque ya fue encarcelado en el año 53. Quedó vivo, pero muchos fueron asesinados y eso le dolía al pueblo porque murieron tantos jóvenes asesinados sin poder luchar. Y Frank desde su punto de vista ve que Fidel es ese hombre que piensa igual que él, en el sentido de que es la lucha por medio de las armas el camino que va a determinar que Cuba sea verdaderamente libre. Y ve que ese hombre que Cuba necesita está preso, y además él no lo conoce. Se pasan casi dos años con Fidel preso, pero Frank sigue trabajando

para que salgan libres. Él tenía una organización que era de disciplina, de propaganda y de acción. Y esa misma forma lleva cuando se incorpora al 26 de Julio. Pero en el año 55 cuando Fidel sale de la prisión y ellos se conocen, por otra maestra de este joven Frank, Armando Hart le dice que en Santiago conoce a un joven, que es Frank, que es capaz y que organizó un movimiento. Fidel ya libre debe irse al extranjero, por lo que se queda en Cuba nada más que 38 días, desde el 15 de mayo al 7 u 8 de julio. Y debe salir porque sino lo asesinaban. Y en México empieza a nuclear, a buscar a compañeros que estuvieron con él en el asalto al Moncada. Más tarde se le unen el Che, Camilo, entre otros jóvenes que iban al extranjero para prepararse y ver que podían hacer por Cuba. Ven a Fidel y saben que está preparando un movimiento para regresar. Y en el año 56, en agosto, lo invita a Frank a México para conversar. Y él va y se pone a disposición de Fidel, pero aún en agosto del 56 el movimiento que lidera se llama Acción Nacional Revolucionaria. Mas cuando dialoga con Fidel, de que la idea de él es venir a Cuba para pelear una guerra y liberarla y acabar con la dictadura, Frank le comenta que tiene la misma idea, y todo lo que ha hecho, como él a preparado a los muchachos para el combate, como recauda dinero, como el pueblo se va uniendo, que tiene células de acción y de propaganda para divulgar en las paredes, en papelitos “Viva la revolución” o “Abajo Batista”. Mientras que Fidel en México está preparándose y tiene el Movimiento 26 de julio. En agosto ellos llegan a un acuerdo y Fidel lo invita a Frank a que sea parte de su movimiento, con todas las condiciones. Y llegan a un acuerdo porque tienen las mismas ideas de la lucha armada. Teniendo en cuenta esto y la discreción, dentro de la disciplina y el cumplimiento, en el sentido de ser conciente de que vas hacer. Esas eran cosas indispensables. Y eso lo veía en los jóvenes, entre la gente y le daba participación a las mujeres. Por eso vemos como el pueblo se fue uniendo y no solamente es un grupo, es un sector de maestros, de campesinos, de obreros, de todos.

Eliane: Por hablar de la participación de la población. ¿Qué la llevó a participar? ¿Fue la lucha contra la represión? ¿Y cuando Batista asume el gobierno, en su opinión, la población inmediatamente se puso en contra?

MM: Con la misma represión el pueblo se da cuenta de que así no se puede seguir. El pueblo cubano te diría yo que siempre ha sido revolucionario, nacionalista, patriota. Con el conocimiento de su historia, de Martí, y de otros símbolos, no estaba de acuerdo de que la patria esté tomada, robada, porque en la ley, en la Constitución dice que el pueblo es quien elige y él no se eligió. Él se autonombró porque robó el gobierno por medio de un golpe de Estado. Hasta los campesinos en las sierras estaban con miedo porque estaban en contra y sabían que si luchaban nadie los iba a defender.

Eliane: Pero también existían movimientos que tenían como objetivo la mejora de las condiciones de vida que se unieron en la lucha contra Batista?

MM: El que hace eso es el propio Frank, pero ya después del 30 de noviembre. Los más poderosos, los comerciantes, la parte pequeño burguesa se une en la resistencia cívica. O sea, van creciendo los movimientos, y se van uniendo en un solo partido, el del Movimiento 26 de Julio. Fidel desde México en agosto habla con Frank, quien lo reconoce como jefe y vuelve a Cuba el 8 de agosto del 56 y le informa a su estado mayor, al ejecutivo, a los más cercanos, que han cambiado de nombre, ya no es más Acción Nacional Revolucionaria, sino pasan a ser Movimiento 26 de julio. Porque ellos se sienten por la similitud de ideas, porque comparten los mismos objetivos, los mismos que asaltaron aquel día del 53, que fue el golpe genial, el motor pequeño que movió a este motor grande. Y toda esta gente va dejando atrás a los partidos, porque aunque estos tuvieran y compraran armas no las usaban. Era un manejo, un robo. A partir de octubre entonces del 56 vuelve Frank a México, pero ya Fidel está con su idea muy avanzada de regresar a Cuba y le dice “en el año 56 seremos libres o mártires”. Y Frank allí coge los planes que consistían en que regresase a Cuba y organizase la batalla por oriente. Y él tiene una capacidad, una inteligencia para organizar, para movilizar, para coger las cosas, para armar los grupos, para determinar lo que se iba a hacer. Ya en octubre cuando se encuentra con Fidel él ya tenía preparada la parte sur de Cuba, el oriente, con compañeras que conocen la zona, conocen la Sierra, porque Fidel creía que era el mejor lugar para llegar, asaltar, entrar y tomar, porque sino salían las cosas bien les quedaban por lo menos las sierras para refugiarse. Y eso fue lo que pasó.

Eliane: ¿Y su compañero [Arturo Duque de Estrada Riera] como ingresó en el Movimiento?

MM: Sin darse cuenta, muchos maestros se reunían y peleaban con anterioridad contra. En el Colegio de Maestros se reunían cuando venían de la Escuela de la Sierra, o cuando venían a cobrar. Ahí se hablaba, se intercambiaba ideas y se unía. Además ahí había alguien de propaganda y te captaba, y te ofrecía trabajar con él. Porque el grupo de Frank estaba organizado en tres grupos: uno de acción, otro de finanzas y otro de propaganda. Ellos no robaban, no pedían, todo el mundo apoyaba y daba su dinero. Y había un responsable, pero el máximo responsable era Frank. A él toda esta gente le tenía que rendir cuentas y fue quien calculó cuanto iba a gastar en la sierra un hombre. Ya con eso en mente pensó más tarde en hacer los bonos. En la lista que Frank le entregó a Fidel estaban mi esposo, Pepito, Enzo Infante de Asís, Carlos Saravia, Vilma Espín y nosotros, sin saberlo. Y cuando nos reunimos creímos que íbamos a estudiar, pero no. Y yo así lo conocí a Frank, él iba todos los días a mi casa. Él era un muchacho joven, de mi edad, era muy callado, muy respetuoso, muy educado, siempre muy modesto, muy bien portado, muy rico en espíritu,

porque sabía tocar el piano, sabía escribir poesía. Él hacía los documentos, y mi esposo pasaba los informes y los planes para las provincias, o a veces iba directamente a llevar los planes y las misiones a los coordinadores de los distintos lugares. Él era su secretario, su compañero más allegado, junto con Pepito [...]. Él siempre tenía un grupo de personas. Yo lo que hacía era en mi casa recibir a los muchachos, y no se podía decirle eso a nadie. Hasta el día que se pudo decir que este va a venir ahora, cuando en agosto o en octubre Fidel le dice que va a regresar porque ya había mandado mapas con unas redes por provincias y lugares. Mandando así como eran los nudos desde México para acá, le mandó el lugar en el cual posiblemente llegaría, las rutas. Por eso Frank solo no podía, sino que había otra gente, mucha gente. Ya por ejemplo en el caso de que tuvieran que subir a las sierras conocían adonde tenían que ir. ¿Qué pasa, que sucede? Cuando Frank regresa sabe que Fidel le va a mandar a avisar, pero no sabe cuando. Pero de octubre a noviembre, el 27 de noviembre llegó el aviso. Y sabía que podía demorar tres días si venía por el Golfo de México, y que desembarcaría en la Costa Sur y que era posible que llegara por Manzanillo y la verdad es que llegó muy cerca de Las Coloradas, unos calluelos que hay allí cerca de Manzanillo y de Niquero. Pero llegó no en tres, sino en cinco días después porque hubo mal tiempo, y otra serie de inconvenientes. Mas una vez que llegó a esta zona ya habían cumplido la acción de un levantamiento armado para que desembarcaran, que eso era en verdad para distraer las cosas. Y había que hacer eso en todas las provincias para que no se supiera donde iban a llegar. Ya ese día que llegaron se reúnen. Y cada uno se va a su cuartel, y de ahí salen los grupos para diferentes actividades. Un grupo va a asaltar la aduana, y otros iban a estar alrededor del Moncada después de que sonara una bocina. Pero no pudo sonar porque los detuvieron, pero esos jóvenes fueron bajando y llegaron hasta el Instituto. Allí cuando vieron que no habían tirado la bomba que iba a avisar que empezaba, a las siete de la mañana, esta gente se lanzó sin haber sonado la bomba. Cumplieron, y eso significaba tomar las estaciones para obtener armas y así atingir parte del plan. Pero a los veinte minutos empieza a caer a la estación de policía, el primer soldado porque ese era el primer lugar a tomar. El de la marina principal también, pero ahí pudieron entrar y tomar armas, y no murió ninguna persona del movimiento, sí un policía de la dictadura. Acá ya estaba, el pueblo estaba enojado y victoreando al movimiento y gritando “abajo Batista”. Al ver a algunos muchachos por la calle con el brazalete [do MR-26-7] la gente piensa que está sucediendo algo, y como ya se había dicho que el año 56 Fidel regresaba y sería emblemático, ya suponían lo que estaba pasando. Pese a eso fue una acción sorpresa muy bien pensada, muy bien planeada, con todas las cosas. Gracias a que el pueblo apoyó, porque escondieron a gente del movimiento hasta que Fidel volvió. Aquí se sintió mucho dolor por los que murieron en esa lucha porque nos conocíamos todos en el vecindario, de reunirnos en la plazita, de los carnavales. Eso unió más porque la pérdida que pudo danificar, en lugar de eso nos unió más. Y dio más fuerza para la lucha, incentivó. Y la organización en que estaban unió a blancos, a negros, a ricos, a pobres. Y es después del 30 cuando se piensa en los errores que hubo. Al principio después de eso se decía que murió Fidel, que se había acabado todo. Porque Fidel dijo que venía, que ganaría y que entraría. Y Armando y Frank hicieron una carta, un manifiesto para el pueblo, diciendo que todo era Movimiento 26 de julio, que había que tener fe y mantenerse firme hasta el final cuando se obtuviera la victoria. Y todo esto sin saber si Fidel estaba vivo, porque no había como comunicarse. Hasta que de Manzanillo mandan un compañero a avisar que está vivo. Y gracias a que se avisa que está vivo y que hay pelea se renueva el ánimo.

Eliane: O sea, el pueblo ya lo veía como un líder.

MM: Sí, ya se había dicho en la prensa: “¡Arriba Fidel, abajo Batista!”, “¡Viva el movimiento, abajo Batista!”.

Eliane: O sea, Fidel y el MR-26-7 ya eran un punto de apoyo firme para el pueblo.

MM: A partir de ahí Fidel pide que le lleven un periodista a la Sierra, eso en febrero. Mientras tanto, tuvo encuentros con la dictadura en la Sierra, con las armas que tenía y el apoyo de los campesinos que se unieron a la guerrilla. Porque los campesinos desde siempre han estado peleando, y dieron el apoyo y la fuerza. Y así Frank empieza a pensar que hay que reorganizar las fuerzas del movimiento con más obreros. El dinero se va a recaudar ya no solamente de los miembros del movimiento, sino del pueblo también a través de los bonos. E iba perfeccionando sus ideas. Y con ese dinero los compañeros en el extranjero compraban armas. Y se fue recaudando el dinero con la verdad, porque se quería que el pueblo fuera el que ayudara, y así cada uno iba a sentir que tenía un pedazo de algo. Y por eso fue también que se logró esa gran unidad del pueblo luchando contra la dictadura. Pero esa unidad no fue porque aportaron dinero, sino por la conciencia de lo que pasaba en Cuba. Y la idea era una vida mejor, una vida libre, independiente, con dignidad.

Eliane: ¿Pero ustedes discutían mucho la situación de Cuba, lo que debía hacerse para mejorar la vida del pueblo?

MM: La gente se unía, ella sola venía, apoyaba. Mucha gente en los barrios sirvió de vigilancia revolucionaria, porque eran vecinos que se conocían y ya sabían quien andaba en el movimiento. Y es así como todo el mundo se va incorporando, porque veían, porque se luchaba, por lo que decía el movimiento en sus papeles, en sus propagandas. Que al principio eran papeles, después fue un librito que se llamó “La prensa clandestina”, “Revolución”, “Vanguardia obrera”, y se fue organizando ya no en una imprenta, sino en un mimeógrafo que salía más rápido, más

cantidad. Y la gente escondida iba a la escuela a reunirse, y leía el periódico. Y así se fue haciendo una cadena y todo el mundo estuvo involucrado concientemente. Y además se veía que había que luchar contra lo que estaba sucediendo.

Eliane: Una cuestión interesante de la Revolución Cubana es justamente como el movimiento contra la dictadura de Batista se convirtió en una revolución social muy profunda...

MM: En el principio del movimiento no había nadie en la Sierra, porque aun no se había subido, suben después de marzo. Pero ya después de todo lo que sucedió, después de ya abierta la carta, ya se sabe lo que hay. Y la gente empieza a nuclearse, profesionales, médicos progresistas, comerciantes, pequeños burgueses que eran revolucionarios. Que nos apoyaron, y que tenían más poder. Además de ser representativos.

Eliane: ¿El movimiento unió a todos los sectores que estaban contra Batista?

MM: Además como algunos eran personalidades de la ciudad y de la sociedad, conocidas por la policía, tenía cierto valor lo que ellos dijeron. Por eso a veces lográbamos que liberaran a algunos de los miembros del movimiento que habían sido presos. Tanto es así que nos ayudaron en el levantamiento armado, que fue un trabajo muy bien organizado por Fidel y Frank. Se organizaron los lugares, donde iban a estar los muchachos, las casas que iban a guardar las armas, se organizó donde se iban a practicar los tiros. Se organizó también a las muchachas, y en este caso entró a jugar Benisin [¿?] que era una colaboradora muy cercana. Fue la que organizó los nueve botiquines para la acción del 30 [levante popular de 30 de noviembre de 1956 en Santiago de Cuba por ocasión de la llegada del yate Granma], contando con médicos, enfermeros y enfermeras, y muchachas que supieran dar primeros auxilios. No hubo que utilizarlos pero se organizaron. Desde el punto de vista militar fue una cosa bien organizada, porque la gente sabía defenderse.

Eliane: ¿Y Arturo, su esposo, murió ahí?

MM: No, Arturo llevaba y traía de la Sierra, enviaba a México en clave todos los planes que Frank hacía. Aunque él también iba personalmente a las provincias, se movía, hablaba con las personas. Y el que no cumplía la disciplina establecida, por ejemplo no se podían vender las armas logradas, compradas o sacadas a algún policía; si alguien las vendía, las regalaba o las malgastaba en esa forma, como hubo alguien que lo hizo, el ajusticiamiento estaba establecido. O sea había que andar rectamente. Pero eso ya estaba establecido de entrada, porque eso era parte de tener conciencia de porque ibas a luchar. Porque de esa forma se evitaba que este se convirtiera en lo que era el Ejército de la dictadura. Que se tuviera integridad, que el combatiente entendiese que era un hombre con un corazón, un sentimiento, con razones y con ideas. Había para eso que tener convicción, porque como revolucionario te sometes a perder la vida.

Eliane: Me conmovió mucho y me pareció muy bonita la carta que los combatientes de la Sierra enviaron a Frank por la muerte de su hermano. Había mucha solidaridad.

MM: Sí, mucha solidaridad. Y hay muchos papeles que guardó mi abuela y otros tantos que se habrán perdido. ¡Que previsión que tuvo! Sino la historia quien la cuenta, no, como se hacían cartas de pésame a las familias de los jóvenes. Tanta gente que era el ejecutivo principal del movimiento clandestino, imagínate, que dejaba a su familia. Y cuando estaban presos las muchachas iban, y cuando estaban en juicio eran las madres, las novias. Y apoyaban ese juicio. A la cárcel iban y llevaban papelitos con informaciones, regalos. Mi esposo estaba con el grupo operativo, o sea con la gente que sabía con quien contar, que hacer en caso de... Y en su condición reconocida, Frank le sugiere que mande el aviso de la llegada a Arturo Duque de Estrada. Así él le dice que van a recibir un aviso de México y que tiene que informarle eso rápidamente. Y así lo hice y cuando Frank, que había conversado con Fidel, lee el mensaje ya sabía lo que quería decir las palabras en clave "obra pedida agotada". Quería decir que habían partido el 27, que hacía 2 días que habían zarpado. Es la confianza que significó Arturo para el movimiento, y para Fidel. Y él no muere, pero se queda con la idea de que el debería haberse quedado en las acciones. Pero la verdad es que el no era de las acciones. Con el tiempo lo nombran comisionado del movimiento y después formó parte de la administrativa que tiene actualmente el Poder Popular. Y también fue jefe de la Comisión de Monumentos, tenía que hacer museos, trabajar con las madres de los mártires. O sea, hacer un trabajo de historia donde se recogieran y reconocieran biografías de los caídos, además de atender a los familiares de los mártires de la lucha clandestina. Toda esa labor se hizo posteriormente al triunfo. Arturo muere de trombosis treinta años después. También fue delegado, diputado, apoyó mucho el trabajo de la revolución, el rescate de casas. Eso independientemente del trabajo en el partido.

Eliane: Creo que está bien, muchas gracias.

ANEXO 6

Entrevista a Alberto Castelar

Transcripción: Mariángeles Guerin.

Eliane: Me gustaría, si pudiera, que comenzara hablando un poco de su historia, de su trayectoria.

AC: Bueno, mi nombre es Alberto Cautelar, soy actualmente diputado por el estado Falcón a la Asamblea Nacional. Fui electo en las elecciones del 4 de diciembre de 2005, soy el actual Vice-Presidente de la Comisión Permanente de Familia, Educación y Juventud. Es mi primer año como diputado, el año pasado fui presidente de la Subcomisión de Sistemas Políticos. Ahora soy Vice-Presidente de una comisión permanente. El Parlamento está constituido en 15 comisiones, de acuerdo a la Constitución, y esta que integro forma parte de esas 15 que integran el Parlamento venezolano. Antes de ser parlamentario yo era dirigente estudiantil, dirigente juvenil del Movimiento V República. Fui presidente de la Federación Bolivariana de Estudiantes, que agrupaba a todos los estudiantes bolivarianos del país. Fui miembro de la comisiones presidenciales, de la Misión Robinson, de la Misión Ribas, de la Misión Sucre, como comisionado del presidente. Participé en los Festivales Mundiales de la Juventud y de los Estudiantes en el 2001 y Caracas 2005. [...] Fui diputado parlamentar del MERCOSUR. Ahí comparto frecuentemente con diputados del Brasil, del Paraguay, del Uruguay y de Argentina. Varias veces he estado en Brasil. Una de estas fue el 1 de enero del 2003, compartí con el presidente Lula en su pose, cuando ganó la primera elección; yo no era diputado en ese momento, era presidente de la Federación de Estudiantes y estuve acompañando al presidente Chávez ahí a la toma de posesión del presidente Inacio Lula da Silva. Ahí lo conocí, lo saludamos un poco. Fundamentalmente he ido a Brasilia y São Paulo solo de paso.

Eliane: ¿Comenzaste entonces tu carrera política en el MVR?

AC: Sí, todo en el MVR, todo en un sólo partido. Mi carrera política viene de la mano del presidente. Yo tengo 33 años de edad y desde el año 98 cuando el presidente Chávez participa en la contienda electoral, desde ahí comienza mi militancia política. No había militado antes en ningún partido político.

Eliane: ¿En que universidad estudiaste?

AC: Estudié en la Universidad Central de Venezuela, que es la más antigua del país.

Eliane: ¿Y empezaste con el movimiento estudiantil allí?

AC: Si, ahí comencé en el año 2001, y fui Presidente de la Federación Bolivariana de Estudiantes en 2003, 2004 y 2005.

Eliane: ¿Y en qué año ella fue fundada?

AC: Yo fui el fundador. Mi participación política como tal, digamos notoria, es a partir del año 2003, que es cuando organizo la Federación Bolivariana de Estudiantes, justamente después de que fue el golpe de Estado de abril y el paro petrolero de diciembre. A raíz de eso un grupo de estudiantes revolucionarios, de izquierda, decidimos iniciar la organización de la Federación Bolivariana de Estudiantes.

Eliane: ¿Y estaban en contra de la anterior Federación Estudiantil?

AC: Sí, estábamos en contra de la Federación tradicional. Todavía en la Revolución Bolivariana estamos en la búsqueda de un movimiento estudiantil unitario, estamos en la búsqueda de crear una sola plataforma estudiantil revolucionaria a nivel de todo el país. Uno de los pasos para conseguir esto fue justamente la creación de la Federación Bolivariana de Estudiantes. Sin embargo, ahora hay un grupo de jóvenes que participaron en un debate que se hizo sobre la libertad de expresión y ellos han asumido ahora esta tarea. Pues a mí me tocó en una etapa, asumir la Federación Bolivariana de Estudiantes, pero en los actuales momentos hay otro grupo de jóvenes que están haciendo un tremendo trabajo nacional, por todos los estados del país. Se han recorrido todos los estados, haciendo propuestas y todo. Entre ello, una de las propuestas que tienen es la conformación del Consejo Popular Estudiantil. Es probable que este grupo popular necesite hacer una ley, desde aquí la Comisión de Juventud, nosotros, estamos

con total disposición de colaborar con ellos y si es necesario crear una ley especial para el poder popular estudiantil, que se constituya en un frente estudiantil de la base. No solamente de la cúpula, y están haciendo un buen trabajo.

Eliane: ¿Y cómo está el movimiento estudiantil hoy en Venezuela y su relación con el gobierno bolivariano?

AC: Es muy buena, positiva. Hay algunos sectores, digamos en la universidad pública, digamos que en las universidades venezolanas hubo un proceso en los años 90 de elitización, o sea, que al igual que en el resto del continente de América Latina, a raíz de la llegada al gobierno del proyecto neoliberal que se cuadró en toda América latina, se creó en los años 90 a nivel educativo, una deuda, que es donde más negativamente impactó el proyecto neoliberal. Por ejemplo, la tendencia a privatizarlo, y aquí en Venezuela hubo corrientes dentro de la universidad y también una posición del gobierno de ese momento de ir hacia una legislación de la educación privatizándola. Es con Chávez y con el proyecto revolucionario bolivariano donde se desmota totalmente el proyecto privatizador y se inicia un proceso de inclusión social en la universidad pública. De hecho cuando el presidente Chávez llegó al gobierno en el año 98, había 364 mil estudiantes de educación superior, hoy en día hay más de 1 millón y 700 mil. O sea, se ha hecho 5 veces más grande la matrícula estudiantil en la universidad y eso es una demostración evidente de la política hacia la educación que tiene el presidente Chávez. Yo creo que es donde están los mayores éxitos o logros de la Revolución Bolivariana. Es sin duda en el terreno educativo donde ha habido una....

Eliane: ¿Mas o menos cual es el porcentaje de jóvenes en la población venezolana?

AC: Entre un 75 y 70% de la población, es un país muy joven.

Eliane: ¿Y del total de jóvenes cuántos aproximadamente están en la universidad venezolana?

AC: Bueno, en la universidad hay 1 millón y 700 mil en este momento, no sé el porcentaje.

Eliane: ¿Y usted sabe cuántos de esos estudiantes estudian en universidades públicas?

AC: La mayoría, no te puedo decir el porcentaje, pero el grueso de ellos pertenecen a la universidad pública. La universidad privada, su matrícula, generalmente aquí en Venezuela no es muy alta, aunque en los años 90 la tendencia era hacia eso, pero en todo este esquema hay algunas universidades del país que se han resistido a estos cambios, particularmente la Universidad Central de Venezuela, la Universidad de los Andes, la Universidad del Zulia, la Universidad de Oriente. Casi todo este esfuerzo del aumento de la matrícula ha sido particularmente de la universidad más vale experimentales, tanto la Universidad Bolivariana de Venezuela, la Universidad de las Fuerzas Armadas, que puede sonar paradójico en otras partes del continente. Pero aquí la universidad que ha sido más explosiva en cuanto a su matrícula exponencialmente es la Universidad de las Fuerzas Armadas, cosa que sería impensable realmente en otros países de América Latina donde la Universidad de la Fuerza Armada, es el Ministerio de la Defensa. De hecho esta Universidad de las Fuerzas Armadas tenía cuando llegó Chávez al gobierno 3 mil estudiantes, hoy ya tiene 200 mil. Es una cosa que parece milagrosa. Y esto es un ejemplo para estas otras universidades, pues es con un presupuesto mucho menor. El presupuesto de esa Universidad es infinitamente menor al de la Universidad Central de Venezuela, cuyo presupuesto está cerca de los 800 mil millones de bolívares, y la de las Fuerzas Armadas apenas tendrá 150 millares de bolívares. ¿Y como le da respuesta a la cantidad de estudiantes tan grande? Cuando Chávez llegó al gobierno, esta Universidad tenía una sede, dos sedes, ahora tiene 43 sedes. Está en todos los estados del país y está atendiendo a estudiantes en todo. El proyecto revolucionario es para todos, hay particularmente gente de las clases populares, cuanto mejor clase media.

Eliane: En Brasil el 70%, más o menos, de las matrículas son en universidades privadas.

AC: Es que yo creo que la matrícula estudiantil en Brasil en la universidad pública no llega a 500 mil personas. Estuve conversando en Montevideo con un senador brasilero que creo que es ex candidato presidencial, Cristóvam Buarque. El hablaba mucho del tema de la educación. Se mostró sorprendido gratamente en cuanto a nuestro número de matrículas, y con la forma en la que en Venezuela se viene desarrollando el sistema educativo. Una de las novedades que tiene este sistema es la Constitución, nosotros queremos que la educación no sea solo en las grandes ciudades, que las universidades estén solo ubicadas en la capital del país, en Caracas, o en las 4 o 5 ciudades más importantes, que es lo que tradicionalmente sucede en América Latina. O sea, hasta ahora había en la capital de la República y en 4 o 5 ciudades más, en las digamos cabeceras o ciudades más importantes. El proyecto es que dentro de esto hemos logrado un incremento, después queremos que en cada municipio del país exista una sede universitaria, son 335 municipios y en cada uno de estos debe existir una sede universitaria. El concepto es de aldea universitaria, porque el concepto no es solamente que en ese municipio esta la universidad tal, sino que en ese municipio hay una sede de otras universidades, o sea, que todas la universidades que quieran ofertar la carrera en esa ciudad la ofertan todas, con profesores de la región o de fuera, pero en ese sitio. El concepto no es que el pueblo va a

la universidad, sino que la universidad va al pueblo. La universidad enmarcada en las raíces del pueblo, y de hecho es tan así que esa aldea, esa universidad, debe estar adaptada a la realidad local, regional. Lo que se promueve no es como sucede muchas veces que entonces los estudiantes salen de su región y se van a la capital de un Departamento y se quedan ahí. Es una migración, aquí el concepto es buscar que esos profesionales se articulen con su región, su localidad.

Eliane: Otra cuestión es la idea de que la Revolución Bolivariana está haciendo un sistema paralelo de educación, justamente para saltar esa dificultad de cambiar el sistema de enseñanza actual. ¿Entonces puede usted hablar un poco de eso? ¿Como ve la posibilidad de ese cambio?

AC: Lo que hemos tenido es que quebrar el sistema tradicional. Con el sistema tradicional en Venezuela en el último censo se han alfabetizado en un año 78 mil personas, con el sistema tradicional a través del Ministerio y todo el aparato, y cuando se recurrió al poder popular se alfabetizaron 1 millón y 500 mil personas, lo cual nos dejó una enseñanza, y es que para acabar con la pobreza y la miseria, la única manera de acabar con ellas es dándole poder al pueblo, a los pobres. Y la única manera de darle el poder a los pobres es dándoles el conocimiento, dándole las herramientas y eso hizo el Estado. En un esfuerzo logístico, evidente con el apoyo de la Revolución Cubana, Cuba nos apoyó muchísimo. Entonces el apoyo del Estado, que es quien coloca la parte logística y el pueblo asumió esa educación que jamás se hubiese podido hacer. Un ejército que se llamaba el Ejército de la Luz, los miembros pertenecientes a la Misión Robinson, y esto se le sumaron más de 100 mil brigadistas, voluntarios todos que se dedicaron a buscar a esas personas una por una en sus casas, en zonas apartadas para enseñarles a leer y escribir. Un ejército de voluntarios, fue igual en la Misión Sucre, que tenemos más de 500 mil estudiantes de educación superior, la Misión Ribas, que es educación media. Todo eso se sostiene no sobre la base de la estructura burocrática del Estado, sino que se sostiene sobre la base de la participación popular, de la gente. De profesores que están en la región, que no están dando clases, otros que de repente podían ser economistas, no eran docentes, se les da un curso para que ellos puedan tener un mínimo de la parte docente, pedagogía, adaptarlos para que ellos puedan dar clases. Un ingeniero, un veterinario.

Eliane: ¿Y en esas misiones fueron involucrados los estudiantes?

AC: Sí, tal es así que yo era miembro de la comisión presidencial y era una misión presidencial, y en las misiones de Ribas, de Sucre, nosotros estábamos sentados ahí, sentados de igual a igual con los ministros que estaban ahí en el gabinete con el presidente. Cuando íbamos a discutir sobre las misiones el presidente de la República y también estaban los ministros, y los rectores de las universidades y estábamos nosotros, los estudiantes, haciendo nuestras propuestas y la mayoría, por ejemplo, de los coordinadores de las misiones, los que aun actualmente coordinan y los que son facilitadores en la misión, colaboradores en la misión, son estudiantes universitarios en su gran mayoría. Y de esos 100 mil, un 80% eran estudiantes de universidades del país, que se dedicaban a esta tarea, este trabajo de hormiguita, fue un trabajo de carpintería necesario para que la cosa se consolidara.

Eliane: Una de las cosas que me llamó la atención, y que me gustaría que usted pudiera hablarme, es que el movimiento estudiantil de izquierda al parecer está un poco desorganizado, como movimiento, y hay una carencia de propuestas propias, tanto que el gobierno a veces tiene que tener más iniciativa que el propio movimiento actual.

AC: Una dificultad que ha existido en los años 70, 80 y 90 es que la derecha siempre trató de debilitar al movimiento estudiantil. Los gobiernos que estaban acá desde el gobierno de Acción Democrática sin duda trataron de debilitar al movimiento estudiantil, con este gobierno es todo lo contrario. Pienso que el principal dirigente estudiantil es Hugo Chávez, porque las reivindicaciones por las cuales luchamos los estudiantes revolucionarios de los años 70 son las que Chávez comenzó plasmando. De hecho todo es así, cuando era estudiante Fidel o el Che Guevara, cuando lee un poco su biografía, se da cuenta. Chávez no solo no proviene del mundo propiamente universitario, ni del mundo de la universidad porque él se formó en Academias Militares. Pero sus ideas a veces son mucho más progresistas y mucho más avanzadas con respecto al tema universitario que cualquier persona que haya convivido solo en el escenario de la universidad. Hoy en día nosotros vemos por lo menos como en la universidad mucha gente habla sobre la democracia hacia afuera, nosotros tenemos una estructura universitaria interna, particularmente las cinco universidades autónomas que te he mencionado, que es una cultura totalmente antidemocrática. En esas universidades los estudiantes votan por un rector por ejemplo, pero 40 votos de estudiantes son iguales al voto de un profesor. Yo tengo muchas críticas respecto a eso, porque resulta que el cargo de rector no es solo un cargo académico, es un cargo político, administrativo, es quien dirige una institución. Es un poder centralizado totalmente hacia los profesores, el Consejo Universitario que no permite la participación de los estudiantes, lo que llama la atención muchas veces porque como la universidad hacia afuera habla de democracia y hacia adentro no es nada democrática. Siendo una universidad napoleónica, una universidad cerrada, yo creo que la democracia no ha llegado a la universidad, se quedó en la época del feudalismo. Yo creo que es una constante en las universidades de América Latina, no hay democracia realmente. Y creo que debería hacerse una reflexión si queremos construir una sociedad

democrática, y la universidad es justamente un depósito de conocimiento. La universidad debería ser democrática, debería promover la participación al interno para servirle como ejemplo al resto de la sociedad. Con una estructura autoritaria, netamente autoritaria, no se puede pretender llamar a la democracia al resto de la sociedad. Además de esto, el movimiento bolivariano siempre ha estado conversando sobre la posibilidad de una gran transformación en el sistema de la educación superior en Venezuela y yo pienso que estamos en este momento en pauta para que esto sea así. El presidente Chávez ha sido, a pesar de que muchos tratan de tergiversar, esto es importante para la gente de Venezuela, poder tener una autonomía universitaria. Y ha sido justamente Chávez quien más a reivindicado la autonomía universitaria, y este gobierno bolivariano. La autonomía universitaria no estaba aquí sino en una ley, la ley de universidades y Hugo Chávez llevó la propuesta para la Constitución vigente actualmente, que reconsulté la Constitución de la autonomía universitaria. Jamás el gobierno del presidente Chávez ha emitido una norma que atente contra la autonomía de las universidades, contra la libertad de cátedra en lo absoluto, cosa que hicieron los gobiernos de la IV República, con quienes las universidades de este país retroceden, allanaron con tropas militares las universidades, arrestaron estudiantes, profesores, decanos de la universidad, todo eso. Dentro de la universidad tropas, es algo que jamás aconteció durante el gobierno del presidente Chávez, nada ni remotamente parecido, al contrario la Universidad Central de Venezuela, tenía en una parte de la Universidad como un Jardín Botánico, varios kilómetros de plantaciones, que durante los gobiernos de la IV República le quitaron a la Universidad ese espacio, pues decían que ahí se iban a entrenar guerrilleros, y esa parte se la quitaron a la Universidad, y Chávez una cosa que hizo en su gobierno fue devolverle ese espacio a la Universidad.

Eliane: De hecho parece que hay mucha libertad, no he visto ninguna represión a los estudiantes conservadores de la derecha.

AC: Es que Chávez, a pesar de que no estudió en las universidades, sino en la Academia, siempre tuvo un contacto permanente con los estudiantes. Cuando él era militar, siendo cadete, o cuando fue subiendo de grado, teniente, subteniente. Siempre tuvo contacto con la dirigencia estudiantil de izquierda, fue una constante, siempre tuvo esa filiación por parte de su hermano también que estudio en la Universidad de los Andes. Siempre estuvo en contacto con el mundo estudiantil, por eso me atrevo a hacer esa afirmación de que él es el principal dirigente estudiantil que tenemos en Venezuela.

Eliane: Pero parece que aun a finales del '70, principios de los '80, existía un movimiento estudiantil más fuerte en Venezuela y protagonista de muchas luchas en la primera mitad de la década de los '80. Y parece que eso ha cambiado en los años '90.

AC: Yo siento que a veces somos un poco injustos con el movimiento estudiantil actual, porque son etapas distintas. En los '70 había dictadura y represión hacia el movimiento estudiantil, entonces no podemos evaluar eso en la misma óptica que la situación actual del movimiento estudiantil con el gobierno revolucionario. No son las mismas características. Entonces las tareas que los estudiantes hacían en aquel momento eran muy distintas a las tareas que el movimiento estudiantil puede hacer en este momento. Por ejemplo, en estos momentos cuando el movimiento estudiantil participa de la alfabetización de 1 millón y 500 mil personas, eso no se podría hacer en los años '70, porque ellos no tendrían el apoyo del gobierno para hacer eso. Yo tuve la tarea, la misión de Estado de alto nivel como lo que sucedió en Cuba en los 50. ¿Quién alfabetizó a la población cubana? El movimiento estudiantil, esa etapa que ellos vivieron en la década de los 60 no es la misma etapa que en los 40 o 50, en la época que luchaban contra la dictadura. ¿Ahora que falta? Falta la unidad, una plataforma unitaria. Cuando se logre esa construcción de una plataforma unitaria del movimiento estudiantil revolucionario, se contemple todas estas características de las que te estoy hablando que son de Estado, que van más allá del tema estudiantil, van mucho más allá de la reivindicación por un comedor en su universidad o por un pupitre que falte o por una cuestión netamente académica de la universidad. El movimiento estudiantil tiene tareas mucho más elevadas, muchas veces a nivel de Estado, de alto nivel del Estado venezolano asumiendo, y bueno cuando se concrete, como en las palabras de Bolívar: "Solo la unión no hace falta, solo eso nos hace falta para completar la gran obra de nuestra regeneración". Cuando este detalle se logre concretar y yo estoy seguro que estos gobiernos, que están haciendo un gran esfuerzo lo van a lograr, vamos a tener una explosión positiva del movimiento popular estudiantil.

Eliane: ¿Pero cual es la idea de "popular"? ¿La idea de la universidad ser popular es no solamente del ingreso de los trabajadores, del pueblo en ella, sino también en el contenido? ¿O sea, que la universidad sirva a los intereses del pueblo y no de los grandes intereses capitalistas?

AC: Es que no se trata sólo del ingreso en la universidad, sino también de la permanencia y del egreso, porque aplicando una teoría simple de sistemas, no se trata sólo de una entrada, proceso y salida; entonces entran los jóvenes de sectores populares en el proceso de la universidad y salen elitescos. O sea, la idea no es transformarlos y sacar neoliberales a la calle. Aunque aún nos pasa que en algunas universidades los estudiantes se gradúan, los estudiantes de medicina, y no quieren ir hacia zonas rurales, ni en los pueblos, nada fuera de una clínica privada. El paradigma es

me gradué y voy a una clínica privada a hacer mucho dinero. O sea, no quieren el título para servir, hay una búsqueda del beneficio personal. No es que estemos en contra de que alguien mejore su condición de vida, al contrario el presidente Chávez y el gobierno revolucionario han incrementado el nivel de vida de la población venezolana. Pero el título universitario no puede ser una patente para que tu explotes a todo el mundo, no puede ser que no tengas ningún tipo de conciencia con los demás. Por ejemplo, en un pueblito apartado de las grandes ciudades, yo con un título, que es como un carné, me convertiría en un noble, un señor feudal que va a explotar a todo el mundo. Ahora me convertiría en el mandamás de todo el mundo, se trata sino de que tu puedas aportar algo a la sociedad. Porque el dinero con el que está estudiando, sobretudo en las universidades públicas, ese dinero proviene del pueblo, de los impuestos que pagan los campesinos, los trabajadores, los obreros, de nuestra renta petrolera. Viene del esfuerzo de los venezolanos y eso exige una contribución.

Eliane: ¿Pero y esa cuestión del contenido de la universidad como se piensa la participación del pueblo en ese proceso? ¿No en las universidades bolivarianas que están siendo formadas, sino en la transformación de las universidades estatales o autónomas?

AC: Yo creo que no sólo en Venezuela, sino en buena parte de América Latina lamentablemente los profesores son como un poco rebeldes, como extremadamente conservadores, pues en su mayoría tienden a tener actitudes conservadoras, hay un poco de resistencia al cambio. Es la institución universitaria que no se adapta, además de que en la universidad en algún momento se creó el monopolio del conocimiento. Pero si nosotros analizamos la realidad y vemos las cosas que hay ahora, internet, o sea, el conocimiento no está sólo en la universidad. Hay conocimiento que se genera en otros espacios, inclusive el poder le da más conocimiento al campesino, nosotros nos quedamos asombrados cuando vemos cuanto él sabe más rápido que va a llover que un instrumento, porque es un conocimiento que se ha generado, un conocimiento empírico. Que muchas veces no es bien valorado por la llamada ciencia, aunque ese conocimiento generado es una forma de conocimiento que está ahí. Entonces las universidades no pueden negarse al conocimiento del pueblo que está ahí y si se niegan existen cláusulas de encerrarlos. Y no por la acción del gobierno, sino por no querer mirar a su alrededor, su entorno. El gobierno las apoya, el presupuesto universitario se ha quintuplicado. Venezuela invierte en educación, por ejemplo la UNESCO dice que lo óptimo son 7 puntos del PBI, este país invierte 9 puntos. Yo te diría que pregunte eso en cualquier otra parte de América Latina y vas a ver que en su mayoría invierten entre 4 o 5 puntos a duras penas, ninguno llega a casi 7. Y el 44% del presupuesto venezolano va al área social, netamente entre lo social, lo educativo, la salud, en todo eso se va una buena proporción del presupuesto de la república. Entonces aquí en Venezuela definitivamente hay un proceso revolucionario en marcha, que ya está definido, abonado, el socialismo. Un socialismo autóctono, un socialismo que se basa en nuestras ideas, fundacional, con mucho de unidad sudamericana. No se puede ser bolivariano sin querer la unidad sudamericana, un bolivariano es que busca la integración del continente y en eso estamos. Un bolivariano es antimperialista, es precursor del movimiento antimperialista latinoamericano. Uno de los primeros hombres que habló del imperialismo antes que Lenin fue Bolívar, el primero de la tesis contra el imperialismo. Aquella frase que dijo que “los Estados Unidos parecen condenados por la providencia a plagar la América de miserias en nombre de la libertad”. Bolívar es el padre de las políticas antimperialistas, y bueno es antimperialista por naturaleza. Otra línea que ha mencionado, unidad sudamericana, antimperialismo, educación popular. Bolívar fue precursor, quien le otorgó autonomía a la Universidad Central de Venezuela fue Simón Bolívar. Y Bolívar es padre de la educación popular, a través también de su maestro Simón Rodríguez. Uno de los decretos del mariscal Sucre cuando estableció la República de Bolivia fue ponerle misión Sucre a la universidad, porque Sucre en Bolivia abrió escuelas en todos los municipios para que se educaran en esas escuelas los hijos de las personas más humildes. Por eso se llama misión Sucre, una de las cosas a las que quería llegar Bolívar era a eso, abrir escuelas. Sabía que la educación es tan básica, moral e ilustre y era una de las primeras necesidades. Entonces tenemos educación popular, antimperialismo, unidad sudamericana, igualdad social. Para nosotros en el socialismo buscamos la igualdad entre todos los venezolanos, no el igualitarismo, sino la igualdad. No solo en las oportunidades, sino establecer una opción a la sociedad neoliberal clásica del pacto contractualista que nace en Europa con la teoría de Hobbes, de Locke, con estos padres del liberalismo que decían que había un contrato libre en el cual el dueño de la propiedad trataba con el trabajador para llegar a un acuerdo. Y esto se veía como una expresión de libertad y no se trata sólo de eso. No se trata de igualdad de oportunidades, sino de igualdad de condiciones. Se trata de igualdad de condiciones para poder competir, porque en los sistemas neoliberales, o liberales, los grandes se tragan a los pequeños, y los pequeños no tienen ninguna posibilidad. La única libertad que tienen es la de morir de hambre, pero no es así, para ser libre debes tener condiciones de igualdad. Y esa política en Venezuela también la aplicamos en el plano internacional, nosotros queremos, con nuestros hermanos de Sudamérica tener más relación, nosotros tenemos con nuestros diputados en el parlamento del MERCOSUR que hay un interés de Venezuela en hacer un bloque regional y esperamos que el Congreso de Brasil y el de Paraguay aprueben, si es posible dentro de poco, el ingreso de Venezuela. Por esos principios que te acabo de mencionar. No se puede aplicar ese tipo de igualdad en un país grandote, como es el caso de Brasil por ejemplo, donde no se ofrezca condiciones de igualdad con el trato de asimetría como en el caso de países como Uruguay o Paraguay, o como Venezuela que son países con su economía más reducida, más pequeña y llama la atención ahorita de cómo Uruguay no puede colocar su producción de arroz en Brasil, con una producción

tan chiquita. Y Brasil no se la compra, se la compra a Irán, imagínate. Entonces de lo que se trata es de una integración de iguales, y no de una integración en donde el más grandote porque tiene más población, una economía más grande, absorbe las economías más pequeñas. Porque nosotros no queremos, nos hemos opuesto y no vamos a aceptar ningún tipo de convenio que sea como el ALCA. Y el ALCA murió y fue derrotada justamente por los 5 presidentes del MERCOSUR en Mar del Plata, y por eso no vamos a entrar en un acuerdo igualito al ALCA. Queremos otra cosa, queremos un sistema internacional sudamericano, de las redes sudamericanas donde se privilegie, donde se tomen en cuenta las asimetrías de los más pequeños y como sobrevivimos todos. No se trata de crear unas diferencias abismales entre unos que pueden tenerlo todo, y otros que no tengan nada.

Eliane: Y ahora, para ir cerrando, me gustaría saber sobre la Reforma Constitucional, si en el área de educación habrá algún cambio significativo en relación a la situación anterior.

AC: Bueno, nosotros podemos esperar en el tema de la reforma la aprobación de la propuesta del presidente. El presidente Chávez, de acuerdo con la Constitución, tiene iniciativa para la reforma, también lo tiene la Asamblea Nacional, también la tienen un número de electores (creo que es el 10%, si no me equivoco) que pueden solicitar la activación de una reforma constitucional. Todavía especular con respecto al tema de la reforma podía ser un poco aventurado, hay que esperar que el presidente Chávez en los próximos días, él ha anunciado que en el mes de julio va a introducir la propuesta de reforma en algunos temas que han estado saliendo: el tema de la reelección indefinida para los cargos de elección popular. Eso es parte de la soberanía popular, ella dirá si la reelección indefinida es posible o no, y otros temas. Hay muchísimos temas, pero en todo caso en la Reforma Constitucional lo que si está garantizado es la reforma que se va hacer bajo todos los cánones de la democracia, no va haber nada impuesto; lo que se apruebe en la reforma es porque el pueblo lo aprobó, no porque lo dijo el presidente Chávez. Chávez llama a un referéndum, nos entrega la decisión a nosotros que lo vamos a discutir tres veces, tres discusiones. Y eso va obligatoriamente a una consulta y el pueblo va a decir si está de acuerdo o no. Si el pueblo es no es no, pero si el pueblo dice que sí es sí. Y nosotros estamos plenamente seguros que el presidente Chávez tiene el apoyo del pueblo en esta propuesta, tendremos una nueva Constitución. Yo creo que en esto el presidente Chávez ha sido muy coherente, muy responsable, se ha tomado el tiempo que ha querido para hacer la propuesta a la Asamblea Nacional y al país completo. Bien distinto de cuando se hizo la Constitución del año 61, algunos sectores que critican, sectores minoritarios, opositores, en el año 61 se hizo una Constitución sin consultarle a nadie. Hubo un Congreso que se autoproclamó como si fuera constituyente, hicieron una Constitución y la aprobaron y a nadie le preguntaron que opinaba respecto a eso. La aprobaron el *Pacto de Punto Fijo*, y esa fue la Constitución. La Iglesia no hizo nada porque era parte del pacto, porque era un pacto empresarial, un pacto patronal. La Iglesia y los partidos políticos de la élite, ellos hicieron su pacto, el Pacto de Punto Fijo y medios de comunicación. Y ni siquiera ese pacto fue firmado, ni se constituyó aquí en Venezuela. Se llama Pacto de Punto Fijo, porque hay una quinta de un ex presidente llamada de Punto Fijo aquí en Caracas, pero ese pacto nace en Estados Unidos, en Nueva York. Es el Pacto de Nueva York que hicieron en el año 57, por eso yo le diría el Pacto de Nueva York. Porque los hicieron Rómulo Betancourt de Acción Democrática, Rafael Caldera de COPEI y Jóvito Villalba de URD con el Departamento de Estado norteamericano allí en Nueva York, ante la caída de Pérez Jiménez. Ese pacto era para ellos repartirse el poder una vez caído Pérez Jiménez, excluyendo a los sectores de izquierda totalmente, de ahí se generó el movimiento de guerrilla en los 70, pues la izquierda fue excluida y eran los partidos de izquierda los que más habían luchado contra el gobierno de Pérez Jiménez. Como el caso del Partido Comunista de Venezuela y otros movimientos, inclusive los jóvenes de esos partidos que estaban en ese pacto cuando llegaron esos señores de Nueva York: Betancourt, Caldera, eliminaron esta juventud, los mataron, los masacraron. Pero algunos de ellos lograron sobrevivir y se fueron a la guerrilla. Ese pacto se hizo con la CIA para repartirse entre las élites. El 23 de enero fue posterior a esa reunión, y fue una sublevación popular, una victoria popular del pueblo venezolano en el cual participó una gran parte de la sociedad. Una unión en torno a la salida de Marcos Pérez Jiménez, pero el verdadero espíritu revolucionario del 23 de enero fue traicionado por ese pacto. Hubo una traición a la victoria popular del 23 de enero. El pacto se hizo en diciembre del 57, y a Pérez Jiménez lo derrocan el 23 de enero del 58, o sea, un mes después. Y la Constitución vino después, o sea, ¿cuál es la doctrina de Rómulo Betancourt cuando llegó al gobierno? Las manifestaciones públicas, de calle, él decía “disparen primero y averigüen después”. Esa era la doctrina de seguridad pública. Y hubo represión verdadera contra estudiantes.

Eliane: Bueno, por su tiempo, creo que podemos quedar por aquí, no? Muchas gracias.

ANEXO 7

Entrevista a Alberto Muller Rojas.

Transcripción: Mariángeles Guerin.

AMR: Aquí el Estado como tal es una realidad del siglo XX. En la época colonial esto era una colonia secundaria, prácticamente era desatendida política y económicamente por el imperio español. Ellos concentraron su acción en México, en Perú, en menor grado en Colombia y en Argentina donde estuvieron los virreinos. Por varias razones entre otras porque en esos espacios había minerales de oro y plata, pero más importante que eso es que ahí había población indígena civilizada que estaba acostumbrada a la obediencia, a las leyes. De manera que ellos vinieron y simplemente se sobrepusieron a la estructura ya domesticada en el caso sudamericano de los incas y de los chibchas ahí en Colombia. Y en el caso de México los aztecas y los mayas que eran civilizaciones tan avanzadas como la europea. A imponerse los ayudó muchas cosas no solamente la capacidad militar, los ayudó la enfermedad porque las enfermedades que ellos trajeron de Europa eran extrañas en América y los sistemas inmunes de la población autóctona no tenían defensas. Y por eso murió mucha gente por causa de la sífilis, la tuberculosis, que fueron traídas de Europa. Ahora nosotros también le dimos un regalo a ellos, le dimos la menorragia, el paludismo, la gonorrea. (risos). Pero, fíjate, en el descubrimiento de América la agricultura de esas civilizaciones estaba muchísimo más avanzada que la agricultura europea y fueron las técnicas agrícolas americanas, especialmente en el cultivo de la papa, lo que salvó a Europa del hambre. Porque ellos tenían permanentemente ciclos de hambrunas donde morían 20 o 30% de la población y ellos aprendieron las técnicas de cultivo de la papa. Y en Perú hay 20 o 25 variedades de papa con distintos contenidos nutritivos.

Eliane: Mi intención es comprender un poco más ese proceso que están llamando de Revolución Bolivariana, su contenido político-social, lo que se está haciendo aquí en Venezuela. Para adonde camina Venezuela, cuáles son los objetivos de la Revolución Bolivariana.

AMR: Tú sabes que la realidad de las fuerzas políticas que actúan en la vida de un país no nacen en un momento determinado. Aquí hay una tradición radical, por eso hay que recurrir a la historia necesariamente, porque ella es sociología en el tiempo, y la sociología es historia en el momento. Aquí se formó una tradición radical en el proceso de independencia. Hubo una revolución en la independencia, aquí internamente se enfrentaban las ideas republicanas con las monárquicas. Aquí entre los que impulsaron la independencia, que eran los blancos, los señores de la tierra, que fueron los que hicieron la insurgencia contra España. Porque inicialmente fue solo una rebelión para protestar por las restricciones que se le imponían a esta clase en sus posibilidades de participar en el comercio internacional que ya se había globalizado. O sea, dentro del esquema absolutista español las importaciones y exportaciones de estas colonias iban a España, y era esta quien distribuía eso en Europa. Por eso la utilidad quedaba en España y lo que llegaba al productor aquí en América, que eran los dueños de la tierra, no satisfacían sus expectativas. Y esa situación se resolvió por dos vías, por un desarrollo extraordinario del contrabando, especialmente hacia las posiciones inglesas, holandesas y francesas del Caribe; y por el inicio de una conspiración para cambiar las instituciones monárquicas por las instituciones republicanas. Ahora cuando esa conspiración explotó la idea de la república era diferente. Una respondía al concepto de Montesquieu, que la república no es gobierno de hombres sino gobierno de leyes, y la otra era la concepción de Rousseau donde la república es gobierno del pueblo. En esta concepción estuvo el grupo radical que era minoritario porque a estos terratenientes no les convenía el gobierno del pueblo. Bolívar estaba en el grupo radical. Y esa tradición se mantuvo y la Guerra Federal, que fue una guerra de confrontación entre las fuerzas que seguían las líneas de Montesquieu, conservadoras, y las fuerzas radicales, roussonianas. Se enfrentaron en una guerra que duró casi cuatro años y tuvo tantos muertos casi como la guerra de independencia. Y triunfaron las fuerzas radicales, y allí nació el sentimiento de igualitarismo de los venezolanos. Porque hay un sentido de igualitarismo que ya mantiene la tradición radical. Un ejemplo es el proceso que se desarrolla a partir del año 89 cuando se produce el fenómeno que se llama el Caracazo, que es una insurrección popular, una explosión social de las clases. Y ese sentimiento radical también se mantuvo dentro de las Fuerzas Armadas, de manera que ellas intervinieron en el siglo XX en 14 oportunidades en la política venezolana, de las cuales solamente en tres ocasiones fue capaz de tomar el poder. Pero siempre intervino acompañando fuerzas de izquierda. No hay ninguna intervención militar en Venezuela que haya acompañado las fuerzas contra el pueblo. Ahí hay una tradición, incluso el golpe militar que se realizó por primera vez con el Ejército Nacional reconstruido que se había disuelto en la Guerra Federal, fue hecho por oficiales jóvenes, estudiantes universitarios, académicos y viejos revolucionarios del siglo XIX. Allí nació el Partido Comunista Venezolano, que se fundó unos 10 o 12 años después en México donde se habían ido exiliados. Posteriormente se fundó en Venezuela en 1933 o 34. Y allí surgió la

llamada generación del 28 que se unió con militares jóvenes radicales y también producen un golpe de Estado que se conoce aquí en Venezuela como la revolución de octubre de 1945 que colocó un gobierno radical, antimperialista en el poder. En ese momento hubo una asociación entre Acción Democrática que era en esa época un partido de orientación socialista y no socialdemócrata. Acción Democrática se vuelve un partido socialdemócrata en la década de los 70. Se toma el poder y hay una reacción de las fuerzas de derecha capitalizadas fundamentalmente por la Democracia Cristiana y los componentes militares del gobierno revolucionario del 45. Los mismos jefes militares que encabezaron junto con los de Acción Democrática la llamada revolución de octubre. Esos jefes militares no asumieron una posición conservadora, profundizaron la estatización de la economía venezolana y desarrollaron una política desarrollista dentro del concepto del capitalismo de Estado. O sea, que no fue un triunfo de las fuerzas conservadoras venezolanas, porque siguió los mismos planteamientos y el mismo programa que existía en el año 1945, en lo que Acción Democrática desarrolló y se llamaba o se conocía como el Plan de Baraquilla, que fue un plan que elaboraron mientras estuvo la gran parte de su dirigencia después del año 28 exiliada en Colombia. Y en la ciudad de Baraquilla fue que ellos comenzaron a pensar en su plan o su proyecto de gobierno. De manera que la tradición se mantenía y en esos procesos siempre hubo una gran participación de los sectores populares de la población. Y en toda la segunda mitad del siglo XX el movimiento sindical aquí en Venezuela fue sumamente poderoso, la CTV. Y la central comunista que se llamaba CUTV, que era la Central Unificada de los Trabajadores de Venezuela.

Eliane: ¿Y los estudiantes?

AMR: Y los estudiantes universitarios empiezan a participar desde el primer golpe de Estado. Chávez y el grupo ese que se llamó Movimiento Bolivariano Revolucionario 200 recogen esa tradición, porque yo fui maestro de ellos.

Eliane: ¿Pero no participó desde el inicio en el movimiento?

AMR: Ellos me invitaron en 1983, y específicamente el que me invitó era el teniente en esa época Francisco Arias Cárdenas que es actualmente embajador de Venezuela en la ONU. Y él me invitó a participar de las reuniones de estudio de la realidad venezolana. Mi respuesta es que yo estaba también muy preocupado por la situación venezolana, pero no me gusta el nombre de bolivarianos. Porque Bolívar ya pasó y aquí han usado el nombre de Bolívar como los cristianos han usado el nombre de Dios, como un mecanismo de alienación para el bien y para el mal. Y a mi me gusta ver hacia el futuro y no hacia el pasado. Y el problema que tenemos es como vamos a lograr superar la situación de subdesarrollo. Entonces con ese concepto que tengo es por lo que no entré, pero ellos me siguieron considerando como un hombre aliado espiritual de su proyecto. Al punto de que cuando ellos dan el golpe de Estado el 4 de febrero del año 92 y salieron algunos documentos de ellos, yo figuraba entre los miembros del gobierno provisional. Eso me significó a mi incluso algunos días de prisión (risas). Y en ese momento yo era parte del partido Causa-R que después se dividió y yo quedé con la porción que se denominó Patria para Todos que tenía una vinculación estrecha con el Partido de Trabajadores de Brasil. Nosotros somos parte fundadora de lo que se llama el Foro de São Paulo.

Eliane: ¿Pero estuvo en Causa R desde cuando?

AMR: Desde el año 86. Causa-R se fundó a finales de los 70, y fue producto de la división del Partido Comunista que tuvo dos grandes grupos. El Partido Comunista ortodoxo y el MAS, y de este grupo quedó un cociente que lo dirigía Alfredo Manero que se convirtió posteriormente en la fuerza de izquierda más importante del país. Nosotros ganamos las elecciones en el año 92, y llegué hasta ser vicepresidente de la Cámara del Senado en esa época.

Eliane: Pero como partido Causa R no tenía ...

AMR: Se dividió y el grupo que quedó con el nombre asumió una política socialdemócrata.

Eliane: ¿Pero en su origen Causa-R no tuvo vínculos con estos grupos que fueron a la guerrilla?

AMR: Sí, la mayoría de los dirigentes de Causa-R venían y eran comandantes de la guerrilla, Rodríguez, Pablo Medina, casi todos venían de la guerrilla porque ahí hubo muchos militares. Empezando por el comandante de las Fuerzas Armadas de Liberación Nacional (FALN) que era un Teniente-Coronel del Ejército que había sido jefe del departamento académico de la Academia Militar. Entonces varios compañeros a mi me invitaron a ir y yo le dije algo más o menos parecido de lo que le dije a Cárdenas. Les dije: "Acción Democrática acaba de ganar las elecciones con el casi 70% del electorado, con un electorado que participó en más del 90%, de manera que las posibilidades de triunfo de un movimiento guerrillero aquí en Venezuela en estas circunstancias son menores al 10%. Y yo no me anoto con perdedores, es preferible seguir trabajando políticamente en las clases populares para crear conciencia de clase, conciencia de lucha, para organizar fuerzas", quitarle el enorme apoyo que tenían en ese momento los partidos

de centro y de derecha. Aquí no había habido un partido de derecha desde la guerra civil de mediados del siglo XIX. El primer partido abiertamente de derecha es Primero Justicia, que no tiene ni 20 años de fundado. Y ese movimiento de Chávez refleja toda esa tradición radical venezolana que parte del hecho de las extremadas diferencias que había entre los blancos peninsulares y lo que aquí se llamaban los pardos, que eran los mestizos de blancos con negros, con indios, etc. que constituían el grueso de la población incorporada al proceso productivo y que eran por supuesto revolucionarios. Y esos fueron los que alimentaron el Ejército del Libertador fundamentalmente. Porque los indígenas que habían aquí y que eran cuantitativamente una minoría, porque se habían incorporado ya mucho por la vía del mestizaje a la sociedad blanca, su estrategia fue de resistencia pacífica. Y se aislaron tratando de mantener sus unidades autónomas, fuera del control del Estado. Y todavía viven así, y por primera vez hay un movimiento que reconoce su presencia y les da puesto en los órganos políticos de Venezuela, porque este es un proceso, como ha sido la tradición incorporativa de Venezuela desde la formación del grupo radical que en un momento encabezó Bolívar, en comparación con la república conservadora, aristocrática y burguesa, que era un proceso segregativo y excluyente. Entonces el fenómeno no es un hecho nuevo en la historia venezolana, sino que sigue una tradición.

Eliane: Deteniéndonos un poco en esas ideas del movimiento de que formaba parte Bolívar y esa tradición que vino de la guerra, a la que hoy se le está pensando dar una continuidad de un cierto modo. Parece que aún en Venezuela se está luchando por aquella república democrática y popular.

AMR: Por aquella república donde el dueño es el pueblo y no las leyes.

Eliane: ¿Entonces desde esa época se está luchando por una igualdad más plena en los derechos reales de la gente?

AMR: Fíjate que hay un cambio muy importante que sucede justamente en la década de los 40 y principios de la del 50. En ese momento Venezuela tenía unos 6 millones de habitantes, de los cuales la población de adultos no pasaba de 3 millones y medio o 4 millones, y recibimos una inmigración europea fruto de la posguerra que casi llegó a 1 millón de habitantes. De manera que la cuarta parte de la población adulta venezolana en la década de los 40 y de los 50 eran inmigrantes que no tenían raíces aquí. Y esa inmigración vino aquí porque tenían todas las oportunidades, había un país que tenía unos altísimos ingresos para la época en comparación con los demás países sudamericanos, no tenía una fuerza de trabajo calificada. Entonces esa inmigración vino a constituir la fuerza de trabajo especializada y se convirtieron de obreros en empresarios. Porque por supuesto tenían una formación mucho mayor de la de aquí que era en casi un 70% analfabeta en ese momento. Entonces el arranque de la modernización, al menos de la infraestructura venezolana, comienza en la década del 50 bajo el gobierno militar de Pérez Jiménez, que es cuando se desarrolla la industria de la tele, del aluminio, se desarrollan los grandes proyectos hidroeléctricos, se desarrolla la industria petroquímica, se desarrolla la hotelera, las carreteras, las autopistas. Hay una explosión en el desarrollo de la infraestructura del país y en el crecimiento de la economía. Al punto que después de la crisis, de la guerra, por el canal de Suez en 1953 eran tales los excedentes que Venezuela - en la reunión que hubo en Panamá para celebrar los no sé cuantos años del Congreso Anfitiónico de Panamá que se reunió para crear una confederación de pueblos latinoamericanos -, Pérez Jiménez, ofreció una ayuda de 100 millones de dólares a los pueblos del Caribe que duplicaba la ayuda que daba Estados Unidos a esos pueblos. Desde luego el plan de Pérez Jiménez era lograr influenciar esos pueblos del Caribe y quitárselos de alguna manera a la influencia norteamericana, y eso decretó su caída. Una caída donde ya juegan un papel muy importante esos sectores inmigrantes, que hoy en día constituyen el grueso de lo que nosotros llamamos los escuálidos, que es la oposición conservadora y fascista [a Chávez] porque la gran mayoría de esos inmigrantes eran admiradores de Mussolini, de Franco y de Hitler. Entonces tienen una tradición familiar fascista, de allí la conducta de estos grupos que en la realidad no constituyen la alta burguesía venezolana, aunque algunos habrán llegado a ser parte de ella. Pero en su gran mayoría son lo que en términos marxistas llamamos de la pequeña burguesía.

Eliane: Por lo que dice parece que existe, mas allá de las ideas, una Venezuela muy contradictoria, que tuvo muchos años de dictadura con Vicente Gómez, Pérez Jiménez...

AMR: Muy contradictoria, y esa contradicción durante ese periodo a partir de la caída de Pérez Jiménez hasta el ascenso de Chávez, del año 59 hasta el año 99, o sea por 40 años esa contradicción se fue expresando de manera continua por la apatía de los sectores populares frente al problema político. Es que los sectores populares dejaron de participar en la vida política del país asumiendo más o menos la misma posición en que viven los indígenas, se aislaron. Y se fueron aislando cada vez más, cosa que les interesaba a los partidos que ya francamente se habían volcado a la derecha. Ahora no había habido insurgencia, porque la renta petrolera era tan alta que de todas maneras beneficiaba a todos los sectores, incluyendo a la fuerza social y económicamente activa. Y por la vía del asistencialismo social se les suministró alimentos, materiales de construcción para hacer sus ranchos, etc.. Recibían incluso dinero para que algunos fueran a votar. Pero el sistema entra en crisis cuando aparece el problema de la deuda externa y la baja de los precios del petróleo. Y ahí la renta petrolera no es capaz de financiar el pago de la deuda y mucho menos mantener los programas de asistencia. Y se empieza a aplicar el Consenso de Washington, eso

ocurre en el segundo gobierno de Carlos Andrés Pérez, en los años 80, que es cuando se produce el Caracazo, que es una insurrección de las clases populares a escala nacional, y está mal llamado Caracazo porque no sucede solo en Caracas. La verdad es que el único estado en donde no se produjeron levantamientos populares fue en Nueva Esparta que prácticamente es un enclave internacional: ahí viven árabes, norteamericanos, franceses, españoles que manejan el comercio en esa isla que es considerada puerto libre.

Eliane: ¿Pero no tuvo ninguna participación de alguna organización política el Caracazo?

AMR: El Caracazo ocurre cuando ya existía el Movimiento Bolivariano Revolucionario 200 y también ya existía una relación entre el Movimiento Bolivariano Revolucionario y las fuerzas de la izquierda especialmente la Causa-R, entre otros.

Eliane: ¿Y en la campaña del 98 en la que participó, ya existía un programa madurado de esos movimientos de izquierda y de los sectores militares que apoyaron a Chávez? Porque se dice mucho que el proceso fue improvisado.

AMR: En el Movimiento Bolivariano Revolucionario 200, que fue el sector militar que insurgió en el '92 no todos eran de orientación socialista. En la campaña de Chávez fue interesante que el disfraz más popular que había entre los niños era el de Chávez, su uniforme con la boina roja. Y las encuestas en esa época registraron una popularidad enorme para Chávez, que después se manifestó en las elecciones del '98, de las cuales fui yo el jefe de campaña. Y fue una campaña popular con mucha participación del pueblo. Fíjate que antes la abstención había llegado casi a un 70% y en el caso de elecciones legislativas era de 80%. La abstención en las sucesivas elecciones ha venido disminuyendo hasta la última del 6 de noviembre donde no pasó de 30%. Ese es un nivel muy alto de participación en América Latina, e inclusive en América, porque en los Estados Unidos ni siquiera participa el 45% del electorado. Además el voto aquí ya no es obligatorio, lo era antes, incluso hasta existían antes sanciones de multas, pero que nunca se aplicaron. Las Fuerzas Armadas fueron activadas para la construcción de viviendas para las clases populares y así se activó lo que se llamó el Plan Bolívar 2000. Y el que administró ese plan, que era un general, está ahora en juicio por corrupción. El fue el que dirigió ese plan porque no había ningún instrumento institucional en el Estado que pudiera ayudar en eso. Y por eso Chávez tuvo que recurrir a las Fuerzas Armadas. Porque quedaron vivas dos estructuras institucionales, la militar y la Iglesia católica, porque partidos, sindicatos, gremios, todo eso se había disuelto sólo, nadie los tumbó. Antes de que llegara Chávez en las elecciones del '98 no existían ya ni Congreso, ni Tribunal Supremo de Justicia, ni presidente. Ya Carlos Andrés Pérez había sido retirado de la presidencia por el voto del Congreso y había un presidente provisional Ramón Velásquez. Calderas llega a la presidencia no como miembro del Partido Socialcristiano (COPEI), sino por una coalición de fuerzas que llamaron el Chiripero, y llega como un caudillo, no como un líder político. Y las elecciones del '98 fueron tres caudillos que no respondían a ningún partido político, ni grupo sindical, ni grupo alguno. La primera que encabezaba las encuestas era una ex miss Venezuela y miss Universo, alumna mía en la escuela de estudios políticos de la Universidad Central, Inés de Sáenz, que era la alcaldesa de Chacao. El doctor Enrique Salas Romer, que era un empresario de Valencia sin ninguna conexión política. Y Chávez que sí tenía conexión política con los partidos de izquierda que estaban igualmente desbandados, pero cuyos cuadros le sirvieron para montar el aparato electoral. Por eso, me escogió a mí porque aun cuando era del PPT era muy respetado. Era un senador con mucho prestigio y había tenido una actividad parlamentaria realmente que la gente consideraba muy brillante. Y todos los partidos de la izquierda e incluso algunos de la centro-derecha me respetaban a mí. Ahí se formó lo que se llamó el Polo Patriótico que fue un aluvión de siglas y es lo que ha estado hasta ahora y que se pretende eliminar con el Partido Socialista Unido. Pero no fueron los partidos los que arrastraron a la gente, sino que ella fue detrás de Chávez. Y la gente está detrás de Chávez, no está detrás de ningún proyecto político concreto, este es un régimen carismático. Depende del carisma de Chávez, y él pretende institucionalizar por la vía de la creación del partido. Y ese es el mecanismo de estabilizar el sistema político pues hasta ahora tiene un sistema de transición. En los primeros años de gobierno para formar un proyecto político que más o menos permitiera una relación en el campo internacional se asumió lo que se llamaba en aquel momento la Tercera Vía de Guiddens, el laborista inglés que había asumido, el Primer Ministro Blair que ahora está entregando la jefatura del gobierno británico. Y por eso nosotros recibimos una asistencia muy importante del laborismo inglés y del gobierno inglés en la campaña que tuvimos. Y logramos que por esa razón el gobierno norteamericano, cuyos sectores conservadores y ultra conservadores rechazaban a Chávez esperasen. El gobierno demócrata de Bill Clinton asumió una política que él llamó de esperar y observar. O sea, nosotros tuvimos una relación con los Estados Unidos relativamente amistosa y de cooperación en muchas áreas, mientras estuvo Clinton en el poder. Cuando llega Bush inicialmente no se produjo ningún incidente violento, él siguió la misma política de Clinton respecto a Venezuela. Pero eso cambia y se produce un distanciamiento después del 11 de septiembre cuando en diciembre más o menos Chávez criticó públicamente la matanza de civiles, niños y mujeres en Afganistán. Y ahí empezó en el 2002 la acción directa de la CIA, actuando junto con ese grupo de pequeños burgueses, más personas como Marcel Granier, con los medios de comunicación. Y así en ese golpe del 11 de abril en el que se pretendía tumbar a Chávez y en el que sí hubo una participación militar, de las fuerzas conservadoras militares, hubo también una ingerencia abierta de los Estados Unidos.

Eliane: ¿Pero en la campaña del 98 y en ese proceso de construcción del gobierno de Chávez no hubo ningún consenso acerca de los cambios que Venezuela necesitaba?

AMR: No, los partidos ganaron posiciones en la Asamblea Constituyente. Y una vez que en la Constitución que se aprobó participaron los partidos autoritarios, no en la oposición, sino en la lucha casi armada, en guerra con el gobierno de Chávez. Como si fueran una quinta columna de los Estados Unidos. Pero en esa época no, y ellos estuvieron participando en la Asamblea Nacional hasta las elecciones parlamentarias del año 2003 cuando ellos se abstuvieron. De manera que no tienen representación en el Parlamento, en la Asamblea Nacional y por lo tanto el gobierno no tiene interlocutores legítimos de la oposición; o sea no hay ningún representante de la oposición electo nacionalmente para tener las legitimidades de forma de ser interlocutor del gobierno. Y el gobierno controla totalmente el Parlamento, aunque ahí hay diferencias grandes, ahí hay debates y hay unas corrientes fuertes. Porque dentro del chavismo, que fue un movimiento aluvional, hay gente de todas partes, y hay gente que está descontenta. Hay quienes tienen deseos de reforma solamente, y otros deseos de revolución. Porque hay diferencia entre la reforma y la revolución, la reforma es de carácter reivindicativo, es para corregir los abusos de un régimen, mientras que la revolución es para cambiar los usos de un régimen.

Eliane: ¿Cambiar las estructuras sociales de algún modo también, no?

AMR: Hacer una modificación de la estructura social y eso está ocurriendo, esa modificación se está dando. Obviamente el bloque de poder ahora está representando a la clase no privilegiada de la sociedad venezolana que constituye casi el 80% de la población. Pues la clase media apenas representa el 12% y la clase alta el 2%. Entonces el poder hoy lo tiene la gente, porque Chávez depende del apoyo de la gente. Y uno lo ve a eso por la inscripción de la gente en el partido [PSUV], yo creo que en pocas partes del mundo hay un partido con 5 millones de miembros, casi con 6 millones.

Eliane: Pero en la cuestión programática hay muchas dudas y mucha polémica de para donde va el gobierno, con la Reforma Constitucional que se va hacer, si será un cambio profundo.

AMR: No, no puede ser profundo porque si fuera profundo debería convocar una Constituyente. Es un cambio parcial de algunos elementos de la Constitución, pero no es un cambio profundo. Sí, todavía no se sabe el contenido de los cambios. Ahora con respecto al socialismo y especialmente a este socialismo que llaman del siglo XXI - que es una reedición de lo que fue el socialismo real, fracasado, porque se equivocó en muchas cosas, y se convirtió en un capitalismo de Estado más perverso que el capitalismo privado - pasa lo mismo que pasaba con los movimientos liberales del siglo XIX, la gente que odiaba el régimen monárquico no sabía que era el liberalismo y para ellos era algo que iba contra Dios, porque el sistema y la ideología reinante se fundamentaba en que el régimen era representante de Dios en la tierra y, por lo tanto, el que iba contra el rey iba contra Dios que era la fuente de legitimidad por la vía de la religión y no solamente de la católica, porque en Inglaterra el rey era también jefe de la Iglesia anglicana. Es decir, la legitimidad la da Dios en Occidente, y en Oriente también el emperador es Dios, no es que lo representa, sino que lo es. Y en el mundo árabe también, todavía los sistemas políticos islamismos son fundamentados en Dios y no en el pueblo. Entonces para la gente en Europa los liberales republicanos eran el diablo como para la gente aquí todavía el socialismo es el diablo. Y aun mucha gente de la que sigue a Chávez cuando oye hablar del socialismo se retuercen, porque la cultura los entrenó a ellos. Aquí mismo donde yo vivo hay vecinos míos, porque esto es una zona popular de gente de pueblos campesinos, que me ha llegado a preguntar si es verdad que en los planes del gobierno está que la gente no puede tener más de dos pares de zapatos y si tiene dos televisores tiene que dar uno. Y no ven como están llenos los centros comerciales de gente comprando y gastando, lo mismo que ocurre en China. Y es el tipo de propaganda que usan aquí, y ese es el error de la oposición. Yo estoy viendo la cuestión de los Juegos Panamericanos en Brasil, y la oposición en relación a eso hace su crítica en el gasto principalmente de los estadios y la seguridad de los juegos, diciendo que ese gasto disminuye recursos para aplicárselos a la solución del problema de la pobreza. Lo que hizo la oposición aquí fue intentar sabotear los juegos que como tú lo sabes son parte del orgullo nacional. Entonces se hubiera podido haber una oposición que no afectara el orgullo nacional [...] y no atacar y pretender sabotear los juegos. Y así hacen todo. Entonces Chávez incrementa su popularidad, y no porque está él realmente haciendo un gobierno eficaz, porque a mi juicio no lo está haciendo, porque tiene un aparato de Estado muy ineficaz, muy contradictorio, por lo que los planes que él desarrolla no se cumplen y el gasto es tremendo. Y hay unos niveles de corrupción verdaderamente alarmantes, no en la magnitud que había antes, pero sí muchos pequeños ladrones, que a fin de cuentas esos roban más que los grandes ladrones. Es preferible los grandes ladrones de antes que los pequeños de ahora, porque en cantidad si tú sumas lo que se va por ahí es mucho mayor que lo que se llevaban los grandes ladrones de antes.

Eliane: Pero, cambiando un poco de tema. Una cuestión clásica de las revoluciones es que normalmente se eleva el nivel de conciencia del pueblo para después llegar al poder y aquí fue al revés, Chávez llegó al poder, o al gobierno mejor dicho...

AMR: Lo mismo ocurrió en Cuba, en China y en la Unión Soviética y en México también con la Revolución del 17. El pueblo no llegó al poder, llegó una élite revolucionaria al poder con un pueblo que no tenía conciencia de poder, como dice Marx no tenía conciencia de sí para sí. Y el proceso de crear conciencia de poder en el caso de China, México y Cuba fue importante. Para Cuba formar el partido de la revolución, que es el Partido Comunista, tardó nueve años. Y nosotros lo estamos haciendo más o menos en un lapso equivalente, y el partido va a ser el mecanismo - si el partido funciona como lo hemos pensado -, para crear esa conciencia de poder que se necesita, el bloque ese de poder necesario del cual habla Gramsci para sustituir el viejo bloque de poder.

Eliane: ¿A los pocos se está haciendo ese trabajo de elevar el nivel de conciencia?

AMR: Sí, se está haciendo por varias vías. Primero, por la organización política de la población a través del partido y, segundo, por mejorar las condiciones de educación. Ambos caminos. Y también se han mejorado las condiciones de salud y de productividad del trabajador. La cantidad de misiones que hay ahí van permitiendo que la sociedad vaya tomando conciencia de que ellos son los que tienen el poder. Porque hasta ahora ellos consideran que el poder lo tiene Chávez y nadie más. Y por eso él es como una suerte de dios, un hombre sobrenatural que es capaz de resolver los problemas de todo el mundo. Y yo cuando salía por ahí a mi me llenaba la gente de cartas para el presidente Chávez, porque pensaban que yo dormía al lado del presidente (risos). Y cada quien aspira a que se le resuelva su problema personal.

Eliane: ¿Eso es un problema de cierto modo, no?

AMR: Es que eso es lo natural, eso lo estudió eber con los regímenes carismáticos, que se produce por la inexistencia o la extinción de las instituciones. Aquí lo que ocurrió fue la extinción, por eso fue que surgieron tres líderes carismáticos. Y Calderas ya había sido elegido como líder carismático y no como político, no por un partido. Yo propuse aquí el partir de economías pequeñas que permitieran incorporar personas, con un bajo nivel de tecnología, pero con un alto esfuerzo de trabajo.

Eliane: A respecto de la toma del poder de la burguesía, querría preguntarle si usted piensa que hay el objetivo de conseguir un socialismo haciendo una ruptura con el gran capital, con la gran propiedad.

AMR: La ruptura de hecho la hay, porque en el caso de los terratenientes desde el año 2000 hay un proceso de reforma agraria, una ley de tierras que se está ejecutando. Ahora que en este caso debes recordar que la revolución ha sido pacífica, lo que no excluye la posibilidad que se convierta en violenta. La revolución actúa en función de la reacción, en función de la contrarrevolución. Y la contrarrevolución hasta ahora no ha sido violenta como fue el caso de Nicaragua con las fuerzas sandinistas, o como fue el caso de Cuba que fue invadida y bloqueada. Nosotros no hemos tenido acciones realmente hostiles. Y si la reacción se mantiene pacífica o por lo menos no usa la violencia, el gobierno tampoco la puede usar. Porque la misma teoría de la revolución te habla, y no solamente la teoría marxista sino la teoría de la revolución en general, te habla que la revolución depende de la acción de la contrarrevolución. En una situación como la chilena en la que Allende llega por los votos, tú no puedes imponer un sistema, además lo que ocurrió en Chile no fue por la política de Allende, sino porque perdió el control de los grupos que constituían el frente de izquierda chileno, especialmente de grupos como el MAPU de la izquierda cristiana, y el grupo del MIR. Y estos tomaron las fábricas, pero no como parte de la política del gobierno, como parte de su política partidista. Y aquí se ha intentado eso, pero afortunadamente Chávez cuenta con el apoyo militar. Entonces aquí hay un grupo que se llama guerrillero bolivariano que ha tratado de hacer eso y el Ejército los ha controlado. Pero Allende no tenía el Ejército, que es la diferencia con Chávez. Ahora la presencia de ese Ejército como sostén del régimen puede significar el triunfo de la contrarrevolución, porque hay fuerzas conservadoras importantes en la misma proporción que hay en la calle. No es que esté dividido, pero sí hay contradicciones internas y tienen alguna fuerza. Ahora también la oposición que hay en la calle no es toda violenta, no toda quiere desplazar al margen de las reglas del juego al gobierno. Yo escribí recientemente un artículo que dice que hay que diferenciar las fuerzas conservadoras que yo considero legítimas de las fuerzas fascistas. Y yo creo que entre la gente que no le gusta Chávez y no le gusta el socialismo, porque lo considera contrario a sus intereses, hay muchos que son conservadores y no son fascistas. Yo he escrito además de ese artículo otros más en esa dirección tratando de orientar la acción para que se toleren las fuerzas conservadoras y se excluyan las fuerzas fascistas. Porque la revolución necesita oposición, esa fue otra de las causas que significó la caída del régimen del socialismo real. Porque tú silenciaste la oposición, pero no la eliminaste, y por el miedo la oposición no actuaba, pero actuaba conspirando. Por eso yo creo que la mejor manera es mantener la dialéctica, el debate. Esa es la manera más racional, e incluso desde el punto de vista del avance tu necesitas la oposición para que estimule los cambios. La necesitas como una parte del avance para mantener la dialéctica, porque si no hay dialéctica tu te vuelves una fuerza conservadora, como sucedió con el socialismo real,

porque tú te crees que tienes el poder de manera absoluta o total cuando realmente no lo tienes. Y en tus propias filas hay gente que se abstienen de hablar porque lo van a tratar de traidores, y esa es una tendencia que ya existe aquí. Justamente en este debate en el cual yo estoy participando he criticado fuertemente ese maniqueísmo, porque el propio Chávez está favoreciendo al enemigo. Yo no estoy favoreciendo al enemigo, yo estoy ayudando al gobierno, pero él no lo entiende, porque él está rodeado de algunos interesados, adulantes, oportunistas, pero ahí hay un grupo de talibanes que son más dañinos que los oportunistas.

Eliane: Hay distintas opiniones sobre el proceso. Algunas personas, generalmente las que están más con el proyecto de la Revolución Bolivariana y están apoyando el proyecto de creación del PSUV, piensan que hubo una revolución en Venezuela y que ahora hay que profundizarla; otras personas o sectores que se consideran de izquierda son críticos al proceso, y creen que no hubo una revolución en Venezuela y que el exceso de institucionalización y de legalización puede impedirle de entrar en un proceso de hecho revolucionario...

AMR: Eso es cierto, es el debate que yo he escenificado con el presidente. Él ahí está respondiendo a principios de legalidad y no a Rousseau. Está respondiendo usando Montesquieu, la república es el reino de las leyes y no el reino de los hombres. Pero las leyes las hacen alguien que es un hombre. Entonces el aplicar el reino de las leyes en un proceso revolucionario es una contradicción de hechos, porque la revolución es de hecho no de derechos. El aplicar el derecho es reformista, no es una revolución, es corregir una injusticia, no es crear nuevas instituciones. Entonces ahí hay un problema de definición muy importante que no se ha resuelto. Y el propio Chávez ya está como persona que desea mantener su posición de poder. El puede en un momento irse hacia la reforma y no irse hacia la revolución. De hecho estas últimas decisiones contradicen las que tomó al principio de año, que son la formación del Partido y la eliminación de Radio Caracas Televisión, que quitaba una base militar norteamericana en Venezuela, porque la guerra ahora no es de fusiles sino psicológica.

Eliane: ¿Pero usted piensa que el PSUV va a ser un instrumento importante?

AMR: Las jugadas de él [Hugo Chávez] son inmediatas, para dos años o tres, y además no ha dejado de tener cerca personas que tenemos visiones más amplias, porque él es desconfiado, entonces sus decisiones muchas veces responden a coyunturas y no responden a modificaciones realmente estructurales. Él tiene ideas como, por ejemplo, el problema de la tenencia de la tierra, el problema sobre las empresas comunales, tiene ideas sobre las formas del cambio de la organización político- territorial del Estado. Pero los problemas del día se lo comen, porque una persona no puede andar en la procesión y tocar la campana, como decimos en Venezuela. Él quiere andar en la procesión y tocar la campana al mismo tiempo. Y no es porque no tenga gente que pueda andar en la procesión y él toque la campana. Él tiene esa gente, pero prefiere la gente sumisa, la gente que él domina. No porque sea autoritario, sino por desconfianza, y sobretodo le tiene desconfianza al político. Yo cuando tenía 14 años formaba parte de la Juventud Comunista en el año 45 o 46, y en esa condición entré en la Academia Militar. Pero políticamente activo, que he estado figurando en partidos y tal eso es desde el año 85, y he tenido experiencia como parlamentario, experiencia en los partidos. Y con Chávez fue la tercera vez que fui jefe de campaña de un candidato presidencial. A Chávez es muy difícil dirigirlo, pero es un hombre lógico, si tú le explicas lógicamente las cosas él las entiende.

Eliane: ¿Cree que podría hablar un poco para adonde usted piensa que va este proceso, si va hacia una confrontación mayor?

AMR: Los escenarios son múltiples porque no hay nada determinado, la tendencia es bajar la presión, porque realmente la oposición al régimen fuerte y violenta viene de los Estados Unidos, la oposición venezolana no tiene recursos para hacer una contrarrevolución violenta. Y los Estados Unidos en este momento ya no son una potencia mundial única. Están otra vez como estaban al principio del siglo XX, y el centro de la política en el mundo hoy se maneja en Eurasia: Rusia, China, la India y la Unión Europea. Y Estados Unidos depende... Entonces están marginadas, pues las decisiones políticas importantes se están tomando en ese espacio europeo, una vez que las posibilidades que Estados Unidos habrá un frente violento directo o indirectamente aquí en Venezuela cada vez disminuye más, a mi juicio. Pero podría haber un acto desesperado de los republicanos ultraconservadores para mantener cierta presencia política en Estados Unidos, porque ellos van a salir muy mal pues el nivel de popularidad actualmente de Bush y de los republicanos no llega al 20%. El próximo candidato demócrata sea quien sea va a ganar por una mayoría extraordinaria. Entonces, los demócratas aunque son más peligrosos son más políticos, y ellos van a disminuir el gasto militar que ha sido la esencia de la política exterior norteamericana. Ellos van a disminuir porque es la única manera de resolver los problemas sociales internos que tienen. Por eso van a disminuir los gastos militares en una proporción enorme. Hoy estaba leyendo y la cifra es casi 600 mil millones de dólares al año. Y ellos van a buscar negociar políticamente y van a volver a darle mucha importancia al Departamento de Estado y al servicio diplomático. Eso va a bajar las posibilidades de violencia en Venezuela, peor no las elimina. Y la propia oposición venezolana me ha tratado de jalar hacia allá, y ellos tienen la intención también de buscar un arreglo político. Son muy significativas las declaraciones que ha dado el presidente de Venezuela, Gustavo Cisneros, que dice que está dispuesto a respetar el ordenamiento legal. Ya eso indica que la posibilidad de un enfrentamiento violento disminuye. Y ahí hay dos posibilidades o escenarios posibles. Efectivamente la formación del Partido Socialista Unido con esa

fuerza puede dar lugar a una profundización de la revolución, pero si por ciertos mecanismos esto va a estar sustentado en elecciones y toda elección es manipulable, estos liderazgos actuales que tienen posiciones diversas podrían desviar el proceso hacia una situación de centro izquierda muy cercana a la socialdemocracia, lo que transformaría al proceso en un proceso reformista y no en un proceso revolucionario. Ahora de los tres al que le veo una mayor probabilidad de ocurrencia es a la profundización del proceso. Porque desde el principio Chávez, como todos los políticos, quiere pasar a la historia. Y no quiere pasar como una figura más de la vida venezolana, sino que quiere pasar como un gran hombre y para eso o lo matan, y lo convierten así como a Gaitán en Colombia, que es una posibilidad sobretodo con los demócratas crece esa posibilidad, porque los demócratas son más inteligentes que los republicanos. Pero, por ese escenario Chávez va a preferir pasar a la historia por la profundización, para ser como mártir, como ejecutor de una segunda independencia de Venezuela. Y esa conducta personal y el poder que evidentemente concentra en apoyo político favorece el escenario de la profundización de la revolución, pero aun los otros dos tienen probabilidades. Pero hay una cantidad de posibilidades y combinaciones posibles, esos son solo arquetipos que representan las tendencias más notorias. De acuerdo al nuevo paradigma científico todo es posible, ya no está más el paradigma determinístico. Eso era justamente uno de los problemas del marxismo, que era absolutamente determinístico y se convertía automáticamente en una cosa dogmática. Era inevitable el comunismo según el pensamiento marxista. Eso hoy en día ya científicamente no es válido. De manera que yo soy optimista en que esto va a avanzar. Y la gente toma cada vez más conciencia de su poder, no solamente para apoyar su gobierno, sino para que les satisfagan sus demandas. Yo he estado en reuniones con sectores populares y me han dicho claramente: “así como lo pusimos lo quitamos”. O, ya la gente sabe que tiene el poder de poner y quitar el gobierno. Y tiene conciencia de eso, cosa que es parte importante de una cultura política democrática.

Eliane: ¿Y deben surgir liderazgos nuevos también, no?

AMR: Sí, caras nuevas van a aparecer y son caras nuevas que van a depender de sus electores por vía directa. O sea, que si ellos no cumplen las expectativas de los electores van a fracasar. Y yo me he quedado sorprendido con los estudiantes que han participado, porque el discurso de ellos es muy superior al de la mayoría de la gente que ocupa posiciones políticas. Y esa muchachada que hablo como la oradora de orden el 5 de julio que viene de un barrio popular, el 26 de enero, o sea no viene de clase media izquierdoza, como decimos nosotros.

Eliane: Para hablar de marxismo que es una cuestión que está en debate en Venezuela. ¿Para usted donde queda el marxismo en ese socialismo?

AMR: Mira, básicamente el marxismo queda en su puesto como pensamiento fundacional de lo que se llama el socialismo ochocentista, con una variación importante que no tiene hoy la visión determinista de Marx, propia de los desarrollos científicos de esa época del siglo XXI, sino que tiene la visión posibilista del paradigma científico actual. Eso implica que realmente el logro de una sociedad absolutamente igualitaria es una ilusión y curiosamente Bolívar entre sus sueños hablaba de eso. El socialismo es científico porque se fundamenta más en la ciencia que en elucubraciones filosóficas y en este particular el pensamiento de Marx es central, por ejemplo el análisis del papel del capital tiene plena vigencia hoy en día. Lo que no tiene vigencia es la noción que vamos a un fin de la historia en la sociedad comunista. Esos son posiciones deterministas que científicamente hoy en día son irracionales. Pero Marx sigue siendo el centro y junto con Marx yo rechazo las ideologías por ser engañosas, porque son un mecanismo de enajenación. Por eso rechazo la consigna “Patria, Socialismo o Muerte”, porque eso impide que la gente piense, eso aliena. Tal vez eso tuviera significado en la época de la Guerra Fría en la Cuba de Castro, que fue quien la utilizó, pero hoy en día no tiene significado. Eso es parte de la propaganda. Porque hay tres versiones en la noción de patria. La primera es la patria propia que es la concepción más primitiva de la patria, es la propiedad que una comunidad organizada, homogénea, que desde el punto de vista cultural ejerce el dominio sobre un espacio limitado y tiene ese espacio como su propiedad. Es la expresión humana del instinto territorial de los mamíferos que marcan su espacio. Después está la noción de patria común, un poquito más elaborada que es la patria como una comunidad, una nación por razones de tradiciones naturales, que comparte un territorio y es controlado por un gobierno que establece límites. Y ese territorio es común a todos los que lo habitan, pero el mantenimiento de ese territorio depende de la existencia de un poder que lo defienda. Y está la noción de la patria republicana que es la noción rousseaiana, de Voltaire, que es resultado de la asociación libre de personas de distintos orígenes etnoculturales que acuerdan por un pacto disfrutar para su uso de un espacio que no está limitado, porque a él se pueden incorporar incluyéndose en el pacto otras sociedades que comparten los fines y la razón de ser de esa asociación. Y eso es lo que alimentó Bolívar y que extendió la patria venezolana hasta toda Sudamérica o hasta lo que se llamó Colombia, la grande. Y él aspiraba a llevarla a todo el continente a través del Congreso de Panamá. Y eso incluía la posibilidad de hacer una patria republicana a escala planetaria, si los pueblos del mundo se suscribiesen al pacto. Esa es la idea que orienta la acción de Chávez y que está incluida en la constitución que actualmente está en vigencia en Venezuela. Es una obligación constitucional del Estado venezolano buscar la integración.

Eliane: Bueno, creo que podemos quedar por aquí, muchas gracias.

ANEXO 8

Entrevista a Arévalo Gil

Transcrição: Mariángeles Guerin.

Eliane: Me gustaría que empezara hablando un poco de su historia, como una breve introducción.

AG: Bueno, mi nombre es Arévalo Gil, trabajo en la Casa de la Cultura desde hace 10 años. Trabajo cultural que se viene realizando aquí en la comunidad del Barrio Simón Rodríguez, soy luchador de esta comunidad. Fundador de la Casa de la Cultura, en un tiempo hice el papel de presidente de esta entidad. Actualmente ese papel no existe, pero se necesitaba en ese momento una figura jurídica para la parte legal. Pero el trabajo lo hacemos todos los que estamos aquí involucrados. Esta casa tiene una historia muy bonita porque iniciamos varios compañeros del sector que quisimos hacer algo distinto por el problema de la droga en el barrio, la delincuencia, el tiempo del ocio de los niños. Entonces nos preocupamos por hacer algo cultural, porque pensamos que a través de la cultura podíamos rescatar a jóvenes, ancianos, adultos, a todo el mundo y meterlos ahí. Y fue una oportunidad bonita el 28 de febrero, el día del sacudón, del Carachazo, esto era un puerto de mercadeo y nosotros una vez que fue saqueado lo tomamos nosotros como Casa de la Cultura hasta nuestros días. Ahí hicimos infinidad de cosas, sueños, utopías que se hicieron realidad, celebramos día de la madre, día del padre, planes vacacionales sin recursos, con recursos de la comunidad, actividades culturales para las madres, actividades culturales para los niños. Se sumó un colectivo de Caracas. La Casa de la Cultura llegó un momento a ser una referencia para el mundo, para Caracas, porque mucha gente de los sectores se acercaron aquí a la zona.

Eliane: ¿Y tienes ya mucho tiempo aquí en la comunidad?

AG: Treinta y siete años ya viviendo aquí. En la Casa de la Cultura diez años ya. Estuvimos aquí trabajando, después lamentablemente el gobierno de turno del alcalde de Caracas tumbaron la casa porque ya no daba abasto. Había mucha actividad: había actividad de teatro, de percusión, de gaita, de títeres. Y eso en una sola sala y no cambiamos, entonces el lunes teatro, el martes gaita, el viernes danza. Y por eso nos propusieron que ellos podían hacer una estructura de dos pisos con un arquitecto que llamaron, Arnebi, que hizo un diseño que nos enamoró y la tumbaron. Y lamentablemente Aristóbulo pierde la alcaldía, gana el adeco [de Acción Democrática] Ledesma y no aprobaron el presupuesto hasta nuestros días que hemos estado incluso con este gobierno que es revolucionario, no hemos podido lograr la construcción de la Casa de la Cultura. Hubo un dinero que se aprobó, 500 millones, hemos denunciado, hemos ido a todos lados. Ahora hay buenas noticias, parece ser que viene el alcalde, que viene gente de la corporación de servicios para ver la casa para ver si la terminan. Pero nosotros nos animamos de nuevo, el colectivo estaba un poco apagado, estábamos haciendo otras cosas, cada quien haciendo su vida como todo el mundo. Y las cosas las abandonamos y se llenó de indigentes, motor de carros, lavadoras, un depósito. Mas decidimos retomar nuestra Casa de la Cultura para la comunidad, vinimos con niños que nos ayudaron a limpiar, reunimos una plata, una donación de la Catia TV, una televisión que nació aquí en la Casa de la Cultura, donó los materiales, los vecinos aquí están todos colaborando y vamos a empezar con talleres de cuatro, mandolinas, danza, teatro. Yo voy a bajar los instrumentos míos de gaitas para empezar con grupos de gaita adolescentes de una vez para darle vida a esto. Y vamos a retomar el espacio de nuevo.

Eliane: ¿Y tú único trabajo es aquí?

AG: No, yo soy profesor de teatro y de matemáticas. Yo trabajo en dos instituciones para el Estado. Trabajo en un liceo público, y trabajo en el hospital psiquiátrico en la parte de rehabilitación. Yo trabajo con menores con problemas de consumo de drogas. Trabajo ahí también la parte social. Pero eso es mi trabajo como tal.

Eliane: ¿Pero en términos de organización política, comunitaria, tuviste alguna otra experiencia?

AG: Sí, yo fui candidato a diputado por el movimiento Tupamaru y por el MDD, fui candidato a Consejal por el movimiento MDD, que es el Movimiento por la Democracia Directa, del compatriota Richard Peñalera y William Izarra. Nos lanzamos porque no estábamos de acuerdo en como la gente de V República se está llevando la parte política y organizativa de la parroquia. Y nosotros, como somos líderes, pensamos que lanzándonos, y la comunidad como nos conoce, nos iba a apoyar. Pero, lamentablemente aquí todavía los partidos siguen tomando el poder de las cosas, haciendo lo que le da la gana.

Eliane: ¿Eso fue en la última elección?

AG: En la última elección yo estuve participando, llegué segundo, le ganamos aquí al presidente. Somos chavistas, pero le ganamos al presidente, y yo le gané con 310 votos en contra de V República que tiene maquinaria y todo.

Eliane: ¿Pero ese MDD y Tupamaru?

AG: Son movimientos que trajeron el proceso, son movimientos nuevos, que salieron hace 7 u 8 años. El movimiento Tupamaru existe hace años, pero como partido político se conformaron hace siete años. Y el MDD tiene más años, fue partido cuando William Izarra estaba por el Polo Patriótico con Hugo Chávez Frías, y tienen ese conflicto entre ellos y se dividen. Y William Izarra funda el partido del MDD, que después vuelve a las filas del MBR, Chávez lo llama y lo nombra ministro para el Asia y Oceanía. Y él suma el partido a todo lo que es el movimiento del chavismo, nosotros nos sumamos pero muy aparte de lo que es la gente de V República, porque consideramos que ellos, específicamente la cúpula son irresponsables, son desastrosos. Por eso esta Casa de la Cultura a ellos nunca le ha interesado. A ellos no les interesa esto, cuando saben que esto es prevención de droga, delincuencia, tiempo de ocio, es ocupar la gente en algo, darles una alternativa. Entonces por eso nos lanzamos. Yo no me lancé porque quería ganar.

Eliane: ¿Y cuáles son las principales reivindicaciones del movimiento Tupamaru?

AG: El movimiento Tupamaru se ha también dividido tanto por problemas internos. Pero el movimiento Tupamaru donde yo estuve es el pacífico, de ir a elecciones, de la parte democrática. Pero hay otra parte que es mano dura, que es armas, violencia, ellos tienen una filosofía que hay que respetársela que es que al que vende droga hay que pegarle un tiro, y también al que consume, y al que está robando hay que joderlo. También este movimiento es político, ellos tienen una ideología, persiguen un objetivo, pero a través del poder, de tomar el poder para hacer los cambios que queremos hacer.

Eliane: ¿Son socialistas?

AG: Sí, son socialistas, yo estuve con ellos trabajando. Todos o por lo menos la mayoría es gente estudiada, pero hay también gente del pueblo. Hay de todo como en V República.

Eliane: Lo que quiero preguntar es si ayuda a la formación política teórica de la comunidad.

AG: Sí, si hace talleres en las comunidades, invitan a la marcha contra el Líbano por ejemplo, contra la guerra. Ellos fueron los únicos que marcharon para la sinagoga, yo fui con ellos. Y fue el único movimiento que organizó una marcha en contra de la violencia a los hermanos del Líbano. Ellos se reúnen todos los días y discuten políticamente sobre lo que puede pasar, si la oposición está haciendo alguna complicación. Ellos son los que están montados para desmontarlos, son los que le hacen frente a esa gente. El movimiento Tupamaru le hace frente a todo aquel que esté en contra de la revolución o que quiera destruir este proceso. Pero tenemos diferencias con la gente de V República que no son nuestros enemigos, pero son compañeros que son oportunistas. Ellos se inscribieron en el PSUV y ya formaron parte de él. El movimiento Tupamaru existe como un partido político ya, igual que el MDD. Y ahora yo también prácticamente pasé al PSUV. Entonces ahora vienen las elecciones internas y nosotros vamos a lanzarnos y vamos a hacer que nuestra voz se escuche. Porque queremos esto, somos gente que está trabajando hace años, y queremos estar donde está el poder para que el recurso llegue a la comunidad, porque sentimos que no nos llega. Por lo menos a esta Casa de la Cultura, ellos saben que esto es una referencia, aquí nació Catia TV, aquí se hizo un plan nacional durante cinco años con 140 niños donde participaron todos los sectores. Y ellos no se abocan a esto por 500 millones de bolívares. Entonces creemos que hay gente de V República a la que no le importa esto.

Eliane: ¿Cuáles son en su opinión los principales problemas de la comunidad?

AG: El problema principal que tenemos aquí es que la gente no tiene la cultura del aseo, la participación cuesta mucho, a la gente le gusta que le hagan todo. Y no es aquí solamente, es en todas las comunidades, eso es una enfermedad que los hacen adeptos. A la gente le gustan que les regalen, a la gente tu le dices “mira una asamblea para arreglar el barrio” y te van 10 o 20 personas. Pero si les dices que les van a regalar un bloque, un saco de cemento o un celular te hacen una cola. Nosotros hacemos juguetes para los niños y eso se llena de niños y adultos porque le van a regalar juguetes. Y lo hacemos con cariño, para que los niños la pasen bien. Pero aquí el grave problema que yo veo ahorita es que a la comunidad no le gusta participar, o es muy poco. Por ejemplo, tu ves, ahorita en este trabajo somos los mismos, sí hay gente de la comunidad que no ha estado acá, pero nos colaboran, no meten la mano pero nos apoyan y creen en nosotros, nos respetan.

Eliane: ¿El problema del desempleo y la violencia es muy alto?

AG: Y hay otro problema. Ahorita aquí de desempleo hay, pero no tanto, la mayoría son jóvenes, pero la mayoría de los adultos aquí trabajan, y tenemos un problema con la droga, tenemos mucha venta y consumo de drogas en el barrio. Los muchachos que consumen no consumen delante de nosotros, te repito nos respetan, y nosotros le llamamos la atención y ellos no se nos alzan. Y gracias a Dios no tenemos nivel de violencia, nadie te va a robar, ni van a conspirar contigo. Aquí en este barrio no se ve, pero en otros sí. El problema que yo veo es la idiosincrasia de la gente de nuestro barrio, el nivel cultural que tiene es muy bajo, ensucian, y tiran basura pero nadie denuncia, nadie dice nada. Todo el mundo se queda callado. Esa cultura del que yo tapo al otro. Pero ya son 40 años de eso. En síntesis el nivel cultural, la limpieza y la droga son los problemas que tenemos. Y que a la gente no le gusta participar, cuesta mucho. Uno que otro bajan y ayudan si se los pides, pero a ellos no les importa, están en su mundo.

Eliane: ¿Y los logros concretos del gobierno de Chávez para la comunidad?

AG: Aquí tenemos los títulos de propiedad de tierras por lo menos. Este fue el primer barrio que tuvo los títulos de propiedad de tierra. Y aquí toda persona tiene su título, la casa de ellos se valorizó porque cada uno tiene su título. Y vino el presidente aquí y se lo entregó a cada uno en la mano.

Eliane: ¿Y cómo fue hecho eso?

AG: Esto era terreno municipal, y entonces en la comunidad nos organizamos con la gente porque podíamos hacer los títulos de tierras cuando Chávez hizo el decreto 1111, que la tierra debía de ser de las personas que tienen años habitándolas, y aquí fuimos los primeros. El barrio 23 de enero y nosotros. Primer título que se entregó en Venezuela fue aquí. Si bien pagamos una suma por la tierra, pero era simbólica. Pero eso no era el precio de la tierra, porque un terreno aquí te vale 35 millones o 40 millones y nosotros pagamos 16 mil bolívares. Nos vendieron el metro cuadrado a 1500 o 1100 bolívares. Y las casas son buenas, aquí eran barracas. La gente que vivía en su casa y demostró que tienen años allí, por supuesto abalados por nosotros y la comunidad de que tienen años ahí. Hubo casas que no tuvieron porque no quisieron por su misma conducta escuálida y ahora están por ahí. A uno lo estafaron con 2 millones de bolívares. Pero todos aquí tienen título de propiedad. Somos un barrio privilegiado y otro beneficio que tenemos, Catia TV, se fundó aquí y tiene todos los equipos necesarios para ser una televisora con todos los honores. Otro logro es la Casa de la Cultura como tal, en su tiempo tuvimos apoyo del gobierno, nos ayudaba. Otro logro el Consejo Comunal, el módulo de barrio adentro.

Eliane: ¿Cómo se organiza el Consejo Comunal?

AG: Estamos organizando el Consejo Comunal, eso de hecho está difícil. La propuesta es hacer primero el Consejo Comunal. Hay un proyecto que nosotros hicimos con la comunidad y cada uno hizo un dibujo del barrio que queremos y después fuimos rompiendo los dibujos y quedó uno. Y ese es el barrio que queremos.

Eliane: ¿Pero la estructura organizativa?

AG: Hicimos reuniones. Una en la capilla, después se hizo votación del Comité Electoral, después se llevó a votación quien iba a ser Comité Comunal por votación de la gente. Y quedó gente de la comunidad, yo no quedé allí.

Eliane: ¿Pero el Comité Comunal va a tener una organización permanente?

AG: Claro, por supuesto, pero no se ha hecho. Está el Comité Electoral.

Eliane: ¿Y va a tener una dirección?

AG: No me estás entendiendo. El Consejo Comunal se está conformando, no se ha conformado. Está en proceso de conformación, entonces la estructura la va a dar la misma asamblea. Pero la estructura que eso va a tener la va a decidir el colectivo cuando se reúna en asamblea. Pero el Consejo Comunal tiene un objetivo que es darnos el barrio que queremos. El que tenga mal su casa que se le de un crédito para arreglarla.

Eliane: ¿Pero no es peligroso?

AG: No, este es el barrio más privilegiado que tu tienes. Este es el único barrio que no tiene quebradas por los lados, que está montado en una copita, en terreno firme. Tenemos una escuela, un módulo policial, Casa de la cultura, tenemos canchas techadas y con gradas, tenemos una plaza cultural. Este es un barrio que estamos a 5 minutos del metro, por aquí cuando vino la aguada sucumbieron todos los barrios aledaños porque por aquí no pasan quebradas. Porque aquí tenemos dos hospitales, el psiquiátrico y el de Llerena. Entonces por aquí no pasan quebradas. Hay

problemas de infiltraciones porque las tuberías tienen más de 50 años y colapsaron. Eso el Consejo Comunal si me lo preguntan lo debería llevar como objetivo, como propuesta de cambiar las tuberías de Aguas Blancas. Eso es un objetivo porque ya colapsaron y las casas se van a caer porque hay muchas infiltraciones. Mira las casotas que hizo la gente, pero no cambiaron la tubería de agua blanca y de agua negra. Y ya colapsaron porque fueron hechas hace 50 años.

Eliane: ¿Y la parte de educación y salud como la evalúas?

AG: Regular, la parte de salud regular, porque había unos médicos cubanos allí trabajando bien. La gente bajaba, se veía su parte médica, se chequeaba, le regalaban los medicamentos. Pero de la noche a la mañana el Comité de Salud que trabaja allí llegaron y se llevaron los equipos, y se fue el médico cubano. Y nos quedamos sin médico. Lo que hay es la parte de la vista, pero módulo por módulo nos lo quitaron y desconozco por qué. Ese es uno de los objetivos, bien bueno que se cumplió y ahora nos lo quitaron.

Eliane: ¿Pero los médicos encaminan los casos más graves para los hospitales?

AG: Cuando había un caso especial. Por lo menos yo tuve un caso de una operación, yo me vi aquí y el médico me remitió al hospital militar. Y me atendieron chévere con una orden de allá. Y yo tenía cateterismo y me atendieron aquí, pero me dieron la orden y me fui al hospital militar y me atendieron de gratis y me dieron todo.

Eliane: ¿Entonces está mejorando la salud?

AG: Aquí sí, por lo menos la Clínica Popular del Oeste es una belleza.

Eliane: ¿Están haciendo clínicas nuevas?

AG: Ya están hechas, yo llevé a mi hija para allá. Le están haciendo todo el trabajo odontológico gratis, con tremendos médicos, tremendos equipos, asientos nuevos, máquinas nuevas, luz, aire acondicionado. Yo sabía que estaba la clínica, pero no sabía que estaba tan bonita. Y todo el que salía de este módulo lo remitían al hospital militar.

Eliane: ¿Y la salud privada en Venezuela?

AG: Es muy cara, un parto te vale 3 millones de bolívares, son unos abusadores. Son los mercantilistas de la salud.

Eliane: Y Chávez quiere al parecer cambiar eso.

AG: Ayer habló el presidente para eso, no públicas, pero si que haya una regulación de las clínicas. Porque el que quiere pagar que pague, pero que no lo exploten a uno. Entonces Chávez habló de eso, de cómo es posible que las clínicas hayan aumentado sus insumos, la atención, te cobran el televisor, el agua, la luz, el enfermero. Ellos son unos mercantilistas. Porque el dinero es más importante que la vida de las personas. Pero sí creo que la salud ha mejorado muchísimo, por lo menos en el hospital de allá arriba llegaron unos equipos de tomografía modernísimos. En el hospital psiquiátrico donde estoy trabajando le llegaron unos equipos de laboratorios nuevos. Allá arriba donde yo estoy tenemos atención gratuita para jóvenes con problemas de consumo de drogas. Eso es un beneficio. El hospital Llerena tiene de todo, optometrista, internistas.

Eliane: ¿Y las misiones educativas llegaron aquí?

AG: Llegaron, yo trabajé en la Misión Ribas 2 años y yo gradué 11 alumnos, 11 bachilleres. Yo trabajé ahí casi de gratis porque pagaban 160 mil bolívares mensuales.

Eliane: ¿Pero como era eso? ¿Salían del barrio para estudiar?

AG: La mayoría de los miembros eran del barrio. Toda la gente de aquí estudiaron conmigo. Y era aquí enfrente, la Misión Ribas la pusieron en el colegio de enfrente. De aquí iban allí, no tenían que pagar pasaje, comodísimo, como tiene que ser. Esa es una escuela allí que en la noche cerraba, y el presidente dijo misiones y abrieron una escuela ahí. Fíjate las adecuaciones que nunca hicieron los copesianos, unos gusanos a los que nunca les interesó. Pero si tú le pedías a la directora la llave a la noche te decía no. No puedo abrir esa escuela a la noche si le pasa algo. Y llegó el presidente y dijo las escuelas tienen que abrirse a las comunidades, la abrieron. Y nosotros la teníamos de noche y hacíamos reuniones ahí, actividades culturales, cualquier reunión la hacíamos en la escuela.

Eliane: ¿Y está abierta aún?

AG: Sí, está abierta, la tenemos para nosotros ahorita. Gracias a Dios disponible.

Eliane: ¿Y la misión contra el analfabetismo?

AG: Ahí estuvo la misión Ribas, la Robinsón y la Sucre. Las tres. Por eso te digo que fue productivo. O sea, ese espacio que está ahí desde hace 50 o 60 años nunca se utilizó para eso. Con este proceso que hizo Chávez en Misión Robinsón alfabetizamos 1 millón y cien mil personas en todo el país. Todavía hay analfabetos en el país, porque sabemos, pero hay menos que antes. Antes eran 2 millones y ahora hay, que sé yo, 100 mil. Para un país de 23 millones de habitantes es el 0,5% o una cosa así. Actualmente las misiones las trasladaron a la escuela Chaumen y al liceo Perú de Lacro que están a dos cuadras de este barrio. Yo trabajo en la Perú de Lacro y ahí está la misión Ribas y Misión Robinsón porque yo sigo trabajando en la misión Ribas, los martes ad honore. Yo voy y hay una amiga mía que no sabe matemática y es profesora y es coordinadora y me pidió ayuda porque los alumnos no entienden los videos, porque son un poco complicados. Y yo me ofrecí y voy los martes y les doy clases. Y es un beneficio que esté tan cerca, porque la persona que quería estudiar ahora no tiene excusa. Se inscribe y en dos años tiene su título de bachiller.

Eliane: ¿Pero por qué no se ha avanzado así en otros barrios?

AG: No sé, no se habrán organizado, no habrán querido. Pero el problema es que en los barrios hay mucha gente que no cree todavía. La gente cree que esto es un espejismo. Como el viaducto. Porque la televisión se ha encargado de eso de desmentir todo, y así si es bueno dicen que es malo. Peor es la oposición, ellos juegan con la ignorancia del pueblo. Por eso Chávez está hablando de educación, de formación.

Eliane: ¿Y esa parte de la alimentación?

AG: Aquí hay una casa de alimentación, donde comen 150 niños gratis y los adultos que viven en la calle y tengan estado de indigencia. Todos los días almuerzan aquí personas de todos sectores. Yo bajo los pacientes del hospital psiquiátrico que comen aquí porque no tienen familiares. Eso es un logro también. Si bien tenemos un mercado, es muy pequeño, nunca hay carne, pollo y cuando hay carne, pollo y leche hay una cola horrible. Yo creo que todos los mercados tienen que tener todos los días pollo y leche para el pueblo. Y eso hay que arreglarlo, pero por supuesto que estamos en un proceso que está mejorando. Yo voy al mercado de Arico y es excelente, tu compras tu carne, tu arroz y compras todo tranquilo. Pero es un buen proyecto educativo de comida, yo sé que mucha gente se beneficia.

Eliane: Pero la oposición lo critica mucho porque dice que Chávez esta gastando mucho dinero con estos proyectos sociales y que no está reponiendo en producción. O sea, generando nuevos puestos de trabajo, nuevas industrias, o sea, nuevas formas de producción que puedan contribuir a aumentar la riqueza.

AG: Lo que pasa es que ellos creen que avanzar un país es traer cosas de afuera. Y eso es un neoliberalismo. Ellos dicen si traen empresas el país avanza, y si ven un tipo millonario con muchos dólares y le están haciendo una entrevista, porque el país va a avanzar. Y resulta que ese hombre tenía obreros y va a explotar a estos y a todos. Chávez está hablando de socialismo.

Eliane: Pero la cuestión es como Chávez va a hacer que funcione la economía del país mas allá del petróleo.

AG: La oposición dice que Chávez no le ha dado la cuota de petróleo a la gente y yo voy a refutar eso. Resulta que el único presidente que le ha dado realmente una cuota de petróleo a cada venezolano que lo ha solicitado es Chávez. Hay una amiga que es de oposición y tenía 20 años que vivía en Santa Teresa porque ella no tenía 30 millones de bolívares, y ahora pidió un crédito y el gobierno le regaló 18 millones de subsidios. Ella lo que consiguió fueron 12 y el gobierno le regaló 18. ¿Eso no es la cuota de petróleo? Acá hay señoras que no tenían casa y consiguieron créditos y compraron su casa.

Eliane: Mi pregunta es sobre los nuevos puestos de trabajo.

AG: Es que Chávez está invirtiendo. Los pozos ahora, la nacionalización del petróleo que fue. Eso está clarito, eso eran empresas contratistas que tenían puro obrero contratado, y Chávez llegó y los asumió como empleados. Eso es generar empleo, generar estabilidad para esa persona. Esa persona va a salir con una jubilación, van a tener unas prestaciones.

Eliane: ¿Y las personas de aquí del barrio, la mayoría trabaja en que?

AG: La mayoría trabaja en empresas privadas, otros trabajan en el hospital, otros en la escuela, mantenimiento, limpieza. Aquí hay profesionales ingenieros, abogados, hay enfermeras, hay TCU en informática, en administración, hay gente que trabaja en bancos. Empleados la mayoría, muy pocos comerciantes con negocio propio. Que eso es lo que se busca, cooperativas, que en eso se ha fallado en este barrio. Como te decía a la gente le gustan que le regalen, y aquí la gente tiene que organizarse y tomar el poder. Como habla Chávez. El Consejo Comunal es tomar el poder, es poder para el pueblo. Lo que pasa es que Chávez no puede solo, y es que tiene tanto inútiles al lado que no lo dejan, y le hace daño. Y en este barrio hay gente que cree en él y lo apoyamos, por eso está ahí.

Eliane: ¿Piensa que Chávez ha producido logros sociales?

AG: Demasiados, nada más mira lo de los trenes, lo del ferrocarril, las autopistas, las misiones. Son beneficios sociales. Los créditos para vivienda. Ahorita me van a dar 20 millones para que yo me compre un apartamento. Regalado, porque yo no puedo conseguir 60 millones, pero puedo conseguir 40 y si el gobierno me da 20. Puedo comprarme un apartamento barato, y eso es la cuota de petróleo. Ahora los empleos que tu dices se ha invertido. La electricidad ahorita de Caracas que la tomó el gobierno y le está metiendo una camada de empleados para que asuma. Se están haciendo empresas, las tres fábricas de leche que hizo el gobierno iraní eso es generar empleo. Ya no tenemos que importar leche de Brasil, sino que producimos leche nosotros. Eso es fuente de empleo, pero ellos no lo ven. Y ya vamos a fabricar computadoras, y televisores, bicicletas. Hay unos cuantos venezolanos estudiando en la China por el satélite Simón Bolívar. Eso va a generar empleo cuando llegue ese satélite, porque cuantos países van a querer pegar técnicos en informática, ingenieros de sistemas, y esos van a ser venezolanos. Y eso no lo ven ellos porque son muy brutos. Cuando hicieron la autopistas eso generó empleo. Las vacas que estamos trayendo ahora de Brasil quienes las van a trabajar, quienes la ordeñan, no es un solo campesino son miles. Y eso genera empleo. Hay empresas que se están haciendo para fabricar teléfonos celulares. Y ellos lo que quieren es que venga una empresa alemana o norteamericana y la monten, pensando que así se genera empleo. Y no es así como se desarrolla el país, porque ese señor agarra el dinero compra dólares y los saca para afuera.

Eliane: ¿Y la relación de la comunidad con las Fuerzas Armadas ha mejorado?

AG: Muchísimo. Yo ahora no le tengo miedo a los militares, antes sí. Cuando fue el Caracazo aquí la guardia nos echó plomo para arriba, y ahí arriba en el cerro echaron tiros, mataron unos amigos que estudiaron conmigo. Porque Carlos Andrés dio toque de queda, y no podías andar después de las seis, y esos amigos estaban jugando pelota, pero llegó el Ejército y sin mediar palabra los mató. Yo vi como los mataron, yo corrí para el hospital y al rato vi como los traían a todos muertos. Ahora el Ejército no te dispara, se reúnen con uno, participan, trabajan con uno. Ellos han estado organizando actividades, organizando el mercado. Ahora los militares se mezclan con nosotros, creo que ahora hay una fuerza más unida a su pueblo.

Eliane: Yo creo que está bien, muchas gracias.

ANEXO 9

Entrevista a Douglas Bravo

Transcripción: Mariángeles Guerin.

Eliane: Para usted el proceso actual que vive Venezuela es un proceso de cambios, que usted llamó de conmoción social, cuya segunda etapa comenzó el 23 de enero de 58. O sea que este proceso sería la continuidad de un proceso más profundo de cambios en Venezuela y no algo que empezó en los 80 con el movimiento bolivariano de Chávez. Entonces, esto llama la atención porque es algo que rompe con la visión que teníamos, o tenemos en gran medida, y que es difundida sobre la Revolución Bolivariana que está aconteciendo, o que supuestamente estaría aconteciendo ahora en Venezuela. Me gustaría por ello empezar por allí: qué cambió en Venezuela en su opinión en esta cuarta conmoción social? Desde el 23 de enero que cambios importantes han ocurrido y que estarían teniendo una continuidad?

DB: Algunos trabajos hemos estado elaborando en estos últimos años en relación al proceso vamos decir revolucionario de América Latina. En el caso concreto de Venezuela nosotros sostenemos que en 23 de enero estalla un Proceso Constituyente. Cada vez que estalla un Proceso Constituyente adonde la fuerza emergente no derrota al Poder Constituido viene un largo periodo de inestabilidad institucional [...] Después que cae el dictador la incapacidad de la dirección comunista impidió mas bien que se consolidara más el proceso revolucionario. Un día le voy a contar y le voy a mostrar otros documentos. Esa incapacidad se manifestó en que no tenía claridad absolutamente para nada del problema del poder político. No solamente los marxistas, Lenin, o los anarquistas, Bakunin, tenían claridad sobre el poder político, también la derecha, con Rómulo Betancourt aquí, era un hombre con claridad sobre el poder político. Nuestra dirección, perdimos esa oportunidad, la primera derrota la sufrimos el día que cae la dictadura. Y vienen entonces pronunciamientos militares que tampoco supimos darle su verdadero carácter, porque calificamos a todos los pronunciamientos de perejimenistas, de imperialistas, de capitalistas, y no era así. Al punto que un grupo de oficiales de los que participaron en los golpes contra Larrajabal, el Gobierno Provisional, y contra Rómulo Betancourt, el de Acción Democrática, pasaron después a ser fuerza con nosotros en el movimiento revolucionario armado. Aquella visión no nos permitía. Pero lo importante es que la derrota nuestra y en gran parte de América Latina no la supimos analizar bien. Yo digo que hay dos o tres grandes factores de derrota. El primero es el acuerdo de Krushev con Kennedy, cuando se sucede en Cuba la crisis de los misiles. La crisis de los misiles hizo que los partidos comunistas retiraran el apoyo a la lucha armada en Venezuela y en otras partes del mundo. Porque Estados Unidos, Kennedy, obligaron a Krushev y a Rusia a replegarse. En el acuerdo aceptan que Cuba es parte del socialismo, pero que Cuba no ayude a los revolucionarios. Fidel se molestó con eso, le dio una declaración a Clown Julian de *Le Monde Diplomatique* y Fidel ataca duramente a Krushev por esa posición. De manera que el *Partido Comunista de Venezuela* que había tomado una importantísima decisión, es decir que muy pocos partidos comunistas habían dado ese salto, que era aprobar la lucha armada en un congreso. Y más, esta decisión del Partido Comunista estaba precedida de una decisión que se tomó en 1957: en Venezuela se fundó la *Junta Patriótica* contra la dictadura en el año 57. Inmediatamente el Partido Comunista nombró una comisión militar, cosa que no habían hecho otros partidos. Y la comisión militar tenía la instrucción de tener un frente armado de los comunistas en 1957. ¡Una decisión histórica, fundar una comisión militar! Y me pusieron a mi al frente de la comisión militar, con Teodoro Petkoff y un coronel de las Fuerzas Armadas. Y además aprobó el Partido Comunista que esa comisión militar se encargara de hacer trabajos en el seno de las Fuerzas Armadas, cosa que los demás partidos comunistas no aceptaban, porque consideraban que todos los militares eran de derecha, eran reaccionarios. ¡Es como si nosotros dijéramos que como el civil tal, Hitler, era de derecha, entonces todos los civiles van a ser de derecha! Una apreciación falsa.

Eliane: En esa cuestión del proceso revolucionario, de la especificidad del proceso venezolano, me llamó la atención en su entrevista a Alberto Garrido la cuestión de ese movimiento cívico-militar, como una especificidad de Venezuela que no se daría en los procesos revolucionarios de otros países...

DB: El proceso de Camaño en Santo Domingo es bueno que lo estudies, incluso el mismo proceso de Argentina. Ya tengo entendido que el histórico líder comunista de Brasil fue un hombre que se levantó en armas e hizo una marcha larga.

Eliane: Sí, pero lo diferente me parece ser la alta oficialidad que de dentro mismo del Ejército haga acciones de insubordinación, porque generalmente en otros casos, como en la Revolución Rusa, fue hecho un trabajo desde

afuera hacia adentro de las Fuerzas Armadas que después se desplegaron, parte de esas fuerzas, para ir junto al pueblo hacer la revolución. Pero aquí en Venezuela ahora en ese proceso de Chávez son los propios altos oficiales que comandan tropas en contra de lo constituido.

DB: Es que es una particularidad de Venezuela que incluso tiene sus raíces en muchos antecedentes. Por ejemplo, nosotros publicamos un material que no se donde está, la burguesía del Plata, la oligarquía del Plata, era el nombre que tenía en la época de la independencia, era de una categoría muy inferior, era una oligarquía que no tenía el rango de la oligarquía de México, que era un virreinato, de la oligarquía de Perú, que también era un virreinato, de la de Argentina también y la de Bogotá. La de Venezuela no llegaba ni siquiera a la categoría de Capitanía General, después es cuando empieza Venezuela a ser Capitanía General, y ahí hay una particularidad que tiene su antecedentes [...]. Fíjate, por ejemplo, que en Bogotá y en Chile, esos son ejércitos que venían desde la época de la independencia, las mismas familias, la aristocracia. Y en Venezuela no sucede eso, porque la aristocracia por ser de segunda categoría no estaba facultada por la metrópolis, por Madrid, para tener el mismo rango comercial que tenía la de México, la de Bogotá y la de Buenos Aires. Esta oligarquía se veía obligada a ir a las islas del Caribe hacer comercio ilegal, o sea, que nuestra oligarquía tenía que hacer comercio ilegal de contrabandista. Bolívar, la familia de Bolívar, porque no tenía la facultad que tenían las otras de comerciar con más libertad de la metrópolis. Pero, por ser contrabandista le vendían sus productos a los ingleses y a los franceses que eran enemigos de España. De tal manera que los libros revolucionarios como los de Rousseau, los de Montesquieu, los famosos del pensamiento más avanzado que era la ilustración, la modernidad, ese pensamiento estaba contenido en libros que estos señores se los daban a los venezolanos. De tal manera entonces que la oligarquía de Venezuela, siendo de segunda categoría, para los aspectos de la independencia pasó a ser la de primera categoría. Entonces esta oligarquía venezolana muere casi toda en el combate, Bolívar muere joven, Sucre, todos, todos. Y en vez de ser la oligarquía, sus personajes directos los que tomen el poder después de la independencia, van a ser generales como Paes que no eran de la oligarquía. Esos son antecedentes que influyen para que las Fuerzas Armadas nunca hayan sido aristocráticas.

Eliane: Me parece que ahí hay un elemento común de la historia de Venezuela con la historia de Cuba, un proceso de independencia, o mejor, movimientos independentistas más fuertes con características populares, que incorporaron algunas categorías del pueblo en la propia lucha de independencia, que es un elemento histórico que después va a influenciar obviamente la conformación de la sociedad, del Estado, etc. Entonces ese elemento hace con que, por ejemplo, en Cuba las ideas de los grandes independentistas sean rescatadas por la Revolución del 59, especialmente del prócer José Martí. Y acá en Venezuela usted fue uno de los precursores, me parece por lo menos, de la idea de rescatar al pensamiento autóctono del proceso venezolano, de independencia también, de Bolívar, etc. ¿Hay ahí alguna inspiración en las ideas de la revolución cubana, hay una necesidad de fundir el marxismo con el pensamiento más nacional-liberador de los independentistas?

DB: En realidad nosotros empezamos desde los años 60 a plantear que las grandes figuras del Medio Oriente eran religiosos, Cristo, Mahoma, Yahvé, etc., mientras que los grandes personajes de América Latina eran militares: Bolívar, San Martín, O'Higgins. ¡Eso es un fenómeno, no! Y dijimos que estos personajes militares venían a ser como pequeños dioses para acá, porque se les veneraba con religiosidad. Entonces tú no podías hacer una revolución sin incorporar a estos personajes, sobretudo Bolívar que tenía un pensamiento escrito contra el imperialismo. Entonces era necesario fundir las ideas de los libertadores con las ideas de lo que íbamos a hacer nosotros, porque había muchos prejuicios, porque Marx atacó a Bolívar. Y Marx estaba equivocado, pero era coherente con su pensamiento. ¿Por qué era coherente con su pensamiento? Porque si él sostenía que para hacer el socialismo había que desarrollar en más alto grado las fuerzas productivas para que hubiesen más obreros y estos hicieran la revolución socialista, él en tal condición se oponía a que los hindus lucharan contra Inglaterra y a que Bolívar luchara contra España. Por supuesto que estaba equivocado Marx, y teníamos que decirlo pues.

Eliane: En ese momento, si no estoy equivocada, en los 60, se produce una ruptura con el pensamiento del marxismo ortodoxo del *Partido Comunista de Venezuela*, y usted hizo una cosa bastante original también, porque en otros países eso no se dio o se dio bien más tarde... Y también se habla mucho de la influencia de la guerrilla cubana, del proceso cubano en la guerrilla de los años 60 en Venezuela y muchas veces hasta como si fuera una extensión de la guerrilla cubana acá.

DB: Tiene razón. Nosotros partíamos y partimos todavía de la idea de una revolución continental. Hay un aspecto del Che que yo estoy tratando de indagar que es el siguiente: como nosotros hablamos de revolución continental... El Che decía y es lo que quiero corroborar si es verdad, eso me lo informó a mi el grupo de cubanos que estuve acá con nosotros y me informaron venezolanos que estaban en Cuba y que asistieron a la escuela de *Punto Cero* donde recibieron clases del propio Che. El Che decía que "uno, dos y tres Vietnam", pero sostenía una tesis, y eso es verdad, o sea, si es verdad o no es verdad, la tesis es correcta, que en la era de los misiles y siendo Estados Unidos una potencia nuclear es imposible defender gobiernos, que hay que defender a la revolución, no a los gobiernos. Por

eso yo dije aquí una vez por televisión y lo he sostenido por escrito que mientras haya gobierno bolivariano no habrá revolución bolivariana, porque la revolución se hace en el camino de la lucha armada y no desde el poder.

Eliane: Pero eso es bastante polémico. ¿No existirían entonces en su opinión gobiernos revolucionarios?

DB: Vamos primero con lo del Che. Él decía que si Cuba le da ayuda a la revolución venezolana, brasileña, colombiana, etc., a la revolución de América Latina, Cuba estaría violando los acuerdos de Kennedy-Kruschev y por lo tanto Estados Unidos la invadiría y que entonces Fidel y él se irían con 350 mil hombres para el resto de América Latina y el gobierno iba a caer porque con los misiles y el poder de Estados Unidos no iban a defender el gobierno, es mentira. Entonces iban a construir el socialismo en el camino. Y el socialismo no se puede construir desde el gobierno, te lo repito, porque si el socialismo es una nueva civilización, distinta a la producción capitalista, distinta a la tecnología capitalista, distinta a todo, que es alternativo en lo radical al capitalismo, tú desde el poder lo que estás creando, ya con la experiencia de la Unión Soviética, es una nueva clase social, que aún cuando no sea propietaria jurídicamente hablando de los medios de producción es la usufructuaria y se transforma en clase social, como se transformó en la Unión Soviética.

Eliane: ¿Pero y aquel planteamiento de Lenin de que se tome el poder del Estado para que el Estado se va destruyendo a los pocos después de la revolución? Porque me parece que una cosa es un gobierno postrevolución y otro un gobierno prerrevolución, que me parece el caso de Venezuela.

DB: Ahí viene la vieja polémica de si tú en el proceso revolucionario vas a demoler al Estado o lo vas a dejar para crear el Estado proletario.

Eliane: Pero yo hablaba de ese nuevo Estado proletario que Lenin hablaba, porque el antiguo Estado tenía que ser destruido en la tesis clásica del marxismo.

DB: En la Unión Soviética no fue destruido. Cuando se mantengan los instrumentos del Estado sobre todo explotando al proletariado, hay plusvalía que se le extrae al proletariado. En el caso de Venezuela, es uno de los pocos países de América Latina que se parece mucho a la Unión Soviética, porque el Estado es propietario de los bancos, del petróleo, del hierro, del carbón, del uranio. Hay propiedad estatal. Quien administra esa propiedad estatal es un sector que viene de la clase media, pero al ponerse a administrar los bienes del Estado que son tan importantes como el petróleo y el gas, y el carbón, y el hierro, pasa a ser una clase social que yo la llamo burguesía paraestatal. Porque no es propietaria de los medios de producción, aquí la clase media no es propietaria de los medios de producción, pero es su usufructuaria. Y desde ahí, desde el poder, se convierte en burguesía, *Acción Democrática* formó una burguesía. Chávez fundó una nueva burguesía. Aquí hay una burguesía del Estado como la hubo...

Eliane: Pero esa tesis suya llevaría a pensar que hay más continuidad que cambios en el proceso.

DB: Si nos basamos en la experiencia soviética y la experiencia China... China incluso fue más allá, pues intentó una revolución cultural y, sin embargo, la revolución fue capturada por el capitalismo. Y esa es una de las cosas que se están estudiando, nosotros hacíamos lo que llamamos conversatorios sobre eso en las montañas, o en cualquier parte, clandestinamente. Nos reuníamos en un gran debate donde cada quien opinara sin miedo, y ahí salieron todas estas ideas que estamos viendo, porque no nos estábamos cerniendo al marxismo dogmático. Dejamos que la gente dijera hasta locuras, que de las locuras salen cosas buenas. Como Simón Rodríguez decía, que hay que dudar de la duda (risos). Es decir, si aprendemos de Simón Rodríguez, la primera conclusión que tenemos que sacar es que para una nueva civilización hace falta en primer lugar un nuevo pensamiento político sobretodo. Y tenemos que hacerlo porque el mismo pensamiento avanzado para la época de Bolívar, no es ya posible. No hay un solo texto que nos plantee el deterioro y el desastre del planeta, todos los revolucionarios amaban el desarrollo de las fuerzas productivas. Y acá vemos que el desarrollo de las fuerzas productivas tiene liquidado al hombre cada vez más, y sometido a la naturaleza. Tú vas a Brasil en las zonas de más alto desarrollo de las fuerzas productivas y están contribuyendo a destruir la capa de ozono y están contribuyendo a que se caiga un pedazo de la masa polar.

Eliane: Entonces, para usted, algunos conceptos básicos del marxismo tienen que ser repensados?

DB: Sí, tienen que ser repensados. El mismo concepto de revolución tienen que ser repensado para que sea una revolución profunda. ¿Cuáles son los fundamentos de las revoluciones burguesas que se han hecho? La Inglesa, la Francesa, la de Norteamérica, y no dejemos de decir la Rusa y la China también. Cojamos algunos de los fundamentos... Yo hice un trabajo sobre eso hace unos 10 años y hoy lo estoy rehabilitando porque lo voy a publicar así. Los fundamentos son primero una filosofía política que es la ideología del desarrollo, el gran concepto de la ilustración, de la modernidad. La modernidad es uno de los grandes saltos que da la humanidad entonces del feudalismo, el racionalismo, la ilustración, es creer en la ciencia y no en dioses, y no en religiones.. ¡Eso iluminó a

todo el mundo! Y en segundo lugar, otro elemento del fundamento es una ciencia que vaya en correspondencia con ese pensamiento filosófico. Ahí se destacan Newton, los matemáticos, los físicos, los químicos. Y en tercer lugar, ese avance ya que tiene el pensamiento filosófico y la ciencia, tienes que ponerle la tecnología, un modelo tecnológico. Esta tecnología que comenzó con la máquina de vapor es la misma que tenemos ahora, con la diferencia de su contenido. Y en cuarto lugar, otro elemento es la energía, el carbón comenzó primero y después a partir de 1850 le metieron el petróleo, y ahora el gas. Y un quinto elemento, es el Estado-nación, que nace en las revoluciones. Y un sexto elemento, aunque uno no lo crea, es el Partido de célula de la revolución socialista, de célula del capitalismo, que te enseña a pensar frívolamente, te enseña a mirar las estructuras. Entonces, como se hizo la Revolución Rusa con estos criterios... Si tu vas a hacer una alternativa a esa producción capitalista burguesa tiene que ser una alternativa a esa filosofía de desarrollo, alternativa a esa ciencia, a esa tecnología, a esa energía que te está destruyendo el planeta.

Eliane: Yo sé que ahora como el mundo tiene una crisis muy grande, casi total, porque atinge a todas las esferas de la sociedad, de la naturaleza, hay también una crisis del pensamiento, lo que generó una búsqueda de respuestas y de intentos de renovación. Entonces hay también mucha polémica sobre hasta que punto podemos romper con el llamado paradigma de la modernidad y eso está mucho en boga en las ciencias sociales, en una visión que están llamando posmoderna, que cuestiona justamente estos elementos de los que hablé. Pero a mi me parece, mientras sea cierto que muchos elementos el marxismo no consideró o no pudo considerar por la realidad de la época, como esa preocupación mayor con la protección de la naturaleza, con el ahorro, y no con el consumo y la explotación, que el “gran mal” sigue siendo el capital. ¿Usted a leído o conoce una obra de un escritor húngaro que habla de *Más allá del capital*? En su tesis habla de que la Unión Soviética no consiguió superar el capital, esa enajenación del trabajo, justamente por la no participación, o el control de los propios trabajadores, de hecho, de su producción, de su vida. O sea, en un mundo cercado por el capitalismo... ¿Entonces cuando hablamos de una nueva civilización ya no estamos hablando de comunismo?

DB: Bueno, mira, yo hablo del comunismo, pero no del comunismo ruso porque ahí ni siquiera tuvimos el socialismo. Ahí había estatización de los medios, pero no socialización, por eso se creó una nueva clase social. Y tú marcabas algunas cositas, “y es que en aquel entonces era imposible ver algunas cosas”, que hoy se ven claramente. Puede ser verdad o no, porque te voy a decir esto, la teoría de la ilustración, el pensamiento de la modernidad estaba basado en Dios y el hombre. El hombre es dueño de la naturaleza y debe ponerla a su servicio.

Eliane: Sí, era la filosofía de la época.

DB: ¡Esa filosofía de la época no podía ser filosofía para una nueva civilización porque esa filosofía defendía esa destrucción y los indígenas brutos, incapaces desde chiquititos, ya sabían que la naturaleza podía ser destruida y hablaban de esto!. Los textos de los indígenas eran una defensa de la naturaleza, el Popolvuh y todas esas cosas. Porque los indios eran maltratados, pero sabían más que los europeos, que el hombre no podía dañar la naturaleza. Porque en 1850 un presidente norteamericano les manda a decir al cacique que le venda un pedazo de tierra y el hombre le responde con una carta legítima: “yo no soy dueño de la naturaleza, cualquier daño que le hagamos a ella, lo estamos haciendo a nosotros mismos”. Porque en ese entonces los indios ya sabían eso.

Eliane: Es que aún estamos muy acostumbrados a pensar en la visión europea de que la humanidad va hacia una evolución, un avance que siempre está en ese continente...

DB: En 1963 o 64, no recuerdo bien el año, hicimos un documento en la guerrilla donde hablábamos de que para esa nueva civilización era indispensable una confrontación de valores contra valores. Nos criticaron mucho algunos camaradas, el marxismo dogmático, nos criticó: “eso es una teoría pequeño burguesa porque ignora el concepto de la lucha de clases”. Y le dijimos: no, esto es más profundo que la lucha de clases. La lucha de clases está integrada en el concepto de valor, la civilización capitalista es un valor, la modernidad, el desarrollo, el progreso, el progreso se convirtió en la gran ideología, en la gran filosofía. Ya no era ni siquiera un aparato, sino una filosofía de la vida el progreso. Entonces esos son valores, todos pasaron a valores espirituales, culturales, religiosos, técnicos, jurídicos, poéticos, todo un conjunto de valores que componen al capitalismo. Tú tienes entonces que oponerle valores al capitalismo y no basta con tumbar la clase. ¿Qué pasó en la Unión Soviética? ¡Tremenda, bella revolución, inmensa, gigantesca, que sacudió los corazones del todo el planeta tierra! Les expropiaron los capitales a la burguesía zarista, le expropiaron las tierras, les derrotaron su Ejército, los hicieron presos, los fusilaron, pero no le mataron los valores. Se apropiaron de los valores del capitalismo y por eso la revolución se transforma en burguesa.

Eliane: Eso de valores tiene algo que ver con lo que el Che escribió sobre el nuevo hombre? Sería ese cambio de valores?

DB: Sí, valores contra valores, tiene una confrontación de valores.

Eliane: Una pregunta más provocativa. ¿Esas ideas que hoy están revolucionando a Venezuela y Cuba no son hijas de la Revolución Francesa, de esos mismos valores que usted está criticando?

DB: Exactamente, es que nosotros decimos que esos héroes fueron hechos por la teoría de la ilustración, salvo Rousseau que pasó a ser enemigo de la ilustración. Porque sólo Simón Rodríguez pasa a ser enemigo de la ilustración? Los libros de Simón Rodríguez se quemaron todos, toda su obra se quemó, quedan apenas unos retazos de libros. Se quemó en el pueblo donde se murió Manuelita. Simón Rodríguez pensaba como sería cuando todos los pensadores de América Latina... Estaban haciendo ya, construyendo, una vez independizados estos países. Lo primero que empezaron fue a traer extranjeros, europeos todos, Argentina, Chile, Uruguay. Y Simón Rodríguez escribe: “colonizemos a nuestro continente con indios”. ¡Fíjate la locura!. Él decía que la filosofía de Europa y de Estados Unidos es enemiga de la independencia de América Latina. Entonces tu ibas a fundir el pensamiento alternativo de los valores, pero vas a poner en juego simplemente una cosa que era la independencia. Por eso nosotros hablamos de liberación nacional y socialismo, y no de liberación como se nos quería imponer. Eso fue una polémica porque nosotros sacamos un primer documento *Liberación nacional y socialismo*.... Porque se nos decía que primero venía la independencia y después venía el socialismo, y nosotros quisimos que fueran juntos. Nosotros tratamos de fundir las ideas independentistas porque tenían un pensamiento por lo menos contra los imperios, aunque en lo interno no fueran avanzados. El avanzado era Simón Rodríguez, los demás generales eran hombres burgueses, lisa y llanamente. Hay que ser claro en eso. Tú tienes que partir de este criterio de que los fieles a la independencia lo que querían era que se independizaran de España, pero que ellos se independizaran de los ricos. Pero, los ricos no querían que los independizaran de España, así podían seguir esclavizando a los pobres, eso está claro. Lo que tú vas a tomar ese pensamiento simplemente para fundirlo con el más avanzado. Hoy en día, volviendo al asunto del Che y los 350 mil hombres, a mi me lo dijo Rubén de Costa y Arnaldo Ochoa que estudiaron en Cuba, me lo dijeron así textualmente: “el comandante Caballo te manda a decir que tienes que aguantarte un año más porque hasta que no lleguen los 350 mil que están contratados no nos venimos para acá”. La idea es: se pierde el Estado, pero se construye el socialismo en el camino. Y que difícil que es construir el socialismo adonde todos nosotros los pobres estamos viendo la emancipación con los valores capitalistas. Es así que estamos viendo la emancipación, no la estamos viendo como la verdadera emancipación, sino con conceptos de la modernidad. Entonces provocan estas rupturas epistemológicas. ¡Solamente una obra de 100 o 200 años! Hay unas cosas que yo cito siempre que leí en un libro del embajador de Francia en China, cuando describe la entrevista que hicieron con Mao, adonde Marroc, el intelectual francés que era Ministro de Cultura de De Gaulle fue a visitar a Mao Tse Tung. Y Marroc fue en muchas ciudades antes de llegar a Pequín, porque en ese momento no había aviones internos. Cuando está hablando con Mao, lo elogia y le dice: “presidente Mao usted esta obteniendo una victoria con su idea de la revolución cultural”. Y además de eso en esos días estaban presos Den Xiang Ping y varios ministros. Pues los había hecho presos la guardia roja. “Yo lo felicito presidente Mao porque la revolución cultural va adelante con sus ideas”. Mao le contesta lacónicamente: “Señor ministro Marroc, usted esta equivocado, en el seno del Partido Comunista, de la administración, del gobierno y del Comité, y del Ejército, está incrustada aún la ideología burguesa. ¡Y eso sucedió allá con 250 millones de muchachos en las calles, que sucederá mientras la burguesía está instaurada ahí tranquila no solo mecánicamente sino intelectualmente!?”

Eliane: Pero eso de los valores se debe un poco a que el debate sobre el materialismo histórico... La idea también de que las ideas no cambian sin cambiar también las relaciones sociales, de existencia, de los hombres y mujeres...

DB: Por eso te decía que es mejor no meterse con ese Estado, no fortalecerlo al Estado proletario, sino crear la nueva civilización y el camino es la lucha armada. En el proceso con tus guerrilleros vas creando la nueva civilización, y la confrontación de valores contra valores la vas a ver tú hasta en pequeños detalles. Por ejemplo, si tu vas a enfrentar a un poderío militar con una inmensidad de recursos tecnológicos, no es solo desde este punto de vista que lo vas a derrotar. Tienes que derrotarlo de otra manera. Tú no te puedes apropiarse de los valores del capitalismo para construir el socialismo, tú tienes que inventar los valores de la nueva civilización. Un ejemplo, estamos, supongamos, en la guerrilla en Brasil, en la selva Amazónica, entonces no podemos, aunque parezca mentira, nos ponemos a comer como comen los gringos, hamburguesas y demás. Tú tienes que sacar el maíz, ya no por la mazorca como mazorca, no es por la espiga del maíz solamente, sino que es una cultura de 7 mil años comiendo maíz. Y nosotros vamos a enfrentar la cultura de aquí a la cultura occidental, a la totalidad de la cultura occidental. Y la vamos a enfrentar con los hábitos indígenas, con los hábitos de los esclavos negros. Tiene que ser una resistencia integral. Hay una doctrina militar que es la doctrina militar llamada de la guerra preventiva que es la de Bush, que es terrorífica. Nosotros vamos a poner en práctica otro tipo de guerra, no la que hicimos en la guerrilla. Aunque hicimos cosas buenas no fueron suficientes. Las que vamos a hacer ahora si es buena. Nosotros vamos a crear nuestros valores para enfrentar a los valores de la civilización capitalista. Y la civilización capitalista no es solo lo que nos van a traer los soldados norteamericanos es lo que tiene aquí también, el capitalismo venezolano, inclusive el capitalismo de Chávez ahorita. Entonces la resistencia tiene que ser integral, resistencia espiritual. Nosotros aquí tenemos que resistir. Cuales eran las religiones, las maneras de pensar de los indígenas y los negros; aquí se les impuso religión. Y la imposición de la

religión costó 80 millones de muertes en el continente, 30 de negros esclavos y 50 de indígenas. Vamos a sacar los valores de los indígenas. No hay ningún escritor salvo muy poquitos que hablen de eso como genocidio. Aquí le matan 4 o 5 judíos y pasan películas, y a nadie se le ha ocurrido hablar de los 80 millones de muertos.

Eliane: De todo modo, además de los valores se impusieron las instituciones de la modernidad. Y parece por lo menos por ahora que están venciendo en la correlación de fuerzas. ¿Usted piensa, por ejemplo, en ocupar posiciones en esas instituciones dentro del sistema contra el capital o entonces habla de algo más revolucionario como fundar instituciones nuevas a partir del poder popular? Que es algo que se está hablando aquí en Venezuela, de transferir el poder al pueblo: de los consejos comunales, de las asambleas de base... Usted piensa que todas esas formas no dan una respuesta a las cuestiones básicas dentro de una lucha mayor?

DB: Estas cuestiones tácticas de la revolución bolivariana venezolana, del socialismo del siglo XXI, se han convertido en cuestiones de alta jerarquía estratégica permanente. Cuando al pueblo le dicen que le van a entregar el poder, eso no ha existido nunca en la vida. A nadie le regalan las cosas, las cosas se conquistan. [...] Todo poder emergente desbanca al poder constituido, y el poder constituido es ahora en Venezuela más fuerte que cuando Carlos Andrés Pérez, porque retornaron las petroleras, retornaron con más fuerza y ahora son dueñas de más del 40% de las acciones del petróleo. Entonces el poder constituido es más fuerte hoy. Y cuando dicen, que es una pregunta inquietante de los camaradas que nos sentamos aquí y vienen de Italia, de Francia a ver esa revolución bolivariana: pero porque la burguesía ataca al gobierno? La burguesía, y ese es un fenómeno peculiar, [...], en 99 tomó el poder pero al tomarlo deja de ser clase media y se transforma en burguesía porque es la que explota. Entonces esa clase media que se transforma en burguesía es la que administra ahorita aquí en Venezuela 150 mil millones de dólares al año, de los cuales 86 mil vienen solamente del petróleo. Y el resto viene del carbón, gas, etc. Entonces la burguesía ha estado recibiendo siempre una cuota de esta renta petrolera. Hasta que llega un momento que dice que quiere administrarla, hace su programa y se enfrentó a Caldera, y después destituyó a Carlos Andrés Pérez. Y por esa razón se enfrenta a Chávez, no porque Chávez esté construyendo el socialismo, es porque la disputa es en torno a la renta petrolera. Esa es la esencia de la cosa.

Eliane: Para usted la cuestión en Venezuela no es tanto la de la gran propiedad privada sino que es más la de la propiedad del Estado?

DB: El Estado tiene más propiedades que la propiedad privada.

Eliane: Entonces la cuestión es la de las tierras?

DB: Fíjate, en esto el Estado tiene más tierras que los privados, además por aquellas reglas que viene de la tradición jurídica española de que el rey es el propietario de lo que hay abajo, entonces aquí el propietario es el Estado. Cosa que es distinta en la tradición jurídica anglosajona donde si tu tienes esta tierra también eres dueño de lo que está abajo. Allí es donde está la contradicción, y no es porque se esté construyendo socialismo. Y es más te voy a decir una cosa.

Eliane: ¿Entonces esa idea de que Venezuela esta rumbo al socialismo es propaganda?

DB: Bueno, basta con decirte que la burguesía paraestatal que se ha ido formando no solamente es la que administra los bienes del Estado sino que ahora esta administrando los propios que ha adquirido con las rentas petroleras. Y es una burguesía fuerte. Aquí en la constitución nuestra que es una constitución burguesa neoliberal de las mejores elaboradas...

Eliane: ¿Neoliberal?

DB: Sí, neoliberal.

Eliane: ¿Pero los esfuerzos es para estar en contra del neoliberalismo, con una propuesta de soberanía popular diferente de lo que se propone desde el neoliberalismo, principalmente desde los estados Unidos para América Latina, no?

DB: Yo creo que el discurso del gobierno de Venezuela, el discurso es el más radical que hay contra el imperialismo y contra el capitalismo. Pero al mismo tiempo la ejecutoria del gobierno es la más radical pro imperialismo y pro capitalismo. Tiene todo un problema. La Constitución venezolana superó a la del 61 en la reafirmación de los conceptos del neoliberalismo y del capitalismo y la propiedad privada. Esa Constitución era capitalista, no era neoliberal, esta dice en su artículo 299: la economía venezolana será democrática, autogestionada, calificativos bellísimos, y más abajo le agrega, y de mercado. ¡Una economía que sea de mercado ya no es autogestionaria ni

democrática! Es cuestión de analizarlo pues. Si la analizamos, la economía, las leyes económicas, sostienen al Estado. Al punto que recientemente el año pasado, el 30 de marzo, se aprobaron las empresas mixtas, el contrato marco de las empresas mixtas. Llegó Venezuela a un punto en que México, Kuwait y los Emirados Árabes, y Arabia Saudita, nunca han llegado, que es darle participación accionario y por lo tanto propiedad a las empresas extranjeras. Ustedes no han visto en Venezuela ni en Washington ningún insulto de eso al gobierno..... Hay que entender que esa es una fracción que le está molestando al propio Estados Unidos. Y le está molestando a Europa. Si nosotros nos ponemos a construir el socialismo estos campesinos que estaban aquí, vienen del pueblo de Chávez, donde tenemos sembradas en un solo sitio 600 hectáreas de maíz, que ya las sembramos con los campesinos, la primera batalla, ahora sí vamos a construir el socialismo. Que yo no le pondría socialismo para no confundirlo con aquel famoso socialismo soviético que no era socialismo. Sino que hablo de la nueva civilización, y la primera cosa que hay que tener en cuenta es la tierra y el trabajo ecológico, para lo que no se puede comprar los productos agroindustriales que fortalecen a los grandes industriales y que además te envenenan.... Aquí no hay en ningún sitio las cooperativas, ni los centros comunales, ni un solo sitio adonde se esté medianamente adelantando el socialismo. ¡No lo hay! El único sitio es en una fábrica donde estaban medianamente, es en la región de Guayana, en una empresa que se llama Alcaza, de aluminio, que es de la Corporación Venezolana de Guayana. Y el presidente de Alcaza era un camarada que estuvo en la guerrilla con nosotros, y es quien más ha insistido desde el gobierno sobre el problema del socialismo. Y medianamente comenzó a darle participación a los trabajadores, porque el aparato del gobierno es neoliberal. Uno de estos campesinos es primo de Chávez, y eran chavistas y ahora son nuestros. Se dieron cuenta, por cuenta propia, que el Estado ha favorecido más a la agroindustria que a los pequeños productores y a los campesinos. Nos encontramos entonces con el caso de que las propias leyes agrarias favorecen a la burguesía, y nosotros hicimos un trabajo denunciándolo; y las propias leyes de energía, de petróleo, de gas, también favorecen al capital monopólico internacional. De manera que hacer una revolución aquí pasa por una fuerza emergente donde va a estar el 80% de los hombres que votan por Chávez pero que no están gobernando; ellos forman parte del gobierno pero no del poder. El poder en el seno del gobierno lo tiene una minoría de 10% neoliberal plenamente, que está consustanciada con el gran capital mundial, incluyendo a Estados Unidos.

Eliane: ¿Pero por qué piensa que sucedió esto? Porque en el gobierno también están revolucionarios que participaron en la lucha de los 70, no? Parece que la intención de mucha gente es buena, es de hacer un cambio profundo.

DB: Es lo que te dije, ese 80 % es revolucionario, y el 10 % es de conservadores neoliberales. Pero ese 80% no tiene en sus manos los factores reales de poder y el 10% es el que lo tiene todo. Y es la causa por la que pasó esto. Pero eso no pasa por obra y gracia del Espíritu Santo, fue todo un proceso. Aquí en esta avenida es donde se dan todas las manifestaciones, tú ves a un pueblo, a medio millón de personas aplaudiendo. ¿Cómo vas tú a hacer una revolución socialista aplaudiendo? La revolución se hace con la mente, con el corazón, con las manos, haciendo, no aplaudiendo. Eso que ves es masa inerte, en cuanto que cuando el pueblo actúa es muchedumbre, aunque sean poca cantidad. El caso es que se está haciendo todo por arriba y no hay choque. Todas las revoluciones, incluyendo las burguesas, significan un poder emergente contra un poder constituido. Y al mismo tiempo que ese emergente destruye al constituido su característica fundamental tiene que ser antinstitucional y anticonstitucional.

Eliane: ¿Pero usted piensa que desde 89 se dio una lucha con ese potencial de ser un movimiento revolucionario emergente y de algún modo piensa que Chavez esta traicionando ese movimiento?

DB: Yo no diría eso, no uso esa palabra porque es un proceso dialéctico adonde sucede lo siguiente: el 27 de febrero [de 1989, *Caracazo*] es la ruptura del pueblo caraqueño en contra de la tesis de la república. Yo soy más radical. Todos nosotros, incluyendo la guerrilla nuestra, estaba encuadrada en los conceptos de la modernidad, Estado, Poder, Nación. Ese fue el primer acontecimiento anticapitalista, antipropiedad privada. Chávez nunca tuvo esa concepción para decir que la está traicionando, está aplicando lo que siempre ha sostenido. Y no la está aplicando solo él, sino un conjunto de fuerzas. De tal manera que el 27 de febrero es el primer movimiento sin partidismo, y menos mal porque el partido llega y el partido es el que calma, el que da orden. Los dirigentes de los partidos se ocultaron todos. Entonces el salto que se vio ahí socialmente es importante. En una conferencia dos meses después de esto, yo analizo el 27 de febrero y sostengo que, pase lo que pase, en Venezuela ya no habrá revolución sino una confrontación. Después de esa fecha se presenta el 4 de febrero, el 27 de noviembre, huelga, un sacudimiento institucional tremendo. ¿Y quién ha ganado? Por eso dije vamos hacer un balance. Ese día chocaron dos fuerzas básicas: chocó la idea emancipatoria y la idea del neoliberalismo, porque justamente la lucha era contra los 11 puntos neoliberales del presidente. Y es el primer acontecimiento violento que se da en el mundo contra el neoliberalismo, pues chocaron las dos corrientes históricas más poderosas: emancipación y globalización. ¿Quién va a ganar? ¿Haciendo un balance desde 1989 hasta nuestros días quién va ganando en esta batalla? El neoliberalismo no estaba establecido y se estableció, ya está establecido en Venezuela, y es el capitalismo neoliberal, la globalización está establecida. ¿Cómo y de qué manera? La primera cosa es que le hemos brindado una paz social, de la que me siento avergonzado de no haber tirado ni un tiro... La paz social es lo más sagrado para los capitalistas internacionales y se la hemos brindado,

aquí nadie le ha tirado una piedra a una empresa petrolera. Y si se lo hubiesen tirado el pueblo pobre le cae a palos diciéndole que era un demente vagabundo. Porque el pueblo cree que están consiguiendo el socialismo.

Eliane: Por hablar de esto de la paz social yo tengo una curiosidad mayor por saber de la derrota de la guerrilla, el llamado proceso de pacificación. ¿Cuáles fueron las causas para que ese movimiento armado insurgente fracasara?

DB: Las causas son muchas. La primera el acuerdo Kruschev con Kennedy, que te desbarata todo. Puso a 32 partidos comunistas a echar todo para atrás, solamente quedamos de aliados con los cubanos. Y la alianza con China, con Vietnam, con Corea y Argelia, esa era la alianza revolucionaria. Hay que ver lo que significa que en Venezuela estaba la gente de servicio que venía de URD en la lucha armada, Fabricio continua y lo matan. Estaban el MIR que viene de Acción Democrática, estaba el Partido Comunista y de repente se desaparecen todas estas fuerzas. Políticamente fue un golpe tremendo. Hubo una excepción, el Partido Comunista Italiano que era más amigo de nosotros, el resto nos atacaba, el francés, el ruso más todavía. El segundo es cuando empiezan a golpear a todas las guerrillas de América Latina. La gente creía que aquí estábamos haciendo operaciones militares y la verdad eran más bien acciones defensivas. Y por supuesto una defensiva a nivel mundial porque el bloque llamado socialista se había retirado de la contienda. Otro elemento es el petrolero, usted, a sacar las cuentas, en octubre y noviembre del 73 estalla la guerra árabe con Israel. E Israel acabó con varios ejércitos. Y ahí viene el bloqueo petrolero a Estados Unidos, y los precios del petróleo empiezan a subir, llegando a 32 dólares habiendo estado en 7 o 4 dólares. Y el gobierno de Venezuela tenía 10 mil millones de bolívares de entrada en concepto de petróleo, y le entran 45 millones inmediatamente en el 74 porque la guerra israelí fue en octubre y noviembre; y Carlos Andrés Pérez de Acción Democrática toma el poder en febrero del 74 y se convierte en el gran líder mundial. ¿Y que hace? Establece relaciones con la Unión Soviética, con China, con Cuba, le dio una amistad inmediata, y llega un periodo de paz social increíble. La izquierda fue comprada totalmente, se plegó a apoyar a Carlos Andrés Pérez. José Vicente apoyó a Carlos Andrés Pérez. Nosotros no, cometimos ese error. Esa es la tercera causa, porque quedamos aislados combatiendo al gobierno de Carlos Andrés Pérez y al mismo tiempo combatiendo contra todos los comunistas que nos cayeron encima. Pero mantuvimos nuestra idea, y hoy es cuando tiene valor. Y claramente vimos que no hay socialismo posible, este es un capitalismo de Estado.... Y esa es la otra causa que aceptamos el decreto de sobreseimiento. Había camaradas que me enviaban de Cuba libros donde subrayaban cuando Lenin decía que cuando no hay lucha de clases uno no puede hacer la guerra. Y quedamos ahí hasta que se dieran de nuevo las condiciones.

Eliane: Para terminar entonces, la última pregunta. ¿Esa lucha que usted piensa que la humanidad tiene por delante contra eso que llama globalización que es un poder muy fuerte, piensa que el proceso que vive Venezuela hoy, para la creación de una nueva civilización puede ser una pequeña ayuda?

DB: En Venezuela, caracterizando al Estado es un Estado capitalista. De capitalismo de Estado y de capitalismo privado, donde conviven las dos fuerzas. Sin embargo, es la primera vez que por X causa existen fuerzas populares en el gobierno, que no es el poder. Y esas fuerzas populares revolucionarias, que son bastantes, campesinos, en los barrios populares de Caracas, un sector de los indígenas, obreros muy pocos, estudiantes también pocos. Esa fuerza ya está dando los primeros pasos para aliarse con nosotros en el frente campesino, en el frente obrero, en el frente subversivo. De manera que aquí la revolución que va a venir pronto pasa por una alianza del sector oficialista revolucionario con nosotros que no tenemos nada que ver con el oficialismo. Y se va a dar, ya están las primeras manifestaciones dadas en las calles. Ahorita no hay tierras que se tomen, no hay hecho social que se haga donde no participen sectores... Yo mismo los acompañé en el pueblo de Chávez a tomar haciendas. De manera que hay una esperanza. De forma que esas dos fuerzas, la revolucionaria oficialista y la revolucionaria de la oposición se van a unir en contra de la derecha oficialista y la derecha de la oposición porque coinciden. Aunque tu veas que se insultan coinciden, no hay crítica de Acción Democrática ni de COPEI, ni de la CPB a la política petrolera de Chávez; porque ese era el programa de ellos y Chávez se lo robó y lo puso en práctica. Los desarmó y los dejó sin programa. No hay ninguna crítica, mas bien la crítica a eso viene de nosotros y de gente del gobierno. Ahora lo que sí es cierto, como somos un país petrolero hay situaciones realmente que nos tienen que hacer pensar. Estado Unidos tiene proyectos militares elaborados en el Pentágono para tener presencia militar en todo los sitios de fuentes de petróleo, y no ha llegado a sitios como el nuestro no porque no quiera. ¿Porque si le brindamos de gratis todo para que va a venir una invasión? Hoy el capitalismo está viviendo una tremenda crisis, que ya no es solo del capitalismo sino más bien de la civilización capitalista occidental en su conjunto. Cosa que se ve en los niveles de desempleo. Este es el mejor momento, porque Chávez perdió los mejores momentos, en el momento en que más apoyo tenía de los campesinos de Brasil, de los piqueteros en Argentina, de los indígenas. Ese era el momento de pasar a la guerra clandestina, él tenía que ser clandestino. Y no del Estado, o hacer una alianza militar con el Ejército de Brasil, con el Ejército argentino. De tal manera entonces que Estados Unidos tiene en su estrategia militar una cosa nueva, que antes no la tenía. Aquella que se conforma con los contratos petroleros que se hicieron entre las petroleras y los Estados. Ahora dice que es indispensable la presencia militar en donde estén las fuentes energéticas porque entraron en crisis. Llegó a un techo. Ya se sabe donde está el petróleo acá, la crisis tiene múltiples facetas.... Ya se sabe que hay tres fuentes energéticas buenas, lo demás es demás. Esta que esta aquí que se llama Asia Central, que es de Afganistán hasta

Rusia. Pero ese gas no quiere Estados Unidos. Que Rusia desde Afganistán se lo mandaran a Europa. Y luego el segundo eje energético es el Golfo Pérsico y el tercero es de Venezuela, Bolivia, pasando por el Amazonas. Ya con todos esos aparatos satelitales sabes muy bien donde están.... Estados Unidos tenía que agarrar Afganistán y lo hizo, vino aquí y tiene fuerzas militares protegiendo a Arabia Saudita, a Kuwait, a los Emirados Árabes, y hasta en Irak, le falta Irán pero ya está preparando la entrada. Estados Unidos casi tiene guardado en su subsuelo 21 mil millones de barriles de petróleo y consume diariamente 21 millones. Venezuela tiene 86 mil millones, cuatro veces más que Estados Unidos. Otra cuestión es la crisis del agua. En México está el primer eje energético de la biodiversidad en Puebla que abarca parte de la guerrilla zapatista, el segundo eje el que está en Choco, al norte de Colombia, que tiene un río que ahora ya está aprobado que va a ser el nuevo canal; porque el canal de Panamá está obsoleto por el que no pasan barcos gigantes y este tiene un río especial. El tercer eje es el de la Orinoquia, del que forman ustedes parte de él y formamos parte nosotros y Colombia un poquito. Y el cuarto eje es el Amazonas.

Eliane: Otro es el acuífero guaraní en la triple frontera de Argentina, Paraguay y Brasil. Que es la mayor reserva de agua subterránea. Y Estados Unidos tiene un discurso interesante de que ahí se entrenan terroristas árabes.

DB: Y Estados Unidos ya está inventando que allí está *Al Qaeda* y, por lo tanto, lo llena de soldados. Esa confrontación va a venir pero si la vamos a combatir con los instrumentos capitalistas podemos derrotar a Estados Unidos, podemos derrotar a las tropas chinas o rusas pero no vamos a construir el socialismo. ¿Con qué filosofía vamos a llevar a cabo esta emancipación imperial? ¿Con qué instrumentos? Ahí está la labor de ustedes.

ANEXO 10

Entrevista a Germán Ferrer

Transcrição: Mariángeles Guerin.

Eliane: Bueno, me gustaría hablar sobre algunos aspectos del actual proceso que vive Venezuela, y también sobre su trayectoria política y su trabajo.

GF: Bueno, no hay restricción en cuanto a darte cualquier tipo de información, aquí no hay digamos secretos de Estado (risos). Lo que te podemos decir es lo que tú puedas ver públicamente.

Eliane: Sí, claro, es que mi intención también no es detectivesca (risos), sino por el contrario profundizar un poco el conocimiento de la cultura, de la política, de los procesos sociales más a fondo. Ese debate de las cooperativas, por ejemplo, es muy importante. Yo le pediría que empezara hablando un poco de su trayectoria.

GF: Bueno en este momento soy parlamentario, soy miembro de la Comisión Permanente de Finanzas de la Asamblea Nacional, diputado por el estado Lara. Somos nosotros en la Asamblea Nacional 177 parlamentarios principales y 177 parlamentarios suplentes. Nosotros venimos y procedemos en primer lugar de los movimientos sociales. Y en mi caso particular de todo lo que fue la lucha de los años 60, 70. Aquí hubo un momento insurreccional en Venezuela que fue inspirado en lo que fue la Revolución Cubana y llevado adelante por los jóvenes venezolanos.

Eliane: Sí, ya me han hablado bastante de ello. ¿Pero usted pertenecía a alguna organización en aquel momento?

GF: Sí, en ese momento estuvimos inicialmente desde la Juventud Comunista y participamos en los primeros que fueron y que se llamaron los aparatos armados aquí en Venezuela. Luego se constituyó en una organización militar que fue las Fuerzas Armadas de Liberación Nacional, la FALN. Ese tuvo un periodo de lucha digamos durante todos los años 60. Luego en el año 66 hubo una ruptura entre lo que era el Partido Comunista que desistió de la lucha armada y otras organizaciones, como el PRV, que fundó lo que se llamó el Partido de la Revolución Venezolana que siguió con la lucha. Fue un proceso de muchos enfrentamientos, muchos muertos, muchos desaparecidos. Una lucha muy frontal que dio como resultado que a nosotros nos derrotaran militarmente. En mi caso estuve cuatro años y medio preso, en una prisión militar, por rebelión militar.

Eliane: ¿Eras de las Fuerzas Armadas?

GF: Sí, era de las FALN, era del Ejército Guerrillero no del Ejército. Es que a nosotros nos juzgaban, en nuestro caso, en tribunales militares. Cuando salimos nos dedicamos más bien a la lucha social, y durante mucho tiempo. Luego vino lo que fue el movimiento insurreccional militar que encabezó el presidente Chávez.

Eliane: ¿Pero en ese periodo de los 80 que pasó?

GF: El periodo de los 80 fue el momento del reflujo, el momento de la dispersión de la fuerzas, fue el momento de la desmoralización incluso. Por lo menos en Venezuela después de la derrota que hubo, que fue muy fuerte, vino el proceso de reflujo de la lucha. Más bien hubo movimientos culturales, aquí hubo un gran movimiento cultural que lo promovió el PRV. Ya en el momento en el que el PRV o la FALN ya no era una organización insurreccional armada se constituyó lo que básicamente fue un movimiento político-cultural que se llamó “Ruptura”. Que era una organización legal, pues el PRV era una organización semiclandestina. Pero Ruptura era una organización más abierta que tenía una actividad cultural bien importante, se hizo aquí el movimiento de los poderes que van desde el pueblo, que fue un movimiento cultural que agrupó a la intelectualidad de izquierda con una gran producción intelectual. Y vino después en el año 92 la insurrección militar, que has conocido por la gente, la derrota. Sale el presidente y nos incorporamos a la campaña.

Eliane: ¿Pero no participó antes de ningún otro partido?

GF: No.

Eliane: Usted siguió en la oposición a los partidos que participaron en el Pacto de Punto Fijo.

GF: Exactamente porque estaba en oposición a ello. Más que nada participé de los movimientos culturales de luchas obreras, sociales, campesinas.

Eliane: ¿Y conoció el movimiento de Chávez en la década del 80 o después del 92?

GF: En el año 92 básicamente, antes no estuvimos vinculados a ellos. Sí en el año 91, ya antes, porque todo este movimiento era porque el golpe iba a ser en el año 91, en diciembre. Pero se retrasó, y un montón de cosas que hubo ahí por lo que se decidió pasarlo al próximo año, en febrero. Y fue una situación casi obligada por parte del grupo militar, de insurgir, porque todo eso ya estaba muy develado, estaba prácticamente abierto. Y se dio eso con todas las consecuencias que tu sabes.

Eliane: ¿Pero usted no conocía entonces el Movimiento Bolivariano de Chávez?

GF: No, como te digo nosotros nos incorporamos como la parte civil dentro de ese movimiento en el año 91, porque antes, inicialmente, el presidente Chávez pertenecía a un movimiento interno de las Fuerzas Armadas que luego salieron a vincularse con lo que fue el movimiento civil. En ese caso hubo una cantidad de personas que lo acompañamos en ese momento.

Eliane: Es interesante esa parte de los 80 en la que los partidos tradicionales pierden el apoyo popular.

GF: Dentro de los años 80 surge también, aunque ya existía a finales de los 70, el movimiento socialista, que es el MAS, una referencia fresca de lo que era el movimiento de izquierda. Y verdaderamente se nos presentó como una alternativa sobre todo a la juventud en ese momento. Causa-R se creó básicamente al calor de las luchas obreras de Matanzas. Matanzas es una zona aquí, que es la zona de las industrias básicas. Entonces surge Causa-R como un movimiento de tendencia básicamente obrerista. Pero fue un movimiento bien interesante también. Velásquez internamente en Causa-R surge como líder, luego de la muerte de su fundador Alfredo Manero. Pero sin duda alguna con muy poca fuerza, porque Andrés Velásquez tuvo una participación electoral bien importante contra Caldera que era una de las referencias del *Pacto de Punto Fijo* en la época de *Convergencia*. Alfredo Manero, digamos, dio una idea fresca de lo que era todo ese planteamiento marxista, que nosotros traíamos de la lucha. Nosotros estábamos, como elemento socialista, desde hace algunos años.

Eliane: ¿Y eso tenía raíces en el pueblo o era algo extraño?

GF: Para el pueblo era extraño. El planteamiento socialista a la gente verdaderamente no le era familiar, todo lo contrario, había un rechazo. Porque nosotros estábamos también en un momento histórico en el cual lo que primaba era la Guerra Fría y donde la propaganda interesada de los Estados Unidos era ver toda tendencia social y entre ella el socialismo como una tendencia totalitaria. Más yo considero que nosotros no supimos en ese momento hacérsela llegar a la gente. Que es distinto, por ejemplo, con el planteamiento que tiene en este momento el presidente Chávez, que vinculó desde el punto de vista humano todo lo que son esas corrientes teóricas, ideológicas, como fundamentalmente el marxismo con un elemento digamos adicional que es incorporarle todo lo que fue esa riqueza cultural de nuestro pueblo. La indignidad, que ya nosotros la veníamos manejando en el PRV. Pues fuimos nosotros quienes primero aquí manejamos la tesis de Simón Rodríguez, de Zamora y de Simón Bolívar. Ya nosotros veníamos construyendo ese modelo de, digamos, aporte al marxismo, incorporándole todo lo que es nuestra historia, lo de los próceres de nuestra independencia. El pensamiento de Simón Bolívar, de Simón Rodríguez por ejemplo, las luchas agrarias de Zamora, que fue básicamente agrarista. Es decir, nosotros ya veníamos trabajando con esos elementos, y luego el presidente también incorporó una cosa bien importante que es la espiritualidad. Porque tu ves que el presidente al margen que da un discurso social radical incorpora también todo este elemento cristiano, religioso, que es una cosa que nosotros educados en la vía de la escuela marxista, nuestra guía era básicamente atea. Y eso es una cuestión que creo que a nosotros nos hizo mucho daño, el no entender que el pueblo tiene esa particularidad.

Eliane: ¿Y ese respeto a la ley está en el espíritu venezolano también?

GF: Obvio que sí, mira que además nosotros veníamos aquí desde los años 50 de un gobierno dictatorial en donde la ley era la fuerza y entonces produjo una rigidez de las instituciones. Y además cuando se plantea en ese periodo de la IV República del puntofijismo esta confrontación la represión era mucho más dura que cuando Pérez Jiménez, porque aquí hubo más muertos durante el periodo de democracias que durante la dictadura. Porque fue una lucha más frontal. Se vino haciendo una lucha radical que generó eso como cosa natural creo. Ahora yo no creo que nosotros seamos aquí muy ortodoxos en la legalidad, aquí más bien, como todos los latinos, somos más bien dados a ese sentido más liberal, como son los brasileños, sobretudo los que están cerca de la costa.

Eliane: Pero a veces da la impresión de que hay mucho de esto, de que parece que los cambios están siendo hechos por la ley primero, para después en la sociedad.

GF: Fíjate lo siguiente, nosotros estamos aquí haciendo, tenemos una, yo pienso, virtud, estamos consultando a la gente para hacer las leyes. Nosotros no estamos haciendo leyes encerrados en el Parlamento, donde pudiéramos creer que tenemos una visión de conjunto. Nosotros para hacer una ley tenemos que ir a las comunidades para que estas aporten para esa ley que estamos haciendo. En general ha sido así, inclusive las Leyes Habilitantes van a ser consultadas con la población, rompiendo un poco con esa práctica que hubo en el sentido de que el Ejecutivo era quien decidía, o los sectores cercanos, o sectores cerrados, que eran los que decían lo que se debía hacer o no. En este caso lo que nosotros estamos implementando a través de la Asamblea Nacional, con una metodología que llamamos de parlamentarismo social, de calle, que quiere decir que nosotros vamos con las leyes, hacemos asambleas en todo el país, recogemos las inquietudes de la gente y las incluimos en lo que son las normas. Eso ocurrió, y te lo digo como una cuestión emblemática, con la ley de los Consejos Comunales. La Ley de los Consejos Comunales surge porque hay una ley que se llama ley de los Consejos Locales de Planificación Pública, donde está inmerso lo que son los Consejos Comunales, como forma. Cuando vamos a la gente y empezamos a discutir con la gente, la gente trajo ese punto que estaba perdido entre todas esas normas y de ahí se produjo la ley de los Consejos Comunales, que prácticamente pasó desapercibido ese aspecto de la ley de los Consejos Locales de Planificación Pública. Y surge como surge, por la participación de las comunidades. Yo creo que de pronto hay en este momento, se crea la conciencia en cuanto a que como estas leyes han sido consultadas, o sea, que la gente ya las ha asimilado, sencillamente en el momento en que eso se elabora para la gente no le es extraño, que esta ley se haya hecho de esa manera, porque la gente de alguna manera participa y conoce cual es el contenido.

Eliane: ¿Pero la gente está efectivamente participando?

GF: Sí, a favor y en contra.

Eliane: ¿Pero el pueblo está organizado o eso aun es un trabajo para lograr, la organización popular?

GF: Mira, sí efectivamente aquí hay un trabajo. Yo pienso que aquí para nosotros estamos en un momento estelar de la participación, jamás en Venezuela había habido tanta participación en las decisiones del Estado. Insisto con los Consejos Locales de Planificación Pública, son pequeños gobiernos en las comunidades, con una cantidad de problemas que tenemos ahorita, a mi modo de ver lógicos, naturales, porque estamos en este momento ensayando muchas cosas y eso seguirá perfeccionándose en la medida que se vayan consolidando estas estructuras y se vayan de alguna manera la gente asimilando este nuevo rol que tienen que tomar en cuanto a la posibilidad que tienen de tomar decisiones políticas importantes. Entonces eso es en líneas generales. Te pudiera decir entonces, aquí hay una cantidad de movimientos que han surgido, muchos grupos. La gente se organiza y yo creo que esa es una cuestión saludable. Es importante que la gente vaya tomando conciencia de la necesidad de agruparse, de organizarse, porque consideramos que es la única forma de avanzar. Claro que también es parte del modelo que queremos construir, porque dentro del modelo neoliberal, capitalista, que te enseña a ser individualista, egoísta, y una cantidad de cosas en las cuales tú no es que no te importes, pero pasas a ser el centro y lo demás prácticamente poco te importa. Nosotros queremos agrupar, unir, que prive la solidaridad, donde te importes por el vecino. Un poco estos valores hay que irlos creando, consolidando a nivel de la gente y creo que eso es una cosa que surge bien importante. Por ello nosotros aquí tenemos los Comités de Tierras Urbanas que son instrumentos para que la gente discuta la propiedad de sus tierras, que antes eran del Estado, pero ahora están pasando a ser propiedad de cada familia en los barrios. Entonces la gente se organiza, así mismo como se organiza con la cuestión de la tierra están las Mesas Técnicas de Agua para ir resolviendo el problema de la escasez de agua que existe en muchos barrios y como ponerse de acuerdo entre todos para que lo que llega alcance para toda la comunidad. Las Mesas Técnicas de Energía para donde no llega la electricidad, y así como eso, todo lo que es el aspecto cultural, las cooperativas que también es otra cosa que estamos incentivando. Y te podría decir de las cooperativas que en el año 1998 hasta ese año estaban registradas 877 cooperativas y hoy al primer trimestre de este año tenemos 195 mil cooperativas inscriptas, de las cuales no todas están trabajando como tal, sino que de ellas son 60 mil que están en etapa productiva. Y queremos que, pese a las muchas dificultades que algunas enfrentan, sigan avanzando y consolidando ese modelo porque consideramos que la cooperativa, aun cuando no es la respuesta definitiva a lo que estamos planteando, que es estratégico, sí nos permite ir creando conciencia de lo que es la solidaridad, lo que es la ayuda mutua, lo que es la distribución de la riqueza.

Eliane: Y también como una forma de supervivencia.

GF: Y es una forma de supervivencia, porque ocurre que muchas personas a través de las cooperativas han logrado insertarse en el mercado de trabajo, o sea, tener por lo menos una actividad productiva. Y no depender, que eso también nos preocupa, depender exclusivamente del Estado. Porque esa es una de las cosas que ocurre sobretodo en esta primera etapa de cambio de estas situaciones políticas y sociales donde existe incluso la conciencia, digamos el

sentimiento, de ese saldo social que tenemos con las comunidades, con la gente, con la sociedad, que de alguna manera tiene que llegarles. Para eso tenemos las misiones que tuvieron inicialmente y lo siguen siendo de gran importancia y de gran impacto desde el punto de vista de la educación, desde el punto de vista de la salud, desde el punto de vista de la vivienda y en una cantidad de cosas en las que todavía somos imperfectos. Y que de pronto algunas han perdido fuerza, han perdido fuerza tomando en cuenta un aspecto fundamental. ¿Por qué han perdido fuerzas algunas de ellas? Porque nosotros estamos construyendo dentro de un modelo de sociedad que estamos negando, y que sabemos que lo que nosotros venimos construyendo, hasta tanto no desmontemos lo que es todo este Estado burocrático, ineficiente, que venimos arrastrando y que lo tenemos en el seno de nuestra sociedad. Bueno desgraciadamente mucha de las cosas que hagamos se las va a devorar todavía este aparato burocrático, que es lo que está ocurriendo aquí en Venezuela. Por eso nuestro reto es, mira, ir desmontando el Estado este que teníamos, para ir creando nuevas estructuras y eso lo estamos planteando con lo que va a ser la Reforma Constitucional.

Eliane: Por hablar de la cuestión estratégica, muchos preguntan si las cooperativas, las nuevas experiencias productivas y en otros ámbitos de la Revolución Bolivariana, son parte de una estrategia para enfrentar el poder del capital, del imperialismo, para lograr el llamado socialismo del siglo XXI, o si son más bien una táctica para crear una correlación de fuerzas para ir dando capacidad organizativa y de consenso al pueblo para hacer cambios más fuertes.

GF: Nosotros estamos convencidos de que aquí hay que ir preparando la población para los cambios sencillamente. Y los cambios traen resistencias y sobretodo resistencias peligrosas, que es la resistencia de los Estados Unidos. Nosotros tenemos un monstruo ahí que nos está apuntando y que nos puede desaparecer en cualquier momento, de eso estamos seguros, desde el punto de vista físico. Lo que no van a poder es desaparecer todo ese criterio, esas ideas que vienen rondando hace mucho tiempo. Es decir, nosotros consideramos que, evidentemente, que el derrumbe de la Unión Soviética fue una derrota, una derrota social por las causas que hayan sido, porque la misma Unión Soviética no se pudo adecuar a los tiempos, porque evidentemente hubo muchas cosas en la Unión Soviética muy positivas, pero hubo cosas muy negativas: suprimir las libertades desde el punto de vista de la capacidad de la gente de expresarse, y una cantidad de cosas ahí que es lo que nosotros queremos enmendar desde esta nueva perspectiva que estamos creando y que le hemos dado el nombre de socialismo del siglo XXI, que es la participación de la gente en la conducción del Estado de verdad, entregarle de verdad el poder a la gente, que fue en sus inicios soviéticos una de las propuestas a través de los Soviets, y a través después de todos los mecanismos de participación comunitaria que había en ese momento, hasta que se murió Lenin y se tomó un rumbo distinto evidentemente con Stalin.

Eliane: Para terminar una última pregunta. ¿Hay una perspectiva en el proceso actual de Venezuela, en su opinión, de poner fin a la propiedad privada, por lo menos a la gran propiedad?

GF: Mira, no está contemplado en lo que se está planteando, de lo que va a ser el PSUV, la eliminación de la propiedad privada no está planteada. Lo que está planteado es que esa propiedad privada no sea una vía para la exclusión o para la usura o una vía para el enriquecimiento desmedido de determinados sectores. Ahí seguramente van haber regulaciones, en cuanto a la concentración de riquezas que no vayan en función de lo que es el desarrollo del país. No es acumulación de riquezas perpetuas, sino en función de crear condiciones de desarrollo para el país. Entonces, yo creo que en ese caso no creo que haya temor, en el sentido de que aquí se va cercenar de manera brutal, ni nada por el estilo, la cuestión de la propiedad privada. Por supuesto que nuestro esfuerzo va a ser fundamentalmente hacia la consolidación de la propiedad social, y vamos hacia allá. Y la propiedad privada que vaya caminando en la medida del desarrollo de los acontecimientos, en función fundamentalmente de contribuir a lo que es el desarrollo colectivo, al margen que pueda tener sus riquezas.

Eliane: ¿La propiedad privada puede incluir la propiedad mixta?

GF: Propiedad mixta se está planteando efectivamente, por ello no hay temores. ¿Ahora, por qué el PSUV? Sencillamente porque necesitamos como estructura, como movimiento, como estrategia, como un diseño de país obligatoriamente un partido que acompañe ese proceso. Y para nosotros, como pensamos y estamos construyendo lo que decimos un nuevo socialismo, necesitamos un partido que se adecue a esa condición.

Eliane: ¿Cree que es un buen mecanismo para la unidad? ¿Necesario?

GF: Es necesario sí y que se vaya dando esa unidad por la base, donde se vayan desmontando también esos criterios de ventajas que ha habido muchas veces, donde están presentes en las direcciones de las organizaciones muchas veces personas que no están en consonancia con lo que están queriendo y diciendo las comunidades de base. Por eso entonces se está planteando un proceso de elección desde la base y que así se vaya construyendo hacia arriba. Que de pronto muchos de nosotros que en este momento pudiéramos ser dirigentes nacionales eventualmente no pudiéramos competir con la fuerza que viene desde abajo y eso tiene que estar claro. Esa puede ser una consecuencia de este

proceso, que surjan nuevos liderazgos, y yo creo que es saludable y es importante que eso sea así. Que surjan nuevos liderazgos, de gente que esté por supuesto en sintonía con el país que queremos crear. Pero crearlo desde los intereses de las mayorías, de la gente, de las comunidades, de la cotidianidad, y no desde el cenáculo que teníamos permanentemente y que vino siendo una práctica durante toda la historia nuestra, de todos los partidos en los cuales estuvimos inmersos. Te quería hablar de que nosotros somos parte de una organización social que se llama ANROS que es la Asociación Nacional de Redes y Organizaciones Sociales y entonces surgimos en el año 2000 y tenemos la metodología de llegar a las comunidades, de hacer un diagnóstico comunitario, un poco en Brasil se ha hecho esa práctica social que son los gobiernos comunitarios, el reglamento de convivencia vecinal, donde la gente en la comunidad establece unas normas de trabajo y de acción y luego el diagnóstico comunitario, que te permite planificar en la comunidad todos los problemas que existen ahí. Muy amplios, sobretudo en estos momentos, porque no vamos orientados hacia una tendencia política e ideológica, sino que son los problemas de la comunidad; y a través de ese trabajo social por supuesto que está inmersa una nueva práctica social que nos lleva sin duda alguna a crear lo que es esa nueva mentalidad, la gente pues, la solidaridad, la hermandad, al margen de todos los vicios que tenemos y que no podemos evitar.

Eliane: Bueno, por su tiempo, creo que nos quedamos por aquí, no? Muchas gracias.

ANEXO 11

Entrevista a Lídice Navas

Transcripción: Mariángeles Guerin.

Eliane: La idea es que conversáramos un poco sobre el proceso actual de Venezuela, sobre su historia antes del gobierno de Chávez y como usted está viendo este proceso. Sería útil si pudiera empezar presentando brevemente su trayectoria.

LN: Bueno, mi nombre es Lídice Navas, soy licenciada en Letras por la Universidad Central de Venezuela, graduada en el año 69. Fui militante del Movimiento Izquierda Revolucionaria (MIR) hasta que este se dividió en el año 69 y luego de esa división surgió Bandera Roja a la que me incorporé de inmediato. Prácticamente cofundé Bandera Roja hasta el año 76 en que este se dividió y me incorporé a uno de los grupos que surgió de allí. Se dividieron en dos grupos Bandera Roja y Bandera Roja Marxista-Leninista, pasé a ser parte de esta segunda. Estuve siendo profesora en la Universidad Central, pero debido a la represión me vi obligada a renunciar y tuve que incorporarme a la lucha armada y clandestina, hasta que en agosto del 80 fui capturada y mi esposo tuvo que asilarse en la embajada de México, dado que lo buscaban vivo o muerto. Al asilarse, con su asilo logré mi libertad, dado que en ese momento estaba acá reunida la Comisión de Derechos Humanos de la ONU. Y el asilo de él y otra compañera, junto con las denuncias públicas sobre lo que estaba pasando en el caso de mi detención y de la madre de la otra compañera, generó todo un escándalo. Por eso se logra mi libertad a 33 días de haber sido detenida. Posteriormente, me incorporé al movimiento de solidaridad con el pueblo salvadoreño, dado que mi esposo decidió incorporarse de inmediato a apoyar la lucha de ese pueblo. Luego me fui comprometiendo cada vez más con la lucha salvadoreña y me fui a Centroamérica del año 86 hasta el año 95. Regresé y en poco tiempo conozco a Hugo Chávez Frías, desde el 96 comencé a tener una relación muy frecuente, dado que se inició un esfuerzo por la unidad de los pueblos de América Latina y el Caribe. Lo había conocido en el 94, había venido por unos 15 días a Venezuela desde El Salvador, pero no fue sino hasta el 96 cuando realmente comenzamos a tener una relación mucho más estrecha. Prácticamente semanalmente nos reuníamos de manera clandestina se podría decir, organizando actividades que permitieran ir impulsando la unidad de los pueblos de nuestra América. Desde allí desarrollamos varios congresos anfitrónicos, retomando el planteamiento del Libertador de la unidad de nuestros pueblos. Y acá en el Banco de Desarrollo de la Mujer me incorporé en el 2002, conocí a Noland [Castañeda] desde que estábamos como militantes del MIR. Posteriormente seguimos manteniendo una relación que se fue estrechando cada vez más desde la lucha de las mujeres y también porque su esposo desarrollaba algunas actividades de solidaridad y apoyo al pueblo salvadoreño. Posteriormente, en el 2005, fui designada como Vice-Ministra de Desarrollo Social Integral en lo que hasta hace poco fue el Ministerio de Desarrollo Social que ahora se llama Ministerio de Poder Popular para la Participación y Protección Social.

Eliane: ¿Ese fue uno de los nuevos ministerios creados?

LN: Sí, fue un Ministerio creado en el 2005 precisamente, entonces fui la primer Vice Ministra de Desarrollo. Está el ministro y luego están los viceministros acá.

Eliane: Estoy un poco confundida porque en Cuba tienen los vicepresidentes y son funciones como si fueran de ministros.

LN: Bueno, entregué el cargo el año pasado, el 2006, y me reincorporé al Banco de Desarrollo de la Mujer. En este momento estoy como Coordinadora de Investigación y Acción. Estamos desarrollando una investigación y análisis de la práctica administrativo-financiera pública del Banco de Desarrollo de la Mujer desde su creación hasta diciembre de 2006. De manera que este análisis, esta investigación, que es participativa, permita tomar las medidas para dar el salto en la nueva situación en la que estamos entrando. Avanzar hacia la construcción del socialismo.

Eliane: ¿Podría hablar un poco más de la experiencia guerrillera de los años 60 en Venezuela?

LN: Estaban actuando varios frentes guerrilleros a consecuencia de la represión desatada por el gobierno, primeramente de Rómulo Betancourt, que casi inmediatamente aprobada la Constitución del 61 suspendió las garantías e inhabilitó a varios partidos. Uno de ellos el Partido Comunista. Prácticamente desde que se enunció esa Constitución se mantuvieron las garantías suspendidas. Luego de Acción Democrática también un grupo de jóvenes que se dieron cuenta de la desviación que estaba sufriendo Acción Democrática, porque eran jóvenes de avanzada, se

dividió Acción Democrática y surgió el Movimiento de Izquierda Revolucionario. Esto estuvo encabezado por Domingo Alberto Rangel y Simón Sáenz Mérida, entre otros. La persecución política y la profundización cada vez más de la gravedad en la situación económica y social fue lo que llevó al surgimiento de la lucha armada, en lo que en primer lugar estuvo liderada por el Partido Comunista y el Movimiento de Izquierda Revolucionario.

Eliane: ¿Todo el Partido Comunista fue a la lucha armada o no?

LN: Sí, solo que posteriormente a finales de la década de los 60, el Partido Comunista cambió de línea política y cesó la lucha armada. Sin embargo, un sector consideraba que tenía vigencia continuar ese tipo de lucha sin negar la necesidad de también desarrollar lucha legal. Por lo que quedó actuando como Partido de la Revolución Venezolana, el PRV. Sus frentes de lucha estuvieron asentados fundamentalmente en la zona occidental y centro occidental en los estados Falcón, Lara, Yaracuy, que eran más o menos las zonas donde se movían los frentes que formaron parte del Partido Comunista y posteriormente del Partido de la Revolución Venezolana. Y en el caso del Movimiento de Izquierda Revolucionaria tuvo núcleos guerrilleros en el estado Miranda, en la zona llamada Bacier y el Frente Sucre que se movía fundamentalmente en los estados de Sucre, Monaga, sur del estado Sucre, norte del estado Monaga, luego se movía más hacia la zona llana que estaba Suar, Guarito... Fueron años durante la década del 60 y 70 donde si bien el país obtenía inmensos recursos provenientes del negocio petrolero, la situación socioeconómica del país por otra parte se fue desmejorando cada vez más. Y también por otro lado se fueron restringiendo las libertades públicas. Sería cuestión de tener en la mano toda la lista de desaparecidos, asesinados, entre trabajadores, estudiantes, campesinos, mujeres incluso. La cantidad de torturados y torturadas, hombres y mujeres, es toda una historia de una falsa democracia, representativa entre comillas. Porque allí en esos años es cierto que la libertad de expresión no existía, las manifestaciones fueron reprimidas violentamente en todos los gobiernos, tanto en los gobiernos de Acción Democrática como en los gobiernos de COPEI.

Eliane: ¿COPEI estaba un poco más a la derecha de Acción Democrática?

LN: No, es la misma derecha y los mismos niveles de compromiso con los sectores mediáticos; solo que en algunos gobiernos se favorecía a un sector. Por ejemplo, en los gobiernos de Acción Democrática se favorecía a un sector y en los de COPEI se favorecía a otro sector, en unos casos financieros, en otros casos grandes industriales. Pero al fin y al cabo ambos estaban comprometidos con esos sectores. La represión se dio en los años 60, 70 y hasta en el 80. En el 80, por ejemplo, se dieron varias masacres, por ejemplo se dio la masacre de Yumare.

Eliane: ¿Pero aún habían movimientos armados de izquierda en los 80?

LN: Prácticamente para el 80 habían ya desaparecido o estaban desapareciendo los movimientos armados, porque se dieron procesos de división, que fueron debilitando cada vez más por falta de maduración o claridad política. Y además por no haber una claridad política, justamente incluso sobre el carácter de la revolución venezolana por ejemplo. Había debates internos. Desde la década del 70 se comienza a discutir, a debatir sobre el socialismo. Te lo puedo decir por experiencia propia, nosotros de Bandera Roja Marxista- Leninista, creíamos que lo que estaba planteado era el socialismo y estábamos en un debate interno. Un proceso de discusión muy rico cuando este grupo se vuelve a dividir y eso fue algo trágico porque desaparece Bandera Roja Marxista- Leninista. Por esa misma falta de claridad creo que también surgió la política de pacificación de Caldera a finales del 70 y comienzos del 80. Varios dirigentes guerrilleros se acogen a la política de pacificación y con eso se terminan esos núcleos guerrilleros. Quedó Bandera Roja liderada por Gabriel Puerta Ponte con un núcleo guerrillero que llamó Américo Silva; sin embargo no tuvo gran incidencia hasta que fueron masacrados un grupo de compañeros en Cantaura en la década del 80 también. En esa misma década sucede la masacre de Lamparo, de los campesinos en Apure. Es decir, esa década fue realmente cruenta en cuanto a masacre, porque en los años anteriores se habían dado asesinatos, pero no de manera masiva, como se dio en esta década de la que hablamos. Y vale la pena realmente hacer referencia a eso, habían habido asesinatos pero estos eran selectivos, se capturaba, se desaparecía y hay, repito, una larga lista de compañeras y compañeros desaparecidos y asesinados. Si bien se vino dando ese debilitamiento en el movimiento revolucionario, muchos compañeros que estuvieron en la lucha clandestina, en la lucha armada se fueron también incorporando luego a las organizaciones populares, a las organizaciones comunitarias, de sectores populares, y se mantuvo, podríamos decir, la resistencia. Hasta que en el año 89, comenzando el segundo gobierno de Carlos Andrés Pérez en la que lanza una medidas económicas neoliberales, yo creo que ya allí eso colmó el vaso de la pasividad del pueblo y se da lo que se conoce como el Caracazo. Ya ahí el pueblo se dio cuenta que venía dándose un desgaste de los procesos electorales, de la participación en las elecciones. Había venido disminuyendo, había venido perdiéndose la confianza del pueblo en las elecciones como mecanismo para mejorar sus condiciones socioeconómicas y eso en el 89 con esas medidas hace que haya un estallido social.

Eliane: ¿Y eso del papel de las Fuerzas Armadas de Venezuela? Porque se habla mucho de eso, principalmente ahora en el periodo de Hugo Chávez, de que las Fuerzas Armadas de Venezuela diferentemente de la de otros países de América Latina sería más democrática.

LN: Si, ellas tienen más vinculación con el pueblo y por ello se dieron varios movimientos militares: el Carupanazo, el Porteñazo, todas insurrecciones militares. Porque las Fuerzas Armadas venezolanas tienen la característica de que son conformadas fundamentalmente por sectores populares, incluso los oficiales. Porque tiene una gran presencia y participación de sectores de extracción popular. Y además ha habido algunos factores e individualidades militares que tenían una visión nacionalista, que precisamente fueron los que dirigieron esas insurrecciones militares.

Eliane: ¿Esto puede tener alguna relación hereditaria con el proceso independentista, de Bolívar?

LN: Sí, por supuesto que la tiene. Pero fue sobretodo este movimiento organizado por Chávez, que al parecer por lo que el mismo ha contado, tuvo unos niveles de análisis más acabados y de reflexión y, sobretodo como el lo reconoce, el estallido, si bien se venía analizándolo, reflexionándose sobre lo que estaba pasando en el país, sobre los niveles de degradación de la sociedad venezolana, de degradación moral, los niveles de corrupción, creo que eso fue contribuyendo a que este grupo de militares, y supongo que también analizaron que pasó en el Porteñazo, en el Carupanazo, que no pudieron coronar con éxitos sus levantamientos, y además lo que había pasado en el 89. Eso abonó el terreno para que tuvieran una mayor formación político-ideológica, sobretodo en la formación bolivariana y lograron tener una red que les permitió dar el golpe independientemente de que no fuera exitoso. Pero, precisamente estos niveles de maduración política y de compromiso, que es lo que llevó a la perseverancia de ese sector, ese grupo... Además hay otro elemento para analizar y es como el hecho de que Chávez en medio del golpe reconociera su responsabilidad ante el pueblo como responsable del golpe; pareciera que ese elemento de carácter moral incidió en el pueblo venezolano para creer en Chávez, porque fue a partir de ese momento cuando aun estaban presos, el pueblo buscaba llegar a Chávez. Y prácticamente la cárcel se convirtió en una escuela política e ideológica. Desde allí comenzó a reflexionar, a ampliarse el radio de contacto, de relaciones con otros sectores, tanto de luchadores político- sociales como de intelectuales que tenían otra visión. Es a partir de allí que se comienza a dar desde la cárcel un proceso de maduración, de profundización de las reflexiones que permitió que Chávez en el 98 se lanzara.

Eliane: Pero antes de la cárcel, porque el movimiento de Chávez empezó en las Fuerzas Armadas anteriormente, en el 82, con el bicentenario de Bolívar. Antes existió y participó de un movimiento llamado de Liberación de Venezuela que fue integrado por 3 o 4 personas; y Chávez siempre habla de ello.

LN: Pero, es que el PRV, el Partido de la Revolución Venezolana, su brazo armado eran las Fuerzas Armadas de Liberación Nacional, las FALN. Ese grupo actuaba en Falcón, Lara y Yaracuy.

Eliane: ¿Pero actuaba también dentro de las Fuerzas Armadas?

LN: Tenía contactos, siempre mantuvieron contactos y una de las características del PRV era que mantenía contacto con algunas individualidades militares. Por eso es que tanto en el Porteñazo como el Carupanazo, esos sectores militares mantenían vínculos con el PRV.

Eliane: ¿Pero Chávez no era conocido en esa época?

LN: No, totalmente desconocido hasta el 92. Y uno de los compañeros, Kleber Ramírez, que era del PRV-FALN, fue uno de los que tuvo más relación con ellos. No dudo que haya otros.

Eliane: Pero Chávez tiene uno de sus hermanos que fue del movimiento...

LN: Estuvo vinculado a Kleber, no sé hasta que punto fue militante, pero si tuvo una gran vinculación. Y por supuesto en esos años los sectores revolucionarios se mantuvieron perseverantes, no dejaron nunca de seguir intentando la unidad, la recomposición de la fuerza, no dejamos nunca de tratar de encontrar el camino. Hubo quienes sí se replegaron, hubo quienes como Américo Martín que se incorporó a trabajar con Carlos Andrés Pérez. Pero otros manteníamos la búsqueda del camino para la salida revolucionaria de Venezuela.

Eliane: ¿Y en qué año el Partido Comunista es legalizado nuevamente?

LN: Déjame ver, no recuerdo en este momento en que año se legaliza y comienza a participar en las elecciones. No recuerdo si fue en la década del 70, pero fue una vez que el rompe con la lucha armada. Sí rompió y fue cuando Salvador forma el Partido de la Revolución Venezolana.

Eliane: Es en los 70.

LN: Sí, es en los 70.

Eliane: Porque Chávez ha dicho que desde el inicio su movimiento dentro de las Fuerzas Armadas intentó mantener contacto con movimientos civiles de izquierda, con agrupaciones. ¿Pero ya en los 80 estos grupos de izquierda eran bastante pequeños?

LN: Sí, ya estábamos muy disminuidos, pero seguíamos manteniéndonos. Chávez habla de un proceso de reflexión, de profundización que arranca más o menos desde la mitad de la década del 70, porque él se refiere a una situación, un encuentro, de un enfrentamiento armado con la guerrilla en el oriente del país y ya en ese momento él se preguntaba porque tenía que haber enfrentamiento. Habla también de una situación que se dio en un campamento antiguerrillero, donde presencia o logró oír cuando estaban torturando a un campesino, eso lo estremece y está dentro de los elementos que lo van haciendo reflexionar sobre lo que estaba sucediendo en Venezuela y como estaba actuando y como se estaba utilizando el Ejército para torturar a gente del mismo pueblo. Es decir que es a partir de ese momento y de un momento de que, cómo tú dices, estaban o habían entrado los movimientos guerrilleros de izquierda en una etapa de debilidad. Y sobretodo hacia la década del 80. Eso no quiere decir que no hubiera lucha, que no se dieran manifestaciones. Pero la dispersión de los grupos revolucionarios era tan grande que ni siquiera lograban unirse alrededor de un plan de luchas mínimo que permitiera ponerse a la cabeza del descontento popular. Pero quedaban individualidades, que se mantenían, pero ya no con la fuerza de un movimiento revolucionario. Entonces se encuentra con Kleber Ramírez, tiene contactos con otros compañeros que tenían el planteamiento, la idea, pero no estaban nucleados, no estaban organizados, no tenían un movimiento atrás que los pudiera respaldar.

Eliane: Esa represión por parte de las Fuerzas Armadas a la guerrilla debe haber impactado a otras personas en el Ejército...

LN: Ahí en esa masacre fundamentalmente actúa un cuerpo civil, la DISIP, no tanto el Ejército. Es otro elemento que señala Chávez, como la DISIP, que estaba en manos de sectores realmente brutales, formados en la represión por Estados Unidos, en la lucha antiguerrillera, estaba Henri Lopez Sisco, muy conocido en el país y responsable por esas tres masacres, la de Yumare, la de Cantaura y la de El Amparo, en algunos de esos casos como en el de Cantaura logró apoyo de sectores de las Fuerzas Armadas. Ahora volviendo otra vez a la cuestión de los vínculos, existían núcleos guerrilleros, pero dispersos o existían mejor dicho individualidades del movimiento revolucionario pero de manera dispersa, eso en los 80. Se mantenía Bandera Roja, aunque ya venía sufriendo un proceso que podríamos decir de derechización; y existía también la Liga Socialista que era una división del MIR, pero con poca fuerza, con poca incidencia popular. Ese es el cuadro hasta el año 98, si bien es cierto que había distintos grupos, pequeños grupos revolucionarios que estaban reuniéndose en búsqueda de la unidad. En el momento que se plantea la candidatura de Chávez todavía esos sectores no habían alcanzado esos niveles de unidad, de tal manera que cada uno tomó sus decisiones por su parte de apoyar o no a Chávez. Eso es lo que lleva a la decisión de conformar el movimiento de izquierda "V República" con sectores que venían del Movimiento Bolivariano 200, el MBR-200. Pero además donde se incorpora una cantidad de gente que venía de distintas organizaciones.

Eliane: ¿Fue un Partido totalmente abierto?

LN: Sí un partido electoral, era para las elecciones. Para preparar las elecciones y unificar dentro de el a todo el que quería apoyar al presidente Chávez. Otros se quedaron en las pequeñas organizaciones que tenían, apoyando también la candidatura del presidente o candidato Chávez. Es el momento en que se dan las elecciones en diciembre del 98, y comienza un proceso totalmente distinto a los procesos revolucionarios de los demás países. De todas maneras todo proceso y movimiento revolucionario elige, no hay ninguno que se parezca a otro porque cada país tiene sus particularidades que le imprimen la diferencia en el proceso a construir.

Eliane: Pero algunas personas me han hablado que cuando fue la campaña electoral de Chávez en el 98 se fue con un programa que era en general bastante vago, que no tenía tantas propuestas de cambios.

LN: Había propuestas de cambios, pero en el marco de la lucha fundamentalmente contra la corrupción y por la disminución de la pobreza. Pero efectivamente claro que ha habido un proceso de maduración política desde el año 96, cuando lanza un documento elaborado a partir de las reflexiones de una diversidad de compañeros y compañeras, y lanza la Agenda Alternativa Bolivariana, que ahí analizamos, y se plantea una etapa de transición, y era una precisamente alternativa a la situación que en ese momento estaba viviendo el país. Posterior a eso continua el proceso de discusión y ya en el 98 lanza una propuesta de Hugo Chávez para transformar a Venezuela, que sigue siendo en el marco del capitalismo, pero sí se nota una disposición a la lucha antineoliberal.

Eliane: ¿Entonces ya era visible desde la campaña?

LN: Sí, desde la campaña electoral. En ese documento, que es del año 98, precisamente es antineoliberal, ahí aparecen los 5 polos que posteriormente se van a madurar más y que dan pie al Plan de Desarrollo Económico de la Nación 2001-2007.

Eliane: ¿Es lo mismo que los 5 motores?

LN: No, totalmente distinto. Esa propuesta es antineoliberal, pero todavía 98. Si bien planteaba la soberanía, no era antimperialista. Por supuesto hay una serie de circunstancias políticas que se dan desde el 98 para acá y particularmente 2001, 2002 y 2004 que precisamente van demostrando como el imperio norteamericano no estaba dispuesto a permitir el ejercicio soberano. Una opción diferente de país, surge una Constitución que diseña un tipo de país totalmente diferente, es decir bolivariano. Si nosotros tomamos el discurso de Angostura del Libertador y vemos el contenido de la Constitución, allí están las raíces de la sociedad que se diseña en la Constitución.

Eliane: Porque al leer un poco la historia de Venezuela da la impresión que desde 1811, que fue la independencia, se está buscando una república efectivamente democrática.

LN: Ese discurso de Angostura es el sueño de una lucha que estuvo durante casi 200 años. Una vez que muere el Libertador cesa ese sueño, como efectivamente lo analiza Chávez, porque quien toma el control es la oligarquía. Páez entrega el país a la oligarquía, y de ahí adelante hubo luchas como la de Zamora por tratar de recuperarse, pero no fue posible. Hasta hoy, por eso es que se habla del “árbol de las tres raíces” porque precisamente lo que está recogido en la Constitución es que se expresan las aspiraciones del pueblo y de quienes veníamos participando en esta lucha desde la década del 70. Pero es que hay que ir más atrás de la década del 70 porque están las luchas de Zamora, están las luchas de otros. Incluso de sectores de comienzos del siglo XIX [...], que alguien puede tildarlo de comunista y habla del [...] yanqui, de aquel que estaba al servicio del imperialismo norteamericano. Bueno, no se hablaba de imperialismo en ese momento. Hubo permanentemente una lucha por construir esa sociedad, llevar a la sociedad de Venezuela a niveles donde se satisficieran cada vez más sus necesidades.

Eliane: ¿Usted cree que hoy hay espacio en América Latina para una república democrática que sea aún capitalista?

LN: No, en el capitalismo no es posible, porque eso es inherente al capitalismo la conculcación de los derechos sociales, económicos y políticos. Eso es inherente al capitalismo, entonces es la lucha, es la contradicción entre el capital y el trabajo. Donde el capital está primero, y si está primero el capital es a expensas de la máxima explotación para la ganancia, para la acumulación. Eso por supuesto deja de lado los derechos humanos, de los que tanto se habla en la ONU. Entonces primero está el incremento del capital, todo al servicio del capital y no del ser humano, porque lo que interesa es el capital y en este caso, de las transnacionales. No es posible que en el capitalismo pueda darse una situación de justicia social. Cuando lo encontramos en los países desarrollados de Europa vemos que no explotan a sus propios co-nacionales, pero explotan a otros pueblos. Sus riquezas se basan en la explotación de otros pueblos, tienen unas condiciones de vida, disfrutan de unas condiciones de vida a expensa de la explotación de otros y otras. Entonces hay que hablar de eso claramente.

Entonces este proceso tiene profundas raíces bolivarianas, no solamente por lo que dijo Bolívar, por lo que expresó Bolívar, por lo que caracterizó el Libertador muy bien en el discurso de Angostura en febrero de 1819, sino además por lo que alertó en la carta de Jamaica con respecto a Estados Unidos. De lo que iba a suceder, en ese caso Bolívar fue un profeta de lo que iba a suceder, alertó sobre los peligros que significaba el monstruo que estaba en desarrollo. Y por eso se llama, se convoca al Congreso Anfiteórico de Panamá, que fue saboteado entonces por el gobierno de Estados Unidos y lamentablemente Santander lo puso en bandeja de plata, bloqueó esa posibilidad.

Eliane: Pero en ese camino de Chávez al socialismo del siglo XXI en Venezuela, se ve además de esa visión de la oposición que es muy hostil a cualquier cambio en Venezuela, también dentro de la izquierda yo percibí incomodidades con este apego a la legalidad, por decirlo de alguna manera. ¿Sería posible hacer un cambio tan profundo de la sociedad hacia el socialismo respetando tanto las instituciones actuales que tiene Venezuela? ¿Y qué piensa de ese proceso de búsqueda de un diálogo permanente con todas las visiones políticas, incluso con los sectores opositores me parece, aunque puedo estar engañada?

LN: Por supuesto hay una resistencia al cambio, como hubo siempre una resistencia al planteamiento de Bolívar. Históricamente durante toda nuestra historia hubo una resistencia a todo lo que planteó Bolívar, nunca se llevó eso a cabo. Y vamos al Panteón y celebramos las fechas del natalicio de Bolívar y conmemoramos su fecha de muerte, pero con respecto a su planteamiento siempre se estuvo de espaldas, tanto con respecto al planteamiento ético, moral, como con respecto al bienestar del pueblo. Y por supuesto hay una resistencia también al cambio en las instituciones, esas instituciones que fueron diseñadas en la Constitución no las tenemos. Por eso la resistencia al cambio, son muchos años, muchas décadas de una estructura burocrática y todo un andamiaje al servicio de la corrupción. Y eso

fue diseñado a propósito porque también el capitalismo genera corrupción, necesita de la corrupción para poderse mantener, para poder socavar moralmente y eso fue lo que sucedió en este país. Recuperar, retomar o refundar la República sobre unas bases distintas cuesta, hay esa resistencia. Y por eso es que este proceso es tan complejo, porque no es un proceso donde las cosas se imponen por la fuerza sino que se pretende desarrollar en el marco legal, en el marco del debate. Y es a eso a lo que ha llamado el presidente al debate, para la construcción del socialismo. Un socialismo que tiene que tomar en cuenta nuestras raíces, todos los aportes del pensamiento latinoamericano, no solamente venezolano, sin dejar de lado la evaluación de las experiencias que ya se han dado en el caso socialista. Evaluar para extraer de allí las lecciones para de tal manera no cometer los errores que se cometió en otros procesos y de poder avanzar de acuerdo a nuestra cultura, nuestras raíces y toda nuestra historia. Por eso es que no hay nada acabado, esto es un proceso. Y cuando se dice esto es porque el proceso constituyente no ha terminado. El proceso constituyente dio un primer producto que fue la Constitución, pero ya entonces cuando esa Constitución fue aprobada sabíamos que ahí, quienes teníamos mayor claridad política, que ella traía un veredicto. Hubo, lo que decíamos, malas entrañas, allí dejaron algunos huecos, algunas entradas a la vieja institución, a la vieja práctica política, a las viejas prácticas económicas, aun cuando le abrían espacio a la economía popular y solidaria. De todas maneras seguíamos amarrados a la propiedad privada, a la empresa privada y a la propiedad privada sobre los medios de producción. Así como dejó que otras leyes posteriormente amarraron la participación protagónica que está, por ejemplo que quedó establecida en la Ley de Políticas Públicas. Esa ley limita la participación que está establecida en la Constitución, la misma ley de Consejos Comunales, que por eso va a reforma también, surge con algunos gazapitos. Entonces este es un proceso, te repito, inédito como tiene que ser cada proceso porque ningún proceso puede ser copia de otro. Pero, te repito, hay que ver y analizar otros procesos como se hicieron, que se hizo, que hizo el pueblo, que cosas dieron resultado, para ver hasta que punto aquí pudieran caer. En este momento hay un gran debate, hay que debatir mucho, es necesario ese debate para construir el partido que se requiere.

Eliane: Porque la sociedad aún está bastante desorganizada...

LN: Sí, porque si bien es cierto que se han ido organizando, no tenemos la misma situación que teníamos en el 2002 donde el golpe nos agarró dispersos, aunque habíamos hecho intentos por unificar el movimiento popular. Hicimos intentos, pero nos quedamos, no dimos el salto. Aun cuando el pueblo ha avanzado organizativamente lo que nos ha permitido actuar, el pueblo también ha aprendido a actuar con cautela, con prudencia. Por supuesto ahí han surtido efecto los discursos del presidente, con una gran enseñanza, muy pedagógico. Entonces hemos dado un paso en el nivel de organización, pero nos falta mucho todavía. Y además nos falta una gran dosis de formación ética, de formación moral, de la recuperación de valores que han sido valores del pueblo. La responsabilidad, la solidaridad, este pueblo ha sido solidario, lo que pasa es que ha sido responsable, ha sido trabajador, lo que pasa es que desde la década del 70 para acá le rompieron esos valores. Ese también es uno de los objetivos del capitalismo, el promover los valores capitalistas como el egoísmo, el individualismo. Aquí el pueblo era muy solidario. Entonces recuperar eso, recuperar esos valores, el valor del trabajo, el de la responsabilidad, nos va a costar muchísimo, pero precisamente de allí la importancia de hacerse el motor del moralismo. Eso tiene que ver mucho con la organización. Un pueblo con altos valores éticos y organizado tiene una fuerza incontestable y eso es parte del esfuerzo que en esta etapa estamos comenzando, tenemos que profundizar. Hay un llamado y los lineamientos del Plan de Desarrollo de la Nación del 2007 al 2013 tienen que ver por ejemplo en ambas cosas, en organización popular, organización del poder popular y la formación ética.

Eliane: ¿Pero ese proceso de formación que dices, piensas que es un camino para esta organización?

LN: Es uno de los caminos, un camino de suma importancia y aspiramos a que haya un debate sano, un debate abierto. Un debate que ya se abrió pero que no es suficiente. Los niveles de este debate no son suficientes. Hay sectores que están debatiendo, pero hay otros que no están debatiendo sobre el socialismo, qué es eso, cuál es el socialismo, qué Estado tenemos, qué Estado queremos tener, y por lo tanto el perfil de ese militante, y que se respete ese perfil. Cuál debe ser el perfil del militante de ese partido.

Eliane: Porque por ahora está todo en abierto...

LN: Todo abierto, todo está en debate. Todo se va a debatir a partir de que comience el Congreso Fundacional [do PSUV] que lo bueno es que el debate se va a dar no solamente a nivel de los que están participando en el Congreso Fundacional. Sino que en el Congreso Fundacional participen los batallones socialistas.

Eliane: Es que me pregunto a veces si no fue un paso un poco adelantado el de PSUV.

LN: No, muchos sectores creímos que era necesario, también era preocupante que el proceso venía avanzando, el gobierno se había declarado antimperialista y la lucha contra el imperio requiere de unidad, requiere de mayores niveles de unidad de los que había.

Eliane: ¿La lucha va a contribuir a esa unidad necesaria ideológicamente y prácticamente? O mejor dicho, esa forma de construcción partidaria va a contribuir para esa lucha?

LN: Aspiramos a eso.

Eliane: Por qué mi duda es más en el sentido de si otra forma política no sería más efectiva, porque parece que lo fundamental ahora es la organización del pueblo.

LN: Pero la organización tiene que ser alrededor de un programa. De un programa que diga lo que tenemos que hacer para llegar al socialismo, que pasos tenemos que dar. Primero eso, porque en base a eso tenemos que estructurar el partido que se necesita para ejecutar ese programa. No es primero el partido y después el programa, tiene que ser al revés. Qué es lo que vamos a hacer y en base a ello vamos a organizarnos para poder hacer eso.

Eliane: Porque también tiene la preocupación con la tendencia que tiene mucha gente de simplemente seguir a Hugo Chávez, a un líder.

LN: Eso es peligroso, porque hay hombres necesarios en determinados momentos. A lo mejor la independencia se hubiera podido dar sin Simón Bolívar, pero fue necesario Simón Bolívar en ese momento. Como en este momento apareció un Chávez que se atrevió a hacer lo que hizo, que se atrevió a pararse de frente y decirle las verdades al gran imperio - nadie más se atreve a decirlo, sin embargo los demás saben que está diciendo la verdad y que tiene razón, que tenemos razón, pero no se atreven a enfrentar al gran imperio -, y también por esa razón tenemos urgencia de unificarnos alrededor de un programa, pues teniendo un programa claro de lo que tenemos que hacer, si falta el líder por cualquier razón porque están intentando asesinarlo, pero si estamos unidos alrededor de un programa no hay nadie que nos detenga.

Eliane: ¿Para usted entonces se están clarificando o solidificando los rumbos del proceso bolivariano?

LN: Sí, yo creo que en su mayor parte dentro del proceso hay acierto, aunque también existen errores. Hay muchas debilidades, en la lucha contra la corrupción por ejemplo no hemos logrado avanzar todo lo que se quisiera haber avanzado. Claro que tampoco tenemos todos los instrumentos, ni están adecuados los instrumentos para hacer oportunos, para acelerar las medidas contra la corrupción. Entonces eso impide que sean efectivos los mecanismos. A nivel del aparato judicial todavía hay mucho vacío, pero porque hay sectores que ahí se resisten también. Son instituciones donde muchas de sus estructuras están en manos de la oposición. Y por otra parte no toda la normativa legal está ajustada a la Constitución. Lo mismo en el caso del plano económico por ejemplo, tenemos una ley de comercio que es de no sé cuantos años atrás, no sé si de la década del 40, que es una ley que no ha sido reformada. E igual a esto tenemos otros casos. Entonces la corrupción nos hace tanto daño como la burocracia, hay toda una campaña contra los trámites engorrosos. Pero es porque además muchos funcionarios siguen actuando en ese marco que atrapa y esa es una de las razones por las cuales hubo que echar a andar una serie de misiones que actuaran al margen de la normativa legal de esas instituciones. Realmente eso constituye una debilidad en este proceso. Seguimos siendo un país capitalista, dependiente, todavía no hemos logrado a pesar de todos los esfuerzos que se han hecho la independencia con respecto al petróleo. Aunque afortunadamente hay ahora otra fuente de ingreso que no tenía que es genial. Pero necesitamos por una parte que el pueblo se organice en función de lograr la producción alimentaria suficiente para cubrir sus necesidades, así como la organización para la producción en otros casos. De tal manera de romper la dependencia en otros rumbos. Esas son debilidades de las que hay conciencia y hay propuestas, hay mecanismos, hay medidas. Solo que aspiramos que este nuevo momento podamos dar el salto, no solamente por la vía de la Reforma Constitucional sino también por la vía de las Leyes Habilitantes. Y todo el esfuerzo también para que el partido que se conforme a partir de diciembre que viene pueda contribuir, acompañe al presidente en ese esfuerzo.

Eliane: Una pregunta más específica a su labor: ¿en ese proceso bolivariano usted piensa que la participación de la mujer, o sea la mujer como un sujeto político, está siendo más accesible?

LN: Esta siendo mucho más accesible, más activa.

Eliane: ¿Y desde el gobierno, el presidente, usted piensa que está teniendo una buena visión de esa cuestión de género o aun es una visión un poco machista?

LN: No, el presidente incluso el año pasado aprobó que los presupuestos que se construyeran se elaboraran con visión de género. Y estimula mucho a las mujeres en el sentido de ser más participativas, a organizarse, y efectivamente ahí se está dando un proceso acelerado de organización de las mujeres y de formación de las mujeres. En todas las misiones las mayorías de los participantes son mujeres. Eso tiene que convertirse en un fuerte de la mujer en el apoyo a este proceso de transformación. Hoy estamos insistiendo en que justamente la mujer por ser una

población mayoritaria debe jugar un papel importante en el tercer motor. En el tercer y en el quinto motor, en la organización de los Consejos Comunales, y en el moralismo por el papel que juega en su hogar y en la comunidad.

Eliane: Creo que está suficiente, muchas gracias.

ANEXO 12

Entrevista a Perfecto Abreu Nieves.

Transcripción: Mariángeles Guerin.

Eliane: Me gustaría, si pudiera, que empiece hablando un poco de su historia, como una breve introducción.

PA: Bueno, yo soy Perfecto Abreu Nieves, miembro del Buró Político del Partido Comunista de Venezuela.

Eliane: Podría empezar entonces hablando un poco de la historia del Partido Comunista en la década de los 60, que fue uno de los pocos, o tal vez hasta el único partido de que se tiene noticias en América Latina, que hizo una opción por la lucha armada ya a fines de los 50.

PA: A raíz de la victoria de la Revolución Cubana, en enero del 59. Primero en 1958 la unidad patriótica cívico-militar derrocó la dictadura del general Marcos Pérez Jiménez, y en esa época toda América Latina estaba tomada por las dictaduras militares: Rojas Pinilla en Colombia, Stroessner en Paraguay, Somoza en Nicaragua, Trujillo en Santo Domingo, Marcos Pérez Jiménez en Venezuela. Es decir toda América Latina era un mosaico de puras dictaduras. La primera dictadura que cae es la de Pérez Jiménez gracias a la alianza cívico-militar de unidad patriótica que encabezamos los comunistas aquí en Venezuela. Para ese entonces, el 23 de enero de 1958, triunfa el proceso antidictadura contra Pérez Jiménez y se crea un gobierno de transición hacia la democracia encabezado por el Contra-Almirante Wolfgang Enrique Larrazábal Ugueto. Inmediatamente se llama a elecciones y las gana Rómulo Betancourt, que al igual que La Torre en Perú era el máximo jefe de la Acción Democrática. Nos gana las elecciones y la burguesía después de este repliegue que habían tenido con la caída de Pérez Jiménez se reagrupa y logra controlar de nuevo el poder a través del partido Acción Democrática y del bipartidismo. Ahí surge el *Pacto de Punto Fijo* que ya estaba acordado, donde Acción Democrática, COPEI y Unión Republicana Democrática se ponían de acuerdo para el ejercicio del poder en Venezuela, alternándose en el poder o gobernando en forma conjunta. Este proceso se dio y fue una gran arremetida contra los sectores populares, contra la clase obrera. Y al año después del triunfo del proceso venezolano, se da la Revolución Cubana el 1 de enero de 1959. Esto por supuesto creó muchas esperanzas en los pueblos latinoamericanos y particularmente en Venezuela que venía de una victoria importante frente a la dictadura militar. El gobierno de Rómulo Betancourt arremete contra los sectores populares, conocidas son las masacres, los asesinatos de empleados que andaban pidiendo trabajo y lo que le daban era plomo. Conocida la consigna de aquel entonces de Rómulo Betancourt de disparen primero y averigüen después, delante de esa represión tan atroz del gobierno betancourista, el Partido Comunista para ese entonces era muy fuerte en el movimiento sindical venezolano y se empieza a desarrollar una gran campaña de terrorismo, de asaltos a los sindicatos que era Acción Democrática y COPEI apoderándose del movimiento sindical que estaba en manos de los comunistas y de los sectores revolucionarios. Esto entonces llevó a que así fuera imposible realmente desarrollar las luchas pacíficas de los trabajadores, de reclamos por mejores salarios, etc. E incluso influenciados por el triunfo de la Revolución Cubana en Venezuela nos fuimos a la lucha armada también, pero no solamente en Venezuela. En ese momento también se dan las luchas armadas en Perú, en Guatemala, en varios países de América Latina surgen movimientos insurreccionales por la conquista del poder indudablemente por los Partidos Comunistas. Aquí entonces fuimos a la lucha armada, hoy por supuesto nuestro partido se siente orgulloso de haber ido a ese combate, aún no hemos evaluado suficientemente. Hay algunos teóricos que consideran que fue un error táctico de un Partido Comunista que tenía una importante influencia electoral en el país, una importante influencia en el movimiento sindical venezolano y en el movimiento campesino. Haber casi abandonado esa forma de lucha con los trabajadores, con los campesinos, se tenía un peso fundamental en el movimiento estudiantil, y habernos ido a la lucha armada. Entonces lo que se nos critica es que no supimos combinar suficientemente las distintas formas de lucha como debe ser de un partido comunista, de un partido revolucionario, etc. Eso llevó indudablemente durante los primeros años de la década del 60 que tuviésemos contra la pared al gobierno traidor de Rómulo Betancourt quien solamente recibía órdenes del imperialismo norteamericano. Famosas son las huelgas de los trabajadores de la telefónica, del transporte y sectores importantes de los trabajadores petroleros, etc., para esa época. Y sin embargo fue una lucha, fue un alzamiento que realizábamos contra un gobierno que había sacado cerca del 80 o 90% de la votación de nuestro pueblo. Es decir era la voluntad del pueblo engañado como estaba, pero era su voluntad. Entonces un PC levantarse en armas contra un gobierno con ese apoyo electoral indudablemente no era fácil. En ese momento también en Venezuela como parte del trabajo del PC y de esa unidad cívico-militar que habíamos desarrollado contra Pérez Jiménez se dieron los movimientos militares del Porteñazo y el Carupanazo, que indudablemente eran bajo la consigna de tener un gobierno democrático, popular que marchara hacia la liberación nacional, que quebrantara el gran poder de los

monopolios imperialistas en nuestro país. Ya para el 65 se veía que no había realmente mayores condiciones para continuar la lucha con perspectivas de triunfo, con perspectivas de victoria, estábamos realmente en un combate muy desigual producto de todas esas condiciones de la época. Esto trajo la primera gran división prácticamente del partido después del congreso de unidades que habíamos realizado en 1946 y 1947. Es la primera gran división cuando un grupo de comandantes que estaba en la montaña ante la política de pacificación que había aprobado el Comité Central del partido decide, porque en el gobierno de Caldera nosotros aprobamos una política de paz democrática que se llamaba, es decir, la reincorporación nuestra a la vida legal, político-legal. Esto por supuesto trajo que el grupo de guerrilleros encabezado por Douglas Bravo se alzara contra la decisión que había tomado el Comité Central de reincorporarnos a la lucha legal, lucha de masas, etc.. Y ellos bajo la consigna de que el fusil debe dirigir la política, se quedaron en la montaña durante varios años, ahí perduraron por lo menos hasta el 75. En el 73 ya estaba languideciendo esa lucha, pero muy pocos guerrilleros se mantuvieron hasta el 75, incluso hasta el 78 hubo grupos guerrilleros que se mantuvieron. Pero ya realmente estaban diezmadas esas fuerzas guerrilleras sin mayores perspectivas.

Eliane: ¿Eso tiene relación directa con el gobierno bolivariano de Hugo Chávez? Me refiero a esa política del PC de hacer un trabajo político en las filas de las Fuerzas Armadas, parece que eso es una política que vino desde el inicio mismo del partido.

PA: Sí, nuestro Partido por su concepción teórica, marxista-leninista concibe que la tarea de un partido comunista es desarrollar las distintas formas de luchas en la lucha por el poder, combinarlas en el momento que sea preciso. Combinarlas y desarrollar en ese momento la que tenga mayores perspectivas de desarrollo. Eso en este mismo momento el PC ha venido desarrollando un trabajo de relaciones con las personalidades democráticas, progresistas, de avanzada dentro de las Fuerzas Armadas. Y es por eso que fueron posibles esos dos levantamientos militares en la década del 70 y posteriormente nuestro partido siempre ha tenido amigos dentro de las Fuerzas Armadas. Ellos fueron importantes amigos del PC en la lucha contra Pérez Jiménez. O sea, esa ha sido una constante del PC, porque consideramos que la lucha de los pueblos tiene en sectores de las Fuerzas Armadas un importante aliado. Un aliado que no se puede desconocer, y eso es algo que traemos desde la Revolución Rusa: obreros, campesinos, soldados en unidad hombro a hombro en la lucha por la conquista del poder.

Eliane: Pero, parece una especificidad del proceso venezolano, por lo menos muchas personas me hablaron de ello, la cuestión del involucramiento de la alta oficialidad con esos distintos proyectos para cambiar el orden existente. Eso parece diferenciarlo de otros proyectos revolucionarios que si bien de alguna forma tuvieron alguna participación de parte de las Fuerzas Armadas era en los niveles más bajos.

PA: Claro, si nos vamos a la historia los Ejércitos militares lo formaron los años. El Ejército Venezolano lo forma Simón Bolívar precisamente para liberar al pueblo, entonces ahí hay una característica muy particular de nuestro pueblo. Unas Fuerzas Armadas que se construyen, que se estructuran para ir a liberar a nuestro pueblo e ir a liberar a otros pueblos en América Latina. Y es por eso que Bolívar libera a 5 repúblicas: Bolivia, Perú, Colombia, Venezuela y Ecuador. Entonces por supuesto de ahí vienen esas raíces históricas de Ejército libertario, pero además a diferencia de otras Fuerzas Armadas, de otros ejércitos en Venezuela en la lucha contra el esclavismo, contra la servidumbre estos fueron ejércitos con el pueblo realmente. E iba sumándose gente del pueblo en general, posteriormente en nuestras Fuerzas Armadas se mantuvo esa concepción de Ejército del pueblo y casi no se da esas diferencias étnicas entre indios, zambos, etc. Esas diferencias se eliminaron mucho en la lucha contra el esclavismo, y se fueron acentuando más bien estas igualdades entre los venezolanos como tales. E igualmente a diferencia de otros países, por ejemplo tu ves que en el Ejército colombiano no entran negros a la oficialidad, al chileno tampoco. De pronto habrá un negrito por ahí o un indio. Pero en Venezuela no hay y prácticamente nunca ha habido ningún tipo de discriminación. En los otros generalmente las oligarquías siempre han tratado de que en los mandos siempre estén gente de su descendencia casi directa. En Venezuela no ha sido así y siempre se ha mantenido ese policlasismo en la integración de las Fuerzas Armadas desde el punto de vista social.

Eliane: ¿Y usted piensa que eso puede caracterizar de hecho un proceso diferente en la cuestión de la forma de la revolución socialista en Venezuela?

PA: Pienso lo siguiente, en algún determinado momento estas Fuerzas Armadas pueden estar al servicio de la oligarquía venezolana. Durante todo este siglo pasado prácticamente las Fuerzas Armadas, salvo en algunos momentos, estuvo bajo el dominio y el mando de la oligarquía venezolana, sirviéndole a sus intereses y a los intereses imperialistas. No obstante con la asunción del presidente Chávez al poder, rescatando las ideas libertarias de Bolívar, las ideas de la igualdad, de la justicia social, no es difícil entonces el trabajo porque eso rápidamente prende en el seno de las Fuerzas Armadas porque hay condiciones que podríamos llamarlas de orden psicosocial que están ahí en estos componentes de las Fuerzas Armadas. Y rápidamente esas ideas de igualdad, contra la injusticia social, por la equidad prenden en las Fuerzas Armadas. Por eso ellas han estado apoyando al proceso que ha

planteado el presidente Chávez. Y aquí podemos decir otra cuestión muy importante, además por eso de esas Fuerzas Armadas es posible que salga un zambo Comandante en Jefe, el actual presidente que dirige este proceso, que es Chávez. El tiene en sus venas las distintas sangres que conforman al hombre de esta América afrodescendiente, india, mestiza, etc.

Eliane: Por hablar en eso, los partidos comunistas en general de América Latina principalmente en la época pos Revolución de Octubre, en los años 30, estuvieron muy dependientes de la Tercera Internacional Comunista y de los planteos de ella para los que se llamaban entonces los países coloniales y semicoloniales, y creo que eso impidió en gran medida a algunos partidos comunistas, tal vez a casi su totalidad, hacer un análisis más basado en su realidad nacional. ¿El partido comunista en el contexto venezolano estuvo preso a este esquema más soviético y no buscó tanto esa inspiración en los procesos libertadores nacionales, de Simón Bolívar, de Simón Rodríguez, de Zamora, que ahora son los que el proceso bolivariano está rescatando? ¿Qué piensa usted de ese pensamiento, históricamente como lo observan y también hoy?

PA: Una de las, vamos a decir, constantes de la oligarquía de nuestro países que han estado en el ataque al PC es decir que nosotros mantenemos una ideología externa que no es de nuestros países. Que es ese marxismo-leninismo. Y bueno, Marx era alemán y Lenin era ruso, y que nosotros hemos traído esas ideas para acá y que ese es nuestro sustento teórico. Pero lo que pasa es que en el universo las ideas no son de ningún país, son de clases sociales. El pensamiento no tiene nacionalidad, es del universo, es universal, es de la humanidad. Y por supuesto, las clases sociales, rescatamos lo que de esas teorías que se crean en cualquier parte del mundo sirvan a nuestros intereses. Y en este punto hay una cuestión muy importante, cualquier PC al ser un partido de la clase obrera nace en cualquier país cuando nace la clase obrera, sino no tiene como nacer. Porque la clase obrera es la portadora de esa ideología. Entonces en Venezuela y en América Latina no nacieron los PC hasta que no nacieron las clases obreras y por eso tu ves que en Chile nace primero el PC, y nace en México y en otros países, y después nace en Colombia, etc. En Venezuela es prácticamente uno de los lugares donde nace casi de última. En Bolivia nació temprano el PC y es por eso que es donde se da el primer gobierno de obreros. Es decir, por primera vez los obreros tomaron el poder en América Latina en Bolivia. Entonces esto nos plantea en que la primera inspiración que tuvieron los comunistas venezolanos, una vez nacida la clase obrera y que se empieza a formar el PC es la Revolución Soviética. Son obreros y campesinos los que asaltaron el poder de la burguesía, entonces ese es un faro que ilumina todo el camino por donde tu vienes andando. Era muy difícil que esta influencia no nos arrojara, como nos arrojó aquí la influencia cubana. En América Latina se decía que era imposible una revolución porque era el patio trasero de Estados Unidos. Y luchábamos, pero nos faltaba algo que nos dijera que se podía realmente, una verdad consolidada. Y viene Cuba y nos demuestra que sí, ahí en las narices que era posible un gobierno del pueblo, de los obreros, en nombre del socialismo. Entonces se ve por primera vez que es posible y eso trae esperanzas en el resto de los pueblos y entonces marchamos con más decisión, con más vocación de poder. Y esto ayuda mucho a que nos mantengamos al final de cuentas por esa realidad ahí, que nos demuestra que es posible el socialismo en América Latina. Pero claro, eso también puede venir de deficiencias ideológicas, porque nosotros si nos vamos al marxismo que es lo que nos dice “que para que se de el socialismo en cualquier parte del mundo tiene que haber en primer lugar una clase obrera, en segundo lugar tienen que crearse determinadas bases de desarrollo económico, desarrollo científico y de una conciencia revolucionaria”. Esas serían las condiciones subjetivas que nos llevarían a este proceso revolucionario y sería posible que avancemos hacia el socialismo. En América Latina, en todas partes están dadas las condiciones para el socialismo, hay que elevar entonces el nivel de conciencia, o la conciencia político-ideológica, que entendamos que somos una fuerza descomunal. Que el día que decidamos tomar el poder en todas partes del mundo lo podemos tomar, pero ese nivel político-ideológico aún no ha llegado lo suficientemente a nosotros. Por supuesto nuestras vanguardias, que nos pueden llevar hacia esa concepción, son muy débiles en cada uno de nuestros países, por eso tarda tanto. Por eso te decía que el PC nace en este momento cuando empiezan a aparecer en Venezuela los trabajadores, empieza la explotación petrolera en Venezuela, están los zapateros, están los panaderos. Esos son los que se constituyen prácticamente en la base social para la construcción del partido. Pero también es producto de la dictadura de Juan Vicente Gómez que gobernó este país durante 35 años y sacó muchos estudiantes al exterior y tuvieron las posibilidades en México, en Rusia, etc. de conocer lo que era el socialismo, aprender las ideas del socialismo, enviarnos folletos para que supiéramos lo que es. Entonces por eso es que el PC desde su fundación está muy imbricado con personalidades que vienen de la aristocracia venezolana. Gustavo Machado era un hombre de la rancia burguesía de este país. Eduardo Vallejos Mantera, el mismo Pedro Ortega Díaz que se nos fue hace poco, venían de sectores acomodados. Eran gente que venían de esas clases acomodadas y que en el exterior escucharon sobre Juan Vicente Gómez y abrazaron las ideas del socialismo y las trajeron a Venezuela. Y por supuesto encontraron un terreno abonado y empezaron a florecer y se estructuró el PC de Venezuela. Y al haber estas influencias de marxismo-leninismo como tal que vienen de Europa por supuesto y al no haber una suficiente divulgación porque la oligarquía escondía las ideas de Bolívar, de Simón Rodríguez, ideas progresistas democráticas, de pensadores no solamente venezolanos, sino también latinoamericanos: Mariátegui en Perú, etc. Entonces al no haber suficiente conocimiento de esas teorías que estaban en Venezuela, en Latinoamérica, porque a la oligarquía no le interesaban que se propagaran esas ideas que existían por supuesto, uno se quedaba un poco en los conocimientos

estos de la teoría externa. Que es lo que tiene, pues no tiene la posibilidad de aprovechar ese pensamiento teórico autóctono que es nuestro y que viene desde muy lejos. Viene desde Bolívar en su lucha libertaria. Pero estaba oculta. Por eso cuando Chávez viene, aunque nosotros habíamos mantenido algunas actividades de desarrollo de ese pensamiento bolivariano, no nos sustentábamos suficientemente sobre él. Eso hay que verlo autocriticamente. Ahora lo que hay que entender es por qué eso es así. Ahí fácilmente con Chávez entran las ideas bolivarianas, robinsonianas, con las ideas marxistas que se proponen un mundo definitivamente de justicia social, de igualdad, de equidad, etc. Y que al final de cuentas te proponen la eliminación de la explotación del hombre por el hombre. O sea, esas ideas se encuentran y se complementan perfectamente unas a otras. De allí que no es extraño que las Fuerzas Armadas venezolanas se planteen que el principal enemigo para el proceso revolucionario venezolano es el imperialismo norteamericano. Porque es el quien está coordinando toda la acción de la contrarrevolución venezolana en nuestro país. Entonces no es difícil para el sector revolucionario venezolano entender que el imperialismo norteamericano es nuestro principal enemigo, y no es de ahora eso, sino de la época de Bolívar, cuando él así lo sentenció diciendo que estaban predestinados en nombre de la libertad a ser los opresores de nuestros pueblos.

Eliane: ¿Pero en los 60 en esa lucha guerrillera iniciada por el PC se tuvo un aporte de esas ideas más nacionales? Porque Douglas Bravo me dijo que su movimiento en el periodo de los 60 fue uno de los que contribuyó a ese intento de vincular Marx con las ideas de Bolívar y demás latinoamericanos.

PA: Sí, eso es posible. Sin embargo, ya nosotros en el 56 hay algunos escritos de líderes de nuestro partido asumiendo pensamientos bolivarianos en la lucha contra el imperialismo. Sobre ese tema es muy importante que usted aborde a Douglas, él tiene una conferencia magistral sobre este tema del surgimiento del socialismo en Venezuela él sostiene que Simón Rodríguez fue uno de los primeros socialistas aquí en Venezuela, por supuesto un socialista de aquella época. Y es lógico que en una lucha armada donde no bastaba la cuestión teórica como tal, sino que había que conseguir mucha experiencia de las luchas en nuestro país, de las luchas libradas por Bolívar, Zamora y otros luchadores posteriores. Entonces teníamos que empezar a buscar en estas concepciones bolivarianas de la lucha revolucionaria. Y está Páez que fue uno de nuestros mejores guerreros, y ahí tenemos que empezar a buscar porque es posible que allí se haya dado una mayor profundización en la búsqueda de ese pensamiento y en su complementación como tal. Habría que investigar un poco más sobre eso, pero creo que tiene una base verdadera.

Eliane: Insisto en esto porque me parece que es un punto interesante para investigar, porque en la Revolución Cubana también se dio ese intento de fundir el marxismo con el pensamiento nacional-liberador, principalmente de José Martí. Y eso tuvo un origen muy temprano en el inicio ya del PC con Julio Antonio Mella y otros revolucionarios que vinieron del PC. Y aquí en Venezuela la ideología de la revolución bolivariana en gran medida está un poco inspirada en ese intento de unir la búsqueda de la justicia social con la búsqueda de la liberación nacional. Ese me parece un punto interesante porque se parece un poco con los intentos de Cuba de crear una filosofía revolucionaria que pudiera inspirar las luchas de nuestros países de América Latina.

PA: Creo que tu has tocado una cuestión muy importante que es como se encuentran esas teorías revolucionarias, las autóctonas y las libertarias. Pero es que tiene que ser así porque el marxismo-leninismo no es un dogma que está ahí, sino que se desarrolla en la medida en que se ponga en práctica en cada pueblo. Cada pueblo le va a dar aportes muy importantes para su permanente y continuo desarrollo en forma universal. Y ustedes allá en Brasil le incorporaran nuevos elementos, y lo entrelazaran más con Luiz Carlos Prestes, como con otros luchadores.

Eliane: Y existe también aquí una polémica sobre la opinión de Marx acerca de Bolívar, porque dicen que para Marx, Bolívar era, o quería ser, una especie de Napoleón.

PA: Sí, a nosotros eso nos lo han cobrado bastante en el país, de que somos marxistas-leninistas y Marx era contra Bolívar. La explicación que nosotros le hemos encontrado a eso es la siguiente: Marx no conoció a Bolívar, no tuvieron un encuentro para saber quien eran. Alguna academia le solicitó a Marx una opinión sobre Bolívar, y se fue a la biblioteca y empezó a investigar, pero por supuesto lo que estaba en esas bibliotecas no era lo más avanzado. Eso hace entonces que él no pudiera tener una visión exacta de lo que era Bolívar, sino que estuviera muy orientada esa opinión por la oligarquía de esos países, de estos gobiernos en Europa.

Eliane: Él escribió muy poco sobre América Latina...

PA: Además eso, porque no tenía conocimiento sobre la historia latinoamericana.

Eliane: Cambiando para asuntos más actuales. Ustedes apoyaron la coalición que llevó Hugo Chávez a la presidencia en 98. ¿En esa ocasión como el PC de Venezuela percibía ese proceso, al propio Chávez y las propuestas que se hicieron para vencer?

PA: Indudablemente producido el levantamiento de Chávez, Venezuela vivió una crisis tremenda, realmente se estaba vendiendo todo, se les estaba entregando todo a las grandes empresas transnacionales, se estaba trabajando para privatizar el petróleo, la energía eléctrica ya estaba en su mayoría privatizada, la salud ya estaba siendo privatizada prácticamente. Se dejaba que se murieran los hospitales, que se deterioraran los centros de atención médica públicos para que después las clínicas privadas florecieran. La educación, por ejemplo, se dejaba que las universidades se deterioraran para demostrarle al pueblo que lo mejor eran las universidades privadas y así todo lo que era público se dejaba deteriorar para justificar porque lo privado era mejor. Los venezolanos no sabíamos gerenciar, y las grandes transnacionales sí. Y así nos tuvieron hasta el 2000 porque decían que Venezuela no podía administrar y poner a funcionar la industria petrolera, porque eso era cosa de grandes tecnócratas, etc.. Y se demostró que perfectamente podíamos administrar y manejar esa tecnología. Pero la corrupción era tremenda, Carlos Andrés Pérez fue uno de los hombres más corruptos de toda América Latina, junto con Alan García. Entonces, el llamado Caracazo fue una campanada realmente a las clases gobernantes, de que aquí el pueblo estaba pidiendo un cambio. El PC en el programa ya plantea la necesidad de una amplia alianza nacional donde entráramos todas las fuerzas democráticas, populares, revolucionarias, e incluso la burguesía nacional, para un gobierno decente, un gobierno que empezara a administrar de forma distinta los recursos del país. Esta política estaba en la calle, pero por supuesto desde un partido muy débil, que venía de la derrota de la década del 70 casi sin ningún recurso económico, cercado por los medios de comunicación. Entonces, no tenía la posibilidad de llevar adelante esta política que es correcta, incluso hoy, y cuando se de la alianza se van a dar cuenta. Y planteábamos esta amplia alianza nacional, y por supuesto ya en gran medida la vemos reflejada en la política que esta desarrollando Chávez. Y tú me preguntabas cuál es el programa de esta Revolución Bolivariana. Para nosotros, los comunistas, este programa ahorita se está aplicando en la Constitución nacional, ahí en gran medida están todos los contenidos que se están desarrollando de esta Revolución Bolivariana. Y nosotros los compartimos perfectamente. Esta Constitución en muchos aspectos y sobretodo en el aspecto de la conciencia de nuestro pueblo y de nuestro líder fundamental Hugo Chávez Frías se ha venido avanzando en forma vertiginosa y se ha rebasado incluso la Constitución como tal. La idea del socialismo no está allí, lo que sí esta es la idea de una mejor distribución de la riqueza, hacia la equidad, pero no está el concepto como socialista. Sin embargo, Venezuela está exigiendo a gritos la necesidad de una formación económico- social de corte socialista, indudablemente que es el único que puede traspasar más allá del capitalismo en la solución de los problemas de nuestro pueblo. En ese sentido Chávez ha venido avanzando mucho. Cuando llegó sus banderas fundamentales eran bolivarianas y por eso incluso en determinado momento llegó a identificarse, como él mismo lo reconoce, con la tercera vía que proponía Blair. Sin embargo, pronto se dio cuenta que no, sino que esos hablaban de la tercera vía pero que al final de cuentas estaban encajonados en el mismo capitalismo salvaje. Y rápidamente Chávez hace importantes movimientos en su política nacional. En Venezuela cuando él llega los precios del petróleo estaban a 7 dólares el barril, la OPEP estaba destruida, destrozada. Y por supuesto las grandes transnacionales del petróleo eran las que ponían los precios a esos productos energéticos. Chávez lo primero que hace es unir a la OPEP, irse a los países árabes que estaban peleándose entre ellos, casi contribuir en forma importante a cerrar esas brechas que había entre Irán e Irak y otros países que están peleando ahí. Se reúnen aquí los países árabes para fortalecer a la OPEP, vienen incluso los rusos y otros países exportadores de petróleo y logran estabilizar los precios y una política petrolera. Eso inmediatamente muestra a Chávez como un líder mundial en la lucha por la defensa del precio de los productos energéticos de nuestros países, y por eso rápidamente Chávez gana más que la simpatía y el apoyo del pueblo venezolano, se amplía esa imagen a nivel internacional. Entonces nosotros, toda esa política de integración latinoamericana la compartíamos y está en nuestro programa. Nosotros no concebíamos y no concebimos por ahora que es posible una revolución en un solo país y que ya está, a ese país lo cercan por todas partes. Hoy eso no es posible, hoy esta revolución se debe al apoyo que todos los pueblos de América Latina y el mundo le prestan a este proceso. Este apoyo mundial es una de las razones por las cuales este proceso se ha mantenido. Luego la existencia de una base tecnológica como la que tiene Cuba, Bielorrusia, China, Vietnam y otros países. Eso en la marcha hacia un proceso de construcción del socialismo, toda esa base tecnológica está en función de ese desarrollo, y entonces más que intereses económicos-comerciales nos unen intereses de carácter sociales, en cuanto a la formación económico-social que nos estamos planteando. Entonces Chávez ha encontrado esta base tecnológica en estos países con cierta orientación al socialismo, lo que ha permitido que en Venezuela se creen condiciones también para que rápidamente las ideas del socialismo se prendan en la sociedad venezolana y se empiecen a crear algunas condiciones para que se vayan estructurando realmente al proceso económico, político y social venezolano.

Eliane: Hay algunas personas que me han dicho que Venezuela aún no ha entrado en un proceso revolucionario, otras me han dicho que es una revolución en proceso, otros que no va a entrar en revolución. Y pensando en todos esos distintos puntos de vista sobre el proceso y más lo que usted dijo, parece que los sectores burgueses de Venezuela, el empresariado están muy en contra de la Revolución Bolivariana, por lo menos los sectores jefes, Fedecámaras... Y a eso se le suma el debate sobre el socialismo del siglo XXI. Hay muchas dudas si eso es un socialismo de mercado, si es una reedición de la socialdemocracia, si es una especie de socialismo utópico donde se de espacio a algunas iniciativas de proyectos sociales, pero que no cambien la lógica del funcionamiento del sistema capitalista en su conjunto. Son cuestiones que están interligadas y me gustaría saber su opinión.

PA: Lo primero que tenemos que poner como base para que podamos erigir un edificio de pensamientos es que con Chávez indudablemente aquí se han introducido cambios de gran trascendencia en la vida política nacional e internacional. En segundo, en Venezuela no se ha adquirido el poder todavía, aquí estamos en pugna por el, y es tan así que la ofensiva del imperialismo todos los días no baja un milímetro de su campaña ofensiva contra el proceso. Pero además tenemos la experiencia rusa, setenta y pico de años ya, y la campaña y los planes los tuvieron siempre ahí montados. Porque mientras exista el capitalismo no hay ninguna revolución fuera de peligro, porque son dos grandes intereses que están en pugna. Los intereses de las oligarquías, de los explotadores, de los capitalistas que están acostumbrados a vivir de la fuerza y de la riquezas de los pueblos y estos pueblos que no quieren que esta oligarquía capitalista siga viviendo de su sangre, sudor y de sus riquezas. Son dos fuerzas que están en pugna en el mundo, por eso es que los intereses hoy en día de los griegos, de los trabajadores griegos, italianos, los franceses, de los venezolanos, de los indios de Bolivia, están tan integrados. Es porque queremos zafarnos de la explotación de unos hombres por otros, y que no nos sigan explotando nuestras riquezas en nuestros países, que no se las sigan apoderando 4 o 5 grandes países. Entonces mientras esos 4 o 5 o 10 grandes países y esas clases capitalistas y esos grandes consorcios norteamericanos, japoneses, europeos tengan fuerza para cambiar gobiernos en cualquier parte del mundo ninguna revolución está a salvo. Y tardarán muchos años hasta que esos imperios se debiliten de tal forma que ya no representen una amenaza para nuestro proceso. De eso estamos claritos, y por eso es que cada día nuestro partido desarrolla una política en la medida de sus posibilidades internacional dirigida a que los partidos comunistas, los movimientos revolucionarios, los movimientos progresistas abracen más nuestro proyecto, nuestra concepción de un país soberano, independiente, que se cumpla el proceso de liberación nacional. Solo con ese apoyo, esa fuerza, es posible que nosotros sigamos avanzando y que otros pueblos también avancen. Entonces en Venezuela, o mejor dicho, en el mundo entero, hay distintas concepciones sobre el socialismo. Alan García no es ningún tipo de socialismo, Suárez el de Portugal le gusta otro tipo de socialismo, a Fidel le gusta otro tipo de socialismo, a nosotros comunistas nos gusta otro tipo de socialismo, son distintos tipos de socialismo. El socialismo a tomado tal fuerza, tal necesidad, que hoy se visten de socialistas para seguir engañando a esos pueblos, no se les ha caído esa máscara todavía, hay que tumbársela. Porque los que verdaderamente están interesados en el socialismo son los que sufren la explotación del hombre por el hombre, los que viven en la miseria, los que no tienen salud, los que no tienen educación, los que no tienen vivienda, esos son los que realmente están interesados en el socialismo. Los que tienen capitales, todo en la vida, no necesitan el socialismo, pero sin embargo se visten de socialistas. Entonces en Venezuela en los últimos tiempos ha habido una gran ofensiva de todos estos tipos de socialismo que hay para venir a explicar a los venezolanos cual es el socialismo que más nos conviene a nosotros. Y el PC está haciendo grandes esfuerzos para explicar el tipo de socialismo que le conviene a nuestro pueblo, a los trabajadores, a los campesinos, al movimiento estudiantil. Esa es una de las principales tareas que tenemos nosotros en este momento, siendo uno de los más avanzados en el conocimiento de las ideas del socialismo porque las venimos trabajando hace ya más de setenta años, y creemos que podemos por eso dar importantes contribuciones. Hay otros que también quieren el socialismo, pero un socialismo donde la empresa privada y la empresa pública se encuentren y entonces creen el socialismo. Ese socialismo no nos sirve, ese es el socialismo para seguir manteniendo a lo mejor a una nueva burguesía. Hay otros que quieren socialismo con empresas privadas y eso no es posible en ninguna parte del mundo porque es que es precisamente lo que anima a un empresario privado es la posibilidad de explotar al máximo a cualquier trabajador, que las ganancias estén cada día mejor. Y si un capitalista de esos va a venir a una empresa donde no va a tener ganancias, sino que todo va a ser para la sociedad, que todo va a ser para los hospitales, para la educación, nunca ese señor va a querer el socialismo, eso lo tenemos que entender. Y eso es parte del trabajo que tenemos en estos momentos que es hacer entender a nuestro pueblo eso. Para que entiendan así cual es el verdadero socialismo que nos interesa. El socialismo de Blair no nos sirve a nosotros. Nosotros partimos de que el socialismo es posible que se instaure mediante la práctica y la lucha de clases. Si eso no se da, no es posible, porque hay una clase instaurada en el poder. Aquí en Venezuela no es el proceso revolucionario el que está gobernando realmente, todavía aquí las fuerzas del capital tienen mucha fuerza a tal punto de que en el 2002 prácticamente nos derrotaron. Y fuerza siguen teniendo porque no ha sido posible golpearles, lo que hay es que golpearles en la estructura económica, política, ideológica. Fíjense que se le quitó la concesión a uno de sus principales medios y pegaron el grito que lo oyeron en todo el mundo, porque es así, tienen razón pues con esos medios de comunicación es que pueden engañar a este pueblo y deformar el socialismo. Y pueden con esos mecanismos de comunicación engañar al resto de los pueblos de Latinoamérica y del mundo. Sin estos medios no pueden hacer eso. Con estos medios pueden conspirar, ellos no tienen partido aquí en Venezuela para ir a decirles tal día nos vamos a reunir en tal parte y no hagamos mucha bulla. Para ellos, los medios son los grandes partidos políticos que tienen en este momento. Y están recurriendo a cuanto aparato tiene el imperialismo y las oligarquías en el mundo entero, OEA, Parlamento Europeo, etc.

Eliane: También se tiene la visión de que en Venezuela el capital privado no es tan fuerte justamente por ese gran peso del petróleo en la economía, y este hace años viene siendo controlado por el Estado, por lo que existiría más un poder del Estado que de una alta burguesía o una clase que tenga un gran poder de tierras, porque incluso las tierras que contienen el petróleo están en manos del Estado. Me gustaría entender más la estructura de la burguesía venezolana y de sus vínculos con el Estado.

PA: Realmente nosotros en Venezuela nunca hemos tenido una burguesía, un capitalismo como lo tiene Brasil. Ahí en Brasil son industriales, empresarios, son comerciantes, mientras que en Venezuela no. En Venezuela claro que hay también, pero son muy pocos. En Venezuela lo que había era tráfico de influencia en todo momento. Aquí esos grandes capitalistas hicieron sus capitales con comisiones, y en muchos momentos como testaferros de los grandes políticos corruptos de este país. Aquí quebró prácticamente la industria textil en la década del 70, primeros años del 80, porque se les daban grandes sumas de dinero para desarrollar la industria textil con un mercado cautivo. Y lo de ellos no era construir grandes industrias sino construir grandes edificios, grandes hoteles, grandes infraestructuras, desviaban esos recursos que eran para desarrollar la industria nacional. Otra cosa que hacían era poner el dinero en los bancos internacionales. Y así fue que muchos de los personajes de la oligarquía que tenemos hoy se hicieron rico. Entonces por supuesto esta burguesía realmente no es una burguesía fuerte. La burguesía bancaria, el banco decide el gobierno hoy. Esa burguesía quebró al siguiente día porque ellos trabajan con lo que hace el Estado.

Eliane: ¿Pero, esa burguesía ha perdido mucho poder principalmente con el petróleo ahora en el gobierno Chávez?

PA: Sí, han perdido, pero no tanto. Es el mismo sistema de enriquecimiento que tienen, pues son comisiones, son contrataciones, etc. Pero sí el gobierno decide un día no darle el contrato petrolero porque son burgueses y pues el Estado va a manejar la cuestión, o no colocar el dinero en el banco de los burgueses, al día siguiente ellos van a estar quebrados. El gobierno tiene muchos mecanismos, pues es muy poderoso económicamente. Por qué no fue necesaria aquí una política de expropiación de tierras, porque el Estado tiene tierras, que ni siquiera sabe cuales son. Gran parte de la tierra aquí es del que las plante, hay terratenientes que tienen miles de millones de tierras, pero que no es lo fundamental en el último caso.

Eliane: Me parece que se habla de proyectos por parte del gobierno de ir hacia el socialismo del siglo XXI, pero en Venezuela el poder económico está más concentrado en el Estado, tanto es así que parece que las empresas y los servicios de educación, de salud, no están tanto en manos privadas como en nuestro caso, en Brasil. Aquí parece que el Estado tiene un poder mayor. ¿En ese sentido existiría una mayor posibilidad de ir hacia el socialismo, por esa vía, desde el Estado, por medio de esa transferencia del poder al pueblo que se plantea?

PA: Sí, indudablemente el capital tiene aquí más poder por sus relaciones con Estados Unidos que por sus relaciones con el aparato productivo y la producción de bienes materiales de la producción. Su gran poder está en sus relaciones con el imperialismo. Entonces, claro que tiene el poder del imperialismo sobre lo económico, que lo ejercen ellos, pero con un buen taimado de leyes que rescaten las cosas eso se acaba. Es que aquí desde el punto de vista jurídico se puede afectar seriamente las grandes propiedades que existen en el país. El gobierno, porque no ha nacionalizado la Baco [¿?], porque puede controlarla con el manejo de capitales. Tú tienes razón, aquí el capital privado se ha debilitado mucho por ejemplo en educación, es decir, le han creado tantas universidades, se han abierto tantas posibilidades en otras universidades. Estamos en la lucha por el rescate de la Universidad Central de Venezuela, de la Universidad de Carabobo, de otras universidades que son del Estado pero que las tiene la oligarquía en este momento, pero cuando esas universidades se rescaten se van a abrir mayores posibilidades para el movimiento estudiantil venezolano, para que el pueblo tenga acceso a la educación en mejores condiciones. Eso es parte de lo que está en estos momentos en proceso de reconversión prácticamente. Es decir, convertir estas universidades en universidades creadoras, eficientes, administrativamente honorables, porque acá hay mucha corrupción también en las universidades. Entonces si es posible seguir avanzando en este proceso y posiblemente en la nueva Reforma de la Constitución van a venir muchos de esos elementos para un mayor control sobre los grandes capitales, etc. Porque el socialismo tampoco es una cuestión que se da de la noche a la mañana, esos son procesos en el cual en primer lugar tiene que elevarse el nivel político, ideológico, cultural de los pueblos. ¿Porque si uno no sabe que es el socialismo, porque socialismo va a estar luchando? Entonces esa es la primera gran condición, elevar este nivel de nuestro pueblo; en segundo lugar demostrar en la practica que sí, que cuando se pone en practica una nueva relación, hay que ir poniendo en practica nuevas relaciones de producción, todavía aquí las relaciones de producción que existen son las mismas que antes, y eso hay que transformarlo. Hay que ir poniendo en practica nuevas relaciones de producción donde al pueblo se le vaya demostrando que sí, que realmente con esas nuevas relaciones de producción son más beneficiados. Hasta ahora aquí lo que se ha producido es una mejor distribución de la riqueza petrolera, eso es lo que en el país se ha dado. Antes de esas riquezas petroleras se apoderaban los capitales externos y el grupo oligárquico venezolano, hoy no. Hoy esos grandes capitales están ganando también con algunas empresas, pero al pueblo también le llega mucha de esa distribución de la riqueza. Y cuando se vayan transformando las relaciones de producción le van a llegar mucho más, y le va a llegar en forma directa a la sociedad. Se está avanzando en la planificación de la economía, que es otro de los problemas del sistema capitalista. La anarquía que existe en la producción, porque el sistema capitalista no permite que se resuelvan los grandes problemas de la sociedad como tal. Mas cuando se trata de construir un proceso que vaya hacia el socialismo, la anarquía no puede existir en la producción, sino que tiene que cada día irse montando sobre rieles de la planificación de esta economía. Igualmente podemos decir que la Constitución nos permite bastante avanzar en este campo, pero la reforma me imagino que va a

crear un mejor tejido de relaciones políticas, jurídicas para el desarrollo de este proceso de construcción del socialismo. El socialismo en Venezuela tiene muchos enemigos, primero por la ignorancia de lo que es el socialismo. Ese es el primer gran enemigo. Segundo los intereses, aquí hay muchos intereses. E incluso la pequeña burguesía que aún no entiende que el socialismo la puede mejorar, lo que viene es a mejorarla. En Venezuela el socialismo no puede ser para desmejorar lo que existe, sino que por las capacidades de riqueza que tiene nuestro país tiene que ser para elevar los niveles de vida. Por supuesto que se debe empezar por los que más bajos lo tienen, pero eso también va a mejorar mucho los niveles de la pequeña burguesía, de los profesionales, de los científicos, de todos esos. Como lo ha mejorado actualmente.

Eliane: Una duda que me queda es que Chávez parece que fue creando sistemas económicos, educacionales, políticos de un cierto modo paralelamente al sistema que existía anteriormente. Y hoy hay un enfrentamiento entre esos sistemas, pero al mismo tiempo se da un fortalecimiento político de Chávez en estos años. Al parecer, con sus propuestas faltaría poco para derrotar de hecho a la gran burguesía, mas al mismo tiempo que esto parece suceder en la economía, porque ideológicamente en la batalla se ha retrocedido. Pues ya el discurso no está dirigido al enfrentamiento, sino a la convivencia con la gran burguesía. Parece que por parte del gobierno se quiere calmar los ánimos, porque por parte de la oposición se sabe que ella está cada vez más preocupada en que esto se transforme en un socialismo radical como el de Cuba. Incluso la Iglesia está con miedo de que se convierta la educación al marxismo-leninismo. Pero, al mismo tiempo el gobierno parece estar con un discurso, una justificación legal-institucional mas que un discurso revolucionario, de quien y para quien deben ser los grandes medios de comunicación, en el caso de RCTV por ejemplo. ¿Usted piensa que Chávez ha retrocedido un poco en su proceso de radicalización política después del fracasado golpe de abril de 2002? Porque desde el 98 hasta abril de 2002 había ido radicalizando su discurso y posteriormente a eso tiene un discurso más de consenso, de búsqueda de entendimiento con los grandes sectores económicos.

PA: Como tú precisamente estás viendo, la Revolución Cubana es radicalmente distinta a la venezolana. Ellos llegaron por la fuerza, cortaron todo lo que había que cortar y empezaron el proceso de construcción de una nueva sociedad, de una nueva organización socio-política, etc. Esto permitió que ellos avanzaran rápidamente y aunque se cometieron errores estos fueron rápida y fácilmente corregidos. En Venezuela llegamos a través de elecciones democráticas y libres con todo un tejido, o mejor dicho, una maraña de leyes que prácticamente al presidente que ganaba lo amarraba, no podía hacer absolutamente nada. Porque la burguesía se dedicó a eso, a montar una maraña de leyes para que el presidente que llegara ahí no pudiera hacer nada. Chávez tuvo la inteligencia, la capacidad de romper todo ese engranaje legal que le habían montado. Pienso que el problema de Chávez con el Estado que recibe es que el no puede llegar un día y destruir, como dice el marxismo, el viejo Estado y construir uno nuevo. Eso no, es sobre este mismo, sobre el caparazón de ese Estado que está ahí que hay que montar el otro. Es sustituyendo las piezas y montándole nuevas estructuras para ir construyendo lo nuevo a partir de lo viejo. Y eso no es fácil. Chávez se encuentra entonces con un Estado incapaz, ineficiente, podrido, esos ministerios, porque la cuarta república fue entregando todos esos ministerios a sindicatos de la cuarta república, de la CTV (Central de Trabajadores Venezolanos). Y todo eso estaba teniendo toda una formación socialdemócrata, auxiliación de clases corruptas, etc. Que era la que integraba la CTV. Gente que no estaba acostumbrada a trabajar, el solo hecho de ponerse a trabajar significaba para ellos una agresión del Estado contra ellos. Todas esas direcciones sindicales nunca trabajaban, esos vivían del aparato sindical. Era mafia sindical, y todavía están ahí. Y luego tú vienes a gobernar con unos hombres que vienen generalmente formados por la escuela de la burguesía, o sea profesionales educados en estas universidades. Una Fuerza Armada formada casi por los norteamericanos. O sea, el socialismo de pronto se les metía por ahí en forma subrepticia, pero no era porque la mayoría de toda esa gente que iba a gobernar tenía formación. Claro que hay una formación patriótica, progresista, democrática, etc., muy contaminada de legalismo, de institucionalismo, de todo eso, y cuando llega Chávez tiene que empezar a gobernar y a orientar política. Porque además para tú remover mucho de ese personal que estaba en esas estructuras, la ley del trabajo los protegía, y entonces no fue fácil. Entonces como este Estado era ineficiente, una rémora para aplicar la nueva política, Chávez se ve obligado a crear mecanismos populares que vayan a la mano del pueblo, y que el pueblo trabaje en las áreas sociales más importantes, por ejemplo en la educación creando todas esas misiones, por ejemplo la Simón Rodríguez para alfabetizar a todo el mundo porque es que ordenaba alfabetizar y no pasaban de 200 alfabetizados. Porque aquí siempre ha habido políticas de alfabetización, pero no alfabetizaban más de 50 o 100. Y él esa alfabetización la va haciendo con las misiones. Y las misiones se convierten en un instrumento de ejercicio del poder de Chávez con el pueblo. Ya él directamente con el pueblo. Y así es en salud también, un sistema de salud donde le inyectas y le inyectas, pero eso desaparece y no ocurre nada. Entonces para que la política sanitaria de salud le llegue lo hace a través del mismo pueblo, poniéndolo a gestionar esa política de salud. Y ve usted como en las gobernaciones, en las alcaldías, no se desarrollan las políticas que está planteando Chávez desde la presidencia, sino que siguen con la misma política de la vieja cuarta república: las comisiones, el amiguismo, etc. No se desarrollan las políticas que trae el gobierno. Y Chávez ve toda esas marañas de mafias que hay ahí en toda esa estructura del Estado y lanza los consejos comunales. Que es poner al pueblo a organizarse el mismo y que a través de ellos mismos encuentren los recursos y que a través de ellos mismos orienten en que deben invertirse los recursos, a preocuparse por los

problemas de la comunidad. Se crea entonces en salud un aparato para realmente desarrollar la política de salud. En educación las misiones que se convierten en la práctica, un Ministerio de Educación, y en el ejercicio de las políticas sociales se ponen los Consejos Comunales. Y frente a la crisis estudiantil, donde el movimiento estudiantil no pone en práctica una política de defensa de la universidad, etc., se lanzan los consejos estudiantiles para que se organice un movimiento estudiantil. En la vivienda, el problema de la vivienda es que aquí no se construye, no por falta de capital, sino por incapacidades y hay que formar entonces las unidades, las unidades populares de vivienda o algo así. Entonces se ve la necesidad de crear esas estructuras paralelas como bien lo señalaste. Igualmente el pueblo a través de estas estructuras paralelas está viendo que lo central no es la gobernación, que los problemas no los resuelven la alcaldía, sino que ellos directamente lo pueden resolver con los Consejos Comunales, están aprendiendo esa práctica de como autogobernarse, autogestionarse. Nosotros planteamos la necesidad de los Consejos Socialistas Obreros, porque si vamos para el socialismo no es con un Consejo Comunal que vas a construir esta construcción socialista, tienen que estar los trabajadores ahí. No es el Consejo Comunal el que va a venir a defender la empresa, es el obrero que está ahí en la empresa que tiene que en cualquier circunstancia defender su empresa. Es ahí donde debe elevar el obrero el nivel de conciencia de lo que significa la empresa en el proceso de construcción socialista. Lo hemos planteado y se está desarrollando bastante la construcción de los Consejos Socialistas Obreros para que los obreros se vayan apoderando realmente de la estructura productiva del país como tal. Esto en relación con las estructuras paralelas que ha montado Chávez. Pero además como tú decías, por la amplitud que ha representado Chávez desde el punto de vista de la conformación del movimiento, porque el movimiento de Chávez nace de un grupo muy amplio, de un gran movimiento popular y de la necesidad de producir cambios. Ese movimiento está conformado por todo el mundo que dejó de creer en sus direcciones políticas, en sus partidos, entonces eso es muy amplio. En el movimiento revolucionario por el proceso están participando comunistas, anticomunistas, de derecha, de izquierda, progresistas, de avanzada, de todo tipo. Ahí realmente se ha logrado conformar una fuerza muy amplia de fuerzas populares y democráticas, pero ahí cada una pugna por sus intereses también. Fíjate tú que nosotros tenemos aquí los empresarios socialistas, y es indudable que la concepción que ellos tienen es diferente a la que yo tengo del socialismo. Pero ahorita estamos juntos porque lo que nos interesa es consolidar este proceso, que vaya acumulando fuerzas suficientes para defendernos frente al imperialismo que es la gran amenaza en lo inmediato. Hay pequeños, medianos y grandes empresarios porque como en todo proceso revolucionario te aparece el oportunista, el indeciso, el revolucionario, todo el mundo se te mete ahí.

Eliane: Pero los sectores más tradicionales, lo que te preguntaba antes, de la burguesía nacional. ¿Hay sectores que están con Chávez?

PA: Más que con Chávez, con el proceso, están incluso en mejores épocas que antes, porque de pronto antes estaban desgraciados con el gobierno de Carlos Andrés Pérez, y a lo mejor con este gobierno atendiendo a las necesidades que tiene la población que han aumentado, las demandas son superiores, de pronto empresarios que están metidos dentro de esa distribución, de esa producción, de pronto tienen mayores y mejores ganancias que antes.

Eliane: ¿Por ejemplo, de que sectores económicos?

PA: De la alimentación, de la producción agrícola, que tienen más vínculos con el mercado interno. Ahora los ganaderos que producen leche están ganando como nunca porque hay mucha demanda de leche y hay buenos precios. El sector bancario ha tenido grandes ganancias. El sector de la producción también han ganado bastante.

Eliane: ¿Cree que los sectores más ofensivos de la oposición están más vinculados al imperialismo, al capital internacional?

PA: Los enemigos de Chávez están ubicados en primer lugar en las cúpulas de Acción Democrática y COPEI, y aunque algunas de ellas han puesto caras jóvenes, ahora ellos están detrás de ellas. Esos sectores políticos están contra Chávez a muerte. En segundo la CTV, la cúpula de la dirigencia sindical, Ortega y compañía. Tercero, la cúpula militar que dio el golpe del 11 de abril y que por ello más de 400 oficiales salieron.

Eliane: ¿No tuvieron alguna especie de juicio ellos?

PA: Déjame nombrarle los enemigos y después le respondo. La cúpula militar que a raíz del golpe militar fue echada toda de las Fuerzas Armadas, y ahí salieron más de 400 o 500 oficiales. La cúpula eclesiástica, los medios de comunicación Glocovisión, Venevisión, son 4 o 5 canales de esos bravos. Esas son en el país las cúpulas que están realmente enfrentadas a Chávez. Pero eso está coordinado por la CIA, por la embajada norteamericana aquí en Caracas, por el Pentágono.

Eliane: ¿Pero económicamente cuales son los sectores?

PA: Económicamente los que están contra Chávez son los sectores aliados con el imperialismo. Aquí el capital extranjero todavía tiene fuerza, tiene la industria petrolera, en la industria automotriz, en la alimenticia. Los ganadores también porque aquí hay una industria que se llama *la Inglesa* que está metida en la ganadería y en el sector de productos médicos, una llamada *Agroisleña* que es muy poderosa. En la industria farmacéutica también tienen un poder muy grande. Ahora volviendo al tema del juicio a las cúpulas militares y los demás involucrados, sí hubo un intento de juzgarlos, pero como se demostró que no había habido un golpe de Estado no había como juzgarlos. No había que juzgar. Porque aquí la Corte Suprema de Justicia para ese entonces - una vez que la Fiscalía General de la República solicitó que se juzgara a esas cúpulas militares por el golpe de Estado del 11 de abril - ese Tribunal Supremo determinó que no había habido un golpe de Estado, sino un vacío de poder y que unos buenos militares habían tenido a Chávez bajo resguardo y frente a eso no había que juzgar. Hay dos o tres presos, pero ya eso por instigación al delito, y también están presos los de la Policía Metropolitana de Caracas por su intervención en el acto del 11 que fue la acción de los francotiradores contra el pueblo reunido alrededor de Miraflores. Sin embargo están haciendo grandes esfuerzos para demostrar su inocencia y salir en libertad.

Eliane: ¿Por qué la oposición acusa al gobierno de no respetar los derechos humanos?

PA: En ninguna parte del mundo hay tanta expresión democrática. Y precisamente creo que una de las cosas que nos están afectando es que hay demasiada democracia formal. Delitos que no se castigan.

Eliane: ¿Considerando que no hay intención de acabar con los partidos de derecha, la existencia del Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV) usted cree, como Partido Comunista, que es una buena propuesta para la unidad del proceso y para el avance cualitativo del mismo hacia el socialismo que ustedes defienden?

PA: Primero nosotros hemos saludado la iniciativa del presidente de unificar todas las fuerzas revolucionarias de izquierda, de pensamiento avanzado, en un solo partido. Es correcto, mientras más unificado se esté se van a dar mejores condiciones. Por supuesto, eso es un partido que está en construcción, hay tendencias de lo que puede ser, pero aún no está definido el carácter de lo que va a ser. En ese caso todavía no nos hemos pronunciado, pero saludamos la actividad que hay de construcción del partido porque es mejor que estén todos unidos a que haya 20 partidos, 20 organizaciones. Nosotros los comunistas creemos que el objetivo del PC nos está cumplido, porque es en primer lugar un partido de la clase obrera. Nosotros tenemos el papel de contribuir a la organización y dirección de la clase obrera para la toma del poder por el socialismo proletario, no otro socialismo. En la medida en que esto se vaya cumpliendo, va desapareciendo la necesidad del PC, pero por ahora no. Además nosotros no solamente queremos el socialismo. Aquí todavía va haber desigualdad, va a haber explotación del hombre por el hombre, va a haber injusticias, etc. Y nosotros queremos una sociedad comunista que realmente será la sociedad justa donde nos liberaremos de la explotación del hombre por el hombre y construiremos la sociedad ideal hasta donde sea posible. Por eso hemos decidido mantener el PC. De todas formas, si el Partido Socialista Unido de Venezuela avanza en esta concepción de lo que debe ser el socialismo y de hacia donde debe ir la sociedad, nosotros estudiaríamos y pensaríamos la posibilidad de meternos también en ese partido. Porque si tenemos el mismo programa, y la misma orientación teórica... Pero como por ahora no está definido el carácter del partido, su programa, sus sistemas de organización, nos mantenemos como tal. Segundo, creemos que en Venezuela estamos en una aguda lucha de clases donde las clases sociales, los sectores económicos y sociales están en ebullición, buscando salidas y que se plasme en la realidad nuestros criterios, pensamientos, etc. El proceso venezolano, indudablemente como la tendencia histórica del desarrollo social hacia el socialismo, tenemos un poco esa gran ventaja de que un poco la historia va junto con nosotros, avanzando hacia allá. Está en nosotros ponerle todo nuestro empeño para que esa lucha de clases, esas confrontaciones se den y se vayan resolviendo en función de lo que debe ser el socialismo científico. Estamos concientes de que este amplio movimiento que encabeza el presidente Chávez por el proceso revolucionario nacional hacia el socialismo, irá sufriendo depuraciones en la medida que los intereses de la oligarquía o de parte de ella, que aún quedan aquí, o de partes empresarias o de partes comerciantes, no se vayan sintiendo identificados, ahí indudablemente van a ir asumiendo posiciones políticas diferenciadas de las posiciones por las que avanza el proceso como tal. Aquí desde antes que llegara Chávez al poder se le acusa de que el fue el que dividió este país en dos sectores, los chavistas y los antichavistas, y que antes vivíamos tranquilos y nadie estaba con esa pugnacidad. Es que antes ellos vivían tranquilos porque tenían todas las riquezas a su disposición, el gobierno, el poder y no veían a los que estaban gritando allá abajo, que ya no podían seguir viviendo así. Chávez recoge ese grito y lo eleva, haciéndolo llegar adonde ellos están. Y por supuesto ahora ellos se sienten amenazados y se están defendiendo frente a esa política de Chávez. Y todos estos a los que nunca se oía sienten que Chávez eleva su voz ante el mundo, ante la sociedad y está trabajando por resolver esos grandes problemas. Es que históricamente desde que se dividió la sociedad en clases hay dos clases en pugna: primero los esclavistas y los esclavos; después los señores feudales y los siervos, después los capitalistas y los obreros, y hoy esto se ha polarizado, entonces ya no es entre los capitalistas y los obreros sino entre el imperio y los pueblos, los pueblos por la defensa de la vida, por la defensa de la tierra misma, por la defensa a existir sobre esa tierra, y el imperio por cada día amasar más riqueza apoderándose del mundo, dominando a todo el mundo, establecer unas relaciones globales de explotación capitalista. Mientras existan

estas contradicciones es muy difícil hablar de que va a haber una conciliación de la sociedad, que no nos vamos a tratar mal. Y si hay conciliación de clases es muy posible que el proceso retroceda porque la única forma que este proceso se desarrolle es que se trabaje en ir resolviendo las contradicciones que existen entre estas dos grandes clases.

Eliane: Creo que está bueno, gracias, muchas gracias.

ANEXO 13

Entrevista a Roland Dennis.

Transcrição: Mariángeles Guerin.

Eliane: Me gustaría que comenzara hablando un poco de su historia, de su experiencia como militante, de su experiencia política.

RD: Bueno, yo comencé mi militancia política justamente en esta Universidad [a UCV] hace unos 25 años más o menos, cuando era estudiante de filosofía. Era una universidad muy distinta, con muchas tendencias y enfrentamientos muy fuertes. Y un ambiente en la calle sumamente represivo. Un movimiento estudiantil que había sido muy reprimido en los años 70, de donde nacieron muchos militantes, incluso de los que fueron los movimientos armados de los 60 y los 70. Y en los años 80 ya era un movimiento digamos bastante golpeado por todo eso, sin embargo se mantenía con un clima interesante de organización y de disidencia estudiantil muy fuerte. Y esta universidad ha jugado un poco el papel de la vanguardia a nivel nacional.

Eliane: ¿En los 70 la UCV fue cerrada también?

RD: Sí, fue tomada militarmente. Y entonces nos tocó reconstruir este movimiento, pero de una manera distinta, ya haciendo rupturas importantes con la lógica tradicional de los partidos, con todo lo que fue la cultura política de izquierda hasta ese momento. Y las luchas fueron muy, muy fuertes, de hecho no menos de 100 compañeros murieron en las luchas entre los años 86 y 89, que fueron los años más fuertes. Pero en ese proceso también fuimos como armando algo más allá del movimiento estudiantil, tratando de que el movimiento estudiantil pudiera respirar hacia afuera, porque estaba muy recluso sobre sí mismo. Y de verdad hacia afuera lo que habían quedado eran núcleos de resistencia que habían quedado en Venezuela muy fragmentados. Y por otro lado una izquierda institucional que no jugaba ya prácticamente ningún papel dentro de la lucha por el poder. Entonces ese movimiento popular construido desde el núcleo de resistencia fuimos cabalgando.

Eliane: ¿Por qué consignas luchaban en esa época?

RD: Las consignas del movimiento estudiantil eran muy sencillas. En realidad eran luchas muy elementales como presupuesto para la universidad, cupo para los estudiantes de las clases más pobres, autonomía universitaria. O sea, cosas muy elementales, pero nada más por el pasaje estudiantil murieron 70 estudiantes, nada más peleando por el medio pasaje estudiantil. Eran luchas dentro de un Estado además que comenzaba una época muy decadente en Venezuela. Como en toda América Latina la década del 80 fueron años de una crisis económica vertiginosa, de una fuga de capitales generalizada en todo el continente. Y eso creó a su vez una marginalidad social muy fuerte dentro de un país donde el Estado seguía siendo un Estado fuerte y con dinero, siendo un estado petrolero. Entonces la conflictividad social penetró las universidades, y hubo huelgas. Y esto estaba lleno de estudiantes, a veces tu veías doscientos o trescientos estudiantes en huelga de hambre acá permanentemente.

Eliane: ¿Y eso tenía vínculos con los movimientos armados de la guerrilla?

RD: Sí, había muchos estudiantes que tenían una relación directa con las organizaciones que todavía estaban en armas. Por ejemplo con Bandera Roja, Liga socialista, el Partido de la Revolución Venezolana, eran organizaciones que todavía mantenían la consigna de la lucha armada y tenían frentes guerrilleros incluso. Entonces había una relación digamos medianamente cercana, o en algunos casos muy cercana, entre esas organizaciones y el movimiento estudiantil. Pero esas organizaciones también fueron siendo derrotadas, militarmente y políticamente derrotadas. El movimiento estudiantil se quedó sólo, batiéndose en una lucha muy dura y siendo el foco fundamental de la protesta en el país. Durante los años 87 y 88 comenzaron las protestas populares, comenzaba a haber un fuerte movimiento pero muy espontáneo por lo que era la terrible situación de marginalidad que se vivía en el país.

Eliane: ¿En ese llamado proceso de pacificación las organizaciones que estaban en las luchas armadas perdieron de alguna forma el vínculo con el pueblo? ¿Por qué esas protestas populares eran tan espontáneas?

RD: No es que perdieron el vínculo con el pueblo, es que perdieron la mayoría. Es decir, perdieron la hegemonía en la lucha política. Vínculo con el pueblo había muchísimo, lo que pasa es que como siempre eran vínculos militantes.

Eran vínculos donde había la posibilidad de generar un movimiento de masas, solamente la izquierda institucional reformista tenía un cierto espectro digamos más amplio, pero electoral fundamentalmente, no era un movimiento de lucha. Y siempre mantenía un 10% de presencia electoral o algo así. Ese era el porcentaje histórico de la izquierda durante la cuarta república. Todo cambia luego a partir del 87 que hay una rebelión estudiantil general, de la Universidad Central y otra cantidad de universidades del país. Hubo una conexión que dio como resultado un gran movimiento que terminó con una rebelión estudiantil muy fuerte. Ahí es donde hubo mayores asesinatos. Y eso digamos es donde se despertó, la lucha popular pasó a otro nivel. Y eso se conectó con los movimientos culturales, con los movimientos de pequeños nichos de resistencia del país que se mantenían, habiendo sido parte de la guerrilla o no. Tenían diferentes orígenes. Y todo ese movimiento estaba presente en un proceso muy difícil que nosotros llamamos de la corriente histórica, esa corriente histórico-social que venía de los movimientos cristianos, de los movimientos marxistas, movimientos indígenas, movimientos nacionalistas, pero que tenían una cercanía muy inmediata, empezaron a nacer ciertos sindicalismos autónomos [...] que se empezaron a desarrollar. Movimientos de tomas de tierras, en fin la lucha de clases empezó a intensificarse, y ya en el año 89 cuando se da el Caracazo todo ese movimiento ya venía caminando. Y el Caracazo en ese sentido es fruto un poco de todo eso.

Eliane: ¿Pero ese movimiento en el interior de las Fuerzas Armadas, como el MBR, no tenían ningún vínculo?

RD: No, de hecho en el 89 fueron nuestros asesinos. O sea, para nosotros las Fuerzas Armadas eran nuestro principal enemigo.

Eliane: No, yo hablo de relación con ese grupo.

RD: Sí, Chávez. Ellos tenían sobretodo un partido que se llamaba el PRV, que tenía vínculos históricos. El PRV viene del Partido Comunista, y este siempre tuvo como un ala metida dentro de las Fuerzas Armadas. De hecho en los años 90 intentaron dos golpes de Estado dirigidos por el Partido Comunista. Y ellos mantuvieron una cierta presencia.

Eliane: Y el MIR también vino del PC?

RD: No, el MIR viene de Acción Democrática. Esa fue la juventud de Acción Democrática que se separó de ese partido y se metió a la lucha armada. Pero el MIR se transformó luego en una organización institucional como el MAS. El MAS viene del PC y se transformó en un partido electoral, al principio muy interesante, con mucha garra, con mucha presencia, con mucha creatividad en su mensaje, pero luego se fue convirtiendo en un partido más, sin mayores... Incluso aquí en la Universidad había muchos conflictos entre la gente del MAS y la gente de la izquierda radical digamos. Pero ya a finales de los 80 de nuestro lado se formó lo que se llamó la desobediencia popular, que ya fue una organización que además de coordinar muchas cosas a nivel estudiantil también empezaron a hacer otras cosas. Nosotros salimos de la universidad y empezamos a hacer trabajos donde nosotros vivíamos, en los barrios, en los sitios digamos de mayor presencia popular. Eso fue todo un periodo de tiempo, y cuando se dan los golpes de Estado, el de Chávez, ya ese era un movimiento popular muy grande. Aquí en Caracas había la Asamblea de Barrio que era inmensa. Y coordinamos el primer golpe que fue el 4 de febrero con los militares, pero una coordinación en la que aún nadie creía en nadie. Pero no se llegó a gran cosa, fue un golpe básicamente militar y pasó lo que pasó. El segundo golpe del 27 de noviembre de ese mismo año sí nosotros salimos a la calle y tomamos armas. Se hizo un enfrentamiento civil, o sea, no fue un enfrentamiento con los militares. Los que salieron no fueron los militares, los que salimos fuimos nosotros. Y los que hicimos el combate militar fuimos nosotros, esas son cosas que desgraciadamente la historia y la interpretación militarista de la historia no dejan que sean así. Pero de hecho ese fue un combate de milicias populares contra el Ejército muy fuerte, porque se tomaron varios cuarteles y hubo muchos soldados que se juntaron a nosotros. Entonces fue un golpe muy interesante, aunque al final ese fue un día entero de enfrentamientos armados y ya cayendo la noche y viendo que los militares no salían y que no había posibilidades de seguir combatiendo tuvimos que retirarnos. Y allí hubo una catástrofe.

Eliane: ¿Hubo mucha represión en ese momento?

RD: Si, fue permanente. Lo que pasa es que la situación era tan subversiva socialmente que el gobierno también tuvo que replegarse, no pudo mantener el Ejército dividido. En la calle se dieron protestas permanentemente. Y la situación era una situación revolucionaria y por lo tanto el gobierno no pudo mantener como en los años 80 una actitud absolutamente genocida, como la actitud de los 80. Y tuvo que replegarse, mas cuando Carlos Andrés Pérez termina de caer y el que viene es Rafael Caldera que trata de hacer como una especie de gobierno de izquierda, donde lo apoyó el PC, el MAS, un gobierno de frente popular, pero dirigido por un hombre de derecha, eso fue un desastre. Y esos partidos se fueron inclinando cada vez más hacia el liberalismo. Como fue el caso de Teodoro Petkoff y todos esos líderes.

Eliane: ¿Él está ahora donde?

RD: Teodoro es director de un periódico de derecha, socialdemócrata, y que apoya a la derecha en este proceso. Es la derecha no golpista, es la derecha liberal-democrática.

Eliane: ¿Y Douglas Bravo? Porque en Brasil es una de las referencias más conocidas de la guerrilla.

RD: Douglas es una leyenda, y tuvo mucho peso en algunas épocas. Es un tipo que debe tener unos 70 años o más, y ha mantenido una posición absolutamente contraria a Chávez. En el sentido que él dice que Chávez es un gobierno neoliberal más, que la constitución aprobada en el 99 es una Constitución neoliberal. Esa es la tesis básica de Douglas y que aquí no hay una revolución ni nada. Es una pelea de caudillos, el caudillo civil y el caudillo militar. El caudillo guerrillero y el caudillo que viene de los cuarteles. Y aquí el caudillismo es muy fuerte. En Venezuela el caudillismo tiene mucho peso culturalmente en el proceso. Chávez es un caudillo, típico caudillo agrario, típico del campo, con todas las características porque la cultura urbana en Venezuela, por el inmenso componente de marginalidad urbana que existe, la cultura urbana tiene mucho de cultura campesina. Reproduce mucho los comportamientos políticos, el modo de ser, la irreverencia campesina, la insurgencia campesina está muy presente en la ciudad. Por eso es que se entiende lo de las grandes rebeliones populares acá, porque son rebeliones típicamente campesinas. No son rebeliones civiles de personas que salen de una manera muy ordenada a marchar y a manifestar. No son rebeliones, y los saqueos y todo eso, es el comportamiento de una persona, de gente que todavía no pertenece a la ciudad. Porque la ciudad le pertenece a los blancos, a los ricos, a los comerciantes, a los pequeños burgueses. Mientras que la clase obrera, en razón del desempleo tan fuerte que tiene este país, a quienes nunca le ha pertenecido la ciudad sino que ha tenido que hacerse su pequeña ciudad, que reproduce mucho los valores del campo. Además con familias en el campo, casi todo el mundo tiene familia allá y van mucho al campo a reencontrarse. Entonces ahí hay una mezcla, un híbrido entre urbanidad y campo que en Venezuela y en Brasil también es así. O sea, todas esas grandes ciudades latinoamericanas tienen mucho de eso, y Venezuela no se escapa a eso. Lo cierto es que ya en los años 90 la situación se puso a un nivel en el que este movimiento simplemente de resistencia se dio en todos los campos en que se podía dar, pero sin ninguna posibilidad de verdad de disputar el poder. Entonces en los años 90 surge ya un movimiento, y la figura de Chávez comenzó a crecer y empezó a fortalecerse, junto con los movimientos populares. En esa medida pues fueron como dos cosas que marcharon juntas, que fueron como creciendo juntas y en la medida que crecieron juntas iban aprendiendo y acordando el uno al otro. Le digo una cosa muy difícil, que Chávez no tenía ninguna intención de estar pegado a movimientos populares, no tenía ninguna intención de hacer gobierno, porque Chávez no era un hombre de izquierda. Y los movimientos populares no tenían ninguna intención de estar gobernando o estar generando otro cuadro político junto con militares. Pero, sin embargo como que las circunstancias históricas nos fueron presionando y esos lazos se fueron dando. Hasta que en un momento esos lazos ya comenzaron a ser discutidos en términos estratégicos, es decir, ahora sí vamos a discutir cual es el horizonte político de una revolución posible. El horizonte era insurreccional, la situación era prácticamente de guerra civil y de alguna manera todos los movimientos nos estábamos preparando para eso. Para una batalla muy violenta y el odio social que había se prestaba para eso. Sin embargo, Chávez al final consigue salir y se liga más a movimientos, a ciertos personajes, a ciertas corrientes de izquierda reformistas, institucionales, que le propusieron ser candidato. Y él se dejó convencer.

Eliane: ¿Entonces hubo debate sobre una línea marxista?

RD: Sí, de formar un partido electoral rápidamente, que fue el MVR. Incluso Chávez perdió dos asambleas del propio movimiento de él, donde el propuso las elecciones y las asambleas no aceptaron. Y la tercera asamblea pudo revertir la mayoría, pero en principio la posición de Chávez incluso dentro del MBR-200 era una posición minoritaria.

Eliane: ¿Había militares más a la izquierda?

RD: Había grupos militares que estaban preparando ya una insurgencia militar, era lo que llamábamos *prefenu* [¿??] milicias populares, comandos guerrilleros y núcleos del Ejército, o sea, se estaban preparando esas tres fuerzas.

Eliane: ¿Podría haber sido un proceso más largo?

RD: Sí, era un poco lo que estaba pasando en los 60, pero con mucho más cohesión. En los 60 era golpismo.

Eliane: No, no estoy hablando de llegar al gobierno.

RD: No pienso que era más corto el proceso, porque se quería tumbar al gobierno. Pero, eso yo no te digo que hubiese podido pasar, pero la situación de verdad se prestaba para que las cosas vayan a ser. Y Chávez entonces se

decide, y por el peso ya de él como caudillo, ya el caudillo estaba aflorando. Porque Chávez era un militar, incluso no era muy abierto a hablar. Era sumamente torpe hablando, era un tipo más de canto. Le gustaba más cantar, el mundo de él no era el mundo de la política. El mundo de él era el militar, pero al mismo tiempo era un tipo muy fresco. Y eso es lo que le dio precisamente la magia, porque él no se presenta como un político que va a convencer al pueblo, sino que se presenta como un hombre del pueblo que comienza a convertirse en el reflejo de los deseos de todos. Entonces ahí está la fuerza de Chávez, si tu vez a Chávez todavía le queda mucho de eso. No es un hombre de Estado, aunque ya a estas alturas se haya convertido en mucho de eso. Al final del proceso de donde yo vengo, que son todas estas corrientes de base, fue en el año 98 ya bien adelantadas las elecciones que hubo grandes asambleas nacionales donde después de mucha controversia decidimos apoyar a Chávez y con la posibilidad incluso de que él pudiera quedar muy bien en las elecciones. Porque la idea no era que ganara, pero lo apoyamos y terminó ganando.

Eliane: Yo escuché decir que la campaña de Chávez fue bien moderada.

RD: Ah, es que nosotros no estábamos en eso. El problema no era el programa, el problema era romper con las fuerzas públicas. El único propósito era llamar a una Asamblea Constituyente, ese era el único programa, no había más nada.

Eliane: Lo que digo es que escuché que incluso sectores de la derecha y de esa oligarquía tradicional de los medios de comunicación de la derecha también no estaban tan [...] porque también veían la necesidad de un cambio.

RD: Había ciertos sectores de derecha que también apoyaron a Chávez, Cisneros...

Eliane: ¿Querían también como una especie de salida a una crisis política?

RD: Sí, querían manejar a Chávez. Incluso él aceptó ciertos arreglos con ellos, le dieron dinero para las elecciones. De hecho Chávez tuvo gente de la oligarquía en su primer gobierno. Pero el problema para nosotros no era eso, porque Chávez no era la revolución popular, sino la ruptura con un ciclo político que había que terminar de acabarlo. Un aliado totalmente táctico para comenzar ya un proceso de radicalización completa en el que veíamos la posibilidad de que Chávez acompañara ese proceso de radicalización. La sorpresa nuestra es que Chávez se dio cuenta muy temprano de que él no podía hacer un gobierno de conciliación de clase. Ese fue su genio. Si hubiese hecho un gobierno moderado, un poco a lo que el pintaba al comienzo, sencillamente no hubiera durado un año.

Eliane: ¿Entonces él tiene ese instinto para percibir lo que quieren las masas?

RD: Sí y lo captó muy bien. Y captó también que la revolución que venía no era solamente una revolución social, sino que tenía que ser una revolución profunda. O sea, es un poco lo que llaman el caudillo igualitario, el caudillo que se instala pero que al mismo tiempo tiene que desdoblarse en un programa completa y radicalmente democrático. Por eso se dio en este país una situación tan paradójica, de estar viviendo un proceso de transformación, pero al mismo tiempo es el país más impune del mundo donde los medios de comunicación dicen lo que se les da la gana. Y en un momento dado, hasta los militares que salían a las plazas llamando para tumbar a Chávez, y al día siguiente regresaban a los cuarteles.

Eliane: Yo veo *Globovisión* y es una cosa absurda.

RD: Absurda no, me parece muy bien, porque el enemigo se devela muy bien. A mi me parece fantástico que exista *Globovisión*, porque es un gran motor de la revolución, es una maravilla.

Eliane: ¿Ayuda?

RD: Ayuda porque tu quieres ver el enemigo, pones el canal 33 y ahí está. Está en su clave, en su estética, en su manera de comprender todo.

Eliane: Pero hay como una expresión de rabia y de miedo del futuro.

RD: Ellos están jugando a eso ya desde el año 2001, ya 6 años. Ya en una comunicación de guerra. Es como si mañana todo esto se fuera al agua. Todo esto es un desastre, el Apocalipsis viene. Faltan pocos días. Todo, su música, sus componentes, sus verbos, todo está hecho para eso. Y eso crea por supuesto mucho pavor y ciertas clases, como la clase media, que no era nada, pero tampoco era de derecha y se ha acomodado a las circunstancias, se ha convertido en una clase media realmente de derecha, con valores de derecha. Y una derecha que no es solamente reaccionaria sino conservadora, que no es lo mismo. O sea no solamente reacciona contra lo que está cambiando sino además quiere ser la más conservadora en sus costumbres y en lo que respecta a religión, en lo que respecta al

modelo conservador de sociedad que nos vende la burguesía. Y esos son estos muchachos que salieron a la calle ahora. Esos muchachos son un movimiento realmente de derecha juvenil.

Eliane: ¿Ha cambiado mucho la universidad después de que saliste?

RD: Claro, porque ellos lo hicieron después de todas las luchas que hubo aquí. Y nosotros cometimos un error: nos fuimos demasiado hacia afuera y dejamos esta Universidad prácticamente vacía de cuadros. Y por otro lado, el rectorado durante más de 10 años hizo una política universitaria para parar la entrada de estudiantes de clases pobres. Con lo cual la universidad se convirtió en una clase, si tu ves sus estudiantes, en su mayoría vienen de la clase media. Es una universidad de clase media. Y eso cambia completamente el comportamiento político. Sin embargo, todavía hay cosas muy buenas. Y también los profesores, el 80% son intelectuales de derecha. Un poco lo que pasa con la UNAM de México, era una universidad donde había investigación de izquierda. El 80% de todos sus profesores se fueron a la derecha, entonces eso también afecta a los estudiantes. Toda la escuela de filosofía era casi maoísta, la revolución cultural, hacíamos seminarios. Y hoy totalmente es una escuela donde casi todos los profesores, salvo uno o dos, son de derecha. De derecha dura, de derecha realmente reaccionaria. Y eso por supuesto irradia algo muy fuerte sobre los estudiantes. Y el estudiantado, incluso el estudiantado progresista, vienen a la universidad y piensan lo que me interesa es sacar un diploma y más nada. Y tengo el diploma de la Universidad Central y se acabó, no voy a estar peleando con un profesor, le hago los trabajos y ya. Te digo los estudiantes progresistas pero también hay estudiantes que forman parte de la juventud que es parte de Disneylandia. Completamente apegada a los valores yanquis, a los valores del consumo. El movimiento estudiantil que salió ahorita es un movimiento consumista, no es un movimiento de libertad de expresión. Un movimiento de libertad de consumo. O sea yo quiero que me den este canal y no me den el otro, pero yo no me pongo desde el punto de vista del productor de comunicación sino del que recibe el mensaje. Yo no quiero recibir tu mensaje, yo quiero recibir el mensaje de él. Tú eres un consumidor, tú no produces nada, ese es el movimiento estudiantil. Es una juventud vacía, es un monstruo vacío de espiritualidad, de sensibilidad, un vacío intelectual. Y tu puedes convertir eso en lo que te da la gana, tu puedes hacer de esos un movimiento nazi si quieres. Ese es el fascismo de hoy.

Eliane: Yo hablé con una persona Cuba y me quedé asustada con su discurso. En un momento habló de que prefería poner fuego en su casa con la gente adentro que dejarle a los pobres su casa.

RD: Es un discurso fuerte, tremendamente reaccionario. Los fascistas siempre fueron muy populares, muy populistas. Incluso los nazis exaltaban el trabajo, el trabajador, el obrero, una exaltación de eso. Hay una exaltación del rico, de los valores de la propiedad. Tú no necesitas hacer mucha interpretación ideológica, por ejemplo hay unos carteles en la plaza de Venezuela si tu sales que son del Colegio Nacional del Periodista que es totalmente de derecha, que dice: "No se metan con nuestros patrones". Bueno, ahí está todo, no necesitas interpretar nada. Ellos se develan completamente. Por eso te digo que Globovisión es muy directa: yo quiero la propiedad privada, yo quiero unos patrones que me exploten, yo quiero alguien que me dirija, que me ponga Disneylandia, yo no quiero ni ver lo que pasa en Irak, ni me interesa lo que pasa en África. Lo que me interesa es que un patrón que está encima mío y yo lo obedezca y él me pague, y más nada. Y así lo dicen y así está muy bien, porque te dicen perfectamente lo que está del otro lado. No es una derecha que te está tratando de engañar con una especie de socialdemocracia o que sé yo. Es derecha, derecha, como debe ser. ¡Es una maravilla! Lástima que la manera en que se critica ese movimiento desde el gobierno es una manera muy torpe, muy estúpida, muy reaccionaria también. Porque decir que esos muchachos son de la CIA o decirme que están manipulados por la CIA a mí no me dice eso nada. Lo importante es tratar de entender lo que está pasando allí, no si está la CIA, porque la CIA está en todos lados, está en el Gobierno también, está metida en el Ejército.

Eliane: Pero hablabas de que el objetivo principal en el 98 era la Asamblea Constituyente. Eso es una cosa que me intriga, porque si, por un lado, en un primer momento, la Asamblea Constituyente y la nueva Constitución se puso como casi una manera de ruptura, ahora pasa lo contrario, no? ¿Está en las manos del propio proceso cambiar eso?

RD: Claro, porque el propio proceso en un momento dado tu necesitas crear una nueva institucionalidad, entonces la Asamblea Constituyente produce las bases de una nueva institucionalidad. Y esta nueva institucionalidad nace, pero totalmente pervertida por la institucionalidad anterior porque simplemente son los mismos, son las mismas personas, los mismos códigos, las mismas costumbres y la misma corrupción que se instala dentro de nuevos formatos constitucionales, y nuevos lenguajes y nuevas cosas. Pero la revolución sigue, y sigue su curso, y la gente se organiza, la gente está en movimientos, empieza a ya no ser solamente pequeños grupos de resistencia, esto es un movimiento popular inmenso. O sea, con 500, 1 millón o dos millones de personas organizadas, pero qué pasa, este Estado que se transforma y se convierte en un Estado aparentemente social y democrático, ese Estado empieza a institucionalizar todo el proceso revolucionario, entonces ahí lo agota, lo neutraliza, lo tiene totalmente manejado y administrado. Entonces, ahí empieza la lucha. Por eso después de haber pasado los golpes de Estado del 2002, del referéndum y ese gran ciclo de conspiración que hubo tan fuerte en este país ya la lucha empezó a desplazarse. Ya no

entre el enemigo externo y nosotros. Sino que el enemigo lo empezamos a ver cada vez más cerca, lo tenemos arriba. Es entre gobernantes y gobernados, es una lucha entre pueblo y burocracia que es una lucha descarnizada. Es una lucha que en cualquier momento también se convierte en una lucha muy violenta.

Eliane: ¿Piensas que fue de hecho un proceso de ruptura?

RD: Sí, por supuesto que sí. Esto no tiene nada que ver con la cuarta república, la cuarta república era otra cosa.

Eliane: ¿Al punto de llamar revolución a esto?

RD: Por eso es que esto es una revolución sin revolución. Es decir, es una revolución donde hay revolución porque hay un cambio total y absoluto, realmente fuertísimo de lo que es el comportamiento político colectivo. Y de lo que son los códigos políticos colectivos, hay sujeto político en la calle. O sea, ya no estamos simplemente ante una circunstancia donde hay pequeños grupos de izquierda tratando de servir de vanguardia a un pueblo que simplemente no le interesa, o que simplemente no escucha, o está atrapado en otros intereses. De verdad hay un sujeto político en la calle que ha venido creciendo, incluso que ha venido madurando, ha venido formándose, organizándose. Y esta es la revolución bolivariana, no hay más. Pero es una revolución sin revolución, donde los ricos siguen siendo los ricos y los pobres siguen siendo los pobres. Donde tu sales a la calle y hay personas que tienen carros de 300 millones de bolívares. O sea, las estructuras sociales siguen siendo las mismas, y un gobierno que está atrapado, y que es un gobierno que en definitiva necesita de esos capitalistas para poder mantener una continuidad económica que le permita no entrar en revolución. Porque es un gobierno que no está dispuesto a hacer una revolución. Yo no digo Chávez personalmente, a lo mejor él está dispuesto a hacer, Simón Bolívar, pero yo no digo por él personalmente, lo digo como gobierno, como estructura. Si a un gobierno le dices mira se acabo la Constitución, se acabó esta fiesta y ahora si vamos a hacer las cosas como son, y se acabaron los monopolios y se acabó esto y lo otro, y vamos a entrar en revolución pues. Y se crean leyes transitorias y se crea una junta revolucionaria, y en fin lo que tenemos en la cabeza como formato de una revolución. Y este gobierno no está dispuesto a hacer eso.

Eliane: ¿Tú también no piensas que, por otro lado, esa forma, porque hablabas de ese tipo de liderazgo de Chávez que es más sencillo, más crudo, no ha ayudado a esa maduración política?

RD: Por supuesto que Chávez ha sido un personaje de una altísima importancia, el ha aportado elementos a esta maduración del sujeto colectivo extraordinarios.

Eliane: Es que Chávez fue capaz de romper con la humillación, con la posición servil delante de los más fuertes, de los más ricos.

RD: Pero, para eso no es necesario ser de izquierda, muchos gobernantes incluso en América Latina que han sido de derecha se han confrontado con los Estados Unidos. Perón se confrontó con los Estados Unidos y era un hombre de derecha, e incluso musoliniano.

Eliane: Yo hablo en relación a la pedagogía que emplea con el pueblo, de no someterse, de no considerarse menor.

RD: Hoy en día en un mundo globalizado no hay gobiernos de izquierda, porque no lo puede haber. Porque los gobiernos están subsumidos a ese orden global. En Brasil si se monta un gobierno de izquierda de verdad al día siguiente tendría que estar negociando. Porque sencillamente si no lo hace tendría que hacer una revolución continental, tiene que empezar a acabar con el orden global. Pero si quieren conservarse en el orden global, el orden global te lo dice muy claro: ustedes quieren exportar azúcar, ustedes quieren exportar café, ustedes quieren importar una tecnología, estas son las reglas y si no las acatan pues sencillamente no le compro azúcar y por otro lado tú no tienes tecnología. Entonces bueno tú estas atrapado en algo.

Eliane: Y, contradictoriamente, cualquier pequeña salida de eso es entendida por los dominantes de siempre como una revolución casi. O sea, es un enemigo, el eje del mal.

RD: Sí, cualquier cambio interior. Y por eso Chávez se convirtió en un hombre de ultraizquierda, porque mientras antes en el mundo del capitalismo keynesiano, en el capitalismo de Estado había una gama de posibilidades, un capitalismo que estaba abierto a la posibilidad de que se nacionalicen bancos, que se nacionalicen empresas, que se hagan seguros sociales interesantes. Aquí sencillamente tú le quitas una bodega a un portugués y empezó la revolución roja. Porque quitándole esa bodega rompiste con todo el orden global, ya estás atacando todo el mundo.

Eliane: Cualquier pequeña medida, un aumento de salario para los trabajadores...

RD: No tanto el aumento de salario. Pero por eso tu le quitas la concesión de un canal de televisión y eso es un escándalo mundial. No es un escándalo aquí en Venezuela, sino mundial, porque está rompiendo todo el orden global de lo que es la empresa comunicacional mundial, el orden comunicacional mundial. Tu no estás quitando a una familia o a una empresa privada que está en manos de unos cuantos capitalistas, sencillamente está rompiendo con todo el orden. Por eso es que es tan difícil y tan complejo entender lo que es un proceso revolucionario hoy en día. Porque todavía nosotros estamos enclavados en que vamos a crear la revolución en Venezuela, y va a haber socialismo en Venezuela. Si quieren socialismo en Venezuela preparémonos a que no vamos a exportar petróleo, a que va a haber una guerra permanente, preparemos a que vamos a tener que vivir de lo que siembre cada quien en su casa. Porque eso es lo que vamos a tener de comida, no vamos a tener absolutamente ningún intercambio con el mundo y el mundo nos va a estar atacando permanentemente. Y no solamente porque no nos va a dar de comer, sino porque nos va a atacar por las nubes, y nos va a tirar bacterias, etc.

Eliane: Pero el discurso de Chávez esta cada vez más avanzado...

RD: Porque Chávez agarró una senda, él se dio cuenta que para poder conservar en el poder tenía que seguir esos movimientos populares, no le quedaba otra mas que seguir esa senda. Porque la oligarquía hizo una cosa muy estúpida con Chávez cuando el trató de crear un cuadro democrático con algunos visos de justicia, como una pequeña o moderada reforma agraria que es la ley de 2001. La oligarquía lo que hace es romper con Chávez, rompió totalmente con Chávez. Y empezó la conspiración abierta y a Chávez no le quedó más medida que venirse para acá, no le quedó otra. Y la burguesía se quedó por allá conspirando. Y acá no hay más que un solo discurso, ya no queda la socialdemocracia en Venezuela. No quedó un centro de donde arrimarse, él estaba en el centro, pero toda la derecha lo abandona y tiene que refugiarse en la izquierda. Quizás a lo mejor es lo que quería, quizás son sus valores, quizás estaba formado para eso. De hecho toda su familia pertenecía a movimientos de izquierda, o parte de su familia, perdón, su hermano por ejemplo, porque sus padres eran de los viejos partidos venezolanos. El actual Ministro de Educación eran personas que venían de los partidos guerrilleros. Y Chávez ayudó incluso a la guerrilla colombiana cuando era militar, o sea era un tipo que había tenido una cierta simpatía. Y el ser bolivariano siempre te da a algo como irreverencia, de una lucha que va más allá de constituir un orden. Un poco la lucha de no obediencia a las reglas del mundo. Eso es un poco el espíritu bolivariano.

Eliane: ¿Y ese espíritu está en la izquierda aquí en Venezuela?

RD: No, en la izquierda no. El bolivarianismo comenzó a ser fuerte pero a partir de los años 70, quien introduce el bolivarianismo es Douglas Bravo. Quien introduce toda la parte de la lectura nacional del problema internacional revolucionario es Douglas, es el partido que el comandaba. Por eso ese partido juega un papel histórico, un hilo histórico muy importante.

Eliane: Sí, pero ahora con ese socialismo del siglo XXI y esa idea del PSUV... O sea, ¿qué socialismo cree que es ese?

RD: No, yo no estoy de acuerdo con eso. El socialismo del siglo XXI que regresa los valores más viejos del siglo XX, ese es el problema del PSUV. Que vuelve a los partidos policlasistas y a ese tipo de cosas. Y la izquierda popular en Venezuela es muy antipartido, porque aquí los partidos a partir de los años 80 ya no tienen ningún papel. Los partidos de izquierda dejaron de jugar un papel. Distinto a Brasil por ejemplo, donde el PT jugó un papel muy interesante en una época, sirvió de aglutinación, de convergencia de muchas cosas. [...] Porque al final se convierten, como el PT, en profesionales políticos, y no en un asunto de militantes. En gente que vive para poder ser representante y así ganarse la vida, o ser burócrata y de esa manera ganarse la vida. Y tú eres supuestamente militante de un partido porque eres un hombre o una mujer de Estado, Estado en todo el sentido de la palabra. El problema es ser funcionario de Estado o representante de Estado, y ese es el problema de todos los partidos tanto de izquierda como de derecha. Cuando a ese Estado no lo queremos, entonces tú no puedes mantener un partido, necesitas algo más que un partido, necesitas un movimiento revolucionario. Esa cultura movimental, esa cultura muy de base, muy de núcleo autónomo de organización, tiene mucha fuerza. Por eso es que es tanto lío. Si bien eso ha ayudado mucho también, ahora hay que ir más allá de eso. Eso no basta, hay que ser autónomo, tener núcleos que tengan sentido de una democracia de autogobierno y ese tipo de cosas, pero no es suficiente, se necesita realmente algo mucho más fuerte.

Eliane: ¿Organización también para poder enfrentar al Estado y a la burguesía?

RD: Sí, al Estado y a la burguesía pues. Chávez no es parte del Estado, es un hombre que gobierna poco en realidad sobre su Estado. Él es un personaje que lo aceptan porque no les ha quedado otra salida, porque ese Estado no tiene nada que ver con el discurso de Chávez. Es un Estado terriblemente burocrático y corrupto, como es la burguesía acá.

Porque aquí la burguesía es terriblemente burocrática y corrupta. Tu vas a cualquier empresa y todo el tiempo están buscando a quien pagan para poder conseguir un contrato, ese es el mundo de los negocios aquí en Venezuela.

Eliane: Una pregunta que me hago es si no hubo la posibilidad de avanzar más después del golpe del 2002. ¿El enemigo ya no estaba bastante fragilizado para poder dar un salto en las demandas?

RD: Sí, claro que se podía dar un salto importantísimo, pero Chávez no quiso darlo. Chávez dispuso regresar. Algo así como que su sorpresa de que la burguesía haya roto con él, no lo había dejado. Él estaba sorprendido de que la burguesía haya roto de manera tan tajante con él, de que no le haya aceptado ni siquiera un conjunto de leyes moderadas y reformistas. Ni siquiera eso le aceptó. Entonces hizo un último intento hablando con la Iglesia, y trajo a todo el mundo, a los norteamericanos, a la OEA para que sirvan. Para por favor tratar de conciliar, porque “somos un solo país, porque tenemos que...”. El lenguaje de Chávez era algo así como que “yo no los entiendo, ustedes están locos, si yo soy una persona de ustedes”.

Eliane: Cuando en lugar de eso podría haber dado un gran avance en esa coyuntura.

RD: Y casi se rompe el chavismo, si no hubiese sido por el sabotaje petrolero. Por eso la contrarrevolución ha jugado un enorme papel en la radicalización de la revolución. Y en la contrarrevolución sobre todo el sabotaje petrolero. En el sabotaje petrolero la burguesía viene otra vez a conspirar abiertamente, pero no era todavía más terrible. Y ahí a Chávez si no le quedó otra salida, porque si no se quebraba el movimiento. Si Chávez hubiese dicho lo mismo después de que ellos se rindieron y no siguieron con la huelga; si él hubiese reingresado a todo mundo en PDVSA, si hubiese hecho una mesa de dialogo, se rompe el chavismo y cae. Y él no es electo para ser presidente de la República. Pero en ese momento él entendió que tenía que tirarse, arriesgarse. Tenía que empezar a hablar en otro lenguaje, y es la primera vez que dice esta es una revolución antimperialista. Justo después del sabotaje es la primera vez que dice eso. Y año y medio después es cuando dice esta es una revolución socialista. Entonces a él no le quedó más que refugiarse, y aquí está metido. ¿Pero quienes somos nosotros, ese inmenso movimiento popular, quienes son?

Eliane: ¿Pero para salir de ese laberinto usted piensa que no es por la vía de formar un partido revolucionario de hecho?

RD: Eso no es una organización política, no es un partido político. Chávez necesitaba sacarse tanto partidito alrededor de él y formar algo que tenga un mismo nombre para poder negociar con uno. En fin lo que pasa en todo gobierno, las negociaciones de cargos, de embajadores, y todo ese tipo de cosas. Repartirse el gobierno. Y él vio esa situación y dijo bueno vamos a crear un solo cuerpo político. Ahora que él lo entiende como un partido de masas, entonces es un partido de masas, la gente se inscribe para tener un carné. Y con eso también la gente tiene una cultura, porque eso existía antes en la cuarta república donde tenían carné o del COPEI o el de Acción Democrática o ambos para poder trabajar. Porque si no tienes trabajo con uno tienes con el otro, porque le daba lo mismo. Porque no le interesó nunca el partido.

Eliane: ¿Yo pienso que tal vez es un frente de acción para organizar al pueblo para un posible enfrentamiento?

RD: No, Chávez no está dispuesto, porque además eso implicaría una guerra de verdad, implicaría ya un enfrentamiento muy fuerte con el mundo entero. Y posiblemente las condiciones tampoco están dadas para eso. Es que no se puede hacer una revolución desde el Estado, no hay un solo caso histórico donde un gobierno se instala dentro de un mundo burgués y de leyes y asambleas, y de allí se promueva una revolución proletaria.

Eliane: Pero en el inicio hubo bastante esperanza de la izquierda revolucionaria de que esto podría ser un camino más efectivo de lo que fue en Chile. Por ejemplo en la cuestión de crear una correlación de fuerzas para después anunciar las medidas económicas más radicales. Y se pensaba que Chávez estaba en eso, en forzar, quebrar la institucionalidad burguesa y llevar el pueblo al protagonismo para crear la correlación de fuerzas para destruir el Estado.

RD: Para eso se necesita una revolución, y una revolución hay que hacerla fuera del Estado. Por eso si Chávez sí quería hacer eso, lo primero que tenía que hacer era abandonar la presidencia. Es decir, miren señores yo mañana renuncio, tomen lo que le de la gana, yo me instalo. El que me quiera acompañar yo me declaro en el Ejército del pueblo. Entonces tu no le rindes cuenta al resto del mundo, sino al propio sujeto revolucionario. Y te aseguro que tendría 3 millones o 4 millones de personas atrás de él. Pero evidentemente no está dispuesto a eso. Y no sé a lo mejor si eso triunfe. Yo creo que en Venezuela se dio sencillamente un paso muy interesante, se han dado experiencias extraordinarias. Se dio un salto cualitativo muy interesante, dentro de lo que es la confrontación mundial del trabajo y el capital. Por lo menos equilibramos fuerzas. Dentro del escenario fuera de Venezuela, y

olvídate un poco del gobierno, un poco del Estado, y ve el cuadro internacional o continental y donde hay mayores equilibrios de fuerzas y donde de verdad hay campos del poder popular que han podido imponer su decisión de alguna manera y avanzar en ciertos elementos socializantes del conocimiento, de la propiedad, de lo que es el socialismo. Porque el socialismo no es un programa político, es un programa social, es un programa para construir una nueva sociedad, no es un programa para crear un nuevo gobierno. Nada hago con un gobierno que se diga socialista, yo quiero construir el socialismo. Y el socialismo se construye en la vida, no se construye en el gobierno. Entonces tienes en Venezuela una oportunidad de avanzar en la construcción de esa nueva vida, cosa que no puede pasar ahorita en Brasil. En Brasil los sin tierra han podido avanzar algo, hay experiencias, pero ellas están contra la pared. Porque están fuera de la correlación de fuerzas, es decir no pueden confrontar la correlación de fuerzas. Eso es lo que hay en Venezuela y me parece que ya haber conquistado eso, me parece que es nuestro aporte. Un aporte al proceso de resistencia mundial de los pueblos. Ahora olvídate de que de Venezuela va a nacer la alternativa mundial de los pueblos. Ni de Venezuela ni de Brasil. Ahorita es posible que hayan luchas muy encarnizadas para conservar ese equilibrio de fuerzas, esta equivalencia precaria que hay entre poder no institucional y poder de Estado.

Eliane: ¿Pero seguir en ese filo de la navaja es muy difícil, no? ¿Se puede mantener esto?

RD: Sí, es muy difícil y lo mantiene el petróleo. Si el gobierno se burocratiza tanto, si Chávez sigue siendo tan permisivo con todo lo que es la degradación que ha vivido el gobierno sobre todo desde hace 3 años para acá, evidentemente las próximas elecciones va a ganar la derecha. Porque la gente no va a ir a votar, ni siquiera por Chávez.

Eliane: Van a cansarse de esperar las soluciones. ¿Pero crees que depende de una toma de conciencia del propio Chávez?

RD: No, pues ya no depende de Chávez. Depende de nosotros. Chávez ya no tiene ninguna responsabilidad en esta revolución. Ya Chávez dio lo que dio. Chávez fue magnífico y se lo agradecemos muchísimo, yo se lo agradezco enormemente y sería bueno que no siga jodiendo tanto. Pero ahora nos toca a nosotros.

Eliane: Porque hay muchas cosas que creo que él intenta poner en práctica. Está creando los consejos comunales, el partido único, y eso sin una revolución socialista. O sea, cosas que Cuba hizo después de derrotar a la burguesía, él las está haciendo para poder convivir con la burguesía.

RD: Pero en Cuba se creó un partido para crear el Estado, porque no había ni Estado. Lo que había era un gobierno revolucionario, pero no había Estado, no había leyes, no había nada.

Eliane: Y el primer Congreso del partido fue a mediados de la década del 70.

RD: Sí el partido es quien organiza el Estado.

Eliane: Sí, desde afuera para adentro.

RD: El Estado está muy bien instalado aquí y la burguesía esta muy bien instalada aquí.

Eliane: Pero no es intrigante esa forma de organización de base...

RD: No, todas esas formas de organización no las inventó Chávez. Yo creo que son formas de organización populares que empiezan a nacer y luego comienzan procesos como los Consejos Comunales. Ellos nacieron en los años 90 en las luchas de las Asambleas de Barrio, se formó allí las Asambleas del Agua, las Asambleas de la Luz, donde la gente empezó a exigir el autogobierno de la energía y del agua. Y todo eso fue creando esquemas, un modelo de poder popular. Eso es lo que llamamos proceso popular constituyente, ese proceso ha ido creando formas institucionales alternativas. Y esas formas institucionales alternativas con el gobierno de Chávez han ido tomando más hegemonía si se quiere. Por ejemplo, cuando yo era Vice Ministro los que les pusimos ese nombre fuimos nosotros del Ministerio de Planificación. Bueno, vamos a llamar a todas estas Asambleas Populares y vamos a crear sobre el patrimonio del viejo contenido obrero. En vez de Consejos Obreros, Consejos Comunales, de la Comuna. Pero inmediatamente vino la ley contra eso y ahí es donde yo salí del gobierno. Pero sorprendentemente 3 años después Chávez tomo ese proyecto y lo lanzó a la calle. Los círculos bolivarianos.

Eliane: ¿Pero y la ley que prohibió eso tuvo el apoyo de Chávez?

RD: Pero claro, no te digo que es una cosa que Chávez salió a pensarlo un día y los sacó de la cabeza. Esas son dinámicas que empiezan a nacer del movimiento popular y después se convierten en un programa de gobierno. Y la

ley que me prohibió en su momento eso tuvo el apoyo de Chávez porque él no quería eso en ese momento. Pero después dijo esto era bueno, yo me equivoqué. Entonces en ese sentido él ha sabido aprender, ha sido un gran aprendiz, no es un tipo estúpido. En ese sentido es un gran comprensor, de verdad ha entendido lo que es el proceso constituyente, lo que es constituir un nuevo orden. Y en ese sentido el aporte de él ha sido magnífico. ¿Qué más vamos a pedir de un militar que no era de izquierda y que se convirtió en el caudillo y que simplemente ha dado la facilidad para avanzar en esta senda? Ahora llega un momento en que esto tiene un límite y ya no es responsabilidad de él la revolución. Ahora eso es responsabilidad nuestra, ahora tenemos que decirnos a nosotros mismos si vamos a seguir avanzando en esta revolución y vamos a obligar al Estado a respetar ese avance. O sencillamente nos burocratizamos también. Entonces hay una buena parte del nosotros que quiere burocratizarse porque vive muy bien, porque está muy bien acomodada. Y hay otra parte que no quiere. Este es el gran conflicto.

Eliane: El poder de cooptación del Estado.

RD: Exacto. Y en Venezuela es impresionante, porque esto no es Bolivia que no tiene con que comprar a la gente, no tiene como darle becas a todo el mundo. Aquí no, aquí haces un bloque cultural e inmediatamente aparecen: tú quieres dinero y una parte para ti y otra para mi, y tu te callas la boca. Y entonces comienzas a ser parte del Estado y te absorbe siendo tú el creador de eso. Y tú no puedes criticar al presidente y tampoco puedes criticar a sus ministros, tu no puedes criticar a nadie, solamente hablas de lo bueno. El enemigo está afuera, nunca adentro.

Eliane: Ahí se da el proceso de enriquecimiento. ¿Pero que piensa usted de esa comisión de planificación de la economía de ahora? Del Comité Central de Planificación de la presidencia?

RD: Bueno, como todo gobierno tiene que hacer muchos planes, y estar planificando siempre.

Eliane: ¿Pero eso no tiene nada que ver con las planificaciones del socialismo?

RD: Es que el socialismo hoy en día ya no es como lo pensamos hace 50 años. El socialismo ya no es simplemente un Estado que planifica una sociedad socialista. Eso no puede ser. La sociedad socialista se va construyendo sobre mecanismos mucho más complejos. Sobre principios que no tienen nada que ver con los códigos rituales del Estado y las leyes. Se construye fuera de las leyes y fuera del Estado. Y a veces las leyes y el Estado están obligados a reconocerlo. Y eso es lo que ha pasado en Venezuela, las leyes y el Estado han reconocido ciertos avances del proceso socializante. No del socialismo como modelo, sino del proceso socializante. Y ha adoptado muchas fórmulas pedagógicas, muchas fórmulas culturales, incluso de edición del desarrollo que es parte de todo el debate de izquierda. La izquierda ya en el mundo no tiene nada que ver con los gobiernos, esos son sociedades que enarbolan y que se hacen o no más fuertes que los poderes. Porque el socialismo ya no es una necesidad de un partido político, ya no es una bandera de un partido político. Ahora se ha hecho una necesidad gigantesca y generalizada.

Eliane: Por la supervivencia del planeta.

RD: Claro, porque hasta la propiedad privada se está acabando de verdad. La propiedad está quedando en manos de 2 millones de personas en todo el mundo, entonces ya ni hay propiedad. ¿Propiedad privada de quién? A lo mejor puedes tener una bodega, pero nada más.

Eliane: Es impresionante como las personas no quieren ver eso.

RD: A mi me gusta que hayan gobiernos progresistas, me gusta que este Evo Morales en Bolivia, y Rafael Correa en Ecuador. Me parece fantástico, porque eso permite que el pueblo pueda avanzar y que haya menos represión. Que es lo que ha pasado en Venezuela, que hay un poco más de libertad. Y eso es lo que negociamos con Chávez. Con Chávez no negociamos un programa, negociamos libertad. Lo que pasa es que Brasil es otra cosa. El estado brasileño es imperialista claramente. Aunque no ha terminado de..., pero toda su política es. El lío del MERCOSUR por ejemplo. Y también los poderes de siempre en Brasil fueron mucho más inteligentes, y en vez de romper con Lula se quedaron tranquilos. Lo dejaron avanzar, hacer programas contra la pobreza. Pero eso sí, esto y esto no se mueve. Y aquí no hicieron eso. Entonces la revolución se da porque hay una clase dominante muy estúpida, es muy débil.

Eliane: Por eso para nosotros es muy raro esa política de la derecha en la televisión, porque no estamos acostumbrados a ese lenguaje.

RD: Hay una burguesía en Venezuela que tampoco es tan estúpida y ha negociado con Chávez y se está enriqueciendo. Pero no tiene peso político, y tiene un peso económico relativo. Por ejemplo, Cisneros, primero negocia con Chávez, le da el dinero para la campaña, se mete en el gobierno de Chávez, y luego cuando ve que Chávez se empieza a tirar hacia una política reformista rompe. Son los que se ponen al frente, son el partido

prácticamente de la vanguardia de la derecha. Los que armaron de verdad el golpe de Estado, a quien ha debido quitarle la concesión es a Venevisión y no tanto a Radio Caracas. Ah, pero Gustavo primero tira la primera, y tira la segunda, y después se da cuenta de que no pueden más. E inmediatamente hacen una alianza con Chávez, pero por debajo, y el resto de la oligarquía no se lo acepta. Pero no importa porque ellos son autónomos frente al resto de la oligarquía. El resto de la oligarquía se queda en la conspiración en tanto Gustavo Cisneros se tira a la alianza. Por eso es que estas movilizaciones de la derecha son tan débiles porque les faltan unos componentes de la oligarquía que están hechos.

Eliane: Porque leí un artículo de Margarita López Maya donde hablaba que hubo muchos más sectores que aceptaron a Chávez en la última elección...

RD: Sí, incluso los empresarios empiezan a entender mejor lo que está diciendo Chávez. Lo único que está diciendo es que sencillamente ahora no es el mercado internacional, en vez de tener un mercado solamente con los Estados Unidos tengamos un mercado con Irán, tengamos un mercado con Rusia, con China. Eso es magnífico, es una maravilla. Entonces hay muchos empresarios venezolanos comerciando ahora con China. Y China es un país totalmente capitalista. Se amplió el mercado. En vez de tener un mercado de estos soberbios e insoportables yanquis de siempre tenemos un mercado más amplio. Lo único que si te pedimos es que por favor termines el negocio con los europeos, y si viene un gobierno demócrata en los Estados Unidos también tenemos una buena relación con él. Es una parte muy inteligente del empresariado que están naciendo y que es un empresariado que ha nacido de las propias bases chavistas. De la gente que se ha enriquecido con el gobierno de Chávez, porque hay mucha gente que ha hecho mucho dinero dentro del gobierno que no eran nadie. Militares, políticos que tienen ahora empresas, y eso es parte de eso. O sea, la clase dominante no tiene color, ni ideología, ni nación, ni patria, ni nada, lo único que le interesa es ganar dinero. Y hoy son chavistas como mañana fascistas. En conclusión: ¿qué es la revolución bolivariana? Es un pueblo que tiene un espacio de libertad para seguir avanzando, más nada. Dentro de un Estado que es la misma mierda de todos los Estados y de un gobierno que es la misma mierda de todos los gobiernos, de todos los Estados sudamericanos. No busque más nada en la revolución bolivariana, porque no hay más nada. La única anomalía dentro de ese gobierno es el personaje Chávez, pero un personaje no hace el gobierno. El propio Chávez te lo puede decir.

Eliane: Gracias, muchas gracias.

ANEXO 14

Entrevista a Wilfredo Vázquez.

Transcrição: Mariángeles Guerin.

Eliane: Me gustaría si pudiera hacer una breve presentación suya. Mi objetivo es conocer un poco del proyecto de la Revolución Bolivariana. Yo estoy haciendo un estudio del proceso y la idea es con las entrevistas enriquecer un poco más el trabajo.

WV: Nosotros tenemos mucho material aquí sobre el movimiento, sobre como se inició, sobre como estamos llevando adelante la batalla de las ideas. La gente habla mucho del socialismo del siglo XXI, pero para eso hay que ver los socialismos del mundo y sus fracasos, para ver como hacemos en una sociedad consumista como la nuestra. Pero hay cosas positivas en el programa del gobierno y la gente independientemente también está construyendo cosas. Mi nombre es Wilfredo Vázquez y aquí en Catia TV soy uno de sus fundadores. Nosotros ilegalmente tenemos 16 años, pero legalmente vamos a cumplir 6 años. Catia TV surge por una necesidad de trabajo con las comunidades, trabajo social y surge en el barrio llamado Manicomio en la Parroquia La Pastora. Creemos que la televisora comunitaria Catia TV es una herramienta, es una trinchera de lucha. Nosotros respetando la parte artística creemos que vamos más allá de eso, siempre se habla que la televisión tiene que ser entretenida, cultural, y nosotros creemos que tiene que ser política, por sobre todas las cosas. No partidista, sino política, tiene que tener criterios políticos de lo que sucede aquí y de lo que sucede en el mundo. Tiene que generar conciencia, creo que es con ese concepto que somos un hecho socio-cultural, pero político en ese sentido. Antes que Chávez irrumpiera nosotros estábamos haciendo un trabajo en las comunidades. Y Chávez nos sirve como herramienta a todos nosotros, porque él está demostrando como persona que es más revolucionario que muchos, aunque comete errores.

Eliane: ¿Antes de hacer televisión hacías algún trabajo comunitario?

WV: Sí, y tenemos todavía un movimiento llamado Simón Rodríguez, fundamos una casa de la cultura en el barrio Manicomio con ese nombre también. También fui militante de un partido político de un partido revolucionario de izquierda, yo pertenecía a Bandera Roja. Pero ya en el 89 nosotros nos habíamos dividido de esa ala de Bandera Roja que hoy en día son agentes de la derecha, de la extrema derecha. Por eso nosotros la llamamos de Bandera Rosada porque se alió a la derecha, a sus perseguidores. Bandera Roja viene del PRV, Partido Revolucionario Venezolano. Muchos movimientos se pacificaron y él no se pacificó. En los años 75 y 76 aun había guerrilla, incluso terminando los 70. Varias masacres hubo aquí, pues el partido se dedicó a hacer trabajo de fábrica, trabajos de campo, y trabajo en las comunidades. El trabajo en los barrios era captar gente, como lo captaron a uno. Ese trabajo era más originario, no tan intelectual, no tanto de definir a Marx o a Lenin o a Hegel. Era más un trabajo operativo, pero por supuesto que nosotros creíamos en la formación. Por eso comenzamos a hacer un trabajo, por una necesidad, una necesidad con la tierra, porque esos terrenos del barrio Manicomio no eran nuestros, pero empezamos a pelear por ellos. Pero además luchábamos con la policía que a cualquier organización cultural la tildaba de subversiva. Por ejemplo, nosotros proyectábamos películas con un proyector de 16 milímetros de los años 80 o 84, y te imaginas que tipo de películas podíamos pasar. Planeamos lo que llamamos el cine de oro mexicano, porque decíamos que muchas de las películas del cine de oro mexicanos de miserias se parecían a las miserias nuestras. Y ahí montamos cine foro, por supuesto que pasábamos películas del cine europeo, del cine venezolano. Pero no pasábamos una película por pasarla, sino por organizarnos, por generar discusión política. Y a raíz de eso fue creciendo la casa Simón Rodríguez y allí se nos ocurrió inventar el Cine Club Manicomio. Seguimos avanzando y fue de ahí que se nos ocurrió montar una pequeña televisora comunitaria. Te estoy hablando de eso que pasó hace 16 años, y ella hace 6 que está transmitiendo legalmente porque antes no teníamos permiso. Fue cuando Chávez que nos dio el permiso, y ahora tenemos una amplitud mayor llegamos a 18 parroquias y salimos en diferentes sitios. Mucha gente nos pregunta por el ranking, pero a nosotros eso no nos interesa, creemos que esto es una trinchera, una herramienta. Le decimos a la gente que no vea televisión sino que venga y la haga.

Eliane: Vi una pancarta con esa consigna, que es muy bonita. Que requiere y llama a un cambio de mentalidad grande.

WV: Es que la televisión nueva debe hacerse educando para la libertad, y ser la voz y la imagen de la gente. Es parte de nuestra concepción. Creemos que estamos nadando contra la corriente que es la inmensa mayoría de las grandes corporaciones televisivas que tienen un gran poder económico. Pero pensamos que o vencemos esa corriente o ella

nos termina aplastando, porque nosotros hace 40 o 53 años que no hemos estado produciendo para la televisión, sino que nos han estado alterando pero negativamente, metiéndonos el individualismo. Y todavía en Venezuela tenemos esa gran lucha porque no escapamos de la pelea del individualismo con el colectivismo. Por eso cuando te digo que la gente llama y nos dice que no tenemos ranking, percibimos que las personas aun están con esa mentalidad de que debemos pasar los musicales, que no debemos hablar de política. Y nosotros creemos que sí debemos pasar discusiones de política, y por eso mucha gente nos cambia por los canales tradicionales. Por eso te digo que nadamos contra la corriente, porque estamos creando nuevos conceptos. Aquí la gente viene a hacer talleres, pues creamos algo que se llama "ECPAI" que son equipos comunitarios de producción audiovisual independiente. Que es una figura que creamos porque se nos ha permitido opinar en la legislación. Hay una disposición por parte del gobierno en este sentido, tenemos voz a pesar de que no somos parlamentarios. Y este gobierno con Chávez ha apoyado todo lo que son las comunicaciones alternativas comunitarias que debemos generar como lo dijo Simón Rodríguez.

Eliane: ¿Aquí en Venezuela antes existía una legislación por las cuales las televisoras alternativas eran perseguidas?

WV: Sí, existía pero por supuesto para el gremio, como por ejemplo, para el Colegio Nacional de Periodistas. Pero esa ley se modificó, le llamábamos la ley resorte que era bastante cercenadora. Ahora se modificó en torno a esto, mas nosotros creemos que aun hay que hacer más modificaciones. Yo no soy reformista, pero creo que a las cosas hay que hacerlas de acuerdo con las posibilidades. Por lo menos en las comunitarias nosotros nos reunimos con otras televisoras similares y conversamos, tenemos incluso un manual que nos rige. Y nosotros allí decimos que no podemos hacer partidismo en las comunitarias con fines religiosos. Y lo que ha crecido en nuestro país es la parte religiosa.

Eliane: ¿Cuáles son las condiciones para tener una televisión comunitaria?

WV: Bueno, fíjate, esto no se decreta, se construye. Muchos nos preguntan lo mismo. En todo el país hay 35 televisoras comunitarias habilitadas que hacen trabajo comunitario. Hay más, pero no están habilitadas legalmente. Esas televisoras son producto de una necesidad, nosotros nacimos producto de una necesidad.

Eliane: No, lo que yo pregunto es si legalmente hoy en Venezuela hay muchas exigencias.

WV: No, por lo menos si la comunitaria cumple con todos los requisitos de la ley ellos te asignan el dial, si es radio y si es televisora también. Pero previamente debes tener un trabajo en las comunidades porque sino no tiene sentido que estés con una televisora comunitaria.

Eliane: Pero ese trabajo comunitario del que hablabas, de la lucha por la tierra que hicieron hace algunos años. ¿Cuáles eran las consignas? ¿Contra quienes luchaban?

WV: Con los gobiernos anteriores, con el gobierno de Carlos Andrés Pérez. Por pasar películas a nosotros nos metieron presos.

Eliane: ¿Pero que buscaban?

WV: En aquellos gobiernos como el de Carlos Andrés Pérez en nombre de la democracia, en nombre de Dios, se violaban todos los derechos humanos. Nosotros buscábamos una sociedad más justa, y con lo de la propiedad de la tierra queríamos conseguir eso. Y el presidente Chávez hizo una ley y lo conseguimos, y ahora ese barrio ya tiene la propiedad de la tierra. Conformaron los CTU, que son los Comités de Tierras Urbanas. Y ahora estamos rescatando la Casa de la Cultura que el gobierno municipal se comprometió en construirla y no lo hizo. Y era un gobierno chavista. Por eso te digo que hay cosas malas y cosas buenas, existe todavía muchísima burocracia y tenemos que comenzar por casa.

Eliane: ¿Pero como fue el proceso de las tierras? ¿Hubo una lucha?

WV: Sí, hubo una lucha del campesinado más que todo.

Eliane: Mi interés es saber como eran las cosas antes del gobierno de Chávez y como son ahora. Porque tú me dijiste que ya participabas de un movimiento comunal desde el 80.

WV: Ese movimiento es una red entre los barrios que se llegó a llamar Asamblea Popular de los Barrios, era un movimiento para el gobierno legal. Nosotros nos articulábamos en los barrios en los 80 a través de la parte cultural, casi todo venimos del área cultural y manejamos nuestras herramientas para hablar con la gente y que esta se organizara en torno al objetivo político. Nosotros trabajábamos en torno sobre todo a lo ideológico que consideramos

importante, para nosotros es necesario estar claros políticamente y tener conciencia ideológica. Hacíamos cursos de formación que le llamábamos círculo de estudio, todos tenían uno. Eso fue algo que nos enseñó la hermana Marina. Y nos persiguieron, pero nosotros seguimos y aun nos estamos articulando. Esta Catia TV es un instrumento, una herramienta, una trinchera de lucha, y de acompañamiento a las comunidades. No somos de aquellas personas que se levantan y dicen yo quiero ser periodista o yo quiero ser reportero. No, nosotros creemos que todos tenemos derecho a informar e informarnos.

Eliane: Me gustó la televisión cubana en ese sentido, porque no tiene ese modelo, ese padrón de belleza que las grandes emisoras exigen. Sino que es el propio pueblo el que sale en la televisión.

WV: Nosotros estamos recibiendo formación de muchos técnicos cubanos, ingenieros de formación técnica que nos interesan bastante. Estamos articulándonos muy bien.

Eliane: ¿Pero que es lo más necesario para la comunidad? ¿Qué problemas buscan resolver?

WV: Todavía hay muchísimos problemas. En primer lugar la vivienda, pues aún hay una política que se está construyendo. Pero esto ha generado que muchos hermanos latinoamericanos, colombianos, peruanos estén llegando acá en busca de esperanza y se les abren las puertas por supuesto. Porque también tienen derechos y acceso, y ya eso se está corriendo como la espada de Bolívar por América Latina. Como dice el presidente si tenemos, tenemos que ayudar a otros, y nosotros creemos en la solidaridad. Siempre hemos sido solidarios en torno a muchas cosas.

Eliane: ¿Y las misiones del gobierno llegan aquí?

WV: Sí, las misiones del gobierno están llegando. Y en todas nosotros partimos de la parte educativa, del árbol de las tres raíces, que es Bolívar en cuanto a sus ideas, Simón Rodríguez para la educación y Zamora que es la tierra. O sea tierra, educación, y Bolívar, que es ideología. Porque si Bolívar luchó por liberar muchas cosas y no conquistó, al contrario murió muy pobre, nosotros creemos que sí desde allí podemos hablar de socialismo. Por supuesto que no tendría sentido hablar del socialismo sin hablar del marxismo. Entonces mucha gente tiene que desempolvar los libros que había guardado del marxismo, porque es el momento.

Eliane: A mi me intriga eso del socialismo del siglo XXI, porque por un lado eso parece algo positivo por el hecho de que intenta actualizar el marxismo a la agenda de hoy, pero al mismo tiempo parece una negación del marxismo clásico. Y a veces el discurso del proyecto del socialismo del siglo XXI parece titubeante, por esa idea de vamos a ser socialista, pero por dentro de la ley.

WV: Nosotros analizamos, discutimos todas las ideas, inclusive discutimos el árbol de las tres raíces. Yo te digo en estos momentos que para hablar del socialismo que se está hablando donde todavía existe una sociedad consumista, donde todavía existen transnacionales explotando acá, lo vemos muy lejos, pero lo estamos haciendo. Estamos construyendo algo, hasta una nueva filosofía aunque ni siquiera la hemos armado completa. Por lo que tú dices que se diferencia del clásico, algunos dicen que es un socialismo capitalista.

Eliane: Es interesante porque al mismo tiempo que la derecha o la oposición acusa al gobierno de estar caminando a un comunismo de tipo cubano, por otro lado parece que se busca aquí una forma de convivir con el capital.

WV: Sí, tú tienes toda la razón. Nosotros creemos que ya el gobierno tiene que confiscar, pero dicen que no, que antes de quitarlo se tiene que montar algo paralelo. Y eso es lo que se está haciendo.

Eliane: ¿Y eso del paralelismo crees que es una táctica?

WV: Por ejemplo, la Universidad Central de Venezuela es un nido de escuálidos. Por eso se creó la UBV que es la Universidad Bolivariana y están diciendo que los maestros, los profesores, que es una educación muy mala. Pero bueno, ahí evocamos a Simón Rodríguez “o inventamos o erramos”. Y estamos inventando pues. Yo lo que digo es que no vale errar, o triunfamos o triunfamos. Hay muchas esperanzas del mundo puestas acá, y no solamente porque somos un país petrolero.

Eliane: Por hablar de eso, de la esperanza, me sorprendieron las cosas aquí en Venezuela, porque afuera del país se cree que el proceso es más radical, y que ya es un socialismo en construcción. Por eso me sorprendí al ver la vida cotidiana aquí, por lo que me pareció en realidad se está muy lejos del socialismo, de la toma del poder por los oprimidos.

WV: Estamos lejos, pero al mismo tiempo estamos cerca, y quien nos contiene es Chávez, porque él habla de la revolución pacífica, y muchos de nosotros creemos que esta cosa no puede ser pacífica, hasta cuando las grandes corporaciones van a hacer lo que se les da la gana.

Eliane: Existe esa discusión acerca de la tolerancia, de la democracia, y a mí me parece que el discurso de Chávez es para que los que siempre mandaron en Venezuela acepten convivir con los pobres y oprimidos. Para que no los consideren gente de menor valor.

WV: Sí, pero ya aquí hay dos clases, son ellos y los que siempre hemos sido oprimidos. O sea, aquí se ha desdibujado el racismo social, que existe y siempre existió. Solo que ahora eso está más palpable. La tolerancia está evidenciada. Ahora con la concesión de RCTV herimos los intereses de corporaciones, porque hay gente luchando por una libertad que es la libertad de la empresa, de los empresarios y no de prensa. Muchos lo sabemos, pero Chávez lo contiene. Nosotros lo sabemos y no nos da mucho argumento, pensamos que aquí debería haber un estallido social, pero sabemos que en ese caso intervendrían los cascos azules. O sea, son varias lecturas que hay que hacer de la política local e internacional. Nosotros entendemos que hay un problema con el petróleo también. Chávez es un ser humano que tiene moral política y nosotros la respetamos. Pero a Chávez lo han jodido, y yo no sé que vaina espiritual lo ha defendido, ha peleado con su gabinete porque, por ejemplo, cuando habla del socialismo muchos de sus militares arrugan la cara, igual que muchos de sus ministros. Algunos de ellos se están enriqueciendo y no pueden gastar ese dinero. Mas Chávez no está conciliando con nadie, sino creo que está reteniendo, buscando espacios, etapas. Y esas etapas traen sus consecuencias. Hay una etapa importante en el país que es la del cierre de RCTV, esa gran corporación. Nosotros por ejemplo no somos chavistas, pero queremos una batalla de las ideas, con o sin Chávez.

Eliane: ¿Pero esa cuestión de la organización del pueblo como es? Porque me han dicho que el pueblo venezolano no estaba organizado hasta que llegó Chávez y que en el medio de eso, de esa relación entre el pueblo y Chávez, no hay organizaciones de ningún tipo que sirvan de puente.

WV: No, hay organización, pero son pocas. Mas Chávez tiene algo que es poder moral, no es corrupto, no es ladrón. Y nosotros admiramos eso. El PSUV, por ejemplo, Chávez ha dicho que quien no esté allí no está con él, y nosotros pensamos que ahí está errado. Porque sí, yo no estoy allí, no quiere decir que tú eres más revolucionario que yo. Entonces Chávez está montando un partido único de la izquierda, pero nosotros creemos que no debe ser así. ¿Por qué de cual izquierda?

Eliane: ¿Pero, crees que ese fue un buen paso, tal vez un poco apresurado?

WV: Fue muy adelantado, pero creo que fue muy estratégicamente adelantado por Chávez. Ya se han inscripto 4 millones ahí en el partido y faltan más. El partido V República, que es la maquinaria que llevó a Chávez es un partido que está muy cuestionado, pero en su mayoría están ahí en el PSUV. O sea, se cambió el nombre, porque Chávez dijo que se meta quien quiera, y quien quería se metió. Aunque Chávez dice que va hacer una depuración, que hay que hacer esfuerzos y sacrificios, y que si hay muchos millonarios en eso, que sacrifiquen terrenos, reces.

Eliane: ¿Hay mucha gente del pueblo en el partido?

WV: Bueno, se han inscripto 4 millones. Pero fíjate que yo no me he inscripto.

Eliane: Pero hay otros grupos de izquierda como el PCV y otros que también van a quedar fuera.

WV: Hay un grupo de partidos que están con Chávez, aunque del PCV muchos no se inscribieron, porque el partido tomó esa decisión. El PCV tiene 73 años y pensaron si van a perder toda esa estructura, y por eso lo pensaron varias veces.

Eliane: ¿Chávez no tiene problemas en que queden algunos grupos fuera del PSUV?

WV: No, ningún problema, porque Chávez está conciente de eso. Es bueno, porque él tiene poder moral. Por lo menos gente del PPT me ha dicho a mí que no se han incorporado hasta no ver definitivamente ese partido socialista, como va a ser la cuestión. Y una vez que vean se incorporarán.

Eliane: Porque mucha gente me dijo que Chávez está impulsando la organización popular a través de diversas formas. Y me gustaría saber cómo se hace eso. Además sé que ahora va a hacerse una reforma de la Constitución y quisiera saber si se conoce alguna cosa que vaya a cambiar en la cuestión de vivienda, comunicaciones, de la educación.

WV: Esta la ley de inquilinato, la ley que tiene que ver con las invasiones. Yo comencé hablándote de varios hermanos latinoamericanos que se están viniendo en busca de mejoras.

Eliane: Es que parece que hay un incentivo a que las personas compren su vivienda a través de un crédito.

WV: Si, y el Estado les da [el crédito].

Eliane: ¿Pero con la nueva ley va a haber alguna modificación en eso o va a quedar así?

WV: Eso se está discutiendo, inclusive los Consejos Comunales van a tener incidencia en eso. Los Consejos Comunales están en un área determinada por el Comité de Tierras por una poligonal, y van a tener control de su zona. Porque hay personas con mucha necesidad y personas que juegan con la miseria y manipulan, para evitar eso es el Consejo. Hay muchos funcionarios denunciados por eso, por ello es la misma comunidad por medio de los Consejos Comunales la que va a ser la inteligencia social. Y ahí se está avanzando en los barrios.

Eliane: ¿Los Consejos Comunales ya existían?

WV: No, es una ley nueva. Los Consejos Comunales van a manejar recursos por lo menos para las necesidades puntuales del barrio, por ejemplo, el agua, las infiltraciones. Y ya el Estado está dándole recursos.

Eliane: ¿Y cómo funcionarán los Consejos Comunales?

WV: Los Consejos Comunales que hoy se están creando en el país funcionan mediante la Asamblea, son comisiones. Ellos no existían, ahora se están creando a raíz de este gobierno. La idea es que ni siquiera el gobierno los dirija, simplemente que esté en el sentido de capacidad de orientar. Y que la comunidad que conoce más la realidad de su sector es que son quienes tienen la capacidad de organizar su comunidad. Por los menos de las “favelas” te puedo decir que son grandes sectores geográficamente por poligonales donde la misma gente catastralmente ya se ha trazado 200 familias. Esas 200 familias es que van a tener un banco comunal que va a administrar dinero para ellas. Siendo una “favela” así de allí pueden salir 25 Consejos Comunales. Si es por sector, geográficamente establecer un límite que le pone catastro y entonces es más fácil limpiar su sector, hay un control. Por eso te hablo de la inteligencia social y entonces los Consejos Comunales tienen voz y voto. Eso es una ley para administrar recursos y para que ejecuten anteproyectos y se lo lleven al Parlamento, en el cual está la disposición de leer anteproyectos de comunidades que son factibles, y el que determina si son factibles yo pienso que es el pueblo.

Eliane: ¿Y como está el desempleo en las comunidades?

WV: Sí, existe el índice de desempleo en Venezuela, sin embargo los programas sociales ayudan. El trabajo informal, de la economía informal ha aumentado y es uno de los más numerosos. Y muchos prefieren estar hasta en la economía informal porque no tienen un jefe y ganan plata, pero es hoy comemos y tal vez mañana no. Pero la economía informal es la que vende bastante acá. Pero el gobierno, el Estado tiene programas para ayudar, por ejemplo las Casas de la Alimentación que están por todo el país y se encargan de darle de comer a las personas que no tengan. En un censo que ellos hacen se marca una poligonal para 150 comidas. Y la casa de la alimentación le da comida a diario a esas 150 personas que según el censo que se hace no tienen posibilidades de trabajo, o que no están trabajando. El Mercal existe en diferentes sitios del país y es donde te venden la comida más barata que en cualquier supermercado porque está subsidiado por el gobierno. Están también los barrios adentro que son los comités de salud que existen con los cubanos, que cuando se vayan los venezolanos ocuparán su lugar. Eso es para la salud preventiva, o sea no hay expertos cirujanos, es la prevención que te da la orientación. Y que eso exista es muy importante. Existen las misiones que son la parte educativa, la misión Robinsón, la misión Sucre, la misión Rivas y una de las misiones bien importantes es la Negra Hipólita que se encarga de agarrar indigentes para darles de comer y regenerarlos. Eso es un trabajo psiquiátrico que viene haciendo la misión Negra Hipólita que no es fácil porque hay un índice de adultos mayores y jóvenes en las calles y que están pasando por problemas familiares y por eso van a la calle. Tu no puedes agarrarlos para orientarlos y meterlos a un internado, porque esa persona se va a sentir más triste. Esta misión se encarga de eso, de reorientarlos.

Eliane: ¿Y la participación de la comunidad?

WV: Chávez cuando creó la Misión Robinsón que era para los analfabetos, les pagaba y mucha gente se inscribió. Esa fue una estrategia porque ya no les están pagando. Chávez decía que hay muchos que no estaban estudiando porque estaban trabajando, entonces era como una beca. Y muchos se inscribieron en esa beca, que fue una estrategia muy importante y muy interesante. La otra misión que no es una misión, que es la parte ideológica, de lo que

llamamos los cinco motores. Por ejemplo el tercer motor es el educativo, después también están el motor alimentación y el motor ideológico que es el que no arrancamos bien. Porque de nada vale que tu te estés alimentando y... Es lo que ahora se está discutiendo. Por eso, por ejemplo, yo no soy chavista, soy revolucionario, qué tipo de revolucionario, bueno, de orientación marxista. Y por eso hay mucha diferencia entre el socialismo y el comunismo, por supuesto que somos una sociedad consumista. ¿Ahora cómo abordamos esta nueva metodología en las comunidades para que acepten esos cambios? Con un pueblo bien educado desde el punto de vista ideológico, no adoctrinado. Entonces por lo menos a Chávez lo respaldamos en muchas cosas allí y sobretodo nos quitamos el sombrero porque tiene poder moral. Sin embargo, tiene aciertos y desaciertos, aunque ha tenido más aciertos.

Eliane: ¿Y eso que se habla de que el personalismo o el populismo de Chávez puede obstaculizar la organización del pueblo? En el sentido de que quede muy dependiente de Chávez. ¿Eso es algo de la derecha o es una preocupación que existe en la izquierda?

WV: Sí, de ambos, pero nosotros, y cuando digo nosotros hablo en nombre de un sector del movimiento popular que existe, que somos revolucionarios y que hemos hecho varias acciones en los medios de comunicación por lo cual se nos ha tildado que no es el momento. Hace seis años no ha sido el momento, según el gobierno.

Eliane: ¿Eso de la correlación de fuerzas, no? Pero no te parece que desde el 2002 con el golpe de la derecha Chávez ha ido moderando su discurso cuando, por ejemplo, yo pensé que él podría haber avanzado ahí mucho más, dado que consiguió vencer a la derecha.

WV: Lo primero que hizo Chávez cuando regresó fue sacar un Cristo y perdonar. Y llamó a los empresarios a participar en una mesa de negociación, y nosotros pensamos que por el contrario él iba a atacar. Pero perdonó hasta a sus enemigos, a los militares, a los que lo traicionaron, a la Iglesia, porque todos estaban implicados en la traición. Y el pueblo estaba afuera y esos traidores estaban presos adentro. Porque nosotros participamos, tenemos los videos allí, fue una labor importante. Participamos en una camioneta, en una tarima que improvisamos pasaron todos los diputados. Era el pueblo que tenía el poder con un sector de los militares. Los grandes capitalistas no contaban con eso, y en ese momento iba a haber una masacre en este país y hasta hubiese sido mejor. Hay quienes dicen, como Douglas Bravo, que Chávez tiene atrasada la revolución 13 años. Él estuvo al principio con Chávez, y es uno de los últimos comandantes guerrilleros que tuvo Venezuela. Su posición es antimperialista, pero dice que Chávez es un neoliberal. Pero él ahora está solo, aunque estuvo en un tiempo con los sin tierra aquí en Venezuela. Su proyecto es el Tercer Camino. En el 2002 muchos del movimiento popular participamos allí, y Chávez lo dice que de no ser por el movimiento popular y un sector de los militares tal vez yo no te estuviera hablando. Y Chávez regresó y el pueblo rescató un gobierno constitucional. Ahora que creo yo que en este tiempo Chávez se ha endurecido en los últimos años. Porque le está dando fuerte, en lo que se llama lo paralelo para tumbar lo del capital que está aquí.

Eliane ¿Piensas que eso es un cerco al enemigo o es una convivencia pacífica?

WV: Unos dicen que es una convivencia, otros están hablando de conciliación dentro del Estado, otros creemos que lo de RCTV fue un hecho, y con los otros canales debe hacerse lo mismo. Y a esto, con o sin Chávez, no, para nada. Realmente con los movimientos populares que estamos articulando lo que necesitamos es tiempo, y no nos quieren dar tiempo.

Eliane: ¿Pero y si Chávez llamara un frente en lugar de ese partido único? ¿Un frente que no uniera solo a los partidos, sino también a las diversas organizaciones políticas, para con eso hacer una organización del pueblo que se enfrente más radicalmente?

WV: Si Chávez quiere, el pueblo se para y lo hace. El pueblo está esperando eso.

Eliane: Porque lo más importante ahora para mi son las organizaciones que existen para que el pueblo pueda dar un salto en su conciencia y en su nivel de organización. Y a partir de eso tal vez podría madurar entonces la posibilidad de tener un partido más unido ideológicamente.

WV: Bueno, está planteando el PSUV que ya tiene 4 millones de inscriptos. Yo pienso que de lo pacífico aquí vamos a pasar a otro parte.

Eliane: Porque en otros momentos parece que el discurso del presidente y su personal más cercano está más adelantado que la realidad organizativa del pueblo. O sea, se plantea un socialismo, de nuevos valores, pero la realidad venezolana parece no acompañar eso como un proyecto colectivo, sino parece solamente un proyecto del gobierno

WV: Chávez quiere hacer eso, porque si él no está quiere que sigamos. Y eso es lo que pretende. Y lo que diga Chávez el pueblo lo sigue.

Eliane: Lo que yo digo es que a partir del 2002 él podría haber resuelto más los problemas del pueblo, pues creo que al pueblo lo que le interesa es tener las cosas que necesita para vivir. Y eso del socialismo del siglo XXI es una cosa secundaria. Por eso no sé como está el tema del latifundio.

WV: Chávez, lo dijo hace poco, a la tierra ociosa o el Estado la compra o la confiscamos. Porque el Estado tiene plata para comprarla. Y se han dado ya intervenciones de empresas y fábricas desactivadas que los obreros han rescatado, mientras el Estado invierte en ellas. Pero esto sin conciencia ideológica pasa lo que tú dice, me interesa mi necesidad de ahora y lo demás no me importa. Eso pasa porque no hay principios ideológicos. Y todavía estamos luchando contra ese individualismo, por eso esta revolución aún no ha comenzado.

Eliane: Y lo que dijiste antes de que algunos militares...

WV: Sí, hubo traidores como el general Rosendo que traicionó a Chávez, otro fue Miquelena. La Iglesia traicionó a Chávez. Y él apareció como un Cristo pidiendo perdón por todo eso. La gente esperaba otra cosa. Aquí los militares, diferente de los de Brasil, Argentina, Uruguay y Colombia que es una casta, aquí vienen de los barrios. Muchos de los oficiales han cargado baldes de agua en sus casas, y estos oficiales en su mayoría vienen de los barrios y por eso conocen y padecen lo que uno vive. Y por eso les cuesta echarles plomo al pueblo porque ellos vienen de ahí. Las Fuerzas Armadas aquí como todos los militares se preparaban en la Escuela de las Américas, Chávez se preparó allí. Esos oficiales se han ido jubilando y ahora hay una nueva oficialidad que les llamamos los oficiales revolucionarios. Y Chávez tiene mucha visión con eso y los está involucrando en el PSUV y todo eso. Hay polémicas por eso, porque los carajos que se creen los generales, que se creen los dioses. Y Chávez está creando los nuevos militares revolucionarios, pero esos van a ser los futuros coroneles y generales. Y van a ser un grupo de confianza que Chávez va a tener ahí. Chávez ha buscado que no sean militares, sino cívico-militares, si bien existía la reserva de palabra, ahora es inmensa. Y nos metemos y llevamos ideología dentro de la reserva. Por eso hay un sector que no lo acepta. Pero esta reserva tiene disciplina y en las elecciones ya estuvo cuidando las mesas electorales.

Eliane: Porque estaba leyendo una entrevista al general Alberto Muller Rojas donde decía que estaba en contra de la profesionalización de las Fuerzas Armadas y que Chávez parecía ir en una línea más tradicional. Y que estaba en discusión dentro de las Fuerzas Armadas la concepción de guerra de todo el pueblo o de un Ejército profesional.

WV: Eso está en discusión dentro de las Fuerzas Armadas. Por eso te digo que la espada de Bolívar que camina por América Latina tiembla porque hay muchos intereses y esto cambia. Pero sería un ejemplo si Venezuela pudiera hacer eso, sería una esperanza.

Eliane: Y en relación a los medios de comunicación que es una cosa tan polémica ahora...

WV: Esos son los principales enemigos, los medios. Pero Chávez esta yendo por la vía jurídica, a Radio Caracas se le venció la concesión y no la cerró. Nosotros, los medios comunitarios, por eso tenemos que prepararnos a la par de la tecnología, de los satélites, para una discusión con el Colegio Nacional de Periodistas, con todos ellos. Porque para ellos nosotros, los comunicadores populares, somos una mierda. Pero somos un producto de ellos mismos, ellos son los culpables que nosotros existamos. Porque ellos son una casta. Por eso estamos nadando contra la corriente, estamos creando un modelo. El 70% de lo que pasamos aquí lo producen las comunidades y el 30% lo produce el cine latinoamericano, europeo. Las comunidades se ven así reflejadas.

Eliane: ¿Y la gente ha ayudado en la organización?

WV: Sí, la gente ha ayudado aquí. Aquí el camarógrafo, el editor, el portero también ayudan y filman. Y vamos a las comunidades para acompañarlas a resolver los problemas y llevamos el diputado para que trate de resolverlo. Y eso no lo hace ni RCTV, ni el canal venezolano de televisión. Pero lo primero que hacemos es investigar si es cierto o no lo que nos dicen, después nos involucramos con la gente, apoyamos las organizaciones para que crezcan y nos articulemos. Eso es para nosotros un trabajo de hormiguitas, pero creemos que a la larga va a tener sus frutos.

Eliane: Bueno, muchas gracias.

ANEXO 15

Entrevista a William Izarra.

Transcrição: Mariángeles Guerin.

Eliane: ¿Bueno, podría empezar hablando un poco de su formación política?

WI: Bueno, yo vengo de las Fuerza Armadas, soy oficial retirado. Yo anduve en un proceso revolucionario desde los años 70. Yo comencé en esto en 1967 cuando era subteniente y tuve que entrevistar a uno de los oficiales cubanos que vino en una expedición para la guerrilla. Yo estaba combatiendo la guerrilla, y cuando yo entrevisto el oficial cubano resulta que lo que me dijo el oficial cubano a mi me impactó de tal manera que comienza todo un proceso de investigación y estudio. Eso fue en el año 1967. Ese oficial que produjo este efecto en mi se llamó el teniente Antonio Briones Montoto que murió, al día siguiente lo mataron [...]. Entonces yo fui piloto de la Fuerza Aérea y sobre la base de esas inquietudes me fui a la universidad. Siendo oficial activo yo estudié en la Universidad Central de Venezuela donde obtuve mi licenciatura y la Fuerza Aérea una vez que me gradué me dio una beca para irme a estudiar a los Estados Unidos. Hice mi postgrado en la Universidad de Harvard y durante ese periodo logré hacer cursos en políticas para gobiernos en los países subdesarrollados, por lo tanto tomé cursos en el MAT en la Universidad de Toc, en el Instituto John F. Kennedy, hice también cursos en el Instituto de Estudios Latinoamericanos de Harvard y en la Universidad de Boston. Cuando regresé continué con mi doctorado, lo hice en el Centro de Estudio y Desarrollo de la Universidad Central de Venezuela. Esa es mi labor académica, pero paralelamente a eso comenzamos a estructurar un movimiento político dentro de las Fuerzas Armadas, un movimiento que se llamó ARMA, y ARMA fue previo al MBR-200, que es el movimiento de Hugo Chávez.

Eliane: Yo he leído la entrevista suya con Alberto Garrido, pero me quedó una duda en cuanto a la cuestión del final de las guerrillas, ahí cuando Douglas Bravo, por ejemplo, sale de la clandestinidad. ¿Cómo fue ese proceso del fin de las guerrillas? Porque en esta entrevista es posible ver esa continuidad me parece de aquel proceso que comenzó en los 60, pero que tuvo un final como movimiento cívico-guerrillero, si puedo hablar así. ¿Cómo usted analiza el final de ese proceso y esta nueva fase que desembocó en el proceso electoral de 1998?

WI: Mi vinculación a Douglas viene de los años 70, cuando todavía estaba en la clandestinidad. Y después cuando él sale de la clandestinidad nos conectamos y por vía de él se lograron captar oficiales en las Fuerzas Armadas. Una relación muy estrecha y yo diría inclusive que los primeros elementos conceptuales teóricos profundos vienen de Douglas, digamos la formación nuestra, de manera que hay una relación estrecha. Ellos contribuyeron en apoyarnos cuando estaba el movimiento nuestro en una etapa incipiente. Ellos contribuyeron con la parte de apoyo logístico, con recursos, con vínculos para el exterior. De hecho mi primera salida como movimiento político al exterior lo hacemos por vía de Douglas, y esa primera relación se hizo con Irak, con el partido Baht [¿??] de Sadam Hussein, en los años 80. Y desde ahí se mantuvo siempre una relación permanente, aunque el movimiento ARMA era un movimiento independiente. Como fuimos delatados, el movimiento ARMA no pudo continuar. A mi me abrieron un juicio, un juicio militar, por presunta conspiración marxista-leninista en el seno de las Fuerzas Amadas. Un juicio que duró un año y al final la causa fue sobreesida porque no se pudo demostrar nada. Sin embargo, yo continué con el movimiento pero ya no pudo continuar por mucho tiempo porque ya estábamos fraccionados, estábamos heridos, estábamos delatados y yo tuve que solicitar mi retiro de las Fuerzas Armadas.

Eliane: Usted habla también en la entrevista de una cierta aversión o una contrariedad al marxismo de algunas personas que estaban...

WI: El movimiento de nosotros era un movimiento que estaba sustentado en los principios marxistas, el movimiento ARMA. Y eso es lo que nos lleva a vincular y a generar semillas de oficiales que unos después de mi retiro y concluida la actividad de ARMA, algunos oficiales fueron al 4 de febrero (4-F), otros al 27 de noviembre (27-N) [de 1992], pero de toda manera ARMA se constituyó, fue como un centro de formación sustentado principalmente en las formas de interpretar el mundo y la vida desde el punto de vista marxista.

Eliane: ¿Entonces la identidad mayor era con el llamado marxismo- leninismo y con el PRV de Douglas Bravo?

WI: Bueno fíjate, ahí hay una mezcla porque no podemos decir que éramos marxistas químicamente puros, ahí teníamos algunos elementos del marxismo, las propias posiciones y posturas nacionalistas de los militares, más todo lo que tiene que ver con la cultura que cada uno traía, sus costumbres en las Fuerzas Armadas, sus hábitos, sus formas de entender el mundo, la educación, todo eso es como una amalgama y ahí se genera un proyecto político. Y

ese proyecto político de ARMA buscaba tomar el poder en el año 83, que no se pudo y se hace un replanteamiento y podríamos decir que los estudios que hicimos apuntaron el año 1988, inclusive teníamos un modelo que nos simulaba donde estaba el punto crítico, y este punto crítico apuntaba a noviembre de 1988. Y, sin embargo, el punto crítico surgió en febrero del 89. ¡O sea, casi acertamos el punto! (risos). O sea fueron fragmentos, en el pronóstico...

Eliane: ¿Pero tenía vinculación con ese movimiento del *Caracazo*, con las comunidades?

WI: No, nosotros tuvimos contacto con grupos políticos de izquierda, como movimientos políticos, con las *Fuerzas Armadas Bolivarianas de Liberación* [de Hugo Chávez], tuvimos contacto con grupos de campesinos, pero no con lo... Es que no hubo una dirección, el *Caracazo* fue algo espontáneo, algo que surgió por aquella represión que tenía cada uno en su interior y explotó, de manera espontánea. El detonante fue el aumento del precio de la gasolina y algunos problemas que se generaron con las líneas de trasportes en Guarema sobretodo, porque Guarema es una ciudad que está cerca de Caracas, que duermen personas que trabajan en Caracas, y de esa manera allá se generó el primer conflicto. Eso rebotó aquí en Caracas y aquí se terminó de encender, y luego fue algo espontáneo, las comunidades. Ahí no había dirección, no había política, no había un movimiento que lo pudiera liderar.

Eliane: Pero es interesante percibir como en los 80 existieron muchos movimientos paralelos, un poco sin se comunicar...

WI: Bueno a partir de allí nosotros, por ejemplo, entre otros, motivados también por el propio Douglas Bravo, constituimos lo que se llamó el Frente Patriótico. Y el Frente Patriótico en el año 89 lo que buscaba era dar respuesta a la nueva posición, a los nuevos actores políticos, con base en la confluencia de distintos elementos desde el punto de vista conceptual. Y ahí estaba un conjunto de hombres y ahí fuimos como que ordenando ideas y tuvo en su momento repercusión donde se incorporaron sectores importantes [...]. Publicamos, hicimos publicaciones de documentos, entre esos buscamos la Asamblea Nacional Constituyente. Desde el año 89 nosotros veníamos hablando de la Asamblea Constituyente, que posteriormente se hace en el año 99.

Eliane: Hay dos cosas que llaman la atención de este proceso bolivariano ahora. Una es la cuestión del contenido, que es lo que me interesa más directamente, o sea, cuál es el proyecto. Usted habla en esta entrevista que en el 99 de que salió de la Universidad de los Estados Unidos un poco con un proyecto elaborado, con un plan para una nueva Venezuela, desde el punto de vista social, económico, etc. ¿Usted piensa que ese proyecto que está siendo realizado ahora es en gran parte ese proyecto que usted tenía en mente?

WI: Sí, hay muchas semejanzas. De hecho, por eso yo continuo todavía en ese proceso, en esta búsqueda. Y como proceso hay que vencer, o terminar de desarrollar fases y etapas. Yo considero que el proceso revolucionario es un conjunto de fases y etapas. No es un instante, ya. Hay que ir progresivamente dándole la viabilidad para que esas fases y esas etapas cumplan su momento. Yo estimo, por ejemplo, y así grafico un modelo de análisis que el proceso es como una escalera, en la que existen 20 escalones y yo ubico el proceso actual en el tercer escalón, nos faltarían todavía 17 (risos), donde el último es la consolidación, la consolidación de la revolución que yo apunto que se consolida cuando se alcance el bien común del colectivo. Ese es digamos la expresión máxima. Y de ahí, por lo tanto, estimo que el bien común, que sí viene de aquellos momentos, porque nosotros buscábamos el bien común, es un planteamiento nuestro. El bien común que viene siendo la satisfacción de las expectativas en sus niveles más elevados de lo espiritual, de lo moral, de lo ético. Bueno hacia allá vamos, pero estamos en el nivel tres. El proceso como un conjunto de fases y etapas, el que empezó en enero y que el propio presidente la definió como la fase de arranque del socialismo y que yo defino que ahí comienza la etapa de traslación, la traslación revolucionaria, porque se profundiza, se comienza a profundizar la revolución para transportar, trasladar, transferir la toma de decisiones a la comunidad organizada. Entonces por eso yo entiendo que esta fase que comienza el 10 de enero, cuando el presidente se juramenta para su segundo periodo presidencial, comienza la traslación revolucionaria. No significa que ya se materializó, no, para se materializar la traslación tienen que se dar ciertas circunstancias. Primero hay que transformar radicalmente el Estado actual, pasar del Estado reformista, que esto sigue siendo reforma, nos encontramos ahorita en el corazón de una estructura burocrática reformista del Estado venezolano que es contradictoria a lo que busca la revolución. Entonces hay que transformar radicalmente, arrancar de raíz como un árbol las estructuras del Estado. Eso en primer lugar. De hecho hay un motor de los motores del presidente que es la explosión comunal, esto en primer lugar. En segundo lugar, se necesita el cambio en las relaciones de producción fundamentalmente, el presidente está apuntando a lo que podría ser la nueva concepción del mercado, la búsqueda de empresas sociales, la conciencia de lo que sería el sector socialista que no existe todavía. Hay indicios, hay los primeros pasos para construir un sector socialista, pero aun hay que crearlo. Lo tercero, la necesidad de que la Fuerza Armada se transforme en Fuerza Armada Bolivariana. De hecho ya se han dado los primeros pasos, porque cambia lo que es la doctrina de empleo de las Fuerzas Armadas, del componente militar, cambia, da un giro también de 180 grados. Los aliados eran los Estados Unidos, y de ellos recibíamos nosotros la doctrina de empleo que está sustentada principalmente contra el comunismo y la subversión, pero ahora resulta que los que antes eran nuestros adversarios

ahora tienen que ser nuestros aliados. Porque el concepto de guerra que se inscribe dentro del marco de la guerra de cuarta generación, cuyas operaciones tenían las operaciones asimétricas, ahora resulta que la doctrina está referida a la guerra popular o de la larga duración, y esta es la guerra de resistencia. Entonces lo que antes nosotros combatíamos, los conceptos de Ho Chi Minh, los conceptos de Mao, ahora tienen que ser aliados, tenemos que leerlos y aprender de Ho Chi Minh. Hay que aprender su tecnología de guerra porque recuerda que Ho Chi Minh logró derrotar China, Japón, Francia y los Estados Unidos a través de la guerra de resistencia. Hesbolah logró detener a los tanques israelíes hace un año. Hay que aprender de Hesbolah, porque esa es la guerra de resistencia, la guerra popular, la guerra estratégica, y la guerra de larga duración. La resistencia de Irak hay que estudiarla, es decir, la transformación de las Fuerzas Armadas para que no solamente asuman la consigna, como de hecho lo están asumiendo, Patria, Socialismo o Muerte, sino que su empleo basado en un conjunto de principios imperfectos como es la doctrina, apunten a una nueva línea, a una nueva dirección.

Eliane: Sobre eso, la otra cuestión interesante sobre la que iba a hablar es la forma. Porque el marxismo clásico decía que el Estado tenía que ser destruido como si fuera una fuerza de afuera para adentro. Parece que ahora ustedes están intentado hacer una transformación desde el Estado mismo, transformando y aprovechando esa posibilidad de estar ya en el Estado para transformar también las relaciones sociales, la correlación de fuerzas. La pregunta es cómo ve las dificultades o las ventajas de esta forma por medio de la cual se está conduciendo el proceso y hasta donde piensa que es posible cambiar radicalmente el país, o sea, las relaciones de producción. Pues existe un ejemplo histórico clásico que es el de Chile con Salvador Allende, que es también la transformación de la sociedad a partir de dentro del Estado. Pero, no era cambiar el Estado primero para después cambiar la sociedad. En Venezuela lo que vemos es un Estado fuerte, pero...

WI: Todavía hay dos modelos políticos que se confrontan: la democracia representativa que es el modelo anterior y la democracia revolucionaria. Uno está sustentado en la reforma que a su vez se basa en el capital porque es capitalista; y la otra es socialismo. Cuando se decidió ir a las elecciones en el año 98 ya eso generó un cambio de paradigma hacia la revolución, porque hasta ese momento la revolución se buscaba por la vía violenta. Yo la busqué así, al igual que Chávez, la buscamos como movimiento político. Pero cuando decidimos ir a las elecciones, cambia el paradigma, hay ruptura del paradigma, sin saberlo estábamos rompiendo un paradigma. Es ahora que podemos hablar de un nuevo paradigma, que la revolución se va a hacer por la vía electoral, pacífica y democrática que es más difícil.

Eliane: ¿Pero también con un componente militar, de organización, anterior, no?

WI: Sí, pero no por la vía violenta, eso en primer lugar. En segundo lugar, la cultura de este modelo político reformista está viva todavía y esta cultura se hereda en este proceso. Lo que hace que dentro del proceso tengamos elementos, individuos con cultura reformista, por ahí tienen chavistas que se quejan y reclaman de la no concesión de Radio Caracas Televisión, por ejemplo. Hay chavistas vestidos de rojo, revolucionarios que demandan ver las novelas por ejemplo, porque esta es la cultura dominante todavía. Es que tenemos que saber que la cultura que genera el modelo reformista capitalista es una cultura que te busca y te ancla. Si tu no tienes conciencia, conocimiento, fuerza, no rompes con esa cultura. Entonces eso se está generando actualmente, hay un choque. Y no solamente de la composición del Estado sino también de la cultura vigente que es lo que se necesita para que podamos lograr avanzar aquí generando conciencia, conciencia a través del estudio, el desarrollo de nuevas ideas, para que se pueda romper esa cultura. Entonces ya tienes un conflicto bien interesante. Luego hemos encontrado que, como se está dando el proceso por vía democrática, pacífica, electoral, aquí se encuentra que las estructuras responden al modelo reformista y para ir desmontando esto como se tiene que hacer por la vía pacífica, democrática, te decía, tenemos que ir cubriendo etapa por etapa. En que momento se da, por eso yo lo digo aquí, aquí dibujo la traslación [mostra folheto informativo], este es el modelo actual y el modelo anterior donde arriba del vértice de la pirámide es el poder, es la cultura, son las clases dominantes, los dueños de los medios de comunicación. Cambiar esto que sería el proceso revolucionario, ya el poder no estaría aquí arriba, sino en la base. La primera instancia del poder es la Asamblea de Ciudadanos, esto a mi juicio va a demorar dos periodos presidenciales para que se pueda dar este cambio similar aquí. Es muy probable que por edad biológica nosotros, yo no podamos ver el avance del proceso. A lo mejor yo no pueda ver cuando se empleen todas las estructuras teóricas en la práctica para que se pueda decir hemos construido el sector socialista. No creo que lo vea.

Eliane: ¿Pero usted piensa que un choque violento con la oposición ahora está descartado?

WI: Nada se puede descartar. Lo que sí han perdido totalmente fuerza, lo han intentado todo y no han podido. Ahora eso no implica que debemos pensar que ya están derrotados. No, nosotros ahorita, a mi juicio, estamos en una coyuntura que yo la defino como la coyuntura de la contención política. Los Estados Unidos buscan la manera de impedir el avance de Hugo Chávez, y cuando me refiero a Hugo Chávez me refiero al cambio político en todo el continente latinoamericano. El quitarle espacio de mercado al norteamericano, el que pueda desarrollarse el ALBA.

Entonces la contención política para evitar el avance de Hugo Chávez los Estados Unidos la van a continuar a nivel diplomático, van a golpear, van a desestabilizar. Pero también con las fuerzas militares del Plan Colombia, que es un plan militar contra Venezuela, de eso no hay duda de hecho. Las fuerzas que incursionaron tratando de rescatar a los rehenes, donde murieron los 11 diputados ahí, se hizo en combinación el Ejército de Colombia con fuerzas militares norteamericanas. Y esa combinación que forma parte del plan Colombia tiene establecido en Castillete que es donde comienza la frontera de Venezuela con Colombia, en la península de la Guajira, donde está el Golfo de Venezuela, inicio del Lago Maracaibo donde están las riquezas petroleras. Ahí se está estableciendo el comando militar de las fuerzas combinadas de los Estados Unidos con Colombia, que a su vez tienen relación con los paramilitares. Entonces no hay que descartar, por eso la coyuntura de la contención, que tiene varios aspectos o varios segmentos, la desestabilización aprovechando la coyuntura del movimiento estudiantil, la del Plan Colombia que está vigente, la desestabilización diplomática, buscar seguir desprestigiando a Hugo Chávez, buscar que sus potenciales aliados dejen de ser aliados, no hay que descartar que allá en Brasil el Congreso, que es un Congreso de derecha allá, ha sido estimulado por los Estados Unidos. La respuesta que dio Lula... En un principio Lula dio una respuesta contundente contra Chávez, que después suavizó cuando se enteró como era la situación. Y ahora quiere decir que a nosotros nadie nos puede separar la amistad, aunque tenemos un Congreso contra Chávez. Y las Fuerzas Armadas brasileras que están a favor del Plan Colombia, son Fuerzas Armadas que están contra Venezuela también o contra el concepto geopolítico de Venezuela. Porque no hay que descartar que la contención política sigue siendo una amenaza, sin embargo en el terreno, en el escenario visible la oposición está derrotada.

Eliane: ¿Y usted piensa que la formación del PSUV puede ser un grado más elevado para la formación de la conciencia popular?

WI: Debe ser. Y lo que te explicaba de la cultura, esta cultura la ha heredado el proceso, dentro de esta cultura está la concepción clientelar de los partidos. Entonces todavía aquí hay gente que tiene mando y que quiere hacer del PSUV un partido clientelar también, siendo un error de modelo conceptual, como teórico, un error de concepción revolucionaria. Entonces mi concepción es que el PSUV no es un partido clientelar, es más tiene que vigilar la categoría partido. El PSUV tiene que ser un instrumento al servicio de la comunidad, un partido que tiene recursos, tiene extensión en todo el país, tiene conocimientos, entonces debe ayudar a la población. ¿Por qué donde está el grueso de la militancia revolucionaria? En los sectores menos capacitados. La clase media, personal técnico-profesional es de la oposición, el que tiene algunas aulas, conocimiento es de la oposición. Los nuestros están entre personas que no están ilustradas, a esa gente hay que ayudarla. En este caso la importancia de la concepción del PSUV de que pase a ser instrumento y no un partido, y por lo tanto, meterse dentro del marco revolucionario. Ahora fíjate bien, [...] cuando se tomó la decisión de ir a las elecciones, y se ganaron las elecciones en el 99, te diría que cambia entonces el concepto de la revolución; o sea la revolución se hace por la vía electoral. Ahora la vía electoral adquiere una nueva dimensión, hay una nueva categoría, la elección es un acto electoral revolucionario a diferencia del acto electoral burocrático. Y se diferencia en que el acto burocrático es mantener la estructura reformista, las cúpulas, usufructo del poder. Es decir, yo voy a las elecciones para ganar y usufructuar el poder. Esta es la concepción clientelar que hemos heredado de la reforma, el acto electoral revolucionario significa: yo no voy a ganar, yo voy a tomar el poder y se lo doy a las comunidades organizadas. Ahí hay una diferencia ideológica. Es decir, la misma elección, y cada partido va a optar: o es burocrático o es revolucionario. Pero, para ir a las elecciones bajo el concepto de acto revolucionario tienes que tener conciencia. Porque muchos todavía, de los que están aquí, que viven de esa cultura heredada vienen a tratar de hacer lo mismo. En estos instantes hay grupos todavía de cúpulas que quieren apoderarse del Partido Socialista y no se han identificado todavía, no tienen el concepto que la esencia de la revolución no son parques personales, no son cuotas de poder. La revolución lo que busca es poder popular, entonces quien no tenga eso claro va a pretender buscar la manera de apoderarse del Partido Socialista Unido.

Eliane: Pero, cómo estoy haciendo un estudio comparativo con la revolución cubana... Porque en Cuba se dio un proceso diferente del que se dio aquí en Venezuela, pero el 26 de Julio logró unificar las fuerzas revolucionarias, aunque fue más una conquista popular que una conquista por un acuerdo de las cúpulas, o un acuerdo formal entre fuerzas políticas. O sea, Fidel y el Movimiento 26 de Julio lograron unificar las fuerzas en favor de la revolución, mucho más por un apoyo popular basado en el trabajo... Y con algunas personas que he hablado hasta ahora tienen un reclamo de que el presidente Chávez esta muy mal asesorado, hay muchas intrigas internas y eso le impediría acercarse más al pueblo, y que haría falta una mayor organización del pueblo para que el liderazgo fuera capaz de unificar el pueblo y los grupos en torno a un proyecto.

WI: Fíjate bien, este no es un proyecto marxista, tiene elementos del marxismo, pero no es marxista. Es la combinación podríamos decir de Cristo, el Che que podría representar las corrientes revolucionarias marxistas, Bolívar, y el propio concepto que está emitiendo Hugo Chávez. Eso no es marxista. ¡El proyecto del socialismo del siglo XXI no es un proyecto marxista, es algo nuevo! Y yo diría que es inédito, porque inclusive la forma en que se está gestando dentro de un modelo capitalista donde se acepta la propiedad privada, donde se clasifica esta

propiedad, y en lo inmediato yo no sé cuantos años pasarán, esto seguirá funcionando como propiedad privada. El modelo cubano, triunfa la revolución cubana que viene de un proceso armado, violento. Aquí inclusive, que fue la unión de hecho de movimientos que asumen esta vía y no se toma por esta vía, sino por la vía electoral, pacífica y democrática, y ahí hay un cambio. Luego Fidel era un hombre que tuvo una formación llamemos cívica, mientras Hugo Chávez tiene una formación militar. Es decir, Venezuela es el norte de un territorio completo, Cuba es una isla. La cultura, los procesos que se han venido dando en Venezuela son completamente distintos, hay alianzas y somos hermanos, pero nunca seremos iguales, jamás. La cultura, las expectativas, la razón de ser, todo. Eso para empezar por ahí. Luego el único líder que aun existe es Hugo Chávez y si Hugo Chávez comete errores o no comete errores el pueblo lo acepta, eso es un fenómeno. ¡Que bueno! Hugo Chávez logró consolidarse de tal manera que lo que él pida se hace y lo que él diga está bien. Independientemente de que haya actuado mal en algunas cuestiones, el pueblo lo acepta, a Hugo Chávez. Ahí hay un elemento desde el punto de vista sociológico, psicológico, que Hugo Chávez ha entrado en el alma del venezolano. Cuanto tiempo durará no lo sabemos, pero el hecho es que actualmente, y yo diría que en los próximos años, esta relación no va a desaparecer. Entonces el Partido Socialista es una concepción de Hugo Chávez, no es acuerdos de cúpulas. Aunque insisto hay sectores del chavismo que quieren aprovecharse en mantener cúpulas. Pero no es que hubo un acuerdo previamente en una mesa, de que yo tengo esta parte y tu tienes esta parte y nos unimos, ese intento de acuerdo con grupos menores, porque en todo caso donde están las fuerzas del voto aquí, las tiene Hugo Chávez. El PPT que pueden ser fuerzas que digan: yo tengo una fuerza. ¿Cuánta fuerza es 600 mil votos contra 7 millones de votos, por ejemplo? En todo caso serían fuerzas relativas muy pequeñas. Pero ese acuerdo no se dio. Si es Hugo Chávez quien esta construyendo el movimiento, si cuando te convoca para el Poliedro y mete ahí 14 mil personas, las está convocando Hugo Chávez. Por supuesto con su mecanismo pragmático, porque tiene que utilizar a los gobernadores, a la alcaldía, que a su vez están sujetas a él. O sea, desde ese punto de vista el control lo tiene él, el único liderazgo realmente lo tiene Hugo Chávez y, por lo tanto, el partido, que en la teoría Hugo Chávez lo a concebido como yo te lo estoy diciendo para el pueblo. Pero, en los niveles medios si no están muy claros pueden tratar de desvirtuar eso, como han tratado de desvirtuar a los Consejos Comunales. Los Consejos Comunales son instancias independientes y hay gobernaciones y hay alcaldías que los han manipulado por la falta de conciencia. Pero eso ya es algo, producto, como consecuencia de la falta de conciencia de grupo, no de sectores de poder. Es decir, aspiran al poder pero no tienen estructuras. No hay estructuras, porque la única estructura es la que decide Hugo Chávez. Entonces desde ese punto de vista de mando, de hombre, de liderazgo, es diferente con respecto a la cubana.

Eliane: ¿Usted piensa que aun hay en las Fuerzas Armadas un fuerte apoyo al proceso?

WI: Sí, porque cuando tu vas a cualquier unidad militar, vas a la base Libertador donde están los grupos aéreos, o a la base Barcelona donde están los grupos con los nuevos sistemas de armas, cuando tu ves la consigna “Patria, Socialismo o Muerte”, no es por un orden del presidente, lo siente la gente, lo aceptan los militares. Es que es difícil evaluar las Fuerzas Armadas de Venezuela bajo un marco por ejemplo de un concepto de las Fuerzas Armadas en Chile, o inclusive en Brasil, son distintos. Han creado semillas revolucionarias, yo vengo de allá, y nosotros germinamos. Y además de crecer, dejamos ahí semillas marxistas revolucionarias, hombres que están identificados con el pueblo, que sienten eso. O sea, tu encuentras en las Fuerzas Armadas, así como puedes encontrar un grupo de la derecha reaccionario, encuentras grupos revolucionarios, lo que es una alegría. Lo sienten de verdad, no es porque Hugo Chávez lo ordenó, hay conciencia de eso.

Eliane: Ahora hay una polémica grande sobre la cuestión de la educación, la formación en las Fuerzas Armadas. Algunas personas han hablado de que las Fuerzas Armadas no tienen que tomar partido.

WI: Por eso te hablé de que para esa traslación las Fuerzas Armadas tienen que convertirse en Fuerzas Armadas Revolucionarias identificadas con este proceso. Porque si no es así se corre el riesgo que aquellos que asuman conductas institucionales neutras, que eso es mentira, puedan volver otra vez a dar un golpe de Estado. Aquí tiene que haber esa identificación plena, es que el proceso cuando se consolide, no sé dentro de 20 o 40 años, es probable que tengamos como un Estado de inercia, de latencia lineal. Pero ahorita no. Ahorita tenemos nosotros que conseguir que todas las estructuras tienen que estar identificadas plenamente con el proceso revolucionario y tienen que sentirlo. Y las Fuerzas Armadas no escapan a ello. Ahora el hecho de que se identifique con un proceso de cambio de estructura no quita de que ellos vayan a perder su rol profesional para hacer la guerra. Los oficiales que están volando *El Subió* [¿??] son oficiales altamente calificados, técnicamente calificados y que vuelan esa nave y que saben disparar y utilizar todos sus mecanismos. Pero están identificados con el proceso revolucionario. Los técnicos que no solamente aprenden a manejar el avión, a usar y reparar. Aquí tenemos que aprender y es un reto del proceso revolucionario a construir las partes, tenemos que asimilar toda la tecnología. Y nosotros tener el dominio tecnológico de los nuevos sistemas de guerra. Este es un reto. Y los oficiales para hacerlo tienen que estar identificados con un proceso de cambio. El que no esté identificado se ve como aquel burócrata que no le gustan las tareas. Entonces aquí vemos como aquí arriba el presidente y los ministros de alto nivel tienen las líneas claras pero aquí abajo se estanca, hay una burocracia muy grande. Hay una burocracia que te dificulta el avance.

Eliane: Luego de la Revolución Cubana el Che planteó este problema de que se debía hacer la formación de cuadros revolucionarios para trabajar en esos cargos de gobierno, porque los cuadros de profesionales técnicos hasta entonces estaban huyendo para Estados Unidos. El Che discutió mucho sobre ese problema, decía que se debía formar la población para tomar esos puestos para que la revolución continuara.

WI: Eso requiere tiempo. Cuanto tiempo has pasado tú estudiando 15, 17 años, para tener un doctorado. Es tiempo. Por eso te decía que esta escalerita en la que estamos, tiene que desarrollar todas sus fases. Aunque eso no signifique que nosotros vamos a evaluar la base únicamente cuando lleguemos aquí arriba, tenemos que evaluar la realidad. Y nuestra realidad en el momento actual a mí me toca vivir por ejemplo un socialismo dentro del modelo capitalista. Probablemente dos generaciones posteriores ya puedan ver un socialismo distinto del que estoy viendo hoy. Por las propias fases y etapas que tenemos.

Eliane: ¿Pero hay un nuevo proceso de formación ideológica dentro de las Fuerzas Armadas? ¿O no cambió mucho la formación?

WI: Claro que cambió. Cuando te cambia el patrón que teníamos de la Escuela de las Américas, que es el uso del armamento para un ataque, para una guerra, el uso de cómo se emplean los sistemas de armas. Eso te da unos principios que son la doctrina que venía de los Estados Unidos. ¿Entonces cómo vamos a utilizar los equipos de esa manera cuando eso cambió, cuando son otros los principios? Toda la metodología, toda la instrucción, toda la enseñanza cambia. Cuando a nosotros nos decían el enemigo a vencer es el comunismo, a ti te preparan para combatir al comunismo. En 1983 llegaron aquí los F16, que se los vendían a Venezuela por un posible conflicto contra Cuba, la hipótesis roja que se llamaba. Es por eso que le dan los F16 a Venezuela para que combata Cuba, ahora cambia el asunto. Resulta que Cuba es nuestro aliado, entonces no podemos tener la misma doctrina con la hipótesis de guerra contra Cuba cuando es nuestro principal aliado. Por eso te hablaba de que tiene que cambiar. La doctrina te indica como se va a confrontar la guerra y ya no es una guerra contra el comunismo, sino que es una guerra de cuarta generación de guerras asimétricas donde nuestro enemigo ahora es Estados Unidos, que es el que antes nos decía que es lo que debíamos hacer. Y si este es nuestro adversario, la doctrina que está sustentada en la guerra de guerrilla, la guerra de larga duración, la guerra estratégica. Y la guerra estratégica tenemos que leer a los teóricos prácticos que han tenido éxito en este tipo de guerras. Entonces el uso de armas te cambia totalmente, y para cambiar el uso de armas te cambia la conciencia, la educación, entonces tienes un cambio completo.

Eliane: ¿Usted entonces está convencido de ese proyecto de socialismo bolivariano o del siglo XXI o piensa que aún es incipiente o que... ¿Qué piensa de ese proyecto?

WI: Escalón por escalón, en este momento todavía estamos en el tercer escalón, donde aún estamos confrontando los sistemas antagónicos, donde todavía estamos inmersos en una cultura capitalista de consumo, donde todavía se mantienen ese tipo de principios. Pero estamos aquí, aquí tenemos un socialismo A, en la medida que esto avance, que yo no sé si estaré vivo, tendremos un socialismo B, entonces serán distintas las formas de evaluar. En este instante te digo yo creo plenamente en el proceso, yo creo realmente en Hugo Chávez y su claridad para conducir a este proceso en las características actuales, para continuar ascendiendo en los distintos escalones. Dentro de 20 años, que a lo mejor tú estarás viva y yo estaré muerto, veremos la realidad distinta. Pero ahorita en este instante te digo si con todos los rasgos todavía de contradicciones, que pueden existir niveles de corrupción, apatía, falta de conciencia, con todo eso el proceso va en su rumbo. No es lo mismo Venezuela 2007 que Venezuela 1999, nunca. Ni en desarrollo económico, ni en participación, ni en niveles de conciencia. Como tampoco será lo mismo la Venezuela de 2007 de la de 2014. Yo creo realmente en este proyecto, yo estoy dedicado a lo que se llama crear la red ideológica del proceso revolucionario a través de los centros de formación ideológica. Y mi labor, el rol que debo ocupar es la conciencia. Y antes de morir yo quiero dejarles mis conocimientos modestamente a otros y que esos otros los retomen y los eleven. Pero esa es mi labor ahorita, conciencia, difusión, folletos, seguir escribiendo para profundizar y llegar a esos niveles reales concretos que queremos.

Eliane: Muchas gracias.

ANEXO 16

Entrevista a Yenciza Delgado.

Transcriçãõ: Mariángeles Guerin.

Eliane: Podríamos empezar hablando un poco de tu historia como periodista, de tu formación hasta ahora.

YD: Bueno, soy periodista graduada en la Universidad Central de Venezuela en el año 1990. Hice mis pasantillas como periodista en un semanario comunitario. Como reportera empecé en el año 1993, justamente un año después de la rebelión del presidente Chávez. Fui a cubrir Miraflores. Estuve cinco años cubriendo la fuente de Miraflores con presidentes como Pérez en su salida, el que vino luego, Ramón Velásquez, que fue el itinerante que hizo la transición y luego Caldera. Cubrí esa fuente para el *Diario 2001*. En 1993 fue cuando empecé a reportear como corresponsal del diario *Panorama* que fue cuando sacaron a Pérez de la presidencia; desde ese año hasta el 98, enero del 98, estuve en el *2001*, ahí me contrataron en *El Nacional* y me correspondió cubrir la campaña política para la presidencia del actual presidente Hugo Chávez y de la candidata Irene Sáenz, que era la que fue Miss Universo. Me tocó cubrir esas dos campañas, la de ella la dejé a la mitad, porque pusieron a otro periodista, porque no podía con las dos campañas. Dado que la del presidente Chávez se hizo ya muy fuerte de cubrir.

Eliane: ¿Hiciste una cobertura más política, social, de las campañas, o general?

YD: En principio era más reseñar lo que se veía en la campaña. Ya el ingrediente político lo dio el avance de la campaña, el mensaje del candidato con su ingrediente político, pero con un enfoque social. Porque ya era un candidato que obviamente se dirigía al pueblo, tenía más contacto con el pueblo, su programa de gobierno ya se empezó a perfilar a conocer algunas nociones que eran muy hacia el pueblo. Aunque tenía algunas inconsistencias en cuanto a lo económico, al principio como todo lo fue perfeccionando. Y realmente era una campaña que arrastraba a las grandes masas, y la gente acudía a oírlo y sabía lo que decía, y estaba claro con su mensaje. Y empezó a tener un gran avance, porque antes de la mitad de la campaña todas las encuestas decían que ganaba Irene Sáenz y yo constaté que a Irene Sáenz la recibían en los barrios, la gente la quería, porque la recibían como su reina, no como su futura presidenta, y la gente lo dejaba claro. Creo que tampoco se gustó de la cobertura y por eso me apartaron, pero la verdad que era muy fuerte. Mas la gente se identificaba muy fuerte con el mensaje de Chávez, entonces fue creciendo. Y a mediados de la campaña ya era indudable que él iba a ganar, aunque las encuestas decían que no, decían lo contrario. Casi hasta lo último decían lo contrario.

Eliane: ¿Recuerdas lo que él defendía?

YD: Sí, el mensaje más fuerte era el llamado a la Constituyente, a la refundación del país. El llamado que él prometió y cumplió, dijo: “vamos a hacer una Constituyente, vamos a hacer una nueva Constitución, vamos a refundar el país, las cosas tienen que cambiar”. Y la gente era eso lo que quería, y lo quería desde el sacudón. Desde la discusión que se dio en el país cuando el llamado sacudón, que fue el Caracazo.

Eliane: ¿Participaste del proceso del Caracazo?

YD: Sí, lo viví de cerca porque estaba estudiando en la universidad y estaba viviendo con una tía aquí en Nuevo Circo. Y de allí adonde está la parada de autobuses aquí en Caracas que fue donde empezó el problema se veía, y lo viví, los saqueos, lo vi como la gente saqueaba y vi como la policía también saqueaba; lo viví en los allanamientos, porque aquí se suspendieron las garantías y se me sentí desprotegida cuando en ese proceso llegaron militares y se metieron. Yo me acuerdo que era mi tía, dos primas, un primo pequeño y yo. Y mi tía lo primero que me dijo fue: “esconde el carné de la universidad”, porque yo estudiaba en la Universidad Central. Nos asustamos mucho porque había un policía bebido y que gracias a Dios había un teniente de la Armada que fue quien lo apacigua porque no nos querían creer que no hubiésemos robado, ni saqueado. Lo viví así como estudiante y como vecina.

Eliane: ¿Y el pueblo bajó de los cerros en masa y fue una cosa espontánea?

YD: Fue espontáneo, al punto que no se decía nada por televisión. Por televisión no se dijo realmente que había saqueo, abiertamente no se dijo. Se supo regándose la voz que empegó por una parte del Estado mirandino, y después en la ruta Caracas, la Guaira, y luego aquí en Nuevo Circo. Y la gente bajaba y protestaba y no quería que aumentaran los pasajes. Y después la verdad es que se desbordó y ya, aunque había gente saqueando y llevándose

aparatos electrodomésticos. Después vi gente saqueando y llevándose comida, verdad, lo vivimos. Yo tuve que hacer cola para comprar comida.

Eliane: ¿Y como periodista como evalúas ese periodo de los 90, finales de los 80? Porque la información que tenemos es que hubo muchas manifestaciones en Venezuela en la década del 90 y eran cada vez más violentas. Al mismo tiempo que se daba una desvalorización de los partidos tradicionales. ¿Te pareció así?

YD: Sí, viví en la Universidad Central la década de los 80, sus finales, con las luchas por las reivindicaciones sociales, por los derechos adquiridos de los estudiantes, por el pasaje estudiantil. Fueron terribles las luchas, hubo muertos por esas marchas. Esa gente logró dominarlos, pero por la fuerza, y estoy hablando del gobierno. Mi actual esposo era un dirigente estudiantil en la UnYe que es una universidad que el núcleo queda en San Carlos y lo persiguieron y tuvo que esconderse. Y en la universidad era normal todos los días que allanaran las residencias, sacaban presos a los muchachos, veíamos como llegaban todos maltratados. Era una represión, pero muy encubierta, no es como ahorita que se paran y le hacen una seña a los muchachos, y entonces dicen: “nos están violando nuestros derechos y nuestros derechos humanos”. No, eso lo tuvieron absolutamente callado, pocas cosas de las manifestaciones salían en la prensa. Había mucha complicidad, y yo como estudiante de comunicación social lo viví. Yo era muy joven porque tenía entre 16 y 17 años porque me gradué muy joven. Venía de la Guaira que es más que todo una provincia, en esa época lo era más y me asustaba mucho porque eran muy fuertes los enfrentamientos.

Eliane: ¿Y cómo evalúas la actividad del periodista en ese periodo? Piensas que había libertad de expresión en ese momento?

YD: Pues, entendida como ellos lo entienden es la libertad que tu tienes de informar hasta que el dueño del periódico te dice que no más, hasta donde él te deja, como siempre ha sido. O sea, la libertad de los medios venezolanos, y lo viví después como periodista, existe hasta que el dueño o el editor te dice mira esto no va o no va así cámbialo. Y en esa época, finales de los 80, me acuerdo que estaba Lusinschi mandando, era muy común escuchar los cuentos de los colegas que ya estaban graduados sobre las represiones del régimen, pero llamando a los medios para que cambiaran de fuente a un colega porque se metió con la mujer, para que cambiaran a otro porque estaba diciendo lo que no era, esas excusas viejas que uno conoció haciendo pasantías, era muy común conocerlas. El status que tenían además. Yo estudiaba con la que era la ahijada del que era Ministro del Interior, Filiberto. A la mujer la conoces, se llama Marimonte, ella es muy conocida en el medio deportivo, pues se dedicó al periodismo deportivo. Pero eran como que los mandamás: “sabes que estoy en la OFCI (que era la oficina central de informaciones de ese entonces) y yo consigo cámaras”. Era como que ellos tenían todos los derechos en ese sentido y los aprovechaban bien. Y en los medios era igual. Lo que pasa es que ahora se resaltan otras cosas, y están los que hacen el show periodístico y los que se pliegan. Pero en los medios la lucha siempre ha sido la misma, la autocensura y la censura que te ponen los dueños y los editores.

Eliane: Es conocida la participación de los grandes medios de comunicación, especialmente de la televisión, en los hechos del golpe de abril de 2002 y ahora son esos mismos medios los que están hablando de una falta de libertad, sobretodo con ese hecho del cese de la concesión de RCTV. ¿Cómo usted ve el papel de esos grandes medios en la sociedad venezolana?

YD: Del golpe te puedo hablar por mi experiencia propia. Cuando el golpe yo trabajaba aquí en la Fiscalía, era la Directora de Relaciones Institucionales y mi coordinador de prensa, que es un colega que se llama Alejandro Duarte nos tocó lidiar con los periodistas, con los colegas que cubren en las fuentes de Globovisión, de Radio Caracas, de Venevisión, de El Nacional, de todos los medios. Al día siguiente de ese 11 de abril me llamaban muy temprano preguntándome si era cierto que el Fiscal iba a renunciar, y nosotros le dijimos que al principio no sabíamos, que íbamos a averiguar. Luego cuando nos dimos cuenta que habían llamado al presidente del Congreso, de la Asamblea en ese entonces que era William Lara, que habían maniatado al Tribunal Supremo, que la declaración de Diosdado Cabello como vicepresidente no salió nunca por la Unión Radio y conozco la [...], a la que se la dio diciendo que él era el vicepresidente, y que era el que se encargaba. Y nosotros decidimos jugar al juego mediático que ya sabíamos en el que estábamos inmersos, pues esto es una guerra cuartada en el acción y estábamos claros en ese sentido, y decidimos decirle que sí, nos engañamos. Decidimos decirle que sí, que el general iba a renunciar, y gracias a eso tuvimos aquí en la azotea, en el PH todos los medios de comunicación en vivo, cosa que no hacían porque la orden era manipular las declaraciones y no darlas. Pero como ellos creyeron de verdad que el general iba a renunciar en vivo y directo, los tuvimos. Y ensayamos con el Fiscal General: “no tiene más de cinco minutos para decir lo que va a decir” y fue cuando él pudo denunciarle al país y al mundo el golpe de Estado. Es como mucha gente, te lo puede decir, salieran y despertaran, porque era tanta la mentira mediática montada que desde la noche estaba callada, triste, creían que de verdad Chávez se quería ir, creían que había renunciado, y cuando oyeron un poquito lo que dijo el Fiscal, después pudieron oírse otros, que el presidente no había renunciado, se levantó de verdad, hubo un movimiento popular importante que se unió con los militares y se logró el retorno de Chávez. La manipulación de los

medios fue evidente, ya te digo, yo trabajé en El Nacional, y allí cuando estaba cubriendo la campaña era todo el apoyo para la campaña, pero no era un apoyo en que vamos a regalarle nada, sino que yo no tuve problemas en la cobertura de la campaña. Cuando meses después Chávez es empozado y ya no se dieron los pactos... Ellos querían, de hecho la esposa de Miguel Enrique Pedro fue ministra, no era ministra en ese entonces sino jefa de la OFCI y entró Peña, que también era del grupo de El Nacional. Ellos querían telecomunicaciones, cuando ya se dieron cuenta que Chávez no les iba a dar telecomunicaciones se voltearon. Entonces me empezaron a poner las restricciones y yo como periodista me decían ponle ese título o sino una información mía le ponían un título diferente. Y empecé a luchar contra eso, la jefa que no era chavista, pero que es tremenda periodista, empezó a luchar por decir la verdad, por su ética, y la sacaron. Con decirte que pusieron de jefe al que era Jefe de Farándula, que es la que trata con actrices, con actores. A él lo pusieron de Jefe de Política, para poderlo manejar, entonces yo dije a mi, no me van a cambiar esto me lo respetan o voy a demandar. Finalmente me botaron.

Eliane: Nosotros percibimos también una pelea en el momento en que el Estado, el gobierno, ha conseguido más espacio en la televisión venezolana. Se percibe una pelea diaria en la televisión por las diferentes ideas, concepciones, proyectos o a veces ni tanto proyectos, sino por intereses mismo. Y es una cosa que impresiona porque en ningún lugar del mundo pienso que existe una televisión en que el público tiene acceso a dos visiones al mismo tiempo de la sociedad. ¿Qué te parece?

YD: Es cierto, aquí hubo que hacer un contra-ataque a los medios, sobretodo a los medios televisivos, porque como te expliqué, cuando el golpe tienen una realidad virtual, pintan un país que no existe, exageran, manipulan, cambian, y entonces hubo la posibilidad de potenciar los hechos. Y se tomó conciencia en el gobierno, el organismo que se encarga de potenciar el 8 [Canal 8 da TV estatal], salieron programas de comunicadores, unos periodistas y otros comunicadores preocupados por decir la verdad. Entonces se ha generado todo un movimiento de rescate de la verdad, de la verdad y de la ética del periodismo, pues no queremos seguir y el pueblo entiende. Y la mayoría del pueblo entiende que no quiere seguir en una mentira, o sea, he tenido la oportunidad de hablar con gente del otro lado, gente que está en contra del gobierno y es como que están en una situación psicótica. O sea, yo tengo familia que viven en esa realidad que presenta Globovisión, aunque me tienen a mi al lado viviendo de otra manera. No lo aceptan, no lo asumen, es un daño además que se le está haciendo a la sociedad, que es generar violencia, fomentar el odio, es manipularlo, enfermarlo. Y entonces aquí en ese medio ha surgido ese hecho, y en el medio de todo gracias a Dios se logró esperar y fíjate que se esperó a que se venciera la concesión para no renovarla, al canal 2 que es uno de los más dañinos. Porque Globovisión repercute en algunas cosas, pero la audiencia es mínima comparada con la que podía tener Radio Caracas Televisión. Que de hecho ya va a empezar a salir en cable. Entonces se lucha y gremialmente ya hay movimientos, ya hay oposición a que se siga haciendo ese daño al periodismo venezolano y al pueblo venezolano a través de sus periodistas. Y más que dos realidades, uno defiende, valga la redundancia, la realidad real de lo que está pasando, porque no se está escondiendo nada. Es más, se contraponen a lo que ellos dicen que está pasando y es evidente.

Eliane: Sí, pero al mismo tiempo que se ve una campaña ofensiva de la oposición, sobretodo en la televisión, contra el gobierno. Principalmente contra la figura del propio presidente. Y pese a la participación que fue muy importante y decisiva en el golpe de Estado del 2002, parece que después que volvió Chávez del golpe, tiene él un discurso más moderado en relación a las formas de hacer ese enfrentamiento. O sea, pidiendo para las personas retornar a sus casas, mantener la calma, el respeto a las leyes y a la Constitución, para no mantener el conflicto en aquel nivel. Y ahora con el fin de la concesión de la RCTV el gobierno me parece también estar haciendo un discurso bastante moderado, en el sentido de que no es una expropiación de los grandes medios. Sino que se lo legitima en que es un derecho del Estado porque venció la concesión y RCTV habría realizado varios incumplimientos de la ley. ¿Piensas que la Revolución Bolivariana puede avanzar con esa campaña ofensiva de los grandes medios?

YD: Mira, sí va a avanzar, el presidente hace esfuerzos por ser moderado pese a los ataques, sin embargo no deja de atacarlos mediáticamente donde corresponde. Porque lo que aquí se está desarrollando con más fuerza es una guerra mediática y ya eso lo entendió el Estado, y el presidente está conciente de eso desde hace mucho tiempo. El presidente ha evitado por todos los medios, de hecho su presencia en el gobierno ha evitado que en este país después del Caracazo se desbordaran más las pasiones y que incluso se llegara a una guerra civil. Y va a avanzar la Revolución pese al ataque de los medios de comunicación que son aparte de actores políticos, son instrumentos de un poder que está más arriba. Porque la revolución está en el pueblo, ya el pueblo quiere su revolución, porque sabe sus derechos, sabe sus beneficios, conoce sus deberes, se siente tomado en cuenta, sabe que tiene poder de decisión, cosa que no pasaba antes y eso está sembrado. Ya el pueblo es más crítico, tiene más capacidad de crítica. Uno como periodista lo ve, para bien o para mal, este pueblo está analizando, reflexionando, a favor o en contra, está despierto. Y ya eso no se lo quitan más nunca. Conoce sus misiones, conoce los programas que se están haciendo a su favor y los va a defender.

Eliane: ¿Y piensas entonces que no existe una intención por parte del gobierno de poner fin a todos los canales privados que realizan una campaña ofensiva en contra del gobierno?

YD: No creo. Se lo está provocando, Globovisión quiere que lo cierren. Es lo que está más allá de la estrategia contra el gobierno, contra la verdadera amenaza del gobierno y de la revolución. Ellos son instrumentos, se creen los protagonistas pero no lo son. Entonces están provocándolo, pero no creo que el gobierno los vaya a cerrar. Independientemente que la gente lo pida, o que a veces el presidente apriete y diga que recuerden que también son una concesión, no creo que les vaya a servir, eso al menos en estos momentos. Sin embargo se le haría un gran favor a este pueblo si cerraran Globovisión, porque de verdad le está haciendo mucho daño. Ahora esto del monstruo, viene el lobo feroz, el comunismo, el marxismo-leninismo, pero bueno tú estás viendo que comunismo tan duro que tiene este país. Cuando ayer la Chevrolet decía que le faltan vender 400 mil unidades y ya han vendido no sé cuanto al parque automotor, cuando lo que se hace es cola porque la gente tiene carro, porque la gente puede comprar apartamento porque bajaron las tazas de interés, pagaron sus deudas. ¡O sea, este es un comunismo muy fuerte! Tu sabes que decían que en la campaña en el 98 Chávez fue en *Nigerope*, que es un lugar turístico en las afueras del estado Miranda donde hay muchas playas y muchos edificios de playa, que él dijo que todos esos edificios los iba a expropiar y se los iba a dar al pueblo, porque es segunda vivienda. Y lo están diciendo desde el año 98 y Chávez jamás fue a Nigerope en la campaña. Y yo te lo digo porque estuve en todos los estados con él. Entonces como el mismo Chávez lo ha dicho que si lo hubiese querido ya lo hubiese hecho cuando regresó del golpe, que es cuando tenía toda la potestad para cerrar los canales, porque actuaron activamente en un golpe de Estado. Ya nosotros desde enero teníamos rumores de que iba a haber algo por Miraflores, que estaban buscando donde poner equipos. Ahora de que va a apretar sí, Chávez va a seguir moviendo los cimientos del Estado y del entramado de leyes que hay en este país, que esas mismas leyes que han sido hechas por los partidos tradicionales pues traban el desarrollo del proyecto. Y va a seguir revolucionando, los cambios en la Constitución que vienen, vienen en ese sentido; pero simplemente para facilitar el trabajo del gobierno. Que va a tocar intereses, claro! Está tocando intereses económicos, no intereses sociales, está poniendo por encima los intereses sociales.

Eliane: ¿Y tú trabajo periodístico ahora es un trabajo directamente vinculado al gobierno?

YD: Sí, yo soy analista de entorno, ahora hago análisis de prensa y presento escenario y comparo escenario y analizo discursos y comparo discursos. En ese sentido lo estoy haciendo desde el Ministerio de Comunicación e Información.

Eliane: ¿Y piensas que ahora, desde la parte que le cabe al gobierno de esa cuestión de las comunicaciones y la información, se está respetando la autonomía de las ideas o no? ¿O es una cosa muy dirigida?

YD: No, mira, por el contrario, la guerra ha sido para que por lo menos quienes trabajan para el gobierno estén conscientes del proceso histórico que se está viviendo, más allá de que sean chavistas o no. Por supuesto que aquí todo el aparato comunicacional dejado por los 40 años de la seudodemocracia que vivimos está todavía. Hay expresiones fuertes de eso aún dentro de los medios del Estado. La pelea ha sido dentro de los mismos medios del Estado entre periodistas, no de directivos, no de autoridad, porque lo que menos son impuestos son las autoridades. Porque ha sido una depuración entre los mismos periodistas que entran, que dicen otra cosa, que los llaman a despertar la conciencia. O sea, no te vendas, no escribas lo que no quieres, pero tampoco digas mentira y menos dentro de los medios oficiales. O sea, usted vio el fenómeno de que Radio Nacional de Venezuela se autoferro el día del golpe, y la gente que estaba ahí; y había gente en puestos claves que contribuyeron a eso. Aparte de que cerraron el canal 8, atacaron la gente de ABN, que es la Agencia Bolivariana de Noticias. Y todavía hay gente que está allí y que maniobra hacia el otro lado. Y, sin embargo, ahí siguen, no los han sacado. Yo conozco a uno que hace 20 años que está cubriendo asambleas y es el más adepto de todos y ahí sigue en la Agencia Bolivariana de Noticias. Solo que eso sí se dice: “sea más responsable con tu trabajo y aquí no vas a manipular”.

Eliane: ¿Piensas que en este proceso de la Revolución Bolivariana la cuestión de esa guerra ideológica, mediática e informativa, está siendo bien conducida?

YD: Yo pienso que sí, aunque ahí hay detalles. Porque como en todo hay fallas y se van subsanando. En cuanto al proceso mismo el se ha ido depurando, Chávez lo ha dicho en sus discursos. La revolución se depura, y yo a lo largo de estos años he visto como gente que estaba desde el 98 han ido saliendo. Y el proceso entra en una fase de concientización, de rescate de valores muy importante, de rescate de valores patrios, familiares, ideológicos, valores perdidos, valores que nos habían cercenado, incluso estos medios de comunicación. Incluso lo siguen haciendo porque son dueños de la industria del entretenimiento y así es una manera de dominar. Pero tiene una parte fuerte. Yo tendría que esperar la generación de mi hija para ver la generación de relevo, por Dios. Una de las razones por las que dejé de trabajar es porque de los hijos hay que ocuparse, y si me enfermo no puedo ocuparme de ella. Pero gracias a esa arremetida con lo de RCTV y la juventud espontánea que salió, salieron los jóvenes de la revolución, que no estaban en la palestra y que yo creo que una misma parte de esa revolución, de esos jóvenes revolucionarios

no los dejaban salir o los tenían repesados. Y ahí están los jóvenes, los tenemos y eso es lo peligroso para los que nos oponen.

Eliane: ¿Y se está incentivando también ahora la comunicación hecha por la propia comunidad, no?

YD: Correcto, porque la gente buscó después del silencio mediático del golpe de abril donde conocer sus realidades. Donde conocer la verdad y se fue organizando en los barrios, en las comunidades. Y el gobierno como parte de su deber por la ley que rige la materia le prestó el apoyo que le tiene que prestar. Y los ayudó a desarrollarse y hay muchísimos, y cada vez se desarrollan más. Pues nos habían quitado nuestra ideología, nuestra historia.

Eliane: Yo creo que es suficiente, muchas gracias.